

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

Deixar África 1974-1977

Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e de Moçambique

Isabel Alexandra Baptista Marques

Orientadores: Prof. Doutor Rui Manuel Monteiro Lopes Ramos

Prof. Doutor José Manuel Sobral

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História –
Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

Deixar África 1974-1977

Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e de Moçambique

Isabel Alexandra Baptista Marques

Orientadores: Prof. Doutor Rui Manuel Monteiro Lopes Ramos

Prof. Doutor José Manuel Sobral

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História

Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e

Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Filipe Pimentel de Melo Ribeiro de Meneses, Professor, Faculty of Arts, Celtic Studies & Philosophy, Maynooth University, Irlanda;
- Doutor Pedro Aires Ribeiro da Cunha Oliveira, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutora Ana Maria Châteauneuf Mouta Faria, Professora Auxiliar Aposentada da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;
- Doutor Fernando Manuel Santos Martins, Professor Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor Rui Manuel Monteiro Lopes Ramos, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador.

Fundação para Ciência e Tecnologia. Fundos nacionais do MCTES.

Referência: SFRH/ BD/ 7532/ 2010

2017

A meu pai, por tudo e para sempre

RESUMO

Esta tese propõe-se examinar porque foi o êxodo da descolonização da África portuguesa (iniciado em 1974) sentido e descrito por muitos portugueses que viviam em Angola e em Moçambique como uma experiência psicologicamente dolorosa e procura identificar os factores mais influentes na formulação dos seus sentimentos negativos sobre as consequências deste deslocamento nas suas vidas. Considerando que a partida das colónias representou uma ruptura social e cultural e uma perturbação identitária que causou um trauma transicional nos portugueses radicados que a sentiram como uma ‘amputação existencial’.

As crenças, experiências, percepções e estados emocionais relatadas em testemunhos epistolares e institucionais sobre a transição para as independências, o embarque e após a chegada a Portugal permitem assinalar que estas narrativas do êxodo (de memória recente) se fundam em discursos de legitimação, reclamação, vitimização e responsabilização. Os 2 primeiros baseados em crenças, realidades e vivências coloniais como a fixação definitiva, as mitificações luso-tropicalistas, o distanciamento físico e afectivo à metrópole e a forte ligação de pertença e de posse reclamada pelo ‘suor derramado’ e o ‘apego umbilical’ a África.

Além do fim de uma realidade de identificação colectiva e de projectos de vida, o ‘sonho africano’ terminou com perdas materiais e danos morais e afectivos geradores de sentimentos de abandono, pânico e indignação. As dificuldades de instalação em Portugal de ordem prática (financeiras e de satisfação de necessidades básicas como alojamento e alimentação) e psicológica (de desajustamento) reforçaram o discurso de vitimização ancorado num sentimento de injustiça e na reclamação numa compensação merecida e acentuaram o de responsabilização dos poderes nacionais, marcado por sentimentos de desconfiança, ressentimento e traição. Após a chegada, estes discursos resultaram do choque causado pelo anátema da sua categorização de ‘retornados’, à época associada a preconceitos estereotipados, da relação conflitual com os residentes e da sua perspectiva judicativa e acusatória sobre o processo de descolonização.

Palavras-chave: êxodo, descolonização, África, trauma, retornados

ABSTRACT

This thesis proposes to examine why the decolonisation's exodus of Portuguese Africa that started in 1974 was felt and described by many Portuguese who had been living in Angola and Mozambique as a psychologically painful experience and also intend to identify the most influent factors in their negative feelings on this displacement's consequences in their lives. Considering that the departure of the colonies has represented a social and cultural rupture and an identity disruption that caused a transitional trauma in these former settlers who have felt the displacement as an 'existential amputation'.

The beliefs, experiences, perceptions and emotional states which are reported in epistolary and institutional testimonies on the transition to the independences, during the departure and after the arrival at Portugal allow to state that these narratives of the exodus (of recent memories) are grounded on legitimisation, complaint, victimization and accountability discourses. The first two are based on colonial beliefs, realities and experiences as the definitive establishment, the luso-tropical mystifications, the physical and emotional distance from the metropolis and the strong connection of belonging and ownership claimed by the 'shed sweat' and by the 'umbilical affection' to Africa.

In addition to the ending of a collective identification reality and of life projects, the 'African dream' ended with material losses and moral and emotional damages which generated abandonment, panic and indignation feelings. The practical difficulties of installation into Portugal (financial and to satisfy basic needs such as housing and food) and psychological ones (of maladjustment) reinforced a victimization discourse anchored in an injustice feeling and on a deserved compensation claim and accented the accountability discourse of national powers marked by disbelief, resentment and betrayal feelings. Upon the arrival, these discourses have been produced by the clash of the categorization's anathema of 'returnees', at that time associated to stereotypical prejudices, of the conflicting relationship with residents and their judicial and of their accusatory perspective about decolonization process.

Key Words: exodus, decolonization, Africa, trauma, returnees

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi concluída quase um ano após o falecimento de meu pai, a quem devo muito do que sou e do que consegui realizar: por ter sido a minha ‘âncora’, me ter tornado um ser humano melhor e me ter ensinado a nunca desistir perante as adversidades. Esta tese é a minha forma de te agradecer, pai.

Igual gratidão é devida ao Professor Doutor Rui Ramos que aceitou a ser o meu orientador sem me conhecer. Sem a sua confiança, amizade, encorajamento e lucidez em cada sessão de trabalho esta tese não seria concretizada. E ao Professor Doutor José Manuel Sobral, pela preocupação minuciosa e pelo seminário de Antropologia Social, fascinante pela capacidade de interligar fenómenos e lhes conferir sentido. A ambos o meu grato reconhecimento pela liberdade metodológica e temática concedida a esta tese cujas falhas, omissões, repetições e imprecisões são da minha inteira responsabilidade.

Um agradecimento é também devido à Comissão de Curso por ter propiciado o meu ingresso neste doutoramento de regresso à História, em particular ao seu director, Professor Doutor José Luís Cardoso; aos docentes do PIUDH-II que ajudaram a definir e a aprofundar o tema desta dissertação e às funcionárias da Biblioteca e do Gabinete de Estudos Pós-Graduados do ICS-UL pela sua dedicação e disponibilidade permanentes. Uma palavra de agradecimento também aos técnicos documentalistas dos arquivos consultados – em especial do AHPR, ADN, AHU e da Hemeroteca Municipal de Lisboa – pelo apoio incansável. Pela prestabilidade e auxílio às investigadoras Andrea Smith e Amélia Neves de Souto.

Mais do que um doutoramento este foi um ponto de viragem e uma opção de vida apoiada pelos amigos do ‘coração’ cujo convívio teve de ser preterido durante os longos meses de pesquisa documental, de escrita e revisão. Em particular, à Ana Santos Pinto pelas conversas partilhadas sobre estados de alma, alegrias, incompreensões e críticas que pautam a redacção de uma tese. Aos que estando ausentes se mantiveram a meu lado através de palavras de ânimo que não esqueço e aos que estiveram presentes tanto nos momentos difíceis como nos (ainda que raros) de confraternização: Ana Fonseca, Isabel Simão e Duarte Bárbara. A todos agradeço por serem a minha verdadeira família. Sem esquecer os amigos que viveram em Angola e em Moçambique a quem este trabalho também é dedicado. Por fim, a Deus, força onnipresente e indizível que me acompanha.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
O OUTRO LADO DA DESCOLONIZAÇÃO	5
A VOZ DOS PERDEDORES	10
AS EMOCIONAIS NARRATIVAS DO ÊXODO	18
AS VÁRIAS DIMENSÕES DO TRAUMA	24
 CAPÍTULO I – OS PORTUGUESES DE ÁFRICA	 37
1.1 – UMA FIXAÇÃO DE NÃO-RETORNO	38
1.2 – DESIGUALDADES COLONIAIS	45
1.3 – NEM COLONOS NEM COLONIALISTAS	64
1.4 – FAZEDORES DE NAÇÕES PORTUGUESAS	79
1.5 – ALHEADOS DO ESFORÇO DE GUERRA	87
 CAPÍTULO II – O FIM DO SONHO AFRICANO	 96
2.1 – A PERTENÇA E A POSSE	99
2.2 – APEGADOS A ÁFRICA	116
2.3 – DISTANTES DA METRÓPOLE	125
2.4 – DESCOLONIZAR E PERMANECER	131
2.5 – OS PRIMEIROS SENTIMENTOS DE TRAIÇÃO	140
 CAPÍTULO III – DA INCERTEZA À DESESPERANÇA	 151
3.1 – NA VORAGEM REVOLUCIONÁRIA	152
3.2 – INDIGNADOS EM MOÇAMBIQUE	166
3.3 – ALARMADOS EM ANGOLA	185
3.4 – ACOSSADOS PELA VIOLÊNCIA	193
3.5 – A PERDA E O PÂNICO	208
3.6 – SOB AMEAÇA ANTES DA PARTIDA	219
 CAPÍTULO IV – TRAUMAS DO ÊXODO DA DESCOLONIZAÇÃO	 233
4.1 – UMA DESTERRITORIALIZAÇÃO INDESEJADA	236
4.2 – EM ALOJAMENTOS TEMPORÁRIOS	244
4.3 – NUMA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA	262
4.4 – A REJEIÇÃO DE UM ANÁTEMA: ‘RETORNADOS’	279
4.5 – ESTRANHOS E DESLOCADOS EM PORTUGAL	291
4.6 – CHOQUES E RESENTIMENTOS	301
 CONCLUSÃO	 318
FONTES E BIBLIOGRAFIA	338

ABREVIATURAS

CAT – Centros de Alojamento Temporário
CCPA – Comissão Coordenadora para o Programa [do MFA] em Angola
CCFAM – Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique
CDS – Centro Democrático Social
CEMGFA – Comandante do Estado-Maior General das Forças Armadas
CNAD – Comissariado Nacional de Apoio aos Desalojados
CVI – Cruz Vermelha Internacional
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa
FAP – Forças Armadas Portuguesas
FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
INATEL – Instituto para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
JGA – Junta Governativa de Angola
MCI – Ministério/Ministro da Coordenação Interterritorial
MDP/CDE – Movimento Democrático Popular/ Centro Democrático de Esquerda
MFA – Movimento das Forças Armadas
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP – Movimento Revolucionário do Proletariado Popular
ONU – Organização das Nações Unidas
OPVDC – Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil. Acresce no final a letra da Província: A de Angola e M de Moçambique.
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP – Partido Comunista Português
PIDE/DGS – Polícia Interna de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança
PPD – Partido Popular Democrático
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PS – Partido Socialista
PSPA – Polícia de Segurança Pública de Angola
QGA – Quadro Geral de Adidos
TAP – Transportadora Aérea Portuguesa
RCM – Rádio Clube de Moçambique
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
UPA – União dos Povos Africanos

INTRODUÇÃO

Como foi sentida a partida de África pelos portugueses de Angola e Moçambique, na sequência do processo de descolonização empreendido após o derrube do Estado Novo? Foi discursivamente descrita pelos próprios e por agentes institucionais envolvidos ou observadores como uma experiência traumatizante?¹ Admitindo-se que foi configurada desta forma por este grupo agregado considerou-se pertinente identificar que factores influíram nesta representação: apenas as percepções construídas (antes, durante e depois da partida de África) ou também terão contribuído cumulativamente as convicções formuladas no período colonial?²

Assim se iniciou um processo de reflexão que partiu da sustentação por parte de investigadores nacionais contemporâneos de que a descolonização da África portuguesa não causou na metrópole (em Portugal de solo europeu) uma angústia generalizada nem uma crise de identidade nacional traduzida num sentimento colectivo de perda, dado o corte súbito com a dimensão geográfica e simbólica da multiseular realidade imperial. Se, em 1978, Eduardo Lourenço, considerou ser natural 13 anos de guerra colonial e a brusca derrocada do império criarem «na nossa consciência um traumatismo profundo, análogo ao da perda da independência», concluiu também que, afinal, esse previsível transtorno nacional não ocorreu.³ Quase 20 anos depois, o ensaísta reafirmou que se a descolonização tivesse sido colectivamente sentida na metrópole como uma perda, o seu «luto» não teria sido vivido (como se verificou) com «quase pura indiferença».⁴

António Costa Pinto também o refere: contrariamente à amarga sensação de derrota que atingiu a metrópole francesa com a perda das possessões asiáticas e a saída envergonhada da Argélia em 1962 – depois de uma belicosa contenda e de um referendo favorável à causa independentista – a ‘amputação’ das províncias africanas não causou em Portugal uma contestação inflamada de índole conservadora de cunho nacionalista, nem fez eclodir uma «crise de identidade», de algum modo identificável.⁵ Procurando

¹ O termo ‘traumatizante’ é usado como variante e como diferenciação da expressão ‘traumática’ utilizada na psicanálise e do diagnóstico clínico do Síndrome ou Stress Pós-Traumático (SPT).

² John Greenwood, *Realism, Identity and Emotion: Reclaiming Social Psychology*, (London: Sage, 1994), 79-80. Os ex-colonos podem ser considerados um colectivo provisório, agregado pelas circunstâncias de terem vivido em África e partido com a descolonização.

³ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982), 45.

⁴ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, (Lisboa: Imprensa Nacional, 1994), 12-13

⁵ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português: A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização 1961-1975*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 82.

entender porque a descolonização não provocou «o previsto trauma identitário» na população da metrópole nem foi por ela apreendida como perda, mas como libertação – ao pôr fim a um conflito armado que arrastando-se há mais de uma década consumia anualmente milhares de vidas –, Rui Ramos aponta o distanciamento (e nalguns casos, o frontal criticismo) mantido desde a década de 1960 pelas elites oposicionistas à obstinação colonial e o facto de uma minoria política ligada ao regime defender uma concepção de império bem distinta da vigente, composta por uma comunidade lusófona de Estados autónomos cooperantes, inspirada no modelo britânico da *Commonwealth*.⁶

Tendo inúmeros factores (que extravasam o âmbito deste estudo) contribuído cumulativamente para a relativa indiferença com que a retirada de África foi sentida pelos residentes da metrópole – incluindo o fim imediato da guerra que era desejado pela esmagadora maioria da população da metrópole –, em termos institucionais foi determinante o desiderato que impeliu cada Estado europeu a descolonizar. Enquanto termo oficial dos impérios ultramarinos pela abdicação da soberania e pela emergência de nações independentes, a descolonização assumiu para cada país colonizador um significado diferente em função da sua cultura política, da conjuntura histórica e das circunstâncias específicas em que se processou.⁷

No caso português, a retirada voluntária das províncias africanas foi assumida pelo MFA como desígnio libertador e pelos decisores políticos e militares do novo regime não como derrota ou ruptura deliberada com os laços a África (o que pressuporia uma cisão sacrificial com o mundo português), mas antes como «partilha da opressão» e um justo acto «de libertação» criador de novas nações lusófonas. Constituindo o domínio colonial uma vertente política da ditadura salazarista na década de 1970 já obsoleta, extemporânea e injustificável perante a comunidade internacional, mais do que «o heroísmo do abandono» associado por Raymond Aron à saída da Argélia, a descolonização da África portuguesa foi enaltecida nos meios políticos e académicos nacionais pela sua função libertadora, assumindo-se os militares de Abril como seus protagonistas, tanto na metrópole como nos territórios ultramarinos.⁸

⁶ Rui Ramos, «O Império que Nunca Existiu: a cultura da descolonização em Portugal 1960-1980», *Revista de História das Ideias* Vol. 28, (2010), 431, 445, 476.

⁷ John Darwin, *Britain and Decolonization: The retreat from empire in the post-cold war world*, (London: MacMillan, 1988), 6.

⁸ Bruno Cardoso Reis, «Myths of Decolonization: Britain, France, and Portugal compared», Manuel Bandeira Jerónimo, António Costa Pinto eds., *The Ends of European Colonial Empires: Cases and comparisons*, (Hampshire, New York, Palgrave Macmillan, 2015), 126, 133, 143-144.

Este propósito libertador foi reconhecido e incorporado por muitos historiadores que a estudaram, acentuando o carácter bem-intencionado, politicamente inatacável e historicamente inevitável do processo. Ideia recentemente reforçada pelo académico Bruno Cardoso Reis, ao afirmar que tendo tido a estratégia do MFA um amplo apoio político interno e externo «a política portuguesa de descolonização foi *exemplar*», ao procurar cumprir as normas internacionais de respeito pela autodeterminação dos povos colonizados, tendo nesse aspecto, «atingido o essencial dos seus objectivos». E ainda que tenha sido mais declaradamente ideológica que a descolonização britânica ou francesa, esse factor não foi necessariamente negativo nem se tratou de um processo excepcionalmente caótico.⁹

Predominante no meio académico nos 30 anos subsequentes a 1974 – e subscrita por grande parte dos autores nacionais por ter permitido uma transição célere após o prolongado direito negado às independências africanas – a perspectiva referente ao desígnio libertador da descolonização começou a ser questionada nos últimos anos, por autores que equacionam se, dadas as suas circunstâncias e consequências imediatas, a descolonização portuguesa deverá ser exclusivamente examinada nestes termos.

Baseando-se na sondagem publicada em 1984 por um semanário lisboeta – na qual 69% dos inquiridos disseram ser a favor da descolonização, considerando 73% ter sido o processo mal conduzido –, os autores de *O Adeus ao Império* consideram não estar ainda explicado porque a institucionalmente declarada ‘descolonização exemplar’ deu lugar a «uma visão desencantada, se não mesmo negativa» do processo, admitindo que vários factores influíram na formação desta ideia, incluindo a chegada à metrópole de cerca de 500 000 portugueses das ex-colónias africanas «em condições dramáticas e, por vezes, caóticas». O êxodo das colónias africanas (entenda-se as circunstâncias em que decorreu) maculou um processo de descolonização que os seus protagonistas institucionais pretendiam que fosse exímio, ainda que na opinião pública grassasse a ideia de que as independências foram concedidas aos territórios africanos sem terem sido garantidos os direitos dos portugueses lá radicados.¹⁰

⁹ Bruno Cardoso Reis, «Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, 2 planos em confronto e uma política exemplar de descolonização 1974-1975», Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires de Oliveira, *O Adeus ao Império: 40 anos de descolonização portuguesa* (Lisboa: Nova Vega, 2015), 78-101.

¹⁰ Rosas, Machaqueiro, Oliveira, *O Adeus ao Império...*, 7-8. Num estudo de opinião de Mário Bacalhau publicado em 1978, 59% dos inquiridos disse não ser contra as independências desde que os direitos dos portugueses do ultramar tivessem sido garantidos.

Contudo, as causas subjacentes a esta convicção popular não foram aprofundadas quer em estudos académicos quer na discussão pública, ao ser interpretada como uma percepção que se esbateria com o tempo, sendo igualmente preterida na escrita histórica pela versão predominante da descolonização ter sido um processo pacífico e incólume.

Especialista no fim do império britânico, John Darwin tem contestado que a descolonização possa ser unicamente descrita (em *latus sensus*) pelas suas virtudes ou retratada como acto providencial, inevitável e progressista, de carácter fundacional, ao ter permitido num curto lapso temporal o surgimento de uma plêiade de novas nações. Segundo o autor, esta louvável decorrência não deverá escamotear os seus efeitos menos positivos; por não ser inevitável o modo como se processou nem terem sido transições suaves, como demonstraram as guerras de sucessão em Angola, em Moçambique, no Zaire e no Zimbabué.¹¹

Considerando não ser tão fácil como no passado «equiparar descolonização a libertação» (pelo menos, sem lhe associar muitos outros qualitativos), este autor refuta a visão convencional, frisando que – não se devendo questionar a nobreza de ideais que a sustentou – não poderá ser proclamada como sucesso dada a conflitualidade gerada e a subsequente instauração de regimes de partido único.¹²

A conjugação destes 3 factores – terem sido transições turbulentas, que deram origem a longos conflitos armados e à implantação de regimes ‘musculados’ de partido único nas ex-colónias – seria decisiva no êxodo das populações radicadas e autóctones que assistindo à derrocada da ‘ordem nacional das coisas’, não se sentiram seguros nas novas sociedades africanas. Como aponta Tony Judt, «a descolonização foi algo mais do que caótica» mas para o Estado português «teve, pelo menos, a virtude de ser rápida».¹³ Assim como Crawford Young, ao comparar a descolonização empreendida por países europeus de menor dimensão territorial (Bélgica, Holanda e Portugal), conclui ter sido (nos 3 casos) um processo «desordenado, acompanhado durante e depois da fase de transição de prolongada violência» que, provocando êxodos em massa, foi «quase invariavelmente, um momento traumático para o ocupante em retirada».¹⁴

¹¹ John Darwin, «Decolonization: a history of a failure?», VI Decolonization Seminar, National History Center e Library of Congress USA, July 2011, <https://www.youtube.com/watch?v=Y7bRx5fEjBU>

¹² John Darwin, «Last Days of Empire», Jerónimo, Pinto eds., *The Ends...*, 271.

¹³ Tony Judt, *Pós-Guerra: a história da Europa depois de 1945*, (Lisboa: Edições 70, 2006), 582.

¹⁴ Crawford Young, «Imperial Endings and Small States: disorderly decolonization for the Netherlands, Belgium and Portugal», Jerónimo, Pinto, *The Ends of European...*, 101,122.

O outro lado da descolonização

A concentração temporal – que marcou os êxodos da descolonização da Indonésia (1948), do Congo belga (actual Zaire, em 1961) e da Argélia (1962) – ocorreu também em Angola e Moçambique. Em termos políticos, a incapacidade do Estado português em controlar o processo de transição, a radicalização tanto ideológica como actuante dos movimentos nacionalistas antes e depois dos acordos subscritos com Portugal (que em Angola degenerou em guerra civil) e os choques suscitados pelas mudanças societais, políticas e culturais – em grande parte ditadas pela sintonia de perspectivas entre os negociadores das transferências de soberania nacionais e os poderes emergentes nos territórios –, contribuíram consideravelmente para a partida de centenas de milhares de portugueses, a esmagadora maioria de origem europeia.

O período de transferência de poderes até à independência foi pautado em Angola e em Moçambique por confrontos (esporádicos ou permanentes), em que as populações residentes foram as mais afectadas pela anomia social instalada, pontualmente marcada por ódios e revanchismos étnicos que visaram sujeitos de descendência europeia ou asiática (considerados cúmplices e/ou colaboradores do sistema colonial), mas também naturais africanos não apoiantes (ou simpatizantes) do movimento nacionalista armado predominante. A violência selectiva (de carácter físico e psicológico) aliada ao colapso dos sistemas (de saúde, de ensino e de justiça, securitário e administrativo) e à escassez de bens essenciais verificada antes e depois da transição acabariam por determinar a partida, não obstante o que essa decisão implicava (em termos individuais e colectivos) tanto do ponto de vista emocional como socio-económico.

Se a descolonização das últimas parcelas do império (e o subsequente êxodo de África) não gerou um trauma colectivo identitário na metrópole nem foi percebida como perda, terá sido sentida dessa forma pelos portugueses de Angola e Moçambique? Se o foi, o que perderam? A ligação a lugares de pertença e de relevância simbólica? O seu estatuto socioeconómico e o património pessoal adquiridos? Admitindo-se ter-se verificado uma interiorização colectiva de perda irreparável (associada à espoliação material e a danos físicos e/ou morais), essa noção terá sido formulada essencialmente pela experiência da transição, do ‘repatriamento’ e da instalação na antiga metrópole ou nela também terão pesado convicções construídas durante o período colonial relativas não exclusivamente à sua condição identitária, mas também sobre os povos autóctones e os decisores políticos, quer do passado recente quer do presente discursivo?

Admitindo que registos discursivos produzidos à época pudessem conter indícios de se ter tratado de uma experiência traumatizante, poderia ainda assim ser desse modo considerada? Esta dúvida foi primeiramente testada por um simples mero exercício introspectivo: como te sentirias se te tivesse acontecido? Partilhada posteriormente a incerteza de aventar tal hipótese (num círculo de amizade restrito de quem tinha deixado África durante a descolonização), o retraimento, a mudez e a emoção silenciada de quem foi exortado a verbalizar ou a redigir o que sentira com a partida e nos primeiros meses de estada em Portugal e a espontânea interjeição de quem saíra de Moçambique na primeira infância, contrainterrogando se não seria traumatizante ter de colocar toda uma vida numa mala com 20 quilos e partir, ajudaram à tomada da decisão.

Para verificar a hipótese considerou-se essencial coligir um *corpus* documental que permitisse identificar os sentimentos associados à partida de África e a recepção na metrópole, no qual deveriam ser procurados os pressupostos constitutivos de trauma. O que determinou que a escolha recaísse em fontes primárias: testemunhos individuais redigidos por sujeitos comuns e relatos institucionais sobre as situações experienciadas pelos portugueses antes da saída das colónias e após o desembarque em território português metropolitano.

O recurso a fontes primárias produzidas à época em detrimento da história oral ou à chamada ‘literatura do retorno’ foi essencialmente ditado pela oportunidade de explorar acervos ainda não analisados. Através de uma dissertação em história menos focada nos aspectos políticos e mais centrada nos sentimentos, recorrendo a conceitos da sociologia, da antropologia e da psicologia sociais, alguns dos quais originalmente confinados ao campo da psicanálise. Se a história se resume a uma narrativa verídica de um acontecimento (transmitido sempre de modo incompleto e lateral, por estar limitado às perspectivas plasmadas pelas fontes) resume-se, na sua essência, ao «conhecimento através de documentos» que permitem perscrutar aspectos não-factuais e fazer uma análise em profundidade.¹⁵

Não obstante a história oral ser a metodologia mais recorrente em estudos sobre esta temática (tanto académicos como jornalísticos), essa opção não foi seguida nesta tese por duas ordens de factores: o carácter eminentemente selectivo da memória – a rememoração é filtrada, tendendo a omitir aspectos incómodos ao evocador – e a sua permeabilidade a distorções (deliberadas ou involuntárias) do passado. O tempo tende a

¹⁵ Paul Veyne, *Como se Escreve a História* (Lisboa: Edições 70, 2008), 11, 13, 101-107.

‘suavizar’ as emoções e percepções sobre momentos pretéritos, ficando registado na memória o que se crê que se sentiu, numa visão reconstruída dos acontecimentos mais consentânea com aquilo que o evocador acredita ter experienciado, mas que poderá não corresponder à realidade. Estes aspectos dificultariam a identificação das emoções experienciadas e consequentemente a sua decantação.

Acrescem outros 2 factores: por um lado, decorridos 40 anos, muitos adultos oriundos de África já faleceram ou estando em idade avançada não recordam o que sentiram num preciso momento temporalmente distante; por outro, estes testemunhos são extremamente significativos por se distinguirem dos transmitidos por participantes que, sendo crianças ou muito jovens durante o êxodo, tendem a basear as evocações em histórias e sentimentos que lhes foram relatadas por familiares próximos do que pela sua própria experiência ¹⁶

Deparava-se um outro óbice. Independentemente da idade, muitos participantes não conseguem verbalizar o que sentiram ou não desejam partilhar a sua experiência, sobretudo em questões mais sensíveis. Este retraimento tende a manifestar-se nas questões respeitantes às relações raciais nas sociedades ultramarinas, eventualmente derivado de um complexo de culpa e vergonha que não se assume (por a existência do racismo colonial quando não é negado ser atribuído a outrem), mas também da crença e uma inimizabilidade individual, sob alegação que a desigualdade vigente mais social que racial se devia ao sistema imposto pela metrópole.

A retracção verbal é também um sintoma evidenciado pelos inquiridos quando impelidos a evocar momentos marcantes da partida ou emoções de desconforto mais acentuado. Verificando-se em várias faixas etárias (mesmo em quem deixou África na primeira infância) é frequentemente marcada por silêncios impenetráveis.¹⁷ A opção pelos discursos documentais produzidos à época foi, por conseguinte, também uma forma de ‘contornar’ e de respeitar a legítima mudez dos entrevistados.¹⁸

Sendo escassas (e recentes) as dissertações académicas sobre a memória do êxodo da descolonização e as suas representações, baseiam-se geralmente em rememorações

¹⁶ Caso da jornalista Vanessa Rato, nascida em Julho de 1975, que investiga o retorno de África com base na transmissão oral de familiares directos.

¹⁷ Na abertura da exposição *Retornar: Traços de Memória* (Lisboa, Novembro 2015-Fevereiro 2016), a curadora Elsa Peralta aludiu à dificuldade na recolha de testemunhos devido à retracção dos sujeitos.

¹⁸ Em 2013 com vista a uma comunicação a ser proferida em Barcelona pedi a alguns portugueses de África que contassem a sua história do êxodo: a maioria não quis falar, mas aceitou fazê-lo por escrito.

feitas no presente.¹⁹ De modo que a sua análise ou a de obras autobiográficas actuais – uma área de estudo específica dos estudos literários, considerada como ‘narrativa da nostalgia’²⁰ – colocava um outro problema: o seu distanciamento temporal em relação às ocorrências.

Atendendo ao ‘manto de silêncio’ que envolveu o êxodo das ex-colónias até à viragem do milénio, este foi rompido numa primeira fase por produções televisivas de ficção (novelas, séries, telefilmes) a que seguiu uma prolífera edição de narrativas de quem viveu em África (a maioria das quais autobiografias ficcionadas e romances) e de obras baseadas em entrevistas presenciais.²¹ Estas últimas produções – elaboradas a partir de um número limitado de depoimentos no presente – centram-se em figuras institucionais ou proeminentes na sociedade portuguesa que viveram em África ou estiveram envolvidas no processo, sendo inevitavelmente direccionadas pelo redactor de acordo com o seu objectivo: retratar o fim do colonialismo, o êxodo ou a integração na metrópole em episódios de vida individuais.²²

A chamada ‘literatura do retorno’ é, por norma, saudosista, pessoalista e traduz-se em «contribuições memorialistas relacionadas com a nostalgia do que deixaram para trás após as independências».²³ Analisada no caso português por Margarida Calafate Ribeiro, é estudada como um discurso «pós-colonial luso-tropical», em que a opressão do colonialismo é geralmente ocultada ou disfarçada em sintonia com a benevolente

¹⁹ Nas teses mais recentes: a de mestrado de Bruno Machado, «Os filhos dos Retornados: a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações da pós-colonialidade» (2011) e a de doutoramento de Marta Vilar Rosales, «As Coisas da Casa: objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais» (2007).

²⁰ Expressão da investigadora literária, Isabel Ferreira Gould que associa a sua quantidade a propósitos de marketing. <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/os-retornados-estao-a-abrir-o-bau-263209>

²¹ Na ficção: Manuel Arouca, *Deixei o meu coração em África* (2005). Ricardo Saavedra, *Os Dias do Fim* (2008). Júlio Magalhães, *Os Retornados: Um amor nunca se esquece* (2008). Tiago Rebelo, *O Último Ano em Luanda* (2008). António Trábulo, *Retornados: O adeus a África* (2009). De teor autobiográfico: Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais* (2009) e Djamilia Pereira de Almeida, *Esse Cabelo* (2015). Nas biografias ficcionadas: Hélder Macedo, *Partes de África* (2007), Dulce Maria Cardoso, *O Retorno* (2011) e Vasco Luís Curado, *O País Fantasma* (2015), entre outros.

²² Baseadas em entrevistas: Ana Sofia Fonseca, *Angola: Terra prometida* (2009). Sarah Adamopoulos, *Voltar: Memória do colonialismo e da descolonização* (2012). Rita Garcia, *Os que vieram de África* (2012) e *SOS Angola: Os dias da ponte aérea* (2011). Fernando Dacosta, *Os Retornados Mudaram Portugal* (1985, 2013).

²³ Pinto, Jerónimo, «Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal», Dietmar Rothermund, ed., *Memories of post-imperial nations: The aftermath of decolonization, 1945-2013*, (Dehli: Cambridge University Press, 2015), 110-112.

visão do passado nos territórios africanos.²⁴ Não obstante os testemunhos consultados também reproduzirem em grande parte a visão de um «colonialismo inocente» (expressão de Eduardo Lourenço) como sucede nas elaborações literárias muito posteriores ao êxodo, incidem especialmente nos momentos antecedentes da partida das colónias e posteriores à chegada à metrópole, consistindo deste ponto de vista mais afinidades com os depoimentos orais contidos nas obras de estilo jornalístico.

Os testemunhos redigidos à época contêm, no entanto, uma maior potencialidade analítica que lhes é conferida pela sua proximidade aos eventos narrados: emoções e opiniões não se encontram tão reconstruídas e amenizadas pela passagem dos anos e a diversidade dos evocadores (de várias faixas etárias e de recente e longa instalação em África) possibilitam a confrontação de perspectivas sobre um mesmo fenómeno, em muitos casos divergentes da versão oficial. Permitindo ainda aferir a dimensão colectiva da mentalidade dominante e as excepções – aspecto que, por norma, não é possível descortinar em obras ficcionais ou em narrativas autobiográficas.

Recorrer à literatura científica (fontes secundárias) foi uma outra via heurística não adoptada. Sendo imensamente abundante a literatura política, militar e diplomática de autores estrangeiros sobre os colapsos imperiais, nela são privilegiados os meandros institucionais da descolonização, em que o caso português é, em regra, sumariamente abordado ou nem sequer mencionado.²⁵ No âmbito da produção nacional predominam obras de investigadores, jornalistas e sobretudo de militares – entre os últimos alguns deles directamente envolvidos e, por isso, ‘engajados’ com os factos que relatam²⁶ –, em que o êxodo do ultramar português é sucintamente tratado como efeito colateral de um complexo e multifacetado processo político.

Constituindo o trabalho do sociólogo Rui Pena Pires uma excepção – como precursor em Portugal do estudo dos portugueses chegados a Portugal entre 1974 e 1977 – somente no início deste século e particularmente na última década, investigadores

²⁴ Nas obras de Margarida Calafate Ribeiro destacam-se: *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (2003) e *Uma História de Regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo* (2004) e nos estudos literários pós-coloniais os trabalhos de Sheila Khan e a tese de doutoramento de Patrícia Martinho Ferreira da Universidade de Brown, em fase de redacção.

²⁵ Na regra: Martin Shipway, *Decolonization and its impact: A comparative approach to the end of colonial empires* (2008). John Springhall, *Decolonization since 1945: The collapse of European's overseas empires* (2001). Nas excepções: David Birmingham, *Portugal e África* (2003); Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa* (1997) e Elizabeth Buettner, *Europe after Empire: Decolonization, society and culture* (2016).

²⁶ Na introdução de *O Adeus ao Império* (2015) são mencionados Pedro Pezarat Correia e Manuel Amaro Bernardo, como autores defensores de visões dissonantes sobre o processo de descolonização, 9.

portugueses de diversas áreas ciências sociais bem como alguns militares e jornalistas abordaram mais profundamente o ‘retorno’ de África, cruzando fontes primárias documentais e orais, optando os militares por escrever sobre a sua experiência de participantes ou através da recolha de depoimentos.²⁷

Como salientou este sociólogo (também ele nascido em África), em 1984 o êxodo era ainda uma das consequências menos estudadas da descolonização.²⁸ Continuou a sê-lo até à actualidade. Decorridos 40 anos é ainda quase inexistente a produção académica sobre a visão das populações das colónias (sobretudo sobre as de origem europeia) sobre a transição para as independências, sendo nos estudos literários, na antropologia e na psicologia social que são produzidos trabalhos mais relevantes sobre os seus sentimentos sobre a descolonização e a fixação em Portugal.²⁹

Ainda assim, a maioria destes estudos não privilegia os *corpora* documentais arquivísticos da época ou fontes primárias impressas, nem aprofunda as experiências e perspectivas dos chamados ‘vencidos’. Esta dissertação pretende, por isso, dar um mero contributo nesta matéria, procurando colmatar os muitos vazios ainda por preencher através de uma ‘radiografia emocional’ que permita entender um pouco melhor porque foram os portugueses de Angola e de Moçambique (como refere Costa Pinto) «os grandes perdedores» da descolonização.³⁰

A voz dos perdedores

De colono privilegiado a ‘retornado’ espoliado. Esta poderia a expressão-síntese da desclassificação estatutária sofrida pelos portugueses de Angola e de Moçambique com a descolonização. À inferioridade numérica racial em África sucedeu a condição igualmente minoritária na metrópole –, à semelhança de outros ex-colonos produziram

²⁷ Destaque para as obras de Rui Pena Pires, *Os Retornados: um estudo sociológico* (1984) e a *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa* (2003), de Cláudia Castelo, *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole 1920-1974* (2007) e *O Modo português de estar no mundo: Luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa 1933-1961* (1999). Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Descolonização* (2008). António Gonçalves Ribeiro, *A vertigem da descolonização: Da agonia do êxodo à cidadania plena* (2002). António Silva Cardoso, *Angola: Anatomia de uma tragédia* (2005). João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: O regresso das caravelas* (2009) e Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola* (2013).

²⁸ Rui Pena Pires *et al.*, *Os retornados: Um estudo sociológico*, (Lisboa: IED 14, 1984), 15.

²⁹ Constituem excepção os trabalhos dos antropólogos sociais Andrea Smith, Stephen Lubkemann e Ricardo Ovalle-Bahámon que estudaram os portugueses de África. No caso moçambicano, Omar Ribeiro Thomaz e Sebastião Nascimento, Sheila Khan e Marta Vilar Rosales através de entrevistas.

³⁰ A. Costa Pinto, «The transition to democracy and Portugal’s decolonization», A. Costa Pinto, Stewart Lloyd-Jones eds., *The last empire: Thirty years of Portuguese decolonization*, (Bristol, Portland: Intellect, 2003), 35.

lamentações de ostracismo em solo europeu após a chegada, de não reconhecimento do seu papel empreendedor nas colónias e de, apesar da sua posterior integração na sociedade portuguesa, se diferenciarem dos metropolitanos.³¹

Por serem cidadãos «brancos e percebidos como culturalmente semelhantes aos residentes» (uma minoria indiferenciada por ser portadora da mesma língua, origem étnica e nacionalidade dos residentes) foram «sistematicamente excluídos dos estudos sobre grupos migrantes na Europa».³² Uma marginalização relacionada em grande parte por a sua condição ter sido negativamente valorada ao aportarem à metrópole numa conjuntura de acentuada conflitualidade social, económica e política – em pleno Processo Revolucionário Em Curso (PREC) – durante o qual foram genericamente considerados colonialistas, privilegiados, usurpadores, exploradores dos povos africanos e, por conseguinte, cúmplices do regime cessante.

Quando um grupo (por norma, minoritário) é sujeito a um contexto opressivo ou cerceador da sua existência ou liberdade de afirmação é natural a sua condição suscitar maior solidariedade e empatia, mesmo que a maioria societal em que se insere lhe negue os direitos que insistentemente reclama. Se, em contrapartida, é associado a doutrinas e práticas moralmente condenáveis, a regimes totalitários ou autoritários (sendo, de algum modo vistos como colaboracionistas) ou a culturas dominantes impostas a uma maioria cujo direito à auto-determinação foi sonegado, não tende a existir uma igual propensão ou receptividade e muito menos qualquer sentimento solidário relativamente às suas estórias, justificações ou reclamações. Não colhem a simpatia de outras minorias (nem da maioria), a sua voz tende a não ser escutada e permanecem como ‘proscritos’ na gaveta fechada dos ‘não-reconciliados’ com a história.³³ Como diz Mário Machaqueiro: «os nostálgicos ou ‘vencidos’ do colonialismo foram renegados para uma posição marginal que os tornou igualmente invisíveis».³⁴

Com raras excepções³⁵ até ao início do século XXI a investigação académica dos antigos países colonizadores ignorou-os, embora possam equiparar-se a outros actores

³¹ Stéphanie Laithier, Vicent Vilmain. *L'Histoire des minorités est-elle une histoire marginale?* (Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2008), 11,19, 57, 131.

³² Andrea Smith, *Europe's Invisible Migrants* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003), 22-24.

³³ Andrea Brazzaduro, «Non-reconciliés: mémoire et histoire», Stéphanie Lattier, Vicent Vilmain, eds. *L'Histoire des Minorités est-elle une Histoire Marginale?* (Paris: Presses de l'Université Sorbonne, 2008), 33.

³⁴ Mário Machaqueiro, «Memórias em Conflito ou o Mal-Estar da Descolonização, *O Adeus...*, 229.

³⁵ Entre outros Jean-Jacques Jordi, Bernard Droz e Benjamin Stora e William B. Cohen estudam os ex-colonos da Argélia e das ex-colónias asiáticas francesas, Wim Willem a descolonização holandesa da

sociais que foram ‘excluídos da história’ – por (em determinado momento ou contexto histórico) se terem sentido estigmatizados, discriminados, esquecidos ou preteridos numa sociedade.³⁶

Segundo Andrea Smith, a descolonização suscitou nas antigas metrópoles «um intenso desdém pelo legado colonial que foi rapidamente e simbolicamente transferido para os próprios ex-colonos», levando historiadores, investigadores sociais e políticos a evitarem claramente esta população e o que representava.³⁷ O que também sucedeu em Portugal. Se no quotidiano o desdém dirigido aos recém-chegados de África era verbalizado através de imputações desqualificantes e estereotipadas ou manifestado em práticas de discriminação/ exclusão social e cultural, na esfera política e académica poucos se interessaram pela sua causa ou pela análise das reivindicações.

Esta reacção poderá ser explicada em parte por um triplo anátema: eram produto de uma descolonização forçada pela comunidade internacional, demasiado tardia e que foi precedida por conflitos armados, sendo a sua partida interpretada nas metrópoles como expulsão, fuga ou saída voluntária motivada pela inevitável perda de privilégios que os atingiria em contexto pós-colonial. É deste ângulo que Frederick Cooper alude à sua condição de cidadãos cuja legitimidade e reclamação de direitos cessou com o fim dos impérios, atribuindo a sua partida (antes da independência ou dos novos Estados africanos) à dificuldade ou recusa em aceitarem uma nova ordem social, política, cultural e económica em que haveria necessariamente uma inversão de papéis.³⁸

Findo o império, aqueles que constituíam «a dinâmica humana» do colonialismo somente poderiam reclamar o seu reconhecimento num passado que foi banido do futuro das nações europeias e do mundo: o colapso imperial extinguiu a sua condição, deixando o seu estatuto de «ter legitimidade no mundo descolonizado». Para o autor, as suas queixas são, no entanto, relevantes para se entender «um desordenado processo histórico», devendo estudar-se o fenómeno social que representou a sua rápida deslocação em massa para as metrópoles, mas também as suas reclamações, ainda que

Indonésia, focando-se Caroline Brettel, Andrea Smith e Stuart Ward nos migrantes das descolonizações pós-1945, abordando Thomas Martin, Larry Butler, Frederick Cooper, David Birmingham e Martin Shipway os processos político-militares das descolonizações.

³⁶ Expressão criada pela historiadora Michelle Perrot em 1988 sobre mulheres, operários e prisioneiros, abrindo assim caminho à sua aplicação a outros grupos agregados.

³⁷ Smith, *Europe's...*, 27.

³⁸ Frederick Cooper, *Colonialism in Question: theory, knowledge, history* (Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 2005), 201

seja «num certo tipo de passado» que pretendem obter «reconhecimento para as suas alegadas queixas e sofrimento».³⁹

Focando-se os estudos pós-coloniais mais nos povos autóctones que na trajectória das minorias da descolonização, Martin Thomas exorta a que se preste mais atenção às retiradas coloniais, analisando-se as histórias daqueles «para quem a descolonização significou um indesejável retorno à Europa ou um exílio forçado na terra do poder colonizador». Considerando que, se para os funcionários britânicos a partida poderá não ter sido tão traumática quanto o foi para os africanos refugiados, representou «o início de um sentimento de abandono e despromoção». O autor salienta também o silêncio a que a história os relegou. «Em todos os casos tipificados como ‘opressores coloniais’ ou de forma menos melodramática como cúmplices num projecto imperial, considerados embaraçosamente ou eticamente indefensáveis, esta ‘estreita linha branca’ tem tido relativamente pouco a dizer na explicação da sua perspectiva da descolonização. São uma voz negligenciada».⁴⁰

Em Portugal durante mais de 35 anos «falar sobre a guerra colonial ou sobre o processo de descolonização foi tabu».⁴¹ Embora este ‘período de nojo’ também sido comum a outras metrópoles europeias cuja descolonização foi precedida por guerras, a publicação da Lei de 23 de Fevereiro de 2005 em França (em especial do artigo 4.º sobre a recuperação de aspectos positivos da colonização) suscitou um aceso debate académico e político na reflexão sobre a guerra de memórias.⁴² O que não aconteceu no caso português. Em Portugal, a voz dos ‘vencidos’ permaneceu envolta num ‘selo lacrado’ difícil de quebrar (muitos documentos oficiais ainda se encontram interditos a consulta pública) associado a um ‘pacto officioso’ de restrição ao seu acesso que ajuda a perpetuar as abordagens convergentes com a interpretação oficial. Como escreve Fernando Catroga ainda hoje alguns historiadores europeus falam na persistência «de uma preocupante ‘tirania da memória’, exercida pelas versões oficiais ou pela pressão

³⁹ Frederick Cooper, «Postcolonial Peoples: a commentary», ed., A. Smith, *Europe's Invisible Migrants* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003), 181-183.

⁴⁰ Martin Thomas ed., *European Decolonization* (Cornwall: Ashgate, 2007), xxii-xxiii.

⁴¹ Rosa Cabecinhas e João Feijó, «Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa», *IJCV*, Vol. 4, 1, (2010), 31.

⁴² Pascal Blanchard e Isabelle Veyrant-Masson, *Les guerres de mémoires: La France et son Histoire* (Paris: La Découverte, 2010), 7-8

de grupos pouco interessados em sujeitarem as suas leituras ao circo das interpretações críticas».⁴³

A narrativa do êxodo dos portugueses das ex-colónias afigurou-se uma «verdade incómoda» face à versão institucional defensora da fórmula descolonizadora adoptada, sendo preterida e/ou ignorada pelas ‘fontes oficiais’ como menos merecedora de atenção passível de ser traduzida pelas expressões populares de ‘fechar os olhos’ ou ‘olhar para o lado’. Ao tornar-se uma realidade socialmente desvalorizada, foi-o também a nível académico, tornando difícil (como assinala Zerubavel) «diferenciar o que simplesmente não se conta do que especificamente se evita falar».⁴⁴

Se a memória da descolonização dos portugueses de África existe, como refere Mário Machaqueiro não tem visibilidade, projecção nem influência pública. O autor defende, por isso, que se questione e explique o «que parece ser uma espécie de amnésia colectiva» sobre o tema, assumindo «para efeitos de argumentação, como bem fundada a ideia de que entre nós [portugueses], existe, de facto, um défice enigmático na rememoração respeitante à experiência colonial e à ruptura que o processo de descolonização lhe trouxe».⁴⁵ É em resposta a este repto que este estudo se posiciona. Através de um retorno às fontes primárias e procurando conciliar a ‘história a partir de baixo’ – de acordo com a definição abrangente de E. P. Thompson⁴⁶ – com a ‘história por dentro’ que (ao ser contada pelos portugueses das ex-colónias) procura compreender porque a partida de África representou um «drama social», configurando um conflito de pequena escala confinado às fronteiras nacionais, embora enxameado de «tensões latentes».⁴⁷ Tensões que resultaram em larga medida dos choques resultantes da súbita mudança (ideológica, societal, cultural e identitária) verificada (na metrópole como nas colónias) pela terceira vaga de democratização iniciada em Portugal com o derrube do Estado Novo, tornando-se o catalisador da descolonização.⁴⁸

⁴³ Fernando Catroga, *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e fim do fim da História* (Coimbra: Almedina, 2009), 30. O autor cita François Dosse, «L'histoire à l'épreuve de la guerre des mémoires», *Cités*, 33 (2008).

⁴⁴ Eviatar Zerubavel, *The Elephant in the Room: Silence and denial in everyday life* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 3-5, 13, 29-34.

⁴⁵ Mário Machaqueiro, «Memórias em Conflito...», 229.

⁴⁶ Em *The Making of English Working Class* (1966), o autor explica como a definição de classe deveria ser o modo como os homens viveram a sua própria história, devendo ser escrita desse ponto de vista.

⁴⁷ Peter Burke, «History as Social Memory», Thomas Butler, ed., *Memory: History, culture and mind* (Oxford: Basil Blackwell, 1989), 50.

⁴⁸ Samuel Huntington, *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*, (Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991), 3.

Tendo Hobsbawm advogado em 1988 que ‘a história a partir de baixo’ deveria centrar-se nos movimentos populares e nas classes trabalhadoras, uma década mais tarde considerou pertinente que esta abordagem historiográfica também abrangesse «gente comum», cujo singular percurso de vida deveria ser conhecido e explicado.⁴⁹ Pressupondo, assim, um prisma não ditado pela condição socio-económica, mas pela experiência de todos quantos ficaram na sombra da história.⁵⁰ No mesmo sentido que José Manuel Sobral refere ser relevante recuperar as histórias de quem vive (ou viveu) no anonimato, indagando o que se passou «no registo do ‘escondido’» com actores sociais que «historicamente têm sido obrigados a esconder ressentimentos, opiniões e aspirações».⁵¹ No presente caso, dando voz a actores sociais que – enquanto colectivo agregado pelos anos de vivência nas colónias e pelo êxodo da descolonização –, viram os seus intentos frustrados.⁵²

A história narrada pelos participantes é, por isso, construída a partir de dentro.⁵³ Ao fundamentar-se nas suas experiências permite «desmentir negações, deturpações ou o branqueamento do passado, feitos por quem não esteve lá», dando ao mesmo tempo voz aqueles que, por motivos vários, «estiveram condenados ao silêncio».⁵⁴ Ao fazê-lo é natural depararmo-nos com relatos de constrangimento e medo, algo idênticos aos que são estudados presentemente sobre a participação pessoal «em incidentes dramáticos como julgamentos ou actos de violência».⁵⁵

Procurou-se, em simultâneo, perceber quais as motivações conscientes e inconscientes bem como apreensões e aspirações deste colectivo, mas também os preconceitos e estereótipos que manifestou sobre outrem e que foram feitos sobre ele.⁵⁶ Aspectos que podendo não ser agradáveis deverão ser contemplados para que possa ter

⁴⁹ Eric Hobsbawm, *Uncommon People* (London: Weindenfeld & Nicolson, 1998), vii. Esta obra alude às tradições operárias e camponesas, aos activistas do Maio de 1968 em Paris, à revolução sexual e aos intérpretes de jazz, pessoas comuns com vidas extraordinárias.

⁵⁰ Em *History from below: English and french popular protests 1600-1800* (1985), Frederick Krantz advoga que a história a partir de baixo não deve cingir-se a movimentos, revoltas e lutas, mas incluir as vidas e aspirações da gente comum em diferentes períodos do passado.

⁵¹ José Manuel Sobral, «Os Sem-História: memória social, história e cidadania», *Le Monde Diplomatique* (2007). <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article401>

⁵² Helmut Wagner, *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos* (Rio Janeiro: Zahar, 1979), 21.

⁵³ Ver Jim Sharpe, «History from Bellow» e Henk Wesseling, «Overseas History», Peter Burke ed., *New Perspectives on Historical Writing*, (Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1992, 2001).

⁵⁴ Catroga, *Os Passos do Homem...*, 15-20.

⁵⁵ Peter Burke, *History and Social Theory*, (Cambridge: Polity Press, 2009), 39.

⁵⁶ Peter Burke, «Overture. The New History: Its Past and its Future», ed. Peter Burke, *New Perspectives on Historical Writing* (Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 2001), 3

um entendimento mais claro acerca «dos factos incómodos, dos esqueletos escondidos no armário da memória social».⁵⁷

Com a pretensão de se ‘escutar’ os portugueses de Angola e de Moçambique afigurou-se adequado escolher um *corpus* documental maioritariamente constituído por cartas publicadas e dirigidas a entidades institucionais entre 1974 e 1979, mais próximas dos factos e detentoras de uma emotividade menos filtrada ou atenuada. Não obstante o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) ter recebido no último trimestre de 1975 uma média diária de 500 cartas, foram encontradas escassas dezenas nas 117 caixas consultadas (das 675 inventariadas), ainda que o espólio seja composto por 4,000 pastas.⁵⁸ Face à escassez de cartas existentes no fundo do IARN optou-se por consultar também cartas dirigidas a ministros e a presidentes da República depositadas em vários arquivos, algumas das que foram publicadas pelo semanário *O Retornado* ao longo de 3 anos (1975-1978) e depoimentos prestados à época compilados em livro, num total de 663 missivas.⁵⁹

Por serem relatos autobiográficos fortemente emotivos e de vitimização – sobre os quais recai (como sucede com outras minorias reclamantes) a suspeita de inveracidade ou inverosimilhança resultante de um estado psicológico instável propenso ao exagero discursivo –, se este estudo se baseasse apenas nas cartas de quem se sentiu lesado pela descolonização que foram publicadas em *O Retornado* (semanário alinhado com a causa dos portugueses vindos de África), poderia ser acusado de conter uma visão enviesada, distorcida ou exagerada dos factos. Procurou-se, por isso, superar esta eventualidade através do recurso a missivas endereçadas a responsáveis políticos e administrativos, verificando-se que contêm um pendor dramático e o mesmo sentimento de indignação, centrando-se igualmente num ou em vários episódios do passado recente ou do presente discursivo.

⁵⁷ Peter Burke, «History as Social Memory», ed. Thomas Butler, *Memory: History, Culture and Mind* (Oxford: Basil Blackwell, 1989), 110.

⁵⁸ Transferido para o AHU nos anos de 1998 e 2004, apenas uma ínfima parte do espólio do IARN (referente a actos administrativos e de gerência) foi inventariada. Apontando os quantitativos das pastas 238 e 239 para o recebimento de 500 por dia, numa estimativa aproximada com base nos dias úteis deveriam existir, pelo menos, 16 000 missivas. O funcionário responsável pelo espólio afirmou desconhecer se foram destruídas antes da sua transferência para o AHU ou se estarão nas 3 325 pastas não inventariadas.

⁵⁹ De *O Retornado* foram consultados os exemplares de Outubro de 1975 a Dezembro de 1978, dos quais foram extraídas 345 cartas e 429 textos divididos pela proveniência do signatário (Angola ou Moçambique) nas seguintes categorias: declaração, relato experiencial, entrevista e opinião (crónica). Do semanário *O País* (Janeiro a Abril de 1976) retiraram-se 7 cartas. Consultados 347 documentos no Fundo do IARN (180 dos quais cartas) e 186 documentos do AHPR (138 cartas), obtiveram-se 663 missivas.

Para verificar se as evocações dos participantes teriam sido extrapoladas – por um eventual estado de stresse psicológico ou devido à sua intenção reclamante – foram consultados os registos documentais de instâncias oficiais (relatórios, comunicados, telegramas de militares, governantes e diplomatas), artigos de imprensa e legislação produzida entre os anos de 1974 e 1976, na metrópole e nos 2 territórios.⁶⁰ A pesquisa decorreu em 11 arquivos nacionais – 4 dos quais de organismos das Forças Armadas Portuguesas (FAP)⁶¹ e 7 de entidades políticas, administrativas e diplomáticas.⁶²

Dado o reduzido número de telegramas (facultados para consulta) trocados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português e as autoridades nacionais de Angola e Moçambique entre os anos de 1974-1975, extraíram-se dos arquivos digitais do Governo dos EUA apreciações dos representantes consulares sobre a população branca durante a transição para a independência angolana e informações de conversas privadas, informais ou de gabinete entre os diplomatas norte-americanos e responsáveis militares e políticos portugueses colocados em Luanda e em Lisboa.⁶³

O cruzamento de testemunhos (das missivas com os de outras fontes) permitiu diferenciar a narrativa dos evocadores dos relatos de outras fontes, verificando-se que embora menos emotivos, estes testemunhos não só corroboram como nalguns casos excedem a dramaticidade de algumas situações narradas pelos signatários das missivas. Estas fontes são igualmente úteis na medida em que atribuem justificações para o estado psicológico observado nas populações de origem europeia. Dever-se-á, no entanto, ter presente que o discurso de cada interlocutor institucional (não considerado evocador) é também condicionado (entre múltiplos factores) pela função exercida e pela posição solidária, coincidente ou manifestamente dissonante daquela que é reclamada pelos

⁶⁰ Como fez a historiadora moçambicana Amélia Neves de Souto.

⁶¹ Dos 4 arquivos militares: 1-Arquivo Histórico Militar (AHM); 2-Arquivo de Defesa Nacional (ADN). 3-Arquivo 25 de Abril do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. 4-Arquivo Pessoal do Alto-Comissário de Angola, General Silva Cardoso.

⁶² Restantes arquivos: 5-Arquivo da Fundação Mário Soares (FMS). 6-Arquivo de História Social (AHS) do ICS-UL. 7-Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR). 8- Arquivo Histórico-Ultramarino (AHU). 9-Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (APCM). 10-Arquivo Histórico-Diplomático (AHD/MNE). 11-Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) onde, do Espólio de Melo Antunes (EMA) doado em Maio de 2009, foram consultadas 8 caixas por as demais estarem reservadas a uma investigadora. A maioria das missivas foi extraída do Fundo do IARN do (AHU) e da Correspondência e Assuntos Sociais e Económicos das magistraturas presidenciais de Costa Gomes e de Ramalho Eanes, no AHPR. Escassos documentos foram encontrados no Arquivo Histórico-Diplomático (AHD).

⁶³ Online research on Record Group 59, AAD (Access to Archival Databases) from the General Records of the Department of State, Central Foreign Policy Files. National Archives and Records Administration (NARA).

portugueses de África. A identidade individual, a ideologia perfilhada, o percurso vivencial e o lugar detido na hierarquia decisória instituída enformam, por isso, cada conteúdo discursivo produzido pelas fontes exógenas, reflectindo a sua própria verdade mais do que objectivas descrições da realidade.⁶⁴ Uma consciência que convirá ter presente em todos os testemunhos transcritos ao longo deste trabalho.

As emocionais narrativas do êxodo

Considerando Manuel Carlos Silva que a identidade de um grupo é composta por elementos de natureza cultural e material – a língua, o território, a economia, a cultura, a consciência étnica, a organização política, urbana e social e a estrutura familiar –, estando sujeita à evolução dos costumes, a acidentes geo-históricos e aos processos de maior abertura ou (em sentido inverso) de clausura interna e externa de cada colectivo, interessa-nos, em particular, a dinâmica identitária biunívoca resultante do confronto de representações existente entre a auto e a hétero-identificação.⁶⁵ Estes 2 ângulos de análise são relevantes no presente estudo para entender a noção que os portugueses das colónias faziam de si mesmos, dos africanos de cada território e dos metropolitanos e a ideia que os povos autóctones e os residentes da metrópole cultivavam sobre aqueles que estavam em África, antes e depois da descolonização.

Baseando-se a identificação oficial dos portugueses de África em prerrogativas institucionais – ter nacionalidade portuguesa, ascendência europeia (caucasiana) e domicílio permanente numa colónia –, a sua noção identitária assentava enormemente na auto-percepção construída, ou seja, o «entendimento que cada um tem de si mesmo, ainda que influenciado pela forma como os outros o vêem», sendo através dele que as dinâmicas emocionais mais facilmente podem ser examinadas.⁶⁶

Se a auto-percepção identitária consiste em conhecimentos e afectos socialmente marcados que os indivíduos cultivam sobre si mesmos, a sua componente psicológica (o modo como vê os outros e o mundo) é tão ou mais significativa do que as atitudes que exteriorizadas pela acção: «a identidade importa porque molda tanto o que fazemos como o que pensamos ou o que sentimos». Poder-se-á afirmar, por conseguinte, que a identidade é primeiramente «uma construção psicológica» pela qual os indivíduos

⁶⁴ Peter Burke, *History and Social Theory* (Cambridge: Polity, 2005), 100.

⁶⁵ Manuel Carlos Silva, «Etnicidade e Racismo: uma reflexão pós-teórica», Manuel Carlos Silva, José Manuel Sobral, orgs., *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo, migrações étnicas e contextos escolares*, (Porto: Afrontamento, 2012), 25.

⁶⁶ Cooper, *Colonialism in Question...*, 74-75.

definem os seus autoconceitos e provam (por actos e pensamentos) a sua existência psicológica, sendo «inerentemente social e política». O domínio do social e do político fazem, por isso, parte da nossa realidade psicológica.⁶⁷ Motivo pelo qual a reclamação identitária de muitos destes portugueses está ligada às premissas ideológicas de carácter nacionalista do Estado Novo (incluindo durante as duas últimas décadas do regime). O que, por sua vez, é relevante para entender o quão diferente era o mundo colonial da realidade convictamente narrada pelos colonos, reportando-nos para um dos princípios da sociologia narrativa, pela qual «mais importante do que o mundo em si mesmo, é a forma como ele é dito ou pensado».⁶⁸

Neste ponto abra-se um parêntesis para sublinhar que a concepção identitária dos portugueses de África estava intrinsecamente ligada à benevolência do colonialismo português – luso-tropicalista, racista mas não racista que se traduzia na coabitação harmoniosa e pacífica entre europeus e africanos⁶⁹ – amplamente propalada pela ideologia do Estado Novo que, além de os diferenciar positivamente de outros povos colonizadores, contribuiu para consolidar a crença de que a sua permanência não seria contestada na fase de transição para as independências e que a sua presença seria bem aceite (ou pelo menos tolerada) nos novos Estados independentes pelos governantes africanos.

Criada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre como teoria putativamente histórica da adaptação dos portugueses à diversidade racial e cultural de outras civilizações, enquanto criadores de sociedades multirraciais igualitárias, a crença luso-tropicalista acabou por ser «uma raramente questionada evidência identitária, política e cultural, embora se mantivesse a inexistência de uma igual distribuição de direitos de cidadania ou de oportunidades económicas entre a população branca e a nativa».⁷⁰

A doutrina do «benevolente, excepcional e racialmente cego [...] colonialismo desenvolvido, civilizador e inclusivo» praticado no ultramar português era inculcada pelos mecanismos oficiais de aculturação como o ensino, no qual o enaltecimento do passado, o heroísmo histórico e a geografia pluricontinental eram de aprendizagem

⁶⁷ Denis Sindic, Manuela Barreto, Rui Costa Lopes, *Power and Identity* (New York: Psychological Press, 2015), 1-2.

⁶⁸ José Machado Pais, *Sociologia da Vida Quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 70, 86, 100, 107

⁶⁹ Ver Cláudia Castelo 'O Modo Português de Estar no Mundo': *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa 1933-1961*, (Porto: Afrontamento, 1999).

⁷⁰ A. Costa Pinto, M. Bandeira Jerónimo, «Ideologies of Exceptionality...», Rothermund, *Memories of Post-imperial Nations...*, 106-107.

obrigatória; a par do sentimento patriótico construído pelas noções de obediência, respeito, honra e orgulho num Portugal grandioso, agregador de povos etnicamente díspares e geograficamente distantes.⁷¹ Esta crença tão marcadamente vincada nos portugueses radicados em África permite entender por que certas mitologias coloniais (incluindo as respeitantes à benignidade da colonização portuguesa) perduraram na mentalidade destas populações como verosímeis e válidas, mesmo depois de findo o Estado Novo.

Fechado este parêntesis retome-se a discorrência sobre a realidade psicológica dos indivíduos particularmente aferível pela narrativa emocional de carácter biográfico – representação discursiva em que os elementos de auto-identificação se encontram mais pormenorizados por reflectirem os quadros de referência individual. Como assinala Fernando Catroga o relato autobiográfico revela como o narrador «se relaciona com os valores das sociedades e dos grupos em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como *projecto*».

Possuindo um ponto de partida e de chegada escolhido pelo evocador – quer fale «em nome individual, no cumprimento de estratégia auto-legitimadora de um percurso de vida ou em nome de um grupo» – estas narrativas consistem numa «revivescência» cuja tensão é tanto mais elevada quanto mais próxima está do acontecimento. A evocação biográfica é, assim, influenciada pela proximidade do sucedido, pelos valores do narrador e pelas «afinidades electivas» relacionadas com as suas carências, necessidades e expectativas.⁷² Sintetizando esta ideia, poderá afirmar-se que a narrativa é dominada pelos contextos de significado (ou significantes).⁷³

Para além dos testemunhos emocionais serem o campo de difusão privilegiado da realidade psicológica, contêm um interesse tripartido: afiguram-se mais fiáveis – o acontecimento «é mais importante, mais mencionado e recordado por quem o viveu do que pelas gerações posteriores que não o experienciaram» – permitem aferir a dimensão colectiva da experiência e revelam uma versão diferente da instituída. Motivo pelo qual os investigadores recorrem muitas vezes a tais relatos alternativos (particularmente os

⁷¹ A. Costa Pinto, M. Bandeira Jerónimo, «Ideologies...», 109.

⁷² Catroga, *Os Passos do Homem...*, 44-45

⁷³ Anthony Giddens, *Modernity and Self-Identity: Self and society in the late modern age* (Stanford, Stanford University Press, 1991), 53.

de teor traumatizante) para ilustrar uma experiência grupal que, configurando também uma relação de poder, não se restringe à narrativa oficial.⁷⁴

Os testemunhos emocionais que envolvem narrativas identitárias (como as do caso em estudo) caracterizam-se também por um enfoque particularístico e individual em detrimento de valores ou causas universais: os interesses e apegos prioritários para o evocador sobrepõem-se a qualquer ideal comum por mais justo, moralmente justificado ou reconhecido que seja. Nestes relatos, as preocupações individuais de cada narrador (de segurança, património, emprego, etc.) são sempre referidas em detrimento de causas colectivas internas (em benefício do seu grupo) ou externas (de outros) – atitude que, no caso em estudo, é muitas vezes classificada pelas autoridades nacionais como «egoísmo». Algo idêntico constatou Theodore Zeldin ao concluir que, numa fase inicial da democracia francesa, os receios e aspirações de vários grupos sociais se centravam mais em aspectos individualistas que em motivações de reivindicação grupal.⁷⁵

Focando-se nos contextos mais significantes para cada evocador, estas narrativas revelam episódios parcelares de trajectórias de vida que devem ser historicamente situados, atendendo às configurações relacionais específicas. Contêm também (como qualquer narrativa), uma relação conflitual entre as partes: uma intriga causal (em que existe um protagonista e um antagonista), uma apropriação selectiva dos factos (o que mencionam em detrimento do que silenciam ou ocultam) e uma temporalidade (uma sequência e um lugar que as contextualizam).⁷⁶

As emoções destas narrativas possuem uma outra característica: temporalmente próximas dos eventos ao serem partilhadas tornam-se reivindicações de «dor social», que, sendo sentida como «desconforto agudo», afecta a ideia que o grupo tem de si mesmo: a «dor social» é representada «como uma ameaça fundamental à noção do que acham que são, de onde vieram e para onde querem ir».⁷⁷ Acresce que, encontrando-se as emoções individuais ligadas a uma situação, o contexto social em que experiência

⁷⁴ Barbara A. Misztal, *Theories of Social Remembering* (Berkshire: Open University Press, 2003), 53, 67-68, 87.

⁷⁵ Theodore Zeldin, *France 1848-1945: Politics and Anger* (Oxford: Oxford University Press, 1984), vii. Ao explicar como os franceses se tornaram o que são, o autor refere que numa fase inicial da democracia pequenos grupos de diferentes classes sociais se mostravam mais preocupados com o seu percurso de vida do que com reivindicações colectivas: «a mobilidade social, a competitividade e a ansiedade dominavam o comportamento pessoal mais do que a luta de classes». Também as narrativas consultadas sobrepõem os interesses individuais à consciência colectiva que surge somente com a experiência do êxodo.

⁷⁶ Margaret R. Somers «The Narrative Constitution of Identity: A relational and network approach», *Theory and Society* n. 23, 5 (1994), 616.

⁷⁷ Jeffrey C. Alexander, *Trauma: a Social Theory* (Cambridge: Polity Press, 2012), 15.

emocional ocorre deve ser inserido na explicação da emoção, devendo aprofundar-se as que se relacionam com processos sociais: como o medo, o ressentimento, a vingança, a vergonha, a confiança.⁷⁸

Os significados atribuídos pelos evocadores e as emoções que reclamam permitem entender como é relatada «a experiência subjectiva».⁷⁹ Como afirmou Max Weber: o significado subjectivo de um discurso é detectável nas motivações e/ou justificações do evocador, por os argumentos serem significativos no momento em que relata a sua experiência. Neste sentido, o que formula, comunica e entende é apenas parte da complexidade do todo que não quer, não pode ou não consegue apreender: nem tudo o que acontece adquire (para ele) o mesmo grau de importância.

Ao mencionar as suas experiências, memórias, expectativas e informações sensitivas sobre o passado colonial, o período de transição ainda nas colónias e a fase de recepção na metrópole, o grupo faz uma «avaliação psicológica da situação» que se traduz resumidamente no que é bom ou mau para si. Tal avaliação impulsiona «uma atitude emocional» consciente (uma análise de sentido) que se baseia nas «experiências passadas, sistemas de crença e expectativas dos indivíduos».⁸⁰ As análises de sentido decorrem, por isso, tanto da situação como das idiossincrasias individuais e das suas memórias.

Resumindo: mais do que à experiência as emoções reportam-se à percepção, ao modo como a situação foi sentida. Pretendendo-se no presente estudo aferir se, para além da descolonização, na análise de sentido dos ultramarinos sobre a partida de África influíram outros factores como a ruptura com projecções de vida e espaços geográficos societais e de pertença, a inversão do estatuto socio-económico, a diferenciação identitária em relação aos metropolitanos e as dificuldades de integração após a chegada à metrópole.

Acresce que se o evento consistir numa «relevância imposta» terá um impacto mais devastador na vida do indivíduo: por ser uma situação que está fora do nosso controlo, que não é do nosso interesse, não sendo causado nem podendo ser alterado por

⁷⁸ Jack M. Barbalet, *Emotion, Social Theory and Social Structure: a macro-sociological approach* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998), 2, 79.

⁷⁹ Helmut Wagner, *Fenomenologia...*, 8-20.

⁸⁰ Pierre Philippot, Alexander Schaefer, «Emotion and Memory», eds., Tracy Mayne, George A. Bonanno, *Emotions, Current Issues and Future Directions* (London, New York: The Guilford Press, 2001), 83-84.

nossa vontade.⁸¹ Ao ter ditado um corte abrupto na sua forma de estar e de viver, uma alteração drástica no seu quotidiano e um transtorno interior de duração prolongada, a partida de África não se afigura (nos testemunhos) como voluntária nem desejada, mas tendo antes resultado de uma necessidade imposta pela conjuntura histórica (política, social e económica). Enquanto «relevância imposta» constituiu um evidente «marcador temporal» de cisão (alheia à sua vontade) com um percurso de vida estabelecido que, ao ser uma experiência partilhada superou «o registo da experiência pessoal».⁸²

Esta cisão traduz-se na dupla revivescência de um presente perturbante que não se desejou em contraste com um passado confortável e tranquilo que deixou de existir, sendo discursivamente omnipresente na referência temporal ao ‘antes’ ao ‘depois’ e na separação espacial (vulgarmente designada como ‘cá’ e ‘lá’), em que o primeiro lugar é a metrópole e o segundo uma das colónias africanas onde se viveu.⁸³

Esta clivagem temporal – que Arthur Neal considera característica da linguagem do trauma⁸⁴ – é, aliás, recorrente nos testemunhos consultados. A par de uma outra: em grande parte das missivas é mencionada a data exacta (dia, mês, ano) da partida de África ou da chegada a Portugal, o que poderá estar relacionado com a evidência científica de que quem regista mais elevados graus de stresse durante um evento retém uma memória mais rigorosa do mesmo.⁸⁵

Por o trauma resultar sempre de uma experiência subjectiva convirá explicar sumariamente a evolução de um conceito que originariamente usado pela psicanálise, ao ser incorporado no final do século XX pelas ciências sociais tem sido usado no estudo de grupos que experienciaram situações de forte perturbação emocional.

⁸¹ Schutz, *Fenomenologia e Relações Sociais...*, 113.

⁸² Luís Cunha, «Entre Espaço e Representação: comunidade e memória social» (tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003), 75.

⁸³ Paul Ricoeur, «Memory, History, Oblivion», (communication presented in the international conference *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*, Budapest, March 8, 2003), 1-2.

http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/paul_ricoeur

⁸⁴ Arthur Neal, *National Trauma and Collective Memory: major events in the American century*, (New York: Sharpe, 1998), 12.

⁸⁵ Pierre Philippot, Alexander Schaefer, «Emotion and Memory», eds., Mayne, Bonanno, *Emotions, Current Issues and Future Directions* (London, New York: The Guilford Press, 2001), 103.

As várias dimensões do trauma

Criado por Sigmund Freud com uma finalidade terapêutica, o conceito de trauma começou a ser teorizado na segunda metade do século XX por alguns psicólogos.⁸⁶ E também por investigadores literários pela sua relevância na reflexão da causalidade e temporalidade históricas.⁸⁷ Shoshana Felman foi pioneira neste campo ao defender que o trauma – detendo um impacto em quase todas as esferas da vida – deveria ser usado pelas ciências sociais no estudo de fenómenos de larga escala.⁸⁸

Foi, no entanto, Dominick LaCapra (que examinou o trauma dos sobreviventes do Holocausto) o primeiro historiador a apontar a relevância do conceito para a análise política, histórica e sociocultural e a diferenciar os relatos de quem passou por experiências traumatizantes dos comentários produzidos por quem não os viveu.⁸⁹ Um dos indícios diferenciadores era aferível pela linguagem hiperbolizada dos narradores traumatizados que se encontrava ausente dos restantes testemunhos: a «linguagem do trauma». Sublinhe-se, porém, a distinção que faz entre o trauma – fenómeno psicológico derivado da experiência (individual e colectiva) durante uma ocorrência histórica – e a sua narrativa.

Segundo este autor, o trauma consiste na recordação compulsiva de um episódio (sempre presente mas não verbalizado) enquanto a narrativa pressupõe um esforço de luto pelo evocador que, ao separar o sucedido no passado da sua explanação discursiva no presente, narra o sofrimento causado por uma injúria ou perda, libertando-se (assim e em parte) da memória que o corrói para poder prosseguir com a sua vida.⁹⁰ Deste ponto de vista a narrativa constitui um processo com algo de catártico, na medida em que o trauma – sensação de desconforto interior ou de vazio, entre outros estados psicológicos decorrentes de um ou vários momentos repetidamente lembrados – deixa de estar confinado ao indivíduo ao ser exteriorizado através da exposição oral ou escrita.

⁸⁶ É o caso de Ruth Leys, psicóloga doutorada em história da ciência analista das obras de Michel Foucault e de Jacques Derrida em *Trauma: A genealogy* (2000) e *Guilty and Shame after Auschwitz* (2007) que estuda presentemente o trauma em emoções do pós-guerra.

⁸⁷ Shoshana Felman, *The Juridical Unconscious: Trials and traumas in the twentieth century* (Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2002), 1-6

⁸⁸ Felman estuda o trauma de massas do *apartheid* na África do Sul, das ditaduras da América Latina, de guerras coloniais, conflitos armados regionais pós-coloniais e genocídios étnicos ou religiosos.

⁸⁹ Ver Dominick LaCapra, *Writing History, Writing Trauma* (Baltimore: John Hopkins University Press, 2001). A linguagem do trauma foi definida nas suas obras anteriores *Representing the Holocaust: History, theory, trauma* (1994) e *History and Memory after Auschwitz* (1998).

⁹⁰ Bernardo Lewgoy, «Holocausto, trauma e memória», *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, vol. 2, n.º1 (2010), 53.

Para além da vertente catártica da narrativa – detectável, aliás, nos testemunhos consultados em que o evocador pede desculpa pela carga emocional das suas palavras, justificando-as pela necessidade de partilhar a sua mágoa – interessa-nos ainda a ligação que LaCapra estabelece entre o trauma causado pela perda e o evitamento à referência de certos factos históricos e às perdas a eles associadas, como fazendo parte de um discurso genérico de ausência, podendo ambos decorrer de uma situação concreta.⁹¹

Relativamente ao seu uso pelas diversas áreas do conhecimento, o trauma foi um conceito psicanalítico freudiano adoptado inicialmente por investigadores dos estudos literários e só posteriormente por cientistas sociais e historiadores. Em termos cronológicos, não obstante a primeira metade do século XX ter sido marcada por duas guerras mundiais e pela emergência de regimes totalitários na Europa, o interesse das humanidades ciências humanas e sociais pelo trauma eclodiu somente com a guerra do Vietname (1962-1975) e as acções de protesto contra todos os tipos de violência e de discriminação (étnica, religiosa, sexual, de género, política) ainda prevalentes.

Para entender como o conceito freudiano de trauma deixou de estar confinado aos hospitais e consultórios – não implicando necessariamente mesmo a nível clínico um diagnóstico de transtorno ou de Stresse Pós-Traumático (SPT) – para se tornar uma ferramenta conceptual de análise das ciências sociais, importa conhecer os pressupostos básicos de formação do trauma psicológico.

Derivada da palavra grega injúria (ofensa ou ferida) é uma lesão emocional que se traduz pela dificuldade em aceitar um evento ou experiência dolorosa – de desconforto fisiológico (uma doença mortal ou amputação física), de privação de liberdade (prisão, exílio, segregação) ou de autonomia financeira (estado de dependência, penúria). Podendo também resultar da perda de um vínculo contratual material ou afectivo (desemprego, divórcio, separação forçada de uma pessoa ou lugar, morte de um ente próximo) ou um acto violento (agressão, assalto, violação).

No entanto, a experiência traumática poderá não derivar meramente da ocorrência. O trauma psicológico (também classificado por alguns autores de emocional) forma-se a partir de situações que foram sentidas como acentuadamente stressantes e que ao minar a nossa percepção securitária nos fazem sentir impotentes, sozinhos, desprotegidos ou vulneráveis num mundo perigoso. A violência política pode originá-lo caso tenha uma

⁹¹ Dominick LaCapra, «Trauma, Absence, Loss», *Critical Inquiry*, vol. 25, n.º 4 (1999), 700.

dimensão de massas, severa, repetida, prolongada ou imprevisível, se tiverem ocorrido ameaças à integridade física ou ter-se presenciado danos infligidos a outrem.

O impacto psicológico será também mais forte caso tenha causa humana, se for repetido, inesperado ou multifacetado, se prefigurar sadismo (infligir deliberadamente dor/sofrimento a outrem) ou se ocorrer durante a infância. Estas situações consistem frequentemente numa ameaça à vida ou à segurança individual (ou de familiares próximos) e podem ser traumatizantes mesmo que não tenham envolvido injúria física. De qualquer modo, a maioria dos indivíduos que se identifica como traumatizado acaba por recuperar com a ajuda dos entes mais próximos, sem apresentar problemas psicológicos prolongados.⁹²

Resultando o estado traumático de sentimento de stresse ou de uma obsessão por uma imagem ou acontecimento, a experiência só adquire essa natureza se for integrada pelo sujeito numa narrativa que será mais esclarecedora se contiver os sentimentos que a descrevem.⁹³ Atendendo a que o evocador não narra o que se passou, mas como sentiu a experiência. Do mesmo modo que nos relatos produzidos após a partida de África são enfatizados os aspectos emocionalmente mais relevantes para o evocador: aquilo que o marcou negativamente e/ou positivamente, sendo esta dicotomia, por norma, atribuída respectivamente ao presente discursivo em oposição a um passado recente. Neles o desconforto referido no presente discursivo contrasta com evocações agradáveis do passado recente que acentuam a diferença entre a realidade emergente e a finda, levando a que quase sempre o tempo colonial seja descrito e pensado «em termos de ‘os bons velhos tempos’».⁹⁴

Reconhecendo as ciências sociais que alguém pode ficar traumatizado por uma mudança súbita, inesperada e indesejada, o trauma resulta de situações que abalam profundamente a noção humana de bem-estar que se encontra intimamente ligada à ordem social. Neste ponto, alguns autores advogam que a formação traumatológica consiste numa reacção instintiva face a uma ameaça (real ou potencial) aos interesses materiais e afectivos constitutivos da «segurança ontológica», no sentido atribuído por

⁹² APA, «Trauma», American Psychological Association <http://www.apa.org/topics/trauma/index.aspx>. APS, «Understanding and managing psychological trauma», Australian Psychological Society, https://www.psychology.org.au/publications/tip_sheets/trauma/.

⁹³ Bessel A. Van Der Kolk, Otto Van Der Hart «The Intrusive Past: The flexibility of memory and the engraving of trauma», Cathy Caruth ed., *Trauma: Explorations in Memory* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1995), 162. O psiquiatra holandês Der Kolk estuda memórias traumáticas, cuja obra de referência é *Psychological Trauma* (1987).

⁹⁴ Michael Billig, *Banal Nationalism* (London: Sage, 1995, 2004), 71.

Anthony Giddens.⁹⁵ Um sentimento securitário que (para Michael Skey) é construído pelas mesmas rotinas, formas simbólicas, valores e tratos institucionais que os grupos evocam para reclamar um sentimento indubitável de pertença a um território, sendo este conceito de segurança ontológica mais evidente em «tempos de crise» por se encontrar ausente ou ameaçado.⁹⁶ Para outros autores, além de instintiva o trauma consiste numa resposta consciente a uma ameaça, ruptura ou mudança abrupta na vida estabelecida, que sendo claramente identificada pelos sujeitos, suscita muitas vezes uma vitimização ao considerarem que não mereciam o sucedido, sentindo-se, por esse motivo, chocados, ultrajados e/ou indignados com o que lhes aconteceu.⁹⁷

Como já referido, embora se reportem ao que foi vivenciado, as atribuições têm uma natureza psicológica. «Psicologicamente, o ponto de partida do trauma reside na sensação de esmagamento e num sentimento de total desamparo». Assim se entende que seja descrito como «a experiência subjectiva de acontecimentos objectivos» traduzindo-se em desespero ou na incapacidade de reagir (e de mudar a situação), mesmo que não se tenha verificado violência física. Trata-se de uma percepção em que quanto mais crê ter sido lesado por uma dada situação mais traumatizado o sujeito se assume.⁹⁸

A dificuldade de avaliar a dimensão colectiva do trauma reside no facto de perante uma mesma experiência um sujeito ficar traumatizado e um outro poder permanecer relativamente incólume. Neste sentido, não se pode generalizar que um dado evento foi traumatizante para todos os participantes, como também não se pode afirmar que não o foi para ninguém. Porque as especificidades que geram a condição traumática diferem de pessoa para pessoa. O que é possível, tanto na psicanálise como nas ciências sociais (e tentou fazer-se neste estudo) é procurar a existência de indícios traumatizantes nas semelhanças e padrões de resposta extraídos dos diversos relatos.⁹⁹

⁹⁵ José Manuel Sobral, «Racismo e Nacionalismo: Contributos para a genealogia das suas relações», Manuel Carlos Silva e J. M. Sobral, orgs., *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo, migrações étnicas e contextos escolares*, (Porto, Afrontamento, 2012), 121. O autor define o sentimento de «segurança ontológica» de Giddens (1984) como «um certo sentido de estabilidade entre o sujeito e o mundo que o rodeia».

⁹⁶ Michael Skey, «‘A sense of where you belong in the world’: National belonging, ontological security and the status of the ethnic majority in England», *Nations & Nationalism*, Vol. 16 (4), 2010, 715-721.

⁹⁷ Jeffrey C. Alexander, «Toward a Theory of Cultural Trauma», J. C. Alexander, Ron Eyerman *et al*, *Cultural Trauma and Collective Identity* (Berkeley: California University Press, 2004), 3

⁹⁸ Jon Allen, *Coping with Trauma: a guide to self-understanding* (Arlington: American Psychiatric Association, 1995), 14.

⁹⁹ Esther Giller, «What is a Psychological Trauma?» (2003) <http://www.sidran.org/resources/for-survivors-and-loved-ones/what-is-psychological-trauma/>

No último quartel do século XX – ao aceitar-se que «o trauma é um conceito em que podem trabalhar cientistas sociais e clínicos» dada a sua dimensão social –, o conceito foi usado no estudo de grupos agregados por uma mesma experiência (ex-combatentes, refugiados, exilados, minorias étnicas, sexuais e de género), permitindo comparar a existência do trauma em indivíduos não conectados por uma identidade institucional (pertencentes a diferentes nacionalidades, etnias, épocas) que derivavam de ocorrências únicas (não forçosamente nocivas) que afectaram em simultâneo um ou vários colectivos.¹⁰⁰

Como já se referiu, contrariamente a etapas que são previsíveis, potenciais ou admissíveis no nosso percurso de vida, quando uma alteração brusca, imprevisível ou indesejada tem um efeito perturbador (para o sujeito ou o grupo) traduz-se numa evidência discursiva que pode ser sintetizada na expressão: ‘A partir desse momento, tudo mudou’. Os efeitos traumáticos de um fenómeno imprevisível foram estudados em 1976 pelo percursor na teorização do trauma grupal, o sociólogo Kai T. Erikson, após uma enxurrada que destruiu uma vila nos EUA. No final do trabalho de campo, o autor registou que «o estado de choque» era transversal a toda a comunidade, sendo recorrente a alusão dos entrevistados à injustiça do sucedido e observável um transtorno psicológico motivado pela perda de ligações a pessoas e lugares que tinham desaparecido. Concluindo que por ter uma natureza sensitiva, sensível e susceptível, o trauma grupal resultante da súbita perda patrimonial e afectiva, actua de forma lenta e insidiosa na consciência dos indivíduos, em que sentem que uma parte importante de si deixou de existir.¹⁰¹

Em 1994 ao estudar comunidades afectadas por desastres industriais de vastos danos ambientais, o autor verificou que os depoimentos eram idênticos aos de quem experienciara uma catástrofe natural. Medo, dúvida, desconfiança e uma muito menor percepção securitária, além de tristeza, desespero e pânico foram sentimentos revelados pelos habitantes que tinham ficado desalojados durante período mais longos. Tendo todos os casos analisados implicado a saída involuntária do território de pertença (ainda que temporária) percebeu que uma das causas da angústia se encontrava «associada à possibilidade de perderem o lugar em que tanto dinheiro e esforço tinham investido».

¹⁰⁰ Kai Erikson, «Notes on Trauma and Community» em Cathy Caruth (ed.), *Trauma: Explorations in Memory*, (Baltimore: John Hopkins University Press, 1995), 185-186.

¹⁰¹ Kai Theodor Erikson, *Everything in its path: Destruction of community in Buffalo Creek Flood*, (New York, Schuster, 1976), 153-154

Além do investimento material, os entrevistados aludiram repetidamente ao que esses lugares representavam para eles, evidenciando a importância do apego ao lugar com que nos identificamos e à casa, não em termos físicos mas enquanto espaço de intimidade: o lar (acepção mais diferenciável na língua inglesa pelos vocábulos *home* e *house*), sendo ambas as noções relevantes para a afirmação identitária.¹⁰² Ressalvando a devida diferença com o caso em análise, as conclusões do autor sobre os sentimentos das populações são coincidentes com os descritos pelos portugueses das colónias, em quem a mágoa de ter de deixar a casa e a terra onde viviam é uma das lamentações mais recorrentemente mencionada.

Existem, porém, duas perspectivas distintas sobre a origem do trauma. A primeira – advogada pelo antropólogo social Arthur Neal e pelo sociólogo Kai Erikson – considera que o trauma é provocado por um acontecimento que produz um forte efeito emotivo nas populações – dada a disrupção que opera no seu quotidiano ou à mudança radical e súbita que origina – cujo impacto atinge todos os estratos sociais e faixas etárias, abrangendo mais do que um grupo agregado.¹⁰³

Considerando que certos eventos geraram um «trauma nacional» no povo norte-americano, Neal explica que a ocorrência de algo terrível, deplorável ou anormal torna mais evidente a imprevisibilidade da vida social e introduz uma incerteza constante no quotidiano do colectivo atingido. Se, além disso, acarretar mutações repentinas nas relações sociais estabelecidas, os sentimentos de protecção e segurança tendem a ser substituídos pelos de perigo, desordem e ausência de lógica. Desta perspectiva, o trauma pode ser gerado pelo acontecimento e ser sentido colectivamente enquanto ingerência, ofensa ou dano infligido na vida social. Interessam-nos nesta abordagem os efeitos emocionais causados pela mudança abrupta na ordem (colonial) instituída, tendo em consideração que, por norma, as reacções iniciais a uma desestruturação social repentina são geralmente de choque, descrença e incredibilidade: os sujeitos não sabem em quem acreditar e tendem a formular «questões perturbantes sobre a ligação das suas vidas pessoais com as circunstâncias históricas».¹⁰⁴

¹⁰² Korstanje Maximiliano, recensão de *A New Species of Trouble: Explorations in disaster, trauma and community*, de Kai Erikson, *Europe's Journal of Psychology*, nº 2 (2010), 178. www.ejop.org

¹⁰³ Neal, *National Trauma and Collective Memory: major events in the American century* (1998). Nesta obra, o autor analisa os anos da Grande Depressão, os assassinatos do presidente J.F. Kennedy (1963) e do activista Martin Luther King (1968) e a guerra do Vietname, entre outros eventos, como «traumas nacionais». Os atentados de 11 de Setembro de 2001 são analisados na reedição de 2005.

¹⁰⁴ Neal, *National Trauma...*, 3-4.

A segunda perspectiva não atribui a causa do trauma ao acontecimento em si, mas à percepção de cada indivíduo sobre o mesmo. Defendida por Cathy Caruth, (uma das mais citadas teorizadoras do trauma), esta abordagem advoga que a condição traumática apenas é detectável e identificada pela linguagem constituída por elementos sensitivos, psicológicos e simbólicos que reportando-se a um evento não derivam necessariamente dele. Ao demarcar a ocorrência do seu efeito e ao apontar a relevância da narrativa na identificação da experiência traumatizante, a autora permitiu que o trauma passasse a ser estudado como um fenómeno psicologicamente construído: não é o evento que é traumatizante, mas a forma como foi percebido.¹⁰⁵

Esta perspectiva centrada no discurso sobre a experiência e não na objectividade dos factos permitiu inverter o foco de análise sobre a formação do trauma: a causa não se encontra no evento, mas no modo como foi sentido e como é relatado. Partindo da premissa que a experiência traumática se manifesta pelo modo como é narrada, a autora procurou elementos discursivos do trauma, interessando-lhe (como confidenciou) não a singularidade de cada história, mas o «itinerário textual das insistentes recorrências a palavras e figuras». Tendo escolhido 4 palavras-chave de conotação traumática referidas repetidamente nos testemunhos, ‘partida’ e ‘despertar’ foram duas delas.¹⁰⁶

Partilhando da opinião de Caruth de que «a sociologia cultural é uma espécie de psicanálise social» que tenta «trazer a inconsciência social à superfície», o sociólogo Jeffrey C. Alexander exortou à análise dos factos de idealização colectiva presentes em testemunhos e narrativas (ficcionais ou verídicas) sem qualquer espécie de preconceito, dada a riqueza de afectos e de significados neles contida e por serem representativos de valores, códigos e discursos.¹⁰⁷ Em sintonia com Caruth, Alexander advogou que os acontecimentos não são traumáticos porque o trauma «é uma atribuição socialmente mediada» que pode ocorrer antes, durante ou depois do acontecimento. Por conseguinte, é o significado atribuído ao processo de mudança cultural e social (de destabilização das estruturas vitais de uma sociedade) que «provoca o sentimento de choque e de medo e não os acontecimentos em si».¹⁰⁸

¹⁰⁵ Cathy Caruth, ed., *Trauma: Explorations in memory* (Baltimore, London: John Hopkins University Press, 1995), 4.

¹⁰⁶ Cathy Caruth, *Unclaimed Experience: Trauma, narrative, and history* (Baltimore, London: John Hopkins University Press, 1996), 4-5

¹⁰⁷ Jeffrey C. Alexander, *The meanings of Social Life: A cultural sociology* (New York, Oxford: Oxford University Press, 2003), 4-12.

¹⁰⁸ Jeffrey Alexander, *Trauma: a social theory*, (Cambridge: Polity Press, 2012), 1, 7-15.

Ao explicar o trauma cultural como teoria social, o autor reabilitou a natureza empírica do conceito que até então era desvalorizada: os indivíduos sempre evocaram o trauma para se referirem aquilo que lhes acontece e às suas comunidades de pertença, descrevendo-se como traumatizados quando o meio social envolvente se altera de forma inesperada e indesejada. Neste sentido, embora o trauma cultural possa resultar de uma experiência ou acontecimento (ameaça, violência ou perseguição), pode também ser simplesmente causado por uma experiência de mudança e de transformação social que, podendo ser abrupta e inesperada, não tem de ser particularmente nociva.

Como fenómeno real ou imaginado, o trauma cultural é, por norma, reclamado por um grupo que crê ter sido a sua identidade nocivamente afectada pela destabilização ou destruição dos contextos de significado que conhece. Ocorrendo quando membros de um dado colectivo sentem que foram sujeitos a um acontecimento que deixou marcas indeléveis na consciência grupal, que marcou para sempre as suas memórias e mudou a sua identidade futura.¹⁰⁹ A sua formação tende a começar pela reclamação suscitada por uma injúria, pela denúncia da profanação de um valor sagrado através de uma narrativa alusiva a um processo social destrutivo, em que, muitas vezes, é reivindicada uma reparação material ou simbólica pelos danos sofridos.

Atendam-se aos pressupostos de trauma cultural e social enunciados para aferir se estão presentes nas narrativas sobre o êxodo da descolonização. O trauma inicia-se a partir de uma queixa acerca de uma ofensa praticada contra algo que constitui um valor sagrado para um dado colectivo. Se num Estado de direito democrático se incluem nesta categoria os direitos políticos e de cidadania consagrados na Constituição (liberdade de expressão, de associação, de protesto, etc.), num regime autoritário em que tais direitos se encontram abolidos ou cerceados, quem com ele se identifica, é despolitizado ou politicamente alheado tenderá a valorizar os direitos de ordem económica (respeitantes à propriedade privada e à livre iniciativa) e os referentes à moral instituída em valores, normas e tradições. Se a maioria dos portugueses radicados em África considerou a descolonização como «um processo social destrutivo» dos direitos consagrados pelo regime deposto, tendeu a reclamar uma compensação material por perdas pecuniárias, imobiliárias ou simbólicas que se materializasse no reconhecimento do seu esforço empreendedor nas colónias e em apoios à sua integração na metrópole proporcionais às perdas e danos que reivindicaram ter sofrido.

¹⁰⁹ Jeffrey C. Alexander, «Toward a Theory of Cultural Trauma», J. C. Alexander, Ron Eyerman *et al.*, *Cultural Trauma and Collective Identity*, (Berkeley: California University Press, 2004), 1.

Considerando Alexander demasiado redutor que se interpretem as queixas de um dado grupo apenas «como um interesse negado ou uma capacidade suprimida» e que a sua resposta à situação dominante seja entendida meramente «como resignação ou rebelião», o autor propõe que ao interesse pessoal se acrescente (ou até se sobreponha) a identidade colectiva, sendo o sofrimento social reclamado entendido como uma reacção emocional a uma ameaça autêntica às suas convicções.¹¹⁰ Sublinhando não ser relevante saber a justificação moral subjacente às suas reclamações, mas conhecer como essas reclamações foram construídas.¹¹¹

Por outro lado, importa perceber se o êxodo deixou «marcas indeléveis» na memória e identidade futura dos portugueses que viviam em África. Parecendo evidente que a partida das colónias e a instalação na metrópole marcou a memória de todos – independentemente da idade, estatuto, origem étnica, tempo de permanência e ligação (existente ou inexistente) a Portugal europeu – a identificação identitária revela-se bastante mais complexa. Como refere Erikson sobre eventos geradores de sofrimento comum, embora uma experiência partilhada não reforce forçosamente os laços entre indivíduos, a comunhão dessa vivência (ter vivido numa colónia africana e partido com a descolonização) cria inevitavelmente uma espécie de «sentimento de identidade».¹¹²

Baseando-se a identidade grupal (segundo a Teoria da Identidade Social de Tajfel) em princípios psicológicos, a consciência da ideia de ‘nós’ constitui uma marca, sendo assumida como uma identidade latente ou subjectiva que pode emergir em cenários relevantes.¹¹³ Se este colectivo detém uma identidade subjectiva, esta fundamenta-se na sua vivência em África e pela experiência partilhada do êxodo da descolonização que, tendo sido marcante, poderá ter ajudado a formar um sentimento de comunhão, na medida em que a sensação de «pânico social» (gerada durante as fases de transição) tende a sobrepor-se às diferenças sócio-económicas existentes num colectivo.¹¹⁴

A experiência partilhada tende igualmente a criar um sentimento distintivo nos participantes: os outros não podem entender totalmente o que sentiram porque não o viveram, como é mencionado em muitos testemunhos. O êxodo parece, desta forma, ter

¹¹⁰ Jeffrey Alexander, *Trauma: A social theory* (Cambridge: Polity Press, 2012), 14-16.

¹¹¹ Jeffrey C. Alexander, Ron Eyerman, *et al*, *Cultural Trauma and Collective Identity*, (Berkeley: California University Press, 2004), 9.

¹¹² Kai Erikson, «Notes on Trauma and Community» em Cathy Caruth (ed.), *Trauma: Explorations in memory*, (Baltimore: John Hopkins University Press, 1995), 185-186

¹¹³ Michael Billig, *Banal Nationalism* (London: Sage, 1995, 2004), 70.

¹¹⁴ Pena Pires, *Migrações e Integração...*, 192.

funcionado como ‘cimento’ simbólico de uma unidade (ainda que temporária) forjada pelas circunstâncias entre indivíduos que até esse momento poderiam estar (ou não) ligados por laços de empatia ou de solidariedade. Admita-se que a partida propiciou uma agregação identitária (temporalmente delimitada), apesar dos diferentes estratos sociais e etários, percursos de vida, proveniências (Angola ou Moçambique) e duração da estada de cada indivíduo. Acresce que, a categorização de que foram alvo na metrópole – de ‘africanistas’ antes de 25 de Abril de 1974 e de ‘retornados’ depois – ajudou a fomentar uma coesão identitária neste sub-colectivo nacional numa forma de demarcação declarada dos metropolitanos.

Embora Frederick Cooper duvide que se possa falar numa identidade colectiva destes portugueses, para este autor a ter existido foi construída a partir de 4 realidades: o «momento da expulsão, do exílio ou do repatriamento», as diversas trajectórias de chegada à Europa, as compensações e dissabores marcantes verificados nas colónias e os diferentes papéis desempenhados nesses territórios.¹¹⁵ Não se pretendendo atestar se existiu uma identidade partilhada pelos portugueses de África refira-se, no entanto, que estes 4 factores surgem frequentemente referidos (nalguns casos de forma obsessiva) em muitos testemunhos. Aliás, o terceiro pressuposto apontado (compensações e dissabores da vivência colonial) é apontado recorrentemente na alusão ao esforço despendido e às dificuldades enfrentadas ao longo de uma vida de trabalho e suor, numa negação deliberada e evidente de não serem burgueses nem privilegiados, nem terem construído o seu património através da exploração das populações africanas.

A necessidade de se justificar como foi alcançada a sua riqueza e que não se foi cúmplice do sistema colonial encontra-se omnipresente em muitos relatos (o quarto factor enunciado por Cooper) pela rejeição veemente de serem racistas. Invariavelmente os evocadores – incluindo os que não reconhecem como injusta a segregação racial (ou a discriminação racialista) das sociedades coloniais – negam ter protagonizado as práticas discriminatórias ou moralmente condenáveis indistintamente imputadas a todos os portugueses nas colónias. Refutando igualmente terem sido colonizadores, colonos ou colonialistas – por a sua fixação em África não ter como propósito evangelizar ou impor os seus costumes aos povos autóctones –, assumindo-se antes como construtores de nações imensas e prósperas, em que o carácter iníquo da sociedade colonial é, em regra, ocultado ou desmentido.

¹¹⁵ Frederick Cooper, «Postcolonial Peoples: A commentary», ed. Smith, *Europe's...*, 181-182.

Com base na teoria social do trauma cultural de Alexander suscitado por uma mudança abrupta e indesejável, Piotr Sztompka procurou – nas conceptualizações de Robert Merton sobre anomia social e de Anthony Giddens sobre a percepção de perigo – uma justificação para a formação do trauma cultural, definindo-o como um choque na cultura de uma sociedade em fase de decadência de um regime ou sistema. Neste caso, o fim do Estado Novo e do colonialismo. Estudando o trauma cultural em contextos de transição revolucionária (de um regime autoritário para outro mais liberal), o autor não só emprega as concepções de auto-identificação grupal como estabelece parâmetros objectivos sobre as condições propícias à formação deste tipo de trauma.

Se a cultura cívica é formada pelos mecanismos institucionais dos regimes de longa duração reflectindo-se em valores, crenças, sentimentos e apreciações, traduz-se em práticas interiorizadas e amplamente partilhadas, incorporadas no quotidiano como *habitus*. Enquanto formas de pensar e de agir em sociedade (reveladoras da mentalidade colectiva no sentido conferido por Fernand Braudel), estes ‘hábitos do coração’¹¹⁶ são os mais resistentes à mudança. Recorrendo à metáfora dos 3 relógios alusiva aos diversos ritmos de processamento sectorial nas transições de regime – mais célere na alteração legislativa, mais lenta na mudança económica e muito mais morosa na abdicação de legados culturais –, Sztompka salienta que, mesmo quando ocorre uma transição política, «os traços do anterior regime permanecem nas mentalidades humanas por muito tempo».¹¹⁷

Este autor introduz ainda uma outra linha de reflexão: tendo existido «um tempo em que a mudança social foi idealizada e considerada como inequivocamente boa», a partir de 1989 com o fim dos regimes do Leste da Europa (realidade que estuda), esta visão tornou-se menos optimista e mais céptica, ao ser finalmente reconhecido «o lado negro da mudança: os custos, a dor e o sofrimento que pode trazer».¹¹⁸

Relacionando o trauma cultural «com os efeitos negativos, disfuncionais e adversos que uma grande mudança social pode causar na sua eclosão», refere que uma grande mudança social só será potencialmente traumatizante se apresentar 4 condições: uma qualidade temporal (se for súbita e célere), uma substância significativa e amplitude razoável (se for radical, profunda, tocar no âmago), uma origem concreta (se

¹¹⁶ Expressão de Alexis de Tocqueville que é empregada por Sztompka

¹¹⁷ Sztompka... (1999), 6-11. A metáfora dos 3 relógios foi criada por Ralf Dahrendorf na obra *Reflections on Revolution in Europe*, (New Jersey: Times books, 1990).

¹¹⁸ Piotr Sztompka, «Cultural Trauma: The other face of social change», *European Journal of Social Theory*, nº 3 (2000): 450.

for imposta, resultar de uma causa exógena, ser algo que não se desejou ou para o qual não se contribuiu) e um contexto psicológico propício (se for percebida como inesperada, imprevisível, chocante ou repulsiva). Como se examinará na conclusão deste trabalho, as 4 premissas enunciadas pelo autor encontram-se presentes no caso em estudo.

Acresce que na lista das 10 mudanças sociais passíveis de desencadear um trauma cultural, 6 coincidem com as mutações ocorridas durante o período revolucionário na metrópole e sobretudo em Angola e em Moçambique na fase de transição para as independências – uma revolução, golpe de estado ou motins raciais; uma ruptura de mercado e esgotamento de bens essenciais; uma reforma económica radical (de nacionalização, expropriação); actos de terrorismo ou de violência; um colapso imperial ou uma migração forçada. No caso do êxodo da descolonização entendida não como migração forçada mas involuntária e indesejada, não assumindo a configuração extrema de deportação ou limpeza étnica, também incluídas pelo autor nesta categoria.¹¹⁹

Por fim, assinala-se que nem todas estas mudanças geram obrigatoriamente um trauma e os que delas resultam podem ser enormemente desiguais no seu significado, duração e intensidade. Como refere o autor, «os efeitos de eventos potencialmente traumatizantes podem ser diversos, irem além ou nem sequer atingirem o nível de trauma cultural» por ser uma condição dinâmica, um processo evolutivo que só pode ser identificável por indícios presentes no discurso (ou linguagem) do trauma.

Propondo-se examinar se a partida de África foi uma experiência traumatizante para os portugueses de Angola e de Moçambique (pela teoria ‘realista’ do trauma de Neal e Erikson) e se foi discursivamente representada como traumatizante (segundo a visão ‘construcionista’ de Caruth e Alexander) que factores influíram nessa percepção, esta tese divide-se em 4 capítulos demarcados pelos momentos temporais significantes para os evocadores: o antes, o durante e o depois do êxodo.

No primeiro capítulo abordam-se as convicções associadas ao período colonial sobre a sua condição africanista, a diferenciação de imagética luso-tropicalista de outros povos colonizadores, a relação com os povos autóctones e as sociedades em que viviam

¹¹⁹As restantes 4 mudanças sociais configuradoras de trauma cultural são ¹genocídio, extermínio e assassinio de massas; ²o assassinato de um líder político ou resignação de um alto dignitário; ³a abertura de arquivos secretos e a revelação da verdade sobre o passado e, por último, ⁴a interpretação revisionista da tradição heroica nacional.

e o seu alheamento da guerra colonial, pressupostos de natureza simbólica em que a conformação com a ideologia oficial do regime anterior é mais evidente.

No segundo capítulo retrata-se ‘o fim do sonho africano’ resultante do processo de descolonização através da análise dos sentimentos de auto-identificação deste colectivo com a geografia e lugares e o *modus vivendi* colonial baseados, por um lado, na noção de pertença afectiva, por outro, nos percursos socioprofissionais e nos bens adquiridos bem como o distanciamento (físico e emocional) da metrópole, dada a sua pertinência para as posteriores reclamações de desenraizamento e perda evocadas depois da partida. Este capítulo examina também os posicionamentos sobre as possíveis soluções políticas para as colónias africanas e as reacções dos cidadãos nacionais nelas radicados ao reconhecimento do direito às independências no início do processo de descolonização.

O terceiro capítulo reporta-se à fase de transição em Angola e em Moçambique, nos meses antecedentes e posteriores às assinaturas dos acordos de transferência de poderes com os movimentos nacionalistas africanos, em que as alusões discursivas resultam essencialmente da experiência individual, analisando-se o impacto de situações concretas numa percepção colectiva de insegurança ontológica bem como os contextos específicos do êxodo que terão influído na configuração da partida como traumatizante.

No último capítulo examinam-se a perspectiva dos portugueses de África sobre a sua recepção na metrópole, os apoios institucionais concedidos, as diferentes realidades do acolhimento familiar e estatal bem como as percepções de identificação dissociativa relativamente ao território português europeu (enquanto pátria de origem ou de nacionalidade) e face aos metropolitanos. Estes factores somados aos pressupostos enunciados nos capítulos anteriores contribuíram para que a descolonização, a partida indesejada de África e as adversidades enfrentadas durante a instalação em Portugal constituíssem momentos perturbantes no percurso de vida destes portugueses.

I

OS PORTUGUESES DE ÁFRICA

Quando um português rumava para as colónias «na procura de oportunidades acrescidas de promoção e realização pessoal», transportava consigo a esperança de não voltar à comunidade de origem.¹ Partindo convictos de que os territórios africanos eram nação portuguesa onde poderiam prosperar e permanecer indefinidamente, esta é uma expectativa comum aos migrantes que se fixaram no ultramar português ainda durante o regime monárquico (em meados do século XIX ou na sequência do Ultimato britânico de 1890), na primeira República (1910-1926) ou mesmo durante a década de 1950 na última fase do chamado ‘colonialismo tardio’.

Esta expectativa de não-retorno era quase sempre sucedida pelo desejo de uma fixação prolongada ou definitiva em terras africanas quando, decorridos alguns anos, se alcançava uma prosperidade que jamais seria conseguida na metrópole, desígnio que é referido tanto por evocadores chegados às colónias de povoamento na primeira metade do século XX como por descendentes destes antigos migrantes, também designados de ‘velhos colonos’. É neste subgrupo de migrantes portugueses domiciliados há algumas décadas – composto em grande parte por gerações nascidas e criadas durante o regime salazarista – que a pluricontinentalidade da nação portuguesa se assume mais inquestionável e o retorno à metrópole uma possibilidade muitíssimo remota ou não equacionada, traduzindo-se muitas vezes na vontade de se ser sepultado em África.

Para os portugueses das colónias de diferentes idades e estratos sociais já nascidos em solo africano, descendentes de antigos migrantes da metrópole ou de outras partes do império (dos 2 arquipélagos africanos atlânticos, mas também do Brasil, Índia, Macau e Timor) ter um dia de deixar África era algo impensável, por aquela ser a sua terra de nascimento e nunca terem conhecido outra. De diversas origens étnicas, fruto de uniões mestiçadas pretéritas ou contemporâneas, estes portugueses (cuja ascendência remontava, nalguns casos, à quinta geração) diferenciavam-se dos migrantes de recente implantação pela identificação simbólica e a reclamação identitária de ‘lusó-africanos’. Entre estes, os laços afectivos com a pátria europeia dos antepassados eram menos fortes, existindo uma ligação de pertença mais ténue ao país de nacionalidade, com o

¹ Rui Pena Pires, *Migrações e Integração*, (Oeiras: Celta, 2003), 194.

qual não se identificavam, nomeadamente em relação a práticas e costumes quotidianos, à mentalidade e ao clima.

Aos 2 grupos referidos – constituídos pelos migrantes de longa duração, por um lado e pelos nascidos em África, por outro – juntava-se um outro, composto por quem se instalara nas colónias a partir de 1950 até ao final da década seguinte. Este grupo era constituído, sobretudo, por homens solteiros ainda jovens que recebiam uma ‘carta de chamada’ para trabalhar no ultramar ou que tendo terminado as comissões de serviço militar se fixaram num dos territórios, pese embora o estado de guerra vigente em Angola desde 1961 e em Moçambique desde 1963. Este tipo de migração ocorrido na derradeira fase do colonialismo tardio deveu-se em grande parte à estrutural falta de emprego na metrópole, mas também às alterações introduzidas na política ultramarina pelo ministro Adriano Moreira no início dos anos 60, tendo apenas registado uma quebra no princípio da década seguinte.

Examine-se, então, por que motivo o desejo de nunca deixar África é partilhado por portugueses de diferentes épocas (de fixação recente ou prolongada, migrados ou lá nascidos), em que a noção de ser português encontrando-se ancorada na identificação com os territórios de domicílio se tornaria um dos factores psicológicos de resiliência colectiva relativamente ao processo de descolonização.

Uma fixação de não-retorno

Se após 1945 o desmembramento dos impérios (britânico, francês e holandês) e as subsequentes descolonizações deram origem às migrações de retorno à Europa, em Portugal ocorreu o fenómeno inverso: foi precisamente entre finais de 1950 e 1965 que o fluxo de cidadãos portugueses para África atingiu números mais expressivos, sem que as guerras coloniais tenham constituído um factor dissuasor. Pelo contrário, «novos residentes continuaram a instalar-se (sobretudo) em Angola e em Moçambique ao longo dos anos de guerra colonial, aproveitando o paradoxal desenvolvimento económico daquelas sociedades», parecendo os recém-chegados não acreditar que «‘a unidade da nação pluricontinental portuguesa’ pudesse ser quebrada». Segundo Cláudia Castelo, por as evidências de desenvolvimento material (prédios em construção, lojas e empresas emergentes, dinamismo de mercado) não apontarem para a perenidade do império.²

² Cláudia Castelo, *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole 1920-1974*, (Porto: Edições Afrontamento, 2007), 382.

Como refere António Costa Pinto, a guerra fez emergir uma vaga de crescimento económico (mais evidente em Angola do que em Moçambique) que se reflectiu numa melhoria substancial das condições de vida das populações, na extensão da escolaridade e dos cuidados primários de saúde, ainda que o ponto de partida fosse muito rudimentar, com inegável expressão no facto da economia angolana ter crescido 7,8% por ano entre 1960 e 1973, adquirindo rapidamente a terceira posição no rendimento *per capita* em África.³

De facto, os factores de atracção baseados no crescimento económico revelaram-se preponderantes sobre o temor a novos ataques dos combatentes nacionalistas. Como aponta a Cláudia Castelo, a garantia do Governo de que o ataque da UPA ocorrido em 1961 no Nordeste de Angola seria eficazmente aplacada a par do fim das restrições às saídas da metrópole para o ultramar em 1962, suscitou um número de embarques sem precedentes nesse ano e aumentou nos anos seguintes, atingindo a máxima expressão em 1965, quer em Angola quer em Moçambique⁴. O surto de desenvolvimento registado nos 2 territórios africanos em meados dos anos 60 (dinamizado pelo esforço de guerra) exponenciou o fluxo migratório rumo a África começando apenas a decrescer no final da década, entre os anos de 1967 e 1970.⁵

A intenção de uma estada prolongada ou definitiva em África parece traduzir-se no facto de muitos destes migrantes terem vendido os bens detidos na pátria peninsular antes de embarcarem para as colónias, como refere um evocador: «Muitos o que cá tinham, levaram para lá».⁶ O propósito de uma fixação definitiva – que pode ter sido verdadeiro ou simplesmente alegado no presente discursivo, por ser mencionado num contexto pós-saída – aparenta ser transversal a várias categorias de radicados, sendo referido quer por migrantes de longa duração (instalados na primeira metade do século XX) quer por aqueles que chegaram às colónias durante e depois da década de 1950.

³ António Costa Pinto, «A guerra colonial e o fim do império português», Francisco Bethencourt, Kirti Chandhuri, *História da Expansão Portuguesa: o último império e recentração 1930-1980*, (Lisboa, Círculo de Leitores, 1999), 75. O autor baseia-se em F. H. Heimer, *The Decolonization Conflict in Angola 1974-1976* (1979) e em Willem Van der Waals, *Portugal's War in Angola 1961-1974* (1993).

⁴ A incursão de militares da UPA (antecessora da FNLA) vindos do Zaire redundou na morte de centenas de habitantes, de portugueses brancos e de angolanos bailundos que trabalhavam nas fazendas.

⁵ Cláudia Castelo, «A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique 1945-1974» (comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, A Questão Social no Novo Milénio, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 16-18 de Setembro, 2004), 2-3.

⁶ Luís Rocha, Lisboa, *O Retornado*, n.º 5, 07.11.1975, 4.

Dado o baixo fluxo migratório para as colónias, no início da Primeira República a tentativa de impulsionar a fixação na África portuguesa incluiu, a partir de 1907, a dispensa de apresentação de passaporte aos que lá tencionavam fixar-se. Decorrendo da necessidade premente de povoamento em resposta às pretensões tutelares do império britânico sobre as possessões portuguesas em África, esta primeira vaga de migração essencialmente masculina terá sido a que enfrentou mais dificuldades na sua fixação.

As colónias não eram um lugar atraente pelo seu estado ‘selvagem, tendo sido destino de degredo de muitos condenados – motivo pelo qual em 1975 (numa forma de depreciação qualificativa da sua condição) portugueses de Angola chegados à metrópole ainda foram vistos como descendentes de ‘degredados’. Poucos seriam os candidatos a migrantes afigurando-se necessário criar incentivos à continuidade dos homens que lá se encontravam. Em Julho de 1917, numa sessão da câmara parlamentar – na qual um deputado aludiu à insatisfação dos sargentos das colónias «magoados por o Estado lhes não dar» o que concedia aos congéneres da metrópole – debateu-se a eventual atribuição às famílias dos funcionários colocados no ultramar do direito a transporte custeado pelo governo da República nas viagens que realizavam à metrópole para gozar a licença graciosa.

Os argumentos esgrimidos evidenciavam o eterno dilema entre a aprovação de uma medida de incremento ao povoamento das colónias e o seu elevado custo no erário público: «Se em certas regiões havia vantagem em o Estado favorecer a fixação das famílias no ultramar», uma disposição legal nesse sentido implicaria a duplicação das despesas sempre que se deslocassem à metrópole. Embora a decisão não pudesse ser tomada «de ânimo-leve» – por haver partes de África onde convinha «criar núcleos de europeus», mas noutras se afigurar «inconveniente a estada das famílias» dado o clima não ser apropriado a brancos⁷ –, o abono das passagens marítimas aos familiares dos funcionários e empregados públicos (civis e militares) em licença graciosa foi aprovado pelo decreto n.º 3/376 de 29 de Dezembro de 1917, tendo sido posteriormente regulado em 30 de Novembro de 1925 e no Estado Novo, em 18 de Março de 1926.⁸

Ainda que de fraca expressão nos primeiros anos de vigência do Estado Novo (instaurado em 1926), a migração para África acabou por corresponder aos anseios do

⁷ Sessão parlamentar de 24 de Julho de 1917, Diário 104, 15.

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/02/104/1917-07-24/15>

⁸ Diploma legislativo colonial n.º 98 em www.legislacao.org/primeira-serie/decreto-n-o-11512-230262

regime em plena Segunda Grande Guerra, revelando os censos decenais realizados nos 2 territórios que a população branca quadruplicou em Angola e mais do triplicou em Moçambique entre os anos de 1940 e 1960.⁹

Apresentando o estudo de inferência estatística números aproximados sobre os passageiros metropolitanos para as colónias africanas (entre os anos de 1943 e 1974) verifica-se uma intensificação do fluxo em 1959 suscitado pela política de colonização do regime, especialmente para Angola dada a sua potencialidade económica. Os índices mais significativos registaram-se entre 1945 e 1969, com ênfase no final da década de 1960 quando residiam nos 2 territórios cerca de 443 000 cidadãos de origem europeia.¹⁰ O aumento da migração para a África portuguesa em detrimento de outros destinos (como o Brasil e países hispânicos da América Latina) a partir da década de 1950 é também assinalada por Norrie MacQueen ao atribuir a presença no ano de 1968 de 300 000 portugueses em Angola e de 200 000 nacionais em Moçambique.¹¹

Embora a migração masculina seja predominante durante 3 décadas consecutivas (entre 1943 e 1974), esta tendência foi decrescendo até a presença de mulheres ser equivalente à dos homens, verificando-se que a partir dos anos 50 «na migração para a África portuguesa foi-se acentuando o carácter de povoamento duradouro e dissipando-se a componente de aventura tipicamente masculina».

A mudança para um carácter perdurável do povoamento nas colónias encontrava-se intrinsecamente ligada ao carácter familiar que esta migração passou a deter, e que pode ser genericamente caracterizado em duas modalidades: os casados que se fixavam no ultramar chamando a família ao fim de uns anos e os jovens solteiros que rumando a África para trabalhar ou começar um negócio, amealhavam algumas economias antes de casarem e constituírem família, com mulheres filhas de migrantes ou provenientes da metrópole.

O predomínio até 1974 da migração masculina jovem ou na primeira fase da idade activa (correspondente à faixa etária dos 20 e aos 39 anos) e de homens com mais de 40 anos é confirmado pelos testemunhos e pelos indicadores estatísticos. Permitindo estas

⁹ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, (Lisboa, Edições Cosmos, 1994), 267. Entre 1940 e 1960, o número de habitantes brancos em Angola passou de 44 000 para 173 000 em 1960; em Moçambique aumentou no mesmo período de 27 000 para 97 000.

¹⁰ Cláudia Castelo, «A migração de metropolitanos...», 5-10.

¹¹ Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa, A revolução metropolitana e a dissolução do império*, (Mem Martins, Inquérito, 1998), 29.

duas fontes (uma empírica, outra quantitativa) traçar a evolução no paradigma de fixação nas colónias africanas no século XX, a composição da estrutura etária revela que o agrupamento familiar subsequente à fixação masculina se traduziu no aumento considerável da população infantil e adolescente (dos 0 aos 15 anos) a partir de 1955, a qual se tornou maioritária no final dessa década. Uma evidência confirmada pelos indicadores referentes ao estado civil, ao demonstrarem que eram casados cerca de metade dos migrantes aportados às duas colónias antes de 1960 e quase 75% dos que chegaram nos anos subsequentes. Verificando-se (pelos números e pelos testemunhos) que muitos casais jovens com filhos menores de idade se instalaram em África a partir de 1967.

As conclusões deste trabalho são particularmente relevantes ao confirmarem que a migração do pós-guerra (1945) assumiu «um carácter familiar e prolongado que não detinha nas primeiras décadas do século XX» – facto recorrentemente referido pelos evocadores nas narrativas posteriores ao êxodo – e que a fixação em Moçambique foi mais fiel ao modelo de colonização branca defendida pelos ideólogos do regime.¹² A última inferência poderá estar, em certa medida, relacionada com a natureza racial mais segregacionista da sociedade colonial moçambicana – mais fechada e por isso menos permeável a uma convivência interétnica mais próxima e igualitária. Quanto à primeira conclusão deste estudo (o pendor familiar e permanente desta migração) é um dos aspectos mais evidenciados nos testemunhos, na alusão ao trabalho em família (ou em seu benefício) e nas referências constantes ao agregado familiar deslocado para as colónias ou que nelas foi constituído, onde nasceram filhos mas também (como alguns relatos mencionam) netos e bisnetos.

Os testemunhos evidenciam a existência de 3 modelos de agrupamento familiar em Angola e em Moçambique que, consentâneos com a temporalidade da fixação e os dados estatísticos, são sempre de base masculina. O mais tradicional – em que o homem (chefe de família) se fixava no território chamando nos anos seguintes a mulher e os filhos e, nalguns casos, os pais e irmãos – parece ser transversal a todos os períodos do fenómeno migratório. No segundo modelo (também prevalecente ao longo do tempo) o migrante parte para África durante a adolescência ou a juventude, sozinho ou com os progenitores, ocorrendo o casamento nos anos seguintes, já em África. Verifica-se ainda

¹² Cláudia Castelo, «A migração de metropolitanos...», 5-11-13.

um terceiro padrão, sobretudo a partir dos anos de 1960, em que toda a família nuclear deixava a metrópole rumo a uma colónia.

Sabendo-se que a maioria dos homens se encontrava em idade activa, o espírito que os impulsionava afigura-se substancialmente equivalente ao de outros jovens que, em diferentes épocas, no passado como no presente deixaram (ou deixam) Portugal, como forma de contornar a falta de oportunidades laborais em território nacional. Partindo com algumas poupanças no bolso ou sem nenhuma, acreditavam que, encontrando trabalho, ao fim de alguns anos atingiriam o seu ideal de estabilidade.

Um objectivo realçado por um jovem (migrado para Angola com os progenitores) que se reporta às «muitas privações» passadas pelos pais – que «se fartaram de mourejar para que seus filhos pudessem ter educação e habilitações [...] na vida, um lugar ao sol». Não obstante a sua juventude e decorrendo provavelmente a sua congeminação do que lhe era dito pelos pais sublinha que, apesar das adversidades enfrentadas na fase inicial, tornava-se gratificante viver em Angola, por a prosperidade não demorar a chegar. Porque (segundo afirma) poder-se-ia «passar mal a princípio», mas após alguns anos de trabalho era possível alcançar «aquilo por que todos ambicionamos e que a maioria conseguiu: Estabilidade na vida!»¹³

A mesma estabilidade que é referida por um migrante que (chegado a Angola em 1953 na sequência de uma carta de chamada) depois de cumprido o serviço militar se tornou comerciante, actividade que exerceu até ao ano de 1975, tendo os 22 anos de permanência no território lhe permitido possuir «vários comércios, agricultura e pecuária no distrito de Uíge, em Carmona».¹⁴

A fixação familiar e de intenção definitiva parecem, por isso, constituir a norma. Existem, contudo, excepções que devem ser assinaladas. A partir da década de 1960, muitos jovens solteiros ou homens com mais de 40 anos instalam-se nas colónias, dada a abundante oferta de trabalho técnico agrícola nas culturas tradicionais (café, algodão, cacau, sisal), mas também na área da engenharia e construção civil (motivada pela construção de vias rodoviárias, barragens e equipamentos), nos transportes ferroviários e nas actividades portuárias.

¹³ António Sertório, Évora, *O Retornado*, n.º 24, 20.03.1976, 21.

¹⁴ Sem nome, Santo Tirso, 09.09.1980, 1-2. Assessoria Assuntos Sociais e de Educação (1978-1980), CC.600, Cx41, AHPR.

Para estes migrantes que se fixaram em África a partir da década de 1960, a ida para o ultramar não pressupunha necessariamente uma estada definitiva. Para muitos deles representava uma aposta no futuro, um lugar para onde se ia trabalhar, mas cujo resultado poderia corresponder (ou não) às suas expectativas. Mesmo nos casos em que as projecções de progressão económica se realizavam, atendendo à instalação recente, subjaz não a intenção de criar raízes mas antes de tentar a sorte, numa atitude idêntica à de muitos outros migrantes laborais cujo destino de residência é escolhido em função das ofertas de trabalho. Como se infere das palavras de quem não evidenciando uma especial ligação ao ultramar o qualifica como um lugar de migração igual a qualquer outro, onde se trabalhava ou se investia, sendo detectável no seu testemunho a pretensão de negar que os rendimentos auferidos derivassem de práticas raciais discriminatórias (desleais e desonestas) sobre os africanos por serem territórios colonizados.

Somos apenas alguém que lutou pela vida; alguém que apostou na vida e jogou no ultramar como quem, ao comprar um bilhete de lotaria, prefere desta ou daquela agência. Saiu branco o bilhete, pronto, mas jogámos, caramba, jogamos tudo e o jogo foi leal. Sim, leal e honesto.¹⁵

Se na segunda metade do século XX o propósito da fixação passou de temporário a permanente, uma outra especificidade deve ser apontada na migração da última fase da colonização. Tratando-se muito provavelmente de casos pontuais (de reduzidíssima representatividade), os relatos demonstram que a partir da década de 1960 mulheres metropolitanas migraram sozinhas, respondendo a uma carta de chamada para trabalhar em meio familiar na assistência e acompanhamento diário de idosos, doentes e crianças, numa função mista de ‘damas de companhia’ e auxiliares de enfermagem. Também se identificam casos de mulheres diplomadas, principalmente nas chamadas profissões femininas (professoras, educadoras de infância, enfermeiras) que, através do ingresso no funcionalismo público ou pela candidatura a instituições de ensino ou de saúde privadas (colégios, clínicas e centros empresariais), iam para o ultramar em alternativa à falta de emprego na metrópole.

¹⁵ Luís Rocha, Lisboa, *O Retornado*, n.º 5, 07.11.1975, 4.

Desigualdades coloniais

Atendendo ao local de instalação (citadino ou rural), a partir da segunda metade do século XX a generalidade da população radicada em Angola e em Moçambique fixou-se maioritariamente nos centros urbanos de dimensões variadas (cidades, vilas e aldeias) onde trabalhava por conta própria ou por conta de outrem nos diversos sectores económicos (agricultura, pescas, serviços, comércio e indústria), constituindo ainda o funcionalismo público (finanças, saúde, educação, justiça, segurança pública, defesa, obras públicas, entre outras áreas dos serviços provinciais) um estrato considerável da população em ambos os territórios.

Não obstante a informação demográfica dos recenseamentos fornecer o número total de habitantes no ultramar (estratificados por origem étnica: europeia e africana) não foram encontrados ao longo desta pesquisa indicadores quantitativos referentes à década de 1970 sobre a distribuição dos portugueses por região em ambos os territórios, recorrendo-se em alternativa a um estudo monográfico realizado no mês de Abril de 1974 pelas autoridades oficiais de Moçambique.

Embora seja possível formular uma ideia aproximada sobre a fixação geográfica destes portugueses por distritos afigura-se mais relevante (ao presente estudo) perceber como se caracterizava o meio residencial desta minoria, nos centros urbanos (nas cidades e vilas) e em áreas mais rurais do que aferir o índice populacional por regiões. Sabendo-se que a maioria dos radicados se concentrava em meio urbano e encontrando-se uma parte menos significativa dispersa por zonas rurais, o contexto espacial permite mais facilmente perceber as relações de sociabilidade existentes (ou inexistentes) com os cidadãos africanos que com eles coabitavam.

Esta abordagem relacional é necessária para entender que a clivagem racial e social das sociedades coloniais que, sendo marcada por actos e mentalizações, também se traduzia numa divisão residencial geograficamente demarcada. Ajudando ainda a ‘visualizar’ numa escala cartográfica mais focalizada as confrontações ocorridas na fase de transição entre os residentes das zonas suburbanas das capitais (nos muceques de Luanda e no ‘caniço’ de Lourenço Marques) e os moradores do ‘asfalto’ em Angola e da cidade de ‘cimento’ em Moçambique.

Diz-nos o recenseamento demográfico de 1970 que viviam em Angola 5 673 046 pessoas: 5 150 000 negros, 400 000 brancos e 130 000 mestiços. O número de brancos

duplicara desde o Censos de 1960 e concentrava-se sobretudo nas cidades de grande e média dimensão.¹⁶ Dois terços dos 400 000 habitantes de origem europeia fixaram-se em Luanda, onde o Movimento das Forças Armadas (MFA) de Angola estimava que residissem mais 200 000 portugueses em 1975.¹⁷

A distribuição espacial no interior das colónias era ditada por inúmeros factores, sendo frequentemente o local de trabalho que determinava a fixação num dado local. Os migrantes que chegavam às colónias sem lá ter família – ou conhecidos que os tivessem ‘chamado’ ou que pretendiam abrir um pequeno negócio (oficinas de mecânica, de carpintaria e de outros ofícios manuais) – tendiam a fixar-se nos centros urbanos. Por sua vez, aqueles que se tornaram retalhistas do ramo alimentar (em vilas, cidades ou no ‘mato’) eram os ‘cantineiros’, ‘quitandeiros’ ou ‘machambeiros’ – vocábulos africanos que designavam esses estabelecimentos comerciais. Os comerciantes estabelecidos em lugares pouco acessíveis – onde enfrentavam as agruras do meio natural inóspito e estavam mais expostos às doenças típicas de zonas insalubres (paludismo, dengue e outras infeções causadas por picadas de insectos) – eram também quem mais beneficiava da escassa ou inexistente concorrência nesses locais.

Dado o êxodo rural das populações autóctones para as capitais e cidades de média dimensão em busca de trabalho, a zona residencial habitada maioritariamente pelos ‘brancos’ era circunscrita por uma extensa faixa suburbana de ‘bairros de lata’, criados em redor dos centros históricos e dos bairros de apartamentos e moradias – à semelhança das favelas do Rio de Janeiro.

Em Luanda, estas zonas contíguas estratificavam-se em camadas concêntricas do centro para a periferia: etnicamente o núcleo da circunferência era ocupado por brancos, mas também por um número escasso de reputadas famílias africanas que se regiam por padrões ocidentalizados na forma de vestir e de socializar cujos filhos estudaram em universidades metropolitanas ou estrangeiras, alguns dos quais se tornaram dirigentes nacionalistas. Pese embora o prestígio familiar, o grau de instrução elevado e o nível de rendimentos, estes cidadãos africanos – que frequentavam os mesmos círculos de

¹⁶ A distribuição demográfica dos portugueses em Angola não era uniforme pelas 14 capitais de distrito. As cidades mais populosas situavam-se em Luanda (Luanda), Nova Lisboa (Huambo), Sá da Bandeira (Lubango), Cabinda (Cabinda), Malange (Malange), Benguela (Benguela) e Luso (Moxico) a que se seguiam Moçâmedes (Namibe), Carmona (Uíge), Salazar (Cuanza Norte), Gabela e Novo Redondo (Cuanza Sul), Lobito (Benguela), Henrique de Carvalho (Lunda) e Ambriz (Santo António do Zaire)

¹⁷ Estimativa no Boletim do MFA publicado na imprensa angolana. *Diário de Luanda*, 03.06.1975, 7.

convivialidade pública dos europeus – eram denominados na estratificação societal do regime como ‘assimilados’.

Estando o núcleo central reservado aos economicamente mais abastados (classe alta e média alta), a segunda faixa desta circunferência equivalia aos bairros onde vivia a classe média possuidora de rendimentos próprios mas remediada e famílias de outras comunidades étnicas (asiática e indiana). Estas áreas correspondiam na denominação corrente à cidade do ‘asfalto’ em Luanda e do ‘cimento’ em Lourenço Marques. Por fim, nos subúrbios coabitavam (nem sempre pacificamente) os brancos menos instruídos e menos abastados e centenas de milhares de africanos, zonas designadas como muceques ou ‘caniço’, onde o solo era vermelho e as casas feitas de adobe, colmo e zinco.

Os subúrbios densamente povoados, com condições de habitabilidade sofríveis, constituíam um dos motivos de preocupação do CEMGFA português, Costa Gomes, para quem estas populações tinham «sido um pouco esquecidas, pelo menos, na Beira e Nampula e possivelmente em Lourenço Marques».¹⁸ Na reunião com os governadores de Moçambique em finais de Janeiro de 1974, Costa Gomes referiu que se ocorrera «um notável desenvolvimento dos centros urbanos» nas áreas residenciais da população branca, em contrapartida verificara-se «um retrocesso nas condições de vida dos nativos», uma discrepância que censurava porque as melhorias deveriam «dirigir-se a todos, brancos e pretos».

Reagindo ao reparo, o governador-geral, Manuel Pimentel dos Santos aludiu à construção recente de 300 casas para africanos em Nampula e a centenas de outras que tinham sido erigidas na capital, onde os arruamentos tinham sido asfaltados e instaladas redes de distribuição de água e de electricidade. Alegando que o problema consistia nos cerca de 400 000 autóctones que nos últimos anos tinham chegado à capital e que se estavam «mal alojadas nos bairros» periféricos de Lourenço Marques.¹⁹ Costa Gomes justificou, por sua vez, que aludira à «estagnação e retrocesso» nas condições de vida urbana dos africanos por uma diferenciação social acentuada poder criar «conflitos sociais muito graves». Lembrando ter sido na periferia de Lourenço Marques que «a

¹⁸ O general Costa Gomes foi Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas (CEMGFA) de 5 de Setembro de 1972 a 13 de Março de 1974, tendo sido renomeado para o cargo em 29 de Abril de 1974. Tinha sido comandante da Região Militar de Moçambique de 1965 a 1969, conhecendo bem a realidade social do território.

¹⁹ Reunião do Conselho de Defesa de Moçambique, 30.01.1974, 12-13, Fundo 3, Cx50, ADN.

subversão» da FRELIMO se iniciara uma década antes²⁰. Parecia-lhe não ter havido sequer vontade para implantar «um sistema de transportes públicos colectivos» que aproximasse a mão-de-obra africana residente no subúrbio da capital aos seus locais de trabalho.²¹ Além disso, os serviços médicos e sanitários continuavam «diferenciados», descurando a população negra, quando a prestação de cuidados de saúde era «um dos vectores mais importantes na luta contra a subversão» (a causa nacionalista).

No ensino, dada a falta de professores, algumas mulheres de oficiais portugueses desempenhavam essas funções junto das comunidades nativas, mas esse esforço não se traduzira num maior acesso dos africanos no mercado de trabalho, incluindo os militares que, depois de desmobilizados, não encontravam «empregos compatíveis» com as suas qualificações. O mesmo problema se deparava aos soldados metropolitanos que, depois de cumprida a comissão no ultramar, regressavam a casa. Sendo permitido aos africanos «continuar no serviço militar se o desejassem», Costa Gomes admitia que muitos dos recrutados na metrópole aceitariam ficar em Moçambique se pudessem periodicamente visitar as famílias em solo português europeu e para lá transferirem as suas economias, assunto que estando praticamente resolvido em Angola, demoraria ainda uns 3 anos a solucionar em Moçambique.²²

No final de Abril de 1974, as autoridades militares portuguesas em Moçambique produziram uma monografia social baseada no recenseamento feito à população de Setembro de 1970 e na sua apreciação sobre as comunidades residentes no território. Os 8 168 900 habitantes de Moçambique eram maioritariamente rurais: cerca de 20% residiam nos distritos da Zambézia e de Nampula e Ilha, 13% no da Beira e Lourenço Marques, distrito que detendo apenas ¼ da dimensão dos restantes acolhia quase 10% da população total. Segundo a estimativa do INE em 1973 viviam em Moçambique 190 000 europeus (portugueses brancos), a maioria nas áreas urbanas de Lourenço Marques, Beira, Nampula, Salazar e Quelimane, capital da Zambézia.²³

De acordo com a monografia militar referida, europeus e asiáticos (em que se incluíam cerca de 23 000 cidadãos de origem indiana) constituíam 3,5% da população, coabitando com «alguns mestiços e raros africanos» em «cidades, vilas e povoações e

²⁰ FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique: movimento independentista liderado por Eduardo Mondlane até Fevereiro de 1969 e por Samora Machel a partir dessa data.

²¹ Reunião..., 16-24. ADN.

²² Reunião..., 23-27, Fundo 3, Cx50, ADN.

²³ CCFAM, Monografia, Anexo B, 20, Fundo 3, Cx44, ADN.

nalgumas explorações mineiras e industriais dispersas pelo interior». Este grupo (designado pela semântica da época de «grupo evoluído ou ocidentalizado») constituía juntamente com o chamado «grupo destribalizado» (os moçambicanos migrados para as cidades), uma minoria de 8% da população face aos 92% de africanos rurais e tradicionais do «grupo tribalizado».²⁴

A monografia diferenciava ainda os radicados em Moçambique há várias gerações dos migrantes chegados ao território nas décadas de 1950-60 atraídos pela perspectiva de «prosperidade económica» que – incluindo «as camadas flutuantes ou transitórias» de militares e funcionários públicos –, representavam 85% da população urbana. A análise por estratos socioprofissionais assinalava que agricultores e comerciantes tinham adquirido nos anos anteriores «um grande poder» socio-económico exercido através das respectivas «associações de classe» a que pertenciam. Devido ao enriquecimento e progressão social céleres, a maioria destes estabelecidos evidenciava «vícios e defeitos [...] que aumentaram através das relações mantidas com os territórios vizinhos» (leia-se os brancos da África do Sul e da Rodésia), embora muitos destes portugueses se tivessem adaptado à convivência multirracial, «por força das circunstâncias».

Industriais e dirigentes associativos detinham uma posição socioeconómica privilegiada que, contrastando com a sua reduzida capacitação cultural e intelectual, tinham sabido ao longo dos anos aproveitar o proteccionismo da legislação vigente para enriquecer.²⁵ Eram nestas camadas que – mimetizavam o estilo de vida de africanos e britânicos dos Estados vizinhos em hábitos importados como o chá da tarde, o consumo de uísque, os jogos de cartas (póquer, bridge, canasta), os clubes privados, os safaris – se observava um maior distanciamento relativamente aos africanos.

No entanto, esta elite branca que incorporara a cultura inglesa no seu quotidiano (em anglicismos correntes, nas práticas de condução automóvel e de lazer) não se distanciava somente dos africanos. Segundo o relatório também vivia afastada de compatriotas com um estatuto socioeconómico inferior que, mantendo alguns costumes europeus se tinham africanizado, ‘cafrealizado’ ou até miscigenado.²⁶ Tais portugueses correspondiam, sobretudo, a largas centenas de domiciliados em zonas rurais, muitos

²⁴ CCFAM, Monografia, Nampula, 30.04.1974, 2-5, Fundo 3, Cx44, ADN.

²⁵ CCFAM, Monografia..., 6-7, Fundo 3, Cx44, ADN.

²⁶ ‘Cafrealizado’: termo depreciativo usado no período colonial para designar quem se miscigenara ou adoptara o estilo de vida dos negros.

deles camionistas e ‘cantineiros’, com um baixo grau de instrução e mais receptivos ao modo de vida autóctone, motivo pelo qual eram marginalizados pela elite da sociedade colonial moçambicana orgulhosamente ocidentalizada. Como registava o etnólogo Jorge Dias no trabalho de campo que realizou em 1957 no Norte de Moçambique:

Nós que fizemos o Brasil tomamos hoje atitudes racistas que nos chocam. Não só nos segregamos de pretos e mulatos, como dizemos que um branco se cafrealiza, quando vive com mulher de cor e tem filhos dela. No distrito há vários casos e nota-se a barreira que o branco procura estabelecer, segregando-os um pouco do convívio ou tomando atitudes discriminatórias em relação à mulher e aos filhos.²⁷

A «classe média» – categoria em que eram colocados operários, empregados de escritório, pequenos comerciantes e antigos assalariados que deixavam a metrópole para trabalhar por conta própria em Moçambique – tinha um peso deveras reduzido, não constituindo uma «força de pressão económica-política». Os funcionários públicos eram também inseridos neste grupo economicamente mediano: representavam cerca de 70% da população europeia e apesar de, entre eles, ser residual o número de profissionais liberais eram estes os mais respeitados nas comunidades onde residiam.

Na sequência da política oficial de fixação de migrantes nacionais pouco letrados nas áreas menos povoadas de Moçambique, ao longo da década de 1960 surgiram várias comunidades rurais, colonatos e núcleos habitacionais formados por agricultores de parcas posses e respectivos familiares. Estes aglomerados eram compostos por «famílias oriundas de classes sociais economicamente débeis» da metrópole (onde viviam do trabalho braçal) que se tinham fixado na colónia com o propósito de obter «o tradicional rincão de posse plena, tão do agrado português», associando deste modo «a ideia de emancipação socioeconómica com a de proprietário de terra arável, capaz de produzir bens de primeira necessidade e de comercializar os excedentes».²⁸

Com tendência a diminuir (segundo a monografia militar), este grupo ostentava «todas as características do trabalhador rural europeu»: tratava-se de gente «de vida simples e frugal e de uma certa rudeza», por vezes causadora de atritos, mas cuja presença era fundamental à desejada aproximação interclassista entre as comunidades

²⁷ Jorge Dias, *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola): Missão de estudos das minorias étnicas do ultramar português*, (Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958), 66.

²⁸ CCFAM..., Monografia, 8-9, Fundo 3, Cx44, ADN.

branca e negra, dado o seu modo de vida ser muito idêntico ao dos africanos: «Podemos mesmo afirmar que estamos em presença do grupo humano que mais se aproxima e se identifica com a vida tradicional, possuindo, concomitantemente, algumas vezes, aspirações e desejos comuns».²⁹

O mesmo documento (produzido em finais de Abril de 1974) refere que a inclusão de alunos não-brancos no grupo estudantil de Moçambique (não indicando o nível de ensino) pusera termo à «hegemonia caucasiana», considerando ser este o meio mais propício à assimilação cultural das práticas ocidentalizadas seguidas pelos portugueses, embora as autoridades portuguesas considerassem «preocupante» a forma como alguns jovens africanos ocupavam os tempos livres. Diferenciando os jovens escolarizados dos desocupados, a monografia refere que a fixação em meio citadino e a escolarização tinham possibilitado o ingresso de jovens africanos no funcionalismo público e o seu acesso «a posições razoáveis nas actividades privadas», possuindo alguns cursos médios e universitários e exercendo outras profissões liberais (como professores, advogados, enfermeiros, etc.).

Bem distinto deste grupo havia um outro constituído por jovens africanos que, partindo para as cidades sem a família, ingressavam «numa autêntica marginalidade» nos bairros suburbanos de Lourenço Marques, Beira e Nampula. Eram (na esmagadora maioria) trabalhadores desqualificados com ocupações temporárias pagas à semana que, quando não tinham trabalho se dedicavam ao banditismo para subsistir, aparentando serem estes os mais vulneráveis à delinquência e também os mais receptivos ao discurso ‘subversivo’ nacionalista, que eram «atraídos por falsas promessas de uma vida melhor, mais abundante». Segundo o relatório, este percurso desviante verificava-se quando percebiam ser-lhes inacessível o modo de vida que os brancos detinham nas cidades:

Constatam, com inusitado desdém, que a sociedade de consumo ocidentalizado é um mito caro, almejado, mas jamais o podem alcançar. O branco tornou-se o responsável por todos os seus males e o etnocentrismo inconsciente e malévolo é a sua motivação básica que conduzirá à expulsão e ao ódio à etnia caucasiana.³⁰

Não havendo dados sobre as comunidades estrangeiras radicadas em Moçambique (grega, sul-africana, inglesa e italiana), acerca da comunidade asiática o relatório refere

²⁹ CCFAM..., Monografia, 8-9, Fundo 3, Cx44, ADN.

³⁰ CCFAM..., Monografia, 11-13, Fundo 3, Cx44, ADN.

que era constituída por chineses que se dedicavam essencialmente à agricultura empresarial nas periferias urbanas, sendo um grupo «ordeiro e respeitado» por europeus e africanos das classes sociais mais elevadas. Estes contrastavam com os paquistaneses de raiz muçulmana, uma comunidade «um pouco fechada» que vivia do comércio e de explorações agrícolas rentáveis. Na comunidade asiática, os cidadãos indianos eram os mais desconsiderados socialmente, depreciativamente «conhecidos por ‘monhés’», cujo sustento advinha do «pequeno comércio, do género de uma cantina polivalente». Dispersos pelo território, mercantilizavam com os africanos e eram «conhecidos pela sua tendência para o lucro exorbitante», não sendo «apreciados» nem por brancos nem por negros.³¹

Não tendo sido encontrado um estudo sociográfico sobre as populações de Angola em 1974 nem sobre a sua distribuição geográfica pelas várias cidades (semelhante ao referente a Moçambique), Luanda é usada como exemplo para ilustrar (empiricamente) o paradigma de povoamento em solo angolano. Dos 475 000 habitantes da capital, $\frac{3}{4}$ eram africanos residentes na cintura suburbana dos muceques que confinavam com a zona residencial branca do ‘asfalto’. Nos subúrbios viviam também brancos de estrato socioeconómico inferior, tratando-se (de um modo geral) de trabalhadores com baixo índice de escolaridade e reduzidas qualificações profissionais, entre os quais se incluíam pequenos comerciantes, taxistas, gerentes e capatazes ou encarregados de obras. Como é referido por evocador que discorre sobre a distribuição socioprofissional dos luandenses.

As zonas periféricas de Luanda não eram somente habitadas por negros, nelas viviam igualmente muitos trabalhadores brancos de profissão de fraca remuneração que trabalhavam normalmente ao lado dos pretos e frequentemente chefiando estes.³²

Localizando-se os bairros das classes médias na faixa intermédia entre a periferia e o ‘asfalto’, era nesta área residencial mais próxima da baía de Luanda – provida de ruas asfaltadas, avenidas e alamedas arborizadas, serviços públicos e uma enorme variedade de estabelecimentos comerciais – que habitavam portugueses e estrangeiros de estatuto socioprofissional superior: proprietários fundiários e de unidades fabris, empresários, senhorios, altos funcionários da administração provincial, representantes diplomáticos e profissionais liberais.

³¹ CCFAM..., Monografia, 9-11, Fundo 3, Cx44, ADN.

³² LV, *O Retornado*, n.º2, 17.10.1975, 2.

A estratificação social em Angola e em Moçambique era fisicamente demarcada correspondendo a uma separação racial residencial entre brancos e negros, pontualmente quebrada pela ascensão socio-económica permitida a uma diminuta minoria africana, mas que não alterou a separação étnica predominante nos centros urbanos onde se concentrava a população branca, nem as desigualdades resultantes das «estruturas de privilégio e de discriminação» típicas da sociedade colonial.³³ Em relatórios oficiais e reportagens pós-Revolução de 1974 eram apontadas as abissais diferenças subsistentes entre as dignas condições do ‘asfalto’ quando comparadas com as deficitárias estruturas dos subúrbios, onde as ruas não eram alcatroadas, não havia água canalizada (chafarizes forneciam a água potável a centenas de milhares de residentes) nem redes de esgotos, embora nalguns bairros houvesse posto médico e escola primária.

As capitais de distrito e as cidades intermédias (em Angola e em Moçambique) encontravam-se providas de uma rede de transportes públicos rodoviários com percursos urbanos e entre cidades, algumas estavam ligadas por linha férrea e noutras existia um aeródromo devido às longas distâncias entre os centros urbanos dos territórios. Em maior ou menor número havia, pelo menos, um hospital (ou centro de saúde), um liceu ou colégio, lojas e espaços de diversão (cinemas, cafés, clubes, esplanadas, discotecas), sucursais bancárias, repartições públicas e recintos desportivos. Em regra, as residências dos brancos possuíam água canalizada e electricidade, redes de esgotos e os bairros e jardins eram regularmente limpos. Quanto à toponímia se no ‘asfalto’ se assemelhava à da metrópole – predominando a onomástica relativa a figuras e episódios marcantes da história do país colonizador –, nos muceques de Luanda as artérias eram identificadas, para efeitos de controlo policial e municipal, por letras e números.³⁴

O quotidiano dos colonos estava organizado de modo a não necessitarem de tomar contacto com a realidade vizinha, acreditando, por isso, terem «um nível de vida médio, remediado». Por norma, aqueles que habitam numa moradia ou num apartamento com lojas à porta de casa, protecção policial e serviços públicos de limpeza, higiene e saúde, deslocando-se a pé ou de automóvel para o emprego «não vêem qualquer injustiça nesta situação». Como assinala a investigadora Iris Marion Young: «A segregação torna os privilégios duplamente invisíveis para os privilegiados [...] porque experienciam as suas

³³ Iris Marion Young, *Inclusion and Democracy*, (New York: Oxford: Oxford University Press, 2000), 205-207

³⁴ *Diário de Notícias*, 19.09.1974,9. SIPFA, Cx5946, ADN.

vidas como normais e com suficientes problemas. Alguns até podem pensar que algo deveria ser feito para mudar a situação, mas a separação torna dispensável que pensem na injustiça social, excepto em termos mais abstractos».³⁵

Antes do derrube do regime anterior, a maioria dos radicados em Angola e em Moçambique comungaria certamente do ponto de vista transcrito, revelando algumas missivas não ser entendida a diferenciação social e racial prevalecente no colonialismo tardio como racismo instituído, pelo qual fossem (também e em parte) responsáveis. A representação discursiva dominante dos radicados em áreas urbanas ou rurais sobre as relações com as populações autóctones consiste, por norma, na assunção de que o colonialismo tardio português era fraternal e paternalista, claramente distinto do racismo de outras colonizações europeias, esse sim, caracterizado por práticas de estigmatização e humilhação dos povos autóctones e por preconceitos que evidenciavam uma concepção discriminatória relativamente à inferioridade da negritude.

A ideia enraizada e convictamente defendida dos outros colonizadores serem mais racistas que os portugueses, poderia resultar de percepções e experiências formuladas nos últimos anos do sistema colonial, mas não correspondia à visão de muitos africanos. Como constatou em 1957 o etnólogo do regime, Jorge Dias, no trabalho de campo com os macondes no Norte de Moçambique, na região fronteiriça a Tanganica (Tanzânia):

Ao contrário daquilo que em geral se pensa, e que eu, aliás também pensava, os pretos desta região temem-nos, muitos detestem-nos e quando nos comparam com outros brancos é sempre de maneira desfavorável para nós. [...] Dizem que os ingleses não são impulsivos e exaltados como nós. Ouvem as razões dos pretos, pesam as queixas de uns e de outros e levam tempo a tomar uma decisão. Os portugueses não, zangam-se logo, berram muito e dão porrada.³⁶

Ao escutar tais queixas «tanto a pretos boçais como nos mais evoluídos», concluiu ser nos últimos «mais evidente um certo recalçamento, pois os portugueses tratam-nos com a mesma indiferença, ou desprezo, apesar de alguns terem instrução superior a certos brancos». Uma atitude que resultava da pretensa superioridade branca do colono:

³⁵ Young, *Inclusion...*, 208.

³⁶ Jorge Dias, *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola): Missão de estudos das minorias étnicas do ultramar português*, (Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958), 59. Sublinhado no original.

O branco habituou-se a considerar-se de tal maneira um ser superior, que não dá por nada destas coisas nem mostra a mínima cortesia ao falar com pretos instruídos ou assimilados, nem muito menos pensa em estender-lhes a mão. Desta maneira, vai-se cavando um abismo absolutamente desnecessário entre pretos e brancos, que me parece contrário às superiores directrizes estabelecidas...³⁷

Segundo a definição de Van der Berghe (1967), o «racismo paternalista» típico de sociedades de plantação (fazendas e roças) no sistema colonial, «em que as relações inter-raciais não eram necessariamente segregadoras do ponto de vista físico e até eram perpassadas por práticas de aparente benevolência e de miscigenação» – mais em Angola do que em Moçambique – «não deixavam de ser socialmente distantes, preconceituadas e ciosas de manter as respectivas hierarquias não só de raça, como de classe e, por isso, [...] também existiu nesses países discriminação racial», sendo diferentes em cada território os contextos discriminatórios em que actuavam quer o Estado e quer os colonos.³⁸

A partir da década de 1970 o racismo ostensivo tornou-se tão indefensável que deu origem a um outro tipo de racismo colonial (cultural mas não declarado) que sem recorrer a práticas ou a doutrinas mais segregadoras (como o *apartheid*) revelava ser de igual modo eficaz nos seus mecanismos de discriminação. Insidioso por deter aparência benigna, este tipo de racismo justifica as desigualdades por motivos alegadamente não raciais, como por exemplo, a baixa escolaridade, o insuficiente domínio da língua do país colonizador ou dos costumes europeus, entre outros. E por não ser objectivamente atribuível a práticas concretas mais dificilmente é assumido ou reconhecido pelas sociedades ou pelos indivíduos que o cultivam, da mesma forma que a sua denúncia e erradicação é mais complexa.³⁹

Como alguns autores apontam, o racismo é essencialmente relacional. Baseia-se em relações de poder que podem traduzir-se em atitudes mais extremadas na iniquidade de tratamento e desqualificação humana (através da exclusão social) até à sua expressão menos visível em práticas de um «racismo subtil» discreto e camuflado, permitindo que os grupos detentores da primazia política, económica, social e cívica dominantes numa

³⁷ Dias, *Relatório da Campanha de 1957...*60.

³⁸ Manuel Carlos Silva, «Etnicidade e Racismo: uma reflexão pós-teórica»,..., 29-31.

³⁹ Silva, *Etnicidade...*, 39.

dada sociedade neguem a sua existência.⁴⁰ Segundo Jorge Vala, este racismo radica na insistência das diferenças culturais, contendo uma implícita distinção ideológica de superioridade social, política e intelectual que não se reconhece como discriminatória, mas que na sua essência o é, porque dizermos que somos culturalmente diferentes do outro equivale a afirmar que o outro não está ao nosso nível.⁴¹

Possuindo diferentes escalas de preconceito, na sua forma mais dissimulada o racismo subtil traduz-se em manifestações menos evidentes de diferenciação. Embora se fundamente na atribuição de traços negativos ou na criação de estereótipos socialmente censuráveis, ao assumir um carácter velado dissocia-se do racismo de normativo social, em que as práticas segregacionistas são instituídas e incorporadas como ‘naturais’.

Este preconceito (não forçosamente racial, por também incidir na questão de género e de identidade sexual a pessoas da mesma etnia) funda-se no argumento de que são as diferenças culturais do outro que ditam o acesso desigual aos recursos e às oportunidades. A diferenciação de base cultural conjugada com o afastamento de quem pertence a um estatuto socio-económico inferior foi decisivo (como aponta Sobral), para a criação das «representações eufemísticas da relação colonial», pelas quais, até ao seu termo, os portugueses radicados não se consideravam racistas.⁴²

A crença essencialista dos portugueses de África numa coexistência pacífica e simbiótica com os povos autóctones – consubstanciada na convicção dos preconceitos existentes serem «fundamentalmente sociais e raramente ligados estritamente à cor da pele» – ancorava na ideia de que «nas colónias portuguesas o factor racial teve muito menos peso do que a posição social». Segundo esta perspectiva, os tratamentos societários segregacionistas ou discriminatórios bem como a desigualdade de acesso ao ensino e aos serviços de saúde não eram ditados por racismo, mas pela condição socio-económica dos africanos, convicção que persistiu entre os portugueses radicados mesmo depois da sua partida das colónias.⁴³

⁴⁰ Ver Essed e Goldberg, orgs., *Race Critical Theories*, (Malden, Oxford: Blackwell, 2002), 123-145 e Michel Wiervioka, *Le Racisme: une introduction*, (Paris: La Découverte, 1998). O conceito de racismo subtil tem sido estudado pelo sociólogo Jorge Vala, encontrando-se explicado em Jorge Vala, Diniz Lopes e Rodrigo Brito, «A construção social das minorias», Jorge Vala *et al* orgs., *Novos Racismos: perspectivas comparativas*, (Oeiras: Celta, 1999), 145-167.

⁴¹ Vala, *Novos Racismos...*, 148-157.

⁴² José Manuel Sobral, «Racismo e nacionalismo...», Silva, Sobral, *Etnicidade...* 121.

⁴³ Maria Belo, *Filhos da Mãe*, (Lisboa: Edeline, 2007), 26, 147.

Não tenho vergonha de dizer que vim de África, não fiz lá nada que tenha de me envergonhar [...] nada me pesa na consciência, tratei sempre os negros como gente e não como cães e cheguei a fazer-lhes o que essas pessoas nunca fizeram à própria família. [...] Nunca tivemos problemas com a população negra nem nunca lhes fizemos mal.⁴⁴

Partilhada por todas as faixas etárias e estratos sociais, a teoria de uma amistosa relação de sociabilidade com os africanos, baseada na existência de uma distinção mais social que racial, encontrava-se interiorizada, embora não fosse partilhada por todos. Como revela uma mulher nascida em 1930, que demonstra o seu preconceito racial, negando simultaneamente que existisse na sociedade angolana. Considerando que em 1975 Angola já se encontrava mergulhada no «caos [...] como a mentalidade do negro deseja», a evocadora acrescenta: «O negro pode estudar, pode formar-se, mas é e será sempre o mesmo». E escreve ainda: «Sou angolana de gerações, tenho 46 anos de idade e já no meu tempo de escola estudei lado a lado com negros. Nunca vi racismo. Vi, sim, separações de classes, mas isso há até nos brancos e mestiços».⁴⁵

Se em Angola os brancos economicamente desfavorecidos (e por vezes também analfabetos ou iletrados) executavam como assalariados os mesmos trabalhos dos africanos eram mais facilmente promovidos, ascendendo a cargos de controlo (como capatazes ou vigilantes), sendo muito menor a probabilidade dos africanos exercerem lugares de supervisão, tornando-se encarregados de fábrica, de fazenda ou de obra ou de serem admitidos como funcionários do Estado, por serem lugares que resultavam da delegação de confiança do superior hierárquico. A propósito da relação laboral leia-se mais um trecho do relatório de Jorge Dias referente à atitude de muitos patrões brancos:

Se um negro assimilado é capaz de desempenhar determinadas funções, o patrão, em vez de lhe dar trabalho, chama um branco, pois diz que não está para pagar a um preto o mesmo que paga a um branco. [...] Para o comum dos europeus, mantém-se a mentalidade colonialista, que considera o preto como mão-de-obra barata [...] No momento em que o preto tem direito ao mesmo salário de um branco, já ninguém o quer, mesmo que seja um bom operário.⁴⁶

⁴⁴ Guilhermina (Moçambique), *O Retornado*, n.º 75, 15.03.1977, 21.

⁴⁵ Celina Ferreira, Vimeiro, *O Retornado*, n.º 24, 20.03.1976, 20.

⁴⁶ Dias, *Relatório da Campanha de 1957...* 60.

O facto de oficialmente não estarem vedados aos africanos tais cargos nem o acesso à escolaridade básica, é muitas vezes referido como exemplo da inexistência de práticas de exclusão racial por quem reclamava ser ‘bom patrão’ ou ‘amigo’ do negro, fosse colega de escola, subordinado ou camarada de profissão. Esta visão é, contudo, demasiado benevolente, atendendo às condições de trabalho da esmagadora maioria dos africanos e às restrições na obtenção (inclusivamente pelos mais instruídos) de postos de trabalho razoavelmente remunerados, como verificou Jorge Dias.⁴⁷

A clivagem económica e social existente na metrópole entre patrões e assalariados não qualificados também se registava nas colónias, onde também eram discrepantes as diferenças salariais em função do género e da raça: mulheres e negros ganhavam menos do que os homens, sendo os grupos mais explorados aqueles que não-filiados em corporações de sector dificilmente poderiam reivindicar condições mais justas. Em termos laborais os trabalhadores negros das fazendas e minas (como os trabalhadores agrícolas e mineiros da metrópole) eram os mais explorados, estando submetidos um regime autocrático e indignamente abusivo comparativamente aos que trabalhavam em fábricas, nos transportes e comunicações, no comércio ou no serviço doméstico.

Nas aldeias macondes, Jorge Dias apercebeu-se (em 1957) que os habitantes viviam permanentemente atemorizados pelos brancos que lá se deslocavam em busca de mão-de-obra para as fazendas. Nelas apenas encontrou cegos e aleijados por os demais fugirem quando avistavam um colono:

Este terror aos castigos corporais e aos trabalhos forçados é um motivo de fuga para Tanganica. Falei com pretos que me afirmaram que muitos não querem regressar porque tinham medo das palmatoadas.⁴⁸

Embora a existência de práticas de discriminação racial seja admitida, muitos radicados arrogam-se de nunca as terem praticado, pagando enquanto patrões um justo valor pelo trabalho prestado, comendo debaixo do mesmo tecto e à mesma mesa com os africanos que consigo conviviam ou trabalhavam. Sobretudo em Angola, muitos criam que as relações de poder eram idênticas às da metrópole: tanto na metrópole como nos territórios ultramarinos havia empregadores que respeitavam os subordinados e aqueles que, com desprezo e prepotência, os maltratavam.

⁴⁷ Dias, *Relatório da Campanha de 1957...*, 61.

⁴⁸ Dias, *Relatório da Campanha de 1957...*, 62.

Equiparando a exploração dos negros nas colónias à condição das antigas criadas de servir em Portugal europeu, uma portuguesa de Angola alude à vida ‘escravizada’ dessas mulheres brancas (de todas as faixas etárias) que não tendo quaisquer direitos «nas casas dos patrões de alma negra», eram por eles subjugadas durante toda a sua vida. Lembrando ainda a cronista do semanário *O Retornado* que somente escassos anos antes tinham passado a ser chamadas de funcionárias domésticas em vez de criadas de servir, sendo tão ou mais humilhadas que alguns serviçais domésticos nas colónias.

Antigamente o seu pequeno-almoço era constituído por pão duro de 3 dias ou mais e uma chávena de chicória [...] pão duro sem manteiga enquanto os patrõeszinhos se batiam pela manhã com galões, carnes frias e ovos estrelados. Usavam avental. Não podiam pintar as unhas. Eram criadas para todo o serviço... [...] Dormiam na cozinha ou sobre um cobertor no chão. E apanhavam de algumas patroas ‘bolachas’ quando se tratava de patroas gentis ou sovas das mais carrancudas quando o limite das forças físicas das serventes brancas se esgotava face às exigências cruéis de tantos trabalhos.⁴⁹

O paralelismo estabelecido entre as ‘criadas de servir’ da metrópole e os serviçais domésticos das colónias (de ambos os sexos) resulta das afinidades na sua condição de absoluta dependência económica, pouca instrução e total desprotecção, mas também pelo tratamento equivalente a que eram sujeitos, sendo vistos e tratados pelos patrões com a mesma desconsideração. Considerados como pessoas de compreensão limitada, incapazes de se governarem autonomamente sem a permanente tutela de um superior, esta sobrançeria exteriorizava-se num comportamento autoritário e desumano que, nas colónias, era exercido sobre os subordinados africanos de qualquer idade e de ambos os sexos, fosse praticado em contexto doméstico, fabril ou agrícola, podendo nalguns casos ser a regra e noutros a excepção.

Deste ponto de vista patrões mesquinhos e exploradores existiam na mesma proporção tanto na metrópole como no ultramar, independentemente da cor da pele dos empregados; práticas arbitrárias de discriminação social e laboral eram perpetradas por indivíduos menos escrupulosos que se aproveitavam dos subalternos economicamente mais carenciados e socialmente menos considerados. Na África colonial: os negros. É, no entanto, necessário apontar que nem todos os portugueses eram patrões e não se poderá generalizar que todos aqueles que o eram se comportavam de forma indigna.

⁴⁹ Lola Toscani Eglésias, crónica, *O Retornado*, n.º 6, 14.11.1975, 4.

Assinala-se também que, como a esmagadora maioria dos evocadores afiança não ser preconceituoso nem racista, o preconceito e o racismo na sociedade colonial é uma realidade escamoteada (ou nem sequer é mencionada) nos testemunhos. Pelo contrário. Muitos relatos referem-se às qualidades do ‘irmão africano’ demonstradas na relação quotidiana, em que a sua capacidade laboral, ingenuidade, complacência e afectividade são apontadas e enaltecidas. Pese embora os atributos mencionados, exercesse funções similares ou subalternas às do colono branco, o ‘bom negro’ (alegre, simpático e amigo) era muitas vezes visto (e, por vezes, tratado) com uma certa menoridade, acreditando-se que, apesar do seu empenho, precisava de ser orientado, tutelado e/ou acompanhado no exercício de uma tarefa.

Esta forma condescendente e paternalista de tratamento dos subalternos africanos era comum em contexto doméstico, incidindo sobre os serviçais à tarefa (temporários) e sobre os criados permanentes. Podendo ser bem-intencionado e até exteriorizado em actos amistosos e palavras benevolentes, este tratamento continha uma imputação de infantilidade ao subordinado que pressupunha que tivesse de ser constantemente vigiado a fim de cumprir de forma adequada os seus deveres. Como refere Ann Stoler sobre o tratamento dos senhores britânicos aos seus criados na Índia colonial novecentista, o serviçal nativo era (muitas vezes) equiparado a uma criança que tem de ser ensinada repetidamente para apreender uma ideia ou tarefa, à qual é necessário estar sempre atento.⁵⁰ Representação de conveniente justificação moral ao excessivo zelo tutelar por parte do administrador da casa, da fábrica ou da fazenda na África portuguesa.

A incapacidade imputada ao servente africano traduzia-se amiúde numa atitude de controlo permanente e de coacção disciplinar, que poderia assumir diferentes formas: da simples advertência à ameaça severa, da redução ao não pagamento do vencimento, podendo inclusivamente consistir numa punição psicológica (de humilhação) ou em maus tratos físicos e castigos corporais. Esta realidade surge denunciada em alguns documentos redigidos na fase de transição em que trabalhadores domésticos angolanos apresentaram queixa junto dos delegados locais dos movimentos nacionalistas contra patrões (e patroas) que não lhes tinham pago o salário, tendo outros empregados

⁵⁰ Ann Laura Stoler, *Race and the Education of Desire: Foucault's History of sexuality and the colonial order of things*, (Durham, NC, Duke University Press, 1995), 150. Nesta obra, a autora analisa estratégias imperiais de controlo doméstico do outro etnicamente diferente usadas pelos colonos britânicos na Índia ao longo do século XIX.

denunciado quem os sujeitara na época colonial a castigos corporais, em regra, capatazes de fazendas e gerentes de unidades fabris.

Não é, contudo, desta forma que os portugueses de África percepcionavam e caracterizavam a sua relação com os subalternos africanos, no espaço doméstico. Se em muitas residências os empregados poderiam ser menosprezados e submetidos a práticas sancionatórias, em muitas outras seriam condignamente tratados e até auxiliados pelos empregadores que com eles partilhavam a comida do dia, géneros alimentares e, por vezes, o pagamento dos encargos escolares e das despesas médicas dos filhos ou de familiares a cargo; demonstrações de solidariedade (por vezes evocadas pelos patrões) que poderiam ocorrer mesmo quando o trabalhador não recebia uma justa remuneração.

Com base nos testemunhos, a afabilidade em contexto doméstico poderia ocorrer (ou não) da convivialidade duradoura ‘dentro de portas’ baseada na confiança recíproca resultante do mero facto de patrões e assalariados cumprirem as suas respectivas obrigações. Os serviços domésticos que trabalhavam há vários anos para uma família acabavam por aceitar os seus (muitos) deveres e (parcos) direitos num relacionamento de mútuo respeito, ainda que inserido numa dinâmica de poder.

Esta adaptação às normas instituídas – voluntária ou pelo menos não contestada pelos subordinados que poderia ser consolidada pela passagem dos anos – tenderia a ser recompensada pelo ‘bom patrão’ em dinheiro ou em géneros, repercutindo-se também na integração dos empregados na vida quotidiana: através do acesso e partilha dos espaços domésticos, das refeições e de momentos de convívio, sendo considerados membros do agregado familiar. A relação de proximidade que, por vezes, era estabelecida surge mencionada por portugueses de Angola, no momento da partida, ao referirem terem os empregados da casa (o cozinheiro, a lavadeira, o jardineiro, a ama das crianças) pedido para irem com eles para a metrópole. Como, segundo uma patroa, fez a lavadeira negra, natural de Nova Lisboa (que trabalhava na casa há 10 anos) ao dizer-lhe a chorar: «Senhora, quando os brancos forem embora Angola morre. Os meus patrícios não têm cabeça para se governarem sozinhos. Se ainda existisse um só movimento, mas há 3 e nenhum gosta do outro».⁵¹

⁵¹ João dos Reis, *Malandros: a evacuação aérea dos portugueses de Angola*, (Queluz: Literal, 1976), 139. Esta obra é constituída por depoimentos recolhidos pelo autor (então jornalista) nos aeroportos de Nova Lisboa e de Luanda, sendo um dos 4 coordenadores da equipa de apoio aos desalojados.

Noutros casos traduziu-se na entrega da casa ou do negócio aos empregados, numa atitude distinta de quem destruiu os seus bens para que não viessem a ser usufruídos pelos africanos. Segundo 2 autores brasileiros, também em Moçambique houve colonos que antes da partida fecharam a porta de casa à chave levando-a consigo, entregando-a outros «ao velho criado, agora transformado senhor».⁵²

A existência de laços amistosos com os subordinados, a quem foram voluntariamente deixados bens é referida por muitos signatários como prova de que eram diferentes de outros povos colonizadores: na mentalidade e no relacionamento com os africanos, não os considerando ou tratando como inferiores.

Pergunte-se aos naturais de Angola, àqueles a quem os seus irmãos brancos nunca ofenderam [...] se alguma vez nas casas dos portugueses em Angola, o seu trabalho deixara de merecer consideração quando se tratava de patrões civilizados, educados.⁵³

Sendo verosímil que os patrões brancos «civilizados, educados» tratariam os empregados negros de modo mais cordato (numa forma de tratamento que era entendida como manifestação de consideração) não deverá ser assumida como generalização, mas antes como uma visão mitificada, essencialista e desculpabilizante que não correspondia rigorosamente à realidade vigente nas colónias africanas, sobretudo em Moçambique. São, aliás, os próprios portugueses de Angola que referem ser a sociedade moçambicana mais racista que a angolana, parecendo ignorar a profunda injustiça racial existente nas fazendas de cacau, café e algodão no Norte de Angola para onde os africanos bailundos (do Sul) eram transportados – por a etnia local maioritariamente composta por bacongos não ser considerada trabalhadora – e nas explorações mineiras (de diamantes no Leste de Angola e de ouro na África do Sul), nas quais vigorou até ao fim um sistema de escravagismo laboral.

Segundo um evocador de Angola «não era segredo para ninguém que vivesse em Moçambique antes de 25 de Abril de 1974», que «Portugal tinha um contrato secreto com a África do Sul para o recrutamento de moçambicanos para trabalharem nas minas

⁵² Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática», Cláudia Castelo, O. R. Thomaz, S. Nascimento, Teresa Cruz e Silva, orgs., *Os Outros da Colonização*, (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012), 336.

⁵³ Lola Toscani Eglésias, crónica, *O Retornado*, n.º 6, 14.11.1975, 4.

de ouro em troca» de uma dada quantia em ouro *per capita* paga ao Estado português, como contrapartida pelo fornecimento destes trabalhadores.⁵⁴

De facto, assim era. Em 1952 existiriam cerca de 100 000 trabalhadores negros de Moçambique legais na África do Sul e 150 000 a 150 000 ilegais que constituíam uma considerável fonte de divisas para Lisboa. Como refere Mário Murteira, Portugal recebia 60% em ouro dos salários destes mineiros, parte que lhes era restituída em escudo ultramarino depois de regressar a Moçambique.⁵⁵

Refere um outro português radicado (que era em 1953 vogal do Conselho do Governo de um distrito de Angola) ter denunciado em relatório enviado ao governador «irregularidades vergonhosas praticadas no recrutamento de mão-de-obra no distrito». O processo que levou 18 meses a ser instruído, «provou a existência de uma vasta rede de funcionários administrativos desonestos que vendiam pretos para o contrato» a uma quantia «por cabeça, em conivência com comerciantes do mato, camionistas e toda a espécie de intermediários, sobretudo para as fazendas de café» de distritos do Norte. A exposição resultou na punição de alguns funcionários administrativos: uns foram transferidos, outros despromovidos ou demitidos de funções e apenas 2 ou 3 «entregues ao Poder judicial».⁵⁶

Embora constitua certamente uma excepção, este testemunho confirma o conhecimento de casos de práticas de exploração laboral e de discriminação cívica que, (em muitos casos) persistiram até ao fim do Estado Novo. Aliás, como refere Valentim Alexandre, o Estatuto do Indígena que incidia sobre a quase totalidade da população negra apenas foi abolido em 1961 e, como reconheceu o ex-ministro do ultramar, Silva Cunha, mais tarde no recenseamento para as eleições de 1973 só se puderam inscrever os africanos que «‘havam assimilado inteiramente as nossas concepções políticas’».⁵⁷

Não havendo uma segregação racial instituída nos espaços públicos era avocado em muitos estabelecimentos o direito de admissão (interdição de entrada e permanência) como forma de afastar indigentes, indesejáveis ou quem devido ao seu aspecto ou etnia pudesse dar ‘má imagem’ ao local, à semelhança do que acontecia na metrópole. Para

⁵⁴ Arnaldo Joaquim Vieira, *O Retornado*, n.º 22, 06.03.1976, 2.

⁵⁵ Mário Murteira, «Formação e colapso de uma economia mundial», *História da Expansão...*, 120.

⁵⁶ António Pires, entrevista, *O Retornado*, n.º 10, 12.12.1975, 7, 15.

⁵⁷ Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)», *Penélope*, 15, (1995), 47, 50-51.

além da marginalização pela aparência (indumentária, calçado e higiene) nos espaços de frequência pública, nas colónias a superioridade de cidadania dos brancos reflectia-se, na prática, em atitudes de subserviência que eram esperadas dos africanos que, não sendo adoptadas, eram entendidas como sinais de desrespeito.

Nos anos 60 em Moçambique, ainda era normal que, ao cruzar-se na via pública ou numa fila de espera, o negro concedesse passagem ao branco, não se sentasse nos balcões das salas de cinema (mas na plateia) nem nos primeiros lugares dos transportes públicos rodoviários, que não estando reservados aos brancos eram apenas por eles ocupados. Muitos radicados interpretavam estas práticas como demonstrações de cortesia, de consideração ou de respeito e não como condutas de submissão impostas pelo sistema colonial que eram assumidas pelos africanos, nuns casos por medo de represálias, noutros para não terem problemas acrescidos. Como assinalou Jorge Dias, um branco poderia sentar-se na mesa de um negro, mas não o contrário:

Enquanto pretos, mestiços e indianos se encontram e conversam, o branco mantém a distância que julga necessária ao seu prestígio. Aquele que se considera um indivíduo dado, que fala com os pretos, não repara que, em geral, diz o que lhe apetece e os outros respondem a tudo que sim, com ar subserviente. Porém, mal ele se afasta, é que se ouve aquilo que eles na realidade pensam e aquilo que lhe teriam dito se não tivessem medo.⁵⁸

Nem colonos nem colonialistas

A iniquidade colonial contrasta, porém, com os relatos sobre a harmoniosa convivência racial (sobretudo em Angola), desprovida de preconceitos que seria mais comum em meios citadinos e nos últimos anos, sendo protagonizada pelos mais jovens. Aparentemente a amizade entre filhos de portugueses e de africanos seria forjada em casa (nos quintais e zonas circundantes), na escola e em espaços de convívio público (jardins, bailes, esplanadas), resultando de um percurso partilhado (durante o ensino primário, o cumprimento do serviço militar ou, em certos casos, no local de trabalho).

O testemunho seguinte – contrário à ideia preconcebida da existência de racismo em Angola nos últimos anos de vigência do Estado Novo correspondente ao chamado colonialismo tardio do século XX – baseia-se na vivência pessoal do signatário que recorda dos tempos de infância, o convívio inter-racial na escola primária e fora dela,

⁵⁸ Dias, *Relatório da Campanha de 1957...*, 62.

sem que existissem interdições de acesso ou uma diferenciação racial que se afigurasse (ao evocador) configuradora de uma realidade racista.

Acredita irmão que no ultramar não havia racismo, não havia escravização de uma raça por outra, de um povo por outro. Desde o tempo mais remoto [...] vejo-me a brincar no pátio da escola com outros meninos de cor preta e branca, mulatos também, que frequentavam as mesmas escolas, com quem cochichava nas aulas [...] Recordo-me também do senhor Silva, preta era a sua cor, que era recebedor de fazenda que, com ar bonacheirão e a compreensão e bondade que lhe eram características, aceitava as diabruras que nós, criança, fazíamos em sua casa quando nos juntávamos com filhos, nosso colegas (se não estou em erro 5 rapazes e 3 raparigas, hoje quase todos formados) e que sempre visitou a minha casa assim como a família e sempre foram por todos aceites sem discriminação. Lembro-me também que todos os lugares que sempre frequentei nunca deixaram de ser frequentados por pretos ou mestiços. Sempre os vi vestirem como eu. Os condicionalismos que para eles existiam existam para mim também.⁵⁹

A crença de que se tinha uma vida honrada, não existindo qualquer diferenciação em função da cor da pele, contribuiu para acentuar os sentimentos de incompreensão, de injustiça e ingratidão que muitos ultramarinos formularam quando se tornou evidente que a sua continuidade nos territórios não era desejada nem teriam direito a um estatuto especial de residentes. Incompreensão e ingratidão que se revelam na frase: «Os nossos amigos negros mandaram-nos de trouxa às costas de regresso a casa».⁶⁰

Num outro testemunho, um homem de Angola enfatiza o convívio interétnico que grassava em espaços públicos e privados, especificando que, se algumas amizades se mantiveram durante o processo de descolonização, outras findaram ou tornaram-se até conflituais. Parece, porém, evidente que tanto as manifestações de tristeza e de amizade por parte de alguns africanos na hora do adeus dos brancos como (em sentido inverso) a hostilidade manifestada por outros, contribuíram para reforçar nestes portugueses «a mágoa da partida».⁶¹

Nós aqui nunca ligamos à cor da pele. Nunca fizemos discriminação racial. Nos empregos, nas escolas, nos hotéis ou nos bares. A minha filha estudava com raparigas negras e mestiças e nunca se sentiu superior ou inferior. [...] Eu nunca me senti superior

⁵⁹ Rui Candeias, *O Retornado*, n.º 21, 27.02.1976, 22

⁶⁰ Isaiás Afonso, Lisboa, *O Retornado*, n.º 2, 17.10.1975, 11.

⁶¹ Belo, *Filhos...*, 26, 108.

ou inferior aos negros meus colegas de trabalho. Tratava-os como eles me tratavam a mim. De igual modo. Convidava negros para irem almoçar ou comer a minha casa. Alguns traíram-me; outros mostram-se sempre amigos até me despedir deles. Muitos deles choraram comigo na hora da despedida.⁶²

A bonomia do colonialismo português – que pressupunha a ausência de racismo pelos brancos e a inexistência de ressentimentos por parte dos negros – era comungada e defendida como autêntica por alguns portugueses de Angola que acreditavam viver num segundo Brasil (um oásis multirracial e fraterno), exemplificado no testemunho de uma jovem nascida em 1958, que viveu no ultramar até aos 17 anos de idade. «Sou natural de Angola e como tal amava a minha terra e vivia os problemas de todos aqueles que, como eu, a amavam, sem distinção de cores ou credos».⁶³

Assim como um sargento militar enfermeiro chegado a Moçambique em 1961 que, após cumprir a comissão militar de quase 3 anos, quis ficar, escreve: «fazendo minha aquela terra que adorava, constituindo família com uma moçambicana [...] Aprendi a considerar o preto como irmão, como amigo (conforme o convívio), não fui um opressor e explorador, antes pelo contrário».⁶⁴

Depreendendo-se que a aceitação do africano como igual (até ser designado de «irmão») não estava inculcada nos migrantes nacionais à chegada a África, resultando antes de uma ‘aprendizagem’, deverá também referir-se que considerar alguém como ‘semelhante’ não significa necessariamente que seja percebido como amigo ou familiar ou que seja integrado e faça parte dos círculos de convivência mais íntimos.

Em contrapartida, considerar um africano como amigo já pressupõe a existência de uma afetividade mais forte, como a que é declarada por um português de recente instalação que afirma ter tido durante a permanência em África mais amigos negros que brancos, alguns dos quais foram inclusivamente padrinhos dos seus filhos. Neste caso, os laços de amizade existentes eram demonstrados e comprovados por uma ligação de parentesco por afinidade (o apadrinhamento), traduzindo-se em práticas concretas de inclusão de alguns africanos na esfera vivencial mais privada dos portugueses radicados.

⁶² Reis, *Malandros...* 138-139.

⁶³ Ilse, Alcobaça, *O Retornado*, n.º 14, 09.01.1976, 15.

⁶⁴ Sem nome, *O Retornado*, n.º 54, 19.10.1976, 21.

Fui para Angola em 63 para trabalhar e não para mandar [em] pretos. Casei lá e lá me nasceram os filhos. Nunca mais vim a Portugal, pois ganhei amor aquela grande Terra que era e é a Terra de meus filhos e via com alegria Angola crescer em desenvolvimento. Para os que possam pensar que eu era um racista, devo informar que tinha mais amigos pretos que brancos e que mesmo os padrinhos de meus filhos são pretos. Para mim a cor preta ou branca não contava, o que interessava era que Angola fosse cada vez uma terra mais rica e mais justa, desde os muceques de Luanda à mais longínqua sanzala no mato.⁶⁵

Também um homem – nascido em Portugal em 1923, mas desde os 6 anos de idade em Angola – alude aos 46 anos de permanência consecutiva no território, dizendo não poder ser acusado de qualquer preconceito racial. «Pois foram pretos os meus amigos de infância, foram pretos muitos companheiros de trabalho, e mesmo hoje penso que conservo entre eles alguns [amigos] que me penalizou ter que abandonar à inconsciência de tantos».⁶⁶ Atenda-se à última frase de auto-recriminação por os ter deixado entregues à sua sorte, numa assunção de que se era em parte responsável pelo seu destino. Esta atitude (eivada de uma certa protecção paternalista) pode submeter-se a duas interpretações distintas, consoante os ângulos de abordagem.

Do ponto de vista humanista, quando se sente uma profunda amizade por alguém a cor da pele é irrelevante, o fenótipo de um amigo não entra na equação afectiva, mas do prisma do diferente modo de ser português em contexto colonial, esta predisposição tutelar pode ser entendida como manifestação de genuína preocupação por um amigo que se deixou ou indiciou que os ‘irmãos’ negros eram aqueles que não se opunham nem se expressavam contra a presença dos brancos. Desta perspectiva, a amizade poderá ter decorrido da aceitação por esses africanos dos normativos coloniais tornando-os, assim, simbolicamente irmãos. Neste sentido, trabalhar com ou ao lado de um negro não significa, em rigor, que se lhe atribua iguais qualidades de desempenho ou que se lhe reconheça equivalente capacidade de discernimento e de operacionalidade.

A negação da existência de racismo em contraponto à salutar coabitação de raças nas sociedades ultramarinas surge (também e frequentemente) associada à ideia de que a pujança das colónias se devia ao esforço simbiótico empreendido ao longo dos séculos por brancos e negros. As relações interétnicas nas colónias portuguesas não se

⁶⁵ José Batista, *O Retornado* n.º 85, 24.05.1977, 23.

⁶⁶ J.J. Paulista, Damaia de Baixo, *O Retornado*, n.º 27, 21.11.1975, 2.

comparariam às de outros colonialismos, existindo antes uma sociabilidade cooperativa entre brancos e negros pretensamente benéfica para todos, ainda que (parafraseando Georges Orwell) o fosse mais para uns do que para outros.

Empregando a frase (frequentemente proferida por metropolitanos não opositores ao regime) de que a sua política era o trabalho, muitos portugueses que viveram em África defendem não haver nas colónias conflitos étnicos nem confrontos ideológicos, por a unidade racial assentar no trabalho conjunto em prol do progresso comum. É neste sentido, que um português nascido em Braga em 1935 e migrado para Moçambique em 1954 com 19 anos de idade classifica de ‘portuguesismo’ a convivialidade racial amena que, na sua essência, constitui o substrato imaginário do luso-tropicalismo.

Reclamando-se como um português «válido que cooperou na construção dum Moçambique que era livre e franco», este evocador escreve: «só quem conviveu abertamente com todas as etnias e classes, acompanhando pessoalmente a labuta diária de um *vis-a-vis* com os ditos ‘negros’ (bem mais são que muitos brancos da metrópole) tem o direito de avaliar o portuguesismo» existente nas colónias.

Nesse Ultramar verdadeiro e grande, a política não era petisco diário. Apenas e só o trabalho contava. Todos viviam, todos ganhavam o suor do rosto, sem racismo e sem espoliação.⁶⁷

A crença no ‘diferente modo de ser português’ começou a ser propalada pelo presidente do Conselho desde 1951 – ano da revisão constitucional que alterou a designação de colónias para províncias ultramarinas – ainda antes do regime adoptar a ‘vulgata’ luso-tropicalista. Decorrendo de uma interpretação selectiva e parcial da obra de Gilberto Freyre, os aspectos convenientes da tese elaborada pelo sociólogo brasileiro, seriam incorporados como doutrina quase oficial no discurso político na década de 1960, perdurando até 1974. A extraordinária capacidade de adaptação dos portugueses a mundos tão díspares, onde aportavam há séculos como comprovava o império ultramarino, ajustava-se à tese da integralidade territorial da nação que Salazar pretendia defender junto dos areópagos internacionais, servindo o exacerbamento do seu espírito empreendedor e da pretensa propensão não-racista para reclamar o direito de Portugal aos territórios africanos.

⁶⁷ Sem nome, *O Retornado*, n.º 8, 28.11.1975,3.

Os Portugueses devem provavelmente a sua fama de excelentes colonizadores à sua rara faculdade de adaptação. Com efeito, têm uma grande facilidade para se aclimatarem sob os céus mais inóspitos e compreenderem rapidamente a mentalidade, a vida, os costumes, as actividades dos povos que lhe são estranhos. Quando o Português se lança na exploração aventureira ou se instala no comércio, não organiza a sua vida à parte. Entra na vida, mistura-se nela tal como a encontra e tal qual ela se lhe oferece, sem contudo abandonar o seu próprio cabedal de conhecimentos, de hábitos e de práticas.⁶⁸

O elogio da miscigenação que sustentava a teoria luso-tropicalista foi, assim, preterido pelo regime em prol da imagem dos portugueses como criadores de novos mundos e de sociedades de pacífica convivência multirracial – ideia que dando título às conferências proferidas em 1940 por Freyre, *O Mundo que o Português Criou* – pautou os discursos de Salazar no início da década de 1960. Neles enaltecia a multiseular presença portuguesa no continente africano: «Estamos em África há 400 anos, não chegámos ontem» e a inexistência de preconceitos étnicos. Angola e Moçambique eram, por isso, «uma criação portuguesa». Argumento que, dias antes da Revolução, Marcelo Caetano ainda evocaria para justificar a continuação da defesa militar do ultramar.⁶⁹

Esta ideia de que os portugueses transportaram para África a sua extraordinária capacidade de relacionamento com outros povos e culturas, tendo construído sociedades coloniais fraternas e cristãs desprovidas de preconceito racial (enquanto especificidade do colonialismo português) não foi apenas interiorizada pelos portugueses ultramarinos. Remontando ao século XVIII e consolidada no final do século seguinte em reacção ao Ultimato britânico de 1890, como sublinha Valentim Alexandre a teoria de um modo de ser português colonial traçou uma imagem do nosso colonialismo que era «ainda a mais corrente entre os portugueses passadas mais de duas décadas sobre a dissolução do Império».⁷⁰

O modo de ser português encontra-se indissociavelmente ligado à reclamação de não terem sido colonos ou colonialistas, encontrando-se esta convicção associada nos

⁶⁸ Entrevista dada por Salazar a Christine Garnier em 1951, em *As Minhas Férias com Salazar* (1952) citada por Yves Léonard, «O ultramar português», Bethencourt, Chaudhuri, eds., *História da Expansão Portuguesa...*, 37.

⁶⁹ Léonard, «O Ultramar...», 42-46. As citações referem-se aos discursos proferidos por Salazar em 1960 e na RTP em 12 de Agosto de 1963 e à alocução de Marcelo Caetano em 20 de Abril de 1974.

⁷⁰ Ver Valentim Alexandre, *O Império Africano - Séculos XIX e XX*, (Lisboa: Edições Colibri, 2000)

testemunhos (masculinos e femininos) a outras 3 crenças fortemente enraizadas que se conjugam num encadeamento argumentativo. A primeira convicção de não serem racistas porque não considerarem nem tratarem os autóctones como inferiores já foi abordada, sendo uma fundamentação recorrentemente evocada de repúdio à imputação de colonialistas.

A recusa dos anátemas racista e colonialista é, por sua vez, justificada pela alegação (também insistentemente referida) do seu património ter sido adquirido de forma honesta, com muito esforço individual e dos respectivos agregados familiares, não resultando da exploração dos povos africanos. Esta segunda convicção destaca a honestidade da sua conduta no ultramar, com o intuito de justificar que a posse de uma (maior ou menor) riqueza individual se deveu à sua capacidade empreendedora.

As referências ao árduo trabalho de anos encontram-se associadas a outra ideia muito enraizada: além da legítima ambição pessoal, o seu esforço não foi feito unicamente em benefício próprio porque fomentou o desenvolvimento urbanístico e económico das colónias. Esta propensão edificadora (a terceira convicção) reclamada por descendentes de antigos migrantes e radicados de longa duração conecta-se com a auto-identificação (orgulhosamente reivindicada) de construtores de nações prósperas: ‘fazedores de pátrias’ lusófonas, mais avançadas e modernas que a metrópole. Relacionando-se este sentimento com outras duas crenças que, interligadas, constituem a quarta convicção: não estavam de passagem por África, já lá se encontravam há várias gerações e não eram usurpadores nem intrusos porque o ultramar também era Portugal.

Todos estes factores contribuíram (como veremos) para que a partida das colónias resultante da descolonização tivesse sido sentida como uma imposição que destruiu o seu sonho africano e nunca como uma opção, em flagrante contraste com a ideia predominante na metrópole sobre a inevitabilidade da sua saída de África. Estas 4 convicções ajudam também a entender por que de todas as possessões imperiais, o colonialismo de povoamento foi o mais resistente à descolonização.⁷¹

⁷¹ Lorenzo Veracini, «Telling the End of the Settler Colonial Story», Fiona Bateman, Lionel Pilkington, eds., *Settler Colonialism: Politics, Identity and Culture*, (New York: Palgrave Macmillan, 2011), 204-218, 204,206. O colonialismo de povoamento de Angola e de Moçambique refere-se ao modelo colonial de instalação duradoura ou permanente, com a reprodução do *modus vivendi* dos países de proveniência. Diferencia-se do colonialismo de exploração, de fixação temporária com intuítos económicos, verificado nas colónias portuguesas de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Uma resiliência que, baseando-se nos pressupostos atrás enunciados, é detectável nos testemunhos. Comece-se pelo repúdio do carácter colonialista reclamado por uma mulher radicada em Angola desde 1950 cujo marido diz ter trabalhado arduamente durante 25 anos no território, como marceneiro e carpinteiro e depois como motorista.

Claro que não pertencemos à classe dos colonialistas pois, que eu própria tive de trabalhar no duro para ajudar o meu marido, como correspondente [tradutora] de inglês e francês que tal é a minha profissão, como conduzindo uma carrinha, levando carga para onde fosse necessário. Pois nunca conseguimos amealhar e como o meu sonho era possuir uma casinha, embora modesta, foi o que conseguimos ao fim de 22 anos, sendo o meu marido o construtor e levando 3 anos a construí-la, o que diz claramente das nossas fracas possibilidades, pois em circunstâncias normais levaria apenas 3 meses a fazer.⁷²

A mesma rejeição «do carimbo de ‘colonialista’» surge no testemunho de um homem que, nascido em 1956 na metrópole e chegado a Moçambique com apenas 3 anos de idade, afirma ter (desse momento à sua partida já adulto) crescido e vivido com os seus «irmãos negros, dos quais muito me honro».

Pois, se com os meus pais fui para África, fomos com a intenção de melhorar o nosso nível de vida, e não explorar ou esfolar pretos, como se diz em Portugal. E se ganhámos algum dinheiro, ganhámos com muitas horas e longos anos de trabalho e suor, e esse dinheiro enterrámos todo em Moçambique, porque fazíamos dela a nossa terra. [...] Para Portugal e seu povo, somos e seremos ‘os malditos colonialistas exploradores’ que lamento com bastantes lágrimas, devido saber e ter visto, o que muitos de nós passámos por terras Africanas: sacrifícios que nunca ninguém quererá reconhecer.⁷³

Rejeitando um homem (nascido em 1940 e chegado a Angola com os pais com 10 anos de idade) o epíteto por na sua família não haver patrões: eram todos assalariados.

Somos todos acusados de ter matado e roubado o preto. Que ignorância! Eu, que tenho 35 anos de idade e fui para Angola em 1950 com os meus pais, em busca de um horizonte mais vasto acabo de regressar com a mesma situação que parti há 25 anos atrás. Para quê? Poupei sempre pensando na velhice. Nunca fui patrão, nunca tive negócios. Eu e os meus familiares sempre vivemos dos nossos ordenados.⁷⁴

⁷² Natércia dos Santos Canana, São Bartolomeu de Messines, *O Retornado*, n.º 23, 13.03.1976.

⁷³ Rui Varela, Lisboa, *O Retornado*, n.º5, 07.11.1975, 4.

⁷⁴ José Albino Rodrigues, Olhão, *O Retornado*, n.º 36, 15.06.1976, 20.

Um número considerável de evocadores recusa com veemência ser considerado colonialista (ou pelo classificativo menos depreciativo de colono) que prosperou à custa dos povos africanos: «Dizem, injustamente, que nós explorávamos o negro, quando nós erámos, como sabem todos os que lá estiveram, tão explorados como eles».⁷⁵ Tal equiparação (obviamente extrapolada) da sua condição laboral à dos autóctones é referida num testemunho que considera terem os portugueses de África sido «escravos» da metrópole, «sem distinção de cor ou ideais», trabalhando «de sol a sol» e sujeitando-se «aos maiores sacrifícios». Alegando que os portugueses das colónias nunca tinham sido «barões», em negação de que gozassem de regalias ou de uma vida prazenteira e ociosa: «se não trabalhássemos, não tínhamos com que sustentar a família».⁷⁶ Uma percepção subscrita por Norrie MacQueen: se «parte considerável da população da metrópole [...] também era explorada e sofria grandes privações [...] a migração para África não garantia especiais melhorias no padrão de vida dos colonos brancos». Muitos deles camionistas, maquinistas, trabalhadores braçais ou inactivos, como em Angola, «onde em 1960 havia 7,000 desempregados brancos».⁷⁷

A referência (deliberadamente exacerbada) de alguns brancos assalariados serem tão explorados quanto os africanos deve ser entendida no contexto em que é produzida, derivando do excesso de mão-de-obra desqualificada nas colónias – cuja oferta superior à procura tornava o trabalho mais disputado e de mais difícil ingresso aos negros –, reflectindo-se no pagamento de baixos vencimentos e na ausência de compensações.

Em Moçambique, mais propriamente na grande e bela cidade de Lourenço Marques, onde nasceram a minha mulher e 2 filhos, à custa de 36 anos de trabalhos bem penosos, principalmente nas décadas de 40 e 50, nunca fui explorador; quando muito fui explorado, e bem, pela minha entidade patronal...⁷⁸

A equiparação recorrente às condições de exploração dos negros é atribuída às limitações institucionais e económicas impostas pela metrópole. A dependência devia-se em grande parte ao protecçãoismo do Acto Colonial de 1933 que propiciou a criação de grandes monopólios nacionais que dominaram a economia colonial até à década de

⁷⁵ Filipe Costa, Estoril, *O Retornado*, n.3, 24.10.1975

⁷⁶ Rui Candeias, *O Retornado*, n.º 21, 27.02.1976, 23

⁷⁷ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, 31.

⁷⁸ Júlio G.M. Andrade, *O Retornado*, n.º 82, 26.04.1977, 22.

1960. A este ‘colete-de-forças’ (e com maior impacto na vida destes portugueses) juntavam-se os constrangimentos à transferência de capitais e à livre exportação de mercadorias para fora do espaço português que era considerada uma inaceitável limitação aos seus direitos.

A alegada equivalência aos povos africanos na sujeição ao domínio metropolitano afigura-se uma pretensa estratégia de aproximação à condição de explorados (justificada por um percurso de vida com eles partilhado) e ao mesmo tempo uma forma de distanciamento dos portugueses que nunca viveram em África. Esta dissensão surge mais marcada em quem se reclamava mais ‘ultramarino’ que português, não decorrendo do número de anos em África, mas da identificação com um peculiar modo de vida colonial. Caso de um homem que (assumindo-se como angolano embora tenha chegado a Angola em 1960) se insurge contra o ferrete de colonialistas como que lhes foi apostado depois da descolonização no ‘Puto’ – «como nós angolanos chamávamos a Portugal».

Parti para Angola (Portugal) há 15 anos e lá construí a minha vida, trabalhei e vi trabalhar no ‘duro’. Quando regressei, forçado, [...] os ‘Pulas’ (brancos do ‘Puto’) [...] Só sabiam e sabem dizer para voltarmos para Angola, que é lá a nossa terra, que fomos para lá roubar (?) os negros, matá-los e não sei que mais. Estupidez! Porque aqueles que falam nunca conheceram Angola, nunca viram o que nós, angolanos (brancos, pretos e mestiços) fizemos; nunca viram o que lá ficou por nós feito, nunca viram o que era mata virgem ser transformado por trabalho duro.⁷⁹

Entre os brancos grassava a ideia de que as colónias sustentavam economicamente a metrópole, para onde todos os anos eram remetidas toneladas de matérias-primas minerais e agrícolas. Se a prosperidade do país se devia em grande parte aos recursos africanos, os metropolitanos também eram beneficiados pelo sistema colonial, sendo até mais favorecidos por colherem os frutos que não tinham ‘plantado’.

Os portugueses do continente beneficiaram muito mais com a exploração das províncias ultramarinas do que os seus compatriotas que além de sofrerem as agruras dos climas tropicais, trabalhavam muito mais que eles aqui. A vida lá começa às 6 da manhã, aqui às 9 e mais de metade do tempo é gasto em falatório...⁸⁰

⁷⁹ Serafim António S. de Faria, Famalicão, *O Retornado*, n.º 60, 21.09.1976, 21.

⁸⁰ Maria Élia Sousa, Cascais, *O Retornado*, n.º 5, 07.11.1975, 4.

Os constrangimentos evocados referem-se (quase sempre) aos condicionalismos à transferência das poupanças para Portugal impostos a quem vivia nas colónias que, em contrapartida, eram autorizadas aos nacionais emigrados em países estrangeiros do continente africano (África do Sul e Zaire, por exemplo), na América Latina (Brasil e na Venezuela, sobretudo) e na América do Norte (EUA e Canadá), mas também na Europa (França, Luxemburgo e Alemanha).

A esta prática, que consideravam discriminatória, acrescia uma outra: a moeda de muitos países onde se encontravam estes emigrantes possuía um valor cambial superior ao escudo português, resultando a conversão das divisas remetidas para Portugal em montantes ‘aumentados’ enquanto o escudo angolano e moçambicano além de subvalorizado face ao da metrópole não poderia ser trocado em moeda estrangeira (dólares ou *rands*) nos mercados oficiais de câmbio, por não ser uma unidade monetária de um Estado independente. Este é um dos maiores queixumes detectados, traduzido em evocações discursivas de acentuado azedume, por terem trabalhado em África como representantes e em benefício de Portugal, sem as suas poupanças puderem ser convertidas noutra moeda, uma vez que nenhum país reconhecia o escudo ultramarino.

Construir pátrias para os outros foi o que fizemos em África, em nome de Portugal, e ainda por cima, somos rotulados de colonialistas, quando o dinheiro por nós ganho com sangue, suor e lágrimas, não tem valor no país colonizador nem em qualquer outro.⁸¹

Como o escudo ultramarino não podia ser directamente convertido e não possuía um valor igual ao metropolitano – a taxa de conversão era enormemente penalizadora de modo a dissuadir a transferência de capitais para a metrópole –, este obstáculo era contornado mediante o recurso a esquemas paralelos. Estes mecanismos consistiam no câmbio de quantias consideráveis em dinheiro-papel no mercado negro, na aquisição de minérios de elevada cotação – em regra, ouro ou diamantes que poderiam ser facilmente escondidos e clandestinamente movimentados sem serem detectados na alfândega – e na compra de artefactos africanos de grande dimensão mas igualmente valiosos (peças em marfim e em madeiras raras) que, transportados por via marítima, eram posteriormente vendidos.

⁸¹ Sem nome, *O Retornado*, n.º 34, 01.06.1976, 20.

Tais subterfúgios não são obviamente mencionados nos testemunhos. Em regra, os evocadores alegam que (não tencionando fazer fortuna na metrópole com o intuito de lá se instalar no futuro) depositavam os seus rendimentos e/ou economias nas sucursais de entidades bancárias portuguesas existentes no ultramar. Como um evocador que – definindo-se como angolano mas sem indicar idade ou número de anos em África –, refere nunca ter pensado em «transferir dinheiro para a Europa», tendo depositado localmente o pecúlio que conseguiu «ganhar e amealhar [e] que seria ‘o pé-de-meia’ para a velhice minha e dos meus».⁸²

Da mesma forma que um homem radicado em Moçambique desde 1963, em carta dirigida ao então Ministro da Cooperação Interterritorial (MCI), Almeida Santos, recusa ter tido uma vida regalada (de «rei ou senhor»), referindo nunca ter feito transferências de poupanças em escudo português para a metrópole:

Senhor Ministro, regressei definitivamente a Portugal depois de uma dúzia de anos de África, aonde nunca fui rei nem senhor, aonde nunca vivi à custa do suor dos outros, o que consegui foi ganho à custa de muito trabalho e sacrifícios. Durante 12 anos nunca cambiei dinheiro legalmente ou no mercado negro, acontece que na hora do regresso não tinha de valor um centavo.⁸³

A plausibilidade do aforro ter sido feito nas colónias sem ser transferido para a metrópole pode ser aferida num estudo que (tendo dimensão regional) indica a enorme diferença percentual no envio de capitais para Portugal: quase 97% dos portugueses emigrados remetiam anualmente divisas para o país de origem quando menos de 20% dos portugueses das colónias que o faziam.⁸⁴ Apesar da sua expressão muito reduzida, estas transferências poderiam advir da permissão do envio periódico (em tranches mensais, semestrais ou anuais) de um determinado montante para familiares residentes em Portugal. Referindo-se a tais remessas, um evocador alude aos que se «governavam com o dinheiro que de lá enviávamos para o sustento dos portugueses europeus».⁸⁵

⁸² Filipe Costa, Estoril, *O Retornado*, n.º3, 24.10.1975,2.

⁸³ Fernando de Jesus Simões, Cantanhede, 07.07.1975. Carta manuscrita, Cx536, IARN.AHU.

⁸⁴ Um estudo realizado na região Centro, (1982) revelou que 17,2% dos ultramarinos enviavam remessas para Portugal face aos 91,7% emigrantes nacionais noutros destinos. Stephen Lubkemann, «Unsettling the metropole: Race and settler incorporation in postcolonial Portugal», Caroline Elkins, Susan Pedersen, eds., *Settler Colonialism in the 20th Century*, (New York, London: Routledge, 2005), 263.

⁸⁵ José Augusto Aires, Lisboa, *O Retornado*, n.º18, 06.02.1976, 2.

Dirigindo-se aos familiares em Portugal que humildemente agradecidos recebiam as quantias enviadas de África, um jovem de 17 anos de idade escreve que não os querendo «magoar», a verdade é que antes do 25 de Abril os parentes das colónias não eram enjeitados nem renegados: «não eram um estorvo porque vos mandavam dinheiro, porque podiam sustentar-vos, porque, enfim, vos ajudavam».⁸⁶ Do mesmo modo que um outro jovem de 19 anos de idade (16 dos quais passados em Moçambique) alude ao rótulo de ‘bons africanistas’ pelo qual os designavam, sem que esse termo detivesse o significado pejorativo atribuído no período imediatamente posterior à Revolução.

Antes do 25 de Abril de 1974, quando alguns de nós vinham passar férias a Portugal, éramos ‘os bons africanistas’ porque trazíamos algumas coroas que nos custavam anos a amearhar. Porém, agora, [...] deixamos de ser ‘africanistas’ para sermos colonialistas, exploradores, fascistas, etc.⁸⁷

A ideia de que a metrópole foi mais beneficiada pelo colonialismo que os próprios residentes em África não visa unicamente quem nunca saiu de Portugal europeu: centra-se também num grupo muito abastado que residia temporariamente nas colónias. Uma acusação que, pretendendo negar que tenham sido colonialistas, confirma que os havia. Para António Pires – nascido em 1916 e radicado desde 1924 em Angola, onde esteve 61 anos – «as causas profundas e remotas» do ódio ao branco na fase de descolonização deviam-se aos que enriqueceram com práticas iníquas e nada perderam em 1974.

Os traficantes de diamantes, os receptores de roubos dos muceques de Luanda, os demarcadores de concessões de terras que expulsaram os negros das suas lavras, os cruéis exploradores de mão-de-obra nativa, os concupiscentes funcionários administrativos que ano após ano vendiam pretos para o contrato, compraram prédios aqui e em Lisboa ou noutros pontos de Portugal – esses existiam e muitos deles ainda são vivos [...] Não posso é consentir que se coloquem na mesma situação de responsáveis por essa explosão de ódio, os camionistas, os comerciantes honestos, os empregados de comércio e de indústria, os professores e enfermeiros, os operários, os técnicos, os empregados do campo, enfim todos aqueles que procuravam apenas ganhar o pão e o das suas famílias, incluindo evidentemente os funcionários públicos e até mesmo do Quadro Administrativo que, na sua generalidade, não podem ser confundidos com certa escumalha que por lá tripudiou...⁸⁸

⁸⁶ José Manuel Rolo, Castelo Branco, *O Retornado*, n.º18, 06.02.1976, 3.

⁸⁷ Rui Varela, Lisboa, *O Retornado*, n.º5, 07.11.1975, 4

⁸⁸ Entrevista de António Pires, *O Retornado*, n.º 10, 12.12.1975, 7, 15.

Estes alegados ‘colonialistas’ são referidos nos testemunhos como empresários da metrópole que deteriam participações financeiras em grandes empresas (portuguesas, estrangeiras e/ou multinacionais) implantadas nas colónias, onde iam amiúde e onde permaneciam durante alguns meses, mas também os oficiais das FAP cujas sucessivas comissões de serviço na guerra, muitas vezes a seu pedido, lhes aufeririam rendimentos muito superiores à média – numa imputação idêntica à que é presentemente formulada sobre os políticos – que sendo pagos em escudo metropolitanos seriam investidos em imóveis na metrópole. Como referem um evocador e um cronista:

Os colonialistas sempre estiveram radicados em Portugal sendo autênticas sanguessugas nossos. Entre 1963 e 1973 os militares fizeram e compraram mais prédios no continente que as pessoas radicadas no Ultramar durante toda a sua vida.⁸⁹

Porque não fomos nós que fizemos comissões de serviço com bons ordenados; [...] não fomos nós que matávamos nacionalistas angolanos e moçambicanos [...] Sim, porque não fomos nós, que trabalhávamos no duro, que conseguimos dinheiro para comprar bons carros, bons palacetes e andares em Lisboa e nos arredores.⁹⁰

Quem detinha em África um nível de vida remediado não se considerava colono ou colonialista e, por esse motivo, sentiu injustamente esses epítetos após a chegada à metrópole. Por haver quem o fosse, o estigma estendeu-se indiscriminadamente a todos os brancos do ultramar, registando-se uma evidente preocupação (já em Portugal) em proclamar uma conduta honesta como forma de demarcação de quem utilizara de forma abusiva a sua posição privilegiada nas colónias para obter um rápido enriquecimento que, segundo os evocadores, era visível nos sinais exteriores de fortuna.

Questionando quem terá propalado a ideia dos portugueses de África serem colonialistas, um evocador atribui a origem do fenómeno e a sua disseminação a quem passava algumas temporadas nas colónias, mas continuando a residir na metrópole. Numa longa carta (de teor acusatório e extremamente mordaz), responsabiliza quem beneficiou das riquezas de África, sem nunca a considerar a sua terra nem ter investido nas colónias o lucro obtido. Admitindo-se que se refira a um estrato socioprofissional detentor de elevados rendimentos que se encontrava respaldado pelo seu estatuto

⁸⁹ Sem nome, *O Retornado*, n.º34, 01.06.1976, 20.

⁹⁰ Adulcino Silva, opinião, *O Retornado* n.º24, 20.03.1976, 7.

económico ou institucional e que, não estando domiciliado num território ultramarino, era visto como um ‘verdadeiro’ intruso e explorador, numa projecção similar à que os africanos faziam sobre os colonos.

Imputando este mesmo evocador aos militares graduados, estadas faustosas em gabinetes e residências com ar condicionado (durante a guerra), assim protegidos das frentes de combate, julgando que, depois delas, terão tido «uma vida regalada».

... fazes-me críticas destrutivas e atiras-me piadas de mau gosto: ‘Era assim que fazias aos pretos? O que ‘roubaste’ aos pretos não dá para viveres? Quantos pretos mataste?’ E outras menos próprias [...] não terás por acaso ido fazer 2 ou 3 comissões ao Ultramar, com um bom posto no Exército com o único fim de arrecadares o suficiente para a tua independência financeira? A propósito, quantos prédios tens a render? Roubaste pouco ou não soubeste poupar, enfim compreendo-te, as *boîtes*, as festas, os divertimentos levaram-te algum, mas por certo tens apartamentos ou talvez andares... Por certo não foi o pobre miliar que, por imposição, se sujeitou a perder a vida [...] e que ganhava miseravelmente, o suficiente apenas para comer umas sandes e beber uma cerveja, com o que supria o vazio causado pela magra alimentação [...] no refeitório da Companhia e que fora forçado a embarcar para a colónia para defender as bolsas de meia dúzia de bafejados pela sorte...⁹¹

Embora nos relatos predomine a ideia dos oficiais serem os únicos a levar para a metrópole os rendimentos auferidos nas colónias, esta prática também era comum entre os radicados que se deslocavam mais amiúde à Europa, depositando as suas economias financeiras na metrópole ou através da aquisição de prédios (rústicos e urbanos). Como refere uma mulher de Angola:

Pois, segundo parece, nós, os retornados só éramos boas pessoas quando, após anos e anos de trabalho árduo, vínhamos até à mãe-pátria matar saudades e investir, aqui, os magros proventos de anos de trabalho honesto, quer fazendo turismo, quer comprando prédios e ajudando a nação a erguer aquilo a que hoje se chamam as Avenidas Novas e arranha-céus por aí espalhados à custa do café, do sisal, dos diamantes, do algodão, do pescado e da fruta de Angola.⁹²

⁹¹ Rui Candeias, *O Retornado*, n.º 21, 27.02.1976, 23.

⁹² Maria de Angola (pseudónimo), Armação de Pêra, *O Retornado* n.º, 02.01.1976, 7.

Fazedores de nações portuguesas

A ideia mitificada das colónias sustentarem economicamente a metrópole parece tão enraizada nos radicados como a de terem enfrentado inúmeras dificuldades na fase de instalação e do seu esforço ter resultado não somente um aforro monetário suficiente para dar aos filhos acesso aos estudos (que muitos não possuíam) e uma vida sem necessidades, mas o seu trabalho ter contribuído para o progresso das colónias e, nessa medida, para o engrandecimento do país. Como se depreende do testemunho seguinte:

Revolta-nos a antipatia e a desconfiança do Povo quanto aos refugiados, que tanto sofreram para erguer lindas e belas cidades. E, julgávamos nós que estávamos a fazer um Portugal maior e melhor. Que grande desilusão.⁹³

Numa semântica marcadamente nacionalista – patente no remate de muitas cartas pela expressão *A Bem da Nação*, usada pelas instâncias oficiais do Estado Novo e na fase de transição por militares das FAP –, alguns evocadores enfatizam o papel obreiro em territórios vastos predominantemente constituídos por vegetação densa, planaltos, cadeias montanhosas íngremes e zonas desérticas ou de aluvião, onde ergueram núcleos habitacionais na costa atlântica ao Índico e em regiões inóspitas. Como transparece no testemunho de uma mulher que atribui aos colonizadores a construção de Angola.

Quem fez os caminhos-de-ferro? Quem fez as estradas? Quem ergueu pontes? Quem construiu os portos de mar? Os aeroportos? Quem canalizou as águas? Quem edificou as barragens? Quem fez os hospitais e as casas de saúde? Quem levantou os magníficos edifícios e quem criou as indústrias? [...] Tu, Angolano de expressão portuguesa foste miseravelmente escorraçado de um País que nasceu das tuas mãos, do suor do teu rosto, de um País que era bem teu...⁹⁴

Numa longa narrativa de 3 páginas de jornal, um português de segunda geração, discorre sobre o início de vida do pai, de nome João, migrado em 1881 com apenas 7 anos de idade para Angola, onde casou com uma portuguesa já lá nascida (filha de pais madeirenses) de cujo enlace nasceram 17 filhos. Tendo o signatário nascido em 1912 numa agropecuária construída de raiz pela família numa aldeia rural do Lubango, a 15 quilómetros de Sá da Bandeira (a capital desse distrito), este ‘chicoronho’ (nome dado

⁹³ José António, Porto, *O Retornado*, n.º 33, 25.05.1976, 20.

⁹⁴ Maria Perpétua da Silva, *O Retornado*, n.º 5, 07.11.1975, 2.

pela população autóctone aos ‘velhos colonos’) recorda a sua infância e a juventude do progenitor, dizendo que, como tantos outros, o pai «pertenceu à raça dos desbravadores de Angola: abriram caminhos em todas as direcções, transportaram mercadorias, armas, munições e soldados e foram guias destes nas campanhas militares», cujo papel pioneiro considera ter sido esquecido.⁹⁵

Do mesmo modo que «uma angolana branca, filha de portugueses» menciona os antepassados directos do marido (nascido em 1928 em Angola), também descendente de madeirenses ‘chicoronhos’, «daqueles que foram desbravar o planalto da Huíla». Ao enfatizar os laços resultantes da prolongada permanência, a signatária desvaloriza o que de material deixou ficar em Angola: «uns míseros 80 contos, fruto de tantos anos de trabalho», afirmando que «isso não conta» perante a perda que representou deixar um território que era sentido como pátria.⁹⁶

Para estes descendentes, os antepassados tinham sido os fazedores daquelas nações portuguesas, crença que, sendo consentânea com o discurso oficial, foi propalada pelo regime até à sua deposição. Como justificava Marcelo Caetano – 3 semanas antes do golpe de Estado e recorrendo aos mesmos argumentos evocados anteriormente por Salazar – nas terras de além-mar viviam e progrediam grandes comunidades integrantes da Pátria Portuguesa. Não se tratavam «de territórios adquiridos de fresca data», onde meia dúzia de funcionários e de empresários exploravam velhas nações subjugadas, mas de regiões descobertas há 5 séculos pelos portugueses. Portugal fizera Angola e criara Moçambique. «E nessas duas grandes províncias se fixaram milhares de famílias que para lá levaram as concepções e as técnicas da civilização, lá plantaram fazendas, lá estabeleceram indústrias, lá rasgaram estradas e disciplinaram rios, lá ergueram cidades modernas que são o orgulho de Portugal e da África».⁹⁷

Quem passara a maior parte da vida activa nas colónias e nelas criara raízes considerava-se (em certa medida) pioneiro na construção de Estados modernos, com infra-estruturas dignas do mundo ocidental, que não só rivalizavam como superavam em índices de progresso outros territórios africanos colonizados por europeus, estivessem ainda sob domínio colonial ou fossem já independentes. Como acreditava

⁹⁵ Abel dos Santos Cristóvão, *O Retornado*, n.º20, 20.02.1976, 2-3. Carta na íntegra no anexo 1

⁹⁶ Sem nome, *O Retornado*, n.º40.13.07.1976,20.

⁹⁷ Marcelo Caetano, alocução proferida em 28 de Março de 1974, no programa da RTP «Conversas em família», consultado 11.10.2010 em <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc017.htm>

um homem de Moçambique, ao afirmar que nenhuma das duas ex-colónias portuguesas seria tão evoluída se tivessem sido colonizadas por qualquer outro povo europeu ou asiático. Depois de 28 anos em África e considerando-se «quase moçambicano», afirma compreender «o choque» daqueles que «se viram «forçados a abandonar a terra que não sendo directamente sua, praticamente foram eles que a desenvolveram».⁹⁸

No mesmo sentido um homem de Angola atribui a uma «ideia pré-concebida» ou a uma atitude de reserva, o modo como foram depreciativamente considerados após a descolonização «os fazedores de Pátrias, os homens que ergueram nas savanas doentias cidades como Luanda, Lourenço Marques, Nova Lisboa, Quelimane, Lobito, Nampula, Sá da Bandeira, e dezenas de outros centros de civilização, que pedem meças às grandes cidades das 5 partidas do mundo».⁹⁹ E que num editorial era sublinhado: «sentimo-nos orgulhosos de, em escassos anos, construirmos países de expressão portuguesa».¹⁰⁰

A ideia de os portugueses terem criado em África «centros de civilização», edificando cidades comparadas a outras do 'Primeiro Mundo', poderá ter a pretensão de valorizar a capacidade de resiliência e de iniciativa em territórios de grande dimensão mas ainda pouco urbanizados, sublinhando quão reconhecido deveria ser esse esforço colectivo, por ter-se desenvolvido com meios precários em ambientes geográficos e climatéricos tremendamente adversos à intervenção humana.

Esta visão da adversidade do meio natural coexiste (num aparente paradoxo) com a glorificação discursiva dos recursos ecológicos abundantes de África e da sua potencialidade económica. A crença na inabalável riqueza das colónias e na sua extrema fertilidade era, aliás, uma componente da mensagem nacionalista associada ao projecto imperial em que se fundava o 'mito do Eldorado', como aponta Valentim Alexandre. Forjada na metrópole, mas enraizada especialmente nas colónias, onde era partilhada por muitos portugueses, esta convicção encontrava-se fortemente ancorada no 'mito da herança sagrada', através do qual o Estado Novo advogava que «toda e qualquer parcela e território ultramarino» deveria ser zelosamente preservada, por cada uma delas conter «testemunhos da grandeza dos feitos da nação».¹⁰¹

⁹⁸ José Vieira, Mangualde, *O Retornado*, n.º5, 07.11.1975, 4.

⁹⁹ Carta ao Alto-Comissário p/os Desalojados, 27.12.1977, 2. P.366. IARN. AHU.

¹⁰⁰ «Editorial, *O Retornado*, n.º 9, 05.12.1975, 1.

¹⁰¹ Alexandre, «A África no Imaginário Político....», 40.

Uma ‘herança sagrada’ que era genuinamente brandida por muitos radicados, como transparece na confissão de um evocador que, antes de deixar Luanda, depositou um ramo de flores na estátua do navegador quinhentista Diogo Cão, justificando: «pois não sou ingrato nem injusto».¹⁰² E que também se encontra presente na carta simbólica que uma mulher de Moçambique escreve ao «desbravador» Mouzinho de Albuquerque, quando a respectiva estátua foi apeada (na véspera da independência) da praça do Município, em Lourenço Marques. A signatária começa por perguntar: «Nunca mais ouviremos falar de ti?». Considerando, no final da missiva, ser o carácter dos valorosos portugueses de outrora (que se bateram pela manutenção de África) bem diferente do manifestado pelos ‘heróis’ do presente.¹⁰³

Parece existir neste monólogo uma comparação intencional entre a deposição da estátua que se encontrava «nessa linda Lourenço Marques, (agora Maputo e bem Maputo)», com a deposição do poder colonial e dos portugueses. E também uma mágoa pelo banimento do legado português da nova nação. Um desígnio enunciado por Samora Machel em Maio de 1975, quando o presidente da FRELIMO iniciou a ‘viagem triunfal do Rovuma ao Maputo’, exortando, nas intervenções proferidas nos locais onde passou à construção de um país expurgado de vestígios da «‘herança colonial’».¹⁰⁴

A alusão aos 500 anos de presença em África não é feita somente por portugueses de longa permanência em África. Uma jovem portuguesa nascida em Moçambique também justifica a pertença ao território pelo argumento histórico: a grandiosa pátria lusitana pluricontinental criada pela expansão marítima. Embora a referência à ingestão de água de côco não se equipare à da crença popular de se ficar apegado a um lugar por se beber a sua água – existente na metrópole e evocada por portugueses de Luanda em relação à água do rio Bengo –, é feita como sinónimo de um elo afectivo quebrado.

Nasci em Quelimane, onde diziam existir o maior palmar do mundo. Bebi água de coco. Não posso esquecer a minha terra como tantos esqueceram a Pátria una e indivisível cantada por Camões e que os nossos arrojados marinheiros de tempos idos descobriram. [...] Não tenho preconceitos, não ligo ao que possam dizer, mas sinto na carne e na alma a ferida que a leve-toque dói...¹⁰⁵

¹⁰² Amadeu Cunha, *O Retornado*, n.º41, 20.07.1976,21.

¹⁰³ Laurentina, *O Retornado*, n.º24, 20.03.1974,2.

¹⁰⁴ Amélia Neves de Souto, «Moçambique, descolonização e transição para a independência: herança e memória», F. Rosas, M. Machaqueiro, P. Aires de Oliveira, *O Adeus ao Império...*, 150.

¹⁰⁵ Cristina Roçadas, Monção do Minho, *O Retornado*, n.º 36, 15.06.1976

De um modo geral, estes portugueses acreditavam que Angola e Moçambique também eram Portugal, sentindo aqueles territórios como seus por direito próprio (numa aceção marcadamente nacionalista) ou, na consequência directa de um sentimento de pertença mais afectivo que ideológico. Procure-se analisar as representações discursivas dos primeiros. Nascidos durante a primeira República ou já na vigência do Estado Novo, sendo instruídos, iletrados ou analfabetos, a sua personalidade foi formada pelos cânones nacionalistas e os valores patrióticos inculcados pelo regime salazarista que, nunca tendo questionado a pertença das colónias a Portugal os fez crer que pertenciam por ‘direito histórico e de nacionalidade’ às terras africanas onde se fixavam.

A este ‘direito histórico e de nacionalidade’ acrescia um ‘direito de esforço’ que é reclamado pelos anos de trabalho despendidos com o propósito de ‘singrar na vida’, e não com o intuito de colonizar: porque (alegam) não migraram com a intenção de impor os seus costumes aos povos autóctones. Como refere um homem fixado em Angola em 1951 que escreve ter vivido 24 anos «numa parcela de Portugal», em que foi brindado com um pouco de tudo: «fome, frio, febres, fatura, trabalho e estabilidade na vida», não tendo colonizado ninguém. Porque, em seu entender, o acto de colonizar consistira nas campanhas militares portuguesas empreendidas em África no século XIX.¹⁰⁶

A mesma convicção é manifestada por 2 radicados de longa duração. Uma mulher de Moçambique que escreve: «Tinham-me dito que aquilo era Portugal, o que eu sempre cri, tratando de colaborar na manutenção de um Portugal dilatado e rico».¹⁰⁷ E um homem de Angola que, aludindo ao ‘mito do Eldorado’ pela retribuição generosa das terras caso fossem cultivadas, diz ter acreditado até aos 64 anos que Angola era Portugal. Porque assim lhe ensinaram duas autoridades inquestionáveis: a escola e o pai.

... essa Angola imensa só não dá pão a quem não trabalha nela. Corremo-la de ponta a ponta à procura da tal árvore das patacas, que muita gente dizia ali existir. Apesar de nunca a termos encontrado não deixámos, por isso, de constituir família para ajudarmos a fazer uma Angola grande, que era a nossa terra, que meu pai e a escola me ensinaram ser portuguesa. Santo Deus, como estava enganado!¹⁰⁸

¹⁰⁶ *Acusamos a Descolonização*, (Lisboa: Literal-Selecta, 1976), 64. Cartas publicadas no semanário *O Retornado* feita pelo jornalista Adulcino Silva.

¹⁰⁷ Regina de Sousa, crónica, *O Retornado*, n.º 25, 27.03.1976

¹⁰⁸ Abel dos Santos Cristóvão, *O Retornado*, n.º 20, 20.02.1976, 2-3. Carta na íntegra no anexo 1

A crença de que as colónias africanas também eram nação portuguesa foi inculcada pelos agentes de formação mais próximos e de maior autoridade, aos olhos dos evocadores isentos de qualquer suspeitabilidade: a escola e a família, o Estado e as instituições em que mais confiavam, incluindo a Igreja católica. Entre os descendentes de ‘velhos colonos’, esta ideia ia sendo transmitida e interiorizada da infância à idade adulta pelos menos jovens, pelos menos informados, por aqueles que não viajavam para a metrópole ou para o estrangeiro ou que desconheciam a contestação à política colonial portuguesa. O sentimento de engano em que foram induzidos por tantas entidades que julgavam críveis, uma mentira que foi alimentada ao longo de décadas, surge referida por um adulto de Angola nos seguintes termos:

Desde que eu conheço a História de Portugal, que todos nós aprendíamos na escola que Angola era Portugal e que Portugal ia desde o Minho a Timor. Hoje a História já não diz isso com certeza. Afinal, todos nós Portugueses que andámos por Angola e Moçambique, já não falando nas outras províncias, andávamos enganados como os porcos em Janeiro, como se costuma dizer cá na minha santa terrinha.¹⁰⁹

É plausível que os discursos legitimadores da teoria integracionista e luso-tropical propalados na metrópole (recuperados no início da guerra no ultramar) tenham ajudado a consolidar a crença num mundo português multiculturalista e pluri-racial, ao qual os radicados julgavam pertencer por legítimo direito. Presuma-se que os discursos oficiais proferidos em Lisboa chegariam às colónias – eram de difusão obrigatória nos meios de informação locais –, embora (como aponta Machaqueiro) no respeitante à propalação do ideal colonial continua «a faltar a demonstração empírica dos supostos vínculos entre o discurso ideológico das elites e a ‘mentalidade’ das massas».¹¹⁰ Não sendo possível avaliar o impacto das concepções sobre o império das elites metropolitanas nos cidadãos que viviam nas colónias, a generalidade dos evocadores parece alheada do confronto de posições sobre as soluções políticas possíveis para o problema colonial, aparentando encontrar-se arreigada à doutrina integracionista de Portugal de Minho a Timor que Salazar resumira no anúncio (em 1961) do envio de tropas para Angola.¹¹¹

¹⁰⁹ Sem nome, Celorico de Basto, «Farto de esperar», *O Retornado*, n.º 24, 20.03.1976

¹¹⁰ Mário Machaqueiro, «Memórias em conflito ou o mal-estar da descolonização», F. Rosas, M. Machaqueiro, P. Aires de Oliveira, *O Adeus ao Império*, (Lisboa: Nova Vega, 2015), 230.

¹¹¹ A declaração de guerra ocorreu na sequência do assalto à Cadeia de Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1961 pelo MPLA e dos ataques da UPA no nordeste de Angola nos idos de Março desse ano.

Levando algumas décadas até que as mentalidades absorvam as mudanças de um paradigma e sejam incorporadas pelas massas, entre os radicados (sobretudo entre os portugueses de mais idade), os argumentos evocados por Salazar para não negociar com os movimentos independentistas (revalidados depois de 1968 por Marcelo Caetano) sobrepunham-se a correntes de opinião mais favoráveis ao diálogo e a uma solução de compromisso com os dirigentes nacionalistas africanos. Apesar do ‘cerco’ internacional ao domínio colonial português, em 1970 Marcelo Caetano reiterou que a soberania portuguesa em África continuaria a ser mantida pelas armas. Portugal não seria uma nação menos imponente se perdesse uma parcela de território, por mais dolorosa que essa amputação se afigurasse, mas continuaria a ser militarmente defendido por nele viverem milhões de portugueses (incluindo negros) que queriam continuar a viver em paz sob a bandeira portuguesa.¹¹²

Membro das Nações Unidas a partir de 1955, em Dezembro de 1960, Portugal foi condenado na Assembleia Geral da ONU pela sua política ultramarina, sucedendo-se até Abril de 1974 inúmeras resoluções condenatórias.¹¹³ Não permitindo os testemunhos aferir o grau de conhecimento nas colónias acerca das pressões internacionais sobre Portugal para que descolonizasse, elas existiam e ainda que fossem difundidas via rádio pela BBC, não seriam decerto escutadas por toda a população. Seria, no entanto, pouco provável que a generalidade dos portugueses radicados não se apercebesse da crescente simpatia internacional pela causa nacionalista africana, sobretudo depois do Papa Paulo VI receber em Junho de 1971 uma delegação dos movimentos em armas contra Portugal – audiência que, tendo sido amplamente noticiada, causou um «choque diplomático» nas relações entre Lisboa e o Vaticano.¹¹⁴

¹¹² Marcelo Caetano, *Portugal é de nós todos: nós todos somos Portugal*, discurso proferido em 27.09. 1970 às comissões distritais da Acção Nacional Popular no Palácio Foz, (Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970).

¹¹³ O Estado português foi condenado em resoluções da Assembleia Geral, de diferentes comités e do Conselho de Segurança em 20.04.1961, em 30.01. 1962, em 14.12.1962, em 31.07. 1963, em 23.11.1965, em 21.12. 1965, em 13.11.1966, em 17.11.1967, em 14.12.1967, em 29.11.1968, em 21.11.1969, em 08.12.1970, em 14.12.1970, em 02.11.1972 e 14.11.1972, em 02.11.1973 quando foi declarada unilateralmente a independência da Guiné-Bissau e em 12.12. 1973 na averiguação aos massacres em Moçambique. A. E. Duarte Silva, «O litígio entre Portugal e a ONU 1960-1974», *Análise Social*, vol. XXX, (130, 1995), 5-55.

¹¹⁴ Pinto, «Portugal...», 64. A delegação recebida na Santa Sé era composta pelo líder do PAIGC, Amílcar Cabral (Guiné-Bissau e Cabo Verde), do MPLA, Agostinho Neto (Angola) e pelo dirigente da FRELIMO, Marcelino dos Santos (Moçambique).

Ainda que no início da década de 1970 existisse uma consciência mais desperta quanto à eventualidade da independência ocorrer nos anos subsequentes, o apego ao ‘baluarte afectivo’ de uma nação que acreditavam ser una e indivisível terá sido mais forte. Baseadas num essencialismo nacionalista, as convicções nesta matéria que são plasmadas nos testemunhos espelham uma posição profundamente contrária a qualquer cedência às pretensões independentistas, antes da Revolução como depois de Lisboa ter reconhecido, em Julho de 1974, o direito das províncias africanas à independência.

A sua perspectiva era convergente com a versão oficial: os continentes não eram «reservados a raças», sendo legítima a permanência dos portugueses nos territórios que tinham aberto à civilização e tornado «habitáveis», como Marcelo Caetano reiterara na visita ao ultramar em 1969 e nas vésperas da Revolução.¹¹⁵ O sentimento de pertença ao ultramar poderia não decorrer exclusivamente da soberania portuguesa, mas fundar-se na identificação com a geografia, a etnografia e a cultura africanas e com os seus povos, não sendo relevante se eram colónias ou Estados independentes.

No entanto, para alguns ultramarinos o apego a África alicerçava-se na vivência colonial, e por conseguinte, no repúdio absoluto da transferência de poderes e das mudanças sociais que implicaria. Como revela uma mulher radicada há 20 anos que em finais de 1973 comprara «uma *flat*» em Lourenço Marques com as suas únicas economias.¹¹⁶ «Não consigo esquecer aquela bela e maravilhosa cidade que foi (e ainda é) Lourenço Marques e não Maputo. Nada de confusões!»¹¹⁷ É nestes testemunhos que a resiliência à descolonização se revela mais forte e contundente, como veremos num subcapítulo posterior, tentando revelar um pouco como o processo é descrito pelos portugueses «que nele intervieram e que o viveram», uma vez que, para os africanos não foi descolonização, mas uma luta de libertação.¹¹⁸

Termine-se este subcapítulo com as palavras de homem que, 4 anos volvidos sobre as independências africanas, manifesta a sua crença da grandiosidade de Portugal advir da sua dimensão ultramarina. Instalado em Nova Iorque depois de deixar Angola, diz ao presidente da República, Ramalho Eanes estar confiante que o chefe de Estado (empossado 3 anos antes) iria fazer de Portugal «uma grande Nação», embora já não

¹¹⁵ Marcelo Caetano, alocução de 28.03.1974, RTP. <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc017.htm>

¹¹⁶ Flat: anglicismo de apartamento, como outros que eram usados pelos portugueses de Moçambique.

¹¹⁷ Sem nome, *O Retornado*, n.º68, 25.01.1977, 22.

¹¹⁸ Machaqueiro, «Memórias em conflito...», 232.

pudesse «ser muito grande» por se ter «deixado roubar as riquezas de África». Dizendo conhecer bem Angola, «a terra mais rica do mundo», lamentava serem os cubanos e os russos que se assenhoravam de um território que pertencia «aos portugueses, pretos e brancos», questionando por que motivo a independência não foi concedida em moldes idênticos aos do Brasil 150 anos antes, concluindo, por isso, ser «o povo antigo [...] mais inteligente» que o contemporâneo.¹¹⁹

Alheados do esforço de guerra

Guerra colonial ou de libertação. Terroristas ou libertadores. A terminologia que é usada quando se fala da guerra colonial ou de conflito ultramarino reflecte de que lado se estava e quais os interesses defendidos independentemente da cor da pele, atendendo a que se uma parte minoritária de africanos pertencia ao Exército português também uma ínfima parte de europeus (incluindo jovens portugueses já nascidos em África) militavam nos movimentos nacionalistas.

Sem ter a pretensão de aprofundar quais as posições da população radicada sobre a guerra – as fontes consultadas são insuficientes a uma análise pormenorizada nesta matéria – tentar-se-á identificar as que são reveladas nos testemunhos. Ressalve-se, porém, que as considerações transcritas não resultam de um conhecimento abrangente da guerra nem de todas as suas consequência e implicações: transmitem somente a parte conhecida por cada evocador, fundada exclusivamente nas suas experiências e nos seus julgamentos, de acordo com a sua formação e com as informações que possuíam.

Como seria expectável muitos testemunhos reproduzem a argumentação oficial em defesa da solução militar: para garantir a segurança de todos aqueles que sob a égide de Portugal viviam em África. Um imperativo que segundo Marcelo Caetano justificava «os sacrifícios económicos e o tributo de sangue da Nação». Os relatos revelam-se também consonantes com a visão institucional de que os soldados se batiam em África por uma causa justa, devendo orgulhar-se dessa missão, existindo igualmente uma adesão à recusa de uma retirada das colónias e de transferência da soberania, que era interpretada pelo presidente do Conselho – já depois do levantamento das Caldas de 16 de Março de 1974 e a menos de um mês do golpe de Abril – como «o abandono puro e simples do ultramar português».¹²⁰

¹¹⁹ Amadeu da Cruz, 18.01.1979, GB 538, AHPR.

¹²⁰ Marcelo Caetano, alocução de 28.03.1974, RTP. <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc017.htm>

Descortinar as concepções dominantes entre os portugueses de Angola e de Moçambique sobre a guerra será tarefa a realizar no âmbito de um outro estudo, não sendo as narrativas sobre o êxodo os *corpora* documentais mais adequados a esse objectivo. Contudo, conhecer as opiniões sobre o que se passava no terreno e o que referem ter testemunhado à margem das operações estritamente bélicas é relevante para compreender a animosidade relacional da maioria dos ultramarinos com as FAP durante os anos de conflito armado. Esta relação conflitual pode ser resumida nos seguintes termos: justificando oficialmente o regime a prossecução da guerra pela necessidade de serem defendidos os interesses dos ultramarinos, os militares da metrópole (contrários à solução militar) entendiam ser uma causa injusta e perdida, não fazendo sentido que se morresse em África para centenas de milhares de colonos continuarem tranquilamente lá instalados.

Em contrapartida, face ao prolongamento dos conflitos sem que a solução militar se revelasse eficaz, por a esmagadora maioria da população não ser atingida pelas acções beligerantes, muitos ultramarinos criam que a guerra se arrastava devido a interesses não relacionados com a sua protecção. A forte tensão entre estes 2 grupos nos anos que antecederam a Revolução parece ter influído decisivamente na radicalização dos antagonismos verificados durante a transição para as independências, contribuindo para acentuar, por um lado, a manifesta desconfiança dos radicados sobre os militares da metrópole (a quem imputaram todos os ‘males’ da descolonização), por outro, para reforçar a convicção de parte da tropa portuguesa de que não valia a pena arriscar a vida para defender os interesses daqueles que os injuriavam.

Os testemunhos permitem conjecturar que existiam duas posições distintas em relação à guerra: a primeira consiste na alegação de que os oficiais das FAP não se empenharam quanto bastasse na erradicação do ‘terrorismo’ nacionalista, acusando-os de uma inércia injustificável e suspeita. Os soldados da metrópole e das colónias são, no entanto, excluídos do libelo acusatório por, cumprirem o seu dever de combatentes, não se furtando aos confrontos com o ‘inimigo’. Existindo, porém, alguns defensores deste ponto de vista que enfatizam o esforço de guerra dos soldados das colónias, com o argumento que as soluções de supressão à falta de efectivos penalizaram duplamente os mancebos do ultramar: a extensão do serviço militar no ano de 1967 de 24 para 48 meses e o reforço exponencial do recrutamento nas colónias.

Observando o quantitativo militar em África verifica-se que aumentou de 60 000 homens em 1960 para 200 000 no início da década de 1970, tendo este acréscimo sido feito com efectivos ultramarinos. Se em 1966 o recrutamento local representava 30% da totalidade do contingente militar em África rapidamente esta percentagem passou (até ao cessar-fogo em 1974) para 42% em Angola, sendo superior a 50% em Moçambique. Sendo necessário o aumento da incorporação de recrutas do ultramar (brancos e negros) para colmatar os 20% de jovens refractários da metrópole, a maioria dos quais saíram de Portugal europeu entre os anos de 1964 e 1974 para não serem mobilizados.¹²¹

Apesar da crescente incorporação, os africanos constituíam menos de metade da totalidade de efectivos em combate – 31% de africanos para 69% de europeus em Angola e de 40% para 60% em Moçambique.¹²² Os soldados brancos eram maioritários e o número de mortos entre os recrutados na metrópole foi mais do triplo dos radicados. O total de militares mortos na guerra colonial foi (segundo Costa Pinto) de 8.831 homens (incluindo os efectivos tombados na Guiné), numa média anual de 105 mortos em Angola e de 157 em Moçambique, mas o conflito feriu e mutilou quase 28 000 combatentes, a maioria dos quais oriundos da metrópole.¹²³

Não obstante este facto, os soldados recrutados nas colónias rejeitavam ser responsabilizados pelo número de mortos e feridos, considerando que a prossecução da guerra não se destinava a proteger a população portuguesa radicada nem lhe poderia ser imputado o ónus pelo número elevado de jovens estropiados que dela resultaram: «Muitos mandam-nos à cara que Portugal tem 30 mil inválidos por nos terem ido proteger. Proteger o quê?» Considerando que a guerra era mantida devido a outros interesses.¹²⁴ Como as comissões de serviço e as «promoções fáceis» dos graduados.¹²⁵

Em resposta a um capitão da metrópole que numa entrevista se queixou de ganhar em Angola como alferes menos que o porteiro negro do cinema *Império* de Luanda e de

¹²¹ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, 105. António Costa Pinto, «A guerra colonial...», *História da Expansão...*, 76. O segundo autor citado refere que a maioria dos refractários emigrou para escapar à mobilização.

¹²² Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, 58-65. Os soldados ‘negros’ eram quase 15% em Angola em 1961 passando a 42,2% em 1973, tendo em Moçambique passado de 44 % em 1964 (ano de eclosão da guerra) para a 54% em 1973.

¹²³ Pinto, «A guerra colonial...», 78. Segundo o Estado-Maior do Exército (1988) durante a guerra em Angola e Moçambique morreram 662 combatentes das colónias 2.125 da metrópole.

¹²⁴ Rui Varela, Lisboa, *O Retornado*, n.º5, 07.11.1975, 4.

¹²⁵ José António, Porto, *O Retornado*, n.º 33, 25.05.1976, 20

em Moçambique comandar uma companhia recebendo menos que um barbeiro de Nampula, referindo que o Exército sabia «perfeitamente da hostilidade que a população branca teve sempre para com os militares em África», um evocador de Angola alega que a animosidade existia, mas visava apenas os «senhores oficiais que tinham chorudos vencimentos, um emprego extra militar, que enviavam para o continente mais do que ganhavam, que não faziam a guerra» nem comiam a ração de combate dos soldados, por que iam comer a uma fazenda próxima do quartel, de onde amiúde se ausentavam.

Pelo que passei na guerra ultramarina (quase 4 anos) e pelo que vi e vivi, estou certo de que ela era uma fonte de riqueza para os chamados ‘graúdos’ de então, dos 3 ramos das Forças Armadas. Que o digam os soldados. Pela vontade dos praças, a guerra teria acabado mais cedo ou teria sido reduzida à mínima expressão [...] o soldado, além de enfrentar o inimigo tinha que guardar as costas ao oficial que o comandava [...] era enviado para a guerrilha sem estar devidamente preparado. Não eram nuns escassos 6 meses que um militar estava apto a enfrentar a mata africana que lhe era estranha quando ido do Continente. [...] Quantas mortes e quantos deficientes se evitariam se não fossem enviados nessas condições?¹²⁶

Baseando a sua opinião na sua experiência de antigo combatente em Angola, este signatário responsabiliza os comandantes, sendo mais uma vez sublinhada a suspeição de que, salvo raras exceções, as suas comissões de serviço eram realizadas em proveito pessoal. Questionando «por que razão os oficiais (do Quadro e não só) se ofereciam para fazer várias comissões no Ultramar», infere que a guerra «era uma fonte de receita, só para oficiais e alguns sargentos».¹²⁷ Acusação que parece relacionar-se com alegadas práticas de contrabando das colónias para a metrópole, descritas por um evocador de Angola como «negócios escuros» realizados durante a guerra.¹²⁸

Uma dessas práticas é referida numa carta de 11 páginas dirigida ao presidente da República, Ramalho Eanes, por um militar da metrópole que chegou no mês de Agosto de 1970 a Angola. Revelando com uma grande quantidade de pormenores a penosidade de ter de ir diariamente para «o mato e matar», justifica ter suportado estoicamente fome, sede e saudades dos entes queridos, por o cumprimento do dever se sobrepor aos

¹²⁶ Arnaldo Joaquim Vieira, Luanda, *O Retornado* n.º 22, 06.03.1976, 2.

¹²⁷ Arnaldo Joaquim Vieira, Luanda, *O Retornado* n.º 22, 06.03.1976, 2.

¹²⁸ Jorge Espírito Santo, Oliveira de Azeméis, *O Retornado* n.º 4, 31.10.1975, 6.

afectos pessoais, como refere: «lutava por algo que me pertencia, primeiro a Pátria e depois a família». Se para ele o tempo de guerra foi essencialmente um misto de «saudades e miséria», assinala que para outros militares terá sido bem mais proveitosa:

Mas outros houve a quem eu próprio, cumprindo sempre, meti centenas e centenas de contos ao bolso, fortunas até, posso afirmar... Sim, Excelência Senhor General, quantas mas quantas dezenas de elefantes matei para serem extraídas as valiosas pontas de marfim (e quantos troféus de caça) para alguém as trazer para Portugal ou vendê-las em Angola, mas eu cumpria, cumpria sempre e, por esse motivo, com 6 anos de serviço militar, não tenho um castigo e fiz amigos.¹²⁹

A mesma indignação e diferenciação de comportamentos entre praças e altas patentes são apontadas no testemunho de um soldado ultramarino que combateu em Moçambique. Em reacção às declarações prestadas (dias antes) pelo ex-Alto-Comissário desse território, o evocador alude às condições logísticas e à conduta de certos oficiais durante a guerra colonial, em contraste com o quotidiano dos soldados em combate.

É que, antes de mais, fomos militares (combatentes já se vê) e não militares de ar condicionado e de copo de whisky sempre à mão e como tais sofremos, vimos morrer os nossos companheiros, andámos aos 10 dias (às vezes mais) em pleno mato sem tomar banho, sem mudar de roupa, a comer a ração de combate e a beber água racionada e [ainda] por cima porca, andámos quilómetros e quilómetros carregados com mochilas e equipamento de combate debaixo de um calor terrível ou de chuva torrencial, dormindo com uma simples capa e às muitas vezes esperando horas por uma evacuação que vinha buscar um companheiro a quem a vida fugia aos poucos...¹³⁰

Distinta desta visão, os testemunhos aludem a outra posição sobre a guerra mais convergente com a perspectiva de alguns militares da metrópole respeitante ao facto da população radcada viver desligada da realidade bélica, prosseguindo o seu dia-a-dia, sem se preocupar com os custos humanos do conflito. É neste sentido que um ex-militar ultramarino aponta a despreocupação da maioria dos civis, como se a defesa do ultramar fosse um dever exclusivamente dos militares. Segundo um evocador, exceptuando os jovens que (como ele) tinham estado no teatro de operações, os demais residentes agiam

¹²⁹ José da Cruz Mourinho, Janeiro de 1980, 5-6. CC.600, AHPR.

¹³⁰ Frederico José Caraux de Sousa, Porto, *O Retornado* n.º 18, 06.02.1976, 9.

como se a guerra não lhes dissesse respeito e fosse uma obrigação dos combatentes, não tendo sido solidários ou participantes activos no esforço de guerra.

Com a pretensão de destacar positivamente o contributo dos soldados para que Portugal não saísse derrotado (e humilhado) de África, este relato confirma que, durante os anos de guerra, a generalidade da população civil de Angola se alheou do conflito, continuando a gozar o conforto dos seus lares, preocupando-se unicamente com a sua vida quotidiana, sem se consciencializar das consequências de uma eventual derrota, afirmando por vezes (até com alguma arrogância) que a guerra somente dizia respeito aqueles que a faziam.

Para este evocador, o alheamento dos portugueses radicados perante a guerra – em que não foram confrontados com ameaças à sua integridade física, deixando a defesa das suas vidas, interesses e bens aos militares – foi semelhante à sua atitude de passividade, inércia e desunião durante a descolonização.

Desgraçadamente os portugueses repetiram o mesmo erro que haviam praticado, com raras excepções, durante os 13 anos de luta em que as tropas aguentaram e dominaram os terroristas, isto é, alhearam-se da guerra e convenceram-se que ela era ganha apenas com a tropa, esta que se esfalfasse e se esfolasse, não importava; o que mais interessava era continuar-se na rectaguarda, gozando a vida nas calmas do costume.¹³¹

A perspectiva que somente alguns radicados participaram activamente no esforço de guerra (as raras excepções) é reclamada por ex-militares ultramarinos que cumpriram o serviço militar a combater, reclamando que lutaram pela pátria por serem portugueses. Como um nascido em 1940 em Angola, onde viveu 35 anos sob a bandeira portuguesa, por ela tendo combatido durante 3 anos e meio: de 1961 a Agosto de 1964.¹³²

Para serem melhor entendidas, estas alegações deverão ser contextualizadas pela evolução dos conflitos em Angola e em Moçambique. Encontrando-se a ‘guerrilha’ em Angola controlada desde meados de 1963 e sendo pouco significativas as incursões militares da UPA e do MPLA – entre 1964 e 1966 a acção militar do MPLA confinou-se a Cabinda –, o Estado português não se sentiu militarmente pressionado a negociar com os movimentos armados angolanos. Em termos políticos, atenuada depois da breve presidência Kennedy a pressão da comunidade internacional (instigada pelos EUA) para

¹³¹ Carlos Oliveira, Mafra, *O Retornado* n.º 31, 11.05.1976, 20.

¹³² João dos Santos, *O Retornado* n.º 49, 14.09.1976, 21.

que Portugal reconhecesse o direito à autodeterminação das colónias africanas, Lisboa não sentiu forçada a fazê-lo. Até porque à garantia dada pelo presidente Johnson de que sob a sua administração a política colonial portuguesa seria tratada com «neutralidade benigna», sucedeu o apoio declarado do presidente Nixon ao governo português, na luta contra implantação de regimes pró-comunistas nas províncias africanas administradas por Portugal.

Tendo o Exército português reagido com alguma eficácia às incursões militares do ‘inimigo’ no Leste a partir de 1966, segundo Costa Pinto afigura-se correcta a análise de MacQueen, segundo a qual no início dos anos 70 «os nacionalistas não constituíam uma ameaça credível à presença portuguesa em Angola».¹³³ Sendo a guerra em Angola uma realidade muitíssimo remota para a generalidade da população branca, por nunca ter atingido centros habitacionais de maior dimensão. Em Moçambique, as incursões perpetradas pela FRELIMO a partir das bases militares instaladas em países vizinhos já independentes circunscreveram-se até 1968 às desabitadas zonas fronteiriças a Norte, pelo que a maioria branca residente na faixa costeira e nos distritos do Centro e Sul do território também não era confrontada (de forma directa) com as agruras da guerra, como refere o Alto-Comissário, Vítor Crespo num relatório de Outubro de 1974.¹³⁴

Os longos anos de guerra colonial em Moçambique pouco ou nada tiveram que ver com a vida das populações europeias, muito especialmente, com as das grandes cidades. A guerra era um fenómeno militar localizado ao norte do País, do qual havia eco mas não repercussão directa na vida das cidades. Daí que as populações europeias nunca se tenham apercebido do esforço e do empenhamento dos militares na guerra e tenham vivido todos esses longos anos como marginais ao desgaste das operações militares. A implantação e o progresso da FRELIMO no território era tema de curiosidade intelectual, fora das preocupações do quotidiano, e sem quaisquer reflexos no seu tipo e qualidade de vida. A circunstância de em Moçambique, ao contrário de Angola, a intervenção militar do movimento emancipalista não se ter feito anteceder de massacres e depredações, mais contribuiu ainda para a desmobilização das populações europeias quanto ao significado e importância da guerra colonial.¹³⁵

¹³³ António Costa Pinto, «A guerra colonial...», *História da Expansão...*, 59-62, 83-84.

¹³⁴ Vítor Crespo foi nomeado Alto-Comissário em 11.09.1974, assumindo a chefia do Governo de Transição de Moçambique em 20.09.1974, mantendo-se em funções até à independência em 25.06. 1975. Sucedeu a Soares de Melo que foi governador-geral de Moçambique de 11.06.1974 a meados de Agosto.

¹³⁵ Vítor Crespo, *A guerra colonial e a vida das populações europeias*, 16.10.1974, Docs.12-13, Situação Política e Militar em Moçambique, FPVC, CD25A- UC.

A população branca começou a sentir-se ameaçada e insegura, percebendo quão frágil era a segurança que julgava adquirida somente a partir do ano de 1972 – com a intensificação das acções de guerrilha em novas regiões centrais de Moçambique (nos distritos de Manica e Sofala) na faixa situada entre a cidade da Beira (a segunda maior do território) e a fronteira da Rodésia. Esta súbita consciência de perigo traduziu-se numa responsabilização das FAP, acentuando ainda mais a baixa consideração que os militares já manifestavam em relação aos portugueses radicados.¹³⁶

Em Janeiro de 1974 já eram frequentes os ataques da FRELIMO em 4 distritos do Norte: Niassa, Cabo Delgado, Tete e Beira – dos 9 que integravam o território¹³⁷ –, afectando negativamente a população branca que se manifestava intranquila e, nalguns casos, «psicologicamente afectada», tendo os agricultores do planalto do Chimoio ameaçado abandonar as suas terras se não fossem defendidos.¹³⁸ Em Angola, a guerra também era uma realidade distante para os habitantes de Luanda e das cidades mais populosas do Centro (Sá da Bandeira e Nova Lisboa) por o teatro de operações militares se centrar a Norte e Leste, em zonas confinantes com o Zaire e a Zâmbia – países onde respectivamente a FNLA e o MPLA possuíam os seus campos de treino.

De acordo com o correspondente da agência noticiosa *France Presse* em Luanda, no início de Junho de 1974 a vida na capital angolana mantinha a normalidade, sem haver registo de quaisquer sobressaltos: durante o dia brancos e negros sentavam-se nas esplanadas a ler os jornais locais e à noite soldados de licença invadiam as ruas, os restaurantes da Baía enchiam e as discotecas animavam-se. Sublinhando que somente a «passagem rápida e discreta de uma patrulha militar» durante as madrugadas rumo ao Norte do território permitia perceber que, a escassas centenas de quilómetros da cidade, decorria uma guerra.¹³⁹

Encontrando-se o teatro de operações angolano dividido em 3 zonas militares (Norte, Leste e Sul) a circunscrição Norte que abrangia a fronteira com Zaire e o enclave de Cabinda, e a região Leste (assolada pelas emboscadas dos nacionalistas com bases na Zâmbia) eram as mais flageladas pelos ataques dos 3 movimentos (FNLA,

¹³⁶ MacQueen, *A Descolonização...*, 70-71.

¹³⁷ Moçambique era constituído de Norte para Sul pelos distritos de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Ilha, Zambézia, Tete, Beira, Gaza, Inhambane e Lourenço Marques.

¹³⁸ Relatório da visita do CEMGFA a Moçambique, 30.01.1974, Secreto, 7-10. Fundo 3, Cx50, ADN.

¹³⁹ *O Século*, 10.06.1974, 6, SIPFA, Cx5946, ADN.

MPLA e UNITA). Por as operações de ataque se confinarem às zonas raianas, onde existiam povoações com um escasso número de habitantes, a rotina da população branca concentrada maioritariamente nas capitais de distrito não foi alterada, podendo-se inclusivamente continuar a circular sem qualquer perigo pelas principais estradas do território.

Acresce que a partir de 1973 – devido em grande parte ao acantonamento da FNLA nas suas bases do Zaire, ao enfraquecimento militar do MPLA (na sequência de cisões internas) e às tréguas assinadas entre o comandante português da região militar Leste, Bettencourt Rodrigues e a UNITA – era generalizada a ideia que a guerra não estava perdida.¹⁴⁰ Como, aliás, Pezarat Correia reconheceria posteriormente: em Abril de 1974, «a situação militar em Angola era francamente mais favorável às forças portuguesas do que em Moçambique ou na Guiné».¹⁴¹

Em suma, 3 convicções sobre a guerra contribuíram para acentuar negatividade dos ultramarinos quanto à descolonização: a recíproca hostilidade com as FAP cultivada ao longo da guerra; o alheamento das populações radicadas em relação ao conflito (e dos seus custos em vidas e em recursos financeiros) e a crença da vitória estar garantida em Angola e ainda poder ser conquistada em Moçambique, ideia atribuída pelo então Alto-Comissário de Moçambique, Vítor Crespo à propaganda empreendida pelo general «Kaúlza de Arriaga [que] anunciava para muito breve o fim da guerra, com a liquidação pura e simples do ‘terrorismo’».¹⁴²

¹⁴⁰ Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola*, (Alfragide: Dom Quixote, 2013), 25-63.

¹⁴¹ Pezarat Correia, *Estudos Gerais da Arrábida*, 56, 62. Fundo da Descolonização Portuguesa, Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

¹⁴² Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974. Doc.13, FPVC, CD25A-UC.

II

O FIM DO SONHO AFRICANO

A crença dos portugueses de África no benevolente colonialismo português, no seu papel de fazedores de pátrias, na unidade pluricontinental da nação portuguesa – por se encontrarem em territórios ancestralmente sob domínio português que integravam a histórica ‘herança sagrada’ da portugalidade nos 4 cantos do mundo – bem como o seu alheamento em relação à guerra e a sua suspeição sobre o empenho militar constituem alguns pressupostos contributivos para a que partida tivesse sido dolorosamente sentida e negativamente representada nos testemunhos produzidos após o êxodo.

Decorrendo em grande parte da mentalização cultural e política – incutida por agentes de aculturação institucionais e de proximidade de autoridade inquestionável, também resultou das percepções deste colectivo – estas convicções interiorizadas como factos perenes e imutáveis foram fortemente abaladas na primeira fase do processo de descolonização e posteriormente destruídas com a passagem repentina de um contexto societal colonial conhecido e acarinhado (no passado recente) para uma realidade pós-colonial (narrada no presente discursivo) que desconhecida, por ser inédita, era também percebida como ameaçadora.

Tendo em comum o facto de resultarem da inculcação ao longo de gerações e da confiança depositada nas autoridades supremas ou de proximidade do Estado português (decisores políticos do Estado Novo, a instituição militar, a escola ou a família), estes factores revelam a conformidade do pensamento dos portugueses das colónias com o discurso oficial do regime. Este pensamento e mentalidade foram, por conseguinte, fruto da assimilação dos cânones caracterizadores do colonialismo português (apontados no primeiro capítulo) que influíram de modo considerável na representação discursiva dominante sobre o êxodo. Não são, porém, os únicos condicionalismos que deverão ser considerados na configuração profundamente negativa da partida de África.

O fim do sonho africano sentido por estes portugueses como uma ‘amputação existencial’ – e não apenas como a negação de um projecto de vida decorrente do tempo e ao espaço políticos –, embora se relacionasse com o imaginário político e ideológico não decorreu exclusivamente da dissolução do império, do fim da realidade geográfica, histórica e imaginada (cujo fim era impensável) e das convicções mitificadas ou não que

a ela estavam associadas. Resultou também de percepções construídas com base nas vivências de cada indivíduo (antes e depois da descolonização), na sua apreciação dos acontecimentos e nas consequências imediatas na sua trajetória de vida.

Estas percepções são relevantes por terem determinado a representação negativa destes portugueses sobre a política de descolonização e a sua saída de África, revelando o ponto de vista daqueles que tendo sido directamente atingidos por um dado acontecimento histórico viram a sua experiência ser preterida ou ignorada pelas obras de investigação posteriormente produzidas tanto por participantes institucionais como por observadores externos e académicos.

Acresce que a experiência destes portugueses – nos meses que antecederam a transferência da soberania e na fase de transição para as independências africanas –, carece de aprofundamento por não ter sido ainda examinada no prisma da história feita por dentro, ou seja, pelos próprios. Os estudos existentes incidem geralmente nas representações discursivas do colonialismo tardio e das decorrentes da rememoração temporalmente distante realizada muitos anos após a sua chegada à metrópole. Sem que tenha sido examinado o impacto da experiência da partida (e das condições em que se processou) nas percepções que este sub-colectivo nacional formulou sobre todas as consequências do processo de descolonização.

Afigura-se, por conseguinte, pertinente examinar como descrevem os evocadores (numa rememoração temporalmente muito mais próxima dos acontecimentos) os laços de pertença relativos aos territórios que foram desfeitos pelo processo descolonizador e como sentiram as transformações operadas nos territórios africanos na primeira fase de transição – a qual corresponde (neste trabalho) aos meses contidos entre 25 de Abril de 1974 e os acordos assinados pelo Estado português com os movimentos africanos para a transferência da soberania.¹ Equivalendo a segunda fase de transição (abordada no capítulo III) à vigência dos governos de transição em Angola e em Moçambique – de composição mista ao integrarem representantes nacionalistas e nomeados da metrópole – até à proclamação das respectivas independências.²

¹ O Acordo de Lusaca assinado com a FRELIMO para a transferência de poderes em Moçambique ocorreu em 7 de Setembro de 1974. O Acordo do Alvor subscrito com a FNLA, o MPLA e a UNITA, para Angola foi assinado no dia 15 de Janeiro de 1975.

² O Governo de Transição de Moçambique (empossado em 20 de Setembro de 1974) foi chefiado pelo Alto-Comissário português, Vítor Crespo, sendo Joaquim Chissano vice-primeiro-ministro. Portugal detinha apenas 3 pastas ministeriais das 9 existentes. Em Angola, o Governo de Transição chefiado pelo Alto-Comissário, Silva Cardoso possuía 3 primeiros-ministros indicados pela FNLA, MPLA e UNITA estando os 12 ministérios equitativamente distribuídos.

Por consistirem maioritariamente em testemunhos produzidos depois do êxodo (embora no caso de Angola alguns tenham sido recolhidos antes do embarque aéreo), as referências ao seu passado recente – expectativas concretizadas ou goradas, sentimentos de alegria ou pesar e interpretações dos acontecimentos – são feitas depois de verificada a ruptura com esse universo pretérito, seguro e confortável, em que a evocação assume um propósito intencional de enfatizar os efeitos nocivos das suas perdas. Na maioria dos relatos transcritos neste capítulo os contextos mais significantes no passado – segurança física e psicológica (individual ou familiar), estabilidade económica, hábitos adquiridos, valores cultivados, identificação com o meio e relações pessoais – surgem referidos em contraponto a todas as emoções desconfortáveis sentidas no presente discursivo já em solo europeu: a insegurança ontológica e identitária, a espoliação dos bens e a sensação de desenraizamento ou inadaptação.

Procurando identificar-se os pressupostos de carácter emocional, psicológico ou de significância simbólica para os evocadores num contexto vivencial de proximidade e ligação aos lugares de identificação, tenta demonstrar-se como estes aspectos do mundo interior de cada indivíduo foram relevantes na formulação dos sentimentos de repúdio ou de negação das realidades criadas pela descolonização. Nesta perspectiva analisam-se os sentimentos de pertença a lugares e práticas da sociedade colonial mas também os sentimentos de posse que, estando associados ao sentido de propriedade, se reportam à casa e ao seu recheio, à fazenda ou ao estabelecimento comercial. Mas também, numa outra vertente, à profissão ou ocupação laboral e ao estatuto socio-económico possuído.

Os aspectos relativos ao apego a África são abordados no subcapítulo seguinte, relacionando-se com a auto-identificação de uma luso-africanidade interiorizada pelos anos de permanência e atendendo ao distanciamento físico e/ou afectivo à metrópole, em especial de descendentes de ‘velhos colonos’ e de nascidos em solo africano, em que a nacionalidade coexiste ou é secundarizada pela identidade nacional construída.

Por fim (no último subcapítulo) referem-se as reacções discursivas ao processo de descolonização em ambos os territórios – o modelo que era desejado pelas populações radicadas, o que foi por elas perspectivado com base em declarações de decisores portugueses na fase inicial da transição e aquele que, na prática, foi empreendido até à assinatura dos acordos com os movimentos africanos. Mencionando-se (entre outras questões) o choque com uma realidade inesperada, o facto consumado da transferência de poderes sem terem sido auscultados, e o sentimento de deslealdade e traição em relação aos negociadores dos convénios e a alguns decisores nacionais.

O capítulo III aborda o clima de insegurança verificado na fase de transição, com enfoque nos estados emocionais dos portugueses radicados em Angola e Moçambique, contextualizados através de uma descrição conjuntural mais pormenorizada devido à ocorrência de acontecimentos significativos que foram determinantes para os estados psicológicos observados nestas populações ou por elas auto-reclamados. Redigido num estilo substancialmente diferente da linguagem académica convencional, este capítulo procura demonstrar a conexão que existiu entre alguns eventos marcantes – resultantes de actos legislativos e de decisões de carácter político-militar, mas também de choques sociais, ideológicos e interétnicos e da situação de anomia social e económica, entre outros – que, entre o Verão de 1974 e as independências africanas, estiveram na origem dos fluxos de saída dos 2 territórios.

A pertença e a posse

Nos pressupostos que se consideram determinantes para a partida de África ter sido configurada como uma experiência psicologicamente stressante que pôs termo ao sonho africano deve ser incluída a auto-percepção individual e colectiva reclamada por estas populações descortinada pela caracterização discursiva (ainda que sumária) de como era a sua vida antes das transformações verificadas no período de transição para as independências. Sem esquecer que tais percepções não derivam exclusivamente de uma inculcação exterior, pois resultam enormemente do entendimento e julgamento que fazem dos acontecimentos.

Com esta pretensão, neste segundo capítulo analisam-se os discursos referentes às vivências anteriores à descolonização (dimensão temporal), ainda em solo africano (dimensão espacial) e as alusões a como o futuro perspectivado neste passado recente se esboroou face às mudanças radicais ocorridas nas colónias, com o reconhecimento do direito às independências africanas no final de Julho de 1974 (projeções desfeitas).

Estas percepções revelam-se discursivamente em sentimentos antagónicos de pertença e perda, de crença e desilusão, de abundância e penúria, reproduzidos numa dicotomia semântica de concepção maniqueísta, pela qual se valorizam aspectos de uma dada realidade (representados como justos, ordeiros e idílicos) em oposição a uma outra que é retratada como injusta e nefasta e de padecimento. Por norma, o passado tende a ser descrito com base nas memórias mais gratificantes, com uma essência descritiva onírica e idílica em contraposição à perturbação psicológica enfrentada no presente discurso frequentemente caracterizada como ‘pesadelo’ ou ‘inferno’. Mas nem sempre.

Por conterem uma dupla intencionalidade de reclamação moral por perdas e danos sofridos e de negação ao usufruto de um estilo de vida opulento em África, em muitos destes testemunhos o passado também é representado figurativamente como tendo sido uma ‘via-sacra’ que teve de se percorrer para se conseguir superar sucessivos obstáculos até se alcançar a segurança financeira almejada.

Para entender o sentimento de perda (não exclusivamente material) provocado pela partida de África (que surge plasmado nos testemunhos) será conveniente analisar primeiramente o substrato (factual ou simbólico) em que foi forjado ao longo dos anos o sentimento de pertença aos territórios africanos que não resultaria forçosamente de uma empatia ou identificação com a ideologia nacionalista do Estado Novo.

A visão exógena mais comum sobre a relação destes portugueses com África é usualmente associada à evocação nostálgica dos bons momentos vividos na esfera privada ou em práticas de sociabilidade colonial com amigos e vizinhos e às recorrentes referências enaltecedoras sobre paisagens, aromas e sabores – que tende a ser muitas vezes diminuída pela sua natureza «reaccionária, regressiva e ridícula» atribuída por alguns autores à nostalgia.³

Este reporte saudosista – embora mais presente na literatura memorialista sobre as vivências coloniais do que propriamente nas narrativas do êxodo – é detectável nalguns testemunhos, parecendo conter a pretensão de diferenciar claramente o passado recente caracterizado como ordenado, tranquilo, prazenteira e monetariamente compensador, da realidade associada ao presente discursivo que, por norma, é relatada como caótica, perturbadora e angustiante.

Devendo não ser interpretada como uma rememoração ridícula de um lastimoso apego ao passado mas antes como a lembrança discursiva de lugares onde se foi feliz, as evocações sobre as qualidades físicas e climáticas de África parecem também redigidas com o propósito de assinalar uma auto-identificação com a paisagem, a fauna, a flora, o clima. Esta identificação encontra-se patente nos numerosos adjectivos positivos usados para caracterizar a dimensão territorial africana (vasta, grande, imensa) e a sua riqueza natural (abundante, fértil, generosa, farta). A estas qualificações valorativas de ordem emocional juntam-se muitas vezes outros tantos atributos estéticos conferidos pela afeição a lugares de significância pessoal à zona de residência (linda, bela, airosa,

³ David Lowenthal, «Nostalgia tells it like it wasn't», Malcolm Chase and Christopher Shaw, eds., *The Imagined Past, history and nostalgia*, (Manchester, New York: Manchester University Press, 1989), 18-32, 20.

inigualável), podendo ser também apostos a uma determinada cidade ou a qualquer paisagem a que se sentiam ligados (uma praia, serra, planalto, deserto, etc.).

A relação com o espaço geográfico não é, porém, sempre descrita desta forma. As características meteorológicas e físicas das colónias – as amplitudes térmicas, o grau de humidade, as áreas desérticas, densamente arborizadas ou inabitadas, por exemplo – são também referidas para sublinhar as dificuldades que representavam para quem tinha de as enfrentar quotidianamente. Estando subjacente a este discurso a demonstração de que a vida nas colónias não era fácil para todos. Como refere um jovem de 17 anos de idade, recorrendo a uma usual metáfora: ao afirmar estarem «enganados» os que julgavam ser África «um mar de rosas para ganhar dinheiro», porque «todas as rosas por mais belas que sejam também têm espinhos e, às vezes, bem grandes e afiados».⁴

Nas narrativas do êxodo os laços de pertença são, muitas vezes, justificados pelo ‘suor derramado’ durante os anos de permanência em África – parafraseando muitos testemunhos a célebre alusão do primeiro-ministro Winston Churchill «ao «sangue, suor e lágrimas» derramados pelos britânicos ao longo da Segunda Guerra Mundial. Os anos de esforçado trabalho – que são reclamados tanto por migrantes como por descendentes de ‘velhos colonos’) constituem a primeira premissa em que se considera fundarem -se as alegações de ligação às colónias. A segunda premissa consiste na profunda afeição pelas colónias – devido não apenas ao seu modo de vida, mas por nelas se ter vivido etapas marcantes da vida – a qual coexiste, por vezes, com a ausência de uma ligação presencial e afectiva à metrópole.

A identificação de pertença a Angola e a Moçambique é, assim, analisada através de uma dicotomia meramente conceptual, em duas representações discursivas que (interligadas e por vezes fundidas) terão forjado o sentimento de pertença às colónias reivindicado por evocadores de várias faixas etárias e categorias socioprofissionais e com diferentes períodos de permanência. Recorrentemente referidas e relacionadas entre si, estas premissas transmitem duas perspectivas distintas na relação dos portugueses radicados com o espaço geográfico.

Na primeira representação discursiva, a imensidão territorial (amiúde contrastada com a ‘pequenez’ de Portugal ibérico), a topografia acidentada (sobretudo em Angola), os aluviões hidrográficos e a humidade climatérica (especialmente em Moçambique) bem como a arborização densa de certas regiões africanas (vulgarmente designada como

⁴ José Manuel Rolo, Castelo Branco, *O Retornado*, n.º 18, 16.02.1976, 3.

o mato) são factores apontados como obstáculos à implantação humana, significando dificuldades acrescidas na labuta diária pela subsistência, sem que desses anos tenham resultado memórias gratificantes. Contendo uma natureza mais material a primeira representação – de evocação do caminho ‘espinhoso’ percorrido até se atingir um grau razoável de bem-estar – enfatiza o sentimento de segurança que se cria ser duradouro, reflectindo-se na projecção de que o futuro seria igualmente ‘risonho’ e despojado das carências passadas na fase inicial.

Nestas evocações é, em regra, sobrevalorizado o esforço (frequentemente referido como penoso) empreendido contra as adversidades, sendo também exaustivamente enumerado o património que resultou desse empenho, aparentando ter a intenção deliberada de sublinhar a injustiça de se ter perdido o que, com tanto trabalho e ao longo de sucessivos anos, se adquiriu.

Na segunda representação, as peculiaridades naturais do continente africano são orgulhosamente apontadas como distintivo de identificação individual e colectiva, pela qual os evocadores se revêem na vastidão de horizontes e na diversidade paisagística, cujo enaltecimento se traduz igualmente na associação a traços específicos da sua natureza psicológica (de mentalidade mais aberta, empreendedora, temerária). A uma escala geográfica menor existe ainda a identificação com lugares ligados a momentos privados de felicidade ocorridos em meio familiar (um nascimento, um casamento) ou societal (o liceu onde se estudou, os locais de namoro, de encontro com amigos e colegas) cuja rememoração está forçosamente associada a sentimentos de tristeza ou de mágoa.

Não obstante o esforço obreiro ser reclamado pelos portugueses das duas colónias, Cláudia Castelo diferencia (com base nos elementos por si recolhidos) a forma como se descreviam, referindo que os de Angola se assumiam «como homens empreendedores, *self-made-men*, capazes de enfrentar dificuldades e privações para alcançar os seus objectivos enquanto os colonos de Moçambique tendiam a compor uma imagem do endo-grupo como sendo social e economicamente distintivo». De acordo com a autora, o discurso dos primeiros privilegiava a realização e o mérito do seu percurso de vida, incidindo o enfoque discursivo dos segundos na valorização do estatuto pessoal e social e no reconhecimento do seu trabalho.⁵

⁵ Castelo, *Passagens para África...*, 381.

Nos testemunhos consultados nesta tese, tal distinção não surge tão claramente demarcada. Embora alguns evocadores economicamente bem-sucedidos ostentem uma sobrançeria mais evidente e tendam a enumerar todos os bens detidos (no que aparenta ser uma forma de relevar a superioridade do seu estatuto de proprietários), esta atitude discursiva é assumida pelos residentes das duas colónias, parecendo resultar em grande medida da posição socio-económica que detinham e não tanto da província ultramarina onde se encontravam domiciliados. Também se verifica que as reivindicações daqueles que se arrogam pertencer a um estatuto mediano, integrando-se numa classe média remediada, por terem realizado um percurso laboral ascendente em Angola ou em Moçambique, aludem nos seus relatos tanto à realização e ao mérito das jornadas individuais como ao reconhecimento desse esforço.

A trajectória de emancipação em busca de um ‘lugar ao sol’ surge de forma mais declarada na primeira representação justificativa de pertença a África. Focando-se alguns testemunhos na dureza dos primeiros anos ou no parco orçamento familiar (por serem tantos ganhos quantas as despesas), outros centram-se nos objectivos alcançados. Em regra, as metas traçadas equivalem às expectativas formuladas (e quase sempre correspondidas) de aforramento de um confortável pecúlio que, provindo de trabalho remunerado ou por conta própria, permitiu a compra ou construção de uma casa, muitas vezes com um grau de comodidade e conforto superior ao da habitação na metrópole.⁶

Os relatos de quem tendo chegado jovem a África lá permaneceu durante décadas tendem a concentrar-se no esforço de adaptação inicial: nuns casos por estes migrantes se terem fixado em partes recônditas dos territórios; noutros, por terem exercido funções fisicamente marcadamente mais exigentes e desgastantes. Neles são também frequentes referências às dificuldades encontradas e suplantadas no início da instalação na colónia resultantes da profissão exercida, da especificidade do meio geográfico ou da obtenção do sustento familiar que é descrito como escasso, especialmente nos meios rurais, onde as mulheres não eram assalariadas, mas trabalhadoras domésticas que simultaneamente executavam as tarefas agrícolas ao lado dos elementos masculinos do agregado ou de atendimento à clientela nas ‘quitandas’.

Os testemunhos também permitem verificar que, em regra, era numerosa a prole das famílias rurais. Os números oscilam entre os 4 e os 12 filhos e o núcleo familiar

⁶ Com efeito, as condições de habitabilidade das residências nas cidades de grande e média dimensão nas colónias eram, de um modo geral, superiores ao conterem o lavabo no interior da casa, água canalizada da rede municipal ou de um poço, eletricidade fornecida (ou um gerador incorporado), além de um espaço exterior, onde eram plantadas espécies florais, árvores de fruto e/ou leguminosas.

tornava-se ainda maior quando, por matrimónio ou união de facto dos filhos adultos, passava a abranger noras, genros e respectivos descendentes.

Aparentemente a prioridade após a chegada a África consistia na construção da casa seguida da loja (cantina, café, taberna, mercearia ou da oficina) ou de instalações agropecuárias num pedaço de terra arável, onde a par da horta se criavam animais (bovinos, suínos ou galináceos) para alimentação e/ou venda, exigindo estas estruturas de produção um cuidado contínuo. Por este motivo, o quotidiano em meio rural destes portugueses era maioritariamente composto pelas ocupações laborais, possuindo raros momentos de ócio, ajudando a criar a sensação de se ter uma vida dura e sacrificada, de trabalho sobrecarregado, que era mantida e suportada por se saldar numa compensação material muito ambicionada.

É nestes termos que Guilhermina descreve sumariamente os anos que viveu em Moçambique. Residindo com o marido na povoação de Gunda (na estrada que ligava a Beira a Lourenço Marques), embora a cantina e o bar de que eram proprietários distasse poucos quilómetros da cidade da Beira raramente lá se deslocava, a não ser quando ela ou o filho menor adoeciam. A signatária – que ficou no território até Março de 1976, quase um ano após a proclamação da independência, quando segundo conta «invadiram a casa e nos tiraram tudo» – alude ao isolamento em que viviam no ‘mato’ muitas mulheres brancas (como ela), confinadas a uma vida de intenso trabalho, sem intenção de regressarem com a família a Portugal: «Trabalhámos muito, tínhamos ideias de lá ficar. Nunca tínhamos feriados ou dias santos».⁷

Ainda que não se possa estabelecer uma correlação entre a região de naturalidade destes migrantes e a sua fixação geográfica no interior das colónias sabe-se que entre 1943 e 1974 cerca de 33% da população das duas colónias era natural dos distritos de Lisboa, do Porto e da Guarda, provindo cerca de 30% das regiões mais deprimidas do Norte e Centro do país, sobretudo de Trás-os-Montes e da Beira Interior.⁸ Ressalve-se, porém, não estarem incluídos neste estudo sociográfico os portugueses migrantes de primeira geração chegados a África antes de 1943, contando-se entre estes muitos madeirenses que se fixaram em Angola e cidadãos provenientes das possessões situadas no Índico e no Pacífico (Goa, Timor e Macau) que se instalaram definitivamente em Moçambique.

⁷ Guilhermina, *O Retornado*, n.º 75, 15.03.1977, 21.

⁸ Entre 1943 e 1973, a maioria dos migrantes no ultramar provinha de Lisboa, Porto, Viseu e Guarda destacando-se ainda o número de naturais dos distritos de Bragança, Aveiro e Vila Real.

Cruzando a origem geográfica e habilitações destes migrantes com a data de chegada a África, por um lado, e as condições de vida referidas nos testemunhos, por outro, poder-se-á conjecturar que parte dos portugueses radicados entre as décadas de 1940 e 1960 – período durante o qual ocorreu um aumento percentual de passageiros analfabetos e com a instrução primária – deteria baixas habilitações. Aventando-se que se dedicariam a actividades primárias (agrícola, piscícola e pecuária) cujo desempenho não requeria especiais qualificações técnicas. Observando que, em termos relativos, era superior a percentagem de analfabetos entre os migrados para Angola, possuindo os que se fixaram em Moçambique um nível superior de escolaridade, alguns deles detentores de curso secundário e superior.⁹

Para quem provinha de zonas rurais e empobrecidas da metrópole sem um pecúlio que permitisse comprar ou construir de imediato uma casa, o quotidiano nas colónias não se diferenciaria substancialmente da rotina na comunidade de proveniência. Como refere um homem chegado a Angola em 1951 aos 21 anos de idade. Tendo casado em 1957 com uma migrante portuguesa (nascida em Vila da Feira no distrito de Aveiro), o casal instalou-se na cidade de Benguela, onde nasceram os 4 filhos.

Se contasse a minha vida em Angola, talvez poucos se acreditariam... Foi uma vida de espinhos. De princípio, comi muitas vezes uma vez ao dia e dormi muitas vezes nos lotes de sisal, por não ter dinheiro para a minha sobrevivência; [...] Mais tarde, comprei uma cabana de capim e resolvi casar-me, mas sem festa, nessa altura tinha eu 27 anos. Daí vieram os filhos [...] Era então motorista numa fazenda de sisal chamada *Balança* em Vila Santa Lara. A vida continuava a ser amarga, pois ganhava 2.250\$00 por mês.¹⁰

A grande diferença em relação a Portugal consistia no facto de as poupanças amealhadas nos primeiros anos em África permitirem adquirir propriedade para cultivar, que não possuíam na metrópole ou cujo preço lhes era inacessível. Acresce que dada a oferta de trabalho braçal bem como a abundância e o menor custo dos materiais de construção, muitos puderam erigir a própria casa e edificar anexos de subsistência: oficinas, armazéns, pecuárias, postos de atendimento comercial. Como no caso de uma mulher – com filhos adultos já nascidos em Moçambique, que se diz «refugiada» –, a qual (numa longa carta ao presidente da República, Ramalho Eanes) manifesta a sua indignação por, depois de tantas madrugadas de trabalho e tantas ralações, tudo ter

⁹ Castelo, «A migração de metropolitanos...», 7,13.

¹⁰ Álvaro da Silva Vida, *Albergaria-a-Velha, O Retornado*, n.º21, 27.02.1976, 23.

perdido. Enfatizando a vida sacrificada, em particular quando os filhos eram pequenos e ainda não ajudavam nas lides. O marido trabalhava na África do Sul, onde «com muito sacrifício, ganhou muito dinheiro. [...] Depois de economizar uma boa quantia levou-o para Moçambique, onde empatou todos os tostões numa quinta onde eu e meus filhos já ajudávamos. Não vivíamos de regalias, mas sim de trabalho e sacrifícios, sores [suores], fomes, e honestidade». O resultado foi a construção de uma casa e de um aviário com grande quantidade de galinhas, 1,080 porcos, um tractor, um moinho, duas carrinhas «e muitas outras coisas de miúdo que nos fazia jeito à vida que fazíamos na agricultura».¹¹

Os anos consecutivos de trabalho – como factor de legitimação às posses detidas e de negação de facilitismos no ultramar – são pormenorizados por quem tendo chegado a Moçambique aos 15 anos de idade, até aos 25 foi aprendiz de torneiro, depois técnico e por fim (até 1975) maquinista de guindastes, quando começou «a ganhar dinheiro, trabalhando de dia e noite, como todos», os que eram trabalhadores portuários.

Lá aprendi tudo o que sei, lá casei, lá me nasceram 2 filhos. Amava aquela terra como se da minha se tratasse e não pela doce vida que lá levei como este povo da Metrópole pensa [...] Estou condenado como todos os outros a ficar sem aquilo que me custou parte da minha saúde a trabalhar, noite e dia, vendo nascer o sol a trabalhar em cima de um guindaste?¹²

Parecendo derivar a constante alusão aos sacrifícios realizados da necessidade de se justificar como foi honradamente adquirido o seu pecúlio, nalguns casos encontra-se também subjacente a pretensão de mostrar a importância do seu trabalho para o bem-estar das populações – no abastecimento de víveres, funcionamento e manutenção dos sistemas, serviços e estruturas públicas, etc. –, admitindo-se que esta seja uma forma de realçar que a sua participação no desenvolvimento dos territórios lhes concedia o direito a lá viver.

Redigidas muitas vezes com o intuito de reclamar ao Estado português uma indemnização pecuniária, um subsídio estatal ou uma pensão de reforma considerada devida por esse passado de trabalho, estas narrativas contêm, em regra, uma parte inicial em que são intencionalmente exacerbados os obstáculos encontrados e os padecimentos sofridos ao longo de anos consecutivos, sendo enumerados na segunda parte (por vezes

¹¹ Sem nome, 22.11.1979, carta manuscrita, 3páginas. CC.600. vol.88 (1979-1980), AHPR.

¹² José de Almeida Barros, Lisboa, *O Retornado*, n.º 72, 22.02.1977,

exaustivamente) os bens pecuniários ou patrimoniais conseguidos. Esta estrutura discursiva é detectável no relato de um homem que (nascido em 1925 em Abrantes, no distrito de Santarém), com 24 anos de idade «se radicou de alma-e-coração em Angola». Numa carta, em que se refere a si mesmo como ‘o signatário’, conta ter começado a exercer em 1949 a «sacrificada profissão de camionista de viatura pesada [...] na qual deixou a impagável saúde, em viagens de longo curso pelas picadas do sertão Angolano, especialmente no tempo das chuvas, muitas vezes dormindo com o estômago vazio».

Assim trabalhou dezenas de anos num esforço super-humano. Quantas vezes, com a viatura enterrada em lamaçais na época das chuvas, dormindo na cabine, tanto no sertão como até junto a povoações e a hotéis, com a preocupação de evitar despesas tanto quanto possível a fim de amealhar o suficiente para a velhice. [...] No referido trabalho a transportar muitos materiais de construção para estradas, escolas, hospitais e habitações; alimentos e outros bens essenciais para o desenvolvimento do povo, foram inúmeras as viagens em que pelas primeiras horas da madrugada saía de Luanda fornecido de alimentos que algumas vezes depressa se esgotavam no caminho.¹³

Muitos destes portugueses justificam a vida dura passada com a preocupação de ‘amealhar para a velhice’. Garantir um meio de subsistência para o futuro afigurava-se essencial para quem, sendo trabalhador independente ou por conta de outrem, sabia não ter direito, no futuro, a uma pensão de reforma. Dada a inexistência de Caixa de Previdência para os trabalhadores do sector privado, algumas associações profissionais corporativas prestavam assistência social aos seus filiados, beneficiando os funcionários de empresas de maior dimensão – como, por exemplo, da Companhia de Diamantes de Angola (*Diamang*) ou a sociedade do Caminho de Ferro de Benguela (CFB)¹⁴ – de um regime específico. Mas eram uma excepção.

Com quase 60 anos de idade, o evocador anterior atribui as dores de reumatismo aos «muitíssimos sacrifícios» que passou como camionista, para que fossem revertidos em seu proveito e da sua família. Na sua parte da missiva afirma ter juntado ao fim de 20 anos de permanência em Angola, «depois de muito ter trabalhado e de ter sido prestável ao semelhante» o suficiente para construir 8 moradias em Luanda (entre 1969

¹³ Carta ao Instituto p/a Cooperação Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25.12.1978, 1. CC.600.Cx41.Assessoria Assuntos Sociais e de Educação, AHPR.

¹⁴ Segundo o economista angolano Carlos Rocha Dilowla em *Contribuição à História Económica de Angola* (1978) em 1973 a *Diamang* empregava 24 800 pessoas, 20 000 dos quais mineiros, possuindo o CFB 11 250 empregados.

e 1972) que, arrendadas, lhe davam «um rendimento certo [...] para poder olhar com mais tranquilidade o futuro, tanto na velhice como na doença».¹⁵

A preocupação em garantir monetariamente uma velhice tranquila é mais evidente em quem trabalhava por conta própria ou em explorações agrícolas não se afigurando tão premente para os assalariados contratados que, descontando a quota mensal para o respectivo grémio (associação profissional), poderiam contar com uma retribuição mensal em caso de desemprego, doença ou invalidez. Tendo vivido 20 anos em Luanda – sem ter nesse período voltado à metrópole, por considerar Angola a sua terra –, um homem refere em muitos fins-de-semana ter trocado a ida à praia pela construção de «uma moradia modesta», mas ter tido sempre assistência social por ser trabalhador da construção civil e entregar todos os meses a quota ao Sindicato, pagando o patrão o triplo da mesma.¹⁶

A preocupação com o futuro é também evidente no testemunho de uma mulher que (em 1953 aos 16 anos de idade) partiu com a mãe e duas irmãs para a cidade da Beira, onde o pai (que era guarda-livros) estava há 3 anos, tendo com ele aprendido «a ser uma empregada de escritório competente». O marido, que lá estava desde 1949, onde chegou aos 17 anos de idade, «esforçando-se sempre para conseguir uma melhor situação na vida», foi empregado de escritório, caixeiro-viajante e proprietário de uma firma de venda por atacado, antes de ingressar na indústria de transportes. Dactilógrafa na Sociedade Nacional de Petróleos de Moçambique desde 1960 foi chefe de secção até Agosto de 1975: «Quando tivemos de abandonar Moçambique com 3 filhos, a que era já a nossa terra, para além dos muitos bens materiais perdidos, perdemos também o direito a ter um futuro».¹⁷

A sensação de um futuro negado pela descolonização surge também referida por quem começou jovem a trabalhar em África ou já adulto vendeu os bens possuídos na metrópole, sem tencionar voltar, um dia, à comunidade de origem. Como revela um homem nascido em 1905 na metrópole que migrou para Moçambique em 1950: «Como tinha 2 filhos em Lourenço Marques para lá fui depois de ter vendido um carrito de praça [táxi] que tinha na terra. Mal cheguei lá, com o dinheiro que levava, comprei outro e dele vivia e vivi 25 anos».¹⁸

¹⁵ Sem nome, 10.12.1979, 2. Carta manuscrita. CC.600. Cx41, AHPR.

¹⁶ Joaquim Neto, Porto, *O Retornado*, n.º25, 27.03.1976, 21. A quantidade de grémios e de sindicatos em Moçambique surge referida nos Censos de 1970, não sendo indicado o seu número em Angola.

¹⁷ Sem nome, Porto, 20.11.1978. GB 00538, AHPR.

¹⁸ Aires Pereira da Silva, *O Retornado*, n.º 75, 15.03.1977, 21.

Numa evocação de teor idêntico, também Maria Emília Santos – nascida em 1922 e desembarcada em Lisboa em Janeiro de 1976 – se questionava para onde haveria de ir se não tinha sequer um tecto em Portugal. «Nasci em Trás-os-Montes. Mas que vou fazer para a minha terra se vendi tudo que lá possuía para investir em Angola?»¹⁹

Esta representação discursiva referente ao ‘suor derramado’ e ao património adquirido será preponderante nas reclamações presentes nas narrativas do êxodo, em que, por norma, a perda e/ou a espoliação dos bens financeiros ou materiais se sobrepõe a outras razões de queixume e lamento. O significado atribuído pelos evocadores ao esforço laboral como factor justificativo da propriedade pessoal, ajudará a entender os sentimentos de injustiça e consequente vitimização devido à perda de parte significativa ou total das suas economias, manifestados após a partida.

Não obstante ambos os sexos se referirem à colónia como a sua terra, realçando os bens e o conforto material possuídos, os evocadores masculinos tendem a descrever minuciosamente em que consistia a sua ocupação profissional, valorizando o resultado do seu trabalho pelo património detido – muitas referido em termos numéricos: quantas lojas ou casas compraram ou construíram, quantos animais de criação, quantas culturas e plantações, quantos hectares de cada parcela agrícola, etc. –, sublinhando deste modo, a validade do seu contributo como membros activos da sociedade.

Noutros testemunhos é mais relevado o papel assumido como chefes de família, a quem cabia o sustento do lar, perpassando a ideia de terem cumprido a sua incumbência enquanto trabalhadores e progenitores. África foi o tempo em que foram sujeitos activos e se sentiram válidos. Como refere um ex-chefe da PSP que cessou funções em 1974, aos 49 anos de idade: «Constituí família em Angola. Foi nessa querida terra que nasceram os meus filhos. Lá deixei enterrado o produto do meu trabalho honesto de 30 anos e, aqui, na terra que me viu nascer, nada tenho. Vivo apenas de uma magra pensão do Estado».²⁰

Nos discursos femininos são mais frequentes as referências à casa, nuns casos devido ao significado atribuído à intimidade do universo doméstico, noutros enquanto bem material (incluindo o recheio) associado a um determinado estatuto. Como se depreende do testemunho de uma antiga funcionária pública, viúva, com 38 anos em Angola, onde nasceram os 5 filhos e que em Outubro de 1975 (já em Lisboa), conta: «Tinha uma vida organizada e nada me faltava, graças a Deus. Devido à célebre

¹⁹ Reportagem, *O Retornadon*.º13, 02.01.1972, 8.

²⁰ A. M. Dias, *O Retornado*, n.39, 06.07.1976, 21.

descolonização vi-me forçada a abandonar a ‘minha terra’, a minha casa e tudo quanto lá tinha». Naquele momento ansiava por «ter novamente um lar, não como em Angola evidentemente, pois seria felicidade a mais», mas «pobrezinho e mais humilde» desde que lhe pertencesse.²¹

Do mesmo modo que uma outra mulher refere ter sido forçada «como tantos outros a abandonar Angola, terra que muito amávamos», onde ficara a moradia que baptizada de *Nosso Sonho*, o respectivo recheio e também os automóveis: «pois que nada trouxemos, até porque sempre pensámos voltar».²²

Deixar a casa é sempre uma alusão descrita especialmente pelas mulheres de modo intenso (como nos homens é a fábrica, o pedaço de terra, o automóvel) por esse acto significar não somente o abandono definitivo do espaço mais privado onde nos sentimos, em regra, protegidos – simbolicamente associado ao instinto animal também presente na espécie humana sobre locais onde se está a salvo de qualquer perigo (o ninho, toca, etc.) –, mas também por representar o tempo nela vivido, as memórias a ela ligadas e o significado emocional dos objectos que contém.

Mais do que um lugar, a nossa casa enquanto noção de lar é formada quer pela sua natureza espacial (localização, especificidades do espaço interior e exterior) quer pelo lastro sentimental resultante de momentos, emoções e relacionamentos a ele associadas. Detendo um carácter mais psicológico que material, a noção de lar é um conceito intrinsecamente ligado às percepções de segurança, de individualização, de privacidade e de preservação.²³

Por conseguinte, a ligação a África não detinha um carácter exclusivamente económico. Embora não completamente dissociados da segurança derivada do respaldo material, os laços afectivos resultam do facto de ter sido na colónia que se constituiu família, fizeram amigos e se ‘sentiam em casa’ – expressão que traduz o «mais alto grau de familiaridade e intimidade» que pode ser manifestado sobre um lugar e detendo «um carácter simbólico emocionalmente evocativo e difícil de descrever», ajuda a entender porque a partida constituiu «uma privação» profundamente perturbadora.²⁴

Neste sentimento (mais de pertença do que de posse) construído pelas ‘razões do coração’ – em que as compensações de África se opõem à descompensação sentida do

²¹ Isaura Correia, *O Retornado*, 24.08.1976, 20.

²² Natércia dos Santos Canana, São Bartolomeu de Messines, *O Retornado*, n.º 23, 13.03.1976.

²³ Alison Blunt, Robyn Dowling, *Home*, (London, New York: Routledge, 2006), 5. Os 4 valores normativos associados pelos indivíduos ao lar foram definidos por Iris Marion Young (1997)

²⁴ Schutz, *Fenomenologia...*, 291-295

presente discursivo –, a identificação afectiva está geralmente associada aos melhores e irrepetíveis anos da sua vida. Podendo, em certos casos, entroncar na reclamação de África ser a sua pátria adoptiva ou afectiva, em contraponto à pátria de nacionalidade.

Ainda que os bens adquiridos sejam referidos, nas ‘razões do coração’ outros aspectos adquirem maior relevância, entre os quais se evidenciam as etapas de vida – os tempos de escola, de namoro e/ou de tropa, o casamento, o nascimento dos filhos, etc. Como se descortina nos testemunhos de 2 evocadores: um homem nascido no ano de 1931 em Leiria que chegou a Moçambique em 1958 aos 27 anos de idade com a mulher e a filha de apenas 3 meses e um outro migrante que, tendo nascido na metrópole em 1935, tinha 19 anos de idade quando chegou à colónia portuguesa do Índico, em 1954.

Gostávamos imenso de viver em Lourenço Marques, cidade acolhedora e airosa, onde nos nasceu um filho há 15 anos, o qual adorava a sua terra. Após toda esta tragédia nacional, vimo-nos obrigados a regressar [...] com a alma desfeita, com tanta amargura. E aqui nos encontramos para começar (ou tentar recomeçar!) nova vida.²⁵

Ali, na princesa do Índico banhada de sol puro e florescente, pujante de vitalidades, foram vividos 21 anos. Foi ali que criei um lar, onde cumpri o serviço militar, onde bem trabalhei e onde 2 frutos moçambicanos ainda hoje representam o verdadeiro amor daquelas terras. [...] Não sou um refugiado, não fui um retornado (palavra inglória e injusta). Não sou rico, nem rendimento trouxe. Mas sou, isso sim, um Português.²⁶

Nestes testemunhos sobre o amor a África, o queixume pelas perdas materiais é substituído pela preponderância assumida pela vida pessoal ou familiar, detendo uma dimensão existencial mais abrangente e profunda. Neles, o tempo (passado) e o espaço (África) fundem-se numa comunhão intersticial em que os territórios onde se viveu não são recordados pelas suas características políticas ou geográficas, mas por constituírem o seu ‘etno-espaço’ afectivo ou a sua topofilia, conceptualização elaborada em 1974 pelo geógrafo chinês, Yi-Fu Tuan. A sua teoria do amor por um lugar – inédita no início da década de 1970 quando as palavras ‘ligação’ ou ‘amor’ não faziam parte do discurso das ciências sociais – acabaria por revolucionar o modo como era analisada a ligação do indivíduo e das comunidades aos espaços físicos cujos vínculos afectivos os tornavam lugares de pertença.

²⁵ Fernando Póvoas, Leiria, *O Retornado*, n.º67, 18.01.1977, 21.

²⁶ Sem nome, *O Retornado*, n.º 8, 28.11.1975, 3.

Derivada da palavra grega *topo* (lugar) e *philia* (afeição a algo), o conceito traduz as diferentes formas pelas quais os humanos podem desenvolver uma afeição profunda por um dado lugar, sendo definida como «o vínculo afectivo entre as pessoas e um lugar ou ambiente» que é construído pela percepção (mais instintiva que racional), a atitude (cultural, baseada na experiência, em interesses e valores) e o valor atribuído que, sendo parcialmente pessoal, grandemente social, se funda num sistema de crenças e de valores estruturados.²⁷ Este modelo permite entender porque as percepções – concebidas a um nível mais animal e menos intelectualizado e formadas através da captação sensorial – se traduzem na adjectivação qualificante (estética e hedonística) de lugares e ambientes. Em relação aos espaços de Angola e Moçambique evocados pela beleza visual, do cheiro da terra, do sabor da comida, de sons e silêncios e sensações tácteis. Sendo a um nível mais ‘filtrado’, a identificação com um lugar construída consoante o significado emocional que assume para cada indivíduo.

Na obra seguinte (editada em 1977), Tuan criou a noção de «sentimento de lugar» construída a partir da experiência e da perspectiva experiencial pelas quais o indivíduo transforma um determinado espaço num lugar de pertença e de comunhão com a sua interioridade psicológica que, a nível grupal se reflecte em sentimento comunitário.²⁸ Enquanto lugares de afeição (o território, a cidade, o bairro, a rua) correspondem ao universo conhecido em que se cultivaram afectos e dos quais se detém (em regra, mas nem sempre) recordações agradáveis. Este microcosmos espacial inclui ainda os lugares onde ocorreram episódios marcantes de contentamento ou felicidade, mas também de dor e sofrimento: a localidade onde se nasceu, a casa onde se cresceu, a igreja onde se casou ou o cemitério onde foi sepultado um familiar.

Todos estes locais são rememorados através de imagens que permanecem imutáveis na memória dos evocadores, mesmo que a configuração recordada tenha mudado ou desaparecido com a passagem dos anos.²⁹ A casa, a escola, a igreja poderão encontrar-se em ruínas, ter sido demolidas e substituídas por novas estruturas ou manterem-se intactas, mas para o evocador os lugares mantêm-se incólumes à passagem

²⁷ Yi-Fu Tuan, *Topophilia: A study of environmental perception, attitudes and values* (New York: Columbia University Press, 1974, 1990), 4, 93, 247.

²⁸ Yi-Fu Tuan, *Space and place: The perspective of experience* (Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1977). Na obra subsequente, *Landscapes of Fear* (1980), o autor analisou as emoções negativas associadas a um lugar (os sentimentos de medo e horror dos indivíduos atingidos por violência, fome, seca e epidemia).

²⁹ Ver Arjun Appadurai, *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996).

do tempo, o que ajuda a entender porque a ligação destes portugueses a África – mais construída pelas «fronteiras imaginadas de pertença» do que pela geografia colonial – prevaleceu depois da dimensão pluricontinental de Portugal ter deixado de existir.³⁰

A afeição a determinados lugares foi um dos factores que mais terá influído no desajustamento à realidade metropolitana, que não se limitava a um problema de ordem meramente material. Ainda que o reatamento de práticas privadas (a ida à eucaristia dominical, os almoços em família, as celebrações festivas ou ocasiões funestas) possa concretizar-se noutro espaço, a partida definitiva da casa onde se cresceu e do local onde ficaram os restos mortais dos entes queridos pode afigurar-se simbolicamente a um ‘corte umbilical’ com algo a que se está profundamente ligado, podendo gerar angústia e sentimentos de orfandade.

A impossibilidade de revisitar tais lugares (motivada entre muitos outros factores pela distância física a que está ou o seu desaparecimento), particularmente o local onde ficaram os entes queridos já falecidos, é uma das mágoas referidas por quem deixou amigos ou familiares sepultados em África. Como um português que chegado a Angola em 1931 e que tendo lá vivido 45 anos, ficou em Luanda até Dezembro de 1975, mês em que decidiu partir ao aperceber-se que guerra e fome eram o que lhe restava. Embora afirme «tentar não remoer no passado», também refere ser-lhe difícil saber que depois da sua partida ninguém iria visitar o sepulcro dos progenitores.

Prefiro estabelecer-me a apagar Angola da minha memória e julgar que o fruto do meu trabalho durante anos e anos foi um sonho que tive, só que indelével, pois jamais esquecerei que meus pais lá repousam no Alto das Cruzes sem ninguém que, ao menos uma vez por ano, possa pôr umas flores no seu jazigo.³¹

Assim como um português nascido em 1916 em Moçambique (que também ficou no país após a independência) enumera os parentes lá finados e enterrados, salientado a separação dos familiares defuntos em 2 continentes: «No cemitério de Santa Isabel da Beira ficaram sepultados meus pais e 7 irmãos, aqui já está sepultado um irmão e da família resto eu, o mais novo e meu irmão mais velho que eu em 7 anos. Ainda na Beira ficaram 3 primos e uma cunhada sepultados».³²

³⁰ Ricardo Ovalle-Bahamón, «The Wrinkles of Decolonization and Nationness: white Angolan's as retornados in Portugal», A. Smith, ed., *Europe's Invisible Migrants*, (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003), 147-168, 167.

³¹ Sem nome, *O Retornado* n.º 33, 25.05.1976, 16.

³² Alberto dos Santos Costa, Odivelas, *O Retornado* n.º 66, 11.01.1977, 20.

Também uma antiga professora primária em Luanda – «mulata, natural de São Tomé», nascida em 1905 – associa Angola aos anos mais gratificantes da sua vida, lá estando sepultado o marido. Reformada desde 1969 deu aulas até Julho de 1975, de dia num colégio do bairro onde vivia e à noite em sua casa, «leccionando e levando a exame extraordinário da 4.^a classe, adultos, muitos pretos, brancos e mulatos»: «Sou uma desalojada de Angola onde vivi 32 anos tendo passado nela os melhores 19 anos da minha vida e um marido que, sendo português fizera daquela Angola a sua terra e lá dorme o seu sono eterno».³³ Por sua vez, Belmiro Guimarães foi (com a irmã e a mãe, natural do Porto) para Angola em 1951 para se juntarem ao pai que, ao falecer em 1960, foi sepultado no cemitério do *Alto das Cruzes*, em Luanda. A mãe alugou quartos «para sobreviver» até regressar a Portugal no início de Outubro de 1975.³⁴

Numa perspectiva inversa (não alusiva à morte mas à exultação da vida), os anos felizes em família são referidos por um homem – nascido em 1905 e radicado em Angola desde 1929 com 24 anos de idade –, que estando reformado dos Caminhos de Ferro de Benguela (CFB), aos 71 anos de idade aportou à metrópole com 9 filhos, 6 genros, 3 noras, 32 netos e 2 bisnetos. Eis o que conta: «Vivia muito modestamente numa casinha em Nova Lisboa (Huambo), fruto de 47 anos de trabalho. Pela fortuna que possuía, não era burguês, nem fascista. Vivíamos felizes, eu e a minha esposa, com a minha modesta reforma e mais felizes, quando nos rodeava a nossa numerosa família».³⁵

Se para uns o percurso de vida em África iniciado muitos anos antes, correspondia à maior parte da sua longevidade – podendo ser simbolicamente descrito como os tempos da juventude perdida³⁶ –, para aqueles que se encontravam ainda na fase inicial desse trilho, a descolonização transformou o ultramar no lugar da juventude negada. Como transparece no testemunho de um jovem trabalhador-estudante, nascido em 1955, casado e prestes a ser pai: «Começava agora a vida, pois tenho 21 anos e era professor primário eventual, em Angola. Mas lá tinha o meu futuro seguro, pois também era lá a minha terra, onde nasci e vivi cheio de esperança no futuro».³⁷

³³ Sem nome, Vila da Feira, *O Retornado* n.º 66, 11.01.1977, 20.

³⁴ Belmiro Guimarães, *O Retornado* n.º 43, 03.08.1976, 20.

³⁵ Manuel Duarte Alves, Vila Nova de Gaia, *O Retornado* n.º 13, 02.11.1976, 3.

³⁶ Wim Willem, «No Sheltering Sky: Migrant Identities of Dutch Nationals from Indonesia», Andrea Smith, *Europe's Invisible...*, 33-59, 50. Neste artigo, o autor considera que para os holandeses migrados, as Índias orientais eram o seu país da juventude perdida.

³⁷ Jorge José, Caparica, *O Retornado*, n.º 28, 20.04.1976, 20.

A ideia de uma juventude negada surge também numa extensa carta alusiva à crença na propaganda colonial e nas garantias verbais dos governantes da metrópole (passados e presentes), na qual a identificação de pertença a África se baseia quer na identidade oficial, quer em idealizações projectadas que a descolonização transformou em descrenças e desilusões.

Trabalhaste tentando singrar na vida, tentando ainda construíres um novo mundo português (os ‘slogans’ de que AQUI TAMBÉM É PORTUGAL e outros, usados abundantemente na altura pelos nossos governantes, fizeram-te acreditar nisso). Sonhaste, fizeste planos e chegaste a acreditar que eras feliz. Afinal tinhas tudo o que se pensa ser necessário para ser feliz: amor, amizade, segurança financeira [...] e um mundo onde poderias morrer sossegado, rodeado de pessoas que gostavam de ti. Aconteceu então a ‘exemplar’ descolonização. Lembro-me que chegaste ainda a acreditar nela e naquilo que te prometiam (mais uma vez foste levado à certa pelos governantes), mas, como era de esperar, não passava de mais uma grande Mentira. [...] Todos os teus mais belos sonhos ruíram de repente e, até os mais nobres sentimentos em que tu ainda acreditavas (amor, amizade, fraternidade, compreensão, honestidade) foram destruídos...³⁸

Além das referências ao trabalho – na dupla pretensão da prosperidade individual e da edificação de um novo mundo português –, esta missiva contém duas censuras explícitas: aos governantes do Estado Novo pela falaciosa ideia propagandeada de Angola e Moçambique serem Portugal, motivo pelo qual os portugueses lá radicados nunca teriam de partir, mas também a alguns responsáveis políticos e militares, por no período que antecedeu a transferência de soberania não terem suficientemente sinceros, criando neles a ideia de que o processo de descolonização não implicaria forçosamente a sua partida.

A responsabilidade é assim imputada aos decisores nacionais do passado e do presente discursivo: os primeiros por terem alimentado uma ilusão, os segundos por a terem mantido nos meses subsequentes à Revolução. Refira-se ainda a sequência discursiva em que o evocador descreve as etapas da trajectória de vida (comum a outros portugueses de África), consistindo a sua noção de felicidade num processo progressivo concretizado em etapas: primeiro estabelecia-se aquilo que se ambicionava, depois concebiam-se os planos para se alcançar as metas traçadas e, por fim, alcançava-se o objectivo almejado: «amor, amizade, segurança financeira».

³⁸ A. M. Valejo, *O Retornado*, n.º 72, 22.02.1977, 23.

Apegados a África

É nos testemunhos de quem alega ser África a sua pátria afectiva que o sentimento de pertença assume uma evidência identitária mais significativa. A par da identidade administrativa resultante da nacionalidade portuguesa (nome, filiação, naturalidade), a identificação emocional com África parece ter criado nalguns destes portugueses uma espécie de alternidade identitária que levou muitos deles – nascidos em solo africano ou em solo europeu, mas há décadas radicados – a assumirem-se como portugueses de África, numa dissociação dos compatriotas da metrópole. Poderiam ser brancos por fora mas sentiam-se africanos por dentro – convicção que tendo sido construída muito antes da descolonização se manteve até à actualidade, sendo reclamada inclusivamente por quem partiu na primeira infância.

Como refere Fernando Catroga é mais forte o apego à pátria (ou à ideia que dela se tem) do que ao Estado ou à nação, assim se entendendo que «a geografia dos afectos pátrios não seja tanto traçada pelo determinismo físico ou pelo império das fronteiras gizadas pelo poder político, mas cartografada pela interiorização dos sentimentos de pertença», que se encontra ligada «a um tempo e a um espaço concretos», que sobrevive aos efeitos da desterritorialização na forma de «nostalgia e saudade».³⁹

A identificação com as antigas colónias forjou em muitos um sentimento dualista de pertença. Se, por um lado, se orgulhavam em serem portugueses e mantinham intacta a cultura nacional nas práticas quotidianas de ‘nacionalismo banal’ (definido por Billig), também tinham integrado referências culturais dos povos africanos, cuja incorporação se evidenciava nas composições gastronómicas, na miscigenação melódica de ritmos e poemas musicados, na expressão poética e literária e na criação de expressões corporais em danças que definiam como afro-europeias. Numa identidade dual traduzida na auto-designação de ‘lusó-africanos’.

No caso de Moçambique, a esta aculturação voluntária – ostentada em maior ou menor grau consoante a genuína aceitação da cultura autóctone africana – juntava-se a resultante do fascínio exercido por costumes de outros europeus colonizadores de países limítrofes, (britânicos e africanos) que foram sendo mimetizados e introduzidos no *habitus* colonial por uma elite branca economicamente influente e poderosa. Tendo os próprios ajudado a propalar mitos de abundância, opulência e de facilitismo acerca da sua vivência colonial – pela atitude de ‘bons africanistas’ que assumiam nas visitas à

³⁹ Fernando Catroga, «Pátria, Nação e Nacionalismo», org. José Manuel Sobral, Jorge Vala, *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010), 34-35.

metrópole e depois da descolonização –, estas mitificações pluralistas perduraram até ao presente como visão estereotipada embora tida por verdadeira, que passou a caracterizar uniformemente o *habitus* de um grupo diminuto como sendo comum a todos os portugueses de Angola e de Moçambique.

Esta visão homogénea de que todos os portugueses de África tinham um estilo de vida sumptuoso, cosmopolita, marcado por práticas de uma *dolce vita* proporcionada pelos privilégios do sistema colonial, continua a ser predominante na caracterização destas populações, em especial as de Moçambique, numa generalização errónea que mantém vivo um preconceito relacional acerca deste sub-colectivo nacional.

Depois da chegada definitiva à metrópole muitos destes cidadãos contribuíram para alimentar esta ideia ao propalarem que viviam abastadamente, bebiam ritualmente o seu *whisky* ou *gin* tónico ao entardecer, que comiam diariamente marisco e outras iguarias, celebravam as ocasiões festivas em hotéis, faziam frequentemente viagens intercontinentais, tendo uma numerosa criadagem para cuidar das várias tarefas domésticas, bons automóveis e uma vida muito acima das posses dos metropolitanos. Afigurando-se uma realidade extrapolada que (tendo sido verdadeira para alguns), não deve ser generalizada nem aposta aqueles que – tendo fugido da pobreza na metrópole ou vivendo em África do seu trabalho – almejavam deter o estatuto referido, mas sem nunca o terem alcançado.⁴⁰

Segundo esta visão ‘glorificada’, o estilo de vida das elites portuguesas em África (semelhante à elite da metrópole) era caracterizado por uma vida luxuosa e festiva, em que o prazer se sobrepunha ao dever (festas e bailes faustosos em clubes privados, passeios em parques naturais e participações em caçadas ou provas automobilistas) seria compartilhado pela generalidade dos estratos sociais. De facto, embora Angola estivesse mais distante da África do Sul, os hábitos de lazer da população branca cidadina abastada tendiam a ser semelhantes aos da elite branca de Moçambique que, porém, não constituía a maioria da população. Acresce que o preconceito acerca do *modus vivendi* colonial (mitificado) parece ancorar na ideia dos portugueses de África serem ociosos e pouco trabalhadores, negada por muitos evocadores com o argumento de nas colónias se trabalhar (juntamente com os africanos) desde o romper da aurora até ao anoitecer.

⁴⁰ Sobre os diferentes estilos de vida dos ‘brancos no plural’ veja-se Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática», Cláudia Castelo *et al*, *Os outros da colonização: Ensaios sobre o colonialismo em Moçambique*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012), 326-330.

Para além da visão mitificada dos metropolitanos sobre os radicados nas colónias, cada população radicada construiu uma imagem pré-concebida da outra. Reclamando os portugueses de Angola uma maior identificação com a cultura colonial africana, dissociavam-se do mimetismo cultural à mentalidade e hábitos dos brancos sul-africanos, ostentado pelos congéneres de Moçambique, dando origem a uma dissensão imagética que (não tendo sido desfeita pela descolonização) persistiu até ao presente.

Os portugueses de Angola arrogavam-se mais tolerantes e abertos nas relações interétnicas, considerando serem os compatriotas de Moçambique segregacionistas e arrogantes, especialmente os mais abastados. Por sua vez, os radicados em Moçambique reprovavam o modo de vida ‘pouco evoluído’ e a fraca instrução da generalidade dos brancos de Angola, preferindo comparar-se aos estrangeiros desenvolvidos dos Estados vizinhos, onde se deslocavam regularmente para fazer compras, férias, tratamentos médicos e em cujos colégios e universidades muitos colocavam os filhos a estudar.⁴¹

O êxodo não dissipou completamente esta percepção diferenciadora, mas ao ter sido uma experiência que afectou de igual modo as duas populações, ajudou a criar uma auto-categorização comum de ‘lusó-africanos’, após a partida de África. Esta auto-identificação reflectia um duplo sentimento de pertença: eram brancos e portugueses como os metropolitanos – com quem partilhavam a língua, a religião, tradições e costumes continuados, memórias e uma história comum – mas eram também cidadãos de África (africanistas) – o que os distinguia dos portugueses nascidos em solo europeu e os distanciava do clima, de lugares e tradições da metrópole, suscitando sentimentos de rejeição, estranheza, indiferença ou inadaptação após a chegada a território português peninsular, como veremos no capítulo IV.

Não é, contudo, possível aferir se esta identificação dualista era maioritária ou minoritária, nem afirmar que a auto-designação ‘lusó-africana’ perdurou após o êxodo em todos os indivíduos e com idêntica intensidade. Dada a multiplicidade de influências culturais que absorveram ou com as quais se identificavam – a estritamente nacional, a africana e a colonial, a portuguesa e de países vizinhos – nesta matéria subscreva-se a tese de que a identidade nacional destes portugueses é ainda uma questão em aberto, repleta de interrogações, que, constituindo um foco de discórdia no conflito de memórias sobre a descolonização, requer ser ainda aprofundado.⁴²

⁴¹ Castelo, *Passagens para África...*, 381.

⁴² Mário Machaqueiro, «Memórias em conflito...», 232.

A mesma precaução deve ser tomada sobre o sentimento identitário reclamado por este colectivo, atendendo à sua natureza ambígua e às múltiplas e sucessivas mutações que registou num curto período temporal. Não pode ser caracterizado de modo uniforme – por a sua configuração depender de múltiplos factores socioeconómicos, ideológicos, geracionais, entre muitos outros – e foi sujeito a alterações conjunturais (antes, durante e depois do êxodo de África) decorrentes da evolução política e social nas ex-colónias e na metrópole e de acordo com cada trajectória individual.

Se no período final do colonialismo muitos evocadores tendem a assumir-se como orgulhosamente portugueses, reclamando alguns a sua marca africanista (num sentido positivo), com a descolonização esta coesão identitária aparente fragmenta-se em definições (por vezes) contraditórias de amor-ódio à identidade nacional e africana, tornando-se ainda mais complexa após o êxodo. Depois da chegada à metrópole, a sua consciência identitária foi de tal modo abalada e desestruturada que se confunde (nos testemunhos) com a sua condição de desalojados, refugiados, retornados, ‘entornados’ (qualificativo jocoso de negação à existência de um ‘retorno’) e, nalguns casos, com a percepção de não terem chão, sendo desenraizados, deslocados ou apátridas. Se as estas diversas auto-identificações se somarem os rótulos depreciativos exógenos que lhes foram atribuídos, entende-se quão difícil se torna definir a identidade reclamada por estes portugueses de África.

Em relação à fase de transição, os testemunhos apenas permitem verificar que – referindo-se a maioria dos evocadores a Portugal como a ‘Mãe-pátria’ – havia quem reclamasse peremptoriamente a nacionalidade portuguesa com base no duplo critério de cidadania, por descendência e local de nascimento (de *jus sanguinis* e *jus solis*), afirmando-se acima de tudo português. Existindo também quem, não renegando em termos oficiais a nacionalidade, se sentia de tal modo distanciado da pátria de origem, que se assumia essencialmente como afro-português. Uma noção em parte resultante da relação conflitual mantida com a metrópole de «aversão ao centralismo do Terreiro do Paço, que se imiscuía nos assuntos das colónias, entravava a liberdade de acção dos colonos com burocracias e interdições, limitava as suas oportunidades de negócio em benefícios dos interesses metropolitanos, tratava os seus filhos nascidos em África como ‘cidadãos de segunda’». ⁴³

⁴³ Castelo, *Passagens para África...*, 380.

O grau de indiferença e de estranheza em relação a Portugal e aos metropolitanos parece ser proporcional ao número de anos vivido nas colónias, sendo mais acentuado nos descendentes dos ‘velhos colonos’, nos radicados há várias décadas (que migraram em menores com os pais ou na juventude) e nos filhos destes. É nestes 3 escalões – e, sobretudo, nos descendentes de quinta, quarta e terceira geração – que a identificação com África aparenta ser mais forte, repercutindo-se na reclamação de serem diferentes dos metropolitanos e na consequente rejeição do rótulo de ‘retornados’.

Nem todos são retornados. Não retornam, não regressam porque nunca foram metropolitanos. Lá nasceram, eles e até seus pais. São angolanos, mais angolanos do que muitos pretos porque trabalharam por Angola e muito, tudo, investiam no progresso de Angola. Ouvimo-los afirmar, com amor: esta é a minha terra, a terra que eu amo.⁴⁴

Para muitos destes migrantes que deixaram África na fase descendente da vida (mais perto da terceira idade que da juventude), a distância em relação à metrópole não era meramente física. Portugal resumia-se a uma memória vaga e desconfortável e, não se detendo gratas recordações, não era lugar ao qual se tivesse vontade de regressar. Como diz um migrado aos 17 anos de idade que em 42 anos nunca voltou à metrópole.

Amava Angola mais que actualmente amo Portugal que mal conheço. Para aqui vim ainda bastante novo e por aqui tencionava acabar os meus dias. Gostava e ainda gosto de Angola. Apesar de todas as humilhações, levo Angola no coração. Nem todos os brancos eram colonialistas, como afirmam muitos em Portugal [...] Podia ter transferido algum dinheiro para Portugal, mas nem um centavo lá tenho. Tudo aqui ganhei e tudo aqui enterrei porque sempre pensei que esta terra era a minha Pátria adoptiva.⁴⁵

A mesma mágoa referida por uma mulher aportada em 1953 a Moçambique (onde a família do marido estava há mais de 75 anos) que se diz «refugiada» depois de 22 anos em África: «Já estou em Portugal há 5 meses e devo dizer que ainda me encontro deslocada, pois não consigo de forma alguma esquecer aquela maravilhosa terra que aprendi a amar com o tempo. Poucas ou nenhuma raízes tenho em Portugal. A vida para mim perdeu todo o interesse desde que fui obrigada a deixar Moçambique. Vivo a pensar dia-a-dia na hipótese de ‘poder regressar’ e continuar de novo o que perdi e deixei».⁴⁶

⁴⁴ Sem nome, *O Retornado*, n.º 5, 07.11.1975, 14.

⁴⁵ Reis, *Malandros...*, 104-106.

⁴⁶ Sem nome, Alfriate, *O Retornado* n.º 67, 18.11.1977, 19.

Quem saiu da metrópole na infância ou na adolescência sem (entretanto) ter lá ter regressado também não teria razões para se sentir particularmente identificado com o país de origem, como revela um homem nascido em 1946, em Angola desde os 12 anos de idade: «Vivi em Angola desde 1958, sem nunca ter vindo a Portugal e tenho 30 anos de idade [...] Considero a minha terra-natal Angola, apesar de ter nascido no Porto, aqui na Metrópole. Foi lá que me fiz homem, estudei, cumpri o serviço militar e constitui a minha família e a minha vida».⁴⁷

Tendo o evocador anterior aportado a Angola na adolescência, o seguinte sobrepõe a ligação a África à sua naturalidade metropolitana, embora tenha partido em idade adulta e vivido mais anos em solo europeu do que africano. Nascido em 1937 chegou a Angola em 1957, mas os 18 anos passados em África foram mais marcantes que os de juventude na metrópole: «Sou mais um dos retornados (refugiados) que me encontro por força das circunstâncias [...] na terra onde efectivamente nasci, mas o meu pensamento está sempre em África, melhor dizendo em Angola».⁴⁸ Neste testemunho parece existir um sentimento de consciência dividida e de embaraço ao reconhecer-se ser o apego ao lugar de fixação mais forte que ao local de nascimento: Portugal europeu foi efectivamente o país onde nasceu, mas ao qual não sente pertencer.

A partida terá sido particularmente difícil para quem, estando radicado há décadas ou tendo lá nascido, já era idoso em 1975. Albano Simões Pereira Cantante nasceu no distrito do Porto em 1894 e em 1920 (com 26 anos de idade) rumou a Angola, onde começou por ser empregado numa fazenda de café em Amboim e, mais tarde, em Vila Nova de Seles. Criou na Gabela a sua própria fazenda, dedicou-se à agricultura, à pecuária e ao comércio e em 1955 passou a residir na Quibala, no Cuanza Sul.

O mais antigo residente branco da Quibala só tinha ido uma única vez a Portugal, em 1949. Voltou em Julho de 1974 mas somente por 3 meses por querer «‘deixar os ossos’», em África.⁴⁹ O que não aconteceu. Em 1975, quando os confrontos entre os movimentos nacionalistas angolanos eclodiram na Quibala, escondeu-se na mata com a companheira negra (onde durante vários dias comeram mandioca e batata-doce) até a primeira coluna automóvel saída da Gabela o levar, mas «só muito a custo [...] o conseguiram convencer a abandonar tudo». Em 1976, com 81 anos de idade, ostentando longas barbas brancas, mal podendo andar e sem uma muda de roupa, o ‘Velho

⁴⁷ M.F.P., Porto, *O Retornado*, n.º 33, 25.05.1976, 20.

⁴⁸ Mário Fidalgo dos Reis, Rio Meão, *O Retornado* n.º 40, 13.07.1976, 21.

⁴⁹ *O Século*, 17.07.1974, 6. SIPFA, Cx5946, ADN.

Cantante' (como era conhecido) estava num asilo de religiosas em Campolide (Lisboa), longe da terra onde queria ser enterrado, mas ainda na esperança de ir para o Porto.⁵⁰

A resistência ou a recusa em partir motivada pela afeição à pátria afectiva ou de nascimento foi registada numa reportagem realizada em Janeiro de 1976 no Dilolo (povoação zairense separada fluvialmente do distrito de Santo António do Zaire no Norte de Angola) onde a partir de Agosto de 1975 se refugiaram famílias de radicados oriundas do Leste. Nessa localidade, uma jovem de 18 anos de idade justificou não querer partir (como outros portugueses tinham feito) porque certamente iria encontrar na metrópole «as mesmas dificuldades» que ali enfrentava. Além disso, Angola ficava do outro lado do rio e estando num local «tão igual» à sua terra, acabaria por se sentir em casa.⁵¹

Em vez da renitência em deixar África, é a inexistência de laços com a metrópole que surge destacada nas palavras de um outro evocador: «Para dizer a verdade, sinto-me com indiferença nesta terra portuguesa, pois não sou natural da mesma, apesar de ter sido sempre fiel à Pátria».⁵² Numa frase sucintamente elucidativa, expressa a dualidade de sentimentos quanto à sua identidade: sempre respeitara a soberania nas colónias e embora 'no papel' fosse português, afectivamente era angolano e a metrópole nada 'lhe dizia'.

A ausência de uma ligação afectiva a Portugal é, por conseguinte, mais forte nos descendentes de 'velhos colonos', equivalendo a partida do solo africano ao único universo referencial que conheciam. A condição afectiva de apátridas motivada pela descolonização é assumida tanto por jovens descendentes como por idosos, sendo nestes mais acentuado o sentimento de enraizamento comunitário e de afeição ao meio físico e humano e às relações próximas em núcleos habitacionais de pequena dimensão.

Como se observa em 2 testemunhos, nos quais a partida de África é equiparada à expulsão dos hebreus da Terra Prometida e à diáspora judaica. O primeiro relato pertence a um homem de Sá da Bandeira, nascido em 1943, com 32 anos de idade em 1975. O segundo a uma mulher de 63 anos de idade, nascida em 1913 (também na Huíla) que compara a sua condição à de um antigo hebraico condenado à errância eterna, por ter sido expulsa de Angola: a sua Mãe-pátria.

⁵⁰ Reportagem, *O Retornado* n.º8, 28.11.1975, 4.

⁵¹ José Calheiros, reportagem, *O Retornado* n.º17, 30.01.1976, 11.

⁵² André Lopes, *O Retornado*, n.º17, 30.01.1976, 3.

Nós somos um povo como era o povo de Israel quando não tinha pátria. Não temos pátria. Os que nasceram em Angola, como nós, não têm pátria. A nossa pátria, a nossa verdadeira terra, era Angola, mas não é. Não é porque estamos a ser escorraçados da nossa própria terra. A terra que considerávamos a nossa pátria.⁵³

Não sou uma ‘retornada’, mas sim uma judia errante [...] Vivi quase 35 anos no Cubal, onde era muito popular e conhecida pela ‘Avó Alda’, facto de que me orgulho e que revela o amor e carinho que sempre me envolveu na Mãe-pátria.⁵⁴

É nestes discursos sobre o desenraizamento causado pela partida que a ligação à metrópole se afigura mais falha de significado. Limitando-se as suas experiências e memórias ao continente africano, estes evocadores não se identificam com Portugal metropolitano, evidenciam uma mágoa profunda e os seus testemunhos são aqueles que apresentam mais afinidades com as noções de ‘pátria perdida’ e de ‘nostalgia partilhada’ presentes na definição de diáspora.⁵⁵

Contudo, o êxodo de África não pode equiparar-se a uma diáspora: uma diáspora pressupõe a saída forçada do território de pertença de uma comunidade ligada por laços ancestrais (étnicos, culturais ou religiosos) que resulta na sua dispersão por vários destinos. Embora muitos portugueses fossem originários de África (os descendentes de ‘velhos colonos’) não constituíam comunidades autónomas com uma nacionalidade, uma história e uma língua diferentes da nacional e, com algumas excepções, confluíram na quase totalidade para um mesmo destino. A poder-se apontar uma similaridade esta encontrar-se-á a nível perceptual para quem considerava Angola ou Moçambique como pátria, na medida em que esse território passou a ser (na acepção de diáspora) um local onde não puderam regressar, que deixou de existir ou que existindo se tornou um lugar onde não seriam bem-recebidos ou com o qual já não se identificam em termos políticos, sociais ou ideológicos.⁵⁶

Esta equiparação (podendo parecer óbvia) suscita algumas reservas quanto à sua aplicabilidade a este colectivo. Por um lado, tendo a ‘pátria portuguesa africana’ e as suas sociedades desaparecido existiu, de facto, uma impossibilidade real de a elas

⁵³ Sem nome, Reis, *Malandros...*, 175.

⁵⁴ Alda Silva Pais, Praia da Areia Branca, *O Retornado* n.º 9, 05.12.1975, 2.

⁵⁵ Fatima El-Tayeb, *European Others: Queering ethnicity in post-national Europe* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011), 51-53.

⁵⁶ William Safran, «Diasporas in Modern Societies: myths of homeland and return», *Diaspora*, 1, (1) 1991, 91.

voltar, mas por outro lado, não existiu um impedimento formal que os tenha impedido de voltar à sua terra de nascimento ou de adopção. Também não se poder pressupor que a noção de Angola ou a Moçambique como pátria seja reclamada ou partilhada do mesmo modo por todos os portugueses nascidos ou radicados de longa duração nas colónias.

Embora Stephen Lubkemann (que tem estudado o êxodo da África portuguesa) afirme que quase 40% dos portugueses domiciliados nas colónias nasceram em África nunca tendo visitado a metrópole, tal estimativa deverá ser encarada com alguma reserva.⁵⁷ A inferência percentual é arriscada, atendendo à inexistência de dados precisos sobre o número total de portugueses que viviam nas colónias africanas antes da descolonização, o número exacto dos desembarcados em Portugal ('retornados') ou quantos partiram das colónias directamente para o estrangeiro sem terem passado pela metrópole.

Como sublinha Pena Pires, nesta matéria os dados do Censos de 1981 são ainda os mais fiáveis: quase 471 500 portugueses residiam em Dezembro de 1973 em Angola e Moçambique, mas o número dos chegados a Portugal foi superior. A aproximação a um quantitativo mais exacto requer que se some aos quase 471 500 aportados, os cidadãos que faleceram entre 1974 e 1981; que emigraram entre a data de chegada a Portugal e o ano de realização do recenseamento; que se fixaram nas colónias em 1974, os nascidos durante o ano de 1973 e quem não participou no recenseamento ou a ele respondeu incorrectamente.⁵⁸ Admitindo-se que desta adição resulte o total comumente aceite de cerca meio milhão de nacionais que chegaram a Portugal com a descolonização.

Não obstante alguns evocadores referirem que a sua pátria africana deixou de existir com a descolonização (reclamando-se apátridas), trata-se de uma reclamação emocional e simbólica derivada do facto de a sua pátria de adopção ou de nascimento pertencer ao passado: mesmo que a possam visitar já não é a sua terra. Deste ponto de vista, os Estados africanos independentes não constituem as suas pátrias e não podem lhes podem suscitar a mesma identificação política, ideológica e social do passado. Como veremos mais adiante nesta dissertação.

⁵⁷ Stephen C. Lubkemann, «The Moral Economy of Portuguese Postcolonial Return», *Diaspora*, (11:2 2002), 189.

⁵⁸ Rui Pena Pires, «O regresso das colónias», *História da Expansão...*, 182-196, 185.

Distantes da metrópole

Podendo resultar a desconexão à metrópole de uma ruptura afectiva, voluntária e consciente encontrava-se muitas vezes associada a um verdadeiro distanciamento físico por a metrópole se situar num outro continente e ser dispendioso viajar com alguma regularidade até ao extremo ocidental da Europa, em especial para os radicados em Moçambique. A referência ao facto de nunca se ter voltado à metrópole depois da instalação em África é recorrente e parece ser propositada com o intuito de demonstrar através do número de anos que esteve ausente quão verdadeiro era o distanciamento em relação ao território europeu.

Nascido na Beira em Fevereiro de 1916, um homem refere ter ido pela primeira vez à terra dos pais (Portugal) em 1932, quando tinha 16 anos de idade e apenas por 9 meses (depreende-se que para frequentar um ano lectivo) e só lá ter voltado (apenas por 3 meses) em 1958, quando já era casado e tinha 3 filhos. Tendo 59 anos de idade à data da independência e 40 anos de funcionalismo público foi um dos portugueses que ficou como cooperante em Moçambique até Agosto de 1976.⁵⁹

Muitos migrantes afirmam nunca terem voltado a solo europeu nos anos de estada em África, sublinhando dessa forma um desapego que parece resultar de uma ausência de vontade, de saudade ou de necessidade. Outros nunca tinham pisado solo português na Europa. Como um técnico nascido em 1943, perto de Sá Bandeira, descendente de quarta geração de uma família do planalto da Huíla, cujo bisavô madeirense deixara o Brasil no século XIX, sendo um dos primeiros portugueses a fixar-se em Moçâmedes. Nem ele nem os seus pais conheciam Portugal.⁶⁰

A deslocação à metrópole por necessidade era ditada por um imperativo de saúde – para tratamento médico temporário, intervenção cirúrgica ou internamento clínico prolongado – ou por uma qualquer ocorrência familiar grave – o falecimento de parente, partilha de herança ou outros assuntos jurídicos ou legais que exigiam um registo presencial. Poderia também ocorrer através do envio dos filhos para um internato na metrópole, a fim de realizarem os estudos liceais ou para a frequência universitária de um curso superior, casos em que a permanência assumia um carácter mais prolongado.⁶¹

⁵⁹ Alberto dos Santos Costa, Odivelas, *O Retornado* n.º 66, 11.01.1977, 20.

⁶⁰ Reis, *Malandros...*, 175.

⁶¹ Os Estudos Gerais Universitários de Angola (sediados em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira) e de Moçambique (em Lourenço Marques) criados em 1963 só puderam conferir diplomas a partir de 1968.

Com excepção de algumas situações atípicas – ditadas por falecimento, divórcio ou impossibilidade de sustento – em que um ou mais elementos do agregado familiar regressavam a solo português europeu ou para lá eram enviados por períodos dilatados, em regra, as estadas eram de curta duração. À metrópole ia-se e ficava-se de passagem, como refere um homem nascido em 1898 em Águeda e desde 1918 em Angola: durante 50 anos foi a Portugal apenas duas vezes, entre os anos de 1955 e 1960, «para se tratar. Depois disso, nunca mais lá foi».

Nalguns depoimentos recolhidos por um jornalista no aeroporto de Nova Lisboa (em Angola) muitos radicados referiram não terem voltado a Portugal desde a sua fixação. Como um homem nascido em 1912, chegado a Angola em 1937 (antes dos 26 anos de idade) que nunca lá fora de férias e um outro, natural de Tomar onde nasceu em 1921, que aos 5 anos de idade foi levado pelos pais madeirenses para Angola, «sem nunca de lá ter saído».⁶²

Quem desejava e possuía meios para se deslocar à metrópole mais amiúde, fazia-o por via aérea ou via marítima. A segunda opção embora mais morosa – a viagem de navio de Luanda a Lisboa durava em média 15 a 19 dias, dependendo do número de escalas, e o trajecto marítimo entre Moçambique e a capital portuguesa demorava mais de 30 dias – era mais conveniente a quem transportava grandes volumes de bagagem, permitindo levar à ida artefactos africanos e no regresso à colónia bens que tinham sido adquiridos na metrópole.

Observando os movimentos marítimos mensais no ano de 1973 entre ambas as colónias e a metrópole verifica-se que os índices mais elevados de entradas em Lisboa coincidem com o calendário escolar (férias intercalares e fim do ano lectivo) e com a quadra natalícia, sendo o número de passageiros provenientes de Angola aportados a Lisboa quase o quádruplo dos oriundos de Moçambique.⁶³ O volume de entradas na metrópole por via marítima em 1973 revela que o número de passageiros que residam em Angola era superior a 12 000, provindo cerca de 2,500 de Moçambique. Eram, em regra, adultos entre os 20 e os 40 anos de idade e crianças até aos 15 anos.

A proporção equivalente entre indivíduos solteiros e casados e o número elevado de acompanhados e acompanhantes (muito superior ao dos passageiros que viajavam

⁶² Reis, *Malandros...*, 95, 167, 222.

⁶³ INE, *Anuário Estatístico de 1973, Territórios Ultramarinos*, vol. II (Lisboa: INE, 1973), 20. As entradas de residentes em Angola cifram-se em 1.782 (Fevereiro), 1.849 (Setembro) e 2.153 (Novembro) e de Moçambique em 473 (Janeiro) e 463 (Novembro).

sozinhos) pressupõe que se tratariam de deslocações em família que eram constituídas, em média, por 3 elementos. No entanto, a comparação da totalidade de habitantes nacionais em cada colónia com o número de viagens anuais realizadas no ano de 1973, demonstra a inexpressividade destes fluxos pendulares em direcção à metrópole.

No que concerne às deslocações regulares à metrópole dever-se-á ainda destringir os passageiros que trabalhavam no sector privado dos funcionários públicos. Quem estava integrado numa carreira administrativa do Estado com vínculo contratual e 4 anos consecutivos de trabalho era agraciado com uma ida à metrópole em cada 4 anos. Consagrada pelo artigo 221.º do *Estatuto do Funcionalismo Ultramarino* – que aprovado em 1966, condensou a legislação respeitante a deveres e direitos contratuais dos funcionários do ultramar –, a licença graciosa era de 90 dias para os funcionários que tivessem 4 anos de serviço contínuo em África. A partir do segundo quadriénio esta licença estendia-se por 150 dias (5 meses), não incluindo o tempo de viagem.⁶⁴

Como a licença só começava a ser contada no dia seguinte à data do desembarque «em qualquer parcela do território nacional», a viagem de navio permitia prolongar a duração das férias que, em regra, se dilatavam por 6 meses. Por outro lado, como o vencimento-base era pago na moeda local onde o funcionário gozava a licença graciosa, ir à metrópole significava receber o salário em escudo metropolitano. Acresce que, caso a licença não fosse gozada no ano civil corrente por conveniência do serviço, o servidor do Estado tinha direito a mais 30 dias de licença graciosa por cada ano, podendo gozá-la cumulativamente em anos seguintes.

As passagens (aéreas ou marítimas) de ida e volta da licença graciosa eram por «conta do Estado» bem como os custos de deslocação até ao porto ou aeroporto de saída. O Estado também pagava as viagens de familiares, mas existia uma distinção de género na sua concessão: o funcionário poderia viajar com a mulher, ascendentes (pais e avós) e descendentes «com direito ao abono de família ou tutelados por força de lei ou decisão judicial», se fossem menores. Poderia ainda fazer-se acompanhar por filhas solteiras maiores de idade que ainda tivesse a seu cargo e filhos também maiores de idade que, por motivo de doença permanente, não pudessem prover à sua subsistência.

Para além da licença graciosa, os funcionários do Estado em funções há pelo menos 2 anos tinham viagens pagas de ida à metrópole, em caso de cessação definitiva do serviço e de regresso à colónia quando se deslocavam a Lisboa por decisão da Junta

⁶⁴ *Estatuto do Funcionalismo Ultramarino*, (Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1973), 97-100.

de Saúde do Ultramar. O valor das passagens era determinado pela classe em que o funcionário viajava de acordo com o cargo exercido ou a sua categoria profissional. Nos navios, a primeira classe de luxo, «com direito a aposentos privativos», era reservada aos governantes da metrópole e aos governadores das províncias, directores gerais, inspectores superiores e outros funcionários dos escalões mais elevados. Em primeira classe viajavam os funcionários dos governos provinciais, secretários de directores gerais, inspectores superiores e administrativos de escalão intermédio, destinando-se os aposentos da categoria turística e da terceira classe aos funcionários hierarquicamente inferiores.⁶⁵

Como apontamento refira-se que as regalias conferidas aos funcionários públicos seriam contestadas, na fase de transição, não só por quem os considerou privilegiados por usufruírem de passagens gratuitas para a metrópole, mas também por beneficiarem de condições mais vantajosas no envio de bens mobiliários (não financeiros) para Portugal e lhes ter sido garantido uma colocação na Função pública através da opção de ingresso no Quadro Geral de Adidos (QGA).

No entanto, em 1973 os passageiros marítimos mais frequentes não pertenciam à categoria dos funcionários públicos. Nesse ano, o número de homens residentes em Angola (classificados como chefes de família) que pagou as suas viagens foi quase o dobro dos radicados transportados a expensas do Estado, sendo no caso de Moçambique a proporção entre estes 2 grupos quase equivalente.⁶⁶

Com base na amostra de 1973, a maioria dos portugueses das colónias recorria ao transporte aéreo para se deslocar à metrópole – cerca de 80 000 (de Angola) e 43 000 (de Moçambique) – sendo equivalentes os quantitativos de regresso no mesmo ano. Nesse ano cerca de ¼ dos portugueses residentes nos 2 territórios africanos deslocou-se à metrópole. Podendo conjecturar-se que a esmagadora maioria não efectuava viagens anuais a Portugal.⁶⁷

Sabendo-se pelo local de nascimento aferido no Censos de 1981 que 60% deste colectivo era constituído por naturais da metrópole, Pena Pires baseia-se neste indicador para justificar que a maioria desta população não detinha um longo enraizamento na

⁶⁵ *Estatuto do Funcionalismo Ultramarino*, (Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1973), 114.

⁶⁶ Em termos absolutos pagaram a sua viagem 6,977 passageiros de Angola, tendo 3,977 viajado por conta do Estado, sendo esta relação no caso de Moçambique de 1,292 e de 1,152 respectivamente.

⁶⁷ INE, *Anuário Estatístico de 1973, Territórios Ultramarinos*, vol. II (Lisboa: INE, 1973), 24. O número de passageiros para a metrópole em 1973 é 90 000 portugueses dos 400 000 radicados em Angola e cerca de 45 000 para os 170 000 que viviam em Moçambique.

sociedade colonial de origem, como acontecia com os colonos franceses da Argélia ou os holandeses da Indonésia que nunca tinham visitado as respectivas metrópoles.⁶⁸ Será, contudo, pertinente que esta relação causa-efeito seja examinada conjuntamente com outros factores não quantificáveis, por o número de anos de permanência não pressupor necessariamente uma menor percepção de enraizamento nas sociedades coloniais.

Ser um migrante de primeira geração corresponde, de facto, a uma mais recente fixação em África, não significando forçosamente que fosse mantido um elo afectivo à metrópole ou que não existisse uma forte empatia com as sociedades de fixação. Aliás, é precisamente a identificação reclamada com África face ao desligamento afectivo da metrópole – no testemunho seguinte classificada como ‘a terra dos antepassados’ – que constituiu um dos pilares argumentativos à rejeição de ter-se regressado de livre vontade a Portugal, país com o qual era suposto estes migrantes de primeira geração manterem uma ligação estreita não só pelas práticas culturais comuns, mas pelo investimento das poupanças através da aquisição ou construção de imóveis rústicos e urbanos.

‘Retornados’ de quê? Acaso tu, nós, vós, eles, eu, regressámos por nossa livre vontade? Não fomos nós empurrados, sem dó nem piedade, em condições mais que desumanas para a terra de nossos antepassados? Quantos de nós apenas a conhecíamos através da história que estudámos enquanto crianças?⁶⁹

Neste sentido, o enraizamento destes migrantes em Angola e em Moçambique deverá não ser aferido ou mensurado exclusivamente pelos anos de permanência, mas ser também avaliado em função do distanciamento físico e emocional à metrópole, por um lado, e dos sentimentos de pertença e identificação com África, por outro. Parecendo lógico que uma permanência mais duradoura no ultramar tenderia a criar laços mais fortes com a sociedade colonial de fixação, este argumento perde consistência quando migrantes de primeira geração afirmam-se mais identificados com as colónias do que com a metrópole onde nasceram. Enquanto argumentos (emocionais e psicológicos) declarados pelos próprios deverão ser considerados numa análise mais ampla aos seus sentimentos de pertença espacial, em complementaridade à dimensão sociográfica e meramente quantitativa deste fenómeno.

Um outro aspecto sublinhado por Pena Pires merece atenção, por se relacionar com o sentimento de enraizamento nas colónias. Perante o processo descolonizador,

⁶⁸ Rui Pena Pires, «O regresso das colónias», *História da Expansão...*, 182-196, 183.

⁶⁹ Luísa Serra, Mem Martins, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

parte deste colectivo recusou vir para Portugal, partindo directamente para outros destinos. E cerca de 1/5 daqueles que desembarcaram em Portugal (5% oriundos de Angola e 15% de Moçambique) não ficaram em solo nacional, emigrando logo após a chegada, facto que poderá ter resultado de uma eventual experiência negativa de integração na metrópole ou, em certos casos, de uma inadaptação.

Tenham partido de África para outros países ou estado um curto período em solo metropolitano, em ambos os casos escolheram como destino países com características sociais e climáticas idênticas às das colónias. A procura de uma certa continuidade com o passado parece ter determinado a fixação na África do Sul, Brasil e Venezuela – países localizados no hemisfério Sul, de clima tropical e sociedades multiétnicas que foram outrora colónias. Terão sido aqueles que detinham menos laços a Portugal ou que sentiriam mais dificuldades de integração que recusaram ‘retornar’ ou permanecer. Alguns por discordância ideológica com a nova realidade política, outros motivados por aspirações de natureza económica ou perante a inexistência de referenciais significantes: não possuir na metrópole familiares próximos, não considerarem exequível reiniciar um projecto de vida ou ser indesejado um reingresso na comunidade de origem.

Oferecendo indiscutivelmente mais oportunidades de sucesso profissional, estes países possuíam uma estrutura socioeconómica idêntica às sociedades ultramarinas e eram territórios de imigração (ao contrário de Portugal) onde os europeus eram bem recebidos, podendo facilmente readquirir a anterior supremacia estatutária. Enquanto economias liberais caracterizavam-se pela protecção à iniciativa e propriedade privadas, mas também por uma enorme disformidade na distribuição da riqueza pela população, por grandes disparidades sociais e raciais entre autóctones e descendentes de europeus de várias nacionalidades, em sociedades escalonadas em função do poder económico, onde cabiam tanto ex-ultramarinos abastados como os não qualificados iletrados. É, neste sentido, que Pena Pires considera a procura de uma realidade que deixou de existir «um problema de identidade»: a forte identificação com o *habitus* colonial levou a que buscassem «um sistema social ancorado em códigos e regras mais semelhantes aos das sociedades de onde tiveram de partir».⁷⁰

Em meados de Maio de 1974, na reportagem feita em Luanda *Os colonos despertam de um longo sono*, o enviado especial do diário francês *Le Figaro* perguntou a um idoso se cria nos rumores que circulavam sobre uma retaliação dos africanos assim

⁷⁰ Pires, «O Regresso das Colónias», *História da Expansão...*, 182-196, 184.

que findasse o domínio colonial. Respondeu não ser relevante se eram ou não fundados porque seria uma questão de tempo até a tropa portuguesa partir, deixando os brancos sem protecção e à mercê dos ressentimentos dos negros gerados ao longo de décadas. Para o repórter, os jovens mostravam-se mais receptivos às mudanças que o processo de descolonização traria ao território, considerando ser uma evidência gritante que os portugueses de longa instalação e de mais idade eram quem manifestava maior incerteza e receio quanto ao futuro, por considerarem aquela a sua terra, não desejarem voltar a Portugal e não saberem para onde ir se não pudessem ficar em Angola.

Como em todas as descolonizações a figura mais dramática é o ‘pobre branco’ instalado em África há muito tempo. Ao perguntar a um se pensava partir, devolveu a questão: ‘E para onde hei-de eu ir? Talvez para o Brasil. E porque não para Portugal?’ Fez um ar surpreendido, sem responder. Esta reacção é característica do fosso existente entre a Província e a Metrópole. Muita desta gente não se sente portuguesa.⁷¹

Embora seja uma conclusão empírica, o trecho anterior contém elementos que a pesquisa documental comprova: os mais idosos revelavam maior inquietude em relação ao futuro; os remediados e os mais pobres seriam os mais lesados por uma saída forçada ou compulsiva do território; o Brasil era o destino preferido (provavelmente pelo clima tropical, a multi-racialidade e a língua lusófona), sendo a pátria da nacionalidade preterida por quem há muito a deixara, sem intenção de a ela regressar.

Descolonizar e permanecer

A ambivalência identitária de portugueses de África reclamada deve ser tida em consideração na avaliação das percepções identitárias, mas também na análise do descontentamento deste colectivo face à solução descolonizadora concretizada. Pese embora a participação política quase inexistente e o elevado grau de despolitização das sociedades portuguesas do Estado Novo (coloniais e metropolitana), esta população demonstrou no decurso da descolonização um fortíssimo antagonismo aos ideários ‘progressistas’ defendidos por grande parte dos decisores da metrópole. Facto que faz Pena Pires atribuir «a reduzida ou desastrada intervenção dos colonos na definição e gestão da fase de transição para a independência» em Angola e em Moçambique «ao carácter maioritariamente recente da fixação» destes migrantes.⁷²

⁷¹ Georges Dupoy, *Le Figaro*, 18.05.1974, SIPFA, Cx5946, ADN.

⁷² Pires, «O Regresso das Colónias», *História da Expansão...*, 184.

Os testemunhos não permitem aferir se a fraca participação de uns e a gorada acção revoltosa (tentada ou concretizada) de outros – que parece ter resultado mais de desunião e ausência de um sentido de comunidade do que a um alheamento propositado – foram protagonizadas por portugueses de fixação recente ou mais prolongada. Mas, em contrapartida, revelam as motivações que determinaram essas atitudes, nas quais o factor ‘permanência’ não é tão relevante quanto a experiência e as percepções que a partir dela foram formuladas. Como veremos no capítulo III.

Antes de abordar a oposição da generalidade dos portugueses das colónias na fase de transição ao modelo de descolonização, procure-se esboçar as soluções políticas para o ultramar cuja possibilidade era equacionada pelos evocadores. Conceptualize-se uma escala gradativa em cuja base encontramos as posições mais contrárias a qualquer cedência às pretensões dos nacionalistas e à transferência de poderes por via negocial. A rejeição de qualquer modelo independentista de inevitável despossessão territorial convergia com os argumentos da facção política e militar mais conservadora da metrópole, resumindo-se à ideia que as províncias não deveriam ser «voluntariamente abandonadas» por essa opção ditar o fim da vocação africana.⁷³

No segundo escalão poderemos incluir a defesa de um modelo federalista ou independentista mas intercomunitário (tipo *Commonwealth*), pressupondo ambos uma negociação com os futuros governantes africanos para a atribuição de um estatuto cívico especial aos portugueses radicados. Estes evocadores afirmam serem favoráveis a um processo de descolonização idêntico ao britânico, o que não pressupõe forçosamente a declaração unilateral de uma ‘independência branca’ similar à decretada em 1965 por Ian Smith na Rodésia (actual Zimbabué).

Convergindo com a tese spinolista, esta posição (mais resignada do que a anterior), reconhecia a inevitabilidade do fim do império, defendendo, porém, a manutenção dos laços existentes e a continuidade dos portugueses e das suas actividades económicas em África. Estas duas posições embora retrospectivamente irrealistas e extemporâneas – devido (como hoje se sabe) entre muitos outros factores, à aceitação tardia de uma negociação com os movimentos independentistas, aos rancores gerados pela guerra e à conjuntura internacional desfavorável às pretensões dos povos colonizadores – eram, ainda assim e à época, defendidas por alguns evocadores.

⁷³ M. Crawford Young, «Imperial Endings and Small States...», 101-125, 101, 120. A autora salienta a tenaz resistência em descolonizar territórios sobre os quais era exercida uma soberania possessiva

A via independentista sem uma ruptura total com os futuros Estados africanos, que preferencialmente permitisse a continuidade dos portugueses em África tentava conciliar a tradicional vocação atlântica da política externa portuguesa com a desejada via europeísta. Como assinala MacQueen, esta posição mais terceiro-mundista do que ocidental (que viria a ser defendida em 1975 pelo do *Grupo dos Nove* do MFA) ancorava-se na defesa de um papel charneira de Portugal nas relações Norte-Sul através de um relacionamento entre países lusófonos, mas soberanos e iguais entre si.

Embora com objectivos políticos profundamente dissonantes, a pretensão de Portugal manter um vínculo estreito aos novos Estados lusófonos (defendida no interior do MFA pelos militares progressistas) detinha certas afinidades com a visão spinolista, ao advogar a criação de uma comunidade ligada pela língua e por uma história comum, o que (segundo MacQueen) advém das duas posições dominantes (que se confrontaram logo após o golpe de Estado de 1974) terem a mesma origem: a instituição militar.⁷⁴

O novo posicionamento de Portugal no mundo ditado pela descolonização – mais europeísta que africano – é referido (em Outubro de 1975) por um evocador numa missiva em que, enumerando as várias designações atribuídas aos portugueses de África recém-chegados à metrópole (retornado, adido, refugiado, colonialista, fascista, reaccionário), considera que Portugal abandonou a sua solitária vocação africana para se integrar numa ordem mundial em que se digladiavam o bloco soviético e as velhas democracias ocidentais. Segundo escreve, com esta opção, os portugueses passaram de ‘orgulhosamente sós’ em África «a estar orgulhosamente acompanhados» pelas duas maiores superpotências da Guerra Fria, deixando de ser fascistas aos olhos da URSS por ter sido concedida «a liberdade aos povos oprimidos do nosso império», mas sendo olhados com «desconfiança» pelos EUA que pressionavam insistentemente Portugal a esclarecer se queria continuar a pertencer à NATO e a definir-se como alinhado pró-ocidental, caso quisesse receber «‘de esmola’ uns dólares».⁷⁵

Este testemunho constitui, no entanto, uma excepção. Os demais relatos alusivos às soluções possíveis para a questão colonial não evidenciam uma idêntica consciência crítica nem defendem uma fórmula definida que pudesse ser aplicada um cenário de independência a breve prazo. A generalidade dos evocadores revela simplesmente um desejo de maior autonomia em relação à metrópole, como refere um signatário que, considerando «desastrosa e desesperada a descolonização» realizada, acrescenta que,

⁷⁴ MacQueen, *A Descolonização...*, 262.

⁷⁵ Isaías Afonso, *O Retornado* n.º 4, 31.10.1975, 11.

«por lá, pelo Ultramar, tínhamos a nossa vida, desejávamos ser libertos das garras do Terreiro do Paço».⁷⁶ A opressão de Lisboa é, aliás, recorrentemente criticada (pela equiparação simbólica da metrópole a uma pátria ‘madrasta’, austera e controladora) e não constituía uma opinião isolada, pois muitos radicados «desejavam ardentemente conduzir os seus próprios destinos, sem interferências da metrópole».⁷⁷

Num terceiro patamar de opinião, a resignação a uma autodeterminação africana coexistia com a ideia (ingénua, mas genuinamente defendida) de uma independência em que houvesse lugar para todos, ou seja, em que os portugueses pudessem ficar. Como espelha (numa linguagem informal) um homem de Angola: «Estávamos nas tintas para que o Presidente fosse branco, preto ou mulato. Queríamos era paz. Chegar ao fim do mês ter o nosso e que ninguém nos chateasse».⁷⁸

É nesta categoria que se insere a opinião dos evocadores que não sabendo explicar que modelo de descolonização deveria ser empreendido, queriam ser escutados para que os seus interesses fossem minimamente garantidos, na medida em que muitos deles desejavam continuar a viver nos territórios independentes. Como declara um português nascido em 1947 em Angola ao afirmar que a independência «foi sempre desejada pela esmagadora maioria da população» desde que os «angolanos, naturais ou adoptivos, brancos (a segunda maior etnia de Angola)» fossem auscultados.⁷⁹

No quarto e último patamar concentram-se os segmentos ideológicos minoritários, situados nas extremidades do espectro político que ainda no período colonial ou, mais tarde, face à inevitabilidade da transferência de poderes se posicionaram. No quadrante mais à Direita houve os radicados que aderiram a forças partidárias brancas de ínfima expressividade ou a pequenos partidos africanos que preconizavam uma independência inclusiva dos brancos. No sector mais à Esquerda, os que se aproximaram ou se filiaram num movimento nacionalista africano, sobretudo após Abril de 1974. Ditados por diversas motivações, estes posicionamentos terão sido impulsionados por duas razões óbvias mas distintas: crer ser o movimento mais permissivo à defesa dos interesses dos portugueses radicados ou por identificação ideológica genuína.

De qualquer modo, antes da Revolução de Abril já existiam nas duas colónias agrupamentos de brancos favoráveis a uma independência ‘negra’ e portugueses que, na

⁷⁶ Isauro dos Santos, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 7.

⁷⁷ Castelo, *Passagens para África...*, 380.

⁷⁸ Sem nome, *O Retornado*, n.º33, 25.05.1976, 16-17.

⁷⁹ Rui Anjos, entrevista, *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975, 11.

clandestinidade, colaboravam com os activistas africanos. Compostos por oposicionistas ao regime de Salazar e Caetano – alguns deles fichados pela PIDE/DGS, que estando há mais tempo em África eram adultos ou séniores em 1975 – estes núcleos de intelectuais, profissionais liberais e assalariados atraíram também jovens descendentes de ‘velhos colonos’ que identificando-se com a causa, aderiram aos movimentos de libertação. Como refere um filho de portugueses da FRELIMO que, nascido nos anos 50 na Beira.

Existe uma falsa ideia de que a população branca da colónia de Moçambique, acomodada nos seus privilégios, alinhava toda ela pela ideologia e pelos princípios do regime. Como qualquer outra generalização também esta conheceu excepções. Sempre houve núcleos opositores aos governos de Salazar e de Caetano [...] O pequeno grupo da oposição da Beira era, na sua essência, composto por pacíficos intelectuais de esquerda [...] Eram favoráveis à independência e nunca esconderam essa opção. Alguns ajudaram materialmente militantes da FRELIMO na clandestinidade...⁸⁰

Parece ser neste contexto que se insere o comentário desalentado de um homem nascido em Moçambique em 1913 que, afirmando ser oposicionista ao regime deposto, se revela desgostoso pelo resultado de uma descolonização que não foi complacente para aqueles portugueses que, no ultramar, a tinham desejado.

Eu sempre desejei a independência [...] fui perseguido pela PIDE/DGS [...] tive que abandonar Moçambique que me viu nascer há 63 anos. Não fui ‘explorador’, mas pelo contrário, ‘explorado’ [...] Sempre fui contra toda a espécie de ditaduras. Contra os chefes carismáticos, tipo Hitler, Mussolini, Salazar e Samora Machel...Não sei como desabafar toda a angústia que tenho dentro de mim. Que descolonização tão mal feita!⁸¹

Aponte-se no excerto anterior tratar-se de um descendente de antigos migrantes que, reclamando-se opositor ao Estado Novo, manifesta igualmente o seu repúdio contra qualquer espécie de regime ditatorial ou de partido único. Argumento apontado por um outro radicado de Moçambique que, reagindo ao comunicado da Comissão Nacional de Descolonização por ter sido um processo «levado a cabo com pleno êxito em tão curto espaço de tempo», afirma que, tendo sido a aceitação da independência para os povos dos territórios coloniais «absolutamente justa, foi tragicamente concretizada».

⁸⁰ Fernando Amado Couto, *Moçambique 1974: O fim do império e o nascimento da nação*, (Alfragide: Caminho, 2011), 53-54.

⁸¹ João Cruz da Assunção Silva, Coimbra, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976, 3.

Promovendo a instalação em Moçambique de uma ditadura totalitária, de partido único. Um estado policial, autoritário e terrorista, em que os direitos do homem são desrespeitados a todas as horas. [...] À substituição do colonialismo português pelo imperialismo chinês convencionou-se dar o nome de independência.⁸²

A recusa em viver sob regimes de hegemonia partidária é um dos motivos mais referidos pelos evocadores de Moçambique que, embora legítima, poderá ser genuína, resultar de uma rejeição à matriz socialista/comunista da força política em causa ou ser uma forma de camuflar outro tipo de motivação: não se querer ser governado por negros e/ou pelo antigo ‘o inimigo’. Por conseguinte, as motivações alegadas poderão não ser as causas reais da acérrima oposição de alguns ultramarinos ao processo descolonizador, cuja celeridade foi impulsionada pelo processo revolucionário subsequente ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.⁸³

Enquanto desígnio do Movimento dos Capitães (formado em 1973), descolonizar foi primeiramente assumido na forma de auto-determinação por não ser consensual entre os seus membros o reconhecimento das independências africanas. Inscrito após o golpe militar no programa do MFA como prioridade acabaria por se tornar imperativo, respondendo, assim, às «pressões internacionais para que a descolonização portuguesa se fizesse o mais rapidamente possível».⁸⁴ Consagrado no final de Julho pela Lei 7/74 o direito à auto-determinação das províncias ultramarinos, no início de Agosto o Estado português assumiu perante a comunidade internacional o seu compromisso de conceder a curto prazo a independência a todas as províncias africanas sob sua administração.⁸⁵

As pretensões de Spínola de uma dilatação temporal do processo com a realização de consulta às populações de Angola e Moçambique foram suplantadas pela oposição férrea do MFA que procedeu a uma célere negociação com a FRELIMO, consumada com a assinatura do Acordo de Lusaca no dia 7 de Setembro de 1974. A derrota dos intentos do chefe de Estado relativamente a Angola contribuiria em grande parte para a sua resignação em 30 de Setembro de 1974. Estando o processo moçambicano definido, logo após a sua renúncia, o seu sucessor no cargo presidencial, Costa Gomes, acelerou o processo angolano, de modo a que as rondas negociais com os movimentos ficassem

⁸² Luís Vidal, Leiria, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 2.

⁸³ MacQueen, *A Descolonização...*, 255.

⁸⁴ José Medeiros Ferreira, «Após o 25 de Abril», José Tengarrinha, org., *História de Portugal* (S. Paulo: Editora EDUSC e UNESP, 2000), 340.

⁸⁵ O reconhecimento foi feito no final da visita a Lisboa do Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim.

concluídas até finais de Dezembro, nas quais foi acordado o modelo de transição que viria a ser consagrado no Acordo do Alvor em Janeiro de 1975.⁸⁶

Os meses decorridos entre o golpe de Estado e a assinatura dos acordos para as independências correspondem à primeira fase da transição, pautada por uma enorme indefinição política e um confronto declarado de posições políticas sobre o modelo de descolonização a seguir que, gerando muitas incertezas, criou nos portugueses das colónias uma expectativa inquietante. Durante o Verão de 1974, a insistência de Spínola na opção referendária e no prazo de 24 meses para a transferência da soberania em Angola, ainda que contrária à sensibilidade dominante nas forças partidárias e militares, acalentou as esperanças das populações brancas locais numa solução que lhes permitisse permanecer em África.⁸⁷

As atitudes e percepções deste colectivo durante esta fase devem ser entendidas à luz das premissas já enunciadas, às quais se somaram as rivalidades pré-existentes entre os radicados e as FAP a divergência de interesses em causa: se os militares pretendiam retirar rapidamente e em força na concretização do reclamado e muito ansiado regresso a casa, onde tinham o ‘coração’.⁸⁸ Os civis das colónias queriam que ficassem de modo a garantirem a protecção de pessoas e bens. Não foi, porém, o único choque verificado: a identificação dos militares portugueses com os ideários nacionalistas viria a adensar a hostilidade existente, numa incompatibilidade mútua entre duas concepções ideológicas, sociais e políticas que, além de antagónicas, eram inconciliáveis.

Não tendo os oficiais das FAP (salvo raras excepções) expressado antes do golpe militar «qualquer posição ética inequívoca contra o colonialismo» ou de contestação à guerra colonial, MacQueen infere que a identificação dos militares portugueses com o ideário «afro-marxista» foi mais ditada por um sentido de oportunidade do que por uma convicção genuína, embora tenha sido amplamente reclamada e brandida pelo MFA, ao ponto de se declarar ‘o quarto movimento de libertação’ em Angola.⁸⁹

Segundo o autor, «a noção de ‘contágio revolucionário’ entre marxistas africanos e soldados portugueses» serviu de cobertura ao radicalismo assumido pelos militares nacionais, sendo conveniente a ambas as partes. Desta forma, as FAP passaram a ter um

⁸⁶ Sobre o confronto de perspectivas sobre Angola ver Marques, *Segredos...*, 43-168.

⁸⁷ Pinto, «A guerra colonial...», *História da Expansão...*, 88.

⁸⁸ Sobre as razões evocadas pelos soldados estacionados em Angola para regressar à metrópole, ver Marques, *Segredos...*, 128-132.

⁸⁹ Declaração de Rosa Coutinho em Novembro de 1974. *Descolonização Portuguesa, aproximação a um estudo*, vol.2, (Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1982), 78.

argumento válido para justificarem «a retirada de África não como derrota, mas como participação num projecto revolucionário» e os movimentos africanos puderam proclamar uma vitória política e a superioridade ideológica da sua causa. Referindo ainda terem sido muitos os militares portugueses que «assumiram esta nova imagem de vanguarda revolucionária com entusiasmo», conciliando um pragmático instinto de conservação com um desejo de heroicidade.⁹⁰

A identificação da maioria dos militares do MFA com a causa nacionalista africana e o desejo de pôr fim imediato à guerra – comungado pela generalidade dos jovens da metrópole e celebrizado pelo *slogan* do MRPP gritado nas ruas de Lisboa: «nem mais um soldado para as colónias – acelerou o processo de descolonização (impulsionando-o nos momentos críticos do período revolucionário) acirrou o confronto entre 2 modelos políticos preconizados e repercutiu-se no antagonismo dos portugueses de África aos poderes emergentes da Revolução que se opunham à pretensão spinolista, a única que defendia claramente a continuidade dos portugueses e a sua participação em futuros órgãos parlamentares dos Estados africanos independentes.

Esta visão colidia com os propósitos dos novos governantes da metrópole de uma transferência de poderes directa para os dirigentes nacionalistas que, para além de ser consentânea com o direito internacional, era entendida como a única solução que poria um fim imediato à guerra. Para Melo Antunes a ideia do grupo de militares ao qual pertencia e que tinha «uma visão estratégica» chocava absolutamente com a perspectiva «anacrónica» de Spínola sobre a questão colonial, ao considerar que após mais de uma década de conflito armado (e de muitos ressentimentos e ódios) ainda seria possível negociar a criação de uma federação de países de expressão portuguesa que vinculasse as antigas colónias a Portugal.⁹¹

Como o confronto se arrastou até finais de Setembro de 1974, nos primeiros meses após o golpe parte da população radicada acalentou a esperança de que vingasse o modelo descolonizador mais consentâneo com os seus interesses – o defendido pelo chefe de Estado. Esperanças alimentadas pelos discursos presidenciais. Na posse do I Governo Provisório (em 16 de Maio de 1974) Spínola declarou que «as vidas e os bens das minorias» residentes nas colónias seriam «não só acautelados como objecto de

⁹⁰ MacQueen, *A Descolonização*, 253-255.

⁹¹ Ernesto Melo Antunes, «A Descolonização Portuguesa», João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: O regresso das caravelas*, (Alfragide: Oficina do Livro, 2009), 15.

constante e fundamental preocupação».⁹² Em Junho referira que todos os que chamavam «a África a sua terra» deveriam ser auscultados em referendo: não seriam abandonados porque, como afirmou, uma «independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos».⁹³ Costa Gomes também o disse: caberia às populações das colónias «decidir pelo voto as vias da autodeterminação».⁹⁴ Considerando, por sua vez, o então primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos, que «o reconhecimento imediato da independência do Ultramar seria a negação do próprio MFA».⁹⁵

Enquanto altos dignitários militares respeitados pelo regime anterior que tinham assumido a condução do novo ciclo político em Portugal, os generais Spínola e Costa Gomes eram vistos pelas populações ultramarinas como garantes de uma transição suave, acreditando que estes antigos comandantes militares no ultramar não tinham combatido os ‘guerrilheiros’ escassos anos antes para, de repente, numa inversão de posições (que consideravam impensável), os defraudarem. A confiança depositada nos 2 generais não os fez equacionar que os acontecimentos poderiam precipitar-se ou que uma garantia verbalizada num dado momento ainda seria válida no dia seguinte. Assim como durante décadas tinham acreditado nas palavras de Salazar e de Caetano, continuavam convictos de que estes chefes da hierarquia militar seriam capazes de obstaculizar as pretensões dos restantes oficiais do MFA.

Uma convicção consolidada depois das declarações do então CEMGFA na visita-relâmpago que efectuou na segunda semana de Maio de 1974 a Angola e Moçambique. Nessa curta estada, Costa Gomes tranquilizou os radicados para que não receassem o futuro porque as suas vidas e bens seriam protegidos, o que foi entendido como uma resposta favorável às suas aspirações. Como afirma um evocador: «foi-nos solenemente prometido [...] pelo actual Presidente da República [...] que seriam salvaguardadas as vidas, bens e permanência de todos os cidadãos fixados no ultramar e que ele era o garante dessas afirmações».⁹⁶

Para uma simpatizante da FICO – agrupamento político maioritariamente composto por brancos e cuja sigla indiciava o seu propósito⁹⁷ – se em Portugal havia «euforia, nas colónias vivia-se com o pavor do amanhã que chegou rapidamente».

⁹² *Diário de Luanda*, 18.05.1974, 1.

⁹³ *Diário de Luanda*, 11.06.1974, 1.

⁹⁴ *Diário de Luanda*, 29.06.1974, 2.

⁹⁵ *Diário de Luanda*, 26.06.1974, 1-2.

⁹⁶ Arnaldo Ferreira, *O Retornado* n.º 35, 08.06.1976, 20.

⁹⁷ O acrónimo FICO levou os apoiantes nacionalistas a alcunhá-lo de CAVO numa equivalência inversa.

Acreditara num «processo elegante de autodeterminação antes da independência a longo prazo» – como Costa Gomes dissera em Angola, onde não teria ido «fazer promessas vãs». Estavam felizes por participar «num movimento generoso» que se dispunha a tornar as colónias independentes, mas ao receber um telefonema de um familiar da metrópole perceberam que teriam de sair quanto antes de Moçambique.⁹⁸

Durante a visita às duas colónias, Costa Gomes não só dissera que a autodeterminação seria precedida de um referendo, como afirmara que as negociações só teriam lugar se os movimentos africanos declarassem um cessar-fogo imediato, depusessem as armas e se convertessem em partidos desmilitarizados, tornando-se parceiros negociais, em igualdade de circunstâncias com outros grupos políticos.⁹⁹ No entanto, já em Lisboa, o General confessou duvidar seriamente que os nacionalistas aceitassem fazer um cessar-fogo imediato, questionando se seria realista crer que «profissionais da agressão subversiva» trocariam subitamente a luta armada pelo diálogo.¹⁰⁰ Uma «dúvida inquietante» (como a definiu) que parecia ser partilhada pelos bispos de Angola, os quais – conhecendo a realidade colonial e (admita-se) antevendo que o cessar-fogo não seria célere nem a transição absolutamente pacífica –, apelaram em meados de Maio de 1974, a que «esquecendo e perdoando agravos de parte a parte», portugueses e africanos aceitassem encetar um «diálogo sério e construtivo».¹⁰¹

Os primeiros sentimentos de traição

Dadas as apreensões das autoridades nacionais sobre a eclosão de tumultos raciais e ideológicos nas duas colónias, a censura na comunicação social não foi extinta como sucedera na metrópole, mas substituída pela submissão da matéria noticiosa a exame prévio por uma comissão *ad-hoc* composta por oficiais dos 3 ramos das FAP.¹⁰² Uma medida justificada por Costa Gomes para não «se correr o risco de traumatizar espíritos com notícias falsas ou meias verdades».¹⁰³ A triagem informativa pretendia evitar que os nacionalistas africanos tivessem conhecimento e se rebelassem contra a via referendária proposta por Spínola em alternativa à independência, mas também a tranquilizar os radicados que, embora expectantes, mostravam-se sobressaltados.

⁹⁸ Regina de Sousa, crónica, *O Retornado* n.º 25, 27.03.1976.

⁹⁹ MacQueen, *A Descolonização...*, 164. Declarações de Costa Gomes ao Diário de Notícias, 07.05.1974.

¹⁰⁰ *Diário de Luanda*, 06.05.1974, 1, 15.

¹⁰¹ *Diário de Luanda*, 11.05.1974, 1.

¹⁰² Ian Mills, *Reuter*, 05.05.1974, SIPFA, Cx5946, ADN.

¹⁰³ *Diário de Luanda*, 06.05.1974, 12.

Revelando-se inexequível a criação de uma comunidade lusíada advogada por Spínola em *Portugal e o Futuro* em Fevereiro de 1974 – após a publicação da Lei de 7/74 e, sobretudo, após a concessão da independência da Guiné pelo Acordo de Argel de 26 de Agosto desse mesmo ano –, a esperança dos portugueses radicados centrava-se na realização de eleições prévias às quais pudessem concorrer todas as forças políticas. O surgimento após Abril de 1974 de cerca de duas dezenas de forças políticas tanto em Angola como em Moçambique – umas maioritariamente constituídas por europeus, outras por dirigentes africanos dissidentes dos movimentos armados, em que militavam alguns brancos – crendo que realizando-se um sufrágio poderiam, através desses partidos, eleger representantes que estivessem presentes à mesa das negociações e que tomassem assento numa futura assembleia parlamentar.

Em Agosto de 1974, atendendo ao célere ritmo das negociações com a FRELIMO em Moçambique, esta pretensão só poderia realizar-se em Angola. Com uma população de quase 6 milhões de habitantes, para as eleições de 1973 recensearam-se quase 628 000 indivíduos, «quase o dobro da minoria branca» que era constituída por cerca de 330 000 residentes. Estando o direito de voto vedado a menores de 21 anos, analfabetos e à maior parte das mulheres, votariam provavelmente 200 000 eleitores brancos, ou seja um terço dos inscritos. Como refere Fernando Tavares Pimenta, os eleitores negros e mestiços eram majoritários.¹⁰⁴ Os angolanos recenseados constituíam, porém, uma diminuta minoria face aos milhões de cidadãos africanos não-inscritos. Acresce que, os chamados ‘assimilados’ (autóctones citadinos) não poderiam representar a vontade da generalidade dos angolanos e o seu voto tenderia muito provavelmente a privilegiar o movimento político representativo da sua etnia interna ou até pequenos partidos formados pós-25 de Abril de 1974.

No entendimento do MFA, dos ministros ligados ao processo de descolonização e dos partidos da metrópole mais à Esquerda deveria ser realizada uma negociação directa com os movimentos nacionalistas armados, sem recurso a qualquer sufrágio eleitoral. A pretexto de não haver uma tradição democrática nas colónias e de as populações africanas não estarem preparadas para votar em consciência e o seu voto poder resultar de pressões políticas ou de ‘instruções’ clericais, argumento que foi, aliás, evocado pela ala mais radical do MFA em Portugal quando apelou ao voto em branco nas eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1975. Como refere este autor, a

¹⁰⁴ Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, (Porto: Afrontamento, 2010), 126.

tendência MFA/Costa Gomes «considerava que a guerra tinha dado às guerrilhas uma espécie de legitimidade revolucionária que não era compartilhada por quaisquer outros movimentos políticos coloniais».¹⁰⁵ De facto, assim era. Segundo Melo Antunes, por ter sido essa a condição imposta pelos nacionalistas para aceitarem o cessar-fogo.¹⁰⁶

Parte da população radicada pensou que seria ouvida até à véspera das assinaturas dos acordos, quando a sua exclusão das negociações se revelou um facto consumado. Para os radicados em Moçambique – tendo as negociações sigilosas com os dirigentes da FRELIMO decorrido em poucos dias entre Julho e Agosto de 1974 na Tanzânia –, a esperança ruiu no início de Setembro. Como reconheceu o Alto-Comissário, Vítor Crespo: «a solução de Lusaca constituiu a certidão de óbito» das aspirações de muitos radicados, ao excluir do Governo de Transição todas as forças partidárias à excepção da liderada por Samora Machel, pondo fim à pretensão spinolista de criar um regime moçambicano de livre partidarismo, no qual coexistissem soluções políticas pluralistas.

Esta solução, realista e politicamente certa, dava um golpe de misericórdia na ambição de determinados movimentos emancipalistas moçambicanos de participarem de direito na soberania de Moçambique. [...] esses outros movimentos que não a FRELIMO não tinham qualquer implantação local, aglutinavam um número reduzidíssimo de militantes, estavam comprometidos com a situação colonial e apenas subsistiam pelo apoio público que o general Spínola dava à constituição de soluções políticas para as colónias, obrigatoriamente pluralistas. Era esse autorizado apoio que os legitimava e que constituía o breviário das suas ilusões.¹⁰⁷

A existência de «soluções políticas obrigatoriamente pluralistas» era pretendida pela generalidade dos radicados. Esta pluralidade de escolha nas urnas não coincida apenas com o modelo de democratização que os novos governantes garantiam querer implantar em Portugal como aparentava ser a única forma das minorias partidárias e étnicas não serem ilegalizadas e remetidas para a clandestinidade, perseguidas ou silenciadas definitivamente, como sucedeu a líderes partidários que eram dissidentes da FRELIMO e a portugueses que participaram activamente na revolta de 7 de Setembro em Moçambique ou que nos 2 territórios integraram a administração colonial.

O modelo de transferência de poderes em Moçambique ditou o futuro de Angola ao ser decalcado como guião para as negociações com os nacionalistas angolanos que se

¹⁰⁵ Pimenta, *Portugal e o Século XX...*, 139.

¹⁰⁶ Antunes, «A Descolonização Portuguesa...», 16.

¹⁰⁷ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974, Doc.1, 16. FPVC, CD25A-UC.

verificaram nos meses seguintes. O precedente aberto com o Acordo de Lusaca permitiu aos líderes emancipalistas exigir que fosse respeitada em Angola a exclusão do processo negocial de todas as forças partidárias que não fossem os 3 movimentos de libertação. Como já tinha aceiteado em Lusaca, Portugal também não objectou que no Acordo do Alvor fosse incluída a admissibilidade de punição a cidadãos (brancos e negros) que, no entendimento dos governantes africanos, tivessem de algum modo colaborado, feito parte da administração civil ou das forças militares e de segurança no tempo colonial.

Inscritas num anexo-secreto à margem do texto oficial do Alvor, estas premissas consistiam na possibilidade dos que fossem arbitrariamente considerados ‘cúmplices’ ou ‘colaboracionistas’ do sistema colonial não serem perdoados pelo seu passado, caso em que não teriam direito ao seu património, podendo não beneficiar da «clemência» do futuro governo angolano cuja aplicação não era obrigatória. Mantendo-se o teor deste anexo secreto na sequência do ‘pacto de silêncio’ acordado entre todos os subscritores (a comitiva portuguesa e as delegações nacionalistas) na última reunião antes da assinatura do convénio, o MNE, Mário Soares, afirmou ter sido assinado em Lusaca um documento de igual teor que também permanecera sigiloso.¹⁰⁸

Podendo esta concessão resultar de uma confiança absoluta dos negociadores portugueses na razoabilidade dos futuros governantes africanos, revelou-se, porém, tremendamente permissiva a actos abusivos posteriores na forma de detenções sem culpa formada, prisões prolongadas de clara violação a direitos humanos elementares e envios para campos de reeducação (de doutrinação ideológica e trabalhos forçados) quando não a assassinatos sumários em Angola e em Moçambique, tanto na fase de transição como após as independências.

A delegação de poderes na FRELIMO em vez de soluções políticas pluralistas é interpretada no testemunho seguinte como uma cedência ao antigo inimigo, determinada pela premência de pôr termo à guerra, mas que desrespeitou os princípios democráticos que os intervenientes militares e políticos no processo defendiam para Portugal.

O que foi o acordo de Lusaca? Apenas isto: pessoas que foram de Portugal encontrar-se na Zâmbia, com pessoas idas da Tanzânia, discutir acerca do futuro de Moçambique! Os Moçambicanos não foram ouvidos, resolveram tudo nas suas costas. E Portugal entregou o controlo de Moçambique a um dos grupos terroristas que actuavam no Norte do território. [...] O que as novas autoridades portuguesas queriam acima de tudo era acabar com a guerra. A qualquer preço. De qualquer forma. Levianamente. De

¹⁰⁸ Marques, *Segredos da Descolonização...*, 201-211.

forma a agradarem aos seus novos parceiros políticos. Escolheram o caminho mais fácil, e o mais degradante também: a entrega pura e simples dos moçambicanos aos seus carrascos de uma década. Em contradição com a democracia que diziam defender em Portugal.¹⁰⁹

Melo Antunes refutou, anos mais tarde, que a solução de delegação de poderes na FRELIMO tivesse sido adoptada por se afigurar a mais fácil ou ser a única possível, como se não existisse alternativa, contra-argumentando que foi a desejada e pretendida, refutando, deste modo, justificações desculpabilizantes de impreparação política ou de excesso de boa-fé por parte dos negociadores nacionais que chefiou: «Nós seguimos uma determinada via, não por ingenuidade ou por pensarmos que era a via mais fácil, mas porque correspondia a um pensamento estratégico. Por isso, não foi aquilo que foi possível fazer. Foi aquilo que deveria ser feito».¹¹⁰ Não foi, por conseguinte, uma forma de agradar aos parceiros políticos: o modelo de descolonização resultou da sintonia de pensamento estratégico entre os movimentos nacionalistas e os decisores portugueses.

Em Angola só em finais de Dezembro de 1974 (já no exercício presidencial de Costa Gomes) foi oficialmente divulgado que nenhuma delegação representativa dos portugueses das colónias participaria nas reuniões do Alvor.¹¹¹ O seu afastamento do processo negocial e a não realização de um sufrágio foram factores determinantes para a formulação da ideia de o Estado português os ter deliberadamente ignorado, ajudando também à convicção que, dada a eclosão da guerra civil nos meses que antecederam a independência, a descolonização angolana se revelou «um autêntico fracasso».¹¹²

Estas duas convicções – a marginalização a que foram votados pelos poderes instituídos após a Revolução em Portugal e o insucesso da descolonização – serviram para fundamentar a sua inculpabilidade no resultado de um processo que não desejaram, não protagonizaram nem apoiaram, para responsabilizar os responsáveis políticos e militares pelo êxodo. Como diz um evocador: não foram «os retornados ou refugiados culpados da má política que os levou a esta situação e que nem tão serviram de intermediários nas negociações dos territórios».¹¹³ A mesma desculpabilização que refere um homem ao escrever ao departamento de emigração da embaixada canadiana.

¹⁰⁹ Luís Vidal, Leiria, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 2.

¹¹⁰ Antunes, «A Descolonização Portuguesa», 19.

¹¹¹ Marques, *Segredos ...*, 164-168.

¹¹² Arthur Ligne, director de *O Retornado* n.º 1, 10.10.1975, 3.

¹¹³ José Augusto Aires, Lisboa, *O Retornado* n.º 18, 06.02.1976, 2.

Os refugiados ultramarinos que estão nesta situação desprestigiante, deprimente e de que todos nós nos envergonhamos, sem culpa alguma de a ela termos chegado, sem em nada termos contribuído para ela e sem nunca ter sido ouvida a nossa opinião quanto à descolonização nem escutada a nossa razão.¹¹⁴

A sua exclusão de todo o processo é um queixume recorrente nos testemunhos por os evocadores entenderem ter sido concebida e concretizada uma descolonização à revelia das populações radicadas. No caso de Angola, ‘a régua e esquadro’, seguindo o padrão usado em Moçambique sem se ter atendido à conflitualidade existente entre as diferentes etnias angolanas, cuja coabitação no período colonial já não era pacífica. Nesta perspectiva, um evocador afirma que «a descolonização de Angola foi conduzida com total desconhecimento das realidades e completo desprezo pelos deveres» de zelo e protecção que o Estado português deveria ter garantido às centenas de milhares de portugueses que lá viviam, absolutamente convictos de que «estavam em território português». Considerando que a esta atitude negligente se somou «a preocupação da subordinação a figurinos e orientações políticas ditadas de fora».¹¹⁵

A não auscultação às populações e a exclusão de representantes dos radicados das negociações acentuou o sentimento de Portugal os ter ‘amordaçado’, por além de não terem sido consultados, os ter impossibilitado de defenderem os seus interesses antes das independências, atitude que foi interpretada como uma cedência injustificável aos nacionalistas e um acto de traição e de abandono por parte do Estado português:

A descolonização do Ultramar – províncias ou colónias, como queiram, já que os significados das palavras foram deturpados – foi feita nas costas das respectivas populações: europeias e africanas. O que se chama a este acto praticado pelos responsáveis da governação? Quem são os traidores? Nós, refugiados sabemos-lo.¹¹⁶

Quando da descolonização fomos considerados uma massa amorfa. Marginalizados, como se tivéssemos cometido graves delitos! Não admitiam sequer ouvir a nossa opinião, nem um alvitre, nem um conselho! Onde estava então a tão apregoada democracia dos heróis do 25 de Abril?¹¹⁷

¹¹⁴ Arnaldo Ferreira, *O Retornado* n.º 35, 08.06.1976, 21.

¹¹⁵ Entrevista a António Pires, *O Retornado* n.º 10, 12.12.75, 7.

¹¹⁶ Sem nome, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 2.

¹¹⁷ Luísa Serra, Mem Martins, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

No entanto, nem todos os radicados se sentiram ignorados ou ultrajados. Alguns acreditaram que as suas pretensões foram defendidas e ficaram consagradas nos protocolos, as quais, grosso modo, se resumiam à permanência nos territórios (uma das possibilidades consistia na obtenção da dupla nacionalidade) e à manutenção dos bens adquiridos. Um dos evocadores refere, aliás, a sua convicção de que tudo quanto Costa Gomes prometera na sua visita a Angola e a Moçambique ficara «assente e consignado» no Alvor, afirmando, porém, não entender porque posteriormente os signatários dos acordos (governantes e estadistas) consentiram numa «descolonização que atraíu tudo quanto» lhes tinha sido garantido.¹¹⁸

No mesmo sentido, um evocador nega que todos os portugueses tivessem ganhado com a descolonização, como (segundo refere) Melo Antunes afirmou em Julho de 1975 ao demitir-se do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Porque os portugueses que vivia em África em nada beneficiaram e ainda foram traídos.

Qual o lucro dos que tiveram de abandonar tudo no Ultramar? [...] Somos forçados democraticamente a ouvir tão afrontosas palavras [...] Nunca poderemos concordar com a forma como foram traídos os milhões de brancos, negros e mestiços que constituíram durante cinco séculos parte integrante de Portugal.¹¹⁹

A imputação de responsabilidades aos decisores nacionais pela partida (e por outras «consequências negativas» do processo de descolonização) é uma constante nas narrativas do êxodo. Este ónus foi, contudo, refutado pelos responsáveis políticos e militares que publicamente o atribuíram aos dirigentes nacionalistas, como o fez Melo Antunes: «neste caso, penso que a principal responsabilidade coube aos movimentos de libertação. Porque contrariamente à letra e ao espírito dos acordos gerou-se um clima de total repúdio da permanência dos portugueses, um clima muitas vezes de perseguição, de insegurança, de tal modo intolerável, que culminou em pânico generalizado».¹²⁰

O sentimento de traição reclamado – que não se deve apenas do seu banimento do processo político, mas de outros motivos que serão abordados nos capítulos seguintes – corresponde a uma emoção discursivamente exteriorizada após a chegada a Portugal, mas que foi construída ainda nas colónias. Não deriva, por isso, exclusivamente de receios infundados ou de projecções negativas, mas de um julgamento valorativo aos

¹¹⁸ Arnaldo Ferreira, *O Retornado* n.º 35, 08.06.1976, 21.

¹¹⁹ J. de Sousa Santos, *O Retornado* n.º 43, 03.08.1976.

¹²⁰ Antunes, «A Descolonização Portuguesa», 19-20.

acontecimentos anteriores e posteriores à assinatura dos acordos e formulado durante o período de transição para as independências.

O primeiro episódio em que o sentimento de traição foi publicamente manifestado pelos radicados ocorreu em finais de Maio de 1974, no último dia da visita do ministro Almeida Santos a Angola, quando centenas de simpatizantes do MPLA reunidos no Congresso Angolano em Luanda se concentraram de seguida no Largo fronteiro ao Palácio do Governo, exigindo o reconhecimento imediato da independência por Lisboa. O governante português e o futuro ministro da Justiça, Diógenes Boavida falaram da janela aos manifestantes que, descontentes com o que entenderam ser palavras dúbias de um ‘não-compromisso’, no caminho de volta aos bairros periféricos, deixaram um rasto de destruição: «algumas montras partidas, carros amolgados, taxistas agredidos», tendo sido dispersados por forças de segurança.¹²¹ Indignados com o sucedido, centenas de brancos dirigiram-se ao mesmo Largo, insultaram o ministro português por não aparecer à janela e forçaram os portões em protesto pelos actos de vandalismo. Almeida Santos saiu do edifício sob escolta, sob alguns aplausos, mas sobretudo «apupos, assobios e frases de exaltação».¹²²

Baseando-se a «lealdade nacional» em emoções construídas por juízos de valor, crenças e representações partilhadas acerca da nacionalidade que se espelham na apreciação moral de cada acontecimento, esta afigura-se ter sido a primeira atitude de pretensa ‘deslealdade’, por não lhes ter sido concedida a mesma atenção prestada aos manifestantes nacionalistas. O 7 de Setembro em Lourenço Marques viria a constituir a expressão máxima de revolta colectiva contra esta ‘deslealdade’ sentida pelos radicados naquela cidade, como veremos no capítulo seguinte.

Tratando-se de discursos de memória histórica (ainda que recente), os relatos alusivos ao êxodo decompõem-se em narrativas de legitimação¹ ao direito de pertença e de posse no ultramar e de não-discriminação na metrópole; de desculpabilização² sobre as consequências imediatas do processo de descolonização; de acusação³ a indivíduos, decisões e acontecimentos que responsabilizam pelo seu destino que, por sua vez, estão interligados a relatos judicativos⁴ – que emitem juízos com intenção de julgar e condenar algo ou alguém por uma alegada prática que foi de, algum modo, nociva para o evocador.

¹²¹ Marques, *Segredos...*, 28.

¹²² *Diário de Luanda*, 27.05. 1974, 2.

Nos 4 tópicos da construção memorialista da descolonização apontados por Mário Machaqueiro, 2 inserem-se nas perspectivas dos decisores institucionais – a ‘exemplar’ (de legitimação) e a ‘possível’ (de desculpabilização) – em contraposição às reclamadas pelos civis radicados: de mágoa pela perda e a de essência acusatória que qualifica a descolonização como acto de abandono das populações e de entrega dos territórios – por vezes referida como ‘venda’ por pressupor o recebimento de uma contrapartida –, sentida como traição e/ou deslealdade que suscitou a formulação de ressentimentos (de maior ou menor duração) em quem se sentiu lesado pela descolonização.¹²³

O facto de se agregar a memória da descolonização em 4 tópicos retóricos permite destrinçar as motivações subjacentes a cada um deles. Os motivos reclamados pelos radicados deverão ser entendidos, atendendo a um quadro mental pré-existente que, com a descolonização, se confrontou com um ideário e um modelo societal que além de representarem uma ameaça ao seu modo de vida de sempre, na prática, se traduziam na instauração de regimes que iriam abolir a propriedade privada, impor uma economia estatizada, a laicização do Estado e do ensino e a africanização de todos os sistemas de poder.

Se a instauração de um novo regime foi desejada e celebrada pela grande maioria da população portuguesa, não deixou de causar (na fase de confrontação ideológica que marcou o PREC) receios em muitos cidadãos por desconhecerem o resultado prático das intenções revolucionárias e a linha de actuação futura resultante das sucessivas alianças e cisões verificadas entre as forças partidárias concorrentes. Com a ruptura dos cânones vigentes e a proclamação de um novo regime cuja premissa-base era a liberdade, as massas puderam manifestar o seu posicionamento: de adesão, de dúvida e suspeição ou mesmo de rejeição. Muitos portugueses das colónias terão passados por estes 3 estados psicológicos após consciencializarem que a descolonização (prioridade do novo regime) preconizava a perda inevitável de direitos adquiridos, suscitando a desconfiança nas decisões ‘impostas de cima’ e também a demarcação ou oposição frontal ao paradigma político, económico e social que se esboçava.

Por conseguinte, as percepções e atitudes de muitos radicados face ao processo de descolonização devem ser interpretadas e entendidas de acordo com as suas concepções ideológicas. O anti-comunismo primário e aversão ao bloco soviético propalados pelo Estado Novo e a desconfiança que o regime deposto manifestava em relação aos EUA e

¹²³ Machaqueiro, «Memórias em conflito...», 233-234.

às novas democracias europeias pós-1945 devido às pressões para que descolonizasse – sintetizada pela expressão ‘orgulhosamente sós’ no mundo – teriam sido certamente assimilados por muitos portugueses das colónias.

A obstinação de Portugal em não abdicar do domínio colonial ditou o seu isolamento internacional, sendo justificado pela ideologia nacionalista do regime cessante como um mal necessário para a nação se manter territorialmente indivisível. Tal doutrina foi posta em causa com as mudanças radicais preconizadas pelas forças de Esquerda da transição democrática (socialistas, marxistas, maoístas) que, apesar de ideologicamente distintas, foram muitas vezes indistintamente associadas a dirigentes e a partidos políticos que genericamente se intitulavam como ‘progressistas’.

Para os portugueses de África arreigados a um nacionalismo que pressupunha o dever de honra, lealdade e obediência aos valores e símbolos pátrios, algumas mudanças previsíveis e naturais como a deposição de monumentos ou o arreamento da bandeira nacional dos edifícios públicos, afigurava-se algo impensável. No entanto, existisse ou não uma conformidade ideológica com o regime deposto, o desconcerto mental destas populações deveu-se à inversão repentina na ordem natural das coisas: o ‘terrorista’ que combatera a presença portuguesa em África e fora durante décadas o inimigo passou subitamente a ser congratulado pelos novos decisores da metrópole como amigo e velho camarada de luta contra a opressão fascista e colonialista. O reconhecimento da legitimidade da sua causa pressupunha que os portugueses radicados em África teriam de aceitar e de se adaptar à nova realidade ou partir para outros destinos, por se encontrarem indevidamente numa terra que já não lhes pertencia e que agora lhes diziam nunca ter sido sua.

Todo este quadro mental deverá ser considerado na incompreensão manifestada pelos evocadores relativamente à identificação, solidariedade e colaboração de decisores nacionais com as aspirações dos líderes nacionalistas. A sintonia existente entre os novos governantes e o anterior inimigo (que se traduziu muitas vezes em acções concretas de apoio aos movimentos africanos durante a fase da transição) foi censurada por muitos radicados, reflectindo-se em discursos judicativos e acusatórios dirigidos a militares e políticos considerados ‘heróis’ de Abril, assim transformados nos principais alvos da sua indignação. Como ilustra o seguinte desabafo: «Maldita descolonização,

que julgados sejam todos aqueles que contribuíram para a exemplar descolonização e que infelizmente para nós, alguns fazem parte do actual Governo».¹²⁴

Se na metrópole a conflitualidade social e política se acentuou no início de 1975 com a dissensão entre o PS e o PCP suscitada pela questão da unicidade sindical, nas duas colónias em análise nesta tese a convulsão revolucionária verificou-se no Verão de 1974 (marcada por greves, paralisações e focos de violência) que culminaria em finais de Julho no anúncio de reconhecimento do direito às independências, coincidindo com a exoneração dos últimos governadores-gerais: Silvino Silvério Marques (Angola) e Vasco Soares de Melo (Moçambique). Nomeados em 11 de Junho de 1974, estiveram cerca de um mês em funções. Silvério Marques foi substituído pelo presidente da Junta Governativa de Angola (JGA), Rosa Coutinho e a Soares de Melo sucedeu Ferro Ribeiro cujo consulado findou em Setembro, com a posse de Vítor Crespo como Alto-Comissário em Moçambique. A nomeação destes 2 graduados da Armada desagradou, contudo, a muitos portugueses das colónias, por os indigitados serem membros do MFA e apologistas da delegação directa de poderes nos movimentos independentistas.¹²⁵

Apesar das especificidades da transição em cada território (abordadas no capítulo seguinte) ocorreram em ambos situações análogas – confrontos raciais, assassinatos e saques, recolha de armas, manifestações de protesto, greves – que, afectando de modo idêntico a população branca, produziram representações discursivas semelhantes.

Na generalidade dos casos, as emoções mais destrutivas de desdém, revolta e rancor apenas foram discursivamente e retrospectivamente exteriorizadas. Ocorreram, porém, acções colectivas de desagrado profundo – tanto em protestos ruidosos mas inconsequentes como em manobras (improvisadas e premeditadas) congeminações com militares, dirigentes civis e políticos locais ‘contra-revolucionários’, nomeadamente em Moçambique. Abortada no consulado de Rosa Coutinho a pretensão de travar a transferência de poderes para o MPLA em Angola – tentada por um reduzido grupo militar conluiado com uma facção partidária de extrema-direita, mas sem apoio popular – Lourenço Marques acabou por ser o único palco de uma acção ‘branca’ (minimamente organizada) de repúdio à transferência de poderes, também prontamente aplacada pela intervenção conjunta das forças militarizadas portuguesas e da FRELIMO.

¹²⁴ Mário F. Dias, Rio Meão, *O Retornado* n.º46, 24.08.1976, 20.

¹²⁵ Rosa Coutinho foi investido presidente da Junta Governativa de Angola em 25 de Julho de 1974, onde chegou 2 dias depois, só se tornando Alto-Comissário em Dezembro. Vítor Crespo foi empossado Alto-Comissário de Moçambique em 11 de Setembro de 1974.

III

DA INCERTEZA À DESESPERANÇA

Sendo a fase de transição delimitada temporalmente entre 25 de Abril de 1974 e as datas da independência de Angola e de Moçambique, os sentimentos manifestados pelos portugueses desses territórios ou a eles atribuídos durante este período separam-se nesta tese em duas etapas, caracterizando-se a primeira por emoções de expectativa, de inquietude e de incerteza sobre o futuro imediato e a segunda por estados psicológicos de intensidade mais acentuada (apreensão, desconfiança, ansiedade, indignação e revolta), assinalados por entidades institucionais de ambos os territórios e pelos próprios em representações discursivas relativas aos meses que antecederam a partida.

Em Moçambique, a primeira fase da transição (de Maio a Dezembro de 1974) foi particularmente marcada por convulsões sociais, confrontos raciais e uma manifesta contestação política quer ao Acordo de Lusaca quer à produção legislativa do Governo de Transição, contexto em que ocorreu o primeiro êxodo de ultramarinos. Em Angola, a primeira etapa culminou no mês de Fevereiro de 1975, depois de ser assinado o Acordo do Alvor e de ser empossado o Governo de Transição.

Abordadas as primeiras fases da transição em subcapítulos separados, o último subcapítulo incide sobre acontecimentos e decisões do ano de 1975 que envolveram ou afectaram os radicados até à proclamação das independências. Este segundo período pautou-se em Angola pelo estado de guerra civil, pela fuga das populações do interior do território e a subsequente evacuação aérea para Portugal e, em Moçambique, pela acção executiva que coincidiu com o maior fluxo de saída rumo à metrópole. Ocorrendo o último êxodo de Moçambique após a independência (no dia 25 de Junho de 1975) e até meados de 1977, com a saída e, em muitos casos, a expulsão dos portugueses que tinham ficado no país.

Os registos feitos à época por diversas fontes dos ‘estados de alma’ da população branca são privilegiados neste capítulo, na procura de apreciações diferenciadas sobre a situação psicológica deste colectivo, para aferir de que modo a experiência da transição em África influiu nas emoções descritas ou atribuídas e como contribuiu para deteriorar o sentimento securitário e a confiança nos poderes emergentes (nacionais e africanos). Estes factores (considerados cumulativamente) impulsionaram no último trimestre de 1974 o primeiro fluxo de saída de uma percentagem reduzida de portugueses de

Moçambique e de Angola em direcção a Lisboa e à África do Sul. O segundo e maior fluxo de partidas ocorreu a partir de Março de 1975, quando grande parte dos radicados deixou Moçambique – uma parte menor partiu em 1976 e 45 000 aportaram a Lisboa no ano de 1977. Tendo este êxodo confluído temporalmente com a evacuação e a fuga de cerca de 300 000 portugueses de Angola entre os meses de Junho e Outubro de 1975, devido à generalização da guerra entre os 3 movimentos nacionalistas.¹

Na voragem revolucionária

A primeira fase de transição em Moçambique caracterizou-se por um ambiente de confronto revolucionário resultante de hostilidades pré-existentes e geradas pelo novo ciclo político que degenerou numa violência de natureza ideológica, por um lado, e de revanchismo racial, por outro, cuja eclosão decorreu do incremento da destabilização social como meio de pressão nacionalista para forçar Lisboa a aceitar a independência e da oposição e tentativa de boicote à transferência dos poderes por uma minoria branca. Aplacada a insurreição do 7 de Setembro, a actuação concertada das forças militarizadas com a legislação governamental coartaram o perímetro de acção dos indivíduos tidos por ‘reacionários’, mantendo-se, porém, os actos de ‘terrorismo’ selectivo sobre as comunidades não-africanas a que juntaram simultaneamente ‘operações de limpeza’ societal sobre indivíduos de qualquer origem étnica ou nacionalidade, considerados ‘degenerados’.

Nas condições pré-existentes assinalem-se a maior discriminação racial existente na sociedade moçambicana e a já mencionada relação de hostilidade entre os radicados e os militares portugueses. No primeiro factor refira-se a equiparação da segregação racial nos espaços públicos moçambicanos às Leis Jim Crow, que vigoraram até 1965 em Estados sulistas dos EUA: as primeiras filas dos transportes públicos destinavam-se a brancos e em espectáculos (com excepção do boxe e do futebol) só tinham acesso os negros que lá trabalhavam.² No segundo, o recrudescimento das acções da FRELIMO e a forte desmotivação da tropa nacional (desde o início dos anos 70) que acentuaram as dissensões entre os europeus das zonas raianas e os militares. Como assinalou Costa

¹ Os números apresentados resultam de uma estimativa elaborada a partir das fontes. No primeiro êxodo calculam-se terem saído de Moçambique 20 000 portugueses para a África do Sul e 5,000 para Portugal. Antes da independência, o fluxo de saída atingiu a máxima expressão rondando 150 000 pessoas, ficando no país aproximadamente 30 000 e outros tantos nos campos de refugiados sul-africanos. Em Angola, o êxodo mais expressivo ocorreu entre Julho e Outubro de 1975 com a saída de 250 000 a 300 000 radicados por via aérea, marítima e terrestre para Portugal, Namíbia, Zaire, Gabão, África do Sul.

² Couto, *Moçambique 1974...*, 78.

Gomes em finais de Janeiro de 1974, a situação militar agravara-se desde 1969 «em quase todos os aspectos, quer devido ao inimigo, quer devido à nossa própria acção».³

Os brancos da Beira e de Vila Pery culpavam as FAP «pelo alastramento da subversão» suscitando «motivações negativas» na tropa, que se sentia ainda menos disposta a defendê-los.⁴ A tensão na região agudizara-se após o assassinato de uma mulher branca numa fazenda em Vila Pery, em 16 de Janeiro. Tendo em ocasiões anteriores «demonstrado uma certa animosidade para com os militares», no dia seguinte um grupo de populares protestou junto à residência do governador de distrito (que foi insultado) e nessa noite concentrou-se em frente à Messe dos oficiais, contra a qual desferiu insultos, pedras e 2 tiros de pistola sem, contudo, causarem danos.⁵

Com o incremento das acções de ‘guerrilha’ ocorrido depois do 25 de Abril, em Maio de 1974 a quase totalidade da população de Cabo Delgado estava «intranquila» (sobretudo na zona costeira e nos colonatos), a de Tete «muito receosa», a de Nampula agitada, apreensiva e temerosa e a da Beira e Vila Pery demonstrava «pessimismo quanto ao futuro». Em Lourenço Marques, o relatório militar registava que os africanos expressavam «agressividade nas relações com os europeus», cujo estado de espírito era «angustiante», estando, de um modo geral, os residentes brancos da capital contra «a independência sob a égide da FRELIMO».⁶

Nos aspectos conjunturais geradores de uma agressividade societal acentuada 3 fenómenos foram relevantes. Por um lado, a recusa da tropa em realizar operações ofensivas, atribuída por Vítor Crespo à acção do MFA em Moçambique que «como corolário do seu ideário político [...] estabeleceu as condições necessárias para que as tropas portuguesas restabelecessem as suas condições fundamentais de homens, o que se traduziu, de imediato, pela recusa consciente dos nossos soldados em continuar a participar maquinalmente numa guerra sem moral e sem sentido».⁷ Por outro, a radicalização ideológica e actuante dos nacionalistas e as manobras de extremistas brancos, nos quais se incluíam empresários influentes, titulares da administração colonial, ex-agentes da PIDE/DGS e elementos da OPVDC.⁸

³ O general Costa Gomes foi comandante da Região Militar de Moçambique de 1965 a 1969.

⁴ Relatório da visita do CEMGFA a Moçambique. EMGFA, Secreto, 7-10. Fundo 3. Cx50, ADN.

⁵ Relatório da visita... Apêndice 1 ao Anexo E, 1. Fundo 3, Cx50, ADN.

⁶ CCFAM, 28.05.1974. Fundo3. Cx44, ADN.

⁷ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974, Doc.1, 14, FPVC, CD25A-UC.

⁸ A Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil (OPVDC) era composta por voluntários de ambos os sexos e etnias incumbidos da vigilância e defesa de áreas circunscritas (fábricas, fazendas, bairros), cujas funções eram precedidas por um curso de formação de manuseamento de armas.

Embora minoritário, este agrupamento opunha-se terminantemente à ‘entrega’ da soberania aos ‘terroristas’, detendo alguns membros ligações estreitas aos regimes de supremacia branca da África do Sul e da Rodésia e a militares nacionais assumidamente não-revolucionários. A possibilidade desta ‘terceira força’ inviabilizar a descolonização era conhecida pelos directórios da FRELIMO que traçou 3 objectivos: incrementar a propaganda, incitar à perturbação pública em meio urbano e «intensificar a actividade militar, para negociar em posição de força», expandindo-a rapidamente para Sul, de modo a desmoralizar a tropa portuguesa e a «quebrar rapidamente o equilíbrio psicológico das populações brancas».⁹

O primeiro objectivo foi alcançado pelo controlo dos meios de difusão. «Através dos *Democratas de Moçambique*, com a colaboração dos estudantes universitários contestatários e o conveniente apoio do Dr. Almeida Santos¹⁰ [...] militantes e simpatizantes da FRELIMO tomaram conta de todos os órgãos de informação».¹¹ Em finais de Maio de 1974, quer a imprensa quer a rádio tornaram-se uma poderosa máquina de propaganda nacionalista que propalava permanentemente o derrotismo dos soldados portugueses devido à sua recusa em combater, além de exortações indignadas contra os ‘colonialistas’ brancos. Queixando-se o Comando-Chefe, Sousa Menezes, da «constante adulação e propaganda da FRELIMO» feita através dos *media*, Vítor Crespo considerou-a «tremendamente traumatizante» para os radicados e um factor decisivo na profunda perturbação social verificada nos centros urbanos durante o Verão de 1974.¹²

... ‘os democratas de Moçambique’ e os meios de informação lançaram-se numa campanha política pró-FRELIMO, denunciando em termos da maior violência as iniquidades da situação colonial, mas sem oferecerem como contrapartida um projecto de vida para o povo de Moçambique. Foi um período violento de desintoxicação colonial, tremendamente traumatizante.¹³

A grave crise económica e a libertação de largas centenas de reclusos propiciaram grandemente a formação de grupos de desvalidos que, sem trabalho, deambulavam pelos subúrbios. Exortados pela rádio a não esperar pela independência para reclamar o que lhes pertencia, estes indigentes reagiram, em adesão espontânea, assaltando

⁹ CCFAM Sousa Menezes p/CEMGFA, 11.06.1974,1-3. Secreto. Fundo 3, Cx44, ADN.

¹⁰ Almeida Santos radicou-se em Moçambique em 1953 até se reinstalar na metrópole em 1974.

¹¹ Couto, *Moçambique 1974...*, 288.

¹² CCFAM p/ Gabinete de Defesa Nacional, 07.06.1974, Secreto, Fundo 3, Cx44, ADN.

¹³ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974. Doc.15. FPVC, CD25A-UC.

estabelecimentos comerciais e residências, para o seu saque. O aumento do número de crimes, assaltos e espancamentos era justificado em parte por (imediatamente após a Revolução em Portugal), a PSP ter deixado de patrulhar o ‘caniço’, e por a amnistia aos presos de delito comum ter ditado o regresso dos *mabandidos* a casa, aos quais se somava um número considerável de indivíduos depauperados que, recém-chegados do ‘mato’, se encontravam famintos.¹⁴

A conjugação da condição precária destes africanos com a culpabilização dos brancos pelas desigualdades coloniais acabaria por gerar um clima propício à revolta. Como sucedeu na Ilha de Moçambique quando um grupo de negros (à frente do qual estavam crianças) «avançou agressivamente em direcção à zona residencial de indianos e europeus empunhando ferros, pedras e garrafas partidas, gritando vivas à FRELIMO e insultando a presença de europeus». Agentes da PSP e o governador de distrito foram apedrejados e o trânsito cortado com barricadas e pedras soltas.¹⁵ De modo que, em finais de Maio, já havia passagens aéreas para a metrópole reservadas até 23 de Agosto e nos armazéns da TAP apinhava-se bagagem não acompanhada, para ser transportada quando houvesse espaço nos porões das aeronaves.¹⁶

Em Angola, em Junho de 1974 o ambiente social ainda se apresentava tranquilo: Luanda ostentava uma «calma aparente» que fontes oficiais garantiam ser «uma apatia apenas superficial»: o estado dominante era de «prudente expectativa» porque a situação poderia «mudar de um dia para o outro». Embora fosse «exagerado falar de medo», a incerteza quanto ao futuro gerara nos brancos receios e uma certa ansiedade, em parte motivados pela propalação de actos de barbárie cuja veracidade era impossível de comprovar. O rumor de que negros dos muceques tinham comprado em poucos dias cerca de 4,000 catanas (quando a venda mensal não excedia as «poucas centenas») levava a uma afluência desmedida de portugueses às lojas de armas e nem o desmentido do Governo nem «os apelos à calma lançados todos os dias pelos elementos moderados das duas comunidades» tinham dissipado «o clima de desconfiança».¹⁷

Propiciado por um ambiente emocional de insegurança e incerteza, o medo social (causado pela incapacidade de lidar com o perigo e a ameaça) afecta transversalmente todos os estratos populacionais perante uma iminente alteração nas relações de poder,

¹⁴ Luís Aguiar (crónica), *O País*, 08.04.1976, 24.

¹⁵ CCFAM, 15.06.1974, Fundo 3, Cx44, ADN.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 29.05.1974, *Descolonização Portuguesa...*, 270.

¹⁷ Pierre Zanin, *O Século*, 10.06.1974, 6, SIPFA, Cx5946, ADN.

cujos efeitos são antecipados. Se o temor dos brancos se baseava nas «expectativas de uma desvantagem dolorosa» (traduzida no pior dos cenários na sua expulsão de África), a esperança dos negros decorria de «uma vantagem agradável»: a desejada obtenção da independência. As projecções negativas sobre o futuro criavam um estado colectivo de apreensão, ansiedade e desconfiança.¹⁸ Sentimentos que o ministro Almeida Santos atribuía ao facto dos brancos ainda raciocinarem «nos moldes dos velhos quadros de pensamento» do regime cessante, embora fosse «perfeitamente lógico» que existisse «apreensão da parte das minorias europeias, mas também das populações africanas».¹⁹ Porque se os africanos partilhavam um sentimento de injustiça pelo jugo colonial, os colonos (que não tinham protagonizado actos abusivos) temiam uma retaliação generalizada em que pagasse ‘o justo pelo pecador’.

Segundo o cônsul-geral dos EUA, Tom Killoran, embora «preocupados com o seu futuro» os portugueses pareciam decididos a ficar, excepto se «um governo negro ‘racista’ os obrigasse a partir», acreditando que seria possível encontrar uma solução de compromisso com qualquer governo angolano saído das negociações.²⁰ Num reporte do gabinete de acção psicológica do MFA no território, «após uma primeira fase de confusa expectativa» quanto ao futuro, os radicados dividiam-se em 3 grupos: um grupo admitia «a coexistência pacífica» entre brancos e negros numa sociedade multiétnica em que o poder fosse repartido; um outro «rejeitava decididamente a ideia de abandonar os seus bens, estando determinado a ficar em Angola a todo o custo», caso se implantasse uma independência branca (similar à rodesiana) ou negra, desde que não fosse alvo de represálias. Por fim, um estrato minoritário desejava partir, «procurando recomeçar uma nova vida, principalmente no Brasil e África do Sul».²¹ Depreendendo-se desta breve análise que a esmagadora maioria dos portugueses não tencionava partir.

Com efeito, Angola não se encontrava ainda em estado de alarmismo social. Apesar de ocorrências pontuais – o esfaqueamento de um soldado desfardado, desacatos no final da visita do ministro Almeida Santos, o rebentamento de uma granada num muceque e o assassinato de um enfermeiro negro numa rixa com um cantineiro branco – a população do ‘asfalto’ não tinha motivos para se sentir ameaçada. Embora em finais de Maio as marcações aéreas para Lisboa se encontrassem esgotadas até 17 de Julho,

¹⁸ Barbalet, *Emotion, Social Theory and Social Structure: a macro-sociological approach* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998), 89, 149-150, 156-157.

¹⁹ *Diário de Luanda*, 02.06.1974, 2.

²⁰ Luanda, 0412, 04.06.1974, Confidencial, RG 59, NARA.

²¹ Relatório de Acção Semestral Psicológica nº 1, Agosto de 1974, 6-7, Fundo 43, Cx835, AHM.

sem que fosse possível reservar lugares noutras companhias dado o monopólio detido pela TAP em Angola.²²

Entre Junho e Julho de 1974 a ocorrência de confrontos e homicídios na periferia das duas capitais (coincidentes com os consulados dos governadores-gerais) traduziu-se em Luanda na vingança de taxistas brancos sobre residentes negros e em Lourenço Marques no ‘ajuste de contas’ de cidadãos negros do ‘caniço’ com taberneiros brancos também lá moradores. Segundo os agressores, continuavam a importunar as mulheres africanas e a roubar impunemente os clientes africanos nas contas, pelo que tinham decidido «fazer justiça pelas próprias mãos». Dado o clima de tensão racial e as queixas dos moradores africanos, em ambas as capitais o Exército português delegou o patrulhamento dos subúrbios nos militares negros.²³

Atendendo ao clima social nos 2 territórios nas semanas seguintes ao 25 de Abril, Moçambique «parecia ser o mais perto de cair no caos» devido à confluência de periclitantes factores de risco: a recessão económica (agravada pela crise petrolífera de 1973), a agitação laboral (especialmente em fábricas e portos), a tensão racial e a alienação do Exército português.²⁴ Em termos económicos, o governo de Soares de Melo enfrentou uma conjuntura socio-económica «extremamente difícil porque assolada por greves gerais com reivindicações salariais, exigências de um saneamento efectivo da função pública, de congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade, entre outros».²⁵ Do ponto de vista político, Vítor Crespo considerou que este executivo quase não alterou «as regras do jogo da vida da colónia».²⁶ Sem o apoio da FRELIMO nem do MFA local – «Tinha tudo e todos contra ele»²⁷ –, Soares de Melo foi contestado nos 39 dias que esteve em funções (mesmo sendo um democrata), embora tenha transferido a gestão das câmaras municipais para comissões administrativas e impedido o envio para Lisboa das 8 toneladas de ouro entregues por Pretória ao Estado português como pagamento pelo trabalho dos mineiros recrutados em Moçambique.²⁸

Silvino Silvério Marques tinha sido governador de Angola na década de 1960 e

²² *Diário de Notícias*, 30.05.1974, *Descolonização Portuguesa...*, 268.

²³ *Expresso*, 27.07.1974, 6, SIPFA, Cx5992, ADN.

²⁴ MacQueen, *A Descolonização...*, 163.

²⁵ Souto, «Moçambique, Descolonização...», *O Adeus ao Império...*, 141-156, 147.

²⁶ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974, Doc.14, 14, FPCV, CD25A-UC.

²⁷ Couto, *Moçambique 1974...* 269-270.

²⁸ *Descolonização Portuguesa...*, 22, 128. Os acordos de mão-de-obra remontavam a 1926 e consistiam no pagamento em ouro ao Banco de Portugal, recebendo os cerca de 100 000 mineiros moçambicanos o salário em escudo moçambicano.

era próximo de Spínola, pelo que a sua escolha mereceu a óbvia oposição do MFA local e do MPLA (força dominante em Luanda) tendo encontrado à sua chegada a capital parcialmente paralisada por várias greves simultâneas: dos motoristas de passageiros, bancários, trabalhadores do *Instituto do Café* e pessoal portuário e camarário, incluindo dos coveiros, havendo inclusivamente cadáveres por sepultar.²⁹

Como acontecera em Moçambique, a amnistia (concedida em meados de Maio pela metrópole) ditara a libertação de centenas de presos políticos e de delito comum do Campo de São Nicolau a que seguiu a tomada da Cadeia Civil de Luanda pelos reclusos que reclamavam também ser abrangidos.³⁰ Reivindicação que foi satisfeita em 24 de Junho, com o perdão de todas as infracções praticadas até à semana anterior.³¹ Nos dias seguintes, o número de ex-reclusos em liberdade ascendia a 640.³² Ostracizados, sem trabalho e vulneráveis aos incitamentos revolucionários (como em Moçambique) praticaram alguns desmandos (expressão usual nos relatórios), suscitando a advertência do então Comandante-Chefe, Franco Pinheiro de «a desordem e o caos» nunca terem construído qualquer democracia.³³

Enquanto os radicados protagonizavam uma autêntica ‘corrida’ à compra de moeda cambiável – apesar do aviso governamental de que a «exportação ilícita de capitais e a venda de escudos metropolitanos» seriam «severamente reprimidas» – para resgatar dos depósitos à ordem o montante semanal legalmente permitido, cujo limite foi aumentado (por despacho do governo provincial em 25 de Junho) para 100 contos.³⁴

Sem ter havido tempo para reflectir nos erros do passado e ainda menos para os esquecer ou perdoar, os bispos angolanos temeram um confronto sistémico entre as duas ‘etnias’ (brancos e negros). Numa tentativa de conciliação das aspirações de ambas, a Conferência Episcopal apelou à concórdia social afirmando que, sendo «legítima a alegria expansiva de uma maioria étnica que vê livre o seu acesso ao poder e ao uso de direitos cívicos que lhe estavam praticamente vedados», era também «compreensível a apreensão das etnias minoritárias», receosas de situações ocorridas na chegada à independência de países vizinhos.³⁵

Admoestando (de forma contundente) ambas as partes, o Episcopado considerava

²⁹ *Diário de Luanda*, 15.06.1974, 1 e *DL*, 24.06.1974, 1,3.

³⁰ *Diário de Luanda*, 18.06.1974, 1-3, 9.

³¹ *Diário de Luanda*, reprodução de texto de *A Capital*, 24.06.1974, 3.

³² *Diário de Luanda*, texto do *Diário de Notícias*, 24.06.1974, 7 e de *O Século*, 25.06.1974, 6.

³³ *Diário de Luanda*, 27.06.1974, 2.

³⁴ *Diário de Luanda*, 25.06.1974, 9.

³⁵ A Conferência Episcopal era presidida pelo arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel.

existir o sério risco de no turbilhão revolucionário se perder o que a sociedade angolana possuía de mais positivo – «uma mudança brusca nas instituições» produzia, «em geral, mais danos do que vantagens» porque se destruía o que se encontrava realizado, agravando ainda mais os males existentes. Exortando, em simultâneo os brancos a reconhecer humildemente que, em Angola, as relações sociais «nem sempre se processaram com justiça e caridade cristã».³⁶

A conflitualidade nos subúrbios de Luanda agravou-se particularmente em Julho quando, em reacção à morte de um taxista branco no dia 11, taxistas e lojistas (que segundo o repórter da ANI sofriam assaltos quase diários nas zonas suburbanas³⁷) retaliaram. Nessa noite um grupo (de brancos) armado de cassetetes, pistolas, caçadeiras e punhais postou-se no local onde o taxista foi morto, mandando parar «qualquer viatura que transportasse pessoas de cor», de seguida «amassada à paulada, o mesmo acontecendo aos ocupantes». Dos ataques resultaram 3 africanos mortos e 27 feridos, 12 dos quais em estado em grave.³⁸ Na manhã seguinte, depois dos 3 cadáveres roubados do hospital serem passeados pelas ruas, uma multidão protestou em frente ao Palácio, tendo sido dispersada pela PSP com gás lacrimogéneo.³⁹

Em resposta à intervenção policial, os nacionalistas apelaram à paralisação total nos dias seguintes, havendo piquetes de greve à saída dos principais muceques, pelo que grande parte da população africana não foi trabalhar. No mesmo dia (14 de Julho) os soldados africanos do Exército português formaram coluna seguida por civis para reclamar salários iguais e o patrulhamento dos subúrbios, na chamada ‘marcha negra’. De tarde, no funeral das 3 vítimas (em que se avistaram pela primeira vez em Luanda as bandeiras do MPLA e da FNLA) compareceu «um número surpreendente de brancos».⁴⁰ Porque (segundo o repórter) a esmagadora maioria dos brancos sentiria «uma mágoa imensa» e pretendia a punição dos culpados pelos «deploráveis incidentes».⁴¹

Assinado o cessar-fogo com a UNITA em Junho, para que Portugal aceitasse a independência, MPLA e FNLA intensificaram a «propaganda de incitamento» à rebelião pelas suas emissoras sediadas respectivamente em Brazzaville (Congo) e em

³⁶ *Momento Cristão de Angola* citado por Soares Carneiro, Arrábida. 31.08.1995, 112-114. FDP, AHS, ICS-UL.

³⁷ A ANI (Agência Nacional de Informação) antecessora da ANOP (Agência de Notícias Portuguesa), actual Agência Lusa.

³⁸ Marques, *Segredos...*, 35.

³⁹ *Diário de Luanda*, texto de *A Capital*, 15.07.1974, 6.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 16.07. 1974, 13, SPIFA, Cx5946, ADN.

⁴¹ *Diário de Notícias*, 15.07. 1974, 1,9, SIPFA, Cx5946, ADN.

Kinshasa (Zaire).⁴² Justificando ser urgente «sair da fase defensiva estratégica e passar à ofensiva» através de acções «de propaganda e agitação política», o MPLA revelava estarem os seus Comitês de Acção já «a trabalhar nesse sentido».⁴³

A propaganda do MPLA recordava ainda que a luta de libertação não era recente: «A resistência e a luta contra o agressor e o colonialismo português começaram no momento em que o povo compreendeu que os comerciantes, os padres e os militares portugueses que então chegavam, vinham com a intenção de nos dominar para nos explorar».⁴⁴ Lendo-se num panfleto: «Os colonialistas que te oprimem [...] terão de ser banidos do nosso solo pátrio. Vamos fazer-lhes toda a pressão possível e imaginária para que nos deixem governar a nossa terra em paz e sossego».⁴⁵ Os visados eram, em termos genéricos, «os burgueses colonialistas» que incutindo «medo no Povo pelos seus organismos de repressão: PIDE, OPVDCA, PSPA; tropa, bufos e outros» o tinham «embrutecido com coisas inventadas na Europa, como o vinho, o futebol e a Bíblia».⁴⁶

Na segunda quinzena de Julho grupos de africanos dos muceques empreenderam uma vaga de assaltos, saques e incêndios que o presidente da JGA, Rosa Coutinho observou. Numa ronda aérea viu as casas e lojas a arder, sobretudo no bairro Catambor. Diria anos depois que a revolta contra os cantineiros foi a forma dos negros se vingarem da exploração a que estiveram sujeitos.⁴⁷

O cantineiro era «desde há muito olhado pelos africanos como pouco escrupuloso nos negócios, enganando-os na troca directa e nas vendas, viciando os pesos, as medidas, os preços e as qualidades» com permissão das autoridades, com quem mantinha uma relação simbiótica recebendo protecção em troca de informações sobre ‘agitadores’. Uma imagem estereotipada que o MPLA aproveitou para os expulsar dos muceques.⁴⁸ Como escreve um radicado em Luanda desde 1954: «Apenas pretendo assinalar as torturas angustiosas que sofri com a minha mulher e duas filhas menores após o dia 11 de Julho de 1974, data em que a minha casa foi assaltada e saqueada

⁴² *Diário de Notícias*, 19.07.1974, 9, SIPFA, Cx5946, ADN.

⁴³ Comitês de Acção: grupos do MPLA que, nos muceques, ministravam doutrinação e treino militar, cuja vertente social correspondia aos Comitês de Bairro.

⁴⁴ *A Luta do Povo* nº 1. Junho 1974, 1-4, MPLA, Fundo 3, Cx40, ADN.

⁴⁵ *O Combate. Órgão da Revolução Popular*, 6, MPLA, Fundo 3, Cx40, ADN.

⁴⁶ *O Combate, Órgão da Revolução Popular*, 1, 3, 8, MPLA, Fundo 3, Cx40, ADN.

⁴⁷ Rosa Coutinho, Estudos Gerais da Arrábida, 28.08.1996, 120, FDP, AHS, ICS-UL.

⁴⁸ Pedro Pizarat Correia, *Descolonização de Angola: a jóia do império português* (Lisboa: Editorial Inquérito, 1991), 79.

selvaticamente. [...] A partir daí fui escorraçado de mais 3 residências».⁴⁹

A percepção da intencionalidade dos ataques para gerar um fenómeno colectivo de fuga surge nas palavras de um outro evocador: «De política não sei falar. Mas sei falar do que vi: muceques a arder com fogo posto e o assalto a Catambor mesmo nas barbas do asfalto e com aviso prévio [...] O que, no fundo, se pretendia era o esbulho e a expulsão dos Portugueses. A independência servia de pretexto».⁵⁰ Para as FAP os movimentos angolanos tinham «aproveitado os incidentes subsequentes ao assassinato do taxista branco para atear as tensões raciais» até então circunscritas aos subúrbios.⁵¹ Apresentando a situação em Luanda «características de guerrilha urbana, mas sem estar ainda numa fase organizada».⁵²

Segundo o MFA, os brancos e os negros residentes nos subúrbios manifestavam «uma acentuada instabilidade psicológica», sendo os mais receptivos «à divulgação de ideias e atitudes subversivas e à propagação de boatos alarmantes» e os responsáveis pelo «clima de tensão racial, do qual resultaram fortes sentimentos de angústia, medo e insegurança».⁵³ Eram, por conseguinte, os brancos e os negros menos instruídos, com baixas qualificações técnicas e residentes nos bairros periféricos os mais propensos a actos de rivalidade étnica.

Dado o perfil dos agressores, o rancor mútuo gerado pela proximidade de uma interacção parece espelhar o conceito do «narcisismo das diferenças menores», segundo o qual é entre grupos socialmente mais idênticos que florescem sentimentos mais fortes de estranheza e de hostilidade devido à necessidade de enfatizarem a sua diferenciação. Face a uma mudança iminente nas relações de poder (prenunciadora da equiparação ou inversão social entre 2 grupos), a animosidade tende a exacerbar-se em actos de exclusão e/ou de aniquilamento mútuo. Esta noção revela um paradoxo curioso: quanto menores as diferenças reais entre 2 grupos, maiores as distinções que creem separá-los, percepção que se agudiza ao esbater-se um factor relevante na distinção que reclamam. Ou seja, quando uma diferença se atenua (neste caso a que derivava do protecionismo colonial dos brancos), as diferenças simbolicamente construídas tendem a salientar-se.⁵⁴

⁴⁹ António de Sá, Faro, *O Retornado* n.º 19, 13.02.1976, 3.

⁵⁰ Artur Álvares, *O Retornado* n.º 22, 06.03.1976, 10.

⁵¹ Reuter, 18.07.1974, SIPFA, Cx5946, ADN.

⁵² *Diário de Notícias*, 19.07.1974, 9. SIPFA, Cx5946, ADN.

⁵³ Relatório de Acção Semestral Psicológica n.º 1, Agosto de 1974, 6-7, Confidencial, Fundo 43, Cx835, AHM.

⁵⁴ Michael Ignatieff, «Nationalism and the narcissism of minor differences», Ronald Beiner, ed., *Theorizing Nationalism*, (Albany: State University of New York, 1999), 94.

Na sociedade colonial angolana, os estratos sociais mais idênticos (quanto à condição económica, iliteracia e defesa extremada das suas convicções) coabitavam nas periferias urbanas ou nas zonas rurais, consistindo o critério de pretensa superioridade exclusivamente na cor da pele. Ao perspectivar o fim da primazia étnica garantida por um regime prestes a findar, o branco de estatuto economicamente inferior defenderá a manutenção do sistema por dele beneficiar em maior ou menor grau.⁵⁵ Do mesmo modo que atenuada ou finda a protecção ao branco, o negro canaliza o seu ressentimento e/ou preconceito racial para o 'outro' socialmente mais próximo, mas que considera o seu oposto. O que poderá relacionar-se com o facto dos confrontos nos subúrbios terem visado camionistas, taxistas, cantineiros, mas também agentes da autoridade colonial de proximidade e de escalão inferior como voluntários da OPVDC e efectivos da Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) também residentes na periferia.

O clima de sobressalto na capital angolana era também resultado da propalação de falsos acontecimentos destinados a instigar medo e aversão aos alegados perpetradores. Estes «mitos étnicos» consistiam em relatos difundidos em cada comunidade como ocorrências recentes que, sendo verosímeis, eram assimilados e retransmitidos como verídicos. Estes rumores poderiam ser acerca de uma chacina iminente da população europeia ou de supostos envenenamentos de negros por comerciantes brancos, de cariz semelhante às acusações ancestrais atribuídas aos judeus de envenenamento da água dos poços.

Formando-se a nível perceptual, tais conflitos étnicos baseiam-se em falsas histórias criadas pelos grupos sobre si e os outros, em que um grupo se assume como heróico, superior ou injustiçado, retratando o outro como demoníaco e agressivo. Visando diabolizar o oponente, as queixas são transmitidas em narrativas selectivas, distorcidas e exageradas que, ao serem relatadas como factuais, avolumam tensões em crescendo, sobretudo «quando são explorados propagandisticamente» com intuítos políticos.⁵⁶

Parece ser neste contexto que se inserem as exortações da rádio Brazzaville para que os angolanos não entrassem «em nenhuma loja para fazer compras, nem mesmo para beber» porque os brancos estavam «dispostos a envenenar» todo o povo, como

⁵⁵ Albert Memmi, *Portrait du colonisé précédé par portrait du colonisateur*, (Paris: Payot, 1973), 41.

⁵⁶ Michael Brown «Causes and Implications of Ethnic Conflict», Monserrat Guibernau, John Rex, eds., *The Ethnicity Reader: Nationalism, multiculturalism and migration* (Cambridge: Polity Press, 1997), 87-88.

tinham presenciado militantes que andavam já pelas «cidades em reconhecimento». Difundindo outro movimento que duas dezenas de jovens recém-chegados a Kinshasa, «sobreviventes das chacinas perpetradas pelos colonos portugueses» tinham contado que lojistas brancos envenenavam «a água e os géneros alimentícios vendidos às populações negras».⁵⁷ Propalando também que os comerciantes punham raticida nos alimentos vendidos aos negros. Noticiando um panfleto emanado de um Comité de Acção: «Em Luanda os envenenamentos continuam. No muceque Prenda o comerciante [...] vendeu feijão envenenado».⁵⁸

Em finais de 1974 surgiu em Luanda o boato que numa povoação perto de Nova Lisboa um negro morrera subitamente depois de beber anis no bar de um colono, tendo a população branca fugido da localidade. Enviada a Vila Flor a unidade militar verificou que embora os brancos se tivessem refugiado nos arredores e a aldeia estivesse deserta, «as casas não tinham sido incendiadas nem saqueadas, nem qualquer porta ou janela arrombada». O incidente (uma quezília entre 2 clientes ébrios) não causou feridos nem danos nos edifícios, mas a maioria dos brancos só voltou a casa depois de a tropa garantir que ficaria na localidade.⁵⁹

Muitos casos de alegado ódio racial (como o anteriormente referido) se revelaram infundados e, apesar de fomentado com intuitos políticos, não parecia ser dominante nas camadas populares, queixando-se até uma mulher africana (a uma repórter) depois da expulsão dos cantineiros dos muceques que os seus «patrícios» vendiam as coisas 3 vezes mais caras que os antigos lojistas brancos.⁶⁰ Assim como um panfleto anónimo recolhido pelas autoridades portuguesas desmentia que todos os portugueses de Angola fossem contra a independência. Não seria essa a posição dos «brancos em geral, que vivem do seu esforço, que simplesmente querem uma vida digna. Não são os pretos, em geral, que lutam por sair da miséria, que procuram uma vida digna! Não são os taxistas por si mesmos; não são os pequenos comerciantes, nem os empregados e funcionários». O panfleto pedia ainda aos brancos não acreditassem que os negros iriam devassar a sua «intimidade familiar e propriedade» e aos negros que cressem que o branco com quem trabalhara, o pretendia «matar traiçoeiramente».⁶¹

Estando em curso o desarmamento da PSPA e da OPVDCA e a entrega de armas

⁵⁷ Marques, *Segredos...*, 37.

⁵⁸ *O Combate: Órgão da Revolução Popular*, MPLA, Fundo 3, Cx40, ADN.

⁵⁹ Vila Flor, 04.01.1975, 9, Fundo 43, Cx835, AHM.

⁶⁰ *Diário de Luanda*, 13.09.1974, 7.

⁶¹ *Luandenses: Gente de bom senso!* Fundo 3, Cx40, ADN.

e munições na posse de particulares nos postos da Polícia, sob pena de aos infractores serem «aplicadas pesadas sanções», os saques na periferia de Luanda prosseguiram no mês de Agosto, atingindo brancos e muitas famílias negras de etnias não dominantes na capital, que se refugiaram em casas de europeus, sendo «elevados os prejuízos sofridos pelos comerciantes dos muceques».⁶² Tendo a comunidade cabo-verdiana sido visada, uma jovem natural da Praia desde 1955 em Angola contou ter ido morar com uma colega fora dos muceques por todos os dias lá se registarem «macas⁶³, mortes e tiros. Roubos a toda a hora da noite e do dia». A casa dos pais tinha sido incendiada por os considerarem «amigos do branco».⁶⁴ Os migrantes expulsos dos subúrbios acamparam então no Largo do Palácio: foram evacuadas 800 pessoas, mas cerca de 3,000 (entre as quais muitas mulheres e crianças) ainda esperavam por embarque.⁶⁵

Nos primeiros 10 dias de Agosto ocorreram distúrbios em 13 locais de Luanda: tiroteios, vários automóveis incendiados, mortos em 2 bairros e a morte de um casal europeu na viatura em que circulava devido ao rebentamento de uma granada de mão.⁶⁶ Segundo o adjunto do cônsul-geral dos EUA, Bruce Porter, a noite de 8 de Agosto tinha sido a pior de todas com mortes, saques e incêndios contínuos, sem que o Exército tivesse demonstrado capacidade ou vontade em lhes pôr termo. Para além de circular pelo ‘asfalto’ o rumor que no dia 15 de Agosto (feriado municipal de comemoração pela reconquista de Luanda aos holandeses em 1648), os negros iriam fazer aos brancos «o que eles lhes faziam».⁶⁷ Quase 300 feridos foram hospitalizados.⁶⁸

A pretexto do Exército não os ter protegido, centenas de portugueses enfurecidos arrombaram os portões do Palácio do Governo, invadindo o gabinete de Rosa Coutinho até os fuzileiros os colocarem fora da sala. Nessa noite, o recolher obrigatório nocturno foi desrespeitado: centenas de radicados circularam de automóvel (durante horas) nas ruas em volta do Palácio num buzirão ensurdecador, bradando palavras de ordem contra o presidente da Junta intervaladas por impropérios de genuíno vernáculo português.

Os ataques nos subúrbios suscitaram mais uma procura massiva de voos: desde finais de Julho centenas de pessoas formavam uma fila de 3 ou 4 quilómetros postada

⁶² *Diário Popular*, 17.07. 1974, 11. SIPFA, Cx5946, ADN.

⁶³ ‘Maca’, vocábulo angolano sinónimo de confusão, distúrbio.

⁶⁴ Reis, *Malandros...*, 160-163.

⁶⁵ CCFAA do presidente da JGA p/MCI, 23.08.1974. Secreto. Fundo 3, Cx40, ADN.

⁶⁶ Comunicado matinal do CCFAA, *O Século*, 09.08.1974, 6, SIPFA, Cx6022, ADN.

⁶⁷ Luanda, 0691, 08.08.1974, Confidencial, RG 59, NARA.

⁶⁸ *O Século*, 12.08.1974, *Descolonização Portuguesa...*, 19.

dia e noite em frente às instalações da TAP.⁶⁹ E cerca de 1,000 residentes desalojados da periferia também queriam partir.⁷⁰ E como a expulsão dos trabalhadores (sobretudo bailundos do Sul) ditou o seu regresso às terras de origem, algumas empresas reduziram a actividade, outras encerraram temporariamente.⁷¹ Esta suspensão laboral (coincidente com o termo do ano lectivo) suscitou a saída de muitos radicados e repercutiu-se na subida do câmbio do angolar para escudo metropolitano cujo valor no mercado negro aumentara 60%.⁷² Ocorrendo também um acréscimo exponencial dos pedidos de transferência de capitais para a metrópole – que viriam a ser suspensos pela JGA em meados de Outubro de 1974.⁷³

Os ataques de Julho e Agosto de 1974 na periferia de Luanda contribuíram para acentuar a sensação de insegurança dos radicados, a tensão interétnica e a desconfiança nos poderes metropolitanos, não tendo, contudo, visado somente portugueses nem assumido um carácter de vingança racial (como veio a acontecer em Lourenço Marques em Outubro), ao terem atingido também etnias angolanas minoritárias de fixação laboral e a comunidade migrante cabo-verdiana. Os actos intimidatórios sobre civis pela simpatia (suposta ou real) a um movimento tornaram-se frequentes após a permissão aos 3 movimentos de livre circulação e instalação em Angola. Não ditada pela cor da pele mas pela tendência partidária, esta violência selectiva traduziu-se na ameaça, perseguição ou detenção de quem fosse identificado com o movimento adversário.

Qualquer [um] que viva em Luanda tem de ser forçosamente do MPLA. [...] Infelizmente em Angola nem sequer podíamos pertencer a um qualquer partido. Eu, por exemplo, era da UNITA e estava ameaçada de ser torturada pelo ‘querido’ MPLA, que matava e torturava. Por sua vez os do MPLA estavam ameaçados de sofrer o mesmo tratamento por parte da UNITA e da FNLA. Solução: abandonar...⁷⁴

Os confrontos de carácter doméstico (por manifesta incapacidade das autoridades locais em os obstar ou garantir a segurança dos habitantes) inicialmente confinados à periferia de Luanda passaram a um nível sistémico quando os grupos étnicos angolanos representados por cada movimento nacionalista armado pretendam conquistar as regiões

⁶⁹ José Pais, Manuel Amaro Bernardo, *Memórias da Revolução: Portugal 1974-1975*, (Lisboa: Prefácio, 2004), 34.

⁷⁰ Luanda, presidente da JGA p/ MCI, 12.08.1974, Secreto, Fundo 3, Cx44, ADN.

⁷¹ *Diário Popular*, última página, SIPFA, Cx5946, ADN.

⁷² *Diário de Notícias*, 05.08.1974, 8, SIPFA, Cx5946, ADN.

⁷³ *Diário de Notícias*, 16.10. 1974, 11, SIPFA, Cx5946.ADN.

⁷⁴ Alda Silva Pais, Areia Branca, *O Retornado* n.º 9, 05.12.1975, 2.

dominadas pelo adversário. Acresce que, como refere Michael Brown, face ao colapso de um império, a geografia étnica (o espaço territorial de um grupo étnico) tende a ser expandida, sobrepondo-se a acção ofensiva à defensiva, através de ataques sobre etnias minoritárias que se revelam extremamente eficazes porque (por menores que sejam) geram sempre um imenso terror nos civis, impulsionando a sua fuga.

As atitudes de atemorização que, em 1974, consistiram na destruição, saque e incêndio de lojas e residências evoluíram em 1975 para massacres (premeditados e circunscritos) de militares e civis de outros movimentos, ainda antes de países vizinhos ou longínquos se envolverem no conflito angolano em defesa dos «interesses dos seus irmãos étnicos» ou dos parceiros ideológicos.⁷⁵ Por conseguinte, a hostilidade entre os movimentos resultou em grande parte do facto de serem formados maioritariamente por etnias angolanas rivais, que se diferenciavam mais pela sua etnicidade do que pelos ideários políticos, como atesta, aliás, a coincidência programática existente em matrizes essenciais, como a defesa de um nacionalismo socialista, comunitarista e estatizante.

Indignados em Moçambique

Em Moçambique, decorrendo no Verão de 1974 as negociações com a FRELIMO na capital da Tanzânia, o medo social instalou-se insidiosamente pela antecipação de um confronto ideológico e racial. Se os activistas africanos não acreditavam que os brancos aceitassem pacificamente a independência abdicando da sua vida e do seu património, os portugueses temiam ser atacados por ‘agitadores’ (assim classificados nos relatórios oficiais), crendo não ser protegidos pelos militares portugueses. Sempre que ocorriam apedrejamentos a viaturas, assaltos a residências ou lojas, os radicados pediam armas às autoridades, tendo formado milícias populares na Beira e em Lourenço Marques, para onde se encaminhavam residentes atemorizados nas zonas rurais.

O receio de sofrer represálias adensava a dúvida sobre o que aconteceria a quem exercera no período colonial funções administrativas ou militares (brancos e negros). De acordo com Manuel Portela (engenheiro em Cahora Bassa) que em Julho de 1974 se deslocou às bases da FRELIMO na Zâmbia, os comandantes aparentavam respeitar as FAP, mas ostentavam uma grande «animosidade» aos africanos dos Grupos Especiais (pertencentes ao Exército e aos Paraquedistas) e, sobretudo às milícias da OPVDC, maioritariamente compostas por autóctones. À pergunta como iriam tratar os brancos,

⁷⁵ Michael Brown, «Causes...», Guibernau, Rex, *The Ethnicity Reader...*, 81-87. O autor baseia a sua reflexão nos trabalhos sobre conflitos étnicos produzidos na década de 1990 pelos investigadores Irving Louis Horowitz, David Welsh, Barry Posen e Jack Snyder.

responderam precisar deles, mas «o Tribunal do Povo não deixaria de julgar elementos brancos e pretos que praticaram crimes e abusos contra os africanos».⁷⁶

Como algumas unidades das tropas especiais da FAP – os Comandos (Exército) em Moçambique e os Paraquedistas (Força Aérea) em Angola – não foram unânimes na adesão ao projecto do MFA, constituíam os principais aliados dos radicados. No bom e no mau sentido auxiliaram-nos em ocasiões de perigo ou de evacuação, mas também protagonizaram actos violentos nem sempre em defesa ou em benefício dos civis.

Em Lourenço Marques, algumas companhias de Comandos envolveram-se em diferendos, como o ocorrido em Agosto de 1974 na Ilha de Moçambique. Segundo o governador-geral, ‘agitadores’ negros lançaram insultos atentatórios a 20 militares chegados na véspera que, estando a descansar, reagiram com impetuosidade «varrendo a área circundante» e dando azo a uma «grave perturbação pública». Tendo os africanos locais sido instigados a vingar os 8 feridos que resultaram da contenda, esperava-se em breve uma retaliação.⁷⁷ O que sucedeu.

Em meados de Agosto, os distritos de Nampula e da Ilha foram «cenário de uma onda de violência e de anarquia [com] distúrbios e confrontações, alguns de certa gravidade».⁷⁸ Em Lourenço Marques foram vandalizadas lojas, apedrejados automóveis e casas, sendo destruídas e queimadas cantinas, lojas e residências em 12 localidades. Os prejuízos materiais eram elevados devido à «perda de haveres e bens por parte de numerosas famílias». A «onda de banditismo organizado» resultara ainda na «destruição e saque de cantinas no mato e [na] agressão de seus proprietários», tendo os europeus e asiáticos de Nampula (fugidos das áreas mais atingidas) promovido «manifestações ruidosas» em que exigiram «urgentes providências».⁷⁹ E uma centena de residentes de Nampula escreveu a Costa Gomes queixando-se da «ineficiência» das FAP.⁸⁰

O Exército iniciara a retirada pelas guarnições fronteiriças do Norte (à semelhança de Angola), concentrando as unidades nos principais centros urbanos e áreas vitais.⁸¹ A

⁷⁶ CCFAM, 27.07.1974. Confidencial, Fundo 3, Cx44, ADN.

⁷⁷ Transcrição de mensagem do governador do distrito da Ilha de Moçambique de 07.08.1974. Do MCI p/ CEMGFA, 13.08.1974, 2. Fundo 3, Cx44, ADN.

⁷⁸ CCFAM, 13.08.1974, 1. Fundo 3, Cx44, ADN. Em 13 de Agosto de 1974 chegou a Lourenço Marques uma delegação que chefiada por Vítor Crespo incluía ainda Nuno Lopes Pires e Fernando Seabra.

⁷⁹ CCFAM, 13.08.1974, 1. Fundo 3, Cx44, ADN.

⁸⁰ O telegrama (de um advogado, um comerciante, um engenheiro e um agricultor) assinada por mais 100 pessoas, enviado ao CEMGFA, Costa Gomes em 11.08.1974 manifestava incompreensão por as FAP não terem «prevenido as ocorrências» e pedia à JSN «reforços voluntários» para «evitar a repetição dos lamentáveis acontecimentos».

⁸¹ CCFAM, 14.08.1974. Fundo 3, Cx44, ADN.

«falta de vontade» em combater era noticiada em 3 diários lisboetas e aumentavam os rumores sobre um contragolpe da já referida ‘terceira força’.⁸² Embora congregando empresários, forças partidárias brancas e negras lideradas por dissidentes da FRELIMO (todas de ínfima representatividade), ex-agentes da PIDE/DGS e militares contrários à descolonização, a ‘terceira força’ não contou com o apoio da esmagadora maioria dos brancos. E sem uma «clara organização», os seus anseios diluíram-se.⁸³

Somente uma dezena de milhares de portugueses terão aderido ao movimento *Moçambique Livre* que surgiu de um incidente na véspera da assinatura do Acordo de Lusaca – durante os 3 dias de paralisação total decretados pela FRELIMO nos distritos do Sul, de Gaza e Lourenço Marques – quando uma carrinha passou por 2 cafés da Baixa arrastando a bandeira nacional pelo chão. Entendida como provocação, a carrinha foi travada por um grupo de militares e civis e os ocupantes agredidos, um dos quais fugiu em direcção ao jornal *Notícias* para narrar a ocorrência. Declarando uma mulher (nascida em 1936 que aos 13 anos de idade deixou a metrópole, onde voltou uma única vez aos 20 anos) a sua indignação ao ver «a bandeira verde e rubra arrastada pela Avenida da República» até um grupo de Comandos desarmados terem atacado «quem tal fazia, ajudados pela população».⁸⁴

Assim se iniciou o ‘7 de Setembro’. Refira-se genericamente alguns episódios da sublevação atendendo à participação dos portugueses: a sua revolta foi direccionada para 2 jornais cujas instalações foram apedrejadas e as redações invadidas e para grupos pró-FRELIMO cujas sedes (da *Associação Académica* e dos *Democratas de Moçambique*) foram destruídas, realizando de seguida um desfile automóvel em constante buzinação de apelo à adesão de mais populares. O cortejo prolongou-se durante a noite e na manhã de 7 de Setembro a ele se juntaram táxis, autocarros e motorizadas, sendo distribuídas pequenas bandeiras das Quinas em papel. Numa afirmação ostensiva da ‘portugalidade’ através dos seus mais óbvios símbolos pátrios, a bandeira nacional foi içada na estátua de Mouzinho da Albuquerque no largo do município, um grupo de manifestantes foi à Cadeia Civil libertar agentes da PIDE/DGS, dirigindo-se outro às instalações da *Rádio Clube de Moçambique* (RCM) de cuja fachada foi retirado o estandarte da FRELIMO.⁸⁵

⁸² CEMGFA p/CCFAM, 15.07.1974. Secreto/Exclusivo. Fundo 3, Cx44, ADN.

⁸³ Omar R. Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia...», *Os Outros da Colonização...*, 334.

⁸⁴ Entrevista a Ilda Duarte Simões, *O País*, 06.05.1976, 24. A entrevistada foi funcionária pública durante mais de 15 anos, socorrista na Cruz Vermelha, colaboradora do Hospital Miguel Bombarda e chefe de secção na OPVDCM na Matola.

⁸⁵ Excerto das emissões em <http://www.malhanga.com/mocambique-livre/index.html>

Pelo microfone da estação foram proferidas exortações à mobilização e palavras de ordem sobre um Moçambique para todos, intercaladas pelo hino nacional, o hino do *Avante* e a canção-símbolo do 25 de Abril, *Grândola, Vila Morena*, (discos em vinil que se encontravam no estúdio), deixando «aterrados os ‘revolucionários’, atónita a maioria da população e empolgada uma parte dos colonos que viam chegado o momento de mostrar o quanto valiam e de dar voz à contenção de meses de silêncio».⁸⁶

Para a portuguesa radicada Clotilde Mesquitela aquele foi o dia da transformação «da passividade dos brancos, da desmoralização em que estavam» na «mais bela manifestação de amor à Pátria, numa fúria incontida» de resposta à «afronta a que todos estavam a ser sujeitos».⁸⁷ Como reconheceu Vítor Crespo um mês depois, a sublevação resultara essencialmente da exclusão dos radicados do processo negocial: «A população branca ao ver-se reduzida ao papel de espectador político na sua independência reage violentamente, desencadeando os acontecimentos de 7 de Setembro».⁸⁸

Segundo o repórter do *Expresso* (radicado em Moçambique) enquanto no comício de celebração do Acordo no Estádio da Machava uma multidão entoava hinos e cânticos revolucionários, noutros pontos da cidade grupos de ‘agitadores’ (depreende-se que sejam os designados *mabandidos*) partiam montras e agrediam quem não deixara de trabalhar em sinal de respeito pela independência. Depois de um proprietário branco de uma oficina ter disparado sobre os exortadores, foi «espancado gravemente vindo a falecer no hospital». Nessa tarde uma trintena de brancos retaliou.⁸⁹ Em viaturas abertas percorreram o ‘caniço’, disparando indiscriminadamente sobre negros transeuntes.

Exigindo as chefias militares a desocupação imediata da RCM, a ‘resistência’ continuou na esperança que Spínola enviasse um sinal de apoio e não homologasse o Acordo, o que não aconteceu. Nessa noite foram distribuídos pelos populares postados junto à Emissora cobertores e café quente e acendidas fogueiras nos passeios. Estando os mais velhos na RCM, os voluntários da OPVDC controlavam a Matola e jovens armados de espingardas às costas os postos de controlo automóvel à entrada da capital. Com a adesão de líderes partidários extremistas, a insurreição adquiriu características de golpe. Por serem necessárias armas, membros da OPVDC foram buscá-las onde sabiam que estavam depositadas desde o seu desarmamento meses antes e numa esquadra da

⁸⁶ Couto, *Moçambique 1974...*, 363.

⁸⁷ Clotilde Mesquitela, *Moçambique, 7 de Setembro de 1974* (Lisboa: A Rua, 1977) postado em 28 de Abril de 2014 em <http://bcac1891.blogspot.pt/2014/04/1-capitulo-do-livro-mocambique-7-de.html>

⁸⁸ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974, Doc.1, 16, FPVC, CD25A-UC.

⁸⁹ Areosa Pena, *Expresso*, 09.09. 1974, 1. SIPFA, Cx5992, ADN.

PSP arranjaram outras tantas: as antenas emissoras e o aeroporto eram pontos vitais a ser defendidos.⁹⁰ Para Ilda Simões, que estava na Matola, «foram dias maravilhosos, em que se viu que o sangue lusíada ainda corria nas veias de brancos e negros», durante os quais não dormiu, pois a «a população, generosa como sempre, levava comida, café e chá a todos os que estavam a tentar salvaguardar as suas vidas, os seus interesses e tentar por todos os meios salvar Moçambique de uma venda vergonhosa». Por ter conseguido diversas armas e tentado barrar a entrada das forças frelimistas na cidade, foi posteriormente perseguida.⁹¹

Segundo o Comandante-Chefe de Moçambique, Sousa Menezes, na tarde de 7 de Setembro um numeroso grupo de civis com bandeiras nacionais desfraldadas assaltara a Cadeia Civil, permitindo a fuga de 80 ex-funcionários da DGS, não tendo a tropa intervindo dada a «presença de muitas mulheres e crianças» entre os manifestantes.⁹² Por temer que a FRELIMO retaliasse sobre os soldados ainda nos quartéis, considerava «indispensável» que Samora Machel fosse informado que as FAP não tinham «qualquer responsabilidade» nos acontecimentos.⁹³ Profundamente incomodado com a ocorrência, o CEMGFA Costa Gomes ordenou a suspensão imediata das emissões, sem entender porque não tinham sido rapidamente interrompidas por uma intervenção técnica.⁹⁴ Decretando ainda o reforço de tropas na capital com militares dos 3 ramos e o envio do batalhão de Paraquedistas de Nacala (em Nampula) por ser «indispensável silenciar [o] RCM».⁹⁵

Tendo o Acordo de Lusaca sido assinado na manhã de 7 de Setembro, Almeida Santos refere que só de tarde os subscritores souberam o que estava a acontecer, tendo a delegação portuguesa partido para Lisboa «com o coração apertado» enquanto a RCM prosseguia os histriónicos apelos ao «patriotismo contra a ‘traição’ que em seu entender o Acordo significava», qualificando os negociadores lusos «de ‘traidores’ e ‘vendilhões’ da Pátria». Os insurrectos tinham procurado uma ‘vaga de fundo’ que não ocorreu: os surtos de entusiasmo verificados na Beira, em Tete e noutras partes do território «não viriam a ter significativa expressão como adesão popular à revolta».⁹⁶

⁹⁰ Clotilde Mesquitela, *Moçambique, 7 de Setembro de 1974*, (Lisboa: A Rua, 1977) postado em 28 de Abril de 2014 em <http://bcac1891.blogspot.pt/2014/04/1-capitulo-do-livro-mocambique-7-de.html>

⁹¹ Entrevista a Ilda Duarte Simões, *O País*, 06.05.1976, 24.

⁹² CCFAM p/ CEMGFA, 07.09.1974, Secreto. Fundo 3, Cx45, ADN.

⁹³ CCFAM p/ CEMGFA, 08.09.1974, Secreto/Exclusivo, Fundo 3, Cx45, ADN.

⁹⁴ CEMGFA p/CCFAM, 09.09.1974, Secreto, Fundo 3, Cx45, ADN.

⁹⁵ CEMGFA p/CCFAM, 09.09. 1974, Secreto/Exclusivo, Fundo 3, Cx45, ADN.

⁹⁶ António Almeida Santos, *Quase Memórias*, vol.2 (Lisboa: Casa das Letras, 2006), 92-93.

Para o Alto-Comissário, o 7 de Setembro foi a «tentativa desesperada, de uma minoria reaccionária branca» inviabilizar o processo em curso, recorrendo a «processos de manipulação psicológica do tipo patrioteiro» para conquistar «uma grande maioria da população branca emotivamente mobilizada» contra o Acordo de Lusaca, «em que os interesses privilegiados da população branca tinham sido marginalizados». Aditando ter a sublevação causado um elevado número de mortos e feridos (na maioria africanos).⁹⁷

Segundo um repórter britânico havia a registar 47 mortos e 371 feridos, a maioria africanos.⁹⁸ Não mencionando a maioria das fontes o número preciso de vítimas, este tende a ser exacerbado em qualificativos de grandeza. Ribeiro Cardoso alude a «um crime sem perdão [...] que originou incontáveis mortos, na esmagadora maioria negros», que ao lançar «gasolina para a fogueira» do ódio nutrido pelo colono, suscitou o levantamento dos africanos do ‘caniço’: «Chegara a hora da população branca ser tomada pelo medo, primeiro, pelo pânico, depois. A Polícia incluída, quando as suas comprometidas chefias descobriram, tarde demais, que não tinham capacidade para enfrentar muitos milhares de negros em fúria».⁹⁹

Segundo um jovem (nascido em 1960, residente no ‘caniço’ onde fora «criado no meio de negros») no dia 10 de Setembro quando a família ia para a cidade, militares da FRELIMO mandaram-nos parar avisando-os que não voltassem para casa porque seriam mortos. Tendo regressado após os confrontos, encontraram a casa destruída e o aviário queimado com as galinhas lá dentro. Estando os pais no interior do automóvel viram-no rodeado por um grupo de negros armados de machados, catanas, ferros afiados e paus. Tendo os soldados da FRELIMO (a quem ele e os irmãos solicitaram auxílio) lhes dito que não fossem «estúpidos em lá voltar», pediram ajuda a vizinhos negros do bairro onde viviam que, munidos dos mesmos objectos, afugentaram os intrusos.¹⁰⁰ Um caso demonstrativo que as relações de vizinhança e de entreajuda comunitária também coexistiam, podendo sobrepor-se à animosidade racial.

A sublevação foi aplacada pela intervenção conjunta das FAP e da FRELIMO, segundo Crespo sem dificuldade por o Movimento estar «descomandado politicamente» e os seus orquestradores desalentados com a homologação do Acordo pelo presidente Spínola. Apesar do boato sobre o conluio de forças do território com outras na Rodésia

⁹⁷ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10. 1974, Doc.1, 17-18. FPVC, CD25A-UC.

⁹⁸ *The Times*, 12.09.1974, *Descolonização portuguesa...*, 124.

⁹⁹ Ribeiro Cardoso, *O Fim do Império: Memória de um soldado português, o 7 de Setembro em Lourenço Marques*, (Lisboa, Caminho, 2014), 11.

¹⁰⁰ Sem nome, *O Retornado* n.º 23, 13.03.1976, 14.

e na África do Sul nada sucedeu e, segundo Vítor Crespo, com a entrada na cidade dos militares da FRELIMO, «a grande esmagadora maioria da população branca» percebeu que a situação era «irreversível e a ela se acomodou silenciosamente».¹⁰¹ A revolta terá envolvido uma percentagem reduzida de radicados, como referiu o MNE, Mário Soares no dia 13 de Setembro: a maioria dos portugueses de Moçambique mantivera-se neutral. Alguns dias depois Vítor Crespo afirmaria que somente cerca de 10 000 dos 100 000 residentes de Lourenço Marques teriam participado.¹⁰² Porque a intenção acentuara ressentimentos antigos era premente desfazer a ideia que todos os portugueses da capital eram reaccionários.

Os radicados sentiam, no entanto, estar à mercê do antigo inimigo, dado a sintonia de posições entre as FAP de Moçambique e os nacionalistas que eram majoritários no Governo de Transição composto por 6 ministros moçambicanos e 3 designados por Lisboa. E a mensagem enviada por Samora Machel (para ser lida na posse do executivo) não fora suficientemente apaziguadora.¹⁰³ Porque, segundo Crespo, «definia um ideário político revolucionário extremamente radicalizado e contundente ainda que [...] balizado pelos princípios revolucionários, mas não discriminatórios de um tipo de revolução popular». Considerando, porém, que o discurso do presidente da FRELIMO «assustou razoavelmente a população branca» que ansiava por «sinais evidentes» sobre a sua permanência e colaboração no futuro do país, desde que não perdesse o «seu estatuto privilegiado».¹⁰⁴

Depois de homologado o Acordo, a FRELIMO passou a conduzir os destinos do território, admitindo-se que a generalidade dos radicados não quisesse viver num regime de partido único que, protagonizado por quem combatera o sistema colonial, não seria certamente complacente para quem considerava o ocupante, usurpador e opressor. Identificados alguns participantes na sublevação pelas fotos publicadas em jornais locais e da metrópole, estas serviram de prova à detenção de quem não fugira para a Rodésia, a África do Sul ou Portugal. Um professor de desenho de liceu em Quelimane, detido pela Polícia Judiciária e preso durante 5 dias, foi «exibido publicamente com mais 11 prisioneiros descalços» a uma plateia enquanto um soldado nacionalista lhes chamava

¹⁰¹ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10.1974, Doc.1, 18-20. FPVC, CD25A-UC.

¹⁰² MacQueen, *A Descolonização...*, 193. Entrevista a Vítor Crespo, *Expresso*, 21.09.1974.

¹⁰³ O Governo de Transição tomou posse no dia 20 de Setembro de 1974. Portugal fez-se representar pelo ministro e major Melo Antunes e pelos conselheiros de Estado, Comandante Contreiras, o major Canto e Castro e o capitão Pinto Soares.

¹⁰⁴ Vítor Crespo, *A guerra colonial...*, 16.10. 1974, Doc.1, 20-21. FPVC, CD25A-UC.

«‘reaccionários’, ‘analfabetos políticos’, etc.». Libertado por um juiz, explicou-lhe um doutrinador da FRELIMO «destinarem-se estes castigos públicos» a purgar os brancos da sua «arrogância racial».¹⁰⁵

No dia 15 de Setembro, o saldo da aplacação da intentona contabilizava 91 mortos e 515 feridos.¹⁰⁶ Referindo os relatórios militares que nos subúrbios da capital «negros armados de catanas e varapaus provocaram êxodo de brancos para a Suazilândia ou a sua recolha aos quartéis das NT [Nossas Tropas]», saqueando cantinas na região de Muamba.¹⁰⁷ No final do mês, os relatórios da FAP mencionavam a prossecução «embora isolados, furtos praticados por africanos em casas de europeus» e o episódio protagonizado por trabalhadores ferroviários que tinham tentado «linchar engenheiros e queimar viaturas».¹⁰⁸

Gradualmente a normalidade regressou à capital, mas os brancos sentiam-se inseguros devido à ‘falta de respeito’ que diziam demonstrar alguns negros e às ameaças proferidas de que, em breve, tudo seria seu. Como refere um radicado: «Felizmente que tudo acalmou. Pior é o fruto que a propaganda deixou, dando margem à falta de respeito por parte dos negros, a assaltos, roubos, etc. etc., porque entendem que a terra é deles e consequentemente as machambas, as casas, os carros, e até as mulheres sejam elas brancas ou mistas».¹⁰⁹ O desejo de apropriação do estilo de vida dos colonos na Argélia descrito, em 1961, por Frantz Fanon também era sentido noutras colónias:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se na sua cama, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto: surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: ‘Eles querem tomar o nosso lugar’. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.¹¹⁰

O «ambiente de tensão», de «instabilidade psicológica» e de «apreensão» entre a comunidade branca repercutia-se no elevado número de marcações de viagens para Portugal e para a África do Sul.¹¹¹ A partida dos portugueses é frequentemente descrita

¹⁰⁵ Viriato da Silveira, *O Retornado* n.º 9, 05.12. 1975, 7.

¹⁰⁶ CCFAM, 18.09. 1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹⁰⁷ CCFAM, 17.09. 1974, Fundo 3 Cx45, ADN.

¹⁰⁸ CCM, 24/26.09.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹⁰⁹ Carta enviada a Maria Maconde (pseudónimo), *O Retornado* n.º 29, 27.04. 1976, 2.

¹¹⁰ Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968), 29.

¹¹¹ CCM, 21.09.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

(de um ângulo estereotipado) pela corrida às passagens aéreas em aviões sobrelotados e à marcação de espaço nos navios para os contentores que eram fabricados, de dia e de noite, ao som de um ensurdecido matraquear dos martelos.¹¹²

Esta visão predominante (algo caricatural e prevalecente) do ‘olhar’ dos outros sobre os momentos anteriores à partida considera que o primeiro êxodo dos portugueses de Moçambique consistiu numa saída apressada dado o seu mundo (colonial) ter sido ‘virado do avesso’, em que «viam com horror a possibilidade de um governo de maioria negra e ainda por cima, decerto com tendências socialistas».¹¹³ Não podendo este prisma ser desmentido, negado ou escamoteado, a ele deverá somar-se o pânico social que não resultava de meros rumores ou medos imaginados, mas de actos de intimidação, de depredação e de violência sofridos ou testemunhados. Como era registado pelas autoridades: «a continuação de roubos isolados a cantinas, casas e propriedades de europeus e consequente tentativa de recuperação dos artigos roubados alimenta [uma] certa tensão entre populações».¹¹⁴

O cancelamento imediato das remessas mensais de uma parte do vencimento e de pensões de reforma para a metrópole (que perturbava enormemente os funcionários públicos) era qualificado como um rumor.¹¹⁵ Embora fosse factual a incapacidade de resposta aos inúmeros pedidos de transferência solicitados. Havia ainda a assinalar o espancamento de um agricultor branco por 10 negros a norte de Vila Alferes e um condutor ter morrido depois de alvejado num posto de controlo da FRELIMO.¹¹⁶ E os enviados de Costa Gomes – depois de reunirem com portugueses de Lourenço Marques – informaram que neles «sobressaía nítida ansiedade e profunda apreensão pelo futuro».¹¹⁷ Os confrontos de 21 de Outubro – iniciados por uma contenda entre militares das FAP e da FRELIMO, que aliás, eram algo frequentes – que culminariam no assassinato de muitos brancos, viriam a ser a causa do primeiro êxodo de Moçambique. Os números oficiais difundidos pela imprensa referem-se às baixas das duas ocorrências (caso fossem separados e identificadas a etnia das vítimas seria mais fácil aferir a dimensão de cada uma) num total de 150 mortos e 700 feridos.¹¹⁸

¹¹² Couto, *Moçambique 1974*..., 284.

¹¹³ Omar. R. Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia...», *Os Outros da Colonização*..., 334.

¹¹⁴ CCM, 01-03.10.1974. Fundo 3, Cx45, ADN.

¹¹⁵ CCM, 01-03.10.1974. Fundo 3, Cx45, ADN.

¹¹⁶ CCM, 13/18 /20.10.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹¹⁷ Relatório da Missão a Moçambique dos Capitães-de-Fragata João Baptista Comprido e Armando Felgueiras Soares, 07.10.1974, Fundo 3, Cx46, ADN.

¹¹⁸ *Diário de Notícias*, 22.10.1974, *Descolonização Portuguesa*..., 125.

Ao comparar cada ocorrência, Vítor Crespo assinala que se o 7 de Setembro foi um processo de acontecimentos que redundou na «conformação e expectativa» dos brancos, apesar «do medo da averiguação de responsabilidades e de um natural ajuste de contas», o 21 de Outubro consistiu num epifenómeno de incidentes sangrentos que causando «uma desilusão profunda e uma amarga angústia» nos portugueses, lhes incutiu «um pânico doentio e o desejo muito agudo de partir e deixar tudo».¹¹⁹

Na sequência das represálias sobre os participantes no 7 de Setembro, a população radicada já evidenciava emoções negativas de receio, ansiedade, apreensão, tensão e instabilidade psicológica. A violência exercida (indiscriminadamente e em escassas horas) sobre os residentes brancos da periferia e da cidade desencadeou o sentimento de pânico e a necessidade de fuga. Numa contenção descritiva (aparentemente deliberada), o Comandante-Chefe Sousa Menezes registou a ocorrência, caracterizando-a pelas «graves depredações, saques, incêndio de viaturas e ataques à população, com actos de selvajaria de base racial sobre a população branca».¹²⁰ Sendo raras as referências de fontes secundárias a este episódio, os investigadores brasileiros Omar Ribeiro Thomaz (antropólogo) e Sebastião Nascimento (sociólogo) aludem à «matança» verificada que, pela primeira vez, não incidiu sobre os africanos, mas sobre a população branca.

Famílias inteiras de cantineiros são chacinadas, brancos que habitavam no subúrbio não conseguem fugir a tempo são queimados nas suas próprias casas, veículos que circulam entre a Matola e o aeroporto são detidos e queimados com os passageiros dentro e uma multidão dirige-se ao centro da cidade do cimento armada com paus, catanas e algumas armas de fogo. O exército português e parte dos representantes da FRELIMO [...] cercam a cidade do cimento, impedindo o passo, o que se revelou trágico para os que tinham ficado lá. Pela primeira vez o número de brancos mortos, cujas cifras oscilam entre centenas e milhares, é muito superior ao número de negros.¹²¹

O próprio Alto-Comissário qualificou os actos «de uma barbaridade selvagem», no relatório enviado para Lisboa. Registrando que aquelas «quatro horas que abalaram Moçambique foram essencialmente os resultados de uma explosão racista e, por isso mesmo, extremamente violentos, circunscritos e atingindo quase exclusivamente as pessoas». «O maior número de vítimas foi da população branca e as formas da sua matança e espancamento revestiram-se de trágicos aspectos e de uma barbaridade

¹¹⁹ Vítor Crespo, *A guerra colonial*..., Doc. 1, 21-23, FPVC, CD25A-UC.

¹²⁰ CCM, 24.10.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹²¹ Omar R. Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia...», *Os Outros da Colonização*, 337.

selvagem». Enfatizando numa frase enormemente elucidativa: «Os bens, sendo coisas, não têm raça e, portanto, ficaram de fora».¹²²

A génese deste epifenómeno é atribuída nas fontes secundárias à prisão efectuada por soldados da FRELIMO de 2 Comandos portugueses (trajados à civil) que tinham agredido nessa manhã um engraxador negro num café. Em resposta à sua detenção, as duas companhias a que pertenciam os detidos ripostaram contra as forças frelimistas, originando um intenso tiroteio na Baixa da capital.¹²³ O incidente é sempre referido não sendo, contudo, mencionado o massacre originado pelo «forte boato» posto a circular de que os brancos se «preparavam para matar todos os negros».¹²⁴

De acordo com o Comandante-Chefe, Sousa Menezes, o rumor de propagação fulminante criou um «forte clima emocional e medo tanto nas populações africanas como nas europeias [...] que abandonaram os empregos causando engarrafamentos no trânsito e um certo pânico», com a corrida tumultuosa de pessoas rumo às respectivas casas para se barricarem de eventuais investidas. Incumbidas as forças da FRELIMO de apaziguar as populações periféricas, a rádio difundiu desmentidos e apelos constantes à calma que se revelaram infrutíferos e sem qualquer efeito prático.¹²⁵ Atendendo a que nos dias seguintes o número de vítimas aumentou exponencialmente cifrando-se em 44 mortos (29 brancos) e cerca de 90 feridos.¹²⁶

Armando Costa Rolo, 43 anos de idade, maquinista de profissão foi morto nos subúrbios da capital moçambicana nessa tarde. Segundo o filho, o pai deslocara-se a uma povoação em Tete onde o avô possuía uma ‘machamba’ regressando à capital com o irmão, a cunhada e o sobrinho quando na estrada de Marracuene se lhes deparou um ‘machibombo’ parado na via. Pensando tratar-se de um posto de controlo da FRELIMO, parou a viatura e continuou a conversar tranquilamente enquanto um grupo de negros com catanas, paus e ferros se aproximou. Ao abrir a porta do carro, pediu que tivessem calma. «A resposta foi uma machadada na cabeça».¹²⁷

¹²² Vítor Crespo, *A guerra colonial*...., Doc. 1, 21-23, FPVC, CD25A-UC.

¹²³ CCM, 21.10.1974. Fundo 3, Cx45, ADN. CEMGFA p/ CCFAM, 26.10.1974, Secreto, Fundo 3, Cx46, ADN. Detidas e antes de serem transferidas para Angola, as duas companhias de Comandos ficaram sob prisão no departamento disciplinar que funcionava na Ilha de Moçambique.

¹²⁴ CCM, Comando Territorial Sul (CTS), 25.10.1974. Fundo 3, Cx45, ADN.

¹²⁵ CCM, CTS, 23.10.1974, GB 1616, AHPR.

¹²⁶ CCM, 24.10.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹²⁷ José Manuel Rolo, *O Retornado* n.º 30, 04.05.1976, 21.

Segundo uma moradora do ‘cimento’ muitos vizinhos já tinham partido por causa dos *mabandidos*.¹²⁸ Calculando a Polícia que estes rondassem os 5,000 ainda não os conseguira deter. Em contrapartida, em «prisões mais selectivas» tinham já sido detidos 1,200 «manobrados pela reacção» que iriam ser internados em campos de reeducação, como informou o (português) comandante Aguiar, secretário-geral da Informação no executivo de transição moçambicano.¹²⁹

Para evitar distúrbios e incitamentos à violência, o Governo impôs a entrega de todas as armas na posse de residentes e realizou operações conjuntas de vigilância e controlo à posse de armas.¹³⁰ A eficiência do patrulhamento misto era, no entanto, afectada (segundo o Comandante-Chefe) pelas divergências entre os seus efectivos, encontrando-se «as tropas europeias bastantes descontentes face ao procedimento dos elementos da FRELIMO que consentem às populações depredações várias, opondo-se inclusivamente a que as nossas tropas actuem para lhes pôr termo».¹³¹

Os soldados nacionais continuavam a ser ‘provocados’ (e por vezes alvejados), o que causava «grande nervosismo» entre a tropa portuguesa desejosa de cometer «acções de desagravo» que, obviamente, criariam grande melindre. Numa convivência que se revelou problemática até findar o período de transição. A rivalidade étnica acentuava-se, considerando Sousa Menezes não ajudar a exibição em curso do filme *Deixem-me pelo menos subir às palmeiras*¹³² ao «clima de harmonia racial» que urgia «a todo custo, conseguir».¹³³ Considerando também não ser sensato que se deixasse retirar insígnias históricas nacionais de locais públicos, como sucedera dias antes com os baixos-relevos do pedestal da estátua de Mouzinho de Albuquerque, na Praça do Município.

O massacre ocorrido (mencionado pelas fontes militares em Moçambique como os acontecimentos de 21 de Outubro) acentuou «o desejo de partida» dos portugueses, encontrando-se naquela ocasião 150 000 passagens aéreas para o exterior reservadas até

¹²⁸ *Notícias*, 30.10.1974, Doc.2, 36. FPVC, CD25A-UC.

¹²⁹ *Diário de Lisboa*, 09.11.1974, última página, SIPFA, Cx5997, ADN. Entre os detidos encontrava-se a líder de um agrupamento político moçambicano, Joana Simeão.

¹³⁰ Souto, «Moçambique: Descolonização...», *O Adeus ao Império*, 149.

¹³¹ Relatório Diário, EMGFA, 06-07.11.1974, 11. Fundo 3, Cx27, ADN.

¹³² Primeira longa-metragem do realizador, Joaquim Lopes Barbosa (nascido no Porto em 1944 e chegado a Moçambique aos 26 anos de idade), filmada entre 1971 e 1972 nos arredores de Lourenço Marques. Inspirado no poema *Monangamba* de António Jacinto, e no conto *Dina* de Luís Bernardo Honwana, o filme denuncia a violência do colonialismo na vida de trabalhadores negros desesperançados no futuro, tendo sido proibido na íntegra pela Censura.

¹³³ 3.º Relatório da situação militar, CCM, 11.11. 1974, Secreto, Doc.3, 172-175. FPVC, CD25A-UC.

Fevereiro de 1975.¹³⁴ Após a ocorrência, as autoridades assinalavam observar-se entre os brancos de todos os distritos (talvez com excepção do Niassa) uma sensação «de forte insegurança quanto a pessoas e bens [...] agravada pela operação de recolha de armas» que decorreria nos dias subsequentes, o que conjugado com o receio de novos ataques ajudou a consolidar a ideia de ser-lhe impossível ficar em Moçambique.¹³⁵

Duma maneira geral toda a população europeia vive momentos de grande ansiedade motivados principalmente pela insegurança que vem sentindo. Dizem-se provocados nas ruas pela população negra e referem existir da parte das autoridades um grande abrandamento e até alheamento quanto aos problemas que surgem. Relativamente aos acontecimentos de 21 e 22 de Outubro referem alguns a inoperância da FRELIMO perante as atitudes de vandalismo praticadas por elementos da população negra. Dizem também sentirem-se isolados por [haver] poucos meios de transporte para o exterior para si e suas bagagens. Os que sofreram danos devido aos ataques feitos pelas populações negras vivem situações económicas difíceis e apelam para uma rápida solução dos seus problemas e indemnizações a receber a fim de poderem reconstituir as suas vidas.¹³⁶

A população branca evidenciava «grande descontentamento e indecisão» quanto ao futuro pelo facto de o Governo não esclarecer se contava com ela no futuro contexto político e por «se sentir obrigada a permanecer em Moçambique» devido à escassez de navios de carga e à impossibilidade de transferir «algum dinheiro para se poder alimentar e alojar em Portugal». ¹³⁷ Enquanto prosseguia a campanha de politização das massas e a africanização do aparelho de Estado, sendo os lugares-chave ocupados por membros da FRELIMO ou «devotados militantes», na «clara intenção [...] de reforçar o seu poder, garantindo a estreita obediência das populações à sua linha política». ¹³⁸

Quem não estava ao lado da FRELIMO, estava contra ela. Esta máxima seria legalmente consagrada pela publicação no início de Novembro de 1974 de 3 Decretos-Lei que instituíram os crimes contra a descolonização. Tendo sido promulgadas pelo Alto-Comissário eram, segundo justificou, medidas necessárias porque «os direitos individuais adquiridos na vida das situações coloniais» não deveriam sobrepor-se «aos

¹³⁴ *A Capital*, 26.10.1974, *Descolonização Portuguesa...*, 272.

¹³⁵ Relatório do AC ..., CCM, 03.11. 1974. Doc.2, 5-6, FPVC, CD25A-UC.

¹³⁶ Relatório de situação psicológica, CCM, 5.^a Repartição, Secreto, 03.11.1974. Doc.2, 13, FPVC, CD25A-UC.

¹³⁷ 3.º Relatório da situação militar, CCM, 11.11.1974, Secreto, Doc.3, 176. FPVC, CD25A-UC.

¹³⁸ Relatório Diário, EMGFA, 14-15.11.1974, 12.Fundo 3, Cx27, ADN.

interesses legítimos que os processos de descolonização reclamam».¹³⁹ Ao serem cerceados os direitos individuais em prol dos interesses do processo (como alegou Vítor Crespo), este pacote legislativo permitiu a prisão arbitrária de centenas de brancos e negros, a quem estava interdito o recurso ao *habeas corpus*.

O primeiro diploma (DL n.º 8/74) visava quem difundisse «notícias falsas ou tendenciosas» que pudessem «alterar a ordem ou a tranquilidade pública, paralisar as actividades económicas e profissionais, causar a intervenção desnecessária das autoridades [ou] injustificado alarme público», sendo os suspeitos punidos com penas de prisão de 2 a 8 anos. O segundo decreto (DL n.º 11/74) incluía todos os actos que não obstando ou lesando, de facto, a aplicação do Acordo de Lusaca e a descolonização nela preconizada, fossem «cometidos com essa intenção». Entre estes contavam-se danos e ofensas corporais, uso de uniformes ou de nome falso, exercício ilegal de funções, injúrias e violências contra as autoridades públicas, resistência, desobediência e ameaças contra elas proferidas em vias ou lugares públicos.

Por serem considerados crimes de enorme gravidade, o limite mínimo e máximo das penas de prisão (previstas no Código Penal português) eram aumentadas em metade da sua duração, não podendo a pena aplicada ser inferior a 6 meses nem ser suspensa ou substituída por multa. O terceiro diploma (DL n.º 12/74) considerava que constituindo «agentes reaccionários e provocadores» uma ameaça ao processo de descolonização e dado as garantias individuais (incluindo a providência de *habeas corpus*) só poderem vigorar «num clima de completa estabilidade social» que não existia, aos suspeitos estavam vedados os direitos legalmente consagrados aos indivíduos submetidos a prisão preventiva.¹⁴⁰

A publicação dos diplomas coincidiu com o início de uma ‘caça ao reaccionário’ e com a extinção das carreiras marítimas de passageiros para Portugal, o que causou enorme indignação nos radicados em Moçambique e muita apreensão nos que estavam em Angola, ao significar a impossibilidade de partirem para Portugal juntamente com os seus bens.¹⁴¹ A instabilidade psicológica criada por este anúncio traduziu-se num «apreciável número de marcações de passagens» para a metrópole e para a África do Sul, tendo-se formado no início de Novembro uma fila junto à empresa de navegação *Insulana* com cerca de 100 pessoas que, querendo «acintosamente permanecer» no local

¹³⁹ Relatório do AC..., CCM, 03.11. 1974, Doc.1, 34, FPVC, CD25A-UC.

¹⁴⁰ Boletim Oficial de Moçambique, I Série, n.º 127, de 02.11.1974, Doc.2, 16-19, FPVC- CD25A-UC.

¹⁴¹ *Diário de Luanda*, 04.11.1974, 1.

para reservar lugar num navio, foram dispersadas pelas forças militarizadas.¹⁴²

Vítor Crespo atribuía o êxodo dos radicados não só ao clima de insegurança, mas também à indefinição legal de aspectos relevantes para a comunidade radicada. A «grave situação», segundo referia, resultava de «uma inoperância governativa quase total» que afirmava não poder corrigir por as decisões estarem «totalmente nas mãos do Governo». Considerava natural que «a tecnocracia voluntariamente marginalizada num processo de evolução política [procurasse] noutros territórios as condições de vida» que lhe eram negadas em Moçambique, entre as quais, referia: «muito conta a segurança das pessoas e bens e de um mínimo social».

Embora Crespo considerasse a partida dos portugueses compreensível como meio alternativo à sua sobrevivência, um êxodo em massa era entendido como uma censura declarada à solução descolonizadora seguida em Moçambique (a delegação de poderes na FRELIMO, em que se passaria «rapidamente da descolonização para o abandono».¹⁴³ Acrescendo que a chegada desta gente a Portugal teria um indesejável «impacto político sobre o povo português, ainda numa vivência pré-democrática e muito sensível, portanto, aos resultados das soluções inovadoras definidas pelo MFA».¹⁴⁴

O Alto-Comissário referia ainda que tendo havido um decréscimo substancial no receio da população branca de ser alvo de agressões físicas, ocorriam «esporadicamente atitudes menos próprias em relação à população feminina». Estas «atitudes menos próprias» consistiam em rusgas e detenções de mulheres solteiras acusadas da prática de prostituição, por estarem sozinhas em locais públicos ou viverem em união de facto sem serem casadas. Acreditava, porém, que a situação tenderia a normalizar-se.¹⁴⁵ Sousa Menezes era menos optimista. Considerava mais provável a prossecução ou o aumento da «agitação das massas desempregadas», o que faria persistir a desordem social, a insegurança física e a instabilidade psicológica nos portugueses, fomentando à sua partida em massa, o que redundaria no caos económico.¹⁴⁶

As «graves perturbações psicológicas» observadas na população radicada eram agravadas por 3 factores: a falta de navios mercantes, a interdição às transferências para Portugal e o elevado preço das tarifas aéreas.¹⁴⁷ O Governo permitira que cada adulto

¹⁴² Relatório Diário, EMGFA, 05-06.11.1974, 6, Fundo 3, Cx27, ADN.

¹⁴³ Relatório do AC..., 03.11. 1974, Doc.1, 25-27, FPVC, CD25A-UC.

¹⁴⁴ Relatório do AC..., 03.11. 1974. Doc.1, 28-34, FPVC, CD25A-UC.

¹⁴⁵ Relatório do AC..., 17.11. 1974. Doc.4, 3-5, FPVC, CD25A-UC.

¹⁴⁶ 4.º Relatório da situação militar, CMM, 18.11.1974, Secreto, Doc.4, 97, FPVC, CD25A-UC.

¹⁴⁷ Relatório Diário, EMGFA, 14-15.11.1974, 12. Fundo 3, Cx27, ADN

resgatasse dos depósitos à ordem não 4,000 mas 10 000 escudos semanais (empresas e serviços poderiam levantar até 25 contos por semana), mas no mesmo dia proibiu a compra de passagens aéreas em moeda local e decretou que o passageiro comprovasse antes do embarque que nada devia à Fazenda Nacional.¹⁴⁸

Agrava-se o mau estar no tocante à inexistência de meios para o transporte das bagagens daqueles que pretendem abandonar definitivamente Moçambique. Lamentam ainda o facto de ter sido publicado [...] um despacho que exige a obtenção de cambiais para aquisição de passagem que, segundo interpretação corrente se destina a dificultar a saída àqueles que o pretendem fazer.¹⁴⁹

Segundo Sousa Menezes, quem enviara a família para a metrópole estava a passar por «situações deveras difíceis», sem «recursos de qualquer espécie para sobreviver e sem lhes transferirem absolutamente nada», verificando-se a mesma situação em quem estando em internamento hospitalar em Portugal com direito às transferências, não as recebera por se encontrarem retidas nas entidades bancárias. Encontrando-se em curso o realojamento das minorias atacadas nos subúrbios no 21 de Outubro, comerciantes e industriais (cujas instalações tinham sido «completamente arrasadas») queriam mas não podiam retomar a actividade, por não terem sido indemnizados.¹⁵⁰

Cabendo à 5.^a Repartição o registo dos pedidos de indemnização pelos lesados (que levariam, no mínimo, 4 meses a processar), a quem decidiu ficar foi atribuído um subsídio por 120 dias. Aos queixosos deveria exigir-se a apresentação de documentação comprovativa dos alegados danos e sobre eles exercer-se «uma mentalização» porque chegavam ali «totalmente desmoralizados e imbuídos de ideias reacionárias» que urgia rebater. O documento refere ainda ser na ordem das centenas o número de pessoas que se deslocava aquele serviço a pedir esclarecimentos e conselhos e a expor os problemas que os afligiam, solicitando uma solução para os mesmos.¹⁵¹

Em Novembro de 1974 a economia moçambicana estava à beira do colapso: a agricultura exibia «sinais de crise evidente» traduzível em desemprego rural onde já se

¹⁴⁸ Souto, «Moçambique, Descolonização...», *O Adeus ao Império*, 150.

¹⁴⁹ 5.º Relatório da situação militar, CCM, 26.11.1974, Secreto, Doc.5, 19-20, FPVC, CD25A-UC.

¹⁵⁰ 5.º Relatório da situação militar..., CCM, 26.11. 1974, Secreto, Doc.5, 19-20, FPVC, CD25A-UC.

¹⁵¹ Relatório de situação militar 06-13.01.1975, Secreto, Doc.10, 49, FPVC, CD25A-UC. O balanço final foi de 67 processos por perda de habitação, 86 por depredações em lojas e residências, 31 por acções de guerrilha, 17 por viaturas destruídas, 146 por saque a estabelecimentos comerciais, 44 por vandalização de fábricas e 145 por destruição de agropecuárias, num total de 536 processos instruídos com compensações devidas no valor de 100 000 contos. Depois de 15 de Março foram apresentadas mais 238 queixas por depredações em lojas e habitações.

registavam situações de fome; a avicultura concentrada em Lourenço Marques sofrera «um golpe desastroso» nos ataques de Outubro e a redução na quantidade de pescado tornara «grave» a situação naquele distrito. As indústrias debatiam-se com a falta de matérias-primas (grande parte das quais importadas) e a escassez de produtos à venda nos estabelecimentos das zonas rurais e suburbanas era esporadicamente colmatada devido à desorganização nos circuitos de distribuição.¹⁵²

A partida dos portugueses agravaria o estado da economia, mas para o secretário-geral de Informação de Moçambique, o português Comandante Aguiar, não haveria esse risco porque os homens enviavam a família para Portugal, ficando eles em Moçambique por saberem que a FRELIMO era «uma organização política anti-racista» que aceitava «plenamente a população europeia lá fixada».¹⁵³ Contudo, não era exactamente assim.

Muitos portugueses foram acoissados e alguns deles detidos. Segundo uma mulher (nascida em 1946), depois do 7 de Setembro centenas de pessoas foram presas, o que a fez fugir com a família para a África do Sul. O marido tinha sido preso na fronteira, em Novembro, ao tentar regressar a Moçambique. Aconselhada a partir para Portugal, antes do embarque (em Janeiro de 1975) visitou-o na prisão da Machava.

O casal trocou regularmente correspondência até Março seguindo-se 4 meses em que as cartas emanadas de Lisboa não tiveram resposta. Era sua convicção que o marido teria passado por vários campos de trabalho (alguns dos quais na Tanzânia) e deveria ser transferido com frequência porque as poucas cartas e postais, que lhe eram enviadas «por mãos amigas», provinham sempre «de locais diferentes». Numa deles, o cônjuge escrevera: «Ainda não fui morto e é isso que me admira. Meteram-me descalço numa retrete infecta e depois transferiram-me para outro campo. Dizem que sou suspeito, mas nada de concreto têm contra mim. Felizmente que ainda estou guardado pelas tropas portuguesas».¹⁵⁴

O capitão miliciano Rui Leal Marques esteve com 6 portugueses num desses campos, onde chegou em 25 de Março de 1975. Tendo participado activamente no 7 de Setembro, fugiu com a família para a África do Sul devido «à repressão» e foi preso em 17 de Novembro ao regressar a Moçambique, ficando à guarda de soldados portugueses na Machava e na Penitenciária de Lourenço Marques. Atribuindo a sua prisão à «caça ao reaccionário» que foi realizada com o intuito de «fomentar o pânico» e criar «um

¹⁵² Aspectos da conjuntura económica em Moçambique, 28.11.1974, GB 1616, AHPR.

¹⁵³ *Diário de Lisboa*, 09.11 1974, última página, SPIFA, Cx5997, ADN.

¹⁵⁴ *O País*, 22.01.1976, 9.

clima de medo e intimidação» entre os radicados, refere que no campo onde esteve «pretos e brancos trabalhavam de madrugada até-às-tantas da noite. Uns estavam ali por não aceitarem a política da FRELIMO, outros, por pequenos delitos». ¹⁵⁵

Criados no último trimestre de 1974 os ‘campos de reeducação’ não se destinavam unicamente a presos políticos tidos por ‘reaccionários’. Neles foram colocados cidadãos (independentemente da idade, religião, etnia e género) por as suas crenças religiosas, hábitos quotidianos ou opções de vida evidenciarem ‘vícios coloniais’ que teriam de ser erradicados pelo trabalho. As primeiras purgas sociais incidiram sobre quem fosse acusado de agitação política, sabotagem económica ou de se entregar ao alcoolismo ou à prática da prostituição considerados pelo primeiro-ministro, Joaquim Chissano como os 2 maiores vícios de Moçambique. ¹⁵⁶

Os comportamentos desviantes que ditavam a categorização dos indivíduos como degenerados, marginais ou anti-sociais e a sua subsequente detenção parecem ter sido definidos pela junção de princípios ideológicos e crenças religiosas, exponenciados pelo excesso de zelo em contexto revolucionário e pela necessidade de afirmação perante os brancos face à proximidade da independência.

Para além das detenções fundadas na alegação de ameaça política, as acusações relacionadas com costumes parecem derivar da confluência da nova ética revolucionária que almejava criar o ‘homem novo’ (expurgado dos vícios dos colonos brancos) com a interpretação puritana de interditos religiosos do Antigo Testamento, que se traduzia na punição da ociosidade (actividades de lazer e/ou de prazer consideradas venais ou corruptíveis), de hábitos associados a ‘pecados capitais’ (a usura, a luxúria, a preguiça, etc.) e de práticas tidas por imorais como o adultério e a prostituição. ¹⁵⁷ Como noutros regimes de partido único, a criação de campos de trabalho pressupunha uma dupla finalidade de natureza moralizante: a punição dos acusados pelos alegados crimes de costumes ou políticos e a reabilitação (reeducação) do carácter e do intelecto do acusado pela exorcização corporal dos maus hábitos adquiridos.

Como refere Amélia Neves de Souto, para a FRELIMO as cidades eram núcleos de corrupção e de ‘fábricas de reaccionários’ onde pululavam a droga, a libertinagem e

¹⁵⁵ Entrevista a Mário Dias Ramos, *O País*, 26.02.1976, 14.

¹⁵⁶ *A Capital*, 26.11.1974, *Descolonização Portuguesa...*, 126.

¹⁵⁷ Relatório Diário, EMGFA, 19-20.11.1974, 8. Fundo 3, Cx27, ADN. O Governo de Transição anunciou nesta data a criação de «campos especiais de reeducação para prostitutas», calculando o Ministro da Administração Interna existirem só em Lourenço Marques 75 000 «daquelas mulheres», algumas das quais já estavam a ser instaladas em tais campos.

o alcoolismo, práticas imorais que ameaçavam o rumo da revolução. Esta crença purista fomentou «as já referidas ‘operações de limpeza’ efectuadas pelo Governo de Transição, mantendo-se após a independência nas rusgas efectuadas pelas Forças Populares» e por várias entidades policiais. Nelas eram indiscriminadamente detidas pessoas (de todas as idades, etnias e credos) que as autoridades entendessem que necessitavam de ser sujeitas a um dispositivo correcional: desempregados, inactivos, mães solteiras, prostitutas, ladrões, delinquentes, mas também intelectuais, dissidentes e jovens.¹⁵⁸

Tendo a ‘caça ao reaccionário’ prosseguido, em Dezembro, a população radicada evidenciou o seu descontentamento por continuarem a ser presos portugueses que a FRELIMO dizia serem reaccionários.¹⁵⁹ A *Operação Laçada* na qual foram detidos 70 reaccionários terminara no dia 20 desse mês.¹⁶⁰ Referindo um evocador: apesar do Alto-Comissário «ter declarado na rádio e no *Notícias* de Lourenço Marques que as pessoas que aderiram ao movimento de 7 de Setembro, nada deviam temer pois aderiram emocionalmente».¹⁶¹

Entre Setembro e Dezembro de 1974 cerca de 5,000 portugueses rumaram para a metrópole, outros tantos fugiram para a África do Sul. Na última semana de Outubro calculava-se que 15 000 portugueses lá se encontrariam, em finais do mês seguinte a imprensa estimava que fossem de 25 000 a 30 0000. Existindo campos de acolhimento na província confinante com Pretória para quem chegava de Moçambique e em redor de Windhoek (na Namíbia) para receber quem provinha de Angola.¹⁶²

Terem sido acolhidos até à sua evacuação aérea para Portugal contribuiu para a gratidão que muitos expressaram. Como uma jovem (cuja família fugiu de Lourenço Marques após o 7 de Setembro) ao aludir ao «carinho» e a ajuda dos sul-africanos na procura de casa e emprego e ao apoio financeiro e moral prestado por uma família portuguesa de Joanesburgo. Afirmando que milhares de portugueses de Moçambique chegavam aos campos de Nels Pruit e Cullinan (talvez cerca de 100 por dia ou mais) transtornados pela dor devido à perda de entes queridos e dos seus bens materiais.¹⁶³

¹⁵⁸ Souto, «Moçambique, Descolonização...», *O Adeus ao Império*, 152. Segundo a autora, «milhares de pessoas passaram por esses campos de reeducação espalhados por todo o país», sendo os mais conhecidos antigas bases da FRELIMO, como Mutatel e M’sawise no Niassa, Sazuko na serra da Gorongosa em Sofala e um dos maiores na Zambézia, perto de Milange, destinado a testemunhas de Jeová.

¹⁵⁹ Relatório Diário, EMGFA, 12-13.12.1974, 9. Fundo 3, Cx27, ADN.

¹⁶⁰ RD, 21.12.1974, Fundo 3, Cx45, ADN.

¹⁶¹ Frederico José C. de Sousa, *O Retornado* n.º 18, 06.02.1976, 9.

¹⁶² *Tribuna*, 27.10. 1974. Doc.2, 23-24. FPVC, CD25A-UC.

¹⁶³ Milena Gomes, Algarve, *O Retornado* n.º 81, 26.04.1977, 23.

Alarmados em Angola

A apreensão dos portugueses de Angola aumentara com as represálias sucedâneas ao 7 de Setembro, a delegação de poderes na FRELIMO e a renúncia de Spínola em 30 de Setembro, dia em que o cônsul-geral dos EUA em Luanda, Tom Killoran, escreveu estarem os brancos «preocupados com a sua sobrevivência» se, como Moçambique, fossem abandonados por Portugal e sujeitos a um governo negro que lhes fosse hostil.

Desde o golpe de 25 de Abril que os brancos estão cada vez mais alarmados com os seus anseios de permanecer em Angola; os recentes acontecimentos em Moçambique, visto por muitos brancos como uma entrega do território por parte de Lisboa, aumentaram os seus receios de serem abandonados por Portugal.¹⁶⁴

O descontentamento pela ‘entrega’ de Moçambique era «bem evidenciado» no distrito da Huíla, onde as FAP e o Governo Provisório português eram «repetidas vezes, insultados e apelidados de ‘traidores’ e acusados de ‘estarem a vender Portugal’».¹⁶⁵ Eram, contudo, manifestações inconsequentes por não constituírem uma comunidade coesa e organizada capaz de reclamar os seus direitos ou de empreender uma rebelião. As suas preocupações cingiam-se a interesses familiares, empresariais e patrimoniais e ao desejo de permanência independentemente de quem governasse.

O quase meio milhão de brancos em Angola não estão unidos nas suas ideias sociais e políticas, mas a maioria tem um desejo imenso de ficar e de ter uma palavra sobre o seu futuro. Embora a maioria pareça inclinar-se para um dos partidos brancos não podem ser todos rotulados de extremistas. Quase todos estão dispostos a aceitar o domínio da maioria negra desde que os seus interesses sejam protegidos.¹⁶⁶

Segundo o presidente da JGA, Rosa Coutinho, existia em Angola uma minoria radical de Direita constituída quer por brancos abastados quer de classes mais baixas que eram ‘reacionários’ e contra a independência, por saberem que os seus privilégios seriam «naturalmente afectados». Neste grupo encontrava-se «tanto um capitalista [...] como um pequeno comerciante ou operário, cioso de conservar uma posição privilegiada» que lhe advinha apenas da cor da pele.¹⁶⁷

De acordo com o diplomata norte-americano Tom Killoran, embora uma minoria

¹⁶⁴ Luanda, 0834, 30.09.1974, 1974, Confidencial, RG 59, NARA.

¹⁶⁵ Sector de Comando da Huíla, 08.10.1974.Fundo 43, Cx838, AHM.

¹⁶⁶ Luanda, 0834, 30.09.1974, Confidencial, RG 59, NARA.

¹⁶⁷ *O Século Ilustrado*, 05.12.1974, 13-16, SIPFA, Cx5946, ADN.

branca pretendesse manter-se em Angola numa posição de supremacia, os assalariados mostravam «uma enorme disposição em aceitar um verdadeiro domínio negro, por considerarem ser esse o único caminho justo». Acrescentando para Washington que os portugueses não tinham aderido em massa a nenhum dos 3 partidos de brancos: esperavam ser ouvidos no processo negocial (como alegavam ter-lhes sido prometido), mas também manifestavam sérias reservas que a sua participação fosse permitida, por estarem convencidos que as novas autoridades portuguesas (de Angola e da metrópole) eram indiferentes ou mesmo contrárias às suas pretensões.¹⁶⁸

O Governo Português e a Junta [Governativa] de Angola têm tentado tranquilizar os brancos, [alegando] que os seus interesses serão protegidos e declararam que os brancos terão uma voz no processo de descolonização. Ainda assim, estão receosos e cada vez mais acreditam que a Junta e os militares em geral são insensíveis, se não mesmo contrários, aos seus desejos de segurança.¹⁶⁹

O estado de perplexidade dos portugueses, decorrente do receio de pessoas e bens não serem protegidos, transformar-se-ia em angústia e desespero ao passarem a ser alvo de ataques ideológicos e actos de violência física (saques, roubos, assaltos e violações) perpetrados por militares dos movimentos e por civis armados.¹⁷⁰ Em Outubro de 1974 (antes das delegações armadas entrarem em Angola) as «atitudes inconvenientes» em Luanda consistiam em granadas lançadas para dentro de casas, veículos apedrejados, casas assaltadas e agressões ocasionais a agentes da PSPA e a cantineiros das zonas rurais.¹⁷¹ Em Malange ocorrera numa fazenda «roubo e ferimento de gado à catanada e depredação de instalações», onde 10 toneladas de batatas foram regadas com petróleo e incendiadas. E o comício promovido em Tangué pela 5.^a Repartição (de propaganda e acção psicológica) culminara na entrada de uma multidão munida de catanas e paus na Vila, «onde saqueou, destruiu casas e apedrejou um autocarro», episódio que acentuou a convicção dos portugueses residentes de que a tropa ‘se passara para o inimigo’.¹⁷²

No mês de Outubro havia a registar assaltos a lojas e a escolas primárias da cidade

¹⁶⁸ Os 3 partidos brancos mais representativos eram a FUA (Frente de Unidade Angolana), o PDCA (Partido Democrata-Cristão de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana)

¹⁶⁹ Luanda, 0834, 30.09.1974, Confidencial, RG 59, NARA.

¹⁷⁰ António Gonçalves Ribeiro, Arrábida, 31.07.1997, 27, FDP, AHS, ICS. Gonçalves Ribeiro foi secretário-geral do Governo de Angola de 1973 a 10 de Novembro de 1975.

¹⁷¹ A expressão ‘atitudes inconvenientes’ intitula os relatórios produzidos a partir de Fevereiro de 1975 pela Comissão Nacional de Defesa (de Angola) sobre incidentes causados pelas forças nacionalistas.

¹⁷² Relatório de Situação, Fundo 3, Cx40, ADN. A 5.^a Repartição de Angola era o órgão equivalente à 5.^a Divisão do MFA, promotora em Portugal das campanhas de dinamização cultural.

e actos de vandalismo e ameaças a motoristas que ditaram a suspensão das carreiras nocturnas.¹⁷³ Em Novembro foi morto mais um taxista, destacando-se nos ‘incidentes’ assinalados o ultraje a uma mulher e à filha de 14 anos que depois de «maltratadas» foram deixadas nuas até a patrulha militar (que foi recebida a tiro) as ter socorrido, a morte de um soldado português por uma rajada de metralhadora e o esfaqueamento de 2 outros militares por um civil negro.¹⁷⁴

A banalização deste tipo de ocorrências e a passagem a actos de maior violência coincidiu, no último trimestre de 1974, com a fixação de milhares de ex-combatentes negros (armados e famintos) provenientes das bases de treino no Congo, Zaire e Zâmbia ou no Leste do território. Assinados os acordos de cessar-fogo (em Junho com a UNITA e em Outubro com a FNLA e o MPLA) os soldados nacionalistas puderam circular e instalar-se no território, ocupando aquartelamentos já devolutos pelas FAP e edifícios em zonas residenciais. Como cada movimento foi autorizado a representar-se na capital com 600 efectivos armados para garantir a sua segurança, nos primeiros 10 dias de Novembro entraram em Luanda (numa estimativa por defeito) 1,800 soldados que se fixaram nos mesmos bairros dos subúrbios e nas mesmas ruas, em edifícios a poucos metros de distância.

Dada a preponderância militar da FNLA – chefiada por Holden Roberto, cunhado do presidente zairense e apetrechada por recursos bélicos e humanos desse país – foi propiciado um equilíbrio de forças pela discriminação positiva do MPLA que degenerou numa escalada à posse de armamento, o que invariavelmente sucede por uma das partes considerar estar sempre em desvantagem face ao adversário.¹⁷⁵ Acresce que quando um grupo étnico domina uma área não aceita passivamente partilhá-la com os rivais, o que poderá relacionar-se com os confrontos ocorridos após a chegada da última delegação a Luanda (a da UNITA) no dia 10 de Novembro de 1974.

Tendo todas as comitivas sido recebidas no aeroporto de Luanda apoteoticamente por milhares de apoiantes, a da UNITA foi a que reuniu um maior número de portugueses, iniciando-se nesse mesmo dia a segunda vaga de violência que varreu a cidade – a primeira ocorrera na segunda quinzena de Julho.¹⁷⁶ No dia 13 de Novembro registavam-se 25 mortos civis (apenas 3 brancos) e 97 feridos.¹⁷⁷ «Roubos, assaltos e

¹⁷³ *Diário de Luanda*, 16.10.1974, 6.

¹⁷⁴ Relatório de Situação, Fundo 3, Cx40, ADN.

¹⁷⁵ Michael Brown, «Causes and implications of ethnic conflict», *The Ethnicity Reader...*, 97.

¹⁷⁶ *Diário de Luanda*, 13.11.1974.

¹⁷⁷ EME, 2ª Repartição, 11-12.11.1974, 5-6, Fundo 3, Cx27, ADN.

actos de vandalismo ocorrem a um ritmo galopante e a maioria das pessoas mantém-se fechada em casa [...] dominada por um complexo de cerco» devido aos tiroteios permanentes, tendo antes armazenado o máximo de provisões que pôde, escreveu Killoran.¹⁷⁸

Em protesto pelas emboscadas a que eram sujeitos nos percursos, dezenas de camionistas bloquearam o acesso a Luanda com as viaturas carregadas e ameaçaram paralisar caso as suas exigências não fossem acolhidas: mais segurança nas estradas e a demissão de membros do MFA.¹⁷⁹ Saindo os camiões da capital com as mercadorias desembarcadas no porto e manufacturadas na zona regressando a Luanda com produtos agrícolas, a greve prevista para a segunda metade de Novembro (considerada pelo MFA local uma manobra de destabilização económica) deixaria a capital sem mantimentos. O que rapidamente suscitou uma psicose colectiva de afluência aos estabelecimentos alimentares: «Grandes, médios e pequenos *self-services* foram positivamente assaltados, por uma vaga humana de todas as condições sociais e etnias. Todos procuravam o que só muito raramente obtinham: peixe, carne, pão, açúcar, arroz e outros géneros».¹⁸⁰

Por todo o território, militares e civis armados procediam à demarcação de ‘zonas de influência’: pelo levantamento de barreiras rodoviárias e postos de controlo nos principais acessos e nas artérias circundantes às suas instalações, sendo exigido o cartão de identificação, de militância, dinheiro e tabaco. Hasteada a bandeira partidária em cada delegação, automobilistas e transeuntes pedestres eram obrigados a imobilizar-se em sinal de respeito sempre que os estandartes eram içados ou arreados, porque assim faziam os portugueses perante a bandeira lusa. Houve casos de condutores baleados, outros detidos temporariamente, embora o acto mais usual consistisse na tentativa de imobilização dos veículos com rajadas de metralhadora.

Os bens dos brancos – aos quais a maioria esmagadora dos negros não tinha acesso no período colonial – eram os mais cobiçados e, por isso, os principais alvos nos assaltos à mão armada e no furto automóvel actualmente designado como *carjacking*. Nesses bens incluíam-se – como Jorge Dias assinalara no seu relatório secreto de 1958 – , entre outros, «o jipe, o avião, a geleira, o rádio, a espingarda».¹⁸¹ Uma outra forma de ‘lesar’ o branco consistia em não pagar consumos ou dívidas contraídas. Caso o cliente se apresentasse na loja armado os comerciantes obviamente não se opunham a vender

¹⁷⁸ Luanda, 3054, 13.11.1974, RG 59, NARA.

¹⁷⁹ Relatório de Situação, Fundo 3, Cx40, ADN.

¹⁸⁰ *Diário de Luanda*, 12.11.1974, 6.

¹⁸¹ Dias, *Relatório da Campanha de 1957*,..., 64.

‘fiado’, mas alguns já «andavam alarmados» por se ter tornado uma prática corrente militares nacionalistas ou civis fardados levarem mantimentos (fuba, arroz, óleo) ou fazerem refeições diárias em cafés e cantinas sem prestarem contas.¹⁸²

Segundo um evocador, dada a rivalidade entre os movimentos não surpreendia que a proximidade ao adversário degenerasse em confrontação constante, como também seria expectável que a longa espera pela independência e ânsia em a alcançar suscitasse uma apropriação imediata das comodidades que sempre lhes tinham estado interditas:

Os atritos entre eles são óbvios e a sua vizinhança favorecia o eclodir do conflito. Qualquer observador, por pouco arguto que fosse, apercebia-se de que os negros não queriam esperar pelo desenvolvimento económico do território, pelas reformas políticas que permitissem uma divisão mais favorável do produto nacional. Estavam ansiosos, aliás, exigiam que se procedesse revolucionariamente e se apropriassem de imediato do maior número de bens e regalias.¹⁸³

Apesar da contestação acesa a Rosa Coutinho e da congratulação localizada com o movimento *Moçambique Livre* não se verificou em Luanda uma mobilização colectiva, violenta e concertada para travar o processo de descolonização, o que para um evocador não se deveu a qualquer fraqueza de carácter, mas à desunião dos brancos. Mesmo sem as armas recolhidas após a tomada de posse do Governo de Transição poderiam ter feito um contragolpe com o apoio da OPVDCA, da PSP, da ex-DGS e dos Grupos Especiais africanos, mas não houve vontade nem coesão.¹⁸⁴ A ‘quarta força’ não agiu nem ocorreu (como em Moçambique) um espírito de grupo ‘branco’: «O ambiente social veio a degradar-se progressivamente, mas a confrontação entre as duas raças em presença, que muitos esperavam e alguns desejavam, não veio a verificar-se».¹⁸⁵

Sobre o posicionamento da população branca escreviam as FAP: «O grande capital angolano e certa imprensa inclinam-se para a FNLA e a UNITA, tendo esta além disso, a maioria da população branca a seu favor, já que julga ver neles a manutenção dos seus privilégios. Quanto ao MPLA assiste-se ao seu alinhamento, cada vez mais definido, com forças progressistas como o MDA, a Junta Governativa e um vasto sector do MFA». E tinha deixado «de dar crédito às associações políticas surgidas após o 25

¹⁸² Comando de Sector de Luanda, 14.01.1975, Fundo 43, Cx835, AHM.

¹⁸³ L.V., *O Retornado* n.º 2, 17.10.1975, 2.

¹⁸⁴ Rui Torres, Algarve, *O Retornado* n.º 37, 22.06.1974.

¹⁸⁵ L.V., *O Retornado* n.º 2, 17.10.1975, 2.

de Abril para passar a enfileirar nos 3 movimentos mais representativos». ¹⁸⁶

Para Silva Cardoso (um dos 5 membros da JGA), em finais de 1974 a maioria dos radicados ainda não aderira a um movimento por não possuir «consciência política». ¹⁸⁷ Segundo o general não tinham uma ideia concreta do que queriam «a não ser a sua segurança e dos seus bens», crendo que o movimento que os protegesse conquistaria a sua simpatia e apoio. ¹⁸⁸ Sendo, porém, improvável que escolhessem o MPLA, porque, como referiu Costa Gomes acerca da dificuldade em os convencer a abraçar o ideário afro-marxista: «os 600 000 portugueses lá residentes não são progressistas». ¹⁸⁹

A generalidade acabou por escolher um dos movimentos como lhe foi pedido pelo MFA e pelos decisores da metrópole. Descrentes na inscrição das suas aspirações no acordo final, caso os seus direitos não ficassem consagrados, com a independência agendada e a retirada do Exército português, o seu futuro dependeria dos líderes angolanos, sendo sensato optar pelo movimento que se afirmasse mais colaborante com os brancos. A tendência consistiu na aceitação do movimento dominante na área de residência à excepção de Luanda onde a não aproximação ao MPLA foi ditada pela sua ideologia, mas particularmente pela acção desregrada dos seus Comitês de Acção e Forças Populares na periferia da cidade. Nos demais distritos, a maioria aceitou a FNLA e a UNITA, tendo-o feito pela segurança que advinha do respaldo que teriam dos EUA, do Zaire e da África do Sul.

Porém, nenhum dos 3 movimentos nacionalistas angolanos defendia os interesses dos portugueses radicados: todos advogavam a passagem imediata da propriedade e dos meios de produção (especialmente as terras) para a posse do Estado e, grosso modo, também todos consideravam os brancos como usurpadores. Como comentou o líder da FNLA, Holden Roberto – os brancos não estariam de modo algum preparados para enfrentar «a dura realidade» que os iria atingir: a perda do controlo da economia e muito desemprego. ¹⁹⁰ Mas esse era obviamente um problema deles. ¹⁹¹

¹⁸⁶ RD, 19-20.11.1974, 7, Fundo 3, Cx27, ADN.

¹⁸⁷ António Silva Cardoso era comandante da Região Militar Aérea de Angola e um dos 5 membros da Junta Governativa chefiada pelo almirante Rosa Coutinho. Foi escolhido por Costa Gomes no Alvor para Alto-Comissário de Angola, sendo empossado no dia 28 de Janeiro de 1975.

¹⁸⁸ Luanda, 1041, 02.12.1974, TG 59, NARA.

¹⁸⁹ Comissão Nacional de Descolonização, 05.07.1975, 12, GB 1777, AHP.

¹⁹⁰ Conversa entre o líder da FNLA e o secretário de Estado-adjunto dos EUA para os Assuntos Africanos, Donald Easum reproduzida pelo cônsul norte-americano na capital zairense. Easum esteve 3 semanas em África em Novembro de 1974. Dia 22 foi a Angola (10.º país que visitou) sendo exonerado 2 dias depois.

¹⁹¹ Kinshasa, 8971, 24.10.1974. Confidencial, RG 59, NARA.

Em finais de Dezembro centenas de portugueses encheram as gares do aeroporto de Luanda, numa afluência desmesurada que gerou «grandes confusões»: a lotação dos aviões encontrava-se esgotada há alguns dias, criando entre os putativos passageiros «mal-estar e irritação pois a maioria que se encontrava em lista de espera fazia contas de ir passar o Natal com as famílias a Portugal».¹⁹² Em regra, o fluxo para a metrópole aumentava na época natalícia, mas foi mais significativo em 1974, uns por quererem estar em Portugal durante as reuniões agendadas para o Alvor (não havia certezas quanto à obtenção de um acordo), outros por pretenderem ir à metrópole pôr a salvo algumas economias.

O recurso mais usado na saída ilegal de capitais consistia em esconder diamantes no interior das bainhas da roupa ou dinheiro no forro das malas de viagem ou colado ao corpo. Um outro estratagema (detectado em Moçambique) passava pela compra de uma viagem à volta do mundo cancelada na primeira escala, sendo o cliente reembolsado quase na totalidade (só era cobrada a taxa de cancelamento) em moeda metropolitana ou estrangeira.¹⁹³ Um bilhete de lotaria premiado foi outro meio identificado: como os prémios eram pagos em escudo da metrópole, o falso apostador entregava um montante em numerário do ultramar recebendo-o de volta em escudos.¹⁹⁴ Uma prática restringida com a proibição decretada em Março de 1975 à entrada e saída de notas e moedas metálicas com curso legal em Angola.¹⁹⁵

Na véspera da Cimeira do Alvor, os radicados mantinham-se muito apreensivos sobre a defesa das suas aspirações, como registava Killoran: «A maioria dos brancos não está convencida que os seus interesses serão protegidos pelo Acordo».¹⁹⁶ As duas maiores preocupações consistiam no direito à propriedade e à dupla nacionalidade. Na primeira, tendo os líderes angolanos proposto que os brancos pudessem manter os bens legalmente adquiridos em Angola, a parte portuguesa contrapôs ser preferível consagrar a legitimidade em vez da legalidade. Assim, os futuros governantes poderiam expropriar as propriedades cuja aquisição considerassem ilegítima, incluindo as que eram detidas por quem tinha, de algum modo, colaborado com o sistema colonial.¹⁹⁷

¹⁹² *Diário de Notícias*, 27.12.1974, 9, SIPFA, Cx5932, ADN.

¹⁹³ RD, 12-13.12.1974, 4, Fundo 3, Cx27, ADN.

¹⁹⁴ Relatório de Informação (RI) n.º 40, 27.08.1975, 1.Fundo 43, Cx840, AHM. A partir de Setembro de 1975, o Governo de Transição de Angola proibiu o pagamento de «lotaria premiada» por ser uma forma de converter angolares noutras espécies monetárias.

¹⁹⁵ RD, 20-21.03.1975, 11, Fundo 3, Cx28, ADN.

¹⁹⁶ Luanda, 048, 16.01.1975, Confidencial

¹⁹⁷ Marques, *Segredos...*, 191-211.

O desejo de permanência nas antigas colónias era reclamado pelos portugueses através de um estatuto diferenciado ou pela dupla cidadania. Rejeitada pelos líderes africanos a concessão da dupla nacionalidade (quer em Lusca quer no Alvor) os critérios de obtenção da cidadania foram remetidos para regulamentação governamental futura, tendo a limitação a uma única nacionalidade sido decepcionante e entendida como uma discriminação injusta. Como se encontra explícito no testemunho de radicado: «Para uma população que pensava que lhe seria conferida a dupla nacionalidade foi uma desilusão, tanto mais que os negros naturais de Angola continuavam a ser portugueses e automaticamente eram angolanos».¹⁹⁸

Na posse do Governo de Transição angolano, o ministro Almeida Santos enfatizou a possibilidade destes portugueses se tornarem angolanos. Quem ficasse teria, porém, de abdicar do seu estilo de vida num «esforço de adaptação» que implicaria «sacrifícios e renúncias» e, sobretudo, renegar todo e qualquer «espírito de grupo».¹⁹⁹ Tinham sido «beneficiários de situações vantajosas» ou simplesmente vítimas da propaganda do Estado Novo, mas tinham sempre sobreposto «os interesses individuais ao imperativo histórico e ao interesse colectivo». Entendia e lamentava «as incomodidades, por vezes sem remédio, que a descolonização» lhes causara, mas não via que «pudesse ou devesse ter sido de outro modo».²⁰⁰

Desconhecendo todas as matérias acordadas (as mais sensíveis foram relegadas para um anexo cujo teor foi mantido secreto), a população ultramarina mantinha-se num «estado de expectativa» e aparentava estar resignada a uma «realidade consumada», não tendo promovido «quaisquer manifestações de protesto contra o Acordo».²⁰¹ Admitia-se, contudo, que o «clima de insegurança e de perplexidade» se agudizasse na «fase de incerteza» que constituía «o período de preparação da independência», encontrando-se os africanos também apreensivos com «a radicalização de posições dos movimentos».²⁰² Uma das consequências directas consistiu no aumento do número de saídas. Com efeito, em Fevereiro de 1975 Almeida Santos referia ainda não se poder falar em êxodo, mas admitia que em breve fosse uma realidade, por já se registarem muitas partidas.²⁰³

¹⁹⁸ L.V., *O Retornado* n.º 2, 17.10.1975, 2.

¹⁹⁹ António Almeida Santos, *Quinze meses no Governo ao serviço da Descolonização*, (Lisboa: Asa, 1975), 251-252.

²⁰⁰ Santos, *Quinze meses...*, 246-247.

²⁰¹ RI n.º 8 e 9, 16 e 23.01.1975, 12, 15, Fundo 43, Cx840, AHM.

²⁰² RI n.º 10, 30.01.1975, 13. Fundo 43, Cx840, AHM.

²⁰³ J. Marques Rocha, *Angola: os mensageiros da guerra*, (Braga: Grafibraga, 2002), 321.

A «anormal» procura de passagens para Portugal era atribuída ao «clima de incerteza» acentuado pelo rumor que depois de Fevereiro quem embarcasse já não poderia levar «consigo os seus haveres».²⁰⁴

Acossados pela violência

Para Tom Killoran, a partida dos portugueses de Angola era certa. O Acordo do Alvor significara «mais um passo» para a abolição do seu estatuto privilegiado que desde o golpe de 25 de Abril estava a ser «progressivamente corroído». Se a transição decorresse de um modo «relativamente suave» e os seus direitos fossem respeitados ficariam, mas se o caos se instalasse seria inevitável um êxodo em massa.²⁰⁵ Num juízo retrospectivo, considerou Schneidman que depois do convénio assinado no Algarve, o futuro dos radicados «estava mais incerto do que nunca», dado desconhecerem o que lhes iria acontecer quando a tropa se retirasse.²⁰⁶

De acordo com o que lhe era dado observar, o cônsul-geral norte-americano não duvidava que a «inquietação» manifestada pelos brancos culminaria na sua saída «antes ou depois da independência», causando o colapso das estruturas produtivas porque esta população não era constituída exclusivamente por fazendeiros, magnatas e empresários: «Como sucedeu noutras descolonizações africanas, o papel dos brancos na economia de Angola não se restringe à gestão, ao investimento e ao negócio». Dela faziam parte «um largo número de trabalhadores desqualificados e semiqualeificados, pequenos comerciantes e muitos funcionários de colarinho branco» que considerava constituírem a força de trabalho e o motor económico do território.²⁰⁷

A generalidade dos brancos não desejava partir e quem o ponderava fazer não tinha meios para custear a reinstalação familiar. «A larga maioria dos brancos deseja permanecer em Angola ou querendo sair, não tem meios ou capacidade económica para deslocar-se facilmente e começar uma nova vida noutras paragens». Segundo afirmava, enfrentavam um dilema: tinham investido muito no território, mas pressentiam a sua vida ameaçada: «Angola é a sua casa onde os seus futuros estão planeados, mas temem pelas suas vidas e propriedades se a Lei negra se tornar uma realidade».²⁰⁸

Até finais de 1974 muitos portugueses ainda se interrogavam se seria mais

²⁰⁴ RI n. 11, 05.02.1975, 10, APSC.

²⁰⁵ Luanda, 048, 16.01.1975, Confidencial, RG 59, NARA.

²⁰⁶ Witney Schneidman, *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*, (Lisboa: Tribuna, 2005), 260.

²⁰⁷ Marques, *Segredos...*, 221.

²⁰⁸ Luanda, 048, 16.01.1975, Confidencial, RG 59, NARA.

conveniente permanecer ou partir. Segundo um evocador, a maioria estava decidida a ficar e a tornar-se angolana se lhe fosse permitido, o que poderia ser comprovado pelo número escasso de partidas verificadas em 1974. Se o português quisesse deixar Angola tê-lo-ia feito a seguir à Revolução, «com mais calma, com os devidos preparativos e a transferência de todos os seus bens. Não chegava a Portugal apenas com o vestuário».²⁰⁹

A partida de Angola motivada por projecções negativas sobre o futuro imediato, por quem não foi molestado ou atingido pelos confrontos, terá sido uma decisão difícil por ter significado a abdicação (total, substancial ou parcial) do património detido. Mas por ter-se baseado em probabilidades e na ponderação de factores poderá conjecturar-se que consistiu numa opção consciente.

Pesados os ‘prós e os contras’, a saída afigurou-se um mal menor. Aqueles que partiram no ano de 1974, numa iniciativa de antecipação, tiveram a possibilidade de transportar todos os seus bens móveis por via marítima e de transferir um montante mais elevado por membro do agregado familiar, o que deixou de ser possível a partir do segundo trimestre de 1975 depois de decretadas as restrições à saída de bens pelo ministro das Finanças do Governo de Transição. Foi, contudo, uma minoria.

A generalidade manteve-se em Angola até a guerra tornar a sua permanência insustentável. Não sentiu a partida como escolha mas como único meio de garantia securitária fora do território (em regra, no país de nacionalidade), que se traduziu nas reclamações de serem refugiados em Portugal. Consistindo num dilema negativo (entre duas opções desagradáveis) de partir para onde não se deseja ou ficar onde não se pode, esta hesitação parece corresponder à «agonia da escolha» – uma das variantes da «tirania das possibilidades» conceptualizada por Hannah Arendt), recorrentemente mencionada nos testemunhos através das alusões ao facto de ter-se sido forçado a partir querendo ficar.²¹⁰

Três dias antes de embarcar, ainda não tinha decidido o meu embarque de 29.01.1975, mas a força das circunstâncias a isto nos obrigou, quando vimos por diversas vezes as G3 apontadas para nós, as nossas casas violadas e as dos nossos vizinhos. Verificou-se que naquela altura não podíamos viver naquela situação.²¹¹

Com a generalização do conflito armado a todo o território, os bombardeamentos

²⁰⁹ L.V., *O Retornado* n.º 2, 17.10.1975, 2.

²¹⁰ Zygmunt Bauman, *Life In Fragments: essays in postmodern morality*, (Oxford, Cambridge: Blackwell, 1998), 2-4.

²¹¹ Manuel Duarte Alves, Vila Nova de Gaia, *O Retornado* n.º13, 02.11.1976, 3.

com armas pesadas sobre as casas, os estrondos dos morteiros e os assobios das rajadas de metralhadora nas ruas onde viviam, a partida não se afigurou uma opção baseada numa avaliação prévia e ponderada dos riscos. Também não poderá ser interpretada como um reflexo pavloviano condicionado pelo facto de amigos e vizinhos já terem ‘embalado as trouxas e zarpado’ para a metrópole ou ser qualificada de abandono numa rejeição à passagem da soberania para os angolanos. Parece ter-se tratado simplesmente de uma fuga das acções belicistas que (para o evocador seguinte) constituíram uma forma de expulsão conjugada com ameaças veladas de envio para campos correcionais.

Não passa pela cabeça de ninguém que uma pessoa abandone sem esperanças de recuperação, o produto de uma vida inteira de trabalho apenas porque, como fazem os carneiros, o rebanho corre numa determinada direcção! Não foi só pelo fogo posto, pelos assaltos e pilhagens, pelas violações e massacres que se expulsou os portugueses brancos de Angola... Usaram-se diversos processos, alguns até muito ‘diplomáticos’, como a ameaça velada de internamento em ‘campos de recuperação’ ou de ‘reeducação política’ e vários outros...²¹²

Entre os meses de Fevereiro e Junho de 1975, a confluência de vários fenómenos agudizaram de forma dramática a situação de anarquia em Angola: a disseminação de bandos armados que impunham arbitrariamente a sua lei pela coacção, a expansão das confrontações bélicas entre movimentos – que de Luanda alastraram ao Norte e ao Leste e, na última fase, ao Sul do território –, a retirada dos contingentes das FAP de centros urbanos e a sua incapacidade de prevenção dos ataques a zonas residenciais. O bombardeamento às delegações de uma facção dissidente de um movimento e o saque a armazéns na periferia da capital (seguido da tentativa de linchamento do proprietário e da morte de 2 oficiais portugueses) contribuíra para mais partidas: «Um crescente sentimento de abandono acentuado pelas duas crises de violência que se verificaram provocou a saída definitiva ou em gozo de férias de um elevado número de brancos, a maioria para Portugal».²¹³

A recolha de armas e de material de guerra que se encontrava na posse de particulares, decretada na primeira reunião do Governo de Transição, multiplicou os postos de controlo e *operações-stop* realizadas por civis armados (angolanos, mas também zairenses) que a pretexto da procura de armas culminavam, em regra, na

²¹² Entrevista a António Pires, *O Retornado* n.º 10, 12.12.9175, 7.

²¹³ RI n.12, 13.02.1975, 11, APSC.

apropriação da viatura, quando não no desaparecimento do condutor e ocupantes.²¹⁴ A apreensão de caçadeiras, pistolas e carabinas justificou rusgas domiciliárias e inúmeras barreiras rodoviárias e a prisão dos portadores tornou-se prática corrente: «a população branca foi desarmada por se recear que as 70 000 armas que possuía fossem um perigo para a paz social».²¹⁵

As acções intimidatórias não eram apenas perpetradas sobre civis. Registavam-se situações de armas automáticas apontadas a soldados portugueses que foram ameaçados e revistados, estando em missão ou de licença.²¹⁶ E alguns eclesiásticos católicos foram importunados: o padre do Catete (povoação próxima de Luanda) tinha sido proibido de contactar com os fiéis – a pretexto de a Bíblia e Deus terem sido inventados pelos americanos²¹⁷ – e o pároco de Novo Redondo (no distrito do Cuanza Sul) preso quando se preparava para celebrar a missa, por não ter consentido que fosse afixada propaganda no interior da igreja».²¹⁸

No Cuanza Norte (distrito a norte de Luanda) a «acentuada instabilidade social» resultava de actos individualizados cujos alvos eram «essencialmente europeus assim como bens de natureza administrativa e até de interesse histórico».²¹⁹ Símbolos materiais da presença colonial (monumentos, estátuas, padrões) foram vandalizados e derrubados e a bandeira portuguesa ‘desaparecia’ dos mastros de alguns edifícios.²²⁰

Como sucede com a queda de um regime autoritário cujo domínio é contestado, as referências culturais foram sendo substituídas nos espaços públicos, como sinal da mudança iminente de soberania. O que nem sempre foi compreendido pela população radicada. A criação de feriados nacionais evocativos de acções militares emblemáticas desferidas contra o Exército português foi outra forma de assinalar o fim da presença portuguesa para o povo angolano se habituar à celebração memorialista da luta pela independência e ir esquecendo os dias festivos coloniais.²²¹

As populações brancas começavam a sentir-se, de um modo geral, «alarmadas face aos desmandos e arbitrariedades» dos apoiantes dos movimentos e aos inúmeros

²¹⁴ RI n.11, 05.02.1975, 4. Fundo 3, Cx27, ADN.

²¹⁵ LV, *O Retornado* n.º 2, 17.10.1974, 2.

²¹⁶ CCFAA, 19.02.1975, Fundo 43, Cx842, AHM.

²¹⁷ CCFAA, 25.02.1975, E-3021, E-3039, APSC.

²¹⁸ RI n.12, 13.02.1975, 11-12 e RI n.º 11, 05.02.1975, 8,11, APSC.

²¹⁹ RI n.12, 13.02. 1975, 11-12 e RI n.º 11, 05.02.1975, 8,11, APSC.

²²⁰ RI n.11, 05.02.1975, 14-15, APSC.

²²¹ Iko Carreira, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, (Lisboa: D. Quixote, 1996), 139.

actos de provocação entre o MPLA e a FNLA.²²² Tinha crescido o número de adesões à UNITA e a FNLA, na crença destes movimentos lhes conferirem «maiores garantias de segurança e permanência», mas mantinham-se apreensivos pela «desconformidade entre as declarações» dos líderes nacionalistas e a actuação dos militantes e simpatizantes.²²³ Declarações e compromissos que sendo inscritos em sucessivos pactos de não-agressão eram, de imediato, violados pelos signatários. Como refere um evocador: «Os discursos dos dirigentes políticos não eram encorajantes, as lutas partidárias deixaram de ser verbais e entraram na fase de guerra».

À semelhança de Moçambique, a africanização dos quadros processava-se pelo preenchimento de postos de trabalho menos qualificados e pela atribuição de lugares técnicos e administrativos em função da confiança política do movimento dominante.²²⁴ E a tropa estava de saída. Segundo a directiva *Raio Azul*, a retirada das FAP teria início «logo que fosse possível».²²⁵ O documento sublinhava ser premente evitar que a guerra se generalizasse por Portugal não poder «de maneira nenhuma suportar o êxodo maciço de brancos».²²⁶ Para não criar pânico nesta população não deveria ser divulgado que apenas ficariam até Outubro 24 000 dos 40 000 militares ainda no território.²²⁷

A informação era secreta, mas os radicados já se sentiam intranquilos: «Mostram um receio generalizado perante a saída das NT [Nossas Tropas] de certas áreas, nomeadamente naquelas em que há uma superioridade notória de um movimento. Em face dos exemplos existentes receiam ficar sem qualquer defesa contra arbitrariedades eventuais».²²⁸ O modo de actuação de bandos armados afectos a cada movimento atemorizava as populações brancas «por ser frequentemente acompanhado de actos de violência sobre as mesmas». Face ao fim do domínio colonial, no Bié foram cortadas as vedações de terrenos pertencentes a brancos e ocupadas casas que se encontravam temporariamente devolutas pela ausência dos moradores.²²⁹ Condutores desapareciam, ocorriam detenções arbitrárias e agressões como a desferida sobre um relojoeiro de Serpa Pinto que não deixara escrever frases de propaganda na montra da sua loja.²³⁰

²²² RI n.12, 13.02. 1975, 10, 12-13, APSC.

²²³ RI n.12, 13.02.1975, 6, APSC.

²²⁴ L.V., *O Retornado* n.º 2, 17.10.1974, 2.

²²⁵ Directiva *Raio Azul*, 20.03. 1975, 3, Secreto, CCFAA.3ª Repartição, APSC.

²²⁶ Anexo à directiva *Raio Azul*, 30.03.1975, Secreto, CCPA-II, Doc.33, FPAB, CD25A-UC.

²²⁷ Directiva n.º3/75 do CEMGFA, 13.02.1975, Secreto, Fundo 3, Cx40, ADN.

²²⁸ RI n.14, 26.02.1975, 12, APSC.

²²⁹ Relatório de Atitudes Inconvenientes (RAI), CCFAA, 21.02. 1975, 1, APSC.

²³⁰ RAI, 25.02.1975, APSC. Os RAI foram elaborados pelas FAP a partir de Fevereiro de 1975.

O ‘ajuste de contas’ com as iniquidades coloniais estava em curso, sendo as designadas «atitudes inconvenientes» registadas semanalmente pelas FAP. No Novo Redondo um agricultor foi instado a devolver em 48 horas a sua fazenda aos antigos proprietários africanos: o processo encontrava-se pendente no Tribunal há vários anos, sem nunca ter sido emitido um despacho.²³¹ Recordem-se as palavras de Frantz Fanon sobre o ressentimento criado pela apropriação da terra colonizada – em sentido real, as propriedades de cultivo, mas também, em sentido simbólico, a sua pátria.

Para a população colonizada o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra: a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade. [...] O que o colonizado viu em seu solo foi que podiam impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo à fome. [...] Para o colonizado, ser moralista, é de modo bem concreto, impor silêncio à soberba do colono, despedaçar-lhe a violência ostentosa, numa palavra: expulsá-lo francamente do panorama.²³²

O não-pagamento de salários a empregados africanos motivara também algumas detenções.²³³ Entretanto, ocorriam um pouco por todo o território actos contra a presença dos brancos: numa povoação do Cunene tinham sido apedrejadas residências e bradadas exortações para irem embora.²³⁴ No Negage os brancos eram sujeitos a «insultos e provocações».²³⁵ Prosseguiram as ameaças, a detenção e desarmamento de brancos, a revista a viaturas e pessoas, a ocupação ilícita de edifícios e a entrega de armas a civis negros.²³⁶ No Bié a «imposição de relações sexuais a mulheres e julgamentos arbitrários» e a «barbárie de alguns métodos de actuação» no assassinato de negros por compatriotas, gerara «um clima de terror» nos brancos, idêntico ao de 1961.²³⁷

Em Sá da Bandeira a agressão mortal a um jovem branco e o espancamento de outro (em Pereira d’Eça que faleceu no hospital) revoltara a população que no dia 24 de Março protestou nas ruas, encerrando o comércio.²³⁸ A população branca da cidade não aderira claramente a um movimento por a decisão não depender de «aspectos puramente

²³¹ RAI, 18.02.1975 e 10.02.1975, APSC. Os RAI encontram-se também no Fundo 43 do AHM.

²³² Fanon, *Os Condenados da Terra...*, 33.

²³³ RAI, 28.02. 1975, APSC.

²³⁴ RAI, 11.03. 1975 e 15.02.1975, APSC.

²³⁵ RAI, 02.03. 1975, APSC.

²³⁶ RI n.14, 26.02.1975, 12, APSC.

²³⁷ RI n.19, 02.04. 1975, 9, APSC.

²³⁸ RI n.18, 27.03. 1975, APSC. Relatório de Atitudes Inconvenientes (RAI) I, 24.03. 1975 e Comando da ZMS, 25.03.1975, APSC.

políticos ou económicos», mas de qual fosse mais receptivo à sua pretensão de ficar:

Um estado de espírito de incerteza e intranquilidade é patente nas conversas e nas atitudes assumidas [...]. Vive-se na esperança de que num futuro próximo se defina a política dos ML [Movimentos de Libertação] para que finalmente se possa aderir ao que melhores garantias oferecer à permanência do europeu em Angola.²³⁹

Em Luanda, os residentes portugueses estavam «aterrorizados com o número de mortes de brancos», crendo existir um grupo encarregado dos homicídios para obrigar à sua retirada, o que adensara o «clima de insegurança».²⁴⁰ Não tinham sido atingidos pelo tiroteio entre o MPLA e a FNLA em finais de Março por os alvos terem sido ditados «pela sua filiação política e não pela sua cor».²⁴¹ Mas um elevado número de empresas suspendera a laboração e parte do pequeno comércio encerrara «por medo».

O aumento da tensão era particularmente visível nos radicados já descrentes numa solução pacífica que pressentiam «a sua segurança física cada vez mais ameaçada face à eventualidade da violência ultrapassar definitivamente a cintura suburbana».²⁴² Como veio a acontecer nos confrontos iniciados em finais de Abril que se prolongaram durante uma semana.²⁴³ Por estes confrontos do início de Maio na periferia de Luanda terem marcado uma viragem no processo de transição, com a agudização das hostilidades entre movimentos, o início dos voos de evacuação de desalojados para a metrópole e uma violência racial sobre os brancos, com vista à sua fuga de Angola, serão um pouco mais pormenorizados neste subcapítulo.

Em finais de Abril, na reunião de todos os órgãos militares das FAP em Luanda, membros do MFA local alertaram para o perigo dos tiros de morteiro atingirem o ‘asfalto’, o que poderia levar ao «aparecimento às claras» da ‘quarta força’, como acontecera em Setembro em Lourenço Marques.²⁴⁴ Podendo conversar entre si sem constrangimentos, foi mencionado que se o MPLA apelara «ao racismo antes do Acordo do Alvor, a fim de ganhar a simpatia da população negra», ameaçava agora a FNLA que na próxima contenda «os brancos não escapariam». A instigação ao ódio racial era

²³⁹ Relatório de Acção Psicológica, Sá da Bandeira, Abril de 1975, Fundo 43, Cx835, AHM.

²⁴⁰ Relatório Diário (RD) n.7/75, Grupo de Apoio Português (GAP), Fundo 43, Cx838, AHM.

²⁴¹ RI n. 19, 02.04.1975, 9, APSC.

²⁴² Major Gouveia, 02.04.1975, 7-8, Fundo 43, Cx836, AHM.

²⁴³ A estimativa do número de baixas nestes confrontos foi de 300 mortos e 600 feridos, a maioria civis. RI n.24, 06.05.1975, 6, APSC.

²⁴⁴ Caracterização ideológica dos ML, 19.04.1975, 30, Secreto, Fundo 43, Cx840, AHM. A ‘quarta força’ era definida pela Comissão Coordenadora do Programa (do MFA) em Angola como «o conjunto de agrupamentos políticos formados após o 25 de Abril de feição reaccionária».

motivo de apreensão porque embora parte da população negra já estivesse «revoltada» com a quantidade de atrocidades cometidas, os movimentos passavam a ideia de a ‘quarta força’ ser formada exclusivamente por europeus para começarem «a prender indivíduos brancos».²⁴⁵

Na madrugada de 2 de Maio de 1975, a confrontação atingiu o ‘asfalto’ e nesse dia centenas de brancos desfilaram em protesto até ao Palácio. Voltariam a fazê-lo nos meses seguintes: em Junho, Julho e Agosto. Descrita como ordeira mas de grande aparato (por alguns participantes conduzirem veículos pesados em marcha lenta), na manifestação participaram casais e famílias empunhando cartazes manuscritos. Um dos manifestantes declarou a um repórter do *Província de Angola*: «Não temos dinheiro nem o que comer, nem roupas, roubaram-nos tudo. Há cerca de um mês que andamos nisto. Não há meio de encontrarem uma solução. Só queremos ir embora de Angola».²⁴⁶

Um operário (que vivia com a mulher e 4 filhos no Bairro Popular) e que dizia ter querido «continuar em Angola após o 25 de Abril», afirmando não se sentir receoso por os africanos irem «finalmente conquistar os seus direitos», mudou de ideias ao ficar durante 3 dias e 3 noites sem poder sair de casa, «bloqueado de fogo por todos os lados».²⁴⁷ Passando toda a família a pernoitar em casa de familiares num outro bairro, aproveitavam «o silêncio do fogo, da guerra e da morteirada» que se fazia sentir durante o dia para voltarem a casa, não estando nela na noite em que foi destruída. Alguns vizinhos não tendo, porém, «a mesma sorte, tombaram para sempre». Segundo afirmou, conseguira apenas salvar roupas e parte do recheio da casa (os electrodomésticos) que encaixotara por precaução, caso um dia tivessem de fugir.²⁴⁸

No dia 2 de Maio de 1975, no interior do Palácio, o Conselho Nacional de Defesa (CND) reuniu de emergência com os líderes dos 3 movimentos.²⁴⁹ Referindo-se aos brancos dos muceques como «gente que perdeu tudo, que foi roubada, violada, maltratada» e continuava a sê-lo no que parecia ser uma acção deliberada, o Alto-Comissário pediu que fossem sinceros: se não queriam os portugueses em Angola que

²⁴⁵ Reunião do CCPA, 30.04.1975, 1-2, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁴⁶ Rocha, *Angola...*, 373.

²⁴⁷ A alusão temporal ‘a 3 dias e 3 noites’ repetida em vários testemunhos sobre ocorrências distintas faz-nos duvidar que corresponda ao verdadeiro tempo decorrido, devendo ser entendida como uma percepção temporal simbólica de momentos de tensão que se prolongaram por mais de 24 horas.

²⁴⁸ Francisco Anacleto, Lisboa, *O Retornado* n.º 7, 10.04. 1976, 21.

²⁴⁹ O CND incluía os membros do Gabinete Militar do Alto-Comissário e os primeiros-ministros do Colégio Presidencial: Johnny Eduardo (FNLA), Lopo do Nascimento (MPLA) e José N’Dele (UNITA). Nesta reunião estiveram ainda Agostinho Neto (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

dissessem para, no mínimo, se evacuar quem era «alvo de um ataque sistemático».²⁵⁰ Para o dirigente da FNLA (o líder, Holden Roberto, nunca entrou em Angola), os brancos que pretendiam ficar teriam de «aceitar o destino dos outros angolanos [e] as consequências das guerras»: quem se queixava era racista ou ainda se considerava português.²⁵¹ Não julgando Agostinho Neto ser possível «de um momento para o outro acabar com os sentimentos racistas resultantes da época colonialista»: «A confrontação sempre existiu e sempre se fez. Para o preto, o branco é sinónimo de colonialista».²⁵²

Os serviços de informação registavam que a população branca só não partira ainda por «falta de meios», porque, na verdade, estava saturada de tanta violência. A maioria aguardava pelo fim do ano lectivo, mas com a eclosão dos recentes confrontos deveria querer «começar a ir já».²⁵³ Tendo os dirigentes angolanos sido informados (na reunião referida) que o pessoal especializado portuário e ferroviário (branco) paralisara e só voltaria ao trabalho caso fosse garantido transporte para os familiares a Portugal, o primeiro-ministro da UNITA opôs-se: permiti-lo seria «encorajar uma psicose de fuga».

Não eram os únicos a querer pôr a salvo as famílias, como apontou Silva Cardoso: «Na generalidade toda a gente se sente insegura. Até mesmo os angolanos mais conscientes querem partir» e os funcionários civis das FAP, desprezando as indemnizações a que tinham direito. Para o comodoro Leonel Cardoso quem vivia nos subúrbios e desejava ir embora de Angola não tinha mentalidade de combatente: era gente que pretendia «apenas fazer a sua vida calmamente», pensando «sobretudo na sua sobrevivência» e que ainda assim era atacada ininterruptamente desde Julho de 1974.²⁵⁴ Dos 2,000 desalojados da periferia da capital 95% revelaram (em inquérito) desejar partir para Portugal.²⁵⁵

Os moradores junto ao ‘asfalto’ tinham começado a ser expulsos sob ameaça de armas, sendo as suas casas ocupadas por grupos armados que deste modo procuravam o melhor ângulo «para atacarem pelo fogo delegações dos movimentos» adversários.²⁵⁶ As residências estavam a ser invadidas a um ritmo nunca visto e os residentes obrigados

²⁵⁰ Reunião c/ML, 02.05.1975, 1, Secreto, CCPA.GMAC, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁵¹ Manuscrito de Leonel Cardoso s/reunião com ML, 2-3, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁵² Reunião C/Movimentos, 02.05. 1975, 5, Secreto, CCPA.GMAC, Fundo 43, Cx841,AHM.

²⁵³ Reuniões, 30.04.1975,1-4, CCPA, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁵⁴ Conselho Nacional de Defesa, 05.05.1975, 4-5. Acta n.º 16, Doc.44, FPAB, CD25A-UC.

²⁵⁵ RD, 06-07.05. 1975, 4, Fundo 3, Cx28, ADN.

²⁵⁶ Reacção do Conselho Nacional de Defesa de Angola ao comunicado conjunto da FNLA, MPLA e UNITA, 02.05.1975, Fundo 43, Cx836, AHM.

a desocupá-las.²⁵⁷ O número de casos era já de tal modo significativo que foi pedido a inquilinos e senhorios que denunciassem violações de domicílio e ocupações forçadas ou coercivas para abandono ou cedência de casas.²⁵⁸

Tendo sido solicitadas 40 000 senhas de embarque, o primeiro-ministro do MPLA duvidava que todos fossem desalojados; deveria dissuadir-se o seu regresso «de ‘mão-beijada’ a Portugal» recolocando-os nas suas casas e quem recusasse não teria direito a qualquer apoio. Tratava-se, segundo acrescentou, de uma simples sugestão, atendendo a que a suspensão da saída de fundos por um mês e a proibição das transferências mensais regulares destinadas a dependentes no estrangeiro, fundos para férias e poupanças privadas, não tinham surtido o efeito desejado. Por conseguinte, até ao mês de Junho só seriam autorizadas remessas monetárias para Portugal «por motivos de saúde, negócios e assuntos governamentais».²⁵⁹

Para o MNE, Melo Antunes, as medidas mencionadas pelo dirigente angolano constituíam meros «paliativos».²⁶⁰ Se não fosse garantida a segurança das pessoas, os resultados poderiam ser «catastróficos» para Angola, sendo revelado «ao mundo um exemplo dramático» de descolonização, que seria bastante «desagradável para Portugal e para os movimentos», podendo inclusivamente suscitar uma intervenção das Nações Unidas no território, indesejada por ambas as partes.²⁶¹ Ainda em Luanda, o ministro declarou à imprensa: «Há traumatismos na população [...] o que justifica essa tentativa de saída dos técnicos e de outros quadros», podendo a paralisação das actividades económicas conduzir obviamente ao colapso.²⁶² Admitindo já em Lisboa ser expectável que a escalada da violência ditasse uma «saída acelerada de Angola».²⁶³

Tendo chegado a Lisboa no dia 13 de Maio (num *Jumbo* da TAP) «um numeroso grupo de refugiados», no que foi o primeiro voo de evacuação de Luanda, dias antes, o MCI, Almeida Santos, apelara aos portugueses que se preparavam para deixar Angola que ponderassem «maduramente a sua decisão», por em Portugal se avolumarem «as apreensões sobre a eventualidade» do seu regresso.²⁶⁴ Podendo estas apreensões estarem

²⁵⁷ CCPA. Reuniões, 05-07.05. 1975,1-4, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁵⁸ Decisões da reunião c/presidentes dos ML, 17.05.1975, Fundo 43, Cx839, AHM.

²⁵⁹ RD, 16-19.05.1975, 8, Fundo 3, Cx28, ADN.

²⁶⁰ Melo Antunes foi MNE do IV Governo Provisório de 11 de Março a finais de Julho de 1975.

²⁶¹ Briefing c/ Melo Antunes, sumário manuscrito da reunião, CCPA, Secreto,14.05.1975, 12-16, Fundo 43, Cx841, AHM.

²⁶² Luanda, 603, 16.05.1975, Confidencial.

²⁶³ Conferência de imprensa de Melo Antunes, Lisboa, 16.05.1975,14-15. EMA, Cx46, ANTT.

²⁶⁴ RD, 13-14.05. 1975, 10, Fundo 3, Cx28, ADN.

relacionadas com a situação socio-económica do País, reportavam-se também ao seu posicionamento ideológico.

No mesmo sentido em que Vítor Crespo aludira aos efeitos políticos nefastos do êxodo de Moçambique, o MFA de Angola considerava que a ida deste contingente humano para a metrópole constituía uma séria ameaça ao PREC. As consequências seriam «catastróficas» para Angola, mas «não menos graves» para Portugal, com a inserção de uma «população traumatizada e talvez couraçada contra a revolução» que identificava «como causa dos seus males». Para além do «aproveitamento que a reacção interna e internacional» faria «na tentativa de desacreditar a descolonização e com ela todo o processo revolucionário português e o MFA». ²⁶⁵

Sumarize-se a situação dos desalojados pela guerra angolana: as suas casas foram destruídas ou foram forçados a abandoná-las por expulsão ou bombardeamento, tinham perdido o seu posto de trabalho, não podiam enviar remessas para a metrópole e a sua presença não era desejada em Portugal. Como já tinha sido publicamente advertido por decisores da metrópole, representariam financeiramente um fardo incomportável ao erário público, agravariam enormemente o desemprego e constituíam uma ameaça ao sucesso do processo revolucionário. Deveriam, por conseguinte, escolher outro destino ou manter-se em Angola, apesar do estado de guerra civil iminente.

O estado psicológico dos portugueses era retratado (em finais de Maio de 1975) pelo MFA local num extenso relatório sobre a transição angolana: após o 25 de Abril tinham reagido à independência «com sérias reservas e algum cepticismo», mas também «com forte expectativa» sempre com a ideia que Angola também era sua. «Com o Acordo do Alvor, esta expectativa transformou-se na esperança de que o futuro de Angola também seria seu». No entanto, os ataques de Março na capital, Norte e Leste tinham desferido «o primeiro golpe neste estado de espírito». «Com as sangrentas confrontações entre a FNLA e o MPLA em vários centros urbanos (com destaque, pela sua violência, para as que ocorreram no Luso, Teixeira de Sousa e Luanda) ficou para uns a certeza de que o amor à terra não valia os riscos de permanência» e para uma camada minoritária, «a vontade férrea de permanecer onde está tudo o que possuem, identificando-se como angolanos a qualquer preço».

O documento mencionava as consequências óbvias de um conflito sistémico: a fuga dos brancos para outros destinos e de milhares de negros para Estados vizinhos.

²⁶⁵ Boletim Informativo do MFA, CCPA, 5ª Divisão, 30.05.1975, Fundo 43, Cx834, AHM.

Por via aérea ou nas próprias viaturas realizavam já «uma viagem transafricana», em que quase todas as trajetórias confluíam para Portugal, embora nalguns casos os destinos escolhidos fossem o Brasil, o Gabão e a África do Sul. Face à «instabilidade endémica» já instalada começara a esboçar-se um movimento gigantesco de fuga: «um verdadeiro êxodo descontrolado e doloroso de pessoas que tudo querem levar consigo, mas que quase tudo têm de abandonar, minguidas de recursos e sem a certeza de virem a obter, pelo menos, os proventos necessários a condições razoáveis de vida». Eram vários os indícios da partida estar iminente, dada a sua descrença nas promessas de paz.

A população europeia estará a perder progressivamente as últimas esperanças de uma vida segura em Angola. Provam-no os anúncios de vendas apressadas que inundam os jornais e a procura de viagens para Portugal, como possível trampolim para outros destinos. [...] O boato acerca de novas ondas de violência para breve, agravam a situação. As palavras tranquilizadoras dos responsáveis dos Movimentos perderam, praticamente, o impacto. [...] A situação é tanto mais grave por ser a população europeia (de um modo geral) constituída por comerciantes, médios agricultores, funcionários, etc., que, apesar embora as desigualdades que sempre caracterizaram as relações coloniais, não pode ser considerada a grande exploradora do povo pois, apesar de tudo, vivia do seu trabalho.²⁶⁶

Se o relatório do MFA considerava que a maior injustiça consistia na maioria desta gente não ser abastada nem viver de rendimentos, a análise dos serviços de informação das FAP era semelhante: a minoria mais privilegiada no sistema colonial transferira há muito a sua fortuna ou firmara uma aliança de cooperação com um dos movimentos angolanos: «O detentor de grandes capitais ou os pôs a salvo antes do início do processo ou não sente a necessidade de sair por enquanto, pois [...] encontrou aliados no seio de sectores dos próprios movimentos a que, na sua falta de escrúpulos, não hesitou vender-se».²⁶⁷

Os líderes nacionalistas censuravam a debandada dos brancos: se o presidente do MPLA criticou quem deixava Angola, tencionando voltar quando estivesse pacificada, porque quem se considerava angolano deveria sê-lo nos bons e nos maus momentos, o líder da UNITA condenou o êxodo pelo desemprego que iria causar em centenas senão mesmo milhares de africanos.²⁶⁸

²⁶⁶ Boletim Informativo do MFA, CCPA, 5ª Divisão, 30.05.1975, Fundo 43, Cx834, AHM.

²⁶⁷ RI n.25, 14.05.1975, 9-10, APSC.

²⁶⁸ RI n. 26, 21.05.1975, 8, APSC.

Confirmados em meados de Maio 135 000 pedidos de voo para Portugal, as FAP consideravam que muitos destes requerimentos não corresponderiam a «uma intenção efectiva de abandonar o País», considerando que se trataria mais de uma «medida de precaução perante a eventualidade de novos e mais graves confrontos armados». Porque (como era mencionado no relatório), de facto, a maioria ainda esperava «no seu íntimo que novas e eficazes medidas» protegessem «as suas pessoas e bens».²⁶⁹ A prioridade de embarque seria concedida aos desalojados de Luanda e das localidades do Norte de Angola, por se encontrarem «demasiadamente traumatizados» e não se adaptarem à chamada ‘segunda guerra de libertação’.²⁷⁰ Como referia o *Diário de Luanda*:

Para lá da gente ordeira que ainda consegue cortar o pão, cortar a carne, manter os transportes públicos, tratar doentes, fazer exames, servir café, vender gasolina há muita gente que foi directamente atingida pela violência desencadeada e viu-se privada de bens e lar. Estas pessoas, os desalojados, pertencem (regra geral) a modestas famílias que habitavam os bairros suburbanos. Carecem de meios de subsistência. Não têm conta bancária, grande ou pequena. De tudo carecem os desalojados de tecto, de roupa e de alimento, já que apenas puderam salvar a própria vida.²⁷¹

Não podendo os moradores reaverem as casas «compulsivamente abandonadas» ou sujeitas a «ocupações abusivas», eram consideradas questões prementes a permissão à transferência de pequenas economias, a urgência em armazenar mobílias, utensílios domésticos e outros bens recuperados dos domicílios saqueados e o fretamento de navios para transportar bens e viaturas para Portugal. Quanto aos funcionários públicos, o atraso na publicação da Lei Fundamental (que definiria os critérios de acesso à nacionalidade) e a ausência de acordos entre as partes estava a causar um grande «desequilíbrio psicológico».²⁷² Aliás, a maioria das senhas de embarque pedidas até ao dia 15 de Maio tinha sido requerida por eles.²⁷³

²⁶⁹ RI n. 27, 28.05.1975, 6, APSC.

²⁷⁰ Carta ao ministro do Planeamento e Finanças, 21.05.1975, Fundo 43, Cx839, AHM. O líder do MPLA, Agostinho Neto designava a luta armada contra a FNLA e a UNITA a 2.ª guerra de libertação.

²⁷¹ *Diário de Luanda*, 03.05.1975, 7.

²⁷² Relatório do secretário-geral Gonçalves Ribeiro, *Problema dos Desalojados*, Maio de 1975, 2-3, Fundo 43, Cx839, AHM.

²⁷³ Pediram para ser evacuados os funcionários da Direcção de Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes, Registo Criminal e Policial, PSPA, OPVDCA, Serviço Meteorológico, da Repartição de Registos e de Notariado, os funcionários civis da Região Militar de Angola e da Inspeção Provincial das Actividades Económicas.

Dado o número elevado de famílias que queria partir, Gonçalves Ribeiro solicitou permissão ao Governo para o levantamento de 20 contos por adulto e menor de cada agregado (como fora concedido aos desalojados do Verão de 1974). Pedido que foi recusado.²⁷⁴ Podendo cada adulto levantar 5 contos, alegou junto do ministro das Finanças português que, atendendo à «situação anormal e imoral» em que ficariam ou já estavam «em Portugal os desalojados, aí retornados», a quantia concedida apenas aos maiores de 18 anos (mediante a apresentação da passagem aérea) era irrisória, pondo «praticamente em situação de indigência os agregados familiares repatriados ou a repatriar, já que grande número [é] constituído por elevado número de filhos menores». Solicitava, por isso, que os portugueses ainda em Angola ou já em Portugal pudessem transferir pequenas poupanças.²⁷⁵ Pedido que também não foi acolhido.

Os critérios de acesso à nacionalidade angolana foram anunciados em finais de Maio (uma semana depois da publicação do diploma moçambicano sobre essa matéria) podendo requerer a cidadania quem tendo nascido em Angola fosse casado com um autóctone ou estivesse radicado no território há mais de 10 anos.²⁷⁶ No entanto, a concessão dependeria das actividades exercidas no passado, condicionalismo idêntico ao consagrado na lei moçambicana.

Vigorando a partir da independência, o Decreto-Lei n.º 21/75 interditava a cidadania angolana a quem tivesse praticado actos nocivos à luta de libertação, integrado ou prestado serviços em organizações repressivas do regime colonial e militado em organizações contrárias ao processo de descolonização. O que, na prática, abrangia quem pertencera às FAP, a organismos policiais, à OPVDCA (cerca de 40 000 pessoas), administrativos e todos aqueles que «de, uma forma geral» tivessem colaborado com o governo colonial.²⁷⁷

No início de Junho, as agências de viagens de Luanda foram inundadas «com pedidos de reservas de passagens».²⁷⁸ Tendo-se verificado numa delas «cenas caóticas», em que o gerente foi ameaçado dada a inexistência de lugares para tantos passageiros.²⁷⁹

²⁷⁴ Relatório do secretário-geral Gonçalves Ribeiro..., 5, Fundo 43, Cx839, AHM.

²⁷⁵ Carta ao ministro do Planeamento e Finanças, 21.05.1975, Fundo 43, Cx839, AHM.

²⁷⁶ RI, n.º 27, 28.05. 1975, 2. APSC.

²⁷⁷ Decreto n.º 21/75, 28.05. 1975. IARN, Cx352, AHU. Fixado em 20 anos o tempo de domicílio em Moçambique para requerer a cidadania, o pedido também seria indeferido a ex-colaboradores do sistema colonial e indivíduos 'indesejáveis'.

²⁷⁸ RD, 02-03.06.1975, 1975, 8, Fundo 3, Cx28, ADN.

²⁷⁹ *Diário de Luanda*, 03.06.1975, 7.

É nítido o desespero da população europeia das áreas atingidas que não vê outra alternativa que não seja abandonar o país logo que as disponibilidades de transporte lho permitam. [...] A notícia de que o paquete *Infante D. Henrique* irá este ano suspender os tradicionais cruzeiros nos meses de Verão para fazer viagens entre Angola e Portugal fez afluir às agências de viagens grande número de pessoas, dado que a capacidade de transporte por via aérea está praticamente saturada.²⁸⁰

No início de Junho cerca de 150 portugueses concentraram-se novamente em frente ao Palácio. Até lá chegarem, pararam nalguns consulados, solicitando transporte para qualquer destino alegando que o Governo português não os escutava. A ocorrência foi reportada nos seguintes termos: «Ontem de manhã um numeroso grupo de desalojados percorreu as ruas da cidade numa manifestação de repúdio pela situação de abandono a que se encontram votados e pedindo especialmente aos consulados dos EUA e do Brasil que os auxiliem. Exibiam escritos em que afirmavam não estar a pedir uma esmola, mas sim a solicitar ao Governo que assuma as responsabilidades e lhes salve ao menos as vidas dos filhos e das mulheres».²⁸¹

Na Comissão Nacional de Descolonização era evidente uma certa incomodidade pelas queixas apresentadas aos diplomatas estrangeiros, registando-se em acta que o afluxo de desalojados do interior a Luanda tornava «a situação dificilmente controlável na cidade, dado manifestarem-se violentamente, pedindo apoio ao Brasil e aos EUA. Além das FAP não conseguirem «proteger de roubos e depredações» as bagagens e bens pessoais que se encontravam já acumulados no porto e no aeroporto à espera de embarque.

Na mesma reunião foi também abordada a oferta da Cruz Vermelha Internacional (CVI) «para apoiar a evacuação de 100 000 pessoas com roupas, alimentos, medicamentos e até transportes», o que permitiria ao Governo português «poupar um milhão de contos». Caso o préstimo fosse aceite seria, contudo, necessário atender «às implicações políticas e à repercussão internacional que inevitavelmente afectaria Portugal» (leia-se a imagem exterior do País).²⁸² Porque a aceitação do auxílio externo iria denunciar junto da comunidade internacional o drama da descolonização angolana e expor a incapacidade do Estado português em responder ao problema.

²⁸⁰ RD, 03-04.06.1975, 10, Fundo 3, Cx28, ADN.

²⁸¹ RD, 06.06.1975, 10, Fundo 3, Cx28, ADN.

²⁸² Comissão Nacional de Descolonização, 06.06.1975, 3, 6, GB1777, AHPR.

A perda e o pânico

Na segunda fase de transição para as independências, o estado psicológico dos portugueses que ainda se encontravam nas colónias passou de incerteza e ansiedade a um maior descrédito nas autoridades e a uma desesperança quanto ao futuro, resultantes de vicissitudes «percepcionadas como perniciosas, perigosas ou ameaçadoras».²⁸³ Por norma, as transformações radicais verificadas em todas as áreas da sociedade e na vida individual, resultantes do que Sztompka designa de «mal-estar pós-revolucionário» subsequente à queda de qualquer regime autoritário – por serem extremamente céleres e particularmente memoráveis – propiciam fortes reacções emocionais e «um colapso da confiança» nas novas estruturas decisórias.²⁸⁴ Tanto em Angola como em Moçambique esta desconfiança consistiu inicialmente num ‘benefício da dúvida’ quanto às novas autoridades que – evoluindo para a descrença em todos os poderes instituídos (nacionais e africanos) e na desejada permanência em África – culminou no êxodo, não obstante os custos emocionais e patrimoniais a ele associados.

Para além de a partida representar o corte afectivo com uma realidade que deixara de existir, caracterizou-se por um conjunto de entraves ao embarque de pessoas e bens (a ausência de voos para o exterior e de navios de mercadorias), de restrições à saída de bens e capitais (a proibição de transferências monetárias e de pensões para familiares na metrópole, de exportação de certos produtos e taxaço de outros) e de intrusões abusivas às bagagens (a vistoria e violação de contentores, saque dos conteúdos e impedimentos de embarque).

Em ambas as colónias africanas, o período pós-revolucionário correspondente à fase de transição para as independências caracterizou-se por múltiplas incertezas – em grande parte devido à escalada do desemprego, ao aumento do crime e da delinquência, da instabilidade financeira, da inflação e da confrontação ideológica – a que se somaram fenómenos decorrentes do termo de um domínio colonial prolongado e militarmente combatido pelos nacionalistas, marcado por uma violência física e psicológica crescente – selectiva, étnica e individualizada em Moçambique e indiferenciada e permanente em Angola – que devem ser tidas em consideração na análise do êxodo.

²⁸³ Piotr Sztompka, «The Trauma of Social Change», Jeffrey Alexander, Ron Eyerman *et al*, *Cultural Trauma and Collective Identity* (Berkeley: California University Press, 2004), 164.

²⁸⁴ Piotr Sztompka, *Trust, a sociological theory*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 160. Sztompka, *The Sociology of Social Change* (Oxford, Cambridge: Blackwell, 1996), 301.

Os estados emocionais de apreensão, desconfiança e ansiedade das populações radicadas registados até um certo momento pelas fontes institucionais passaram a ser descritos como de grave instabilidade ou perturbação psicológica na sequência do clima de atemorização societal em Moçambique e caracterizados como de angústia, desespero e aflição em Angola devido à propagação da guerra entre os movimentos nacionalistas. A passagem do conflito angolano de um nível doméstico a sistémico – com uso de armamento sofisticado na disputa pelo controlo dos centros urbanos, destruição e ocupação de residências e actos arbitrários cometidos sob ameaça de armas automáticas – provocou um pânico social colectivo e ditou a fuga das populações em direcção aos locais de embarque ou para o exterior do território, em muitos casos sob escolta da tropa portuguesa.

O estado psicológico dos brancos de Moçambique parece corresponder mais a um pânico moral – manifestado por certos grupos sociais, mas sem conter uma dimensão de massas – resultante da indesejabilidade e da rejeição da sua presença e cultura pelo novo regime que, por norma, tende a exteriorizar-se em juízos depreciativos e considerações acrimoniosas sobre os poderes instituídos.²⁸⁵ Enquanto percepção consciencializada mas desproporcionada de uma ameaça ou violência concreta, física ou simbólica (a valores, cânones e crenças), o pânico moral caracteriza-se por uma inquietação profunda e pela identificação de quem o sujeito ou o grupo responsabiliza pelo sucedido, em que através de uma depreciação estereotipada o comportamento do responsabilizado é considerado amoral ou imoral.

Atendendo às condições distintas que marcaram o êxodo dos 2 territórios durante a segunda fase de transição para as independências, considera-se que o estado de guerra civil e de emergência humanitária em Angola, a partir do segundo semestre de 1975, suscitou um pânico ontológico (individual) e social (colectivo) nos radicados ainda no território, correspondendo a reacção de certos portugueses de Moçambique a um pânico moral. De qualquer modo, foi na segunda fase da transição que se acentuou a suspeição destes colectivos em relação às instituições decisórias – as nacionais por permitirem ou contribuírem para o sucedido, as locais por serem inoperantes – a par de uma apatia, passividade ou sensação de impotência em mudar o curso do processo, assumindo-se simbolicamente como ‘vencidos’ da descolonização.

²⁸⁵ Ver Kenneth Thompson, *Moral Panics* (London: Routledge, 1998). O autor equivale o pânico moral a uma cruzada moral por parte de quem se sente ameaçado por uma ruptura da ordem social vigente.

A saída dos portugueses de Angola e de Moçambique (classificada pelas fontes oficiais portuguesas de fuga ou abandono) resultou de uma conjuntura de acossamento em ambos os territórios realizado tanto por via coerciva – em actos de intimidação, de ameaça de envio para campos de ‘reeducação’ e em acções armadas – como por via legislativa, através de decretos de expropriação patrimonial e de anulação ou restrição dos direitos adquiridos no tempo colonial. A hostilidade demonstrada à sua presença traduziu-se na sensação reclamada por muitos portugueses de não serem desejados e terem sido expulsos, o que gerou (como alegam alguns evocadores) um sentimento de orfandade, de desnorte e de questionamento identitário.

Por conseguinte, é no momento da partida que parece surgir uma desorientação identitária (reforçada após a chegada a Portugal) associada a um pessimismo profundo no futuro – particularmente acentuado quando o evocador se encontra numa condição de dependência material e de fragilidade emocional – e a uma nostalgia do passado.²⁸⁶ As figuras de estilo relativas às sensações de desprotecção e abandono – alusivas ao chão que repentinamente foi retirado debaixo dos seus pés ou a um céu sombrio que não os protegeu – surgem associadas às experiências de perda afectivas (de lugares, amigos e familiares presos, mortos ou desaparecidos) e patrimoniais, referindo-se explicitamente aos testemunhos ao pânico sentido.

O pânico que se afirma ter sentido por ter-se sido vítima ou testemunha de ameaça ou agressão surge explicitamente ligado à convicção da sua protecção não ter sido devidamente garantida pelas entidades tutelares no período da transferência de poderes. Como veremos nestes 2 últimos subcapítulos, o sentimento de perda (propiciador de ressentimentos dirigidos a alguém ou algo) é mencionado por evocadores de ambos os territórios, enquanto a menção ao pânico é mais referida por quem partiu de Angola no decurso da guerra civil ou por quem foi sujeito a represálias em Moçambique.

A inversão de poderes de discriminação positiva a favor das populações nativas e a convicção de terem sido abandonados pelas instâncias nacionais fomentou a crença na inexistência de uma entidade tutelar que zelasse pelos seus interesses, devendo cada qual *per si* prover ao seu bem-estar. A sensação de apenas contar consigo induziu a comportamentos de um egoísmo centrado no indivíduo, na família e nos bens (contextos significantes que se sobrepõem a deveres éticos abstractos), em que a prioridade consistiu na marcação da viagem, no envio de veículos e de contentores, mas também

²⁸⁶ Sztompka, «The Trauma of Social Change»..., 166

no recurso a meios ilícitos de saída de capitais, no pagamento de subornos para transportarem a sua bagagem ou mesmo em falsas justificações que garantissem um lugar nos voos. Condutas que não se registaram apenas na evacuação aérea de Angola.

Embora o êxodo de Moçambique tenha sido faseado – subsistindo a ideia de ter-se processado de forma organizada, sem grandes sobressaltos, comparavelmente menos caótico e mais ‘indolor’ do que a fuga de Angola – pautou-se por um estado de stresse psicológico elevado em face das acções persecutórias realizadas na transição.

Para se entender porque partiram os portugueses nos meses que antecederam a independência moçambicana refiram-se os motivos apontados por Vítor Crespo: a FRELIMO ser maioritária no Governo e a campanha de ódio racial fomentada contra os brancos. Como aponta, não era «possível modificar a angústia generalizada e a decidida vontade de partir que se apoderou da população europeia» por isso depender «quase exclusivamente da política executada pelo Governo de Transição dominado pela FRELIMO e pouco do lado português». Considerando mais nociva uma campanha «de informação e esclarecimento errada», a qual, em vez de propalar uma política de não-discriminação racial, promovia «um racismo latente» e crescente.²⁸⁷

No relatório enviado ao Governo de Lisboa, o Alto-Comissário mencionava o «elevado grau de instabilidade psicológica» da população radicada, que se encontrava «frustrada» por não lhe ser dito se poderia ficar no futuro e em estado de «agitação emocional» pelo facto de «não encontrar meios de transporte de bens e de não conseguir transferir economias para Portugal».²⁸⁸ Situações que os portugueses consideravam serem deliberadas para travar o embarque dos seus bens, cuja posse as autoridades moçambicanas reclamavam, por pertencerem ao povo e ao país, onde deveriam ficar.

A conjugação da quadra natalícia com o termo dos contratos de trabalho no final de 1974 aumentara as saídas rumo à metrópole, considerando que se fosse autorizado o envio das mensalidades para os familiares não partiriam tantos homens que pretendiam fazê-lo «apenas para arranjar forma de manter a família em Portugal».²⁸⁹ Com esse propósito, o Governo português concedeu ao congénere moçambicano um subsídio de

²⁸⁷ Crespo refere que a análise de situação reportada para Lisboa era «no essencial» por si repetidamente apresentada «ao 1.º Ministro Chissano que a escuta atenta e cordialmente mas que nada resolve»

²⁸⁸ Relatório do AC, 10.11.1974, Doc. 3, 1-3, 17, FPVC-CD25A-UC.

²⁸⁹ Carta do AC p/primeiro-ministro Vasco Gonçalves, 13.12.1974, 1-2, GB1616, AHPR.

500 000 contos a fundo perdido que deveria ser gasto prioritariamente nas transferências das pensões de residentes cujas famílias tivessem partido depois de 11 de Junho.²⁹⁰

Tendo o Governo de Transição decidido em Novembro não atribuir um estatuto de excepção os portugueses, o primeiro-ministro, Joaquim Chissano, informou o Alto-Comissário que após a independência, brancos e asiáticos passariam a ser estrangeiros em solo moçambicano devendo requerer a nacionalidade. Contudo, o pedido poderia ser indeferido em função das atitudes de cada indivíduo para com o País.²⁹¹ As directrizes estavam traçadas, mas a lei só seria publicada na terceira semana de Maio de 1975.

Promulgada a alteração do estatuto dos funcionários públicos (que extinguiu o 13.º mês e a licença graciosa), em Dezembro de 1974 foram também nacionalizados negócios, terrenos e imóveis cujo comportamento dos proprietários fizesse «pressupor a intenção deliberada de prejudicar» a descolonização ou o progresso económico. Empresas singulares ou colectivas, produtoras de bens ou fornecedoras de serviços com equipamentos clínicos, científicos ou de cálculo que não contribuíssem «normalmente para o desenvolvimento económico de Moçambique ou para a satisfação dos interesses colectivos» seriam intervencionadas. Medidas que embora considerasse «demasiado violentas», o Alto-Comissário entendeu justificarem-se pela débil situação económica de Moçambique.²⁹²

O mesmo decreto declarou em estado de abandono (revertendo para o Estado) todas as empresas, prédios rústicos e urbanos devolutos há mais 90 dias, prazo que era contado a partir da data de saída dos proprietários, ainda que esta tivesse ocorrido antes do diploma ser publicado. Nos reparos apontados pelo Alto-Comissário constavam o prazo «irrisório» de 90 dias, a contagem configurar uma violação «do princípio geral da não-retroactividade da lei» e ser inexequível ao dono reclamar a posse nos 60 dias posteriores aos editais, por não ser sequer notificado da presunção de abandono.²⁹³

Segundo Crespo «as pessoas que tinham abandonado o território por razões emocionais [...] no caso de virem a querer retomar as suas propriedades já não o poderiam fazer». Ainda assim aceitou que, decorridos os 90 dias, o Estado procedesse à

²⁹⁰ Acordo entre o Governo português e o Governo de Transição de Moçambique, Janeiro de 1975, Doc.14, 48, FPVC, CD25A-UC. As transferências mensais deveriam ser de 5,000 escudos para o cônjuge e de 3,000 escudos por cada filho menor de 21 anos de idade, sem ultrapassar 60% do vencimento auferido em Moçambique nem exceder o montante de 12,000 escudos. Dos 500 000 contos concedidos apenas foram gastas nestas transferências 35 000 contos.

²⁹¹ Relatório Diário, 21-22.11.1974, 6, Fundo 3, Cx27, ADN.

²⁹² Relatório do AC, 08.12.1974, Doc. 7, 16 e de 29.12.1974, Doc. 10, 10-11, 26-27, FPVC, CD25A-UC.

²⁹³ Análise do Decreto-Lei, 29.12.1974, Doc.10, 32-36, FPVC-CD25A-UC.

sua administração ou utilização e promulgou o diploma. O responsável português fez questão de justificar que a sua proposta de um prazo de 12 meses para reclamação de propriedades rústicas e de 6 meses para imóveis urbanos tinha sido recusada, sob a alegação do Governo de ser sua intenção distribuir essas terras pelos legítimos donos africanos, a quem «tinham sido inicialmente retiradas».²⁹⁴ Vista pelos radicados como uma retaliação, o Governo pretendeu anular as apropriações abusivas ou indevidas de propriedades, de modo a compensar as injustiças cometidas no passado colonial.

O pacote legislativo publicado incluía a aplicação de penas de prisão de 2 a 8 anos a quem contribuisse para enfraquecer a economia – encerrando fábricas ou outras actividades sem causa legítima, exportando máquinas, equipamentos ou outros bens e valores necessários ao país – e a quem trocasse mais de 2,500 escudos de moeda local numa outra com valor cambial, em vez dos 30 000 escudos autorizados até essa data.²⁹⁵

Com efeito, a procura de escudo metropolitano aumentara enormemente, tendo-se verificado mesmo um «considerável aumento do mercado negro de dinheiro português, nele estando implicados elementos das FAP a todos os níveis».²⁹⁶ Aludindo um evocador à venda de escudos a 150%, 200% e 300% do câmbio oficial na cidade da Beira, onde (segundo escreve) jipes da Polícia Militar estacionavam à porta de locais de diversão nocturnos «a perguntar quem queria dinheiro de Portugal».²⁹⁷

O ano de 1975 começou em Moçambique com «problemas de falta de géneros de primeira necessidade» (pão, arroz e batata), registando as autoridades: «A «situação económica deveras difícil provoca mal-estar entre a população». Na Beira 1,200 pessoas aglomeravam-se no aeroporto em estado «inquietante», temendo-se uma invasão da pista ou um eventual assalto aos aviões».²⁹⁸ Continuavam «a ausentar-se definitivamente numerosas famílias» e centenas de pessoas concentraram-se (durante 2 dias e duas noites) junto a uma companhia de navegação em Lourenço Marques para conseguir senhas de transporte para bagagens e viaturas.²⁹⁹

Dado o número elevado de pedidos de saída do território, na última semana de Janeiro brigadas da CVI, das FAP e de 2 ministérios organizaram uma ponte aérea para

²⁹⁴ Reunião do AC c/ministros da Coordenação Económica e da Justiça, 21.01.1975, Doc.14, 37-40, FPVC, CD25A-UC.

²⁹⁵ Relatório do AC, 29.12.1974, Doc. 10, 30-32, FPVC, CD25A-UC. O Decreto-lei n.º 181/74 de 2 de Maio permitia a conversão até 30 contos de moeda local noutra com valor cambial.

²⁹⁶ RD, 23-24.01.1975, 7, Fundo 3, Cx27, ADN.

²⁹⁷ José Paixão Carvalho (texto), *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 11.

²⁹⁸ RD, 03-06.01.1975, 8, Fundo 3, Cx27, ADN.

²⁹⁹ CCM p/EMGFA, 08.01.1975, Secreto, Fundo 3, Cx45, ADN.

Lisboa que transportou uma média diária de 180 passageiros – a 3 dias da operação findar tinham sido transportadas 1,400 pessoas – declarando-se na maioria «descrente» numa vida tranquila no território.

O mesmo relatório assinalava o recurso ao jogo num casino da Suazilândia por europeus e asiáticos como meio de saída ilegal de capitais, a desconfiança dos frelimistas nas autoridades policiais e administrativas, o desdém da população africana para com os portugueses – «sempre que encontra motivo hostiliza a Nossa Tropa e os europeus» – e a pretensão dos radicados protestarem junto do Alto-Comissário devido «à revista que começou a ser passada às suas bagagens».³⁰⁰

Para além da vistoria às bagagens, a portaria ministerial n.º 31/75 proibiu a saída de caixotes fabricados em madeira com valor comercial com comprimento superior a 1,80 cm, de camiões, furgonetas, tractores e outros veículos de carga. Só poderiam embarcar viaturas ligeiras adquiridas há mais de um ano e era cobrada uma taxa de 30% a automóveis com menos de 3 anos e de 25% a artigos domésticos (novos e usados).³⁰¹ Medidas que foram evidentemente recebidas com «animosidade» pelos portugueses.³⁰²

Foi, então, elaborada uma lista de objectos que, ostentando sinais de uso, não seriam taxados.³⁰³ A qual permite aferir o que levava quem partia: artefactos de uso quotidiano (quase sempre o recheio da casa), peças de pertença afectiva (enxoval, livros, relógios, álbuns com fotografias) e de carácter funcional (máquinas de costura, de filmar, fotográficas), tendo estes últimos objectos sido o sustento de recurso de muitos após a chegada à metrópole. Como diz uma mulher nascida em 1914:

Tinha [...] uma casa que me levou 30 anos a pagar, um jazigo, entre outras coisas. Cheguei a Lisboa apenas com a roupa que trazia no corpo. Tudo deixei, até o meu carro. É triste esta situação! [...] Actualmente faço uns sacos de pão, pequenos trabalhos de costura que nada me rendem, pois são-me pagos a 5\$00 cada um. Chego a trabalhar até às duas da madrugada muitas vezes. E tenho 63 anos!³⁰⁴

³⁰⁰ RD, 31.01-03.02.1975, Reservado, 12-13, Fundo 3, Cx27, ADN.

³⁰¹ Actividade do Governo de Transição, 02.02.1975, Doc.15, 8, FPVC, CD25A-UC.

³⁰² RD, 17-18.02.1975, 8, Fundo 3, Cx27, ADN.

³⁰³ Normas de execução da portaria n.º 31/75, 16.02.1975, Doc.17, 8, 28-30, FPVC, CD25A-UC. A lista de objectos não taxados incluía uma mobília de sala de estar completa, um candeeiro de tecto (excepto de cristal), batedeira e torradeira eléctricas, talheres cuja liga não fosse de metal precioso, serviços de jantar, chá e copos para 12 pessoas, uma mobília de quarto de casal e das pessoas do agregado familiar, giradiscos simples, rádio, máquina de costura mecânica, uma secretária, livros e revistas.

³⁰⁴ Olívia da Conceição Lucas, Póvoa de Santa Iria, *O Retornado*, n.º 72, 22.02.1977, 22.

Em Angola apenas poderia ser embarcado um veículo por agregado familiar e nenhuma carrinha com menos de 15 anos – medida justificada pelos abusos verificados, de falsificação de registos de propriedade que permitia a exportação de várias viaturas – e em Agosto passou a ser efectuado um controlo mais apertado às bagagens por nelas terem sido encontrados objectos que não constituíam bens de primeira necessidade. Era, por conseguinte, decretada uma «verificação aduaneira rigorosa» de todos os volumes destinados ao exterior.³⁰⁵

As autoridades portuguesas reconheciam verificarem-se «alguns exageros» na quantidade e variedade de artigos que pretendiam embarcar e que somente seriam «explicáveis pela ânsia em minorar um pouco a sua situação de pessoas que, de um momento para o outro, foram privadas de qualquer possibilidade de continuar a sua vida normal, deixando muito produto do seu trabalho de vários anos».³⁰⁶ Privados das poupanças detidas em África, para quem não possuía economias em Portugal o recheio da casa, as ferramentas de trabalho e o automóvel constituíam todo o seu património. Como uma mulher que depois de 26 anos em Angola refere que a única riqueza que trouxe foi o único neto com 22 meses. «Lá deixei ficar o direito ao trabalho que nos dava ‘o pão nosso de cada dia’ e o recheio de uma casa modesta, mas que hoje, que nada tenho, me parece de um valor incalculável».³⁰⁷

A natureza dos objectos que pretendiam transportar nos navios (taxímetros, peças de automóveis, pedras-mármore, sanitários e alcatifas arrancados das habitações, sabão em pó, etc.) encontrados nas vistorias das brigadas nacionalistas era frequentemente ridicularizada na imprensa angolana a par da exortação à «vigilância revolucionária» para pôr fim ao que era qualificado de sabotagem económica.³⁰⁸ A «praga» ou «peste dos caixotes» (como era designada) aumentava à medida que diminuía os dias para a independência, numa «sangria» que sendo nefasta a Angola era lucrativa para quem alugava camiões a 7 contos por dia para estarem parados dias consecutivos em fila, à espera do embarque.

A suspeição sobre uns brancos que construíam os caixotes somente durante a noite levou à sua devassa. No seu interior havia frascos com café, compotas, vários pares de botas, peças sobressalentes e uma ventoinha, o que (para o repórter) demonstrava a

³⁰⁵ RI n. 39, 20.08.1975, 2, Fundo 43, Cx840, AHM. *Diário de Luanda*, 13.08.1975, 2.

³⁰⁶ RI n. 40, 27.08.1975, 4-5, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁰⁷ Sem nome, Miratejo, *O Retornado* n.º 8, 28.11.1975.

³⁰⁸ *Diário de Luanda*, 17.09.1975, 7.

semítica avidez destes portugueses que, chegados a Angola sem nada, dela queriam levar tudo.³⁰⁹ A ânsia de levar o máximo de objectos era ditada pela perspectivada necessidade que deles teriam em Portugal. Como refere uma mulher num testemunho recente: «As pessoas preocupavam-se fundamentalmente em trazer o que tinham porque sabiam que chegavam cá sem mais nada. Houve gente que trouxe consigo coisas porque sabia que não tinha dinheiro para as comprar quando cá chegasse. Já bastava a preocupação de chegar a um país novo e ter de procurar emprego e casa».³¹⁰

Muitos destes caixotes não foram embarcados, outros chegaram vazios a Portugal, uns foram saqueados antes do embarque, outros depois de depositados à beira-Tejo. Uns chegaram intactos tendo sido resgatados pelos respectivos proprietários, outros foram arrombados e os seus conteúdos esvaziados ou simplesmente vandalizados. Grande parte passou largos meses na zona ribeirinha por os proprietários não os conseguirem localizar, não terem como pagar a taxa para os levantar e o seu transporte ou não terem casa ou um armazém onde colocar os objectos que continham.

Um «desalojado» que vivera 15 anos em Moçambique «em pleno mato» enviara para Portugal (antes de partir) 7 malas de porão com o enxoval da casa, artigos domésticos, roupas «e outros artigos de valor, de ordem moral e sentimental e muita estima» que entregou a uma transportadora de Nacala. Em Lisboa percorreu várias vezes o trajecto de Cabo Ruivo ao Campo das Cebolas e do Cais Conde da Rocha em Alcântara a Algés à procura da grade com nome da mulher, «chegando a desesperar e sem nada encontrar!» Cada vez que ia dos Olivais a Belém pensava que «centenas de refugiados» deveriam estar na sua situação porque fez aquele percurso entre os meses de Agosto de 1975 e Julho de 1976 vendo «sempre volumes a apodrecer e já saqueados» possivelmente pertencentes a quem não os conseguira localizar.³¹¹

Os caixotes entregues à Comissão de Apoio aos Desalojados por um português radicado em Luanda (chegado a Portugal em 19 de Outubro de 1975) nunca aportaram a Lisboa.³¹² Um outro (que chegou em 22 de Agosto de 1975 no navio *Uíge*) despachara os 7 caixotes e uma mala, pagando o que foi necessário para os embarcar: o excesso de

³⁰⁹ *Diário de Luanda*, 08.10.1975, 5. *DL*, 13.10.1975, 6.

³¹⁰ Marta V. Rosales, «Retornos e Recomeços, Experiências construídas entre Portugal e Moçambique», F. Rosas, M. Machaqueiro, P. Aires de Oliveira, *O Adeus ao Império...*, 209-226, 221.

³¹¹ José Drummond, Pontinha, *O Retornado* n.º 40, 13.07.1976.

³¹² Carlos Braga, Barreiro, *O Retornado* n.º 17, 30.01.1976, 3 e n.º 24, 20.03.1976.

peso, alguns ‘mata-bichos’ e gratificações.³¹³ De pouco adiantou, porque a bagagem ficou em terra, sendo-lhe dito (e a outros passageiros) que seguiria no navio seguinte, o que não aconteceu. Ao indagar o motivo foi informado que só poderia ser embarcada estando o proprietário ou alguém por ele presente. Lá ficando «aqueles tristes despojos» que se viessem ajudariam a «recomeçar a vida».³¹⁴

Parte dos contentores deixados em Moçâmedes no Verão de 1975 (quando o Sul de Angola já era assolado pela guerra) também nunca chegou.³¹⁵ Um aposentado da PSPA que esteve 14 anos em Angola reclamava uma indemnização pelo conteúdo de 8 caixotes que, dadas as confrontações já deveria ter sido saqueado ou destruído.³¹⁶ Outro evocador refere que um dos 13 volumes (carregados em Luanda no navio *Roçadas* em Junho de 1975) chegara vazio a Lisboa.³¹⁷ Referindo um outro que o embarque no porto de Luanda era controlado por elementos de um movimento, os quais, segundo escreve: «não trabalhando nem deixando trabalhar para que os nossos caixotes fossem carregados antes da independência, os abriam e revistavam tudo, deixando só vir o que eles bem entendiam e roubando tudo o que era melhor».³¹⁸

Em Moçambique, a vistoria e selagem dos caixotes foi unicamente realizada pelos agentes alfandegários até Fevereiro de 1975, quando elementos da FRELIMO exigiram fiscalizar os conteúdos, passando a fazer o controlo das bagagens antes de fechadas, em parceria com a Guarda Fiscal.³¹⁹ A inspecção aos interiores de contentores e das viaturas por elementos nacionalistas indignava os proprietários e gerava atritos frequentes nas plataformas de embarque por as bagagens serem esventradas e revistadas, os objectos retirados de forma descuidada e sôfrega, sendo dispersos pelo chão ou danificados, em busca de peças de valor ou de interesse (rádios, equipamentos de som, máquinas de escrever, fotográficas, etc.) que eram, muitas vezes, subtraídas.

Ironicamente, um evocador alude à omissão na ficha de recenseamento preenchida à chegada à metrópole das linhas em branco para poderem referir os «bens confiscados e outros deixados (leia-se abandonados à força) no ultramar e as razões que levaram à

³¹³ ‘Mata-bicho’: expressão ultramarina equivalente na gíria portuguesa a ‘bucha’ composta por uma sandes e uma bebida, também usada como sinónimo de primeira refeição do dia.

³¹⁴ Manuel Goinhas Silveira, Lisboa, *O Retornado* n.º 7, 21.11.1975, 2.

³¹⁵ José Correia, Fundão, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976. José Luís Dias, Coimbra, *O Retornado* n.º 29, 27.04.1976, 21.

³¹⁶ Sem nome, Valongo, 25.08.1980, CC 976, AHPR.

³¹⁷ Constantino Esteves Rodrigues, *O Retornado* n.º 9, 05.12.1975, 2.

³¹⁸ António Duarte, Lisboa, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 2.

³¹⁹ Relatório de situação militar de 17-24.02.1975, Secreto, Doc.18, 22, FPVC, CD25A-UC.

saída dos portugueses». Aditando (em tom jocoso) que talvez depois de restabelecidas as relações diplomáticas com Moçambique, o Governo português se dispusesse a defender os interesses dos portugueses que lá viveram e especialmente dos bens por eles adquiridos legitimamente, dos quais foram abusivamente espoliados. Desculpando-se por a carta não ser dactilografada, mas a única máquina de escrever que tinha, fora-lhe confiscada à saída de Moçambique.³²⁰

Após a independência a saída de bens tornou-se obviamente ainda mais difícil, sendo o agente alfandegário aeroportuário ainda chamado de ‘guerrilheiro’ por quem se mantinha apegado ao estatuto do passado:

Nem ao menos nos deixam trazer de lá todo o recheio das nossas casas e agora até já nem as viaturas se podem trazer, nem sequer um ‘tostão [...] Revistam tudo e todos, dos pés à cabeça, sem qualquer comportamento ou educação. As pessoas estão sempre à espera que um guerrilheiro [...] fique com uma ou outra peça de roupa, quando não ficam mesmo com as jóias das nossas mulheres, os anéis e os fios de ouro.’³²¹

Afirmando um outro residente em Moçambique desde 1948, que afirma ter sido despejado de casa e despedido em Junho de 1975: «Minha mulher chegou a Portugal em 22 de Setembro, sem dinheiro, só com as roupas do corpo, pois no aeroporto até apalpada foi para evitar que trouxesse dinheiro ou jóias».³²²

Apesar dos esforços empreendidos em Fevereiro de 1975 em certas alfândegas a vistoria de bagagens «continuava a ser feita de uma maneira que perturbava» quem saía de Moçambique, não considerando o Alto-Comissário ser necessário alterar a legislação em vigor desde que se uniformizassem os procedimentos. A licença graciosa acabou no final de Março (em Angola foi extinta em Julho) e seriam declarados vagos os lugares de funcionários que não se apresentassem ao serviço após 30 de Abril.

Como problema pendente era assinalada a morosidade de instrução dos processos dos presos sem culpa formada (que alegando incompetência e da falta de isenção dos instrutores pediam para ser transferidos para Portugal) e a extensão da sua prisão preventiva para 6 meses que, já aprovada, iria ultrapassar a data da independência.³²³

E a tropa continuava em retirada. Segundo informação secreta, desde a assinatura do Acordo de Lusaca em 7 de Setembro a finais de Dezembro de 1974 quase 10 000

³²⁰ L.F.V., Porto, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1977, 20.

³²¹ José Dias, Lisboa, *O Retornado* n.º 40, 13.07.1976.

³²² Raul Simões, Lisboa, *O Retornado* n.º 04, 31.10.1975.

³²³ Reunião do AC c/primeiro-ministro do GT, 27.02.1975, Doc.19, 62-68, FPVC, CD25A-UC.

militares da metrópole tinham regressado a Portugal.³²⁴ Entre Janeiro e Março de 1975 mais 7, 000 soldados partiram, tendo os quartéis nos distritos de Tete, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia sido entregues à FRELIMO em Abril.³²⁵ Como os contingentes militares não eram substituídos, as autoridades nacionais em ambos os territórios apenas contavam com os efectivos ainda a cumprirem missão. Até à «fase crítica próxima da independência» moçambicana estava previsto ficarem apenas 3,000 efectivos colocados nas cidades de embarque: Beira, Nacala e Lourenço Marques. Cabendo aos 3 Comandos Territoriais (Norte, Centro e Sul) a protecção dos 145 350 portugueses que, em Janeiro de 1975, se estimava ainda se encontrarem em Moçambique.³²⁶

Sob ameaça antes da partida

A 6 meses da independência de Moçambique, a 5.^a Repartição das FAP – único organismo militar encarregue de «avaliar a situação da população branca face aos problemas da descolonização» – relatava que esta se sentia genericamente «mais calma e segura». Parte dela considerando que o futuro no território era «pouco prometedora» continuava «a abalar» enquanto outra, ainda com «algumas esperanças», hesitava, retardando a partida. Contudo, aos que queriam partir deveria conceder-se transporte para as suas bagagens porque reclamavam muito, «contaminando os outros com ideias torpes». ³²⁷ O Comando-chefe, Sousa Menezes corroborava: quem queria partir (o verbo usado é sempre ‘abandonar’) iria fazê-lo como se constatava «pelo elevado número de caixotes expostos nos quintais e pelas enormes bichas que formam junto às companhias aéreas e marítimas, logo que têm conhecimento da existência de barcos para transporte de bagagem». ³²⁸

A partida resultava de uma percepção de ameaça constante que assolava, em particular, os habitantes das zonas rurais. Estas gentes (caracterizadas como) «menos evoluídas e menos afectas a compreender o processo de descolonização» continuavam a fugir para as cidades, como era registado: «inúmeros colonos e cantineiros que também se dedicavam à agricultura sentem-se constantemente ameaçados pelas populações que ora lhes dizem irão ficar sem os seus terrenos, ora proferem ameaças mais graves». Por

³²⁴ Relatório de situação militar, 06-13.01.1975, Secreto, Doc.10, 42, FPVC, CD25A-UC.

³²⁵ Relatório do AC, 23.03.1975, Doc.20, 8, FPVC, CD25A-UC.

³²⁶ Relatório de situação militar, 06-13.01.1975, Secreto, Doc.10, 43, FPVC, CD25A-UC. Estavam referenciados 83 000 cidadãos brancos na área do CT Sul, 36 250 no CT Centro e 26 200 no CT Norte.

³²⁷ Relatório de situação militar de 06-13.01.1975, Secreto, Doc.10, 50, FPVC, CD25A-UC.

³²⁸ Situação militar de 31.01.1974 a 05.01.1975, Secreto, Doc. 11, 38, FPVC, CD25A-UC.

este motivo, alguns agricultores do colonato do Limpopo tinham decidido repartir com os vizinhos moçambicanos «terrenos já cultivados para evitar maiores males».³²⁹

Parte das arbitrariedades praticadas era imputada aos órgãos de poder popular – os Comités de Acção e as Forças Populares em Angola e os grupos dinamizadores em Moçambique – que os movimentos alegavam não conseguir controlar. Segundo um capitão das FAP (próximo da FRELIMO) em «bastantes» desses grupos dinamizadores era observado «um sentimento de autoridade que descamba frequentemente para o campo da prepotência, provocando perturbações sociais e conflitos com as autoridades de direito ainda em exercício».

A doutrinação política que estes grupos ministravam (de trabalho comunitário e repartição igualitária da riqueza) não surtia efeito na «população branca desinteressada na sua maioria» da participação nos moldes pretendidos «e ainda com sentimentos de insegurança física» nem na «pré-burguesia negra» que receava perder a sua estabilidade económica. Excediam-se muitas vezes ao imiscuírem-se «em assuntos do foro policial ou administrativo (abusos de autoridade, detenções indevidas)» especialmente nas áreas rurais, mas no distrito de Inhambane o «abate indiscriminado de gado [e] julgamentos populares») eram feitos pelas próprias populações.³³⁰

Não obstante a população branca se manter instável não era previsível que criasse «situações graves de reacção ao processo de descolonização».³³¹ Quanto aos que já se encontravam detidos por esse crime, «alguns incriminados por atitudes meramente emocionais e passíveis de recuperação», a Comissão Militar Mista (CMM) aceitara fazer uma triagem dos reclusos para o Alto-Comissário determinar quais deveriam ser expulsos do território. Tendo, entretanto, ocorrido mais uma detenção: a de 2 cidadãos portugueses brancos, por frases injuriosas à nova autoridade, que «sob ameaça de armas foram coagidos a trabalhos na ‘machamba do povo’».³³²

Se a triagem chegou a ser feita nunca foi apresentada, segundo registou Vítor Crespo a escassos 25 dias da independência: tinha sido acordada com a CMM a expulsão dos presos políticos sem culpa formada cuja presença fosse indesejável, mas o Governo de Transição colocava «grandes entraves à sua aplicação» e quando o assunto

³²⁹ Relatório de situação militar de 06-13.01.1975, Secreto, Doc.10, 50, FPVC, CD25A-UC

³³⁰ Carlos Lopes Camilo, *Alguns elementos sobre implantação política da FRELIMO na área de responsabilidade do CTS*, 18.02.1975, Doc.19, 79-85, FPVC, CD25A-UC.

³³¹ Relatório de situação militar de 27.01-03.02.1975, Secreto, Doc.15, 53. Relatório do AC, Doc.16, 5, FPVC, CD25A-UC.

³³² Relatório de situação militar de 10-17.02.1975, Doc.17, 38-39, FPVC, CD25A-UC.

era abordado, o ministro da Justiça proferia «respostas afirmativas, mas sempre evasivas e sem comprometimento definitivo».³³³

Na lista de nomes que a Polícia Judiciária (PJ) entregara ao referido governante constavam 18 prisioneiros nestas condições. Sendo a PJ uma das forças mais temida pelos radicados, Vítor Crespo afirmava-se «apreensivo» com a sua actuação devido às intervenções excessivas e injustificadas que realizava, «com base em suspeitas sem suficiente fundamento e através de comportamentos perante os detidos perfeitamente inconvenientes, do tipo ameaças físicas e psicológicas». Cometendo ainda a nível administrativo «autênticos abusos de poder» que, segundo apontava, começavam «a ser do domínio público».³³⁴

O racismo contra os portugueses também continuava a ser instigado. Sousa Menezes lamentava que «a campanha de boatos [...] sobre possíveis massacres na população branca após a independência» propalada em inícios de Março de 1975 em Lourenço Marques, não tivesse sido aplacada com uma garantia formal do Governo em vez dos meros desmentidos da imprensa, de modo a que as populações africanas – que identificavam «indiscriminadamente o branco como colonialista» – não «virem a descarregar sobre aquele todas as tensões acumuladas», segundo registou, «reavivadas, por força da insistência, por vezes desnecessária, com que a imprensa em geral, a rádio e os responsáveis políticos vêm imputando a responsabilidade de todas as carências e dificuldades ao colonialismo».³³⁵

Definido o estatuto dos futuros cooperantes por despacho do Alto-Comissário, os funcionários públicos poderiam ficar em Moçambique cumprindo um contrato de 2 anos prorrogável por períodos anuais, podendo desvincularem-se em qualquer momento mediante aviso prévio de 180 dias. No termo do contrato, o servidor do Estado tinha direito a levar para a metrópole o recheio da casa e um veículo adquirido há mais de um ano sem cobrança de qualquer taxa. E quem quisesse ingressar no QGA em Portugal teria de enviar o requerimento até 25 de Maio, ou seja, 15 dias depois.³³⁶ Data em que se registavam quase 2,000 pedidos.³³⁷

Uma funcionária portuguesa que ficou durante 6 meses, justificava nos seguintes termos porque queria partir com o marido e os 3 filhos, embora estivessem a trabalhar

³³³ Relatório do AC, 01.06.1975, Doc. 27, 6-8, FPVC, CD25A-UC.

³³⁴ Relatório do AC, 01.06.1975, Doc. 27, 6-8, FPVC, CD25A-UC.

³³⁵ Relatório de situação militar de 17-24.03.1975, Doc. 20, 24, FPVC, CD25A-UC.

³³⁶ Boletim Oficial, *Despacho do AC*, 10.05.1975, Doc.24, 16-17, FPVC, CD25A-UC.

³³⁷ Relatório do AC, 01.06.1975, Doc.27, 8, FPVC, CD25A-UC.

como cooperantes: «Tornou-se-nos impossível continuar a viver por cá. Sem escola para os filhos, sem médicos, sem lei e sem embaixada que nos defenda de prisões arbitrárias; sentimo-nos vendidos e carne para canhão». Com efeito, faltavam docentes nas escolas e médicos nos hospitais, onde havia longas filas para uma consulta, tendo os africanos prioridade de atendimento (inversamente ao que sucedia no passado); as detenções arbitrárias abrangiam também os brancos, cujas expulsões determinadas pelo Governo para serem cumpridas em 24 horas implicavam a perda das contas bancárias. Não surpreendendo que no início de 1977 apenas 20 000 portugueses se mantivessem em Moçambique.³³⁸

Em matéria de ensino, a evocadora questionava que futuro poderia dar aos filhos, «com estes estudos de ‘machamba’, hinos revolucionários e lavagens de cérebro», que era somente o que faziam na escola. Não havia ensino particular e os professores não podiam dar explicações.³³⁹ De facto, o programa curricular sofrera enormes mutações. A escola era concebida como «uma célula de produção durante o ano lectivo», em que avaliação não era realizada aos conhecimentos adquiridos mas à experiência resultante dos desafios deparados ao ‘homem novo’.³⁴⁰ Relatando uma jovem de 15 anos que os alunos tinham de capinar 3 horas por dia, não havendo docentes em todas as disciplinas e as ministradas não os preparavam suficientemente para os exames no Ministério da tutela, em Lourenço Marques.³⁴¹

Crespo advogava que certas áreas do ensino deveriam ser africanizadas, mas sem que houvesse perda de qualidade ou alterações curriculares demasiado bruscas, de modo a garantir a equivalência dos diplomas em instituições estrangeiras.³⁴² Em Maio de 1975 admitia, porém, que teriam de existir sistemas de ensino separados, por já se denotar uma «falta de respeito para com o ensino do português», motivo pelo qual considerava «natural» que os docentes não aceitassem ficar em Moçambique.³⁴³ De qualquer modo, o Estado custeava a viagem a qualquer funcionário público que quisesse partir.

Numa síntese sobre as últimas semanas antes da independência, Crespo referiu-se à entrada de Samora Machel em Moçambique como um «êxito revolucionário», confessando ter-se revelado infundado o seu receio de que alguns «discursos pudessem

³³⁸ Omar R. Thomaz, Sebastião Nascimento, «nem Rodésia...», *Os Outros da Colonização*, 337.

³³⁹ Sem nome, Maputo, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 2.

³⁴⁰ *A Capital*, 27.11.1974, *A Descolonização Portuguesa, aproximação a um estudo*,..., 127.

³⁴¹ Sem nome, *O Retornado* n.º 23, 13.03.1976, 14.

³⁴² Os diplomas escolares do período colonial eram reconhecidos em escolas europeias e sul-africanas.

³⁴³ Relatório do AC, 11.05.1975, Doc.24, 6-7, FPVC, CD25A-UC.

vir a assustar alguns europeus».³⁴⁴ Porém, na semana seguinte registava que os últimos discursos, «porque demasiado inflamados», tinham assustado muitos radicados que estavam dispostos a ficar.

Desde o início da chamada ‘marcha triunfal’ – em que passou por localidades emblemáticas da luta de libertação –, o presidente da FRELIMO aludiu ao racismo, ao anticolonialismo e à solidariedade entre os 2 povos. Mas em Nampula (que considerou «o centro do colonialismo militar dos agressores») desferiu «um ataque sistemático ao comportamento da tropa portuguesa cuja inspiração para a barbárie se encontrava no álcool e na prostituição. Daí passou para o ataque ao colonialismo português, à cultura portuguesa», classificando-a como colonialista e os radicados como seus agentes directos, utilizando o presente indicativo quando até aí aludira somente ao passado. Repetindo esta mesma mensagem noutras localidades.³⁴⁵

É também num destes relatórios finais que o Alto-Comissário reconhece a existência de represálias que surgem denunciadas nalguns testemunhos. Nas zonas já sob administração moçambicana ocorria «um grande número de incidentes e atitudes inconvenientes», actos de «justiça revolucionária» sobre quem denotava uma conduta contrária à nova ideologia. Os «métodos ‘revolucionários’ e educativos» eram, no entanto, considerados «chocantes» aos brancos a eles sujeitos por os sentirem como «uma humilhação».³⁴⁶ Motivo pelo qual as populações brancas tinham fugido de Tete, Vila Cabral, Vila Pery e Quelimane. Estes actos de humilhação consistiam em tarefas laborais anteriormente desempenhadas por africanos como o corte de capim ou a limpeza de dejectos nas vias públicas, ter de caminhar descalço, ser exibido em sessões públicas e sujeito às condições em que os combatentes nacionalistas tinham vivido nas suas bases militares durante a guerra colonial.

As campanhas de ‘desinfestação’ societal prosseguiram, culminando a que foi realizada em Outubro de 1975 numa nova vaga de partidas devido à detenção e envio para campos de reeducação de cerca de 3,000 cidadãos acusados de sabotagem económica, espírito contra-revolucionário, prática de vícios coloniais ou simplesmente por não serem portadores de documento identificativo.

«A finalidade (dizia-se) era a caça ao vadio, à prostituição, aos homossexuais, aos alcoólicos, etc., mas nas mesmas malhas foram apanhados todos os cidadãos, mesmo os

³⁴⁴ Relatório do AC, 25.05.1975, Doc.26, 8-11, FPVC, CD25A-UC.

³⁴⁵ Relatório do AC, 01.06.1975, Doc.27, 8,13, FPVC, CD25A-UC.

³⁴⁶ Relatório do AC, 25.05.1975, Doc.26, 18-19, FPVC, CD25A-UC.

honestos e identificados, homens, mulheres, novos e velhos, mesmo crianças», escreveu um evocador. Referindo-se ainda ao pedido feito por um camarada cliente (negro) para que dactilografasse uma certidão comprovativa em como vivia maritalmente com a companheira que, nessa madrugada, tinha sido levada para o campo da Gorongosa, a pretexto de ser prostituta, dado não serem casados.³⁴⁷

Os portugueses que ficaram tiveram de «renegociar quotidianamente o seu universo identitário» e ideológico, o que supunha «uma certa discrição na sua relação com a política» e uma conformidade comportamental com as regras da maioria negra. Passaram a ser «estranhos no país que escolheram como seu» e como estrangeiros a sua presença poderia ser posta em causa em qualquer momento. Nuns casos foi êxodo ou retorno, noutros fuga ou expulsão, sem que nenhum destes termos possa traduzir toda a complexidade deste processo.³⁴⁸

Uns deixaram Moçambique «por mero oportunismo, outros por não se adaptarem ao novo regime político e ao novo padrão de vida que lhes era imposto». Houve quem se quis juntar à família na metrópole e quem partiu por as humilhações a que foi sujeito terem deixado «marcas psicológicas desgastantes» ou por «estar sujeito a uma perseguição constante»; quem partiu sendo pela independência e quem discordando do modo como se processou a transferência de poderes quis ficar, sem renunciar à nacionalidade.³⁴⁹ A todos foram concedidos 90 dias após 25 de Junho de 1975 para optarem se queriam ser portugueses em Portugal ou estrangeiros em Moçambique, ditando a primeira opção que a partida se concretizasse nas 60 horas seguintes e com apenas 20 quilos de bagagem. O mesmo peso permitido aos ‘reaccionários’ que foram expulsos do país em 24 horas.

Moçambique aproximava-se da independência e Angola do início de uma guerra que levou ao êxodo de 300 000 portugueses do mês de Junho à data da independência. Os ataques desferidos em Luanda, Cabinda, no Norte e no Leste perpetrados nos meses de Maio e Junho representaram «o toque de finados para os sonhos acalentados por milhares» de portugueses de poderem permanecer em Angola.³⁵⁰ A cidade de Malange foi fustigada (em Junho) por bombardeamentos «com armas pesadas, assaltos e

³⁴⁷ Sem nome, Maputo, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976, 6. Este campo situava-se a 100 km de Vila Paiva de Andrade.

³⁴⁸ Omar R. Thomaz, Sebastião Nascimento, «Nem Rodésia...», *Os Outros da Colonização...*, 338-339.

³⁴⁹ Garcia de Araújo, *Reaccionário anónimo*, (Sem local: edição de autor, 1979), 9-10.

³⁵⁰ RI n.29, 11.06.1975, 6-7, APSC. Foram atingidas as povoações do Caxito, Carmona, Negage, Dalatando, Malange e Teixeira de Sousa situadas nos distritos de Cuanza Norte, Uíge, Santo António do Zaire e Moxico.

violências de toda a ordem».³⁵¹ Relatando alguns habitantes ao repórter do *Província de Angola* que havendo brancos mortos no interior das viaturas, as pilhas de cadáveres que avistaram ao serem evacuados eram essencialmente de negros.³⁵² O militar lá enviado descreveu a população urbana (maioritariamente branca) como «extremamente excitada, descontrolada e desesperada pela perda dos seus haveres e por haver ainda elementos desaparecidos».³⁵³ Em Carmona ocorrera «uma fulminante e sangrenta operação de caça ao homem» entre movimentos rivais, desconhecia-se o número exacto de vítimas, mas segundo o oficial do Gabinete de Angola, Passos Ramos, deveriam ser «várias dezenas, encontrando-se muitos cadáveres nas ruas».³⁵⁴

A Luanda chegavam milhares de desalojados que esperavam pelo embarque em centros de acolhimento improvisados e em aquartelamentos das FAP: «O êxodo de populações civis para Luanda é notório e vem complicar a situação já de si muito delicada de uma cidade que se encontra com imensas dificuldades em abastecimento, quase sem serviços de recolha de lixo e sem estruturas assistenciais e de ordem pública para enfrentar tão complexos problemas».³⁵⁵

Em finais de Julho estavam reservadas 120 000 passagens aéreas, existiam 140 000 pedidos de embarque e inscreveram-se para ingresso no QGA cerca de 80% do pessoal administrativo. Nos serviços públicos já não havia quem providenciasse ou desse seguimento a assuntos pendentes: «Os processos acumulam-se, perdem-se e tem que ser o público a ir directamente procurá-los às repartições», referia o ministro da Economia do Governo de Transição, indicado por Lisboa, Vasco Vieira de Almeida, num extenso relatório em que apontava os motivos para a desvinculação de tantos funcionários: «A fuga do pessoal europeu tem sido maciça. Calcula-se que mais de 75% dos quadros tenha desaparecido em cerca de 5 meses devido à insegurança própria e dos familiares», agravada pelas palavras pouco tranquilizadoras dos dirigentes angolanos.³⁵⁶

Encarregada a Comissão dos Desalojados da assistência aos cidadãos sem vínculo laboral ao Estado, a Comissão de Repatriamento de Adidos tratava dos assuntos dos funcionários públicos, tendo as suas delegadas pedido transporte gratuito de viaturas particulares e de bens, a manutenção das prestações do Cofre da Previdência, viagem

³⁵¹ CCFAA do AC p/ Direcção Geral de Informação, 07.06. 1975, 2, Fundo 3, Cx40, ADN.

³⁵² Rocha de Sousa, *Angola...*, 110-113

³⁵³ Relatório da visita a Malange, 11.06. 1975, 1, CCPA, Doc. 56. FPAB, CD25A-UC.

³⁵⁴ RD, 03-04.06.1975, 10, Fundo 3, Cx28, ADN. O coronel Fernando Passos Ramos era o responsável pelo Gabinete de Angola que reportava ao presidente da República, Costa Gomes.

³⁵⁵ RD, 05-06.06.1975, 10, Fundo 3, Cx28, ADN.

³⁵⁶ Situação económica, 11.08.1975, 23-24, 32. CCPA-IV, Doc.21, FPAB, CD25A-UC.

paga para os maridos e filhos maiores que estivessem desempregados (direito até então exclusivo dos funcionários masculinos) e garantias de segurança do armazém onde ficariam depositadas as suas mobílias. Foi-lhes dito que seria concedida «prioridade aos funcionários desalojados, seguindo-se os mais necessitados» que não fossem adidos. Receberiam ainda um subsídio para transporte de carga que foi suspenso no mês de Setembro pelo ministro das Finanças angolano.³⁵⁷

Quanto à tão reclamada transferência de economias, a proposta apresentada por Gonçalves Ribeiro para um elemento por agregado familiar poder resgatar de 17% a 30% das poupanças bancárias não foi deferida.³⁵⁸ A perda de todas as poupanças era não só uma questão premente como seria um dos principais motivos de mágoa em relação ao Governo português. O Alto-Comissário sugeriu que peritos de ambos os governos fixassem uma quantia por pessoa, dado Luanda não autorizar transferências enquanto Lisboa não reforçasse o Fundo Cambial de Angola, para o equilibrar.

No reenvio da mensagem ao primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, o ministro Almeida Santos aditou que o Fundo estava «exaurido», não dispondo dos milhões de contos necessários a tal reforço, mesmo «em termos bastantes modestos». Propunha que o Estado português obtivesse as verbas necessárias directamente ou através de crédito externo, sendo fixado um montante por deslocado ou adido (cuja soma fosse depositada em Luanda à ordem do Tesouro português), aprazando-se o pagamento faseado pelo Governo angolano a Lisboa ou ao país concessionário do empréstimo.³⁵⁹

Os poderes de Luanda e Lisboa não se entendiam sobre qual teria de assumir o encargo financeiro e logístico do êxodo, enjeitado pelas duas partes: os decisores nacionais responsabilizavam a beligerância entre os movimentos, contra-argumentando os ministros angolanos que os custos da evacuação dos brancos eram da competência exclusiva do Estado português. Tendo o MNE, Melo Antunes, declarado terem «todas as responsabilidades caído subitamente em cima da parte portuguesa», à qual não competia «ter de suportar o peso total deste processo».³⁶⁰

A evacuação ficaria a cargo dos 24 000 efectivos das FAP ainda em Angola, mas como 10 000 apenas desempenhavam funções logísticas (de abastecimento à tropa), 14 000 teriam de garantir a escolta a centenas de milhares de civis que, ao deixarem as

³⁵⁷ *Diário de Luanda*, 16.09.1975, 6.

³⁵⁸ Comissão Nacional de Descolonização, 11.06.1975, 4-5, GB 1777, AHPR.

³⁵⁹ Do MCI p/PM, 13.07. 1975, 1-3, Fundo 43, Cx839, AHM.

³⁶⁰ *Diário de Luanda*, 18.07.1975, 6. Declarações de Melo Antunes em Luanda ao programa radiofónico *Voz das Forças Armadas*.

localidades de residência pelos seus próprios meios eram frequentemente assaltados por bandos armados e impedidos de prosseguir viagem.

Até finais de Julho de 1975, o êxodo de Angola consistiu em «grandes migrações internas» por via terrestre em direcção a Luanda, onde o embarque aéreo era moroso, por ser o único aeroporto com voos para o exterior.³⁶¹ Com a abertura em Agosto do terminal aéreo de Nova Lisboa para lá se dirigiam as colunas automóveis (guardadas por uma viatura militar à frente e à retaguarda) que engrossavam com a incorporação de veículos particulares com o mesmo destino ou que pretendiam atravessar a fronteira do Namibe. A população radicada desejava somente pôr-se a salvo das confrontações.

A população europeia, de um modo geral, pensa hoje, acima de tudo, em desfazer-se do pouco que tem e procurar uma viagem de regresso a Portugal, por qualquer preço. Isto porque deixou de contar em Angola com alguém que, em termos de actos concretos, lhe garanta um mínimo de segurança após a independência.³⁶²

A conjuntura política em Portugal e em Angola ditou as circunstâncias do êxodo. Com a demissão dos ministros do PPD e do PS do IV Governo Provisório – incluindo do MNE, Melo Antunes, substituído por Mário Ruivo –, o V Governo, empossado em 8 de Agosto de 1975, foi formado apenas por indigitados do PCP e do MDP/CDE, tendo Vasco Gonçalves resistido a deixar a chefia do Executivo (o que sucedeu em 6 de Setembro), contrapartida que Washington apresentara ao presidente Costa Gomes para que os EUA disponibilizassem meios para a ponte aérea entre Angola e Portugal.³⁶³

Fracassado o acordo de paz entre os movimentos angolanos (tentado em meados de Junho na localidade queniana de Nakuru), a expulsão de Luanda da UNITA e da FNLA garantiu ao MPLA o controlo do Governo de Transição. O confronto de Julho na capital – com a «utilização quase contínua de armas pesadas, nomeadamente morteiros, lança-roquetes e canhões sem recuo» bem como de blindados – atingiu largas centenas de pessoas que «se viram privadas das suas casas, destruídas pelo fogo das armas pesadas ou abandonadas pela força das violências praticadas». Como as FAP registavam: «A morte, o saque, a tortura física e a justiça privada foram, mais uma vez, factores comuns em todas as áreas envolvidas nos confrontos».³⁶⁴

³⁶¹ Entrevista a Gonçalves Ribeiro, *O Retornado*, 23.01.1976, 14.

³⁶² RI n.35, 23.07.1975, 8-9.

³⁶³ Marques, *Segredos da Descolonização de Angola...*, 419-423.

³⁶⁴ RI n. 34, 16.07.1975, 4, APSC.

No interior de Angola – devido à paralisação da rede de distribuição alimentar resultante dos cortes de estradas e destruição de pontes – registavam-se ‘bolsas’ de fome e eram latentes os riscos de epidemia em localidades já abandonadas e desertas, como sucedeu em Malange «devido à grande quantidade de corpos insepultos».³⁶⁵ Em finais de Julho, a guerra alastrou a todo o território, no qual entravam por via aérea e terrestre arsenais bélicos vindos de países vizinhos (Zâmbia, Zaire, Congo e Tanzânia) e por via marítima do bloco de Leste e de Cuba. Fugindo as populações para Sul.³⁶⁶

Quase se pode dizer que é hoje rara a cidade ou vila em que os habitantes não tenham vivido horas de pânico e sido obrigados a procurar refúgio noutros locais, sem pensarem que, também aí, a insegurança se pode instalar de um momento para o outro. Aconteceu quando dos incidentes na Gabela, Porto Amboim e Novo Redondo, em que as populações tendo demandado a Lobito e Benguela como portos de abrigo, viram as suas esperanças frustradas pela onda de violência que logo se instalou nestas duas cidades.³⁶⁷

Em carta aberta o ministro da Economia do Governo de Transição, Vasco Vieira de Almeida, traçou o retrato de um país em derrocada.³⁶⁸ Imputando aos movimentos «o abate de milhares de velhos, mulheres e crianças [...] com uma selvajaria indescritível», disseminando a «fome, o terror, a violência e o pânico», o governante demitiu-se, descrevendo como, em escassos meses, tinha sido destruída uma economia próspera:

Como se pode manter [...] o que resta da economia angolana quando elementos armados dos movimentos de libertação impedem o trabalho de colheitas, roubam descarada e impunemente as instalações cuja guarda lhes é confiada e se dedicam ao garimpo ilegal de diamantes? Como assegurar o abastecimento público e evitar a alta de preços quando vias de acesso aos centros urbanos são cortadas dias-a-fio, os transportes maltratados e os motoristas assassinados, se destrói o gado e se desfazem os circuitos de comercialização? Como fazer funcionar serviços essenciais quando os operários são assaltados nas fábricas (muitas vezes apenas por serem identificados como simpatizantes de movimentos adversos) quando se dispara sobre condutas de água, se atacam hospitais e quando é possível ter praticamente sem funcionar, durante meses, os portos do País?

³⁶⁵ RI n.37, 06.08.1975, 8, Fundo 43, Cx840, AHM. Todas as zonas fronteiriças bem como a vasta área interior situada a sudeste de Benguela até às ‘Terras do Fim do Mundo’ (como era designado o distrito de Cuando-Cubango) eram abastecidas por via rodo ou ferroviária.

³⁶⁶ Os confrontos progrediram para Sul de Luanda, atingindo primeiro os distritos de Cuanza Sul, Bié e Benguela e depois os do Huambo (Nova Lisboa), Huíla (Sá da Bandeira), Cuando-Cubango (Serpa Pinto e Gago Coutinho) e Cunene confinante com o sudoeste africano (Namíbia).

³⁶⁷ RI n.37, 06.08.1975, 8, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁶⁸ Esta carta foi escrita em 30 de Maio, mas apenas divulgada no início de Julho de 1975.

Como evitar o descalabro quando se provoca, pelo terror e pela intimidação, a saída dos poucos técnicos com que Angola contava [...] Como ter o mínimo de capacidade de actuação, quando se luta nas cidades, rua a rua, casa a casa?³⁶⁹

Dada a impossibilidade de Luanda receber mais refugiados, 25 000 deslocados aguardavam embarque no recinto da Feira da Indústria de Nova Lisboa, já atingida pelos confrontos. Ocorrendo novos incidentes talvez não fosse possível evacuá-los, «não só pela insuficiência de meios mas também pela falta de combustível».³⁷⁰ Em finais de Agosto, após visitar o recinto, o capitão Azevedo Martins do MFA calculou que lá se encontrassem mais de 70 000 pessoas, sem contar com os habitantes da cidade, provavelmente 100 000 na semana seguinte. Eram, quase todos, portugueses, mas também lá se encontravam cabo-verdianos e santomenses, considerando sofríveis as condições sanitárias, clínicas e alimentares que observara.³⁷¹

Em pleno êxodo, o ministro das Finanças angolano fez publicar um conjunto de diplomas de contenção à saída de bens e capitais, sendo decretada a o levantamento máximo de 15 contos semanais dos depósitos à ordem, medida que (como era apontado) afectava quem, tendo decidido abandonar Angola, levantava todo o dinheiro dos bancos para tentar trocá-lo por moeda portuguesa ou empregá-lo na compra de objectos de valor.³⁷² A partir de Setembro o levantamento bancário foi restringido a 20 contos mensais (era de 60 contos por mês). As FAP consideram-nas medidas «extremamente exageradas» e indiciadoras de «uma manifesta má vontade», que causavam avultados «prejuízos» a quem confiara as suas economias aos bancos e delas precisava para a partida. Situação que (acrescentava-se) era «agravada por [uma] certa renitência dos trabalhadores dos portos em carregarem as bagagens dos desalojados, fruto da intensa propaganda, sobre eles, exercida».³⁷³

A ponte aérea para Portugal começou no início de Setembro, encontrando-se a maioria das 250 000 pessoas que queriam partir a aguardar embarque nos terminais de evacuação, pese embora cerca de 5,000 cidadãos estarem ainda dispersos por zonas de acesso difícil ou impossível aos terminais de embarque pelos seus próprios meios. Os movimentos não viam «com bons olhos a evacuação», sobretudo a saída dos bens que

³⁶⁹ *Diário Popular*, 09.07.1975, 6.

³⁷⁰ RI n.38, 13.08.1975, 6, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁷¹ Exposição do capitão Azevedo Martins, Tancos, 02.09.1975, 3. Fundo 43, Cx839, AHM.

³⁷² RI n. 37, 06.08.1975, 2, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁷³ RI n. 40, 27.08.1975, 4-5, Fundo 43, Cx840, AHM.

apodavam de «sabotagem económica», obstaculizando-a «pela aposição de inúmeras dificuldades, algumas de índole puramente processual (abertura de caixotes, por exemplo)».³⁷⁴

Segundo o último Alto-Comissário, Leonel Cardoso, estava a ser despendido um «tremendo esforço» nem sempre entendido pelos portugueses que se preocupavam exclusivamente «com a resolução dos seus próprios problemas». Não lhes pedia que compreendessem a dificuldade em obter os meios necessários à evacuação de 300 000 pessoas e respectivas bagagens, mas apenas que tivessem «paciência» e que cada um aguardasse a sua vez, sem egoísmos».³⁷⁵ Os ‘egoísmos’ eram uma realidade. A alegada prioridade de embarque era (muitas vezes) reclamada a pretexto do falecimento do cônjuge na metrópole, de uma doença grave do próprio com urgência de tratamento ou devido a perseguição política. Este último argumento poderia, na verdade, ser fundado, dado o número elevado de detenções de cidadãos, por motivos ideológicos e suspeita das mesmas práticas que tinham sido criminalizadas em Moçambique.

Alguns radicados (na esmagadora maioria dos casos, homens) foram capturados em casa ou na via pública e encarcerados em prisões ou quartéis já ocupados por militares angolanos por serem considerados reacionários. Nesta condição eram incluídos os indivíduos (brancos ou negros) que tinham pertencido às FAP, a forças de segurança ou administrativas do longo período colonial, os capitalistas (empresários e industriais), quem exercera funções de autoridade laboral (gerentes e capazes) e simpatizantes de um movimento adversário. As FAP tinham conhecimento de «prisões de europeus e africanos com aplicação de maus-tratos e roubos dos seus haveres, que eram «sujeitos a péssimo tratamento e torturas». Eram «severamente espancados e submetidos aos maiores vexames durante horas seguidas, em interrogatórios», durante os quais eram forçados a cometer «actos indignos».³⁷⁶

A existência de raptos era uma outra realidade aferível nos apelos proferidos por familiares de desaparecidos em emissões radiofónicas e anúncios na imprensa. A que se juntavam os pedidos de localização de familiares fugidos das localidades de residência durante bombardeamentos que não tinham voltado a casa. Esta violência insidiosa era classificada pelas autoridades como sendo tão responsável pelo pânico dos civis quanto

³⁷⁴ Plano de Operações *Funicular*, 22.09.1975, 1-2, Secreto, Fundo 43, Cx839, AHM.

³⁷⁵ Comunicado do AC, 22.09.1975, 1, Fundo 43, Cx839, AHM.

³⁷⁶ Relatório de Atitudes Inconvenientes, (RAI), 06.05.1975, APSC. No AHM não se encontram os RAI (que se encontram divididos por MPLA, FNLA e UNITA) relativos aos meses de Maio de 1975, usando-se neste mês os relatórios do Arquivo Pessoal de Silva Cardoso (APSC).

os confrontos armados: «O clima de insegurança continua a ser uma constante do dia-a-dia das populações; sucedem-se a um ritmo cada vez mais intenso os assaltos, roubos a residências, furtos de viaturas e desaparecimento de pessoas que, como é natural, provocam toda a espécie de receios naqueles que se deslocam através das cidades rumo aos locais de trabalho».³⁷⁷

Em finais do mês de Agosto continuavam a registar-se em todo o território raptos, agressões, detenções, hostilização de populações deslocadas e ocupação e revista de casas por elementos dos movimentos e marginais.³⁷⁸ Estas experiências deixaram nos portugueses de Angola e de Moçambique marcas indeléveis que muitos alegam não poderem ser compreendidas por quem não as viveu: «Vocês não nos compreendem porque não viram violar mulheres e crianças, porque não viram matar e cortar aos bocados vossos familiares, porque não viram queimar pessoas vivas dentro dos carros, enfim, porque nunca passaram pelo pânico e o terror que estas pessoas viveram».³⁷⁹

Nestes testemunhos, as experiências (verídicas, extrapoladas ou imaginadas) do conflito armado angolano durante a descolonização pretendem justificar o sentimento de traição decorrente da imputação do ónus pelo pânico sentido aos decisores nacionais: por não o terem evitado, o terem propiciado ou para ele contribuído. Como um evocador que escreve em nome do grupo a que sente pertencer: «Perderam familiares. Viram suas mulheres e filhas serem violentadas com a mais sádica e requintada selvajaria. Foram espezinhados e maltratados», contraíram doenças nervosas, «foram abandonados» e «traídos miseravelmente».³⁸⁰

Mencionando uma mulher (que se diz «uma portuguesa traída») ter sido forçada a abandonar Angola «debaixo de fogo de morteiros, bazucas e armas automáticas [...] para salvar aquilo que qualquer ser humano mais estima: a vida», deixando-a «envolta em ódio, violência, saque, morte e tortura». Como fizeram milhares de portugueses «desesperados» que, «aceitando a salvação que tantos países amigos lhes ofereciam», se concentraram no Verão de 1975 no aeroporto de Luanda.³⁸¹

Estes relatos (marcadamente emotivos) permitem pressupor que o pânico gerado pela violência foi determinante na formação do trauma, repercutindo-se na auto-identificação discursiva pós-êxodo de parte deste colectivo ao assumir-se como vítima,

³⁷⁷ RI n.38, 13.08.1975, 6, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁷⁸ CCFAA, RI n. 40, 27.08.1975, 6, Fundo 43, Cx840, AHM.

³⁷⁹ José Manuel Rolo, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 3.

³⁸⁰ Fernando do Rosário Pinheiro, Porto, *O Retornado* n.º 55, 10.10.1976, 21.

³⁸¹ Maria Jamba (pseudónimo), *O Retornado* n.º 76, 22.03.1977, 5.

refugiado, espoliado, esquecido, abandonado e/ou traído. Como se infere do testemunho seguinte, emblemático da linguagem traumática: «Foi com amargura que vi a forma como me traíste, como me abandonaste aos algozes que me espoliaram, me perseguiram e escoraçaram e que barbaramente assassinaram, maltrataram e violaram nossos irmãos e irmãs, sem respeito ou compaixão, como se fossem animais daninhos à sociedade».

A verdade é que nós, ultramarinos, fomos por vós esquecidos. Devias ter vivido como nós os horrores de uma guerra fratricida de interesses [...] em que combatem e matam, maltratam e assassinam, assaltam e pilham, destroem e queimam, sem dó nem compaixão, sem o mínimo respeito pelo seu semelhante, sem olharem a raças nem a sexos, à integridade física ou à idade [...]. Não é uma guerra de ódios raciais, não é uma luta pela conquista em pela liberdade, é antes uma luta de destruição.

[...] Deverias ter estado lá, para assistires à tomada de uma cidade, onde são utilizadas toda a espécie de armas pesadas, que disparadas à distância não respeitam a tua casa ou pessoa. Devias assistir aos festejos de cada vitória, veres assaltada a tua casa, seres maltratado, violarem-te a tua mãe, irmão, filha ou mulher, seres espoliado do que te pertence, perseguirem-te por que escolheste este ou aquele partido e fuzilarem-te por não seres do partido vitorioso ou darem-te o mesmo tratamento simplesmente porque não escolheste partido nenhum. Para tal não interessava a cor da pele... És feliz, pois nunca por tal passaste.³⁸²

³⁸² Rui Candeias, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 22.

IV

TRAUMAS DO ÊXODO DA DESCOLONIZAÇÃO

Resultantes dos colapsos imperiais, os êxodos da descolonização representaram (com excepção dos casos alemão e belga) um fluxo de entrada em países europeus a uma escala sem precedentes, tendo-se tornado objecto de estudo autónomo no final do século XX pelas ciências sociais e as humanidades, especialmente nos casos britânico, francês e holandês.¹ Com base nos índices populacionais por território colonizado antes da independência calcula-se que nos 40 anos subsequentes ao final da Segunda Grande Guerra chegaram à Europa 5,4 milhões a 8,5 milhões de migrantes da descolonização.²

Em termos quantitativos absolutos a partida da África portuguesa equiparou-se ao êxodo das colónias britânicas (não contando com os cidadãos provenientes da Rodésia em 1979) e italianas, sendo numericamente apenas superado pelos 650 000 franceses que deixaram a Argélia em 1962. No entanto, se a fixação em França de 1 600 000 ex-colonos (neles incluídos os das possessões asiáticas) se saldou num acréscimo de 3,5% da população gaulesa, em termos relativos o êxodo descolonização portuguesa foi a maior corrente migratória rumo à Europa pós-1945, ao aumentar em 5% a população nacional.³

Não sendo possível quantificar a totalidade dos indivíduos chegados a Portugal entre 1974 e 1977, o seu número deverá cifrar-se entre os 552 000 portugueses que em 1973 se estimava vivessem nos 2 maiores territórios de povoamento em África (342 000 em Angola e 190 000 em Moçambique) e os 449 500 cidadãos oriundos de Angola e de Moçambique aferidos pelo Censos de 1981, pelo local de domicílio em Dezembro de 1973, número que (como vimos) peca por defeito.⁴ Os dados estatísticos continuam, no entanto, a ser a fonte mais credível, não obstante autores estrangeiros, figuras políticas do período histórico em análise e alguns evocadores se referirem a quantitativos muito superiores, na ordem das 600 000 a 800 000 pessoas que chegaram a Portugal com a descolonização.

No que respeita ao número de passageiros da ponte aérea de Angola, o IARN apresenta dados díspares. É referida a chegada a Portugal de 275 600 cidadãos oriundos

¹ Lucassen, Feldman, Oltmer, *Paths of Integration...*, 16.

² Smith, «Coerced...», 398.

³ Pires, *Os Retornados...*, 21. O CNAD refere um acréscimo de 6% na população residente.

⁴ Rever alusão no capítulo 2 aos ex-ultramarinos eventualmente não contabilizados no Censos de 1981.

do território entre Junho e Novembro de 1975.⁵ E também é mencionado que na «fase aguda da ponte aérea» desembarcaram uma média de 6,000 a 7,000 pessoas por dia. Correspondendo a ‘fase aguda’ aos meses de Agosto e Setembro de 1975, 360 000 a 420 000 cidadãos teriam aportado nesses 2 meses, número que excede o total de Junho a Novembro.⁶ Aos desembarques deste semestre deverão, contudo, somar-se os que se verificaram de Abril de 1974 a Maio de 1975 – que terão de ser superiores aos 50 000 registados até Janeiro de 1975 – e aditarem-se os mais de 65 300 passageiros chegados entre os meses de Fevereiro de 1976 e Junho de 1977, a maioria (cerca de 45 000) dos quais proveniente de Moçambique.⁷

Na medida em que o êxodo também foi sentido como fuga e expulsão, após a chegada a Portugal parte deste colectivo reclamou ser deslocado ou refugiado. Quando um êxodo decorre de violência latente ou declarada, as populações em fuga são, por norma, identificadas como desalojadas ou deslocadas – designação atribuída pelas FAP à população radicada em Angola durante o êxodo e condição reclamada por parte dela, já na metrópole. No que concerne à partida de Moçambique parece ter resultado da anomia socio-económica no território durante a transição e/ou de actuações abusivas sobre alguns portugueses, em que a coacção (mesmo podendo não ter ocorrido) foi percebida como provável – ‘se um vizinho, amigo ou conhecido foi sujeito a uma dada situação, o mesmo me poderá acontecer’.

É deste prisma que os portugueses de África alegam que a sua partida não resultou de um livre arbítrio, o que nos remete para a tipologia de Hoerder, (usada em estudos históricos desde a década de 90), segundo a qual as migrações se podem examinar em 3 categorias de análise: o grau de liberdade motivacional (da livre escolha à imposição), a sua amplitude geográfica (local a intercontinental) e duração (sazonal a definitiva). Permitindo o primeiro parâmetro aferir se a migração foi voluntária, impulsionado por constrangimento ou coacção ou se consistiu numa deslocação forçada ou compulsiva.⁸

É no escalão intermédio (de constrangimento ou coacção) que se incluem alguns

⁵ Quase 174 000 ultramarinos vieram através da ponte aérea e mais de 101 600 pelos seus próprios meios.

⁶ Relatório Geral de Actividades do IARN, Comissariado para os Desalojados, 30.06.1979, 15, 31. AHU. O relatório reporta-se ao período de 31 de Março de 1975 a 31 de Dezembro de 1978.

⁷ O número exacto é 65 310 cidadãos resultante da soma de 11 000 chegados da África do Sul entre finais de Fevereiro e Abril de 1976, com 39 194 chegados até Dezembro de 1976 (30 416 de Moçambique) e com 15 116 desembarcados entre 31 de Dezembro de 1976 e Junho de 1977.

⁸ Na obra *What is Migration History?* (2009), o autor considera migrações forçadas as que estão associadas a escravagismo, degredo, exílio ou deslocações de massas impostas por regimes ditatoriais ou totalitários ou em situação de guerra.

êxodos da descolonização motivados por estado de guerra, perseguição política ou ostracismo social a minorias étnicas, em que, por norma, os deslocados anseiam poder regressar ao território de proveniência, caso as condições melhorem, ainda que tal apenas suceda num futuro distante.⁹ Como transparece no testemunho seguinte: «Depois de séculos de trabalho, privações e cansaço, fomos obrigados a dizer *mungué* Angola (adeus Angola), na esperança de podermos voltar, mais tarde ou mais cedo».¹⁰

Reclamada pelos participantes como contrária à sua vontade, a partida das antigas colónias é geralmente qualificada pelos poderes instituídos como tendo sido opcional, excepto quando se registou uma ordem de expulsão de indivíduos ou de grupos pelas autoridades pós-coloniais. Esta migração involuntária – indesejada pelo migrante que, contudo, a empreende impelido por constrangimentos ou factores de pressão reais ou de forte probabilidade – tem uma natureza muito menos impositiva quando comparada com migrações determinadas por uma disposição superior de cumprimento obrigatório que não pode ser desrespeitada (forçadas) ou das suscitadas por uma coacção directa ou ameaça vital infligida ao sujeito ou ao grupo visado (coercivas).

As consequências psico-sociais, económicas e culturais nas populações sujeitas a migrações forçadas ou coercivas – deslocções de grupos submetidos a forças externas (invasor ou colonizador) ou internas (Exército, grupo terrorista ou armado, ditador) em contexto imperial ou de beligerância étnica ou nacionalista, passada ou presente – têm sido estudadas em centros multidisciplinares de várias universidades europeias.¹¹ No entanto, o êxodo dos ‘invisíveis migrantes europeus’ da descolonização não se encaixa neste paradigma: pertenciam aos colonizadores, eram societariamente beneficiados pelo sistema e a sua partida coincidiu com o epílogo imperial, tornando mais controversa a sua classificação como migração coerciva ou involuntária.¹²

Apesar de não ser consensual a sua definição como migrações involuntárias – na medida em que na transição para as independências certos grupos destas populações foram coagidos ou perseguidos pelos novos poderes –, a saída de parte deste colectivo teve na sua origem uma ameaça concreta à sua permanência. Considerando-se, neste

⁹ Christiane Harzig, Dirk Hoerder. *What is Migration History?* (Cambridge, Malden: Polity Press, 2009), 66-68.

¹⁰ Mário Jorge, Leiria, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976, 20.

¹¹ Alguns exemplos de centros universitários o Instituto para a Migração e os Estudos Étnicos (Amesterdão); o Departamento de Desenvolvimento Internacional, o Instituto da Migração Internacional e o Centro de Estudos de Refugiados (Oxford) e o Centro de História Imperial e Global (Exeter).

¹² Título da obra editada por Andrea Smith que estudou a integração dos antigos colonos malteses da Argélia em França.

estudo que o êxodo de Angola assumiu na sua fase mais expressiva (correspondente na segunda metade de 1975) uma natureza de migração coerciva, podendo caracterizar-se a partida de Moçambique como involuntária.

Em ambos os casos a partida das ex-colónias é sempre referida (pelos próprios e por fontes oficiais) como indesejada, o que se reflectiu no facto de grande parte deste colectivo não se sentir à chegada a Portugal como repatriado ou ‘retornado’, mas antes como deslocado ou refugiado no país de origem, de destino ou de nacionalidade.¹³ Para a antropóloga social, Andrea Smith, esta reclamação não é totalmente despropositada: «Como outros refugiados tiveram de deixar repentinamente a colónia, num final caótico da ordem política vigente, e por norma, sem a possibilidade de lá voltar». Não podendo ser-lhes conferido, legalmente, o estatuto de refugiados (aplicável exclusivamente a cidadãos asilados em solo estrangeiro) e não sendo verdadeiramente emigrantes (por terem residido em território nacional), ‘migrantes da descolonização’ é a designação que se afigura mais adequada e a que tem sido, aliás, usada na mais recente «produção bibliográfica sobre imigração europeia».¹⁴

Uma desterritorialização indesejada

Como para outros ‘migrantes da descolonização’, para estes portugueses, a partida (ainda que em muitos casos tenha sido considerada essencial à sua sobrevivência), foi «muitas vezes, sentida como a perda de uma vida inteira, em que muitos viveram, nos primeiros anos de instalação na metrópole, numa espécie de estado de choque, tentando cumprir as tarefas quotidianas, mas sem conseguirem planear o curso do seu futuro».¹⁵

Se «voltar à pátria pode ser tão traumatizante como partir para o exílio», nem todos os grupos poderão ser indistintamente categorizados como repatriados, por se tratar de uma noção demasiado abrangente que pressupõe a existência de concepções de pátria e de valores partilhados por uma certa população que podem, ou não, existir.¹⁶ Não obstante o deslocamento de populações africanas para países limítrofes (a que o autor alude) ser um fenómeno marcadamente distinto da saída de europeus de antigas

¹³ Jan Lucassen, Leo Lucassen, *Migration, Migration History, History: old paradigms, new perspectives*, (New York, Bern: Peter Lang, 1999), 12.

¹⁴ Smith, ed., *Europe's Invisible Migrants...*, 18-19.

¹⁵ Andrea Smith, «Coerced or Free? Considering post-colonial returns», Richard Bessel, Claudia B. Kaake, *Removing Peoples: forced removal in the modern world*, (Oxford: Oxford University Press, 2009), 400.

¹⁶ John R. Rogge, «Repatriation of refugees, a not so simple ‘optimum solution’», Tim Allen, Hubert Morsink eds., *When Refugees Go Home: African experiences*, (Oxford, Geneva: UNRISD, 2006), 5-7.

colónias, será apropriado aplicar a mesma precaução denominativa aos ‘migrantes da descolonização’, por um lado, dada a singularidade de cada êxodo, por outro, atendendo no caso das colónias portuguesas às diferenças que caracterizaram as partidas dos territórios africanos. Sendo complexo conciliar a condição reclamada pelos indivíduos no país de recepção com a sua definição política e estatuto legal (não se fundamentam nas mesmas prerrogativas de avaliação), a condição de refugiado ou deslocado em Portugal (alegada em muitos testemunhos) é de aplicação plausível somente a quem deixou Angola quando o território já se encontrava em estado de guerra e de emergência humanitária.

Apesar de a maioria deste colectivo não se sentir como repatriada em Portugal, o êxodo da descolonização tem sido designado na produção académica nacional como um fenómeno de repatriamento ou de retorno, enquanto sinónimo de migração inversa, de influxo, refluxo ou retorno.¹⁷ Fundamentando-se no facto de a maioria deste colectivo ser composta por naturais da metrópole e migrantes de fixação recente. No entanto, para os portugueses nascidos em África que nunca conheceram a sociedade metropolitana, a partida não foi um retorno, mas uma migração de deslocamento.¹⁸

Também não poderá ser considerado um verdadeiro regresso para os naturais da metrópole que, tendo estado ausentes durante décadas, voltaram em idade avançada a Portugal, deparando-se com uma sociedade totalmente diferente daquela que deixaram durante o regime salazarista, resultado das profundas mutações sociais verificadas na última fase do Estado Novo e mormente no período revolucionário. Como referiu em entrevista à época a presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), em Dezembro de 1975 os serviços de Lisboa atendiam uma média diária de 1,500 desalojados, sendo a tristeza mais evidente em 100 idosos oriundos de Angola, alguns deles «velhos colonos de Silva Porto» que diziam estar «numa terra estranha» e sem nenhum motivo para «sorrir».¹⁹

De facto, se 60% dos portugueses chegados a Portugal no decurso do processo de descolonização nasceram em solo ibérico, 85% dos adolescentes (menores de 15 anos de idade) tinham nascido em África.²⁰ Muitos adultos – por descenderem de ‘velhos

¹⁷ Ver Ceri Peach, «Postwar Migration to Europe: reflux, influx, refuge», *Social Science Quarterly*, 78/2 (1997), 269-283.

¹⁸ Harzig, Hoerder, *What is Migration History?...*, 46

¹⁹ Entrevista a Maria Fernanda Conceição Silva, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 12-13.

²⁰ Stephen C. Lubkemann, «Race, Class and Kind in the Negotiation of ‘Internal Strangerhood’ among Portuguese Retornados 1975-2000», Smith, ed., *Europe’s...*, 75-93, 78

colonos' ou dado o longo período de ausência – também não mantinham uma ligação efectiva a Portugal e «sabiam muito pouco acerca da metrópole».²¹ E outros tantos nunca tinham estado em solo europeu, na medida em que se tinham tornado portugueses por matrimónio ou naturalização, muitos deles de ascendência não-europeia (africana, asiática, indiana) provenientes de outras possessões coloniais em África ou de territórios sob administração portuguesa, no subcontinente indiano ou de Macau.

Acresce que uma migração inversa (de retorno) pressuporia ter ocorrido a saída de um contingente humano da metrópole quantitativamente semelhante ao que a ela regressou posteriormente, o que não aconteceu: muitos naturais e descendentes de portugueses de outros domínios ultramarinos (de Goa, Damão, Diu, Macau, Cabo Verde e/ou São Tomé e Príncipe) que estavam domiciliados em Angola e em Moçambique pisaram pela primeira vez o território português europeu.

Por conseguinte, poder-se-á afirmar que Portugal foi o destino de fixação mais óbvio para os portugueses detentores de mais afinidades culturais com a metrópole, mas terá sido um território de instalação menos evidente ou não ter sido verdadeiramente uma livre escolha para os cidadãos cuja cultura e fenótipo (nalguns casos resultante de miscigenações geracionais) mais se diferenciavam dos metropolitanos.²²

Face ao exposto, o termo 'retorno' é preterido nesta tese por 3 motivos: não o foi para a totalidade deste colectivo – entende-se que 40% desta população não ser natural da metrópole constitui uma excepção à regra significativa – e por o êxodo não ter sido percepcionado como retorno pela generalidade dos evocadores: quer pelos nascidos em África que não retornaram a um lugar onde nunca tinham estado –, rejeitando que a nacionalidade significasse que a sua pátria era europeia – quer pelos que, tendo nascido na metrópole alegavam não deter laços afectivos com a metrópole. Acresce, por fim, a recusa em aceitar a conotação subjacente ao termo: retorno pressupõe um regresso de livre vontade ao país de origem, o que advogam ser uma pressuposição falaciosa.²³

O facto de partida ter sido interiorizada como involuntária – quando, na sequência de uma mudança política abrupta de reajustamento social, uma minoria se sente pressionada a deixar um território de pertença – reflecte-se na condição que reclamam e no seu julgamento ao grau de responsabilidade próprio e de outrem sobre o sucedido.

²¹ Cooper, Smith, *Europe's...*, 181

²² Andrea Smith, «Coerced or Free? 412-413.

²³ Pires, *Migrações...*, 190. Repatriamentos são fluxos migratórios de refugiados, mais ou menos forçados, para o território do seu Estado nacional. Em regra, causados por alterações de fronteiras, expulsões de minorias étnico-nacionais e processos de descolonização.

Perante uma situação indesejável, para a qual sente que não contribuiu, o indivíduo tende a criar um sentimento de vitimização e de responsabilização de outrem: duas representações características do discurso do trauma. Devido às circunstâncias marcantes do êxodo – o pânico sentido, as restrições pré-embarque e as dificuldades na fase de recepção na metrópole –, os sentimentos profundamente negativos decorrentes desta experiência determinaram que fosse descrita e narrada como difícil e angustiante, sendo discursivamente indiciadora de um trauma cultural e identitário que, consistindo numa condição temporária, se esbateu ou se dissipou com a passagem dos anos.

Por a partida das ex-colónias africanas ter sido sentida como uma consequência directa do processo de descolonização muitos evocadores reclamam ter sido compelidos (nalguns casos, coagidos) a abandonar um lugar de pertença, sendo esta uma das causas passível de desencadear um trauma cultural.²⁴ Cujá formação ocorre quando uma situação cultural estável é atingida por uma mudança súbita e fracturante que (ao ser sentida como perda irreparável) se torna traumatizante. Marcando a memória, altera a identificação futura do colectivo até (numa fase posterior) se verificar uma extinção ou uma reconfiguração cultural que tende a estabilizar-se após um certo período.²⁵

Pelo atrás exposto, nesta tese considera-se que deixar África gerou um trauma cultural de carácter identitário neste colectivo devido fundamentalmente a 3 factores: ao modo como foi sentido o fim de uma realidade socio-espacial e política de identificação colectiva (as colónias africanas), às experiências pré-embarque e após a chegada a Portugal (no período de recepção) e, por fim, devido às percepções construídas sobre o processo de descolonização, a acção do Estado português (e dos seus decisores) e o acolhimento prestado em Portugal.

Se a partida de África representou uma ‘amputação existencial’ traumatizante, as causas prováveis deverão reportar-se aos factores enunciados nos capítulos anteriores – as crenças mitificadas, a experiência pré-partida e as percepções sobre a descolonização – e nas situações experienciadas durante a fase de recepção em Portugal. Relativamente a esta última deverão, no entanto, diferenciar-se os pressupostos de natureza prática e material – relativos às dificuldades de reinstalação e de recomeço da vida profissional em solo europeu – dos factores psicológicos ligados à sua predisposição negativa após a

²⁴ Piotr Sztompka, «Cultural Trauma: The other face of social change», *European Journal of Social Theory* 3, 4, (2000), 452.

²⁵ B. H. Stamm *et al*, «Considering a theory of cultural trauma and loss», *Journal of Loss and Trauma*, 9 (2003), 102.

chegada e à desafeição societal sentida no país de recepção que, embora tenha sido conjuntural e temporária, marcou profundamente este colectivo.

Em termos psicológicos foi difícil a ambientação a um país visto como estranho e desagradável, tanto no aspecto físico como humano, em comparação com o território de proveniência, por com ele não sentirem o mesmo apego afectivo que os ligava à colónia. Portugal não se equiparava a África: não era somente diferente, era hostil, frio, exíguo e pouco desenvolvido face aos territórios deixados, onde se sentiam reconfortados pelo clima, engrandecidos pela sua dimensão territorial e orgulhosos da sua modernidade.

Algumas considerações de qualificação depreciativa das características naturais de Portugal ou das marcas culturais, psicológicas e comportamentais dos metropolitanos parecem ser suscitadas pela separação indesejada de um lugar a que se estava apegado, não resultando de uma objectividade comparativa, mas da saudade e da nostalgia que a partida deixou – como refere o comentário acerca dos tristes idosos de Angola. Estas emoções terão sido acentuadas pelo ressentimento da desterritorialização: por se chegar a um país onde não se queria estar (o coração estava em África) numa condição que lhes era desconfortável (de deslocados/retornados).

A inadaptação inicial à sociedade portuguesa não parece, contudo, ter resultado das diferenças climáticas, da menor dimensão territorial ou da inexistência de bens de consumo ocidentais importados (bebidas, automóveis, vestuário de ganga) que ainda não eram comercializados em Portugal.²⁶ Os aspectos respeitantes ao calor, à vastidão dos territórios e à maior oferta de produtos consumíveis (muitas vezes assinalados em testemunhos orais do presente e na ‘literatura do retorno’) parecem ser referidos em contraste com aquilo que consideravam que Portugal não era ou não proporcionava, mas não foram os principais factores do desajustamento sentido por alguns.

Existindo na metrópole uma visão estereotipada sobre o modo de vida dos portugueses que viviam nas colónias (folgado devido à exploração dos subalternos nativos), esta pretensa superioridade do estilo de vida colonial (muitas vezes propalada pelos próprios radicados) foi interpretada como uma das causas da sua inadaptação inicial: estariam habituados a luxos e a subserviências que não teriam em Portugal (como expressam os relatos seguintes). Nesta perspectiva, os portugueses de África não se ambientavam, por ainda estarem arreigados ao anterior *modus vivendi* e uma

²⁶ Nos depoimentos orais são frequentes as referências a marcas norte-americanas de automóveis, de electrodomésticos e produtos correntes como a *Coca-Cola* e os *jeans* Levis Strauss. Com efeito, antes do 25 de Abril, era necessário viajar até outras cidades da Europa ocidental para se poder comprar alguns produtos que os portugueses de África possuíam.

realidade espaço-temporal e societal que deixara abruptamente de existir. Não sendo uma concepção mental absolutamente inverdadeira é demasiado redutora, ao pressupor ter havido uma responsabilidade unívoca nas queixas deste colectivo.

Com base nos testemunhos transcritos neste capítulo afigura-se mais plausível que o desajustamento tenha resultado do choque de mentalidades e de hábitos que (resultando de mentalizações recíprocas pré-concebidas) propiciou a imputação mútua de idiossincrasias e atributos desqualificantes. Como veremos, alguns testemunhos atribuem aos metropolitanos um carácter preconceituoso, uma mentalidade fechada e hábitos de higiene pouco regulares – aspecto patente nas alusões ao número de banhos ou de mudanças de lençóis semanais. Assim como nos relatos exógenos, os portugueses que vieram de África são genericamente associados a traços de personalidade negativos (de egoísmo, arrogância, ingratidão ou falta de escrúpulos), decorrentes do preconceito associado à ideia estereotipada sobre a sua alegada conduta colonial e de atitudes do foro individual relativamente aos apoios públicos prestados.

A entrada de cerca de meio milhão de portugueses de África num país com poucas oportunidades laborais, de emigração, em convulsão revolucionária e assolado por uma crise financeira causou um choque societal que não terá resultado somente das ideias estereotipadas que cada grupo tinha de si e do outro, mas também das conceptualizações distintas sobre a descolonização, as motivações e as consequências do êxodo. Como, por norma, tende a suceder quando um colectivo numeroso chega a um país, a sua presença foi associada à origem ou ao agravamento de problemas sociais existentes na sociedade portuguesa que, de acordo com as fontes consultadas, incidiram sobre 3 áreas concretas: a proliferação de práticas desviantes; a ‘usurpação’ de subsídios públicos e de empregos e a estigmatização ideológica de serem uma ameaça à causa revolucionária.

Em Portugal (ao contrário de França) não se registou uma reacção colectiva e declarada de repúdio por parte dos residentes, mas tal não significa que não se tenham verificado atritos ocasionais em espaços públicos ou nos serviços de atendimento do IARN.²⁷ Se muitos destes indivíduos se sentiram indesejados e estigmatizados na fase inicial em Portugal, – por serem considerados um factor de destabilização acrescido numa conjuntura de instabilidade social e de confrontação política extrema –, também muitos residentes os viram como uma ameaça concorrencial na obtenção de casas, de empregos e de apoios públicos e a concessão de auxílios estatais como um benefício,

²⁷ IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, organismo estatal criado em 31 de Março de 1975 para o qual confluíram todos os assuntos relacionados com os portugueses chegados das colónias.

considerando injusto que os recém-chegados fossem privilegiados no ingresso e progressão da carreira na função pública e lesivo que (enquanto contribuintes) tivessem de custear as despesas do Estado com os provenientes de África.

Quem sendo funcionário público foi imediatamente colocado (nem todos o foram), quem possuía imóveis ou poupanças em Portugal ou pôde contar com a ajuda financeira de familiares ou amigos não se sentiria provavelmente tão fragilizado psicologicamente como quem subsistia exclusivamente do apoio mensal do Estado. Os testemunhos revelam que muitos destes portugueses ficaram afectados pelo transtorno da partida das colónias, aportando a Portugal com um estado de espírito de manifesta contrariedade e indignação, considerando (de um modo geral) insuficientes os esforços desenvolvidos para minimizar a sua situação. Nascidos em África ou na metrópole, muitos sentiram-se ‘desterrados’ ou ‘entornados’ num país estranho e que julgavam não poder proporcionar-lhes oportunidades idênticas às das colónias.

Quem desembarcou num estado de perturbação emocional e de necessidade imediata (de alojamento e subsistência) considerou ter sido vítima de uma situação que não causara, crendo ser-lhe devida uma justa e merecida compensação do Estado pelos danos materiais e morais que atribuíu ao processo de descolonização. Como é referido no balanço de situação feito pelo IARN: «habitados regra geral a um lugar ao sol viram-se, de repente, despojados de tudo o que ao longo de anos haviam conseguido mercê do seu trabalho persistente. [...] Considerando-se vítimas de um conjunto de decisões a que foram alheios, estavam dispostos a exigir da nova sociedade uma compensação total».²⁸

A «compensação total» de que sentiam genuinamente credores não visava apenas o Estado e as entidades públicas. Também se traduzia em duas presunções evidentes: a de os familiares da metrópole terem a obrigação de lhes providenciar alojamento, alimentação, ajuda financeira e apoio moral nos primeiros meses após o desembarque até conseguirem ‘refazer a vida’ e de que todos os metropolitanos seriam compreensivos e solidários com a sua situação. O que obviamente nem sempre sucedeu.

Os familiares não reagiram uniformemente à sua presença – se em muitos casos houve um manifesto agrado pela sua instalação definitiva e lhes proporcionaram condições propícias à sua integração, noutras situações não os acolheram nem aceitaram sustentá-los por um prazo indefinido. No que concerne à reacção dos metropolitanos, se

²⁸ Relatório Geral de Actividades do IARN..., 30.06.1979, 207, AHU.

os quadrantes mais à Esquerda da sociedade portuguesa não nutriam uma especial simpatia pelas reclamações dos recém-chegados, os partidos políticos e cidadãos de outros sectores ideológicos também não se solidarizaram com a sua causa, mantendo-se, de um modo geral, indiferentes ou equidistantes.

As reacções dissonantes às expectativas criadas tenderam a gerar um sentimento de injustiça profunda que – numa hiperbolização da compensação a que criam ter direito – se revelou em 2 tipos de discurso emotivamente acentuados, mas distintos: de auto-comiseração (pungente e lastimosa) pela sua condição em Portugal, por um lado; e de exigência imediata (insurgente e acintosa), que pressupunha o dever das entidades públicas (o Estado), familiares e concidadãos corresponderem às suas necessidades.

Parecendo terem resultado de o facto de não ter havido uma correspondência de expectativas nos moldes esperados, estes discursos – em regra, protagonizados pelo segmento que se encontrava num maior estado de dependência e de vulnerabilidade –, assumiram um registo de comiseração em palavras de recalcamento e de amargura e, um outro, de reclamação traduzido em verbalizações e atitudes de inconformidade e revolta.

Este segundo registo surge mencionado no relatório apresentado pelo IARN em 1979: «Tornaram-se pessoas revoltadas e agressivas, seres traumatizados como indivíduos e como elementos de um grupo». E a sua inserção na sociedade portuguesa que, inicialmente, se afigurou «aos mais optimistas um processo estrutural pacífico sem incidências graves veio, porém, a mostrar-se a curto prazo, uma convulsão profunda com consequências marcantes para as populações atingidas».²⁹

Por conseguinte, muitos destes portugueses terão contado com o amparo material e moral dos familiares e das estruturas estatais, do mesmo modo que muitos outros não o receberam. Em muitos casos as obrigações que julgavam ser-lhes devidas não se concretizaram: não foram ressarcidos pelo Estado por perdas e danos e as ajudas estatais não abrangeram todos aqueles que as solicitaram. São estes casos que surgem relatados nas cartas dirigidas a responsáveis administrativos ou em missivas publicadas no semanário *O Retornado* – um dos poucos periódicos nacionais que lhes ‘dava voz’.

A dificuldade na obtenção das prestações estatais e a suspensão da maioria das prestações públicas mensais verificada em meados de 1976 (só foi mantido o subsídio de desemprego) em troca de um montante único de integração, quando a lotação de

²⁹ Relatório Geral de Actividades do IARN..., 30.06.1979, 207, AHU.

unidades hoteleiras e alojamentos colectivos já se encontrava esgotava, assim como as situações em que os familiares não os acolheram, lhes pediram para sair das suas casas logo após a sua chegada ou muitos meses depois, terão representado algumas dessas «consequências marcantes». Como veremos nos subcapítulos seguintes.

Em alojamentos temporários

Em regra, uma vez entrados nas fronteiras da sua pátria, os repatriados tornam-se populações dispersas ficando entregues à sua própria sorte.³⁰ No caso em análise, a concentração temporal do êxodo, a inexistência de um plano estruturado de acolhimento e o encaminhamento dos recém-chegados para os vários distritos onde tinham família contribuíram para a sua dispersão, dificultando a formação de uma identidade colectiva futura. Dada a premência em encontrar um tecto e em encontrar rapidamente trabalho a maioria fixou-se na Área Metropolitana de Lisboa (com especial ênfase na península de Setúbal e nos concelhos da Grande Lisboa), onde se fixaram cerca de 50 000 cidadãos, dos quais quase 70% nascidos em outros distritos. Os restantes dispersaram-se por concelhos de naturalidade ou onde possuíam familiares.³¹ Metade destes fixou-se em 19 municípios (12 dos quais situados no litoral) e os demais em distritos do interior Norte e Centro (Porto, Bragança, Guarda e Viseu) e nas ilhas adjacentes (Madeira e Açores).

O desembarque (marítimo ou aéreo) em Portugal não foi uma experiência idêntica para todos: dependeu do território de proveniência, da situação individual ou familiar e do momento em que ocorreu a chegada. Uns aportaram meses antes das independências, trazendo grande parte dos haveres; outros chegaram no auge do êxodo com pouca ou nenhuma bagagem, a maioria no decurso da ponte aérea de Angola, onde aos milhares aguardaram no aeroporto da Portela serem encaminhados para um qualquer destino. Uns desembarcaram antes da instalação (em Junho de 1975) dos balcões assistencialistas do Estado e de instituições humanitárias na aerogare lisboeta, tendo procurado uma rede de apoio na família ou em amigos da metrópole; outros chegaram quando o IARN já não concedia alojamento pago nem refeições gratuitas (a partir de meados de 1976) ou quando esses apoios (prestados pelos designados ‘termos de responsabilidade’) já tinham sido extintos, o que se verificou em finais de 1976.³²

³⁰ Tim Allen, Hubert Morsink eds., *When Refugees Go Home...*, 2.

³¹ Pires, «O Regresso das Colónias», *História da Expansão...*, 183-187.

³² Com a retirada dos balcões institucionais de apoio no aeroporto da Portela, as equipas humanitárias só poderiam lá dirigir-se sob solicitação de uma entidade oficial (turismo, PSP, outra) não podendo em caso algum conceder alojamento em hotéis e afins. Despacho confidencial, 04.02.1977, Cx398, IARN, AHU.

Criadas de improviso, as estruturas públicas de apoio funcionavam em termos deficitários sendo reforçadas à medida das solicitações, na medida em que o Estado português não equacionara atempadamente a possibilidade de um êxodo em massa. Perante a incapacidade de resposta dos 2 organismos existentes em Abril de 1974 foi criado em Agosto de 1974, na dependência do MCI, o Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU).³³ Este organismo concedeu subsídios de emergência (de alimentação, alojamento, para levantamento da bagagem e transportes) até ser criado em finais de Março de 1975 o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN).³⁴ No entanto, até à Resolução do Conselho de Ministros de 5 de Maio de 1976, que definiu as modalidades de apoio aos desalojados, «não se dispunha ainda de nenhuma orientação superior quanto à forma como a recepção e acolhimento deveriam ser feitos bem como aos auxílios específicos a conceder».

Instaladas no aeroporto equipas de instituições humanitárias (a Cáritas e a CVP foram duas delas) que distribuíam agasalhos, pequenos lanches e atendiam situações de saúde urgentes, o IARN encarregou-se do alojamento em regime de pensão completa, do transporte de pessoas e bagagens para os respectivos destinos, podendo cada adulto trocar 5, 000 escudos mediante a apresentação do bilhete ou da guia de desembaraço.³⁵

Sendo funcionário público, António Trabulo conta ter sido encaminhado para as instalações do Quadro Geral de Adidos (QGA) onde, comprovado o vínculo laboral ao Estado se poderia ir a uma delegação da CVP em Lisboa receber 1,000 escudos de adiantamento à sua remuneração.³⁶ Outros recém-chegados pernoitaram durante dias na aerogare, no chão junto à bagagem, até que o seu destino lhes fosse comunicado. Havia famílias completas sem terem onde ficar, mulheres com filhos cujos parceiros tinham ficado em África, desaparecido, emigrado para outros destinos ou deixado o domicílio, viúvas e cidadãos africanos. De um modo geral, as famílias mantiveram-se agregadas, mas dada a falta de alojamento disponível ocorreram situações de separação geográfica de homens das suas famílias e de mães dos filhos.³⁷ Existindo também casos de mães

³³ Relatório de Actividades do IARN..., 2-3, AHU. Os 2 organismos eram a Comissão Administrativa e de Assistência aos Desalojados (CAAD) destinada aos regressados da Índia e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU), especialmente dos imigrantes laborais cabo-verdianos.

³⁴ O IARN foi criado pelo Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março.

³⁵ Relatório de Actividades do IARN..., 8-15.

³⁶ António Trabulo, *Retornados: o Adeus a África*, (Lisboa, Europress, 2009), 78-79.

³⁷ Carlos Alberto Anjos, Foz do Arelho, *O Retornado* n.º35, 08.06.1976, 21. O signatário chegou a Lisboa em 8 de Março de 1976 e foi albergado nas instalações do INATEL na Foz do Arelho, a mulher grávida desembarcou em 25 de Fevereiro e foi enviada para a Ericeira, mas desconhecia o seu paradeiro.

que tendo confiado os filhos a pessoas conhecidas chegadas anteriormente a Portugal desconheciam o seu paradeiro, havendo também quem não soubesse se os familiares ainda em África se encontravam presos ou vivos.

Para o Comissário para os Desalojados, Gonçalves Ribeiro, era compreensível o estado psicológico em que se encontravam aqueles «que subitamente, muitas vezes com risco da própria vida, tiveram de deixar o seu posto de trabalho, a sua casa, a maioria dos seus haveres, o seu local de convívio, o seu círculo de relações, a terra onde se haviam radicado ou onde nasceram para, em questão de dias, de semanas ou de poucos meses, tudo terem de abandonar e retornarem ao seu país de origem ou à terra dos seus avós». Acrescentando: «o sentimento de profunda amargura, de total frustração de que vinham possuídos não pode ser considerado nem excessivo, nem descabido».³⁸

Quem tinha família em Portugal deslocou-se para os concelhos de origem. Quem referiu não a possuir ou não saber onde a mesma morava, recebeu ‘guias de alojamento’ para se instalar em estabelecimentos hoteleiros. Mas também em parques de campismo, estâncias termiais, colónias de férias, antigos sanatórios, escolas, presídios e quartéis desactivados, onde balneários e sanitários eram partilhados e os dormitórios compostos por camaratas separadas por género: homens de um lado, mulheres e crianças do outro. E muitos dos que não tinham alojamento pago pelo Estado ocuparam apartamentos de edifícios em construção, devolutos ou degradados, sobretudo nos centros urbanos e subúrbios de Lisboa e de Setúbal.

Após o desembarque, «essas pessoas viam-se sem ter para onde ir, pois para além da grande maioria não possuir familiares em condições de os receber, outros não eram ‘de facto’ retornados pela simples razão de que nunca tinham vivido em Portugal, sendo descendentes em segunda, terceira e, até, quarta geração de ‘colonos’». A inexistência de alojamentos suficientes e a falta de resposta, «quer do Governo quer de instituições e organismos públicos e privados criou situações muito graves». Por se ter pressuposto que a maioria seria acolhida por parentes quando grande parte não os tinha em Portugal ou não os sabia localizar, como refere Gonçalves Ribeiro: «Houve, à partida, um erro básico: admitir-se que cada retornado teria à sua espera uma família e uma casa. Tal hipótese só muito vagamente se confirmou e a situação de cada agregado familiar foi-se tornando, a curto prazo, um beco sem saída».³⁹

De acordo com os testemunhos, o acolhimento dos familiares pode dividir-se em

³⁸ Entrevista a Gonçalves Ribeiro, *O Retornado* n.º50, 21.09.1976,9.

³⁹ Relatório Geral de Actividades do IARN..., 31-32, AHU.

3 situações-tipo. Num registo mais favorável e generoso houve casos de familiares (sogros, avós, tios e primos paternos ou maternos) que os ajudaram dentro das suas possibilidades, cedendo-lhes um espaço de instalação (que poderia ser uma casa ou uma garagem, sótão ou anexo) ou recebendo-os numa das divisórias da sua residência, assumindo simultaneamente os encargos financeiros mensais com os recém-chegados. Num registo de afabilidade intermédia, houve casos em que os familiares os acolheram bem no início, disponibilizando um tecto e custeando as despesas, auxílio que por vezes foi retirado ao fim de alguns meses, com a justificação do seu sustento, alojamento, vestuário e higiene diárias pesarem demasiado no orçamento mensal, para o qual, em muitos casos, os hospedados não contribuía. Por fim, num registo menos caloroso, houve casos em que os familiares justificaram não os poder acolher, outros em que prestaram um acolhimento imediato, mas breve, a pretexto de procurarem o auxílio do Estado, já que este subsidiava a sua instalação.

A frieza demonstrada por alguns familiares poderá ter estado relacionada com o facto de terem chegado a Portugal sem a riqueza detida em África, por a sua partida das colónias ser entendida como expulsão ou fuga e por lhes ser imputada a conotação de ‘colonialistas’. Aventando Lubkemann que poderá ter também ter resultado de um certo revanchismo por esses parentes terem ‘abandonado’ a comunidade de origem e ido para África (com a pretensão de enriquecerem e sem intenção de voltarem), regressando tão ou mais pobres que antes.⁴⁰ Para uma evocadora terá sido a condição de dependência de muitos destes portugueses a que mais influenciou na reacção menos amistosa manifestada por alguns familiares: «Se nós viéssemos cheios de dólares a recepção seria outra, mas como viemos de África com as mãos a abanar somos indesejáveis».⁴¹

Não sendo possível aferir através do espólio documental consultado o grau de representatividade das atitudes menos calorosas atribuídas aos familiares da metrópole – Foram a regra ou a excepção? Terão sido raras, pontuais, frequentes ou predominantes? –, os testemunhos referem-se-lhes como situações verídicas ou derivadas da percepção de cada evocador (por experiência própria ou conhecimento de causa), as quais podendo não ter tido uma dimensão significativa não devem, por esse facto, ser escamoteadas.

A procura de apoio familiar parece ter sido motivada pela esperança de se obter um alojamento cómodo e um tratamento atencioso. O que em certos aconteceu. Mas deverá também admitir-se que alguns factores possam ter impossibilitado uma recepção

⁴⁰ Lubkemann..., 262.

⁴¹ Guilhermina, *O Retornado* n.º 75, 15.03.1977, 21.

afável ou uma convivialidade harmoniosa entre familiares anfitriões e recém-chegados. Entre tais factores considerem-se plausíveis o distanciamento resultante de um prolongado período de ausência e/ou episódios de fricção relacionados com diferenças comportamentais, mentais e nos hábitos quotidianos e/ou com alterações na relação de poder no espaço doméstico – o responsável da casa, que estabelece as regras e que paga as facturas dos consumos, tende a assumir uma posição de autoridade sobre quem depende financeiramente dele – que, passíveis de criar questiúnculas familiares, poderão ter contribuído para uma menor hospitalidade ou para que a estada pudesse ser negada ou permitida por um período muito breve.⁴²

A realidade mais extremada é descrita por um evocador, num registo ressentido: «O mais chocante, a mais triste realidade, a atitude mais desumana, lamentável e insólita [...] é que até os próprios familiares não ajudam, antes pelo contrário escorraçam-nos de sua casa porque são um estorvo [...] precisam da vossa ajuda e vocês desprezam-nos, ignoram-nos, expulsam-nos das vossas casas».⁴³ Referindo-se um homem de 35 anos de idade (desde os 10 anos de idade em Angola) que a sua família tinha sido despejada ao fim de poucos dias de casa dos seus avós, com o argumento de que ali não era nenhum asilo.⁴⁴

Em alguns casos, os estranhos revelaram-se mais beneméritos que a família. Como aconteceu a uma mulher que – desembarcada em Setembro de 1975 numa terra «desconhecida e sem o apoio de ninguém» – foi expulsa de casa de familiares do marido ao fim de 4 dias, por constituir «um encargo demasiado pesado». Relatando: «A partir dessa data, fui amparada, acarinhada e bem tratada pelo povo desta pequena aldeia, tendo-me ajudado com algum dinheiro e géneros alimentícios». Passou a viver na casa de um emigrante que teria de desocupar em Junho. Estava há 9 meses em Portugal sem ter recebido o subsídio de desemprego que solicitara e, por isso, em certos dias ela e o filho de 3 anos apenas se alimentavam de pão e café. Não sabia quando poderia liquidar a dívida acumulada na mercearia local nem como desembaraçar-se

⁴² A título de exemplo refira-se o que um homem e uma mulher vindos de Angola mencionaram à autora deste trabalho, em testemunhos informais. O homem contou que os tios, que possuíam uma casa com alguns quartos em Lisboa, lhe disseram explicitamente que se instalasse num hotel por conta do Estado já que os subsídios públicos se destinavam a tal fim. A mulher relatou que ao chegar sozinha a Portugal com 18 anos, ficou em casa de uma tia, a qual ao fim de poucos dias a repreendeu por tomar demasiados banhos e gastar muita electricidade quando lia à noite na cama.

⁴³ José Manuel Rolo, Castelo Branco, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 3.

⁴⁴ José Albino Rodrigues, Olhão, *O Retornado* n.º 36, 15.06.1976, 20.

daquela «vida cheia de dificuldades».⁴⁵ Sobre a generosidade de alguns metropolitanos refere um outro evocador que «já teriam morrido à míngua uns, se almas caridosas lhes não mitigassem o tanto sofrer», por não serem «poucos os cristãos egoístas a dar-lhes com a porta na cara e os familiares a negar-lhes guarida».⁴⁶

Algumas dessas ‘almas caridosas’ – residentes ou portugueses vindos de África, mas que possuíam residência em Portugal – acolheram temporariamente desalojados das colónias nas suas casas. Como fez um homem chegado de Moçambique no dia 4 de Dezembro de 1976 que, ao encontrar no aeroporto da Portela uma idosa que conhecia de Inhambane que não tinha para onde ir, a convidou a ficar em sua casa, embora estivessem a dormir «praticamente uns em cima dos outros».⁴⁷ Afirmando um outro – identificando-se como um «refugiado angolano/português (ou vice-versa)» –, ter a casa cheia de desalojados: uns familiares, «perante os quais temos a obrigação de tudo partilhar; outros, meros conhecidos ocasionais em visitas ao IARN que me fizeram confrontar com a ocasião única na vida de não ter coragem para os abandonar».⁴⁸

Ao desconforto de se estar «por esmola» (a expressão é recorrente) em casa de familiares ou de estranhos, somava-se a percepção da hospitalidade inicial esmorecer à medida que os meses passavam. Em Mirandela desde Novembro de 1975, um homem (com 21 anos em Angola) vivia com a mulher e os 3 filhos num sótão, «por empréstimo e bondade de pessoas que gentilmente o cederam». Mas, decorrido 8 meses, os donos já estavam saturados, por (tal com ele, o signatário), não saberem que a estada iria ser tão prolongada.⁴⁹

O mesmo desânimo por se estar há meses sucessivos em casa alheia é transmitido por uma mulher de Moçambique que sentia estava a viver da caridade dos parentes, à conta da família, desconhecendo como seria o seu futuro. Depreendendo-se pelo verbo ‘vegetar’ empregado que se encontraria inactiva, podendo a mágoa que afirmava sentir resultar da falta de emprego ou do transtorno do êxodo: «Vou vegetando até ao dia em que conseguir libertar-me desta mágoa».⁵⁰ Em sentido idêntico escreveu um homem estar «ao ‘Deus dará’ em casa de familiares cuja amizade de início era grande, mas já se

⁴⁵ Sem nome, Coimbra, *O Retornado* n.º 36, 15.06.1976, 21.

⁴⁶ Sem nome, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

⁴⁷ Sem nome, *O Retornado* n.º 66, 11.01.1977, 20.

⁴⁸ Manuel Martins, *O Retornado* n.º 2, 17.10.1975, 8.

⁴⁹ A. J., Mirandela, *O Retornado* n.º 38, 29.06.1976, 20.

⁵⁰ Sem nome, Alfriate, *O Retornado* n.º 67, 18.01.1977, 21.

ia «tornando um ‘fardo’ pesado».⁵¹

Nos casos referidos (como em muitos outros) os familiares prestaram-lhes todo o auxílio possível, deixando-os permanecer o tempo necessário até ‘refazerem a vida’ (até terem trabalho e alguma autonomia financeira). Como o caso de uma ex-professora de Angola que morava desde 1975 (há 3 anos) com os 3 filhos em casa dos pais na Póvoa de Varzim, estando o marido a viver com os pais dele no Algarve.⁵²

Numa outra carta, um homem chegado de Luanda em Janeiro de 1975 refere que se não fosse o amparo dos familiares ele e a mulher já teriam morrido à fome e ao frio.⁵³ Do mesmo modo que uma mulher de 36 anos de idade, chegada de Moçambique em 5 de Abril de 1976 com o marido e 2 filhos menores, escreve: «Fomos acolhidos por pessoas de família e temos vivido a expensas da mesma, na situação de devedores em ordem crescente». Encontravam-se ambos desempregados, afirmando que sendo já Natal não tinham ainda recebido qualquer apoio do Estado. «Falta-nos casa e dinheiro e se temos vivido sem passar fome e sem dormirmos ao ar livre (nesta bela quadra invernosa) é porque ainda temos família que nos acolhe e se condói da nossa triste situação».⁵⁴

A boa vontade manifestada pelos familiares não invalidava que se sentissem um ‘fardo’, desconfortáveis pelo incómodo causado a quem os acolhera. Como expressou um viúvo desempregado de 54 anos de idade, que esteve 17 anos em Moçambique, que dizia não saber o que fazer à sua situação «de desesperado», dado residir com a filha em casa de parentes que, certamente, não o iriam sustentar durante toda a vida.⁵⁵ A mesma preocupação de não se ser ‘pesado’ a quem lhes abria a porta de casa é assinalada por um jovem chegado a Portugal em 29 de Janeiro de 1976 de Moçambique: «Aqui tenho estado em casa de uns tios. Já estive na Marinha Grande e encontro-me presentemente em Lisboa em casa de um amigo, pois tenho feito os possíveis para não sobrecarregar ninguém durante muito tempo».⁵⁶

Quem à chegada declarou não ter família em Portugal sujeitou-se ao alojamento atribuído, crendo uma mulher de Sá da Bandeira que existia um alegado favorecimento dos portugueses de Moçambique. Questionava porque tinham de dormir no chão do

⁵¹ António Júnior, Porto, *O Retornado* n.º 37, 22.06.1976, 21.

⁵² Carta manuscrita, 21.02.1978, CC3513, AHPR.

⁵³ Manuel Duarte Alves, Vila Nova de Gaia, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976, 3.

⁵⁴ Maria Adelaide, Lisboa, *O Retornado* n.º 66, 11.01.1977, 20.

⁵⁵ António Rodrigues Moreira, Aveiro, *O Retornado* n.º 69, 01.02.1977, 22.

⁵⁶ José Manuel Santos, Lisboa, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1977, 21.

aeroporto enrolados numa manta e só passadas largas horas lhes davam por destino quartéis e cadeias enquanto os que chegavam de Moçambique «bem vestidos, bem penteados, com boas maneiras», esperavam duas horas antes de serem conduzidos a hotéis. Como afirma ter observado e lhe terem relatado: «Será porque nós de Angola apresentamos um aspecto maltrapilha, com os rostos vincados de dor e amargura, queimados do sol e apenas trazemos como bagagem um triste saco, que pensam que nós não estamos à altura de nos sentarmos à mesa de um hotel?»⁵⁷

De facto, a recusa de certas unidades hoteleiras em albergar desalojados ou a alegação de já não terem vagas para os receber bem como a dificuldade em encontrar espaços com camaratas, obrigou o IARN a procurar alternativas, uma das quais consistiu na criação de Centros de Acolhimento Temporário (CAT) em estruturas públicas desactivadas, incluindo quartéis e cadeias. A este propósito refere o *Relatório de Actividade do IARN* que só após muita insistência o INATEL aceitou ceder em Maio de 1975 o parque de campismo da Costa da Caparica (em Almada) onde foram colocadas 2, 000 pessoas. Até Outubro/ Novembro de 1975 não foram disponibilizadas novas unidades e apenas em Março de 1976 abriram novos centros de acolhimento: um total de 57 no final desse ano. Não foi, contudo, encontrada (no Fundo do IARN) resposta à dúvida suscitada pela signatária anterior: qual o critério usado na distribuição dos alojamentos pelos recém-chegados de África? Seria feita uma distinção em função da categoria económica ou da colónia de proveniência dos desalojados?

O baixo grau de conforto e de privacidade dos alojamentos foi um dos factores que parece ter influído de modo decisivo nas percepções negativas sobre a recepção em Portugal e na instabilidade emocional de certos desalojados. Com base nas reportagens publicadas em *O Retornado* e nos relatórios do IARN sobre as características de cada tipo de alojamento colectivo, quem se encontrava em instalações improvisadas, com um reduzido nível de intimidade nos dormitórios e equipamentos sanitários deficitários evidenciava uma maior destabilização psicológica. Atendendo às diferentes condições que propiciavam, estes alojamentos podem ser agrupados em 3 categorias: os edifícios com uma funcionalidade residencial (asilos, colégios, estâncias balneares, seminários, instalações militares e hospitalares); os recintos sem divisões individuais ou cozinha (pavilhões desportivos, hangares aeroportuários e tendas de campanha) e, por último, apartamentos degradados ou ainda em fase de construção.

⁵⁷ Maria Antónia Sousa e Silva, Lisboa, *O Retornado* n.º 28, 20.04.1976, 20.

Os testemunhos indiciam ser menos desequilibrada a condição psicológica de quem se encontrava numa habitação dimensionada às necessidades de cada agregado, reconhecendo estes evocadores ser a sua situação menos penosa que a de outros deslocados de África que viviam em barracas, que tinham ocupado casas em ruína ou inacabadas ou que moravam em garagens, sótãos e anexos.

Embora quem estava hospedado em hotéis, pensões e residenciais fosse visto pelos seus pares como privilegiados – nalguns casos dispunham de mais de um quarto por família, sanitários privados e espaços de lazer – nem todas as unidades propiciavam tais comodidades. Muitas famílias numerosas coabitavam num quarto, o convívio com os alojadores e com os outros hóspedes nem sempre era pacífico e a limpeza dos aposentos nem sempre frequente. Num Lar de Lisboa onde se encontravam 320 pessoas, a reclamação acerca da falta de higiene consistia no facto de os lençóis das camas serem mudados somente uma vez por semana – tratava-se de uma prática comum em muitos lares da metrópole que, no entanto, causava estranheza em quem em África (devido ao calor) se banhava (ou duchava) mais amiúde. Nesse Lar, Helena Lira (chegada em Maio de 1976) partilhava o quarto com o marido e os 3 filhos. No aposento de Josefa Zuzarte Mendonça coabitavam ela, 3 irmãos e a mãe. O pai tinha sido expulso por ter discutido com o alojador que lhes chamara «‘pretos ordinários’».⁵⁸

Em finais de 1975 encontravam-se 10 000 desalojados das colónias em unidades hoteleiras do distrito de Lisboa, muitos deles recusando ser transferidos para outros distritos enquanto as suas bagagens não chegassem.⁵⁹ Em Março de 1976, o número de alojados em hotéis era superior a 35 300 no distrito de Lisboa e superior a 37 000 no distrito de Setúbal.⁶⁰ Também em finais de 1975, encontravam-se instalados em hotéis de 5 estrelas cerca de 4, 500 destes portugueses.

Em Cascais, numa dessas unidades hoteleiras de luxo (onde estavam mais de 650 pessoas), as queixas incidiam no preço exorbitante cobrado por uma garrafa de água, não ser servido um copo de vinho à refeição e não poderem lavar roupa nas casas de banho dos quartos. E (segundo um evocador) quando protestavam da ementa, os empregados já tinham respondido: «‘Se calhar querias lagosta ou faisão?’» Eram também repreendidos por sujarem tudo, estragarem as plantas e partirem os cinzeiros.⁶¹

⁵⁸ Reportagem, *O Retornado* n.º 48, 07.09.1976, 12-13.

⁵⁹ Entrevista ao director do Centro de Apoio e Controle às Operações de Retorno de Nacionais (CACO) do IARN, *O Retornado* n.º 7, 21.11.1975, 4.

⁶⁰ Relatório de Actividades do IARN..., 34.

⁶¹ Reportagem, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 8.

Os hoteleiros queixavam-se da conduta destes hóspedes, alegando que a quantia paga pelo IARN não cobria as despesas que faziam nem as suas exigências, reagindo um evocador às críticas estereotipadas feitas ao comportamento dos vindos de África:

Efectivamente a condição de refugiados é muito diversificada. Há cultos e analfabetos, os educados e mal-educados, os compreensivos e os impertinentes, amáveis e grosseiros, há ainda os que tomaram chá e os que só querem vinho, os exigentes e os condescendentes, os que são de cá e os que são de lá, os que devem ficar e os que devem regressar, os que têm cá muito e os que nada têm, os honestos e os desonestos.⁶²

O comportamento dos hospedados variava em função do grau de comodidade dos aposentos, mas também da atitude que, para com eles, era manifestada. Ainda que as condições logísticas pudessem não ser as mais adequadas, existindo compreensão, boa vontade e algum altruísmo, as carências poderiam ser minimizadas. Como acontecia num hotel do Vimeiro (em Torres Vedras) que, não obstante estar previsto para acolher 700 pessoas, propiciava excelentes condições a 1,200 alojados, que eram tratados com respeito, sendo facilitada a sua «integração social» graças ao seu director (um cidadão espanhol que se encontrava há 9 anos em Portugal) que tivera o cuidado de transformar uma sala em escola primária e uma outra em clínica de enfermagem.⁶³

Consistindo o alojamento em regime de pensão completa um dispêndio demasiado elevado para o Estado, em Janeiro de 1976 foi anunciada a desocupação dos hotéis até Março, devendo quem estava nesse regime transferir-se para espaços colectivos, dado a sua presença afugentar os turistas estrangeiros que eram esperados na temporada estival:

Se os familiares e amigos dos retornados os continuarem a pôr na rua, como tem vindo a acontecer, registar-se-á uma inultrapassável incapacidade nacional para os receber, uma vez que não há mais alojamentos. Nesta altura estamos preocupados em retirar os retornados que ocupam hotéis e pensões para os colocar em alojamentos colectivos, a fim de que não haja problemas com a época turística.⁶⁴

Às razões evocadas pelos empresários hoteleiros para a urgência da saída acrescia um outro motivo. Segundo o director do IARN, Cardoso do Amaral, a sua estada em hotéis de luxo não era bem vista pela generalidade dos portugueses que nunca tinham tido «possibilidades de se hospedar num *Sheraton* ou num *Ritz*», considerando que esses espaços deveriam ser usufruídos por quem pudesse pagar os preços que praticavam:

⁶² Custódio Chagas, Faro, *O Retornado* n.º 24, 20.03.1976, 20.

⁶³ Reportagem, *O Retornado* n.º 11, 19.12. 1975, 12.

⁶⁴ Entrevista ao director do IARN, Cardoso do Amaral, *O Retornado* n.º18, 06.02.1976, 20

Aos olhos dos portugueses a estadia em hotéis luxuosos é um insulto ao País e consideram os refugiados uns privilegiados por tal facto, esquecendo-se que muitos se alojam ali e depois calcorreiam a pé as ruas de Lisboa por falta de dinheiro.⁶⁵

Era o caso de um homem de Angola desde o dia 25 de Agosto de 1975 hospedado com a mulher e os 8 filhos num hotel de Lisboa onde dizia comer-se mal e dormirem 15 pessoas em 4 quartos. Satirizando sobre a sua (indesejada) situação e a de outros alojados: «levamos uma vida parasitária, tal qual os porcos a engordar: comer e dormir e algum tempo que sobra a correr para as célebres bichas do IARN, gastando o mísero subsídio à procura de casas e emprego que para nós, os empestados, nunca há».⁶⁶

No mesmo sentido, uma idosa instalada num hotel de luxo em Lisboa insurgia-se por os considerarem privilegiados: «Eu não sou retornada. Não me chamem isso! Nasci em Angola como meus pais, que lá morreram. Eu sou refugiada [...] Criticam-nos e invejam-nos porque estamos num hotel de turistas e mal imaginam como passamos mal... Nenhum de nós está interessado em viver em hotéis, queríamos era viver numa casa com a nossa família, como gente normal!» No início de Dezembro de 1975 foi-lhes comunicado que um mês depois seriam evacuados para residenciais na província (algumas no Algarve) ou para alojamentos colectivos como quartéis, dado o IARN não continuar a suportar as despesas com a sua estada. Teriam de ir para onde fosse possível dar-lhes alojamento.⁶⁷

Como a capacidade máxima em todo País «incluindo as piores pensões» era de 80 000 camas e havia 350 000 desalojados, para Cardoso do Amaral era fácil entender «a enormidade do problema», que se agravaria em breve com a chegada de mais gente de Moçambique, antes da proclamação da independência.⁶⁸ O director do IARN refutava (na mesma entrevista) que os hoteleiros lucrassem com a hospedagem de um número tão elevado de pessoas, justificando tratarem-se de contratos de «condições colectivas» firmados pelo Estado com esses estabelecimentos, em que a diária era paga a um preço inferior ao normal. Teriam de sair «o mais depressa possível», apesar da resistência que ofereciam, pensando «muitas vezes em termos egoístas» e não no interesse geral.⁶⁹ Um dos 400 alojados num hotel de luxo (já identificado) reagiu ao anúncio com indignação:

⁶⁵ Entrevista ao director do IARN, Cardoso do Amaral, *O Retornado* n.º18, 06.02.1976, 20.

⁶⁶ Manuel de Sousa Barros, *O Retornado* n.º 36, 15.06.1976, 20.

⁶⁷ Sem nome, Lisboa, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976.

⁶⁸ Entrevista ao director do IARN, *O Retornado* n.º18, 06.02.1976, 20.

⁶⁹ Entrevista ao director do IARN, *O Retornado* n.º 20, 20.02. 1976, 8.

«A continuarmos desta maneira hoje estamos num hotel de 5 estrelas, amanhã num hotel sem estrelas, depois nas casernas de qualquer quartel abandonado, a seguir numa barraca e por fim, na sargeta».⁷⁰

De facto, muitos encontravam-se em condições precárias e inadequadas: 240 pessoas vindas de Angola viviam no início de Janeiro de 1976 no «sujo, desabrigado, frio e húmido» hangar 7/74 (ironicamente, o número da Lei que oficializou a descolonização) do aeroporto da Portela. Adelino Brás Ribeiro da Silva, de 12 anos de idade, perdera a avó antes do embarque em Nova Lisboa, tendo chegado à capital portuguesa sozinho, ali se encontrando desde o dia 29 de Outubro de 1975. Albino Rosa Gonçalves que vivia no Norte de Angola, instalara-se no hangar em Dezembro com a mulher e 4 filhos, sem se aventurarem a ir procurar alojamento, por não conhecerem Lisboa. Aida Maria Manuela aguardava há 44 dias com os 11 filhos um poiso perto da Guarda, onde vivia o sogro, seu único parente em Portugal. Belmira de Jesus – cujo marido fora morto numa roça de café – estava acompanhada pelos filhos.

Filomena da Costa Pita chegara de Malange com o marido, 3 filhos, a irmã e os 4 filhos desta: o IARN colocara-os na Casa de Saúde de Lisboa, mas como no fim do dia lhes disseram não haver lugar voltaram ao terminal de carga. E Manuela Costa (nascida em Angola e ex-residente em Luanda) ia morar com uma prima em Azeitão: «Não podemos esperar que o IARN faça milagres. Dizem que já não há dinheiro para nós que tivemos de fugir de Angola». Dizendo só não entender porque o IARN ou a CVP não mandara lá ninguém para saber se estavam bem. Parecia-lhe que tinham sido «esquecidos».

Como o IARN deixou de fornecer-lhes refeições no início de Dezembro de 1975, nas semanas seguintes membros da Comissão Evangélica de Ajuda aos Desalojados de África transportaram «os mais doentes aos hospitais, distribuíram cobertores e alguma roupa», levando-lhes sandes e uma médica. E elementos da Comissão de Retornados do Seminário dos Olivais também lhes deram fruta, pão e leite e comida confeccionada em suas casas.⁷¹ Por ter outras solicitações o Instituto de Emergência Médica (actualmente INEM, mas referido na reportagem pelo antigo número telefónico 115) deixou de lhes fornecer uma refeição quente diária em meados de Dezembro quando os 5 contos trocados à chegada já se tinham esgotado.

⁷⁰ Reportagem, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 14.

⁷¹ *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 15.

A maioria queria ir para junto de familiares, mas além do IARN alegar não dispor de mais verbas para providenciar guias de transporte, muitos recusaram ser colocados no Algarve. José Augusto Gonçalves tinha estado numa residencial de Portimão que acusava de servir «comida para suínos». Não queria protestar, mas dizia ser «impossível aguentar aquilo»: viera embora quando foi admoestado por deixar um amigo desalojado dormir no seu quarto. Maria Emília Santos, de 54 anos de idade – que estava no hangar aeroportuário desde Novembro de 1975 com 4 filhos, um neto e uma menina negra –, também recusara ser transferida: «‘Não saí daqui porque querem mandar os meus filhos para um lado e eu para outro’». Preferia morar numa ‘cubata’ com a família ou tendo-a perto a serem separados e só partiria quando chegasse a sua bagagem, mesmo que entretanto tivesse de viver de ajudas «de ‘retornados’ e de algumas pessoas boas». Antes de perguntar o que mais poderia fazer atendendo à situação em que se encontrava:

Chorar lágrimas, carpir mágoas, lamentar a minha má sorte e a conduta dos que nos atiraram para a miséria? [...] Aqui só nos dizem que temos de procurar outro país para vivermos. É triste, muito triste, tudo isto.⁷²

Com efeito, a separação familiar poderia verificar-se, como consequência de duas situações distintas: por antes de partirem de África as mães terem entregado os filhos a pessoas do seu círculo de amizades residentes noutra cidade ou num país vizinho e por à chegada a Portugal não haver alojamentos disponíveis para albergar todo o agregado. Como sucedeu a uma mulher da cidade da Beira (chegada a Portugal no dia 22 de Abril de 1976) que foi separada dos 4 filhos. As crianças foram encaminhadas para um lar de Lisboa, devendo ela seguir para Viseu. O que a signatária recusou, optando por ficar em Lisboa na casa de uma pessoa amiga para estar perto dos filhos.⁷³

O desconforto material e psicológico não era apenas sentido por quem estava em hangares ou armazéns. Nos oriundos de África que se encontravam alojados com as famílias em espaços colectivos também se denotava um acentuado o sentimento de isolamento e de abandono, motivado em grande parte pela inadequabilidade dos equipamentos. Refira-se (a título de exemplo) que o quartel do Regimento de Artilharia Ligeira 4 em Leiria, albergava 600 desalojados em Maio de 1976, 173 deles menores de 12 anos.⁷⁴

⁷² Adulcino Silva e Piedade Paulo, reportagem, *O Retornado* n.º13, 02.01.1976, 8.

⁷³ Lídia Maria Lucas, *O Retornado* n.º 41, 20.07.1976, 5.

⁷⁴ *O Retornado*, 25.05.1976, 2-3.

Também em Leiria, 174 portugueses – que fugiram à guerra angolana seguindo para o deserto do Namibe – partilhavam as camaratas das instalações do INATEL da Nazaré, servindo as camas disponíveis de divisória para os casais terem alguma privacidade. Os bebés dormiam com os pais, não havia roupeiros nem água quente nos balneários. Tinham passado «3 meses de inferno na Namíbia, em barracas de lona» num campo com mais de 1,000 refugiados, suportado o calor, engolido pó e carne de burro, mas não estavam «desagradecidos». Em Portugal queixavam-se da «frieza» do clima e dos governantes. A permanência provisória de 48 horas já ia em mais de um mês, sendo-lhes dito que teriam de se resignar: estavam ali por esmola e se quisessem sair haveria quem ficasse grato por os substituir. Sentiam-se num ‘beco sem saída’: ali não havia trabalho e não tinham dinheiro para pagar os transportes ou para se instalarem noutras paragens onde fosse menos difícil obtê-lo. «Ninguém nos liga. Só as pessoas da Nazaré reconhecem o nosso drama, ajudando com o possível, mas estamos ‘mendigando’ ao povo, o que faz falta ao povo».⁷⁵

Uma carta subscrita por 25 açorianos refere: «Deram-nos o nome de retornados mas verdadeiramente nos consideramos refugiados, dado que não foi de livre vontade que de Angola fugimos». Na ilha da Terceira, «depois de alguns dias a dormir no chão e ao frio, a perspectiva de um abrigo e um colchão» pareceu-lhes idílica. Tendo sido posteriormente instalados no Seminário de Angra do Heroísmo faziam as refeições no quartel de um Batalhão de Infantaria, mas algum tempo depois de terem sido colocados no Hospital de uma vila foi-lhes anunciado que já não seria concedida alimentação gratuita nem alojamento pago a quem já estava a receber o subsídio de desemprego:

Dizem-nos que somos um problema, que estamos a ficar caríssimos. [...] Não podemos viver apenas do subsídio. Não podem correr connosco porque não vamos para casa dormir no chão e comer paredes. Temos filhos que têm que ser alimentados porque não têm culpa do bem ou do mal que a política faz. [...] Não podemos continuar a ser escorraçados.⁷⁶

Os 400 alojados no Colégio dos Maristas (em Carcavelos, no concelho de Cascais) foram informados em 15 de Dezembro de 1975 que 3 dias depois terminaria o alojamento e alimentação gratuitos. Maria Luísa de Almeida (que durante 22 anos tinha sido vendedora no mercado de S. Paulo de Luanda) era uma delas, assumindo-se como

⁷⁵ Reportagem, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976, 8- 9.

⁷⁶ Carta colectiva, Terceira, *O Retornado* n.º 16, 23.01.1976, 2.

«refugiada e não retornada». Afirmava não entender: «Paguei sempre os meus impostos ao Estado. Nunca fiquei a dever fosse a quem fosse. Nunca explorei ninguém, preto ou branco. Só trouxe este vestido. E agora abandonam-me?»⁷⁷

No Vale do Jamor (no concelho de Oeiras em Lisboa) – em tendas montadas pela CVP e em casas pré-fabricadas doadas pela Suécia – encontravam-se 1,200 pessoas no início de 1977. A maioria gente «martirizada» que tanto relatava «as sevícias espirituais sofridas» com a partida das colónias como se referia constantemente à solidária vivência quotidiana ali existente. A comida era boa e bem confeccionada, dispunham da presença diária de uma enfermeira e de um médico, e pese embora o facto de os refugiados de Timor quererem ir para a Austrália, os de África estavam mais resignados, aceitando e compreendendo não existir alternativa à sua situação.⁷⁸

Pela descrição fornecida pelo repórter de *O Retornado*, as condições no Jamor eram comparavelmente mais razoáveis que aquelas em que viviam 3,500 desalojados no bairro do Vale da Amoreira (na Baixa da Banheira) em 496 fogos ainda por licenciar, sem água, gás ou electricidade. Dormiam no chão cobertos por um lençol e um cobertor e o jantar era fornecido pelos Fuzileiros do Alfeite que também lhes levavam agasalhos e faziam policiamento.⁷⁹

Em meados de 1976, o êxodo prosseguia embora com menor intensidade do que em 1975. No dia 30 de Setembro chegaram à Portela cerca de 700 desalojados. Augusta Brandão Ferreira, nascida em 1926, 50 anos de idade, vinda de Lourenço Marques onde vivera 20 anos, trouxera 4 malas: «Não tenho nada de nada aqui em Portugal, nem sequer familiares. Apenas eu e meu marido. Não sabemos o que fazer à nossa vida». Aguardava há 38 horas pela atribuição de alojamento: «Ao que parece, somos capazes de ir para o Alentejo. Seja o que Deus quiser». Carlos Norberto dormia há 4 dias no aeroporto: «Estou só e desconheço o paradeiro de qualquer familiar. Tive que fugir de Angola à pressa sem um adeus de despedida. Sou pescador, tenho 24 anos e ainda não me mentalizei que estou em Portugal. Nunca cá tinha vindo e não sei se me hei-de habituar a isto».⁸⁰

Face à enorme afluência de chegadas verificada no segundo semestre de 1975 e dada «a insuficiência dos meios de acção do IARN, como organismo isolado», em

⁷⁷ Reportagem, *O Retornado* n.º 13, 02.01.1976, 14.

⁷⁸ Reportagem, *O Retornado* n.º 67, 18.01.1977, 19.

⁷⁹ Reportagem, *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975, 12.

⁸⁰ Reportagem, *O Retornado* n.º 52, 05.10.1976, 12-13.

Outubro de 1975 foi criada (sob tutela do Ministério dos Assuntos Sociais), a Secretaria de Estado dos Retornados que seria extinta 11 meses depois, com a criação do Comissariado Nacional de Apoio aos Desalojados (CNAD), com o qual se pretendia pôr termo à «fase assistencialista» para se proceder à «integração económico-social» dos desalojados. Aprovada pelo Governo em Outubro de 1976, a sua missão consistia em duas prioridades: a abertura de uma linha de crédito especial e o ‘desotelamento’ (a saída dos hotéis) que ainda não se concretizara.⁸¹

A ordem de saída dos estabelecimentos hoteleiros foi decretada em Conselho de Ministros em Novembro de 1976: os hotéis de 5 e 4 estrelas na área metropolitana de Lisboa teriam de ser desocupados até 31 de Dezembro de 1976 (data em que caducavam os ‘termos de responsabilidade’) e os de 3 estrelas até finais de Março de 1977. Nos 8 dias seguintes à publicação do diploma deixariam de ser pagas as guias de alimentação e de alojamento a «pessoas ou agregados familiares com receitas ou rendimentos próprios iguais ou superiores a 2,000 escudos mensais *per capita* instalados em unidades hoteleiras, similares e alojamentos colectivos».

E como (segundo o documento) a permanência dos desalojados nestes espaços, criando uma «relação de dependência do IARN, contribuía para o enfraquecimento das relações e hábitos de vida familiar, transformando os agregados numa população de assistidos com as características psicológicas a ela inerentes», seria também abreviada a estada nos Centros de Alojamento Temporário (CAT), para os visados tomarem a iniciativa de se instalar definitivamente noutros locais.⁸²

Em finais de Dezembro de 1976 existiam 72.858 alojados por conta do Estado em 1.457 alojamentos.⁸³ Decorridos 4 meses (em finais de Abril de 1977) excediam ainda 54 000.⁸⁴ Constituíam apenas 10% da totalidade dos chegados do ultramar, tratando-se de «uma minoria privilegiada» que custara ao Estado cerca de 10 milhões de contos.⁸⁵

A partir de Setembro de 1977 ficariam nos CAT somente idosos, incapazes (incapacitados), deficientes, órfãos sem família, menores sozinhos, viúvas, mulheres separadas e mães solteiras sem trabalho, caso tivessem menores a seu exclusivo cargo.

⁸¹ A Secretaria de Estado foi criada pelo Decreto-Lei nº 584-B/75, de 16 de Outubro no VI Governo provisório chefiado por Pinheiro de Azevedo. O CNAD pelo Decreto-Lei nº 683-B/76, de 30 de Setembro pelo I Governo constitucional liderado por Mário Soares.

⁸² Relatório de Actividades do IARN..., 36-39.

⁸³ Relatório de Actividades do IARN..., 16, 31-36.

⁸⁴ Despacho confidencial do director do CND, 3A/77, 04.10.1977, Cx315, IARN, AHU.

⁸⁵ Dos 10 milhões referidos, 7 milhões teriam sido gastos em 1976 com as custas de alojamento de 16% da totalidade de ‘retornados’ e 3 milhões com os 12% ainda alojados em 1977.

População activa e adidos não colocados poderiam requerer um subsídio de integração de prestação única, estimado entre de 25 a 40 contos por agregado familiar que, segundo o director do CNAD, constituía «de facto, mais um privilégio», dada a quase totalidade deste colectivo nunca ter recebido tanto dinheiro do Estado de uma única vez. Punha-se, deste modo, termo definitivo a «uma situação insustentável e até mesmo imoral face à generalidade dos desalojados e à população residente carenciada».⁸⁶

A medida provocou, naturalmente, o desagrado generalizado nos beneficiários. As diferentes reacções discursivas revelam que quem se encontrava alojado em instalações com um maior grau de comodidade interpretou a decisão como mais uma sonegação de um direito por parte de um Estado que nunca zelara pelos seus interesses. Quem estava em espaços colectivos onde as condições de habitabilidade eram precárias, medíocres e nalguns casos sofríveis manifestou 2 tipos de reacções discursivas: de revolta e insulto – por quem se sentiu ser ainda mais penalizado com a saída obrigatória dos alojamentos e de resignação e humildade – por quem se sentia grato pela assistência prestada, mas compreendia que tal situação não poderia perpetuar-se, ainda que a nova realidade acarretasse dificuldades acrescidas. Como exemplificam as duas missivas seguintes.

Um dos 123 portugueses de África alojados (em 24 quartos) num lar em Almada (onde chegaram a estar 350 pessoas) aceitara o subsídio de integração de 30 contos por casal mais os 1,000 escudos concedidos por cada filho. Ao ser cancelado o alojamento pago pelo Estado a quem recusara o abono de integração ou já recebia subsídio de desemprego, a quem estava nesta situação o alojador dispôs-se a arrendar um apartamento por 6 contos (sem gastos de água e de electricidade), tendo posteriormente recusado firmar os contratos, alegando que os potenciais inquilinos não garantiam ter solvência suficiente para pagar a renda mensal. Quem ficou neste Lar de Almada foi alvo de cortes no abastecimento de água e de electricidade e de «ameaças físicas, insultos e palavras obscenas» por parte do proprietário. Concluindo o signatário que além de explorados pelos alojadores e ‘abandonados’ pelo Estado, eram «atirados para a miséria e para a rua», sem ninguém os escutar ou se preocupar com as suas carências, sendo ainda «insultados como apátridas no nosso País».⁸⁷

Em Outubro de 1977 viviam no antigo sanatório da Covilhã 500 desalojados, 280 dos quais crianças. Numa carta colectiva, 29 destes adultos (chegados de Angola em Março de 1976) referiam ter gasto os 5 contos à chegada em agasalhos para enfrentar a

⁸⁶ Despacho confidencial do director do CND, 11.10.1977, Cx398, IARN, AHU.

⁸⁷ Carta da Liga de Apoio aos Refugiados de Angola ao PR, Feijó, 11.02.1978, 2-5, CC3513, AHPR.

invernia da Serra da Estrela. Segundo mencionaram, as privações e a falta de condições de higiene do casarão tinham sido superadas pela «tenacidade e a vontade de sobreviver [...] com a cooperação e o trabalho de todos». Mas mais difícil se afigurava a integração nas comunidades vizinhas, onde até poderiam trabalhar não fosse a aldeia mais próxima distar 6 quilómetros do sanatório e não haver transporte público rodoviário. Avisados que a evacuação e o fim da alimentação gratuita ocorreria em breve, pediam ao IARN que lhes fosse permitido ficar até à estação quente, ou seja, até à Primavera de 1978.⁸⁸

As condições nos alojamentos por conta do Estado começaram a deteriorar-se a partir de meados de 1976. Os alojadores reclamavam junto do IARN que, devido à subida dos preços, as despesas ultrapassavam em muito a mensalidade que recebiam por pessoa. Não sendo a diária aumentada à taxa da inflação, a redução de custos seria obtida pela redução nos produtos consumíveis e na prestação de serviços, dando azo a alterações frequentes, em que os alojados se queixavam de não serem tratados como hóspedes, mas como indigentes e arruaceiros que reclamavam sem razão.

As queixas sobre a qualidade da alimentação eram as mais frequentes. No parque de campismo de Lagos (onde estavam 600 desalojados) incidiam sobre a composição das refeições: ao pequeno-almoço, um pão (por vezes duro) com uma noz de margarina, um copo de leite bastante aguado (quase sem açúcar) e sem nunca ser servido sumo, pão com doce, mortadela ou queijo. Era ainda referida a pouca quantidade servida, a ementa consistir quase invariavelmente em peixe cozido com batata cozida (sem vegetais, azeite nem vinagre), a sopa azedar com o calor e a sobremesa alternar entre maçãs e laranjas. Por fim, a falta de higiene denunciada ao repórter era atribuída à distribuição dos alimentos à mão (sem luvas), à sujidade do chão e das mesas do refeitório e às doenças do foro gastro-intestinal que amiúde se verificavam.⁸⁹

Na sequência da queixa apresentada por um signatário hospedado numa pensão de Cascais com outros 36 alojados, o inspector do IARN anotou as reclamações: falta de papel higiénico e de higiene no acondicionamento dos alimentos, peixe estragado servido durante 3 dias, ementa quase sempre à base de massa, arroz, feijão e salsichas, sem legumes, para além de uma quantidade elevada de água colocada no leite. O signatário escrevia ainda já terem escutado o estalajadeiro dizer à cozinheira: «Para estes gajos qualquer m... serve, desde que não morram».⁹⁰

⁸⁸ Comissão de Desalojados da Covilhã, 17.10.1977, CC1850, AHPR.

⁸⁹ Reportagem, *O Retornado* n.º 78, 05.04.1977, 21.

⁹⁰ Carta dactilografada, 12.07.1980, 2-4, Cx298, IARN, AHU.

O Departamento de Alojamentos do IARN reconhecia ter-se verificado, sobretudo no ano de 1977, uma redução significativa na qualidade dos serviços que se traduzia «nas sucessivas lamentações» provenientes de vários pontos do país. As respeitantes à alimentação versavam a repetição das ementas e a supressão do vinho às refeições que criara nos desalojados – sempre tendentes à vitimização, segundo era referido – «um sentimento de abandono e simultaneamente de revolta». Quanto à sobrelotação dos dormitórios (em quarto ou camarata) era respeitada a área de 3 metros quadrados por pessoa. Mas como, «por necessidade e razões de segurança», os alojados colocavam dentro dos seus aposentos tudo o que possuíam (malas de porão, fogões, frigoríficos, televisores, mesas, cadeiras e muitas vezes até animais domésticos), o espaço disponível tornava-se exíguo.

Por a evacuação ser recusada por muitos alojadores (que não queriam perder os montantes recebidos do Estado), mas também por muitos alojados (geralmente por receio de serem colocados em locais muito distantes dos centros urbanos), o relator do processo de averiguações considerava inevitável que a falta de lucro fosse compensada com a «degradação da qualidade de vida dos utentes, nomeadamente em menor limpeza, restrição dos banhos quentes, deficiências na iluminação, adulteração de produtos (leite, azeite e óleo), não conservação das instalações, etc.»⁹¹

O cenário previsto pelo relator do IARN viria a concretizar-se. A redução de custos por parte dos proprietários dos alojamentos reflectiu-se numa qualidade inferior da alimentação (no acrescento de água à sopa e em refeições à base de enlatados), no racionamento dos consumos energéticos (água, luz e gás) e numa maior negligência com a manutenção dos espaços, através da não-reparação de avarias (canalização, autoclismos, torneiras, tomadas eléctricas) ou na reposição de certas peças, como lâmpadas fundidas. Como espelha a denúncia do presidente da Junta de Freguesia de Camarate (em Loures) às condições muitíssimo precárias que o proprietário de um Lar impunha a cerca de 600 desalojados: os dormitórios serviam também de sala de jantar e de cozinha, placas de madeira dividiam os quartos onde dormiam adultos e crianças da mesma família, à noite a electricidade era cortada num dos edifícios, muitas casas de banho não funcionavam, as torneiras não eram reparadas, a pressão da água só permitia

⁹¹ Parecer do Departamento de Alojamentos, 15.03.1979, Cx366, IARN, AHU.

duches nocturnos e era nauseabundo o cheiro dos latões com lixo e restos de comida apenas despejados de madrugada.⁹²

Numa condição de dependência

O desconforto psicológico de se estar num alojamento temporário (de maior ou menor comodidade), por vezes, por períodos prolongados até se conseguir um domicílio próprio contribuiu para a interiorização de se ser desalojado na metrópole, propiciador de um estado angustiante.⁹³ A permanência em espaços cedidos e a dependência de auxílios estatais ou familiares foram especialmente traumatizantes para quem tinha de prover às necessidades dos familiares a seu cargo (filhos menores, pais e avós) sentindo-se responsável pela situação precária em que se encontravam. Apelidados oficialmente como chefes de família eram na sua maioria homens, mas também milhares de mulheres que aportaram a Portugal com filhos, mães, sogras e irmãos menores de idade, mas sem o parceiro ou cônjuge.

A interdição à transferência das poupanças depositadas em África (facto que muitos nunca aceitaram) conjugada com a escassez de trabalho catapultou parte deste colectivo para uma condição de dependência que foi percepcionada como ‘mendicância’ (na expressão de ter-se de andar de ‘mão estendida’ à caridade) que, contrastando com a autonomia económica anteriormente detida, reflectiu-se em manifestações discursivas de desespero, amargura e comiseração, mas também de ressentimento, rancor e revolta.

A inércia forçada com que muitos se depararam na metrópole (onde se estimava existirem 300 000 desempregados antes do êxodo) e o confrangimento de depender de outrem foram interpretadas como consequência directa de terem sido impedidos de resgatar o património pecuniário detido nas colónias, o que tendo certamente dificultado uma integração mais célere desta imensa massa humana desocupada, constituiu um dos maiores óbices (senão o maior) à conciliação com o passado recente.

A grande maioria destes desalojados nem sequer conseguir trazer consigo os seus recursos e vive agora, por isso, à beira da miséria, envergonhado, marginalizado, exausto e vencido, pela triste consequência de uma péssima descolonização, de que não teve a menor culpa.⁹⁴

⁹² Carta do presidente da Junta de Freguesia de Camarate ao PR, 19.01.1979, CC600, AHPR.

⁹³ Ver na introdução referência à verificação de Kai Erikson de que desalojados por períodos prolongados evidenciavam mais tristeza, desespero e pânico.

⁹⁴ João Baptista N. das Neves, *O Retornado* n.º 68, 25.01.1977, 22.

Tenham os testemunhos sido extraídos de um jornal que os acarinhava – cartas de leitores cuja audiência era maioritariamente constituída por compatriotas de África – ou das missivas enviadas a governantes e responsáveis administrativos (que não se destinavam a ser publicadas), todos contêm o mesmo queixume pelas perdas materiais ocorridas com a descolonização.

Presente em testemunhos femininos e masculinos, o queixume é evidenciado por evocadores mais escolarizados num discurso abundante em recursos estilísticos e metáforas, em que, por vezes, a vitimização é substituída e camuflada ou (em sentido inverso) acentuada por uma linguagem irónica, mordaz ou sarcástica, e um certo despeito. Os menos instruídos procedem a uma exposição marcadamente dramatizada, de padecimento e comiseração, através de vocábulos simples e erros de ortografia. Como no testemunho de um pai de 4 menores, cada vez «mais aflito» por não ter «nem habitação para meter a minha família, nem qualquer emprego para a poder amparar».

Fomos roubados e expoliados de todos nossos haveres [...] e obrigados a fugir de Moçambique [...] não temos culpa de tudo o que aconteceu com a independência e de não haver sergurança alguma». Afirmando ainda que, em Portugal, os filhos não encontraram liberdade, mas «sofrimento, fome, frio e tristeza».⁹⁵

O mesmo dramatismo é detectável nas palavras de uma mulher já de idade, cujo marido (trabalhador rural) ainda se encontrava a trabalhar na África do Sul, de onde enviava algum dinheiro para a construção de «um buraquinho» (uma casa), um ensejo que se afigurava de impossível realização dado o preço do metro quadrado de terreno na metrópole. Afirmando que no regime anterior «só os funcionários do Estado é que eram filhos de Portugal» passando-se o mesmo após o 25 de Abril, recebendo adidos e outros assalariados apoios do IARN e nada quem vivia por conta própria, a signatária queixa-se de não ter «o socorro de ninguém», ameaçando ir para a porta do Palácio de Belém:

... ou me matam ou me mato [...] e o Governo Português será o responsável pela perdição das almas e dos corpos que se encontram desorientados neste desgraçado país que só serve para manter gente com fome e para me matar a mim com a enxada nas mãos desde manhã à noite para ganhar 100\$00 por dia que não chega para pão quanto mais para uma casa.⁹⁶

⁹⁵ Carta ao PR, Ramalho Eanes, Odivelas, 14.12.1979, 1-3, CC600, Cx93, AHPR.

⁹⁶ Carta ao PR, Ramalho Eanes, 22.11.1979, 1-3, CC600, vol.88, AHPR.

Nascido em 1915 em Figueiró dos Vinhos e radicado desde 1953 em Moçambique onde permaneceu 22 anos, um homem descreve os bens que alegadamente lá possuía: uma fazenda de 331 hectares criada «a partir de uma selva virgem», onde plantara palmas, café, caju, sumaúma⁹⁷, bananas e ananases, um pomar e uma horta (referindo as respectivas áreas), onde construíra uma casa de alvenaria coberta por telhas de fibrocimento, armazéns, currais e dependências para o pessoal. Afirmando ter chegado a Portugal sem nada, relata que as várias entidades públicas a que se dirigiu disseram-lhe «‘para esperar que melhores dias viriam’ e assim foi decorrendo o tempo». Entretanto, vendeu «uns bocaditos de terras que havia herdado» dos pais, vivendo dessa transacção até receber (em Dezembro de 1979) a pensão de velhice que considerava insuficiente tendo em conta o património que possuía em África: «Não tiveram em consideração nada do que me haviam feito perder». Não lhe parecia «ter sido uma forma justa, social e democrática de dar solução a um caso tão grave e humano», considerando que o Estado português se comportara como «Pôncio Pilatos».⁹⁸

Uma «mãe aflita», de 52 anos de idade indagava, por sua vez, em carta dirigida ao primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, quando seria realizada a transferência do dinheiro deixado pelo filho em Moçambique e se os netos teriam de continuar a dormir no chão: «Somos uma família honesta, somos o povo, o povo de quem tanto se fala».⁹⁹ Tendo-se radicado em Angola em 1963, um homem de 35 anos de idade refere ter sido obrigado a fugir lá deixando as poupanças de 12 anos, solicitando, por isso, ao Estado português que procedesse ao transporte do camião com atrelado que deixara em Luanda, pagando ele o frete com dinheiro emprestado. Não pedia «impossíveis», mas apenas a restituição daquilo a que julgava ter direito.¹⁰⁰

A indignação pelas perdas materiais não só não se esbateu na metrópole como parece ter sido acentuada pela sensação de parasitismo e de imprestabilidade sentida, sobretudo por quem tinha menos qualificações ou mais idade, manifestando-se alguns deles amargurados por em Portugal ninguém os contratar. Um camionista nascido na Guarda, «com 40 anos de estrada», escreveu que desde que chegara de Angola «passava muito mal e dormia mal, por não ganhar o suficiente» e não arranjar trabalho. Tendo ido ao centro de emprego diziam-lhe que o problema eram os muitos anos de vida que já

⁹⁷ Sumaúma, nome dado à fibra da planta tropical também conhecida por mafumeira ou algodoeiro.

⁹⁸ Carta ao PR, Ramalho Eanes, Coimbra, 16.09.1980, 1-3, CC600, Cx46, AHPR.

⁹⁹ Carta ao PM, Vasco Gonçalves, 13.06. 1975, Cx264, IARN, AHU.

¹⁰⁰ Carta ao PR, Costa Gomes, Seixal, 15.10. 1975, Cx317, IARN, AHU.

tinha, o que lhe suscitou o seguinte desabafo: «Em Angola não olhavam à idade, é só aqui neste país».¹⁰¹

A angústia de não encontrar trabalho surge associada à sensação de se ter sido ‘empurrado’ para um estado perene de inutilidade, sendo-se visto como um pária pela sociedade, traduzida num descorçoamento anímico e uma desolação psicológica muito acentuada, de configuração traumatizante, como se detecta no discurso seguinte:

Não sei por onde começar, mas faço-o com um desgosto profundo, de um viver amargurado, de um viver miserável, de um viver que só Deus sabe quanto nos custa, para enfrentar esta vida, esta incerteza, esta desconfiança e esta falsidade. Tenho vergonha do mundo, tenho vergonha de mim mesmo, de ver uma vida arruinada, uma vida destruída, sou um pobre, [...] estou a viver do subsídio que me foi destinado pelo IARN mas há 4 meses que não se lembram de nós [...] Ando para aqui a viver nesta solidão, desprezado e abandonado. Desde que vim de Luanda andei todo o precioso tempo à procura de um emprego, desde o Porto, de onde sou natural, até Lisboa e nesta ilha Terceira, pois ainda não encontrei e não sei como o conseguir. Estou cansado desta vida.¹⁰²

Um ex-mecânico de tractores e de motores industriais em Angola, com 54 anos de idade, lamentava-se por – tendo 2 filhos menores para alimentar e para acabar de criar com 12 e 5 anos de idade –, não receber qualquer apoio nem o subsídio de desemprego e ninguém lhe dar trabalho, por estar «fora da idade». Num registo discursivo do trauma questionava se teria de «ir roubar» para dar de comer aos filhos. Acrescentando:

Em Angola tinha os meus camiões, a minha casa, tinha o futuro dos meus filhos e a minha velhice e aqui estou considerado um sêr morto. Eu não concurrei nada para a minha desgraça, alguém é culpado menos eu, só quero trabalho compatível com a minha profissão.¹⁰³

Também de Angola de onde chegou em 15 de Junho de 1975, um homem de 55 anos de idade dizia estar «já farto de procurar trabalho compatível» com a sua idade: «É triste ter um lugar bom em Angola e ver-me agora nestas circunstâncias».¹⁰⁴ Da mesma forma que um homem de 59 anos, que se reclama «desalojado de Angola», onde viveu 24 anos, menciona ter deixado as economias e uma fazenda em Seles com pecuária, café, girassol, feijão, entre outras culturas. Regressado a Portugal no dia 24 de Outubro

¹⁰¹ Carta ao PR, Ramalho Eanes, 28.07.1982, CC600, vol. 2-A, AHPR.

¹⁰² Joaquim Coelho, Angra do Heroísmo, *O Retornado* n.º 37, 22.06.1979, 20.

¹⁰³ Carta ao PR, Ramalho Eanes, Faro, 07.01.1980, 1-2, CC 600, Cx41, AHPR.

¹⁰⁴ Carta ao director do IARN, Mira, 27.10. 1975, Cx264, IARN, AHU.

de 1975 dizia estar «praticamente na miséria» por não encontrar trabalho e ser difícil ainda o vir a arranjar, porque (escreveu) «com esta idade a pouco posso aspirar». Tendo a seu cargo a mulher, o filho e uma neta mestiça de 2 anos de idade, sintetizou o estado de espírito do agregado familiar: «Estamos todos desmoralizados».¹⁰⁵

Numa longa carta (reproduzida em 3 colunas de jornal), um homem de Angola – que assinou *Um milionésimo de farrapo humano* – questionava por que motivo o Estado não divulgava «quais são as oportunidades possíveis para finalmente fugirmos do lodo em que estamos dolorosamente atolados?» Escutara na rádio e na televisão que alguns países estariam dispostos a receber emigrantes portugueses, mas não sabia se neles se incluíam os ‘retornados’, muitos deles (segundo escrevia) com cheques do bancos das colónias no bolso, mas sem puderem comprar pão, por o escudo ultramarino não ter qualquer valor em Portugal.¹⁰⁶ Tendo regressado de Moçambique em Abril de 1976, após de 20 meses sem encontrar trabalho, um beirão desalentado diz só querer deixar Portugal e fixar-se noutra destino onde esquecesse tudo o que passara:

Estou saturado [...] É uma situação desesperante! Estou sem emprego, sem habitação e a comer à custa deste e daquele. Gostava de abandonar Portugal e deixar tudo isto. [...] Quero ir para o Brasil [...] Ficar aqui será morrer aos bocados. Fui roubado e perdi tudo. Pretendo ir para bem longe, pois preciso de esquecer todo o mal que me fizeram».¹⁰⁷

O recurso à emigração foi a solução encontrada por uma minoria masculina que o IARN incentivou a partir de meados de 1976, atribuindo a cada emigrante voluntário 20 dólares para a compra da passagem aérea. Segundo o IARN dos 33 destinos escolhidos, 5 colheram a preferência da quase totalidade destes homens: Brasil (77%), Canadá e EUA (6,3% para cada país), África do Sul (3%) e Venezuela (1,7%).¹⁰⁸ No entanto, nem todos os que pretendiam emigrar obtiveram uma resposta favorável ou suficientemente célere. José Sena Fernandes, natural de Macau que estivera domiciliado em Angola, encontrando-se em Portugal há ano e meio referia estar «a viver com dificuldades e sem esperanças de poder resolver a situação». «Nunca passei tão mal como agora! Ninguém nos ajuda e só encontramos dificuldades, umas atrás das outras. Parece incrível! Estou farto!» Como a mulher era parteira queriam emigrar para os EUA, mas há mais de 1 ano

¹⁰⁵ Manuel Diogo Correia, Vernide, *O Retornado* n.º 68, 25.01.1977, 23.

¹⁰⁶ Sem nome, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1977, 20.

¹⁰⁷ António de Farias, Beira Alta, *O Retornado* n.º 70, 08.02.1977, 23.

¹⁰⁸ Relatório de Actividades do IARN..., 3, 23.

que tentavam sem sucesso, por as quotas para os macaenses serem poucas e já estarem preenchidas; o IARN não solucionara o seu problema e, segundo afirmava, «o Governo português parece que também não quer saber dos ‘retornados’». ¹⁰⁹

De facto, o Estado português não se encontrava convenientemente preparado para responder às consequências do êxodo da descolonização. Como apontou o director, a ineficácia demonstrada pelo IARN deveu-se à «falta de previsão no fenómeno e inexistência de estruturas para lhe fazer face com um mínimo de adequação». Não tendo sido «dimensionado nem capacitado» para dar resposta à dimensão e complexidade dos problemas surgidos, durante todo o ano de 1975 e nos primeiros meses de 1976 funcionou sob o signo da ‘emergência’ [...] assoberbado com tão numerosas e urgentes solicitações», em que a necessária estruturação «passou a ser letra morta». ¹¹⁰

Quem precisou de requerer auxílios estatais deparou-se invariavelmente com longas filas de espera no atendimento presencial e delongas de meses na atribuição e envio dos cheques, acentuando as dificuldades de quem não tinha outros recursos para prover a necessidades básicas e desabafos ressentidos por quem se sentia injustiçado e indignado pelo tratamento que lhe era prestado pelas entidades públicas.

Sabes dizer-me que devo fazer para conseguir uns míseros tostões para dar de comer aos meus filhos? Pelo IARN leva semanas ou mesmo meses. É lamentável pois a maior parte destes retornados não têm uma mísera moeda com que possam comprar seja o que for e vão aguardando com o estômago vazio que a burocracia do IARN se lembre de considerar o seu caso e distribuir-lhe um magro subsídio. Será que os auxílios dos estrangeiros ainda não foram distribuídos? Ou já foram utilizados para outros fins? ¹¹¹

Encontrando-se os serviços concentrados em Lisboa, no ano de 1975 o IARN possuía 3 delegações regionais (Porto, Funchal e Leiria), as restantes abriram durante o ano de 1976. ¹¹² E a cooperação solicitada a organismos locais com o propósito de criar uma rede de atendimento descentralizada nem sempre obteve resposta favorável. Tendo sido contactados os 18 governos civis e as regiões autónomas, «por vezes, as próprias entidades evidenciavam pouca sensibilidade para o problema». ¹¹³

¹⁰⁹ José Sena Fernandes, *O Retornado* n.º66, 11.01.1977, 5.

¹¹⁰ Relatório de Actividades do IARN..., 4-8.

¹¹¹ Rui Candeias, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 23.

¹¹² As delegações de Faro, Viseu, Aveiro e Vila Real abriram em 1976 e a de Coimbra em 1977. Na grande Lisboa (em Outubro de 1976) existiam 11 balcões: Alameda D. Afonso Henriques, Ajuda, Lumiar, Xabregas, Moscavide, Amadora, Sintra, Mira Sintra, Parede, Paço d'Arcos e Estoril.

¹¹³ Relatório de Actividades ..., 60, 71-72. Na Madeira encontravam-se 7.264 desalojados em finais de 1975, mas só 6 pensões no Funchal (das mais modestas) aceitaram recebê-los. O Sindicato da Indústria

Em Maio de 1976, o valor do subsídio de emergência (também designado de apoio à chegada) para o primeiro mês de estada foi definido pelo Governo em função da dimensão do agregado familiar.¹¹⁴ Ficando a Previdência incumbida da prestação dos serviços de saúde e afins e da concessão dos subsídios – de doença, maternidade, por falecimento e pensões de velhice, sobrevivência e invalidez.¹¹⁵ O diploma estipulou que subsídio de desemprego e o abono de família não deveriam ser atribuídos a quem tinha alojamento e alimentação pago pelo Estado através dos ‘termos de responsabilidade’, mas dada a existência entre os recém-chegados de um número de elevado de domésticas (que nunca tinham sido assalariadas), o subsídio de desemprego foi-lhes concedido.¹¹⁶

Todas as requerentes tiveram de mencionar na ficha-inquérito do IARN o meio de subsistência em África, tendo o montante sido diferenciado entre mulheres que estavam sozinhas em Portugal daquelas que possuíam família a cargo. As beneficiárias que disseram ser donas de casa (domésticas) foram distribuídas em 5 categorias, de acordo com o estado civil: ¹casadas com marido ausente, cuja prestação cessava com o regresso do cônjuge; ²solteiras com ou sem filhos, ³separadas, ⁴divorciadas e ⁵viúvas, caso não recebessem uma pensão ou qualquer ajuda financeira do ex-marido ou do pai dos filhos menores.¹¹⁷

Nos casos especiais para a concessão do subsídio de desemprego, os cônjuges de adidos (funcionários públicos) gozavam de um estatuto preferencial.¹¹⁸ Os pedidos de aposentados que tinham trabalhado nas colónias no sector privado seriam analisados casuisticamente, somente seriam aceites os requerimentos de ex-militares que tivessem exercido uma actividade profissional nas colónias antes da incorporação, seriam indeferidos os pedidos apresentados por antigos funcionários públicos que não tinham

Hoteleira recusou colaborar, «alegando o desprestígio que aquelas unidades sofreriam a nível internacional por o turismo ser o principal recurso económico da ilha».

¹¹⁴ Os subsídios de emergência eram de 2,500\$00 por pessoa só, 5,000\$00 por casal, 1,000\$00 por filho maior e 500\$00 por filho menor.

¹¹⁵ O protocolo foi assinado com a Previdência em 20 de Agosto de 1975 e incluía a prestação de consultas médicas, tratamentos especializados, análises e radiografias, próteses, cuidados de enfermagem, termalismo, internamento hospitalar e participação na compra de medicamentos.

¹¹⁶ O valor do subsídio de desemprego consistia em 2,000\$00 por adulto sem filhos, 2,667\$00 por casal quando um dos cônjuges não trabalhava ou mulheres com família a cargo. O abono de família era de 240\$00 por filho e 100\$00 por ascendente.

¹¹⁷ Critérios de atribuição de apoios a domésticas, Maio de 1976, Cx238, IARN, AHU.

¹¹⁸ As mulheres casadas com adidos recebiam 2.000\$00 e 1.334\$00 se tivessem menos de 20 anos de idade e os maridos de funcionárias públicas desempregados 2.667\$00, abono de família e assistência médica, esta última prestada aos que recebessem transferências mensais autorizadas de África superiores a 10 contos ou a 1.500\$00 por membro do agregado.

colocação atribuída em África ou de membros de instituições religiosas – freiras, padres e missionários, a que correspondia a seguinte anotação: «devem pôr-se de lado» – ou pessoas casadas cujo cônjuge já se encontrasse a trabalhar em Portugal.¹¹⁹

Baseando-se a veracidade das situações expostas unicamente na garantia verbal do requerente, em muitos casos não era possível fazer prova do declarado, dada a alegação da documentação comprovativa ter ficado em África.¹²⁰ Era igualmente difícil aferir eventuais rendimentos dos requentes por não haver um acesso em tempo real aos dados constantes em cada organismo público. A oportunidade de obter uma retribuição do Estado por menor que fosse (alguns evocadores aludem às «esmolas» do IARN) por quem se sentia por ele lesado sem ter sido ressarcido, bem como o funcionamento caótico dos serviços e a inexistência «de qualquer sistema de controlo» de processos repetidos ou forjados, deu origem a inúmeras fraudes (perpetradas quer por utentes quer por funcionários) e a ilicitudes involuntárias.¹²¹ As situações mais comuns consistiam em fichas-inquérito do mesmo agregado familiar duplicadas ou triplicadas, pagamentos repetidos e a quem, na verdade, não era ‘retornado, «falsas declarações» e casos em que o mesmo utente apresentava identidades, fotografias, moradas e profissões distintas. Um grande número de cheques foi levantado por familiares dos beneficiários em diferentes contas bancárias e, por vezes, não foi suspenso o pagamento de subsídios a quem já emigrara ou a quem ainda estava em alojamentos pagos.

A falta de funcionários conjugada com a elevada dotação orçamental do IARN e o número também elevado de requerentes era permeável a situações menos transparentes: em Outubro de 1975, com 300 funcionários, o IARN possuía um orçamento anual de 3 a 4 milhões de contos, mas apenas nesse mês tinham sido gastos meio milhão.¹²² O caos dos serviços resultava das milhares solicitações presenciais ou remetidas por escrito. Dezenas de milhares de cartas não eram analisadas nem inseridas nos processos nem eram tratadas milhares de novas fichas-inquérito, «por não se dispor de tempo».¹²³ Entre Novembro e meados de Dezembro de 1975, o IARN recebeu mais de 500 cartas por dia.¹²⁴ Mais de 1,000 eram encaminhadas todos os dias para a Comissão de Análise na

¹¹⁹ Casos especiais, CNAD, Cx314/B14, IARN, AHU.

¹²⁰ A documentação pessoal consistia em certidões de nascimento, de casamento, de habilitações literárias, de contribuições sociais, de exercício de funções no funcionalismo público ou empresa privada.

¹²¹ Relatório de Actividades do IARN..., 17-18.

¹²² Entrevista ao director do IARN, Fernando Cardoso do Amaral, *O Retornado* n.º1, 10.10.1975, 6.

¹²³ Relatório mensal de actividade, 28.01.1976, 2-4, Cx24, IARN, AHU. A

¹²⁴ Calculando a entrada de 500 cartas/dia em mês e meio e contabilizando somente os dias úteis equivale a um total de 16 500 unidades de correspondência.

Rua de São Ciro (em Lisboa), departamento ao qual afluíam diariamente mais de 500 desalojados, e onde (segundo o próprio IARN) crescia o «descontrolo» relativamente ao número de fichas-inquérito e de processos individuais assim como «a ineficácia e a inoperância» do serviço.¹²⁵

A consequência para o utente de tal desorganização poderia ser um dia inútil de espera, descrito em termos caricaturais por um evocador: «Um fulano sai da cama ao ‘cantar do galo’ para ir dar o nome. Elaborada a lista, [o mesmo indivíduo] volta às 18h para a chamada geral e para informar o número que lhe coube. Como atendem uma média de 45 pessoas por dia, o número 450 só é atendido 10 dias depois». Como era obrigatório comparecer diariamente à chamada matinal – porque faltando um dia se era riscado do atendimento – eram dias sucessivos a caminhar para aquele serviço.¹²⁶ E, por vezes, os ânimos exaltavam-se. Como aconteceu num dia de Outubro de 1976: «desesperado de esperar e farto de mendigar», Augusto José Mendes de Sousa (que viera de Moçambique) exaltou-se à porta do n.º 79 da Rua S. Ciro e acabou na esquadra da Praça da Alegria. Vivia com a família numa barraca na Trafaria (Almada) comendo o peixe que, por bondade, os pescadores lhes ofereciam. Esperava há meses pelo subsídio. «Cansei-me. Fartei-me. Perdi a paciência e agora é isto...»¹²⁷

Um outro evocador descrevia em tom dramático como eram passados os dias dos ex-ultramarinos que se encaminhavam para as instalações do IARN para solicitar um subsídio, reclamar pela sua demora ou saber em que ponto se encontrava o seu processo.

Quando se fala dos milhares de retornados, fugitivos ou desalojados, temos de lembrar seus sacrifícios, suportando as incompreensões sarcásticas de uns [...] e longos dias em intermináveis bichas [...] Rostos denunciando esgotamento físico pelos dias consecutivos ali passados. Falta-lhes ânimo pelas horas seguidas de pé sem alimentação condizente com o esforço despendido, para no final dessas mesmas horas, continuarem a ter dificuldades de toda a ordem, quando não são obrigados a voltar no dia seguinte, por não haverem sido atendidos, dentro das horas normais.¹²⁸

Por sua vez, uma mulher que residia com a irmã e afirmava sobreviver «à custa de uns e de outros», dizia-se «desesperada». O processo entrara em S. Ciro, onde passara

¹²⁵ Relatório mensal de actividade, 28.01. 1976, 2-4,Cx24, IARN,AHU. A Comissão de Análise existiu entre Setembro de 1975 e Setembro de 1977.

¹²⁶ Sem nome, *O Retornado* n.º 52, 05.10.1976, 21.

¹²⁷ Reportagem, *O Retornado* n.º 54, 19.10.1976, 12.

¹²⁸ Alberto dos Santos, *O Retornado* n.º 8, 28.11.1975, 2.

«muitas e muitas horas de fome e de frio, em bichas intermináveis», sem naquele momento ainda nada ter recebido.¹²⁹ Enquanto uma mulher acolhida por familiares na Covilhã – que, à chegada a Portugal em Agosto de 1975 recebera 2,000 escudos para ela e o filho de 14 anos e cujo marido ainda estava em Angola –, refere ter-se inscrito no IARN em Setembro ainda esperar em finais de Outubro o cheque para comprar livros escolares e roupas para o Inverno.¹³⁰

A «situação extremamente crítica de incapacidade de resposta» dos serviços era hierarquicamente justificada pela falta de pessoal, de instalações e de material. Separar, numerar e arquivar mais de 4,000 fichas diárias congestionara-os e atrasara bastante o envio dos subsídios de desemprego de Setembro: 40 000 foram processados em finais de Novembro (não sendo a totalidade) e previa-se que os 65 000 a 75 000 referentes a Outubro e Novembro só fossem «inteiramente liquidados em meados de Janeiro de 1976».¹³¹ Diariamente eram remetidos 1,500 cheques, sendo necessário criar 2 turnos para que eventualmente se conseguisse enviar 5,000 cheques/dia em Janeiro de 1976.¹³² O director do IARN reconhecia que a entidade não correspondia às necessidades, sendo «mal compreendida e, tantas vezes insultada» pelos desalojados das colónias, o que (segundo dizia) resultava da «improvisação de meios e de soluções para resolver problemas que deveriam ter sido previstos e planeados no tempo».¹³³

Também a secção de Serviços Sociais (que contava com 44 funcionários) foi criada «sem ter havido planeamento prévio da acção a executar». Sediada na Rua da Junqueira n.º 30 era o local de maior afluência dos desalojados, onde o atraso no envio do subsídio causara longas filas dentro e fora do edifício.¹³⁴ Todos os dias cerca de 700 a 900 pessoas ali compareciam, referindo-se ao seu «caso especial e desesperado» e querendo «a todo o transe» receber os subsídios em falta. Segundo o director, os 8 a 9 funcionários (que em cada turno atendiam o público) interrompiam frequentemente «o trabalho de colegas de outros departamentos para procurar cada processo, que tanto poderia encontrar-se nos milhares que estavam em análise, na contabilidade, na entrada ou na expedição».

¹²⁹ Celeste da Conceição Neves, Cascais, *O Retornado* n.º 74, 08.03.1977.

¹³⁰ Carta ao director do IARN, Castelo Branco, 29.12.1975, Cx264, IARN, AHU.

¹³¹ Relatório confidencial, 24.11.1975, 2-7, Cx239, IARN, AHU.

¹³² Informação, 15.12. 1975, Cx238, IARN, AHU.

¹³³ Resposta do director do IARN ao Despacho n.º 9/75 do Conselho da Revolução, 12.02.1976, Cx12-109, IARN, AHU. Cardoso do Amaral dirigiu o IARN de 14.07.1975 a 22.03.1976 e sucedeu-lhe José Constâncio Moura Portugal até Setembro de 1976 quando Gonçalves Ribeiro passou a director do CNAD.

¹³⁴ Relatório de Actividades do IARN..., 17-18.

A demora excessiva gerava protestos, desacatos e até causou a invasão tentada das instalações, sendo requerida a segurança policial permanente em redor do edifício.

Não há medidas de controlo por diversas formas ensaiadas (guarda policial, formação de bichas, senhas, etc.) que contenham a pressão do público que grita, gesticula, ameaça e violenta a resolução dos seus problemas. Como são impossíveis quaisquer espécies de condições de recepção, o público vai-se aglomerando no átrio de entrada de 9 metros quadrados e a partir de certa altura rompe todas as barreiras, sobe as escadas e surge dentro das salas de trabalho, agarrando-se a qualquer funcionário mais responsável, para que lhe solucione o seu ‘aflitivo’ caso.¹³⁵

A Polícia de Segurança Pública (PSP) registava a «agitação» e «intolerância dos retornados de Angola» que ali acorriam com «os seus problemas prementes», cuja resolução estava «longe de corresponder ao mínimo desejável», devendo-se incidentes e aglomerações «à deficiente organização do IARN, à fraca capacidade de resposta dos funcionários em serviço e ao diminuir constante do rendimento do trabalho». Era frequente impacientarem-se com a morosidade, paralisando o trânsito e havia também «cenas de pancadaria a transeuntes» que ao passarem naquela Rua, os insultavam. No dia 5 de Novembro de 1975 pelas 17h, quando o serviço encerrou, percebendo que mais ninguém seria atendido, a multidão lançou-se «impetuosa e desvairadamente ao portão» que cedeu, tendo os agentes (que foram atingidos por pedras e garrafas) conseguido ainda assim impedir, que alcançasse os funcionários.

Segundo o relatório, o «grave problema» tendia a aumentar, sendo inglório e inútil «o esforço extenuante e esgotante de mais de 12 horas diárias» dos agentes, pois só seria solucionado com o acréscimo de pessoal e o atendimento de, pelo menos, 600 pessoas por dia.¹³⁶ Como «apenas duas escassas centenas» de pessoas eram atendidas por dia, durante a espera os polícias escutavam «lamentações» e «casos reais» de quem para lá caminhava há semanas, sem chegar a ser chamado, fornecendo a PSP por vezes «refeições e até alojamento» a quem por lá pernoitava, até à abertura dos balcões.

Muitos desalojados dormiam ao relento, permanecendo sempre na fila e só dela saindo para irem comer, de modo a serem atendidos à tarde, quando o eram. Em certas ocasiões escutavam-se gritos de mulheres e de crianças no meio da multidão, apinhada em volta do quarteirão, nos passeios e até na faixa de rodagem. Uns queixavam-se de

¹³⁵ Relatório confidencial, 24.11.1975, 2-7, Cx239, IARN, AHU.

¹³⁶ Relatório da 4ª Divisão de Alcântara, Comando Geral da PSP ao chefe de gabinete do Secretário de Estado dos Retornados, 05.11.1975, Cx315, IARN, AHU.

terem fome e manifestavam a sua angústia por serem de localidades distantes, não tendo em Lisboa alojamento nem dinheiro para fazer refeições, outros por serem portadores de doenças, para as quais diziam não ter a assistência médica devida.

Muitos dos que tinham chegado a Portugal entre 1974 e 1975 só tardiamente pediram o subsídio de desemprego. O parecer jurídico solicitado pelo IARN sobre a eventual atribuição retroactiva desta prestação foi favorável. Por uns «se terem bastado a si próprios nos primeiros meses, não só com as economias que conseguiram trazer (ou que já cá tinham) como com alguns bens que transacionaram», tendo outros recorrido ao auxílio familiar que, «de início, lhes foi prestado de boa vontade mas que, com o andar dos tempos, foi atingindo o ponto de saturação e, em muitos casos, de ruptura». Referia ainda que estando o seu pecúlio prestes a acabar e devido «à quase impossibilidade de obter um emprego», muitos desalojados se viam forçados «a tentar, por todos os meios ao seu alcance uma sobrevivência só possível pelo recurso às modalidades de assistência e apoio» do Estado.¹³⁷ O pagamento retroactivo dos subsídios relativos a 1974 e 1975 foi, contudo, rejeitado, por o decreto governamental de Junho de 1976 autorizar que fossem liquidadas apenas as prestações desse ano.¹³⁸

O subsídio era concedido mediante a apresentação da declaração de residência, de difícil obtenção para quem (por vários motivos) mudava frequentemente de domicílio.

Nas portas e janelas das instalações do IARN por toda a Lisboa, encontram-se avisos afixados orientando os ex-portugueses de 2.^a classe com a informação disto e daquilo estar suspenso ou de o direito ao subsídio de desemprego só se verificar depois de apresentado atestado de residência. Como, em muitos casos, os retornados têm de andar de casa em casa e de quarto em quarto, que Junta de Freguesia lhes passa o atestado?¹³⁹

A retirada «com a maior brevidade» dos ‘termos de responsabilidade’ a quem já recebia subsídio de desemprego foi decretada em Abril de 1976. Para o secretário de Estado da tutela, Amândio de Azevedo, continuar a pagar refeições em restaurantes não era «solução»: era financeiramente inoportável, não abrangia as centenas de milhares de desalojados, sendo uma «forma de assistência, profundamente errada e dispendiosa e claramente discriminatória».¹⁴⁰

¹³⁷ Parecer jurídico de Ramiro dos Santos Paiva, 07.09.1976, Cx238, IARN, AHU.

¹³⁸ Resposta a parecer jurídico, 07.09.1976, Cx238, IARN, AHU. A situação de retornado desempregado foi estipulada pelo Decreto-Lei n.º 496-A/76, de 26 de Junho

¹³⁹ Sem nome, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1997, 20.

¹⁴⁰ Despacho do Secretário de Estado dos Retornados, 05.04. 1976, Cx12-109, IARN, AHU.

Na sequência deste anúncio um número elevado de cidadãos não-alojados por conta do IARN correu a solicitar, por todo o país, guias de alimentação «alegando os atrasos no pagamento do subsídio de desemprego e a sua insuficiência económica para fazer face ao aumento do custo de vida». Foram centenas os que afluíram ao serviço de Alojamento, apresentando-se cada vez «mais agressivos e impacientes». E estando-lhes o acesso aos Serviços Sociais praticamente vedado, ali voltavam num «estado de espírito altamente explosivo».¹⁴¹

Os atrasos no envio dos subsídios repercutiam-se em queixas imediatas. Com mulher e 3 filhos, um desempregado referia não receber o subsídio desde Março de 1976. Reconhecia que «anomalias» acontecessem, mas que não pagasse «o justo pelo pecador» porque havia quem (como ele) estivesse necessitado e a afundar-se «cada vez mais no desespero». Pedia ainda desculpa pelas suas palavras, mas sentia-se «aflito e sem saber o que fazer à vida».¹⁴²

A mesma lamentação proferia numa carta uma mulher desempregada: «é apenas do subsídio que vivo, coisa que não vejo há 6 meses». Indignada, perguntava como pagaria a renda da casa e se alimentaria enquanto esperava «pela esmola do IARN». Classificando a situação de «lamentável» e dizendo ser este «o benefício» que os portugueses de África tinham tido com a «célebre descolonização».¹⁴³

A cessação de um apoio estatal (não poderiam ser cumulativos) também causava protestos imediatos e justificações pungentes à sua manutenção. Nestas missivas os signatários assinalam sempre a premência do seu caso, arrogam-se ser mais necessitados que os outros, culpabilizando, em regra, o Estado. Beneficiário de uma pensão de invalidez (de 3,750 escudos), um ex-ferroviário em Angola queixava-se da retirada do subsídio de desemprego, com o qual garantia «alimentação, habitação e vestuário no estritamente indispensável» para ele, a mulher e o filho. Alegando que o valor da pensão não lhe permitia pagar a renda da casa (baixa, mas já estava em atraso) nem comprar mobílias ou roupa de cama (as que usava, dizia, tinham sido emprestadas), propunha trocar a pensão por alojamento pago pelo Estado.¹⁴⁴

Extintas as guias de alimentação em restaurantes ou pensões em Maio de 1976, os desempregados alegavam que o subsídio não suportava as despesas mensais: renda,

¹⁴¹ Serviço de Alojamento do IARN p/director, 05.04.1976, Cx12-109, IARN, AHU.

¹⁴² Manuel da Silva, Lamego, *O Retornado* n.º 52, 05.10.1976, 21.

¹⁴³ Carta ao director do CNAD, Minas da Panasqueira, 20.06.1977, Cx589, IARN, AHU.

¹⁴⁴ Carta dirigida ao IARN, 27.02.1977, Cx589, IARN, AHU.

consumos energéticos e alimentação. Chegado a Portugal no dia 30 de Março de 1976 com a mulher e um filho bebé, um homem com 20 anos de Moçambique dizia viver «de esmolas de familiares pobres», por o IARN não ter onde alojar a sua família e já não pagar as refeições.¹⁴⁵ Zilda Maria Luís de Oliveira (cujo marido falecera na Gabela, Angola) desembarcou com os filhos no dia 24 de Outubro de 1975. Dormiram cerca de um mês num terminal de carga do aeroporto, morando naquele momento (com mais 18 pessoas) no apartamento cedido por um outro desalojado. Em Maio também ficou sem a guia de alimentação, de nada adiantando ter ido a várias dependências do IARN em Lisboa.¹⁴⁶

Como receber o subsídio de desemprego implicava perder o alojamento gratuito, muitos não o requereram. E o seu pagamento não anulou a sensação parasitária de não se ser útil à sociedade por parte de alguns beneficiários. Carlos José Marques Martins ex-proprietário de uma relojoaria em Nova Lisboa, que estava alojado (com 4 filhos e mais 3 crianças a cargo) num hotel algarvio, desabafava: «Aqui estou com ‘as pernas cortadas’. Quero governar a vida e não tenho como. [...] Quero fazer face à minha vida, comprar uns sapatos ou outra coisa e não tenho com quê».¹⁴⁷

Um dos 600 alojados num hotel da Ericeira (de origem africana) lamentava «a infelicidade» em que estavam, numa «situação de parasitas, autênticos estorvos», sendo vistos pelos metropolitanos como «uma peste» que invadira o País. No mesmo hotel, um antigo ferroviário, «fugido de Angola como todos os outros», que tinha «uma família para criar e bocas a pedir pão», disse não ter ficado de braços cruzados à espera da ajuda do Estado. Foi «apanhar uvas, cortar silvas, colher azeitona e fazer buracos para plantar oliveiras» e pedir o subsídio de desemprego (que não menosprezava) apenas quando esses ‘biscates’ acabaram. Mas não se sentia preenchido, como referiu:

Mas o que eu quero é trabalho e não vida parada porque isto não nos conduz a sítio nenhum [...] sou um parasita porque não trabalho, apenas como e durmo. Mas esse não é o meu lema, sou um homem de trabalho e quero continuar a sê-lo. [...] Estamos desesperados e fartos desta vida.¹⁴⁸

¹⁴⁵ António Mendes Nunes, *O Retornado* n.º 46, 24.08.1976, 21.

¹⁴⁶ Sem nome, *O Retornado* n.º 44, 10.08.1976, 5. A signatária foi à Rua da Junqueira n.º 30 e n.º 59, ao edifício *Belo Horizonte* no Restelo, à Avenida Fontes Pereira de Melo e à Rua de São Ciro. Os restantes departamentos do IARN situavam-se no n.º 5 da Rua da Junqueira, nas ruas Luís de Camões e Martens Ferrão, na Avenida António Augusto de Aguiar e na Quinta da Francelha.

¹⁴⁷ Reportagem, *O Retornado* n.º 73, 01.03.1977.

¹⁴⁸ Reportagem, *O Retornado* n.º 17, 30.01.1976, 16.

Assim como um outro evocador negava que os desalojados preferissem viver à conta do Estado a trabalhar: «Os refugiados querem trabalhar, senhores governantes. Não são parasitas. São seres humanos como vós. Dêem-lhes oportunidades de recomeçarem a vida de novo [...] e não precisarão de mais esmolas. Estamos cansados de não fazer nada e a enfraquecer com raiva na angústia de nos julgarmos jamais capazes de trabalhar o resto da vida».¹⁴⁹

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho derivavam essencialmente da escassez de emprego, mas também (segundo alegavam) à oposição dos sindicatos e das comissões de trabalhadores à contratação de ‘colonialistas’, como referem os testemunhos adiante transcritos. Segundo o director do IARN, crendo «nas reiteradas e generalizadas informações» prestadas pelos desalojados, os sectores laborais eram os mais renitentes em lhes dar uma oportunidade. O Instituto recebera várias queixas sobre a recusa ou relutância dos sindicatos em aceitarem a sua inscrição, sendo «idêntica atitude assumida pelo Serviço Nacional de Emprego» e pelos serviços prestadores de cursos de formação acelerada (intensiva). O director referia ainda que a sua «desgraçada situação» coincidira com a crise de emprego no País, sendo, porém, premente que se ocupassem para não enveredarem por «actividades parasitárias, geradoras de vícios e de conflitos sociais».¹⁵⁰

Os entraves à admissão laboral poderiam ser justificados (como o teriam sido, segundo múltiplos testemunhos) pelo preconceito ideológico de serem considerados ‘colonialistas’. Admita-se, porém, que fosse um falso argumento destinado a reservar os lugares aos trabalhadores da metrópole. Um evocador afirma-se mesmo convencido que as contratações dependiam da opção partidária do candidato ao lugar: «Reintegração? Pois basta um indivíduo ter regressado de Angola para que todas as portas se lhe fechem na cara! Uma vez são os patrões por convicção própria ou por temor; outras vezes são as comissões de gestão, os delegados sindicais, etc.».¹⁵¹ Para um outro evocador os patrões não os contratava por receio dos sindicatos que lhes barravam o ingresso em empresas em auto-gestão ou dirigidas por comissões de trabalhadores.¹⁵² Dizendo outro: «Quando há uma colocação que podíamos ocupar, a resposta é esta: ‘Não damos serviço aos retornados porque, senão o resto dos meus empregados entram em greve’».¹⁵³

¹⁴⁹ José António, Porto, *O Retornado* n.º 33, 25.05.1976, 20.

¹⁵⁰ Carta do director do IARN, 16.07.1975, 3,7-10. GB 2376/001, AHPR.

¹⁵¹ António Pires, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 15.

¹⁵² A. P., *O Retornado* n.º 15, 16.01.1976, 4.

¹⁵³ M.E.R., Parede, *O Retornado* n.º 42, 27.07.1976, 21.

Quem não tinha um respaldo financeiro familiar ou do Estado teve de porfiar até encontrar um trabalho, mesmo que consistisse num lugar inferior às suas qualificações ou mal pago. Como um homem que, radicado em Angola desde 1963, enviou a mulher grávida e os 3 filhos para Portugal em finais de 1975, ficando lá ele a trabalhar. Por não poder enviar dinheiro para a família e com a «esperança de recompor a nossa vida desfeita» em Portugal, juntou-se semanas depois ao agregado. Habilitado com o 7.º ano do liceu, carta de veículos pesados e tendo sido durante 15 anos escriturário contabilista, ao não encontrar uma colocação melhor, tornou-se aprendiz numa fábrica de colchões.

Depois de andar de Herodes para Pilatos, que é como quem diz de secção para secção do IARN, cheguei à conclusão que não era dos escolhidos para receber apoio daquele organismo [...]. Desiludido até aos ossos, vim encontrar a família na miséria e atirei-me loucamente à procura de trabalho porque roupa não tínhamos, apoio do IARN não tinha, subsídio de emergência não tivemos, dinheiro... havia a fatura de 5 contos que o Governo português autorizou que trouxesse [...] E trabalho não aparecia também. Pensei em esmolar, mas faltava-me a coragem; pensei em roubar, mas não nascera para isso. Pedi socorro a conhecidos e amigos e até ao presidente da Câmara, mas nada além de boas palavras... Já estava a desesperar quando surgiu uma tábua de salvação. [...] o que interessava agora era sobreviver e o dono de uma fábrica de colchões fez a esmola de me arranjar uma colocação como aprendiz, com o ordenado inicial de 150\$00 por dia. Era pouco para a sustentação de uma casa com 5 pessoas, quase 6, mas que importava isso se não havia outra maneira de evitar morrer à fome?¹⁵⁴

Num registo dramatizado, um outro narrador opina que o desemprego que atingia os que chegavam «a Portugal absolutamente traumatizados e apenas com um saco de roupa às costas» tornava a sua subsistência insustentável.¹⁵⁵ Para o secretário de Estado da tutela, este flagelo social não teria resolução a breve prazo, com a agravante (segundo sublinhava) dos que chegavam «completamente desenraizados, destroçados moralmente, materialmente e fisicamente, com dramas de toda a ordem» também não poderem recorrer ao crédito bancário, na medida em que só era concedido a quem tivesse bens hipotecáveis, que a maioria não possuía.¹⁵⁶

Os principais obstáculos que consideravam colocar-se à sua instalação no País e ao recomeço da vida profissional constituíram as reclamações proferidas nas (poucas)

¹⁵⁴ José Batista, *O Retornado* n.º 85, 24.05.1977, 23.

¹⁵⁵ Luís Filipe Malheiro, *O Retornado* n.º 5, 07.11.1975, 11.

¹⁵⁶ Entrevista ao Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 12-13.

manifestações públicas que realizaram em Portugal. Em Dezembro de 1975 num desfile em Lisboa (do Rossio a São Bento) cerca de 500 pessoas empunharam bandeiras nacionais tarjadas de negro e cartazes com as suas seguintes frases: «Troca da moeda angolana, já» e «Não queremos hotéis/ Sim habitações próprias», em que as palavras de ordem mais escutadas foram: «Queremos trabalho» e «Somos portugueses».¹⁵⁷

Enquanto no comício realizado em Janeiro de 1976, no pavilhão dos Desportos foi exigido transporte para os portugueses que ainda estavam em África (detidos em prisões ou em campos de refugiados de países vizinhos) e pedida a criação de comissões de apoio à emigração e de cooperativas de desalojados bem como linhas de crédito para puderem recuperar empresas falidas.¹⁵⁸

A rejeição de um anátema: ‘retornados’

Os migrantes da descolonização beneficiaram nas respectivas metrópoles de um estatuto político e social que, interdito a cidadãos estrangeiros, lhes permitiu usufruir de um tratamento mais favorável do que gozavam, por exemplo, os imigrantes laborais. Como refere Andrea Smith, foi esta a visão que os poderes instituídos dos Estados descolonizadores tentaram transmitir, alegando que a integração destas populações constituía um dever nacional.¹⁵⁹ No entanto, muitos não se sentiram cidadãos nacionais de pleno direito nos países de nacionalidade.

No caso português, muitos deslocados de África não se sentiram tratados como iguais, declarando quererem renegar a cidadania portuguesa, assim como (em sentido oposto) muitos outros que se sentiam portugueses tiveram dificuldade em comprovar a nacionalidade que desejavam manter. Não obstante as diferentes percepções identitárias, encontra-se muito difundida nas fontes disponíveis a percepção de serem indesejados na Mãe-pátria devido às pré-concepções existentes acerca do seu passado colonial.¹⁶⁰

Se parte deste colectivo já se sentia desconsiderado durante o Estado Novo – patente nas reclamações discursivas de serem tratados como ‘cidadãos de segunda’ –, o rótulo denominativo de ‘retornados’ que passou a designá-los em Portugal foi sentido como estigmatizante por estar conotado com um conjunto de atributos desqualificantes (culturais, sociais e de carácter).

¹⁵⁷ Reportagem *O Retornado*, 19.12.1975, 16.

¹⁵⁸ Reportagem, *O Retornado*, 09.01.1976, 1.

¹⁵⁹ Smith, «Coerced ou Free?», ..., 407.

¹⁶⁰ Num relato verbalizado uma ex-ultramarina de Angola contou a dificuldade de comprovação da sua cidadania por o pai ser de origem cabo-verdiana mas já nascido em Angola e a mãe goesa de nascimento.

Nos testemunhos transcritos no presente subcapítulo, a percepção discriminatória do termo ‘retornado’ manifesta-se em queixume e na negação de uma designação que consideravam desprestigiante. «Para começar és ‘retornado’: o adjetivo é agora vulgaríssimo no vocabulário usado em Portugal e cada vez que o ouço parece-me perceber uma entoação de desprezo nas vozes que o pronunciam».¹⁶¹ «Fala-se muito em ‘retornado’ principalmente quando se pretende diminuir os cidadãos portugueses que foram forçados a abandonar os territórios ultramarinos».¹⁶² «É muito triste ser Retornado, servirem-se de nós para conversas escarninhas, temperadas de calúnias horríveis próprias dos ignorantes que as dizem».¹⁶³ «O termo ‘retornado’ faz-nos sentir mendigos parasitas de uma sociedade».¹⁶⁴

O ‘retornado’ era branco, português e falava a mesma língua, mas diferenciava-se dos metropolitanos pelos hábitos, o vestuário ou a aparência física. Distinguiam-se pelos vocábulos africanos da sua linguagem ou pela indumentária (balalaica e chinelos). Alguns residentes menos esclarecidos julgavam que o ‘retornado’ teria uma tez escura (resultante do clima ou de miscigenação) e um comportamento menos ‘civilizado’ devido aos anos passado em África.¹⁶⁵ Porque alguns aludiam recorrentemente ao património detido nas colónias generalizou-se a ideia estereotipada de todos ostentarem atitudes pouco humildes ou mesmo de sobrançeria.

Como se infere dos testemunhos transcritos, a evocação dos bens possuídos no passado recente poderia ter uma intenção reclamante para justificar o direito a uma retribuição compensatória do Estado, mas também parece ser feita com o propósito de evidenciar que, embora despojados no presente do que outrora possuíam, já tinham sido ‘alguém’ e mereciam ser respeitados. A menção constante ao património recém-perdido era, muitas vezes, ridicularizada pela designação jocosa de ‘tinhas’ ou ‘tinhosos’: «Não é assim que vocês apelidam os ‘retornados’? Eu TINHA em África um prédio, eu TINHA uma roça, eu TINHA uma vida desafogada, eu TINHA trabalho, eu TINHA dinheiro...»¹⁶⁶

¹⁶¹ A. M. Valejo, *O Retornado* n.º 72, 22.02.1977, 23.

¹⁶² Isauro dos Santos, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 7.

¹⁶³ Luís António Fernandes Gomes, Alverca da Beira, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 2.

¹⁶⁴ Luísa Serra, Mem Martins, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

¹⁶⁵ Uma mulher portuguesa, com ascendência em Viseu, revelou num testemunho informal que ao chegar a Portugal ainda jovem, foi alvo de admiração por ter cabelo louro e olhos azuis.

¹⁶⁶ Carlos Alberto, «Crónica da Serra», *O Retornado* n.º 161, 14.11.1978, 3. A autora, embora muito jovem neste período, escutou colegas de escola se referirem a este colectivo como ‘tinhosos’.

Resultante da criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), a categorização de ‘retornado’ não foi bem aceite por conter uma conotação pejorativa e estigmatizante: «Sou aluna do Magistério Primária, filha de Angola, agora com o ferrete de Retornada... Não concorda que esta palavra é degradante? Não seria melhor chamarem-nos refugiados?»¹⁶⁷ Em alternativa ao termo que se tornaria um estereótipo negativo, numa auto-identificação ressentida muitos reclamaram a condição extremada de apátridas, deslocados ou desalojados de guerra, considerando-se também como despojos do império que, com a descolonização, foram ‘entornados’ ou ‘despejados’ num país, onde se sentiam «constrangidos».¹⁶⁸

Identificados pelas autoridades portuguesas no período pós-Revolução de acordo com o seu estatuto de minoria étnica nas colónias (colonos, brancos, comunidade branca ou população de origem europeia), antes da chegada a Portugal foram denominados de desalojados ou deslocados e posteriormente de repatriados e ‘retornados’. Designação que, ao ser adoptada pela comunicação social e nos areópagos institucionais os passou a identificar tanto no País como no estrangeiro, se generalizou no segundo semestre de 1975, tendo perdurado no léxico nacional até ao presente.¹⁶⁹ Como se verifica pela correspondência trocada entre instâncias institucionais, embora fossem designados de desalojados durante a primeira fase da transição pelas autoridades em Angola e em Moçambique, os decisores políticos e administrativos de Portugal já lhes chamavam ‘retornados’.

À semelhança de outros países descolonizadores, o Estado português utilizou um identificativo de conotação mais neutral, a que estava subjacente a ideia de um regresso voluntário à pátria e não de um êxodo ditado por quaisquer factores expulsivos. Não obstante a adopção oficial do termo ‘desalojado’ a partir de Setembro de 1976 após a incorporação do IARN no CNAD – por pressupor um estado social transitório inverso ao carácter definitivo da condição de ‘retornado’ –, o primeiro termo criou raízes e prevaleceu, sendo ainda usado em várias esferas sociais (na opinião pública, nos universos académico, político e jornalístico). Revelando, como refere Frederick Cooper, como o Estado é um «poderoso identificador», porque, embora não crie identidades, «possui recursos materiais e simbólicos para impor categorias».¹⁷⁰

¹⁶⁷ Filomena dos Santos Paulo, Lisboa, *O Retornado* n.º 14, 09.01.1976, 15.

¹⁶⁸ Maria Beatriz Rocha-Trindade, ed., *Sociologia das Migrações*, (Lisboa: Universidade Aberta, 1995), 339. O IARN foi criado em 31 de Março de 1975.

¹⁶⁹ <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/regressados-das-antigas-colonias/>.

¹⁷⁰ Frederick Cooper, *Colonialism in Question: theory, knowledge, history*, (Berkeley, Los Angeles:

A condição de ‘retornado’ definida pelo decreto governamental de 5 de Maio de 1976 (para aferir quem poderia requerer apoios públicos) exigia o cumprimento de 4 requisitos cumulativos: ter nacionalidade portuguesa e domicílio permanente numa colónia africana, carecer de um dos auxílios previstos e ter chegado à metrópole depois de 1 de Setembro de 1974.¹⁷¹ Não sendo estabelecido um limite temporal a jusante, em Outubro de 1976 foi estipulado que poderia solicitar apoios estatais quem tivesse aportado até 30 de Novembro desse ano. Prazo que foi prorrogado até 31 de Julho de 1977 mas apenas em 2 casos: para quem tivesse sido impedido de deixar as ex-colónias antes do dia 30 de Novembro de 1976 – quem estivera em campos de acolhimento (na África do Sul, Zaire e Zâmbia) ou detido em Angola ou em Moçambique – e para quem tivesse sido forçado a abandonar os Estados independentes após essa data, «por motivos independentes e estranhos à sua vontade».¹⁷²

Se institucionalmente ‘retornado’ era quem chegara a Portugal entre Setembro de 1974 e Julho de 1977, o termo passou a abranger todos os que chegaram das colónias (fossem ou não requerentes de apoios públicos) e a ser uma denominação diferenciadora dos portugueses da metrópole. Por outro lado, ao associar-se a chegada de África a uma presuntiva necessidade de ajuda financeira do Estado, foi indiferenciadamente associado este colectivo a uma condição de dependência subsidiária. Segundo o IARN cerca de 350 000 portugueses pediram subsídios, o que corresponderia a quase $\frac{3}{4}$ do quantitativo total aportado.¹⁷³

Nos primeiros anos de fixação, para muitos portugueses de África ser ‘retornado’ representava um anátema de natureza política (eram colonialistas e reaccionários) cuja valorização moralmente depreciativa era sentida como injuriosa e ofensiva. O termo era sinónimo de ter-se sido cúmplice do colonialismo a que se somou a imputação de serem ‘parasitas’ na sociedade portuguesa (por terem alojamento e refeições pagas pelo Estado), representando um encargo avultado para o erário público, como evidenciam os testemunhos transcritos.

University of California Press, 2005), 72.

¹⁷¹ Relatório de Actividades do IARN, Comissariado Nacional de Apoio aos Desalojados (CNAD), vol.2, 30.06.1979, AHU.

¹⁷² Relatório de Actividades do IARN,..., 107-109. A última prorrogação foi fixada pelo Decreto-Lei n.º 209/77 de 26 de Maio. Muitos portugueses que não renunciaram à nacionalidade foram expulsos de Moçambique 2 anos após a data da independência, em Junho de 1977, correspondente ao abandono forçado a que se refere o diploma identificado nesta nota.

¹⁷³ Relatório da Comissão de Análise do IARN, Abril de 1977, 4. IARN, Cx239, AHU. Nesta data, o ficheiro onomástico do IARN continha 350 000 fichas relativas ao chefe do agregado e a todos os membros da família maiores de 14 anos.

A rejeição do termo resultou na reclamação de 3 auto-percepções identitárias: uma de distanciamento da portugalidade aliada ao exacerbamento da sua africanidade, outra de reconhecimento da importância de ambas as culturas e, por fim, de enaltecimento da nacionalidade portuguesa. Esta última evocada, muitas vezes, com o propósito de reivindicar um tratamento igualitário dos metropolitanos. Como refere um jovem de 25 anos de idade que sobre a discriminação de ser ‘retornado’ afirma: «eu sei como soffro».

Somos também, quer queiram ou não, POVO PORTUGUÊS, [...] e não somos aqueles asquerosos seres de que muitas vezes fazem ou querem, fazer sentir. [...] Somos do mesmo sangue, tivemos sempre a mesma bandeira e a mesma ideologia que a vossa. Também erámos fascistas, hoje também temos as nossas tendências políticas como vós, somos de direito portugueses.¹⁷⁴

A recusa em ser ‘retornado’ surge mais vincada nas duas primeiras identificações – no distanciamento da sociedade metropolitana face ao apego a África e na assunção de uma transnacionalidade, de portugalidade com angolanidade ou moçambicanidade. Ambas associadas a uma certa mágoa em relação à ‘Mãe-pátria’ – entenda-se o Estado enquanto aparelho político e administrativo e não a pátria/nação, a que se pertence – ao choque emocional do êxodo e às dificuldades de adaptação a Portugal. Percepções que se traduziram na sensação de desenraizamento referida nalguns testemunhos. Como transparece no relato de um deslocado de África que afirma ter deixado de ter pátria.

Como angolano permita-me que discorde da classificação de retornado. Já me classificaram de desalojado, refugiado e de retornado. Porém, todas estas classificações não correspondem à verdade. O que sou, isso sim é um enjeitado. Sou um apátrida porque os responsáveis assim o quiseram. Encontro-me em Portugal onde me sinto desenraizado, a ser visto como ser repelente, com desdém, só porque acreditava numa protecção que merecia, necessitava e me foi negada.¹⁷⁵

Assinale-se, porém, que se, em muitos casos a desterritorialização indesejada que os tornou ‘retornados’ motivou o sentimento de ausência de pátria – suscitando a reclamação de auto-classificações alternativas em função do estado emocional e do

¹⁷⁴ Rui M. A. Viana, *O Retornado* n.º67, 18.01.1977, 20.

¹⁷⁵ Filipe Costa, Estoril, *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975, 2.

discernimento de cada sujeito – em muitos outros, o êxodo foi equiparado ao episódio bíblico do regresso do filho pródigo à casa paterna.¹⁷⁶

Para além da complexidade inerente à nacionalidade ‘imaginada’ deste colectivo, em Junho de 1975 foram decretados novos critérios de definição de acesso ou exclusão à cidadania portuguesa. Pela Lei da Nacionalidade n.º2098/59 de 29 de Julho ainda em vigor na época todos os chegados das colónias eram cidadãos, dado o diploma estipular (pela prevalência do critério de *jus soli* sobre o de *jus sanguinis*) que todos os nascidos em solo português (do Minho a Timor) eram portugueses.

A Lei conferia a africanos, asiáticos e indianos radicados nas colónias os mesmos direitos dos portugueses por consanguinidade, prevendo-se que suscitasse um fluxo desmedido rumo à metrópole, que (no entender dos governantes) deveria ser evitado. Definidor dos critérios legais de pertença e de exclusão à nacionalidade, o Estado português viria a privilegiar o ‘direito do sangue’ em detrimento do ‘direito de solo’, como refere Sobral por a preponderância do primeiro critério restringir o acesso à cidadania de quem não possui ascendentes.¹⁷⁷

Como assinalam Pena Pires e Filipa Pinho o quadro de integração tornou-se mais restritivo para os portugueses de África sem ascendência europeia pelo Decreto-Lei n.º 308-A/75 de 24 de Junho, ao substituir o regime de *jus solis* em vigor por um regime misto com predomínio do *jus sanguinis*. Face aos riscos de atribuição da cidadania a milhares de residentes em África e à impossibilidade de impor uma selectividade racial, o Governo optou pela perda da nacionalidade como princípio básico. O direito de todos os nascidos nas colónias antes das independências a serem vitaliciamente portugueses – instituído pelo Código Civil de 1867 e aperfeiçoado pela Lei de 1959 – foi sonegado a estes cidadãos com a publicação do diploma de 1975.¹⁷⁸

O regime legal da nacionalidade que deveria ser adoptado foi debatido (em finais de Maio de 1975) pelo núcleo ministerial incumbido de solucionar o problema, que definiu como questões mais problemáticas e de resolução prioritária a reformulação do

¹⁷⁶ As alusões a episódios bíblicos do Antigo Testamento são uma constante – o regresso do filho expulso de casa, ter chegado a Portugal mais pobre que Job, ser expulso da Terra Prometida, comparar-se às 7 pragas do Egipto. Do Novo Testamento é recorrente a referência à deambulação entre Herodes e Pilatos (entidades decisórias do mesmo território mas com opiniões divergentes) e pela desresponsabilização do último na punição de Jesus, associada à desresponsabilização do Estado português.

¹⁷⁷ José M. Sobral, «Racismo e Nacionalismo...», Manuel C. Silva, José M. Sobral, *Etnicidade...*, 117.

¹⁷⁸ Rui Pena Pires, Filipa Pinho, «Políticas de imigração em Portugal», José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud, orgs., *Instituições e Política: Portugal no contexto europeu*, vol. I, CIES-ISCTE, (Lisboa: Celta Editora, 2009), 140-141.

conceito de território nacional, a distinção temporal entre quem passaria a ser português ou estrangeiro, os novos critérios de reacquirição da nacionalidade e a manutenção (ou não) da prevalência da nacionalidade portuguesa em casos de dupla cidadania. Ao ser analisada na Comissão Nacional de Descolonização a concessão da nacionalidade às populações das colónias, um ministro considerou «incomportável» que fosse definida por «critérios políticos» ou que abrangesse «todos os funcionários», rejeitando também o chamado «critério dos sobejos», pelo qual seria português quem não tivesse outra nacionalidade – os naturais das colónias a quem os Governos africanos recusassem a cidadania (por exemplo, os militares que serviram no Exército nacional) e refugiados de países vizinhos (como os catangueses) que também tinham combatido no lado português.

Adoptada «uma orientação restritiva», a cidadania seria recusada a quem tendo optado por outra nacionalidade (africana, indiana, asiática) fixasse residência em Portugal, porque tal opção representaria «uma porta aberta para todos os descontentes» com a situação vigente nalgumas antigas colónias, sendo igualmente negada a apátridas e filhos menores de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Ter domicílio na metrópole em 24 de Abril de 1974 também foi considerado uma via «perigosa» para a concessão da nacionalidade, por permitir «a inclusão de muita gente» oriunda das colónias, sem o país ter «capacidade para tanto». O acesso à cidadania com base num «qualquer prazo mínimo» de residência foi, por isso, descartado.

Sendo consensual a adopção de um princípio restritivo, o ministro Melo Antunes propôs que a nacionalidade fosse atribuída a cidadãos com ascendência até ao terceiro grau (ter um bisavô português), o que ficou consagrado.¹⁷⁹ Pelo Decreto-Lei de 1975, a nacionalidade poderia ser requerida por quem nascera nas colónias até à independência que comprovasse os 3 níveis de ascendência, sendo mantida por quem não a renegasse nos 2 anos subsequentes à data da independência. Poderiam também ser portugueses os estrangeiros e naturalizados cujos pais tivessem nascido nas colónias e casadas, viúvas e divorciadas de um cidadão português e respectivos filhos menores do mesmo.

A nova Lei impediu o acesso à nacionalidade de cidadãos que, considerando-se portugueses, não preenchiam os requisitos exigidos ou não tinham como os comprovar documentalmente. Como um natural de Angola que no Arquivo de Identificação de Coimbra foi informado que não lhe seria atribuída a cidadania caso não comprovasse ter

¹⁷⁹ Comissão Nacional de Descolonização, 28.05.1975, Secreto, 2-7, GB 1777, AHPR. Melo Antunes era então ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que abandonou em Julho de 1975.

um ascendente português de terceiro grau.¹⁸⁰ Em sentido inverso, a uma adolescente nascida em Angola que queria ser angolana foi dito que, «pelas leis de Portugal não tinha nacionalidade alguma», devendo solicitá-la por escrito a Luanda.¹⁸¹

A coexistência de uma identidade administrativa com a sentimental surge bem declarada na problematização de um portuense nascido em 1946, radicado desde 1958 em Angola sem, desde esse período, ter voltado a Portugal. As questões que apresenta são reveladoras da natureza intersticial do sentimento identitário de alguns destes cidadãos: embora nascido no Porto queria «continuar a ser angolano» e não entendia por que teria de optar por uma das nacionalidades, enquanto outros que eram genuinamente portugueses, não o podiam ser por não possuírem ancestralidade genética europeia, não cumprindo as exigências legais de acesso à nacionalidade. Segundo afirma, não era a ascendência (consanguinidade), mas o sentimento de pertença que deveria determinar a nacionalidade porque se os antepassados de uns eram portugueses, outros «foram chegando a Angola, sempre lá viveram e ali nasceram. São angolanos, por conseguinte! Mas perante a lei não têm qualquer outra possibilidade, pois não?»¹⁸²

As rupturas identitárias da desterritorialização de Angola são assinaladas por uma jovem investigadora norueguesa na sua tese de doutoramento, na qual discorre sobre o facto de a descolonização ter provocado uma descontinuidade na associação entre raça, nacionalidade e território existente no período colonial, dificultando o reconhecimento da angolanidade reclamada por alguns portugueses brancos. Para a antropóloga norueguesa que analisou a reclamação de ‘transnacionalidade’ dos brancos de Angola, sendo a africanidade historicamente associada à negritude, a separação entre Portugal europeu branco e «a descartada África negra», levou a que esta dupla vinculação dificilmente pudesse ser reconhecida, ainda que nas suas percepções de lar e de pertença estivessem indissociavelmente ligadas a uma identificação imbricada de angolanidade e portugalidade.¹⁸³ Segundo a autora, a deslocação de África (pátria que deixou de existir) para a Europa estabeleceu uma clivagem entre brancos portugueses e negros angolanos, condição acentuada pelas disposições legais de prevalência da consanguinidade sobre o local de nascimento.

¹⁸⁰ Nestor da Rocha Costa, Portimão, *O Retornado* n.º 81, 26.04.1977, 23.

¹⁸¹ Sem nome, Coimbra, *O Retornado* n.º 40, 13.07.1976, 11.

¹⁸² M.F. P, Porto, *O Retornado* n.º 33, 25.05.1976, 20.

¹⁸³ Cecilie Oien, «Of Homecomings and Homesickness: The question of white Angolans in Post-Colonial Portugal», Eve Rosenhaft, Robbie Aitken, *Africa in Europe: Studies in transnational practice in the long twentieth century*, (Liverpool: Liverpool University Press, 2013), 183-185.

A mesma autora recorre ao modelo das 3 etapas dos ritos de passagem (separação, transição e agregação) para explicar a transnacionalidade reclamada pelos brancos de Angola através da noção de liminaridade (limite entre 2 estados diferentes de existência) presente na segunda fase, tendo uma outra antropóloga cultural aprofundado esta noção de estado transitório (liminar) na sua teoria do «deslocamento etnográfico da ordem nacional das coisas» em populações refugiadas.¹⁸⁴

Se deixar África representou uma ‘amputação existencial’ deveu-se em grande parte à alteração nos referenciais de identidade espaço-temporais deste colectivo na sequência de um êxodo indesejado, sendo esta a definição de «deslocamento etnográfico da ordem nacional das coisas».¹⁸⁵ Embora construída pela «topografia hegemónica» de cada Estado, de correspondência às suas fronteiras geográficas, a ideia de nação contém uma dimensão mais abrangente ao consistir num «sistema de significação cultural» que está intrinsecamente ligado à representação da vida social.¹⁸⁶

Ao analisar o impacto da desterritorialização na construção social das noções de nacionalidade e história, mas também de identidade e inimizade, Liisa Malki defende que a conceptualização de um passado nacional por um grupo agregado constitui uma história particular cujos vínculos morais estão associados a lugares (*topos*) específicos, nos quais se fundamenta a ligação entre pessoas, política e território. Como as narrativas destes colectivos se confrontam com outras ou se envolvem em disputas sobre a história e a verdade é uma questão particularmente desafiante nos refugiados e deslocados.

Por a ideia de nação se basear em espaços e tempos específicos, a autora sugere que não se pense apenas em nacionalismo, mas numa «ordem nacional das coisas» que, ao assentar num contínuo exercício de poder, é dada como garantida. No caso em estudo, a ideia de nação dos portugueses das colónias estava indissociavelmente ligada à dimensão pluricontinental do território e, em particular, à espacialidade africana e à temporalidade histórica a que descolonização pusera fim.¹⁸⁷ Se a ‘ordem nacional das coisas’ consistia na realidade pré-descolonização (em que a portugalidade coexistia com a africanidade), esta ordem desapareceu com o fim do império, com as independências e com a passagem de Portugal a um Estado-nação exclusivamente europeu.

¹⁸⁴ O modelo dos ritos de passagens foi criado por Arnold Van Gennep em 1909, a partir do qual o antropólogo cultural Victor Turner concebeu o conceito de liminaridade em 1967.

¹⁸⁵ Conceito criado pela antropóloga cultural norte-americana Liisa Malkki em 1995.

¹⁸⁶ Homi K. Bhabha, ed., *Nation and Narration*, (New York, London: Routledge, 1990), 1-4.

¹⁸⁷ Em abordagens verbais são recorrentes duas alusões imediatas: o ultramar era Portugal e sobre o êxodo da descolonização: «Foi como se nos fosse tirado o chão debaixo dos pés».

Segundo a autora, é precisamente a posição intersticial dos deslocados no sistema de Estados-nações que faz com que os seus percursos de vida permitam repensar a noção antropológica de nacionalidade e de apatridia através de uma etnografia de interconexões entre memória histórica e consciência nacional. Baseando-se no modelo dos ritos de passagem que acompanham todas as mudanças de lugar, estado, posição social ou idade que se decompõem nas 3 etapas já referidas (de ruptura, indefinição transaccional e reorganização), a noção de estado liminar entre duas existências ajuda a entender as reclamações identificativas deste colectivo e as percepções exógenas que, sobre ele, foram formuladas.

Quando se verificar a desterritorialização de um grupo devido a uma alteração na ordem das nações podem ocorrer, no mínimo, duas possibilidades lógicas: a tentativa do grupo que se encontra em estado liminar se integrar na abrangente ordem nacional para ser considerado como igual, ou a insistência na liminaridade traduzida na recusa em se ser categorizado ou colocado numa única categoria identitária nacional ou numa única trajectória histórica.¹⁸⁸

De um modo geral, este colectivo recusou a categorização de ‘retornado’ que lhe foi aposta na metrópole. Como vimos, após a chegada a Portugal, o estado liminar de existência provocado pelo choque da desterritorialização de África traduziu-se nas já referidas identificações dissociativas de desvalorização da nacionalidade oficial em prol da identificação angolana ou moçambicana, por um lado, e na reclamação (com idêntico orgulho) de ser-se tão português quanto africano (numa transnacionalidade figurada), por outro. Parece, contudo, ser prevalecente o segmento dos que se consideravam portugueses, embora portugueses de África que, partilhando a mesma nacionalidade e identidade dos metropolitanos, sentiram não ter sido tratados como iguais, quer durante o processo de descolonização, quer na instalação em Portugal. Aliás, as acusações (de traição e abandono) e as reclamações de direitos esquecidos ou sonegados mencionadas nos testemunhos, pressupõem que a maioria cria partilhar a mesma identidade nacional que os residentes, constituindo a sua invocação um critério de legitimação das suas reivindicações e posições.

No que concerne à dissensão da trajectória histórica de Portugal é evidenciada por evocadores mais apegados à realidade colonial, que se demarcam das opções históricas recentes – a descolonização, a democratização e a via europeísta. Um discurso que, em

¹⁸⁸ Liisa Malkki, *Purity and Exile: violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*, (Chicago, London: Chicago University press, 1995), 1-7.

regra, se relaciona com o sentimento de indignação e de traição em relação ao Estado português (enquanto autoridade nacional suprema) por entenderem que não cumpriu as obrigações que dele esperavam (antes e depois do êxodo) de protecção e ressarcimento pelos danos sofridos. Neste sentido, a saída de África e a perda de uma estabilidade existencial que julgavam adquirida (e desejavam manter) terão sido determinantes na interiorização de a transferência de soberania ter sido uma ‘entrega’ incondicional, precipitada e desonrosa, assumindo o significado de um crime de lesa-pátria. Como apontou Albert Memmi: «Uma metrópole que se torne democrática [...] ao ponto de promover uma igualdade de direitos, incluindo nas colónias, arriscar-se-á também a abandonar os cidadãos coloniais. Uma tal transformação significaria para o colonialista um assunto de vida ou de morte, um recomeço do seu estilo de vida».¹⁸⁹

Um recomeço de vida num país onde se sentiram estranhos e mal recebidos, ainda que fossem «estranhos internos», por serem brancos e portugueses.¹⁹⁰ Segundo a sua definição mais clássica (a de Alfred Schutz), o ‘estranho’ é um sujeito marginalizado no interior do seu próprio grupo: um migrante ou um recém-chegado, alguém de fora que não foi ‘convidado’ a entrar no lugar a que chegou e que tenta ser socialmente aceite ou, no mínimo, tolerado pelos residentes. Procurando ser integrado – o que é patente na pressuposição do Estado dever promover a sua inclusão: arranjar-lhe trabalho, casa, facilitar o acesso ao crédito, a criação de cooperativas, etc. – representa, no entanto, uma ameaça para os locais, sendo visto como intruso, um forasteiro que não comunga do mesmo padrão cultural da sociedade em que se encontra.

Por ter vivido noutro lugar não atribui o mesmo significado que os locais ao modelo cultural instituído, sentindo-se, porém, forçado a incorporar as práticas de vida vigentes na sociedade onde se encontra, de modo a ser aceite. Conhecedor de 2 modelos culturais de vivência (o passado e o presente), é acutilante nas apreciações comparativas entre a sociedade de proveniência e a da recepção e dada a sua experiência sabe que os padrões culturais são realidades relativas que se alteram por factores alheios à vontade individual. Ciente de que deve aceitar as normas estabelecidas também tem consciência que incorporá-las não significa ser reconhecido como igual e confronta-se amiúde com a discrepância entre a sua situação presente e o acolhedor mundo do seu passado.¹⁹¹

¹⁸⁹ Albert Memmi, *Portrait du Colonisé précédé par Portrait du Colonisateur*, (Paris : Payot, 1973), 92.

¹⁹⁰ Lubkemann, «Race, Class and Kin... »..., 76.

¹⁹¹ Marinus Ossewaarde, «Cosmopolitanism and the Society of Strangers», *Current Sociology*, 55, 2007, (3), 367-388. O autor discorre sobre a tipologia do ‘estranho’ que foi criada por Alfred Schutz em 1944.

Permitindo a abrangência e plausibilidade deste conceito a sua aplicação a casos de estudo distintos, traduz genericamente o estado de espírito destes portugueses que, na fase inicial em Portugal se sentiram inadaptados, estranhos ou desafeitos, termo popular mencionado por um professor com 40 anos de carreira: «Inúmeros foragidos chegam aqui e embora muitos nascidos cá sentem-se por factores diversos (incluindo a desabituação biológica, psicológica e anímica perante o ambiente trocado) desciclados ou, como diria o nosso povo, desafeitos».¹⁹² Alguns evocadores usam também variantes do prefixo ‘retornado’ para, numa recriação semântica, expor a especificidade da sua condição. Como faz uma jovem natural de Moçambique que, recusando o epíteto de ‘retornados’, afirma que poderiam ser considerados ‘transtornados’ atendendo ao que passaram antes da partida e às dificuldades que enfrentavam no presente.¹⁹³

Para um jornalista que veio de África, na metrópole julgou-se que os ‘retornados’ «estavam apenas afectados por um problema de ordem material, ou melhor dizendo, de ordem financeira», tendo sido negligenciado por completo o seu «desajustamento social», pois a maioria sentiu-se abandonada «do ponto de vista moral».¹⁹⁴ Para um homem recém-chegado esse desajustamento social era traduzido pela solidão, desilusão, impotência e descrença profundas que sentia em Portugal. Aludindo ao seu estado psicológico, escrevia na terceira pessoa do singular como se falasse de qualquer ex-ultramarino que se encontrava na metrópole: «sente-se só, desesperadamente só. A sensação de impotência, os sonhos desfeitos e a convicção de que deixaste de poder acreditar em alguém ou nalguma coisa é tão angustiante...»¹⁹⁵

O mesmo evocador esboça (num tom ressentido) o retrato excessivamente atemorizador de Portugal, de modo a enfatizar o choque causado pela passagem de um meio reconfortante em África para uma realidade percebida como profundamente desagradável: «Em vez da segurança, da amizade, da confiança no futuro que foste obrigado a abandonar, estás rodeado de ódio, desemprego, fome e indiferença. Lembra-te, pois, que agora estás num mundo diferente. Um mundo que não conheces e que te é hostil». O signatário descreve ainda o cidadão anónimo como inculto, pouco instruído, ignorante e falho de inteligência: «O homem da rua, o ‘Zé Povinho’ quase tão esperto e ignorante como o Bordalo Pinheiro o criou, ignorando que durante anos viveu à custa do Ultramar (à tua custa, portanto) cruza-se contigo e olha-te com ódio». Enquanto os

¹⁹² *Acusamos...*, 72.

¹⁹³ Milene Gomes, Algarve, *O Retornado* n.º 81, 26.04.1977, 23.

¹⁹⁴ Reportagem, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 4.

¹⁹⁵ A. M. Valejo, *O Retornado* n.º 72, 22.02.1977, 23.

funcionários públicos são apresentados como pouco amistosos, por lhes falarem «com duas pedras na mão».¹⁹⁶

A sensação de abandono terá resultado do deslocamento das colónias e também do facto de se sentirem estranhos, incompreendidos e pouco acarinhados na metrópole, como veremos nos testemunhos transcritos no subcapítulo seguinte. Em muitos deles, a condição de refugiados, desalojados ou deslocados (alternativa ou complementar à de ‘retornado’) mistura-se com estados emocionais do presente discursivo ou anteriores à chegada, que se traduzem em adjectivos motivados por uma acção externa (ainda em África): perseguidos, abandonados, escorraçados, traídos e espoliados, e de gestação interior (já em Portugal): desenraizados, desgostosos, desesperançados, amargurados, desesperados, destroçados, frustrados, ofendidos.

Estranhos e deslocados em Portugal

Geralmente classificados nos estudos históricos como repatriados, os trabalhos de antropólogos culturais e etnógrafos (baseados num contacto directo com as populações) atribuem aos deslocados para a Europa na sequência dos êxodos da descolonização uma natureza mais próxima da que reclamam.¹⁹⁷ Para Andrea Smith, no caso português podem ser, de facto, equiparados a refugiados no país de nacionalidade. Por muitos deles se encontrarem à chegada a Portugal destituídos de identificação comprovativa da sua cidadania, sem dinheiro nem rendimentos, registando-se casos de separações de agregados familiares tanto no período de transição para as independências (devido à guerra em Angola e às detenções em Moçambique) como na recepção na metrópole (por falta de alojamento).

Segundo a autora, se quem trabalha com a objectividade das estatísticas tende a referir-se à sua integração plena nas sociedades das respectivas metrópoles pelo facto de gozarem dos mesmos direitos de cidadania, no decurso dos seus trabalhos de campo os investigadores sociais assinalam, muitas vezes, a persistência de um sentimento de separação da restante sociedade, muitos anos após a chegada.¹⁹⁸ Uma clivagem que foi particularmente reclamada no início da sua instalação em Portugal: «Não, não somos cidadãos iguais aos outros, muito embora assim nos queiram considerar confundindo-

¹⁹⁶ A. M. Valejo, *O Retornado* n.º72, 22.02.1977, 23.

¹⁹⁷ Referimo-nos aos trabalhos dos antropólogos sociais citados como Stephen Lubkemann, Ricardo Ovalle-Bahámon, William B. Cohen, Wim Willem, Andrea Smith e Stuart Ward, entre outros.

¹⁹⁸ Smith, «Coerced or Free?...», 403-404.

nos como ‘retornados’. ‘Retornados’ que não somos. Refugiados que não podemos ser juridicamente. Desalojado talvez o termo mais exacto».¹⁹⁹

A negação de ter sido um retorno é justificada por um evocador com base em 3 argumentos: não foi um regresso devido à «composição racial dos abrangidos»; porque um número considerável nasceu em África, logo não regressou a Portugal, e não ter sido uma saída voluntária, mesmo para quem não sofreu «violências físicas ou assalto aos seus bens pessoais».²⁰⁰ Para este signatário, a ideia obviamente cómoda ao poder político de um regresso circunstancial ainda que numeroso, consistiu numa deturpação «da natureza dos factos», porque embora uma parte fosse natural da metrópole não detinha com ela uma ligação de proximidade, e outra era africana. Sendo, por isso, mais adequado chamar-lhes «refugiados na própria pátria ou quando muito deslocados».²⁰¹

A desterritorialização involuntária é um aspecto recorrentemente referido na refutação de serem ‘retornados’: não regressaram de livre vontade, foram ‘empurrados’ para a metrópole. «Continuamos a ouvir conversas [...] em relação aos Portugueses que, abandonados, indefesos e ameaçados, não tinham outro caminho a seguir a não ser vir para a Pátria mãe. Não continuemos a chamá-los ‘retornados’, devíamos até abolir tal designação, à qual se aliam tantas opiniões injustas e humilhantes». Acrescendo que muitos «dos refugiados do ultramar nem aqui nasceram e nem aqui nasceram os seus avós».²⁰²

Um outro argumento refutativo prende-se com o desajustamento na metrópole devido à incompreensão generalizada do que foi a sua vida em África e das dificuldades que enfrentavam em Portugal, exortando um homem a que os metropolitanos deixassem «de escarnecer de gente honesta e de trabalho, gente traumatizada por acontecimentos cuja origem e explicação transcendem as vossas mentes, mas cujas consequências estão a viver».²⁰³

No mesmo sentido, uma jovem de 19 anos de idade (que estava em Portugal com duas irmãs mais novas e o pai de 55 anos de idade) que sendo trabalhadora-estudante em Angola afirma nunca ter pensado precisar do auxílio de outrem porque tinha uma «vida regular e remediada» na colónia até essa estabilidade ser «destroçada» pela guerra. A família deixara o território para se salvar e passara privações até chegar a

¹⁹⁹ Adulcino Silva, opinião, *O Retornado* n.º 24, 20.03.1976, 7.

²⁰⁰ Entrevista a António Pires, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 7.

²⁰¹ Reportagem, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 4-5.

²⁰² Carlos Costa-Roque, *O Retornado* n.º 30, 04.05.1976, 17.

²⁰³ Jacinto Matias Mourão, Cacém, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 3.

Portugal, onde enfrentava a contingência de não ter o que comer: «Nós, ‘retornados’ ou ‘refugiados’ (como queiram chamar) somos uns desgraçados. Tenho medo de tudo o que está a acontecer».²⁰⁴

Com efeito, a condição de refugiado em Portugal é reclamada especialmente por quem tendo deixado Angola em 1975 durante a chamada ‘segunda guerra de libertação’, nega ter ‘abandonado’ o território, contra-argumentando ter sido obrigado a fugir.

Nenhum retornado se fez por luxo ou para turismo. Nem tão pouco deixaram tudo ou quase tudo por capricho ou discordância com a independência de Angola em que os brancos, na sua maioria, estavam de acordo, desde que a descolonização não fosse ‘ordem’ para matar. Quem debandou não o fez por abandono. Apenas teve a consciência do perigo para a sua vida e da sua família. O que fugiu foi às violações e ao saque praticados com ar de heroísmo e de triunfalismo, a coberto de toda a impunidade.²⁰⁵

Entre os que se reclamam refugiados de Angola encontra-se quem perdeu entes próximos. Como um homem migrado em 1940 que ficou «sem um filho trespassado pelas balas» que diz ser em Portugal «um farrapo humano» a viver da caridade alheia.²⁰⁶ E como uma viúva (cujo marido foi morto num fogo cruzado) justifica ter procurado em Portugal a paz que há muito não existia naquele território: «Ninguém fugiu de Angola, fugimos dos saques, dos insultos, das agressões, de entrarem nas casas, saquearem e matarem. Aconteceu a meu marido que morreu [...] E aqui estou com os meus filhos entregue à miséria. E porquê? Dizia que ‘não vinha, era angolano e os que vinham eram cobardes!’», mas melhor ter sido «um cobarde vivo que um herói morto».²⁰⁷ Referindo ainda um homem: «Ninguém lhes pode levantar o luto, reparar a dor que lhes vai no coração pelos familiares e amigos assassinados».²⁰⁸

Deflagrada durante a soberania portuguesa, a guerra nacionalista em Angola é referida com o duplo propósito de justificação à inexistência de escolha à partida e de responsabilização dos decisores nacionais pela sua eclosão. O que nos remete para outra componente presente na reclamação de refugiado: a ideia de traição e de abandono pela metrópole – referida em sentido figurado como uma mãe que abandona os filhos à sua

²⁰⁴ Arlete Gomes dos Santos, Santarém, *O Retornado* n.º 29, 27.04.1976, 21.

²⁰⁵ Carta aberta sem nome, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

²⁰⁶ Albano Subtil da Silva, Espinho, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 22.

²⁰⁷ Celina Ferreira, Vimeiro, *O Retornado* n.º 24, 20.03.1976, 20.

²⁰⁸ Couto e Castro, Lisboa, *O Retornado* n.º 7, 21.11.1975, 3.

sorte – sendo atribuída à ‘política’ (em *latu sensus*) ou a opções políticas (na *praxis*), de acusação de acontecimentos e personalidades que responsabilizam pelo seu infortúnio.

Para um homem eram refugiados como «todos aqueles que procuram refúgio, mesmo quando a derrota lhes é imposta, abandonando as suas terras, lares, familiares e haveres».²⁰⁹ Culpabilizando um outro (nascido em 1911, com 24 anos de Angola) o Governo português por «toda a desgraça sucedida» após o Alvor, proclamando-se ainda «queixoso e credor» do Estado e como refugiados todos os que tiveram de fugir.²¹⁰

Em certos meios não se gosta de falar em refugiados de Angola, de Moçambique ou de Timor. Preferem o termo ‘retornado’. Porém, quanto a nós [...] ‘retornado’ significa genericamente regresso voluntário e não raras vezes, feliz, próspero. Não é, infelizmente, verdade. Somos infelizmente, refugiados. Fomos vítimas e não esqueceremos o mal que nos fizeram. Responsabilizamos os culpados. Estes, a coberto de imunidades diplomáticas ou envergando fardas, não podem esquivar-se [...].²¹¹

Nos alegados culpados eram incluídos os militares directamente envolvidos no processo, mas também membros dos governos provisórios portugueses chefiados por Vasco Gonçalves. Fundamentando-se a acusação na ilegitimidade destes executivos não sufragados nem eleitos na decisão, planeamento e concretização da descolonização. Como refere um português de Angola: «um Governo Provisório que não representava (nem representa) a vontade da maioria dos portugueses; as decisões que se tomaram, não exprimem, tão pouco, a vontade do próprio negro».²¹²

O ‘discurso da traição’ de responsabilização da classe política e militar surge em relatos de evocadores com diferentes tempos de instalação em África (tanto por jovens nascidos no ultramar como por descendentes de velhos colonos e migrantes de longa duração) e não é referido somente por quem foi atingido pela guerra em Angola. Muitas vezes, o sentimento de ter-se sido traído decorre simplesmente da forma como Portugal descolonizou por se basear na convicção de que houve uma ‘entrega’ da soberania sem os interesses dos radicados terem sido devidamente assegurados, estando na origem do seu drama, que os residentes na metrópole não poderiam compreender.

Nascido na Lunda em 1961, um jovem de 14 anos cuja família deixou Angola em Junho de 1975 afirma: «Tinha começado o meu drama e de mais meio milhão [...] Por

²⁰⁹ José António, Porto, *O Retornado* n.º 33, 25.05.1976, 20.

²¹⁰ Agostinho Azevedo Neves, Tábua, *O Retornado* n.º 71, 16.02.1977.

²¹¹ Sem nome (mulher), *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 2.

²¹² Isauro dos Santos, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 7.

culpa de meia-dúzia de traidores e de falsos portugueses estamos hoje na miséria em Portugal europeu para, muitos de nós, desconhecido, pois é terra de nossos antepassados [...] Os portugueses do continente não compreendem a nossa tragédia».²¹³ Assim como um homem que diz ter passado «situações difíceis» em Angola, refere: «só quem passa pelas crises, traumatismos e demais situações é que pode e sabe dar valor».²¹⁴

As acusações de traição aos decisores institucionais e à pátria compõem-se por adjectivos pouco eufemísticos associados a esse alegado acto, em que a denominação de ‘vendilhões’ assume o significado (já referido) de uma entrega territorial consentida e deliberada. Nunca sendo entendida como uma contingência histórica inevitável – em consequência de um esgotamento militar que, a curto ou médio prazo, culminaria em derrota e do isolamento internacional a que Portugal estava confinado – mas como uma abdicação da soberania que redundou numa «situação trágica [o êxodo] devido à ambição de uns, e à estupidez de outros».²¹⁵

É neste sentido que um homem chegado de Moçambique em 30 de Setembro de 1976 apelida os alegados ‘culpados’ de «traidores, covardes, desertores, falsos profetas e vendilhões» da pátria, culpabilizando-os por os portugueses do ultramar terem sido levados como «carneiros para o matadouro».²¹⁶ E como um homem de 53 anos de idade que se assume «um dos ‘traídos’», nascido em 1924 e chegado a Moçambique com 1 ano de idade, afirma: «Num pensei que um dia teria de abandonar aquela minha terra e retornar à Mãe Pátria, vagueando como um traumatizado, sem eira nem beira, sem saber qual será o meu destino e o da minha família».²¹⁷ Referindo um residente no Porto ter sido «empurrado» para aquela cidade pelos «autores do ‘crime do século’».²¹⁸

Constituindo a vitimização e a responsabilização de outrem duas componentes discursivas do trauma, a identificação (real ou projectada) do alegado perpetrador é uma forma de exteriorização catártica de um sofrimento que – podendo ser intencionalmente exacerbado por se destinar a uma plateia de leitores ou a um decisor concreto – é também uma forma de fazer o ‘luto’ por uma perda ou injúria demasiado recente.

Quem sofreu perdas humanas ou patrimoniais, se encontrava numa fase mais avançada da vida ou em estado de carência na metrópole revela um maior ressentimento

²¹³ Carlos Alberto Meireles Martins, Braga, *O Retornado* n.º 72, 22.02.1977.

²¹⁴ Armando Lima, Setúbal, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 2.

²¹⁵ Luís Filipe Malheiro, *O Retornado* n.º 5, 07.11.1975, 11.

²¹⁶ Mário Rodrigues da Costa, Lisboa, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1977, 21.

²¹⁷ Sem nome, *O Retornado* n.º 72, 22.02.1977.

²¹⁸ António Pereira, Porto, *O Retornado* n.º 25, 27.03.1976, 21.

pela sua situação, demonstrando mais dificuldade em se conformar. Como manifesta uma mulher: «Sou refugiada, mais uma das vítimas da enorme desgraça que destruiu a nossa terra de Angola, a minha terra. Tenho 65 anos de idade e quando precisava de mais carinho e calor humano, fui atirada para um alojamento colectivo».²¹⁹ Num outro testemunho (comiserado e ressentido) escrito na quadra natalícia de 1976, um homem imagina os alegados responsáveis pela descolonização num cenário doméstico de abundância e conforto em contraste com a situação desoladora e miserável em que se encontramos desalojados de África em Portugal.

É Natal, um dia em que as mesas do povo se enchem e a dos descolonizadores abarrotam. As das vítimas destes senhores estão vazias, isto quando existem. Mais um Natal em que os desalojados do Ultramar português passarão com amargura, dor e fome. [...] É tão triste ver aqueles que com tanto sangue, suor e lágrimas tinham uma vida desafogada, a esmolar o horripilante IARN sujeitando-se a uma situação não compatível com o seu ser. [...] O Ultramar foi vendido. Os descolonizadores estão felizes.²²⁰

Nestes testemunhos (de vitimização *versus* responsabilização), os evocadores evidenciam ressentimento e uma desconfiança profunda em instituições, por nelas terem confiado e por elas se terem sentidos traídos. Consistindo os deveres morais esperados de outrem na confiança (uma conduta íntegra para connosco), na lealdade (de não-violação da confiança depositada) e na solidariedade (apoiar interesses alheios mesmo que colidam com os nossos) quando uma destas obrigações não é correspondida surge um cenário favorável à apreensão (estado neutral de suspensão da confiança), em que se formam expectativas negativas sobre a acção de um sujeito (sobre o carácter malévolo ou prejudicial dos seus actos para connosco) e se assume uma atitude defensiva em relação aquele de quem se desconfia.

Se a confiança nunca é absoluta nem as expectativas sempre congruentes, na transição de um regime autoritário para outro, as transformações radicais (que nunca se processam suavemente) podem provocar um colapso na confiança dos cidadãos em geral e de certas minorias em particular.²²¹ Com a descolonização, os portugueses de África sentiram-se abandonados pelo novo poder político português, o que acentuou a sua desconfiança nos poderes recém-instituídos.²²² A desconfiança surge, assim, de um

²¹⁹ Isabel Costa, Aveiro, *O Retornado* n.º 74, 08.03.1977, 22.

²²⁰ Fernando Rosário Pinheiro, Porto, *O Retornado* n.º 65, 04.01.1977, 21.

²²¹ Sztompka, *Trust...*, 5-49, 160, 174.

²²² Cooper, «Postcolonial Peoples ...», Smith ed., *Europe's Invisible Migrants...*, 177.

julgamento de evidências concretas sobre uma acção praticada ou uma promessa quebrada, não se tratando exclusivamente de «uma reacção emocional e irracional», mas de uma resposta a perigos potenciais que pode não ser exteriorizada numa atitude comportamental.²²³

A desconfiança começa, por norma, pela existência de um estado expectante em que se concede o benefício da dúvida a alguém ou a algo que foi prometido. Caso essa confiança não corresponda à expectativa criada, quem confiou sentir-se-á arrependido ou frustrado. Quando o arrependimento e a frustração passam a descrença, o indivíduo ou o grupo tende a direccionar essa mágoa para o objecto ou o sujeito que a causou (ou que responsabiliza), estando criadas as condições para a formulação de sentimentos de traição ou de abandono em relação à instância em que confiou.

Por sua vez, o ressentimento forma-se a partir do sentimento de abandono e de traição por parte de quem reclama ter menos direitos, ter perdido privilégios ou estar em desvantagem, julgando, por esse motivo, merecer algum tipo de compensação. Embora seja uma reacção complementar ao trauma, o ressentimento ainda se encontra muito associado à psicanálise, sendo usado com alguma reserva pelas ciências sociais.²²⁴ É, contudo, essencial à análise do discurso da traição por consubstanciar o facto de não se conseguir ou não se querer esquecer uma injúria ou perda que, sendo assumida como prejuízo, é imputada a um agente externo. Não sendo comportamental mas discursivo, o ressentimento implica a responsabilização de outrem pelo nosso sofrimento ou dor psicológica: alguém que decidiu por nós no passado e que culpabilizamos.

Segundo Marc Ferro, manifeste-se a título individual ou colectivo, «na origem do ressentimento está sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um traumatismo», em que o sujeito (ou o grupo) se sente atormentado e vítima, mas não pode empreender a sua vingança por impotência. Podendo «ser acompanhada de uma desqualificação dos valores do responsabilizado e da revalorização dos seus que até esse momento não defendera conscientemente». Como assinala no final da obra: «Incriminar os outros valorizando-se a si próprio, constitui um dos traços característicos do ressentimento. Os outros é que os tornaram vítimas».²²⁵

²²³ Russell Hardin, *Distrust* (New York: Russell Sage Foundation, 2004), 35-44.

²²⁴ Jeffery K. Olick, *The Politics of Regret: On collective memory and historical responsibility*, (New York: Routledge, 2007), 155.

²²⁵ Marc Ferro, *O Ressentimento na História*, (Lisboa, Teorema, 2009), 12, 194-195.

Ligando-se o ressentimento às noções de nacionalismo, luta de classes e racismo, para Ferro este conceito é mais difícil de apreender que os 2 últimos fenómenos, porque «as frustrações que o suscitam, tanto as promessas traídas como as desilusões ou feridas infligidas, provocam uma cólera impotente que lhe dá consistência», embora possa nunca ser exteriorizado pela acção. O autor aponta ainda 2 aspectos relevantes: «O ressentimento não é apanágio dos que se identificam ou são catalogados como vítimas, escravos, classes oprimidas, povos vencidos», podendo «desvanecer-se e nunca se exprimir por acessos de fúria insensata».²²⁶

Os aspectos mencionados pelo historiador convergem com os identificados pela psicanálise. Quem está ressentido sente-se «psicologicamente impotente para dar outro destino à sua amargura» e tende a assumir-se «como vítima, sobretudo como vítima *inocente*». Pressupõe, por conseguinte, «uma desresponsabilização moral» do sujeito em relação ao sucedido que, embora não possa (nem espere) recuperar o que perdeu, deseja que seja reconhecido o mal que lhe foi causado. A sua estratégia de legitimação consiste, por esse motivo, no «rosário de queixas» que frequentemente apresenta para demonstrar como as suas reclamações são fundadas. Podendo resultar do «apego dramático» aos bens terrenos, tende a manifestar-se na inconformidade pela perda ou a transmutar-se em melancolia. Em ambos os casos (de inconformidade ou melancolia) causam nos sujeitos «uma atitude amarga e pouco esperançosa» perante a vida, por se manterem ‘presos’ ao passado ou obcecados «pelas supostas causas da sua infelicidade».²²⁷ O testemunho seguinte é emblemático da ambivalência de sentimentos partilhada por muitos destes portugueses, no qual o ressentimento se traduz no protesto contra a incompreensão e os ataques de que sentiam alvo na metrópole, mas também na proclamação de se sentirem capazes de ajudar a reabilitar o país.

Sentimo-nos frustrados, ofendidos e humilhados [...] somos a consequência de uma política infeliz levada a cabo sem oposição e também o resultado catastrófico de uma inábil descolonização e da consequente ingenuidade de automeados revolucionários [...] Mas não somos a vergonha do País; não constituímos desonra; não somos nem queremos ser o mau exemplo do povo. [...] Nós, ‘deslocados’, sentimos um travo amargo a corroer-nos. Sentimo-nos frustrados com tanta incompreensão pelo nosso drama, pela nossa fatalidade, entre gente do mesmo povo, mas com força moral, dignidade e respeitabilidade para sermos capazes de reconstruir Portugal.²²⁸

²²⁶ Ferro, *O Ressentimento...*, 192, 195.

²²⁷ Maria Rita Kelh, *Ressentimento* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004), 19-22, 210, 224.

²²⁸ Editorial, *O Retornado* n.º 9, 05.12.1975, 1.

Quando a sensação de perda é colectivamente interiorizada pode dar origem a um «ressentimento social [...] em grupos ou classes que perderam [os] seus privilégios históricos». Por conseguinte, este não é um fenómeno observável exclusivamente em colectivos marginalizados, oprimidos ou desfavorecidos. E traduz-se em indignação ou em frustração quando um grupo considera que lhe foram negadas oportunidades, o acesso a recursos valiosos (materiais ou simbólicos) ou se crê discriminado.²²⁹

Ao tornar-se indignação, a passividade ressentida pode gerar actos de protesto, como os ocorridos em Lisboa – a ocupação durante 5 dias da sede do Banco de Angola (em Setembro de 1975), em que centenas de pessoas exigiram trocar o seu dinheiro em moeda ultramarina por escudos da metrópole; o assalto à Casa de Angola (associação ligada ao MPLA); o bloqueio na ponte sobre o Tejo com 2 autocarros; o acampamento na escadaria exterior da Assembleia da República e a manifestação em frente ao Palácio de Belém.

Estes protestos foram, no entanto, pontuais e inconsequentes (as reivindicações não foram atendidas) e não traduziam o sentimento dominante deste coletivo, tendo prevalecido uma «indignação moral» – sentimento pelo qual os ‘injurados’, embora se sintam ofendidos, não empreendem esforços objectivos para sancionar os alegados responsáveis pela sua situação.²³⁰ A marcha silenciosa realizada no Porto em 22 de Setembro de 1975 afigura-se mais consentânea com o estado de espírito reinante.

Como já referido, o ressentimento individual ou grupal – não o de nações, grupos sociais e comunidades que pode eclodir em revoluções, golpes de estado, atentados como os referidos por Ferro na obra citada – caracteriza-se pela inércia ou incapacidade do ofendido em se vingar pelo dano infligido. Para o ressentido, ‘o tempo da vingança’ nunca acontecerá por se sentir impotente, fraco ou inferior perante quem responsabiliza: uma entidade tutelar que seria suposto garantir a sua protecção, premiar os seus esforços ou reconhecer o seu valor – um progenitor, familiar ou o Estado, dos quais é esperado o cumprimento desses deveres morais. De facto, não se verificou uma união de esforços deste colectivo com um carácter reivindicativo mais agressivo, devendo à indignação moral ter sucedido uma conformação resignada perante um facto irreversível, em particular depois da proclamação de ambas as independências africanas.

Considerado pela psicanálise como impulso reprimido – quem está ressentido não

²²⁹ Jack M. Barbalet, *Emotion, Social Theory and Social Structure: a macro-sociological approach*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1998), 68-72, 169.

²³⁰ Olick, *The Politics of Regret...*, 158.

se atreve ou não consegue responder à ofensa recebida com a mesma intensidade – é admitido pela psiquiatria que tal retracção constitua a face visível «de um sentimento inconsciente de culpa».²³¹ Um complexo (explicado por Albert Memmi) cuja existência se admite, embora seja ocultado nos testemunhos. Segundo Frederick Cooper é natural que estes os antigos colonos «não desejem uma análise justa e honesta sobre o grau de cumplicidade que tiveram no sistema em que eram os membros privilegiados» nem queiram lembrar as iniquidades da colonização.²³²

Acrescente-se um outro prisma: quem renega deter qualquer responsabilidade pessoal num processo eticamente censurável não o referencia nem reconhece nele ter participado, por não ter uma consciência assumida do seu grau de envolvimento nessa realidade. Por outro lado, detendo as narrativas do êxodo uma intenção reclamante por parte de quem se assume como vítima da descolonização não contém confissões de *mea culpa* que anulariam a condição vitimizante reclamada. Tratando-se, por conseguinte, de um «esquecimento selectivo» presente em relatos de legitimação de direitos «reclamados em torno de questões da memória cultural, das suas exclusões e das suas zonas tabu».²³³

Se os evocadores ocultam nos seus relatos os ‘pecados’ da colonização, uma amnésia semelhante foi assumida na narrativa oficial da descolonização em relação ao tema sensível em que se tornou «o traumático êxodo do ultramar». Um assunto tabu durante quase 30 anos, em que estes portugueses que «foram tratados como invasores estrangeiros e alvo de uma forte hostilidade pelos metropolitanos» não tiveram voz na historiografia sobre o fim do império.²³⁴

Por conseguinte, a culpabilização dos poderes institucionais é uma forma das minorias afrontarem a memória do poder ditada pela soberania política. Ao expor a sua história, cada evocador reclama o reconhecimento da sua experiência particular que é simultaneamente colectiva. Desta forma narra o que sentiu como um agravo e reivindica junto dos meios políticos que a sua experiência histórica individual seja reconhecida, tal como foi vivida e é apresentada. O que não aconteceu com a memória dos portugueses de África sobre a descolonização.

²³¹ Kelh, *Ressentimento...*, 11-14, 17, 23, 33, 36-37, 52-53.

²³² Cooper, «Postcolonial People...», Smith, *Europe's...*, 170.

²³³ Andreas Huyssen, *Twilight Memories: Marking time in a culture of amnesia* (New York, London: Routledge, 1995), 5.

²³⁴ Rosa Cabecinhas, João Feijó, «Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa», *IJCV*, 4, (2010), 31.

Intercalada entre a memória nacional e a individual, a memória de um grupo específico baseia-se em vivências e estados psicológicos idênticos exteriorizada através de um discurso repetido e quase padronizado que, ao divergir da memória colectiva sobre um facto histórico, a pode contrariar e desmentir. Como afirma Timothy Snyder, a memória nacional é formada por uma impenetrável essencialidade qualitativa: quando uma nação (através dos seus académicos ou decisores envolvidos) se identifica com uma certa visão do passado (em relação à descolonização, por exemplo) existirá sempre uma resistência natural em aceitar outras perspectivas. Em contrapartida, a memória individual contém uma desvantagem quantitativa: sendo os sujeitos impulsionados pelo interesse pessoal e constituindo uma minoria, as suas reclamações tendem a ser ignoradas pelo poder político e, como tal, são ‘vencidas’.²³⁵

Segundo um outro autor, um grupo minoritário pode sentir os acontecimentos de um modo diferente da maioria, se este prisma não é entendido ou reconhecido pela maioria não é integrado na versão histórica e sistematicamente as reclamações dessa minoria acabam por não ser escutadas: a sua voz não consegue penetrar no debate público e, logo, não faz parte da unidade deliberativa.²³⁶ No caso deste colectivo, o seu esforço colonizador não foi reconhecido, os que criam ser responsáveis pelo seu infortúnio não foram julgados pela história (como esperavam), as suas experiências e reclamações foram excluídas da narrativa histórica e, assim, «os nostálgicos ou os ‘vencidos’ do colonialismo foram relegados para uma posição marginal que os tornou igualmente invisíveis».²³⁷

Choques e ressentimentos

A hostilidade sentida na fase de recepção na metrópole e a forma de tratamento (percepcionada como injusta) instigou a responsabilização das entidades tutelares, mas também uma atitude de vitimização colectiva que não terá comovido os metropolitanos. A ideia de que eram um sub-colectivo nacional privilegiado (tanto no passado como presente) encontrava-se muito difundida e contribuiu para criar mútuo ressentimento, como se examina neste subcapítulo.

²³⁵ Jan-Werner Müller ed., *Memory and Power in Post-War Europe: Studies in the presence of the past*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), 17, 22.

²³⁶ Charles Taylor, «Nationalism and modernity». Ronald Beiner, ed., *Theorizing Nationalism*, (Albany: State University of New York, 1999), 231.

²³⁷ Machaqueiro, «Memórias em Conflito...», *O Adeus ao Império...*, 229.

Ser ‘retornado’ não foi sentido como anátema apenas devido ao desenraizamento causado pela saída de África e ao desajustamento interior em Portugal, segundo revelam os testemunhos, terá também decorrido de manifestações (comportamentais, mas sobretudo verbais) de preconceito e animosidade entre residentes e recém-chegados nos primeiros meses de instalação. Assente em ideias pré-estabelecidas, o confronto societal verificado pode ser entendido pela propensão de nos considerarmos sempre mais tolerantes e menos preconceituosos que os outros: são os outros que nos traem, que agem desonestamente e que destabilizam a ordem vigente.²³⁸ Uma perspectiva que, de algum modo, conforma a descrição de Pena Pires sobre o seu comportamento à chegada a Portugal: a sobrevalorização da componente individualista da acção, a redução da confiança política nas instituições emergentes e hostilização ao processo político do regime democrático.²³⁹

Terão, de facto, se guiado por preocupações individualistas – a família, o enfoque na autonomia e a afirmação pela realização pessoal²⁴⁰ – atendendo às necessidades básicas com que se depararam à chegada a Portugal (alojamento, alimentação, escola para os filhos), tendo a sua dispersão geográfica por vários distritos (que dificultou o associativismo) acentuado a convicção de estarem entregues à sua sorte, como tinham estado em África. Este pendor individualista não foi uma prerrogativa exclusivamente sua. Muitos residentes também manifestaram um certo ‘egoísmo social’ (expressão da autora) por recearem perder empregos. Como refere Sobral – sobre a imigração para as antigas metrópoles das populações anteriormente colonizadas – «a chegada de um forte contingente marcadamente diferente foi percebida em diversos sectores como constituindo uma ameaça económica, por concorrerem como os ‘nacionais’ no mercado de trabalho, e cultural, por possuírem valores distintos dos deles».²⁴¹

Estes portugueses, além de serem vistos na metrópole como um factor de agravamento à situação económica do país e de degeneração dos costumes (como se verá no presente subcapítulo), foram também considerados um perigo ao curso revolucionário, dada a sua desconfiança no processo de descolonização e, por osmose, no processo de transição para a democracia que, tendendo a ocorrer em cenários políticos de pós-autoritarismo,

²³⁸ Billig, *Banal Nationalism...*, 82.

²³⁹ Pires, «O Regresso das Colónias», *História da Expansão...*, 184.

²⁴⁰ Miguel Cameira, José Marques, «Identidade Nacional e Individualismo Cultural», Sobral, Vala, org., *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010), 112.

²⁴¹ Sobral, «Racismo e Nacionalismo...», *Etnicidade...*, 121. <http://docplayer.com.br/11170341-Etnicidade-nacionalismo-e-racismo.html>

pode caracterizar-se pela frase de Anne Sa'adah de que «não só a democratização mas também a democracia, como tantas outras coisas boas da vida, podem desiludir».²⁴²

Embora Stzompka afirme que os cidadãos distinguem claramente a confiança que têm nos políticos da que depositam nas instituições,²⁴³ no caso em análise a desconfiança nos poderes instituídos parece ter resultado da percepção deste colectivo sobre alguns líderes partidários e responsáveis militares que se estendeu a órgãos de soberania – em particular, os governos provisórios, o Conselho da Revolução (criado após 11 de Março de 1975) e a Assembleia da República, mas também por o sistema partidário e as novas instituições serem de implantação muitíssimo recente. A hostilização ao processo de transição para a democracia existiu, de facto, parecendo estar intrinsecamente ligada à forma como se processou a descolonização, não tendo, no entanto, sido protagonizada exclusivamente pelos ‘retornados’ nem tendo estes assumido um papel «perigosamente perverso» nessa matéria, como foi amplamente propalado.²⁴⁴

Informando (em Julho de 1975) o director que o IARN «quase nunca» era capaz de «resolver a situação angustiante» e «extremamente dramática» dos que chegavam a Portugal «sem família para os receber, sem meios de subsistência, sem trabalho, sem roupas e num estado de espírito de franco desespero», considerava que deveriam receber «assistência moral» para não se tornarem «presas fáceis e vítimas» de agitadores políticos, porque indubitavelmente «seriam manobrados» pelos «descontentes» ou até «pelos contra-revolucionários».²⁴⁵

Do mesmo modo o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo foi alertado através de uma missiva para a existência de organizações de ‘retornados’ cuja natureza se prestava «a um aproveitamento político» que conviria «ter em conta».²⁴⁶ Para um evocador, atendendo à sua perturbação emocional, havia, de facto, o «perigo de muitos, votados ao abandono, marginalizados com a etiqueta de ‘retornados’, sem emprego [...] verem-se na contingência de praticar actos condenáveis ou serem politicamente manobrados».²⁴⁷

Considerado um colectivo «amargo, ressentido, convencido de que um bando de traidores esquerdistas os tinha apunhalado pelas costas», a sua eventual mobilização

²⁴² Anne Sa'adah, *German's Second Chance: trust, justice and democratization*, (Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998), 9.

²⁴³ Stzompka, *Trust...*, 49.

²⁴⁴ MacQueen, *A Descolonização...*, 268.

²⁴⁵ Carta do director do IARN, 16.07.1975, 2,5. GB 2376/001, AHPR.

²⁴⁶ Carta do Gabinete de Angola p/chefe de Gabinete do PM, 21.10.1975. Cx315, IARN, AHU.

²⁴⁷ Arlindo Borges, Lisboa, *O Retornado* n.º3, 24.10.1975, 2.

política e adesão a facções de extrema-direita preocupou seriamente os governantes.²⁴⁸ A ideia estereotipada de que os ‘retornados’ eram reaccionários (comungada de forma mais vincada no dissenso político da Esquerda) significava em sentido lato, todos os que se opunham à mudança, mas também, num sentido restrito, os que discordavam ou se opunham aos ideais revolucionários e progressistas.

A pressuposição de o ‘retornado’ ser um reaccionário (alcunhado de fascista, colonialista ou imperialista) suscitou reacções distintas: uns rejeitaram-no, alegando não terem sido «os sustentáculos da política colonial levada a cabo pelo anterior regime».²⁴⁹ Outros assumiram-no numa dissociação consciente da causa revolucionária. Segundo um signatário havia quem olhasse para os ‘retornados’ «como se em cada um deles existisse potencialmente um reaccionário», mas se sê-lo significava não pactuar com o descalabro em que o país estava e estar revoltado com o processo de descolonização, então era um deles.²⁵⁰

A crispação traduzia-se amiúde na troca de insultos em espaços públicos, embora fossem raros e pontuais as confrontações físicas, como sucedera dias antes de 25 de Novembro de 1975 em plena na Praça do Rossio, em Lisboa, onde se concentravam muitos destes portugueses.²⁵¹ Face ao sucedido um homem dizia-se «triste, chocado e revoltado» com as agressões, afirmando desejar naquele momento possuir «a força de Sansão [...] para poder desafiar e vingar todo o ódio» que, em Portugal, recaía sobre os ‘retornados’.²⁵²

Existindo a suspeição de terem participado nas barricadas levantadas (também antes de 25 de Novembro de 1975) por agricultores em Rio Maior, os ‘retornados’ da localidade negavam o seu envolvimento, afirmando não terem opção partidária por ainda não estarem integrados «nesta nova sociedade», na qual eram «vítimas de toda a espécie de especulação», em especial pela comunicação social.²⁵³ No mesmo sentido, uma signatária assume-se magoada pelos insultos que lhes eram desferidos e por qualquer protesto de natureza social ou política lhes ser imputado:

²⁴⁸ Michael Harsgor, «Aftereffects of an ‘Exemplary Decolonization’», *Journal of Contemporary History*, 15, 1, (1980), 145.

²⁴⁹ Luís Filipe Malheiro, *O Retornado* n.º 5, 07.11.1975, 11.

²⁵⁰ Jorge Cubanco, *O Retornado* n.º 4, 31.10.1975, 5.

²⁵¹ Reportagem, *O Retornado* n.º 7, 21.11.1975, 15. Este desacato que resultou em feridos sem gravidade e algumas detenções bem como a ocupação do Banco de Angola foram contidos pela intervenção do Comando Operacional do Continente (COPCON).

²⁵² Manuel Fernandes de Brito, Viana do Castelo, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 2.

²⁵³ Comissão Concelhia de Retornados de Rio Maior, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 3.

Até a recente concentração dos operários em S. Bento foi pretexto para dizerem: esta confusão é tudo por causa dos Retornados! É o cúmulo! Custa a ouvir e dói cá dentro! [...] Hei-de fazer os possíveis para sair desta terra que eu já não sinto minha, pois sinto-me revoltada e triste com tanta maldade e injustiça! Afinal quem tem cá um carro ou uma casa ‘roubou’ quem? Nós por termos lá um carro ou qualquer coisa ‘roubávamos’ aos pretos.²⁵⁴

Constituindo o sistema pluripartidário uma realidade emanada do novo regime – que concretizara o processo de descolonização, do qual nenhum partido se demarcou declaradamente –, a política (enquanto noção abstracta) foi confundida com a *praxis* revolucionária que responsabilizavam pelo êxodo. Traduzindo-se na reclamação de um apartidarismo cultivado no passado e no cepticismo sobre o sistema partidário. Como refere uma mulher oriunda de Moçambique cuja situação atribui às «consequências de uma política que não fiz; não sou política mas técnica e a minha política é a do trabalho, humanidade e compreensão e vejo à minha volta senão promessas, oportunismo [...] estou farta de promessas, farta de partidos, farta de ser espoliada, roubada e espezinhada e, no entanto, promessas não faltam; quero realidades concretas e possibilidades».²⁵⁵

Afirmando-se alguns evocadores «despertos» para a eventualidade de serem alvo de aproveitamento político, revelavam uma manifesta desconfiança na propaganda partidária. Para um evocador as alusões aos ‘retornados’ em comícios do PPD, do CDS e do PS eram «pura demagogia»: tinham direito a uma opção política diferenciada da sua condição, recusando um outro constituírem uma força amorfa que, nas eleições de 1976, pudesse «ser conduzida, como um rebanho de carneiros, a enfileirar as hostes de certos partidos carecidos de votos para se arrogarem o direito de governar».²⁵⁶

Constatando outro signatário que os ‘retornados’ eram «acusados por alguns partidos políticos e pela população em geral, de tomarem atitudes de carácter reacionário por não comungarem das suas doutrinas». Estando a maioria ainda «a lutar pela sobrevivência» como poderia acreditar em partidos que nunca tinham apoiado ou observado «de perto a miséria, luto, dor dos seus compatriotas?»²⁵⁷

²⁵⁴ Sem nome, Almada, *O Retornado* n.º 8, 28.11.1975.

²⁵⁵ Sem nome, carta manuscrita, Portela de Sacavém, 01.02.1976, Processos Individuais, CC0976, AHPR.

²⁵⁶ N’Gola Verdades (pseudónimo), *O Retornado* n.º4, 31.10.1975, 11. A. P., *O Retornado* n.º15, 16.01.1976, 4.

²⁵⁷ Eduardo A. Carneiro, *O Retornado* n.º54, 19.10.1976, 20.

A desconfiança nos partidos políticos terá resultado em abstenção no sufrágio legislativo de 1976, embora muitos portugueses das ex-colónias tenham premiado as forças partidárias que criam não ter compactuado ou com um menor comprometimento com o processo de descolonização: «Como português entregarei o meu voto nas próximas eleições mas este não recairá em favor de nenhum indivíduo ou partido que tenha participado na vergonhosa descolonização, que tanto nos enganou».²⁵⁸ Do mesmo modo que uma mulher lamentava que sendo diferenciados pela cor da pele em África fossem ideologicamente referenciados na metrópole: «Em Angola tivemos a desdita de sermos brancos, aqui quase todos fazem campanha contra nós pelo facto de não sermos comunistas».²⁵⁹

Sem ser possível aferir o sentido de voto deste colectivo no sufrágio de 1976, o posicionamento contra as forças políticas envolvidas na descolonização pressupõe que não terão votado à Esquerda. Uma parte poderá ter votado no PS (mais capacitado para obstaculizar uma vitória do PCP), admitindo-se que a maioria terá optado pelo PPD ou pelo CDS (um partido popular-democrata, outro democrata-cristão) que não tinham tido um envolvimento directo na descolonização ou lhes prestaram algum tipo de apoio à chegada. Aconselhada a ir ao Largo do Caldas (sede do CDS) onde lhe foi dito que estavam a ajudar angolanos, uma mulher conta que indagando pela morada a um transeunte, este contrapôs o que pretendia ela de «um partido fascista». Foi, contudo, recebida «com todo o carinho e ninguém nos fez propaganda política nem nos perguntou pelas nossas ideias», tendo na mesma ocasião sido ajudada uma senhora com 7 filhos que também perdera tudo.²⁶⁰

A política (na acepção de partidarismo ou sistema partidário) foi também vista como factor de dissensão entre residentes e recém-chegados, como refere um evocador: «Nós que aqui chegámos convertidos em farrapos humanos, moral e materialmente reduzidos a NADA, ao sermos recebidos em nossa Pátria avoenga, com uma pedra na mão e um pau na outra, por irmãos que envenenados pela M... da política, cavaram um fosso profundo entre portugueses (de cá e de lá)».²⁶¹

Este fosso é também mencionado por uma mulher, a qual afirma que depois dos padecimentos do êxodo, se deparavam com a hostilidade gratuita de muitos residentes:

²⁵⁸ António Pereira, Porto de Mós, *O Retornado* n.º 25, 27.03.1976, 20.

²⁵⁹ Maria Hortense Gonçalves, Lisboa, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

²⁶⁰ Sem nome, *O Retornado* n.º 10, 12.12.1975, 2.

²⁶¹ Rui Oliveira Anjos, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976, 6.

«Agora, despojados de tudo o que possuíamos [...] com o coração a sangrar e a alma enlutada, ainda temos de enfrentar os vexames, os dissabores, ofensas e até insultos dos nossos irmãos continentais como se a nós coubessem quaisquer culpas». Referindo a espoliação, o sofrimento e a perda recentes, a signatária considera desmerecida a forma como foram tratados em Portugal, afirmando, no entanto, que, apesar do «rancor e do ódio», não queriam «divisionismos nem vinganças».²⁶²

O choque societal sentido durante a instalação em Portugal parece ter resultado das perspectivas em confronto genericamente sumarizado nos seguintes termos: os recém-chegados denunciavam o desinteresse dos metropolitanos pelo seu drama e as demonstrações de animosidade (sobretudo verbais) de que eram alvo; os metropolitanos consideravam despropositado o ressentimento político dos ‘retornados’, exagerada a sua vitimização e injustificada a reclamação de uma indemnização compensatória, por já estarem a receber apoios estatais. Muitos destes portugueses não se sustentavam a si mesmos, dependendo financeiramente das famílias ou do Estado. O preconceito de que se sentiram alvo poderá ser em parte explicado pela condição de dependência na fase inicial em Portugal, remetendo para a frase de Ruth Benedict (citada por Sobral) da pobreza afastar mais os outros que a cor da pele (um fenótipo diferente).²⁶³

Como refere Malki, dada a sua fragilidade psicológica e dependência material, os deslocados são invariavelmente considerados pelos residentes como um problema cuja origem não está nas causas do seu deslocamento mas na sua mente, sendo responsáveis pela sua situação. Esta visão é tão comum como a imagem estereotipada do refugiado ou deslocado (um perfil sociopsicológico), em que por ter sido despojado da sua cultura e lugar de proveniência é visto como um ser humano no sentido mais básico e elementar do termo, em que a mera satisfação das necessidades primárias lhe será suficiente.²⁶⁴

A resposta às suas carências elementares passou pela atribuição de alojamento e alimentação pagos pelo Estado, mas parte destes portugueses considerava que muitos outros aspectos da sua instalação não eram devidamente entendidos nem solucionados. Regressado de Moçambique em Maio de 1977, um homem lamentava a «extraordinária indiferença» e «falta de humanismo» dos organismos públicos com competências decisórias em matérias estritamente sociais.

²⁶² Luísa Serra, Mem Martins, *O Retornado* n.º 26, 03.04.1976.

²⁶³ Sobral, «Racismo e Nacionalismo»..., 115. O autor cita a obra da antropóloga social norte-americana, em *Race and Racism* (1942, 1983), 151.

²⁶⁴ Malki, *Purity and Exile*..., 7-9.

A descolonização [...] lançou na desgraça e miséria milhares de portugueses [...] que forçados a regressar se aperceberam conflagrantemente que a Mãe-Pátria recebeu seus filhos ultramarinos como uma madrasta severa (sem boa vontade, sem compreensão e sem tolerância) recebe os enteados. [...] Considerando em perfeita consciência que o regresso das ex-colónias os deixou traumatizados, desorientados, desalojados, despojados de todos os haveres, desorganizados, desambientados (e quantos mais ‘des’ não há por aí fora), por tal circunstância cremos que de modo algum sejam merecedores de tanta indiferença e até de prepotências, se atendermos que, efectivamente, de nada são culpados e são portugueses que querem viver em perfeita e correcta Democracia.²⁶⁵

Um dos queixumes mais mencionado foi a categorização de ‘retornados’ ser associada a atributos desqualificantes relacionados com o seu passado. Por norma, em processos de categorização de grupos que chegam a um território, os residentes não reconhecem as suas qualidades à minoria recém-chegada ou não valorizam os aspectos positivos da sua especificidade identitária ou cultural.²⁶⁶ Por vezes, as diferenças derivadas da vida em África sobrepuseram-se às afinidades partilhadas: a língua, a raça, a religião e a história comuns.

De acordo com os testemunhos, as pré-concepções sobre a vivência colonial fundavam-se em duas ideias mitificadas: a ‘boa vida’ que todos tinham em África e a presunção de uma regressão cultural devido ao meio envolvente. O primeiro (a crença num estilo de vida ‘senhorial’) suscitou comentários censórios à sua suposta prepotência e ociosidade que típicas da patronagem colonial ‘imaginada’ pressupunham uma arrogância de comando perante um servilismo obediente. O segundo (de um *habitus* algo ‘selvagem’) plasmou-se na imputação de costumes que se julgava serem próprios de quem convivera com os africanos, numa presunção de insociabilidade e rudeza de trato, à qual estava subjacente uma atitude de racismo por contágio.

Vejamos exemplos do segundo preconceito. Segundo uma jovem: «As pessoas tratavam-nos como se fôssemos de uma outra raça. Só trabalhei alguns períodos pois quando descobriam que vivia num bairro social tratava-me como se fosse preta, tinham medo que os roubássemos e diziam sermos mentirosos».²⁶⁷ Em Caldas da Rainha (no distrito de Leiria), um automobilista impedido de estacionar no parque reservado aos

²⁶⁵ Carta ao PR, Ramalho Eanes, 13.07.1979, CC1525, AHPR.

²⁶⁶ Manuel Carlos Silva, «Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica», em Manuel C. Silva, José M. Sobral, eds., *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo*, (Porto, Afrontamento, 2013), 58-62.

²⁶⁷ Lubkemann, «Race, Class, and kin...», Smith, *Europe's...*, 88. Testemunho recolhido pelo autor entre 1990 e 1993 num trabalho de campo de 12 meses, parte do quais em bairros sociais de Setúbal.

hóspedes, afirmou: «‘Pois é, o hotel agora está entregue aos pretos!’» e uma mulher verbalizara a sua repugnância por ter avistado nas janelas desse hotel fraldas penduradas e lençóis estendidos, comportamento próprio de gente porca e selvagem.²⁶⁸

Do mesmo modo que uma jovem nascida em Angola após discutir com uma colega que nunca saíra de Portugal ao virar as costas a ouviu dizer: «‘Quem é que ela pensa que é, uma retornada do Ultramar para onde os criminosos eram enviados’. Sabia que Angola fora outrora uma colónia penal mas chamar-lhe descendente de degredados revelava a ideia que existia sobre eles.»²⁶⁹

A desqualificação de carácter manifestava-se também na pressuposição de que quem vivera em África era desonesto e não tinha uma especial apetência pelo labor. Aconteceu a uma mulher que respondeu a uma solicitação para fazer limpezas domésticas: a empregadora disse não querer uma ‘retornada’ porque precisava de quem trabalhasse. Por sua vez, um anúncio publicado num diário lisboeta referia: «Casal não retornado procura andar em Lisboa», questionando uma signatária se o facto de não ser retornado constituía garantia de seriedade.²⁷⁰

Em relação ao primeiro preconceito, uma mulher refere: «Quando cheguei sofri um choque porque a minha presença não era desejada por ninguém. Todos achavam que éramos reaccionários, que tínhamos estado lá a explorar os ‘pretos’. A maioria pensava isso. Havia uma atmosfera hostil [...] Houve muitos conflitos. Pensavam que tínhamos uma mentalidade egoísta [...] Porque é que eu estava em Angola? Apenas para explorar os pretos e dar ordens».²⁷¹ Mencionando um homem que em diversos espaços públicos e até em meio familiar falavam «dos ‘retornados’ como seres abjectos que passaram a vida a matar e a explorar pretos!»²⁷² Como refere uma mulher acolhida em casa de um tio paterno: «e as pessoas falavam, de nós por termos vindo de África. Ouvi muita coisa. Até a nossa própria família dizia que tínhamos ido para lá roubar os pretos e que agora tivemos de vir embora. Quando a própria família nos diz isso, é duro».²⁷³

No mesmo sentido, um jovem considerava ser «triste, chocante e desumano» que fossem insultados, caluniados e «desprezados como seres inúteis ou nojentos» que não

²⁶⁸ Carlos Anjos, Foz do Arelho, *O Retornado* n.º 42, 27.07.1976, 21.

²⁶⁹ Ovalle-Bahamón, «The Wrinkles...». Smith, *Europe's...*, 164. Testemunho recolhido pelo autor.

²⁷⁰ Sem nome, *O Retornado* n.º 37, 22.06.1976, 9. O anúncio foi publicado no *Diário de Notícias*.

²⁷¹ Ovalle-Bahamón, «The Wrinkles ...». Smith, *Europe's...*, 162. Testemunho recolhido pelo autor.

²⁷² Isauro dos Santos, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 7.

²⁷³ Ovalle-Bahamón, ... 163.

sabiam fazer nada por terem sido colonialistas.²⁷⁴ Alegando uma mulher também eles serem filhos de portugueses, terem nascido sob a mesma bandeira, possuírem «a mesma cor de sangue» e serem «de carne e osso» como os residentes: «Costumam atirar-nos à cara o seguinte: ‘julgam que vêm para cá explorar e roubar como lá fizeram’».²⁷⁵

Os gostos caros e as supostas ‘mordomias’ do passado (que pretenderiam manter na metrópole) eram tema de conversas de escárnio e mal-dizer: numa rua de Lisboa uma mulher disse ter sabido que eles não gostavam de peixe-espada nem de linguado, só de lagosta, andando a comer e a beber à custa dos metropolitanos.²⁷⁶ Escrevendo uma outra que se falava deles «quase com ódio», escutando nas lojas do bairro que não queriam trabalhar e os que estavam em hotéis exigiam que lhes servissem «o *mata-bicho* na cama».²⁷⁷

A crença na ociosidade colonial estava associada à sua pretensa aversão ao trabalho no presente, como mencionou um oleiro rural de Aveiro: «não queriam trabalhar [...] depois de uma vida à larga em África, em que os negros lhes faziam tudo [...] Diziam aos pretos: ‘Faz isto, faz aquilo’ e depois diziam que trabalhavam... Tiveram êxito porque exploravam o Governo [...] por isso, tantos tiveram sucesso no comércio [...] mas mesmo agora não se os vê a dar uma mão ao trabalho na terra e andam sempre com as mãos limpas e sem calos».²⁷⁸

Os portugueses de África que se juntavam na Praça do Rossio (em Lisboa) eram por vezes chamados por transeuntes de «vagabundos, alcoólicos e mandriões», sendo exortados a «ir cavar a terra». Rebatia a cronista de *O Retornado* que o trabalho não os assustava, mas não os magoassem porque tinham chegado «com imensas feridas na alma» que levariam muito tempo a cicatrizar. Não iam aquela Praça por lazer ou para «fazer políticas», mas para partilharem a sua história com quem tinha uma idêntica, dado «o fortíssimo» elo que os unia «nas mesmas dores e alegrias».²⁷⁹

O carácter negativo atribuído ao seu pretérito e suposto estilo de vida africano – o estereótipo do colonialista antagónico à benevolente concepção luso-tropicalista – foi incorporado no denominativo de ‘retornado’ cuja significância demeritória não advinha somente do ‘pecado colonial’, mas da sua condição de subsídio-dependência. A ideia de

²⁷⁴ José Manuel Rolo, Castelo Branco, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 3.

²⁷⁵ Milena Gomes, Algarve, *O Retornado* n.º 81, 26.04.1977, 23.

²⁷⁶ Júlio Martins, crónica, *O Retornado* n.º 42, 27.07.1976, 9.

²⁷⁷ Sem nome, Almada, *O Retornado* n.º 8, 28.11.1975.

²⁷⁸ Lubkemann, «Race, Class, and kin...», Smith, *Europe's...*, 83. Testemunho recolhido pelo autor entre 1990 e 1993 num trabalho de campo de 12 meses, parte do quais em Olival, no distrito de Aveiro.

²⁷⁹ Lola Toscani Iglesias, *O Retornado* n.º 4, 31.10.1975, 3.

serem privilegiados através de uma discriminação positiva pela atribuição de subsídios destinados à sua integração (de que se julgava beneficiarem todos os chegados) suscitou uma reacção generalizada de desagrado e de censura similar à que ocorreu noutras metrópoles: «A chegada à Europa de outros colonos brancos antes de 1975 causou hostilidade. [...] Os contribuintes que nunca tinham deixado o país não viam razão para ter de apoiar os colonos e alimentar os retornados».²⁸⁰

Foram muitas vezes chamados (em calão linguístico) de ‘chulos’, na perspectiva do seu sustento ser fruto da exploração de outrem.²⁸¹ Nas conversas tidas em lugares públicos, alguns escutaram o que sobre eles se dizia. Num bar de Lisboa um empregado disse ao patrão: «Sabe, temos de acabar com os subsídios para os retornados, porque essa gente nunca mais acaba».²⁸² E num cacilheiro um homem contava a outro que o aumento das contribuições mensais para o Fundo de Desemprego era para sustentar essa gente que viera de África.²⁸³

Noutro episódio, um funcionário aeroportuário ao saber que a signatária era retornada retorquiu: «Tenho um ódio a esses ‘retornados’ que nem os posso ver. Ainda os hei-de ver a comer barro!»». À pergunta se «lhe tinham tirado o pão» respondeu não ser o caso, mas fartava-se de trabalhar vivendo eles «à grande» com os subsídios do IARN.²⁸⁴ Ideia que se encontrava disseminada. Como lamentava um homem: «Hoje em Portugal sou considerado um ‘Zé-Ninguém’ e com todas as portas praticamente fechadas; nós, os ‘retornados’, mesmo que tenhamos qualidades neste ou naquele ramo profissional, não passamos de uns ‘intrusos’ que não queremos trabalhar e só andamos aqui a explorar o IARN e sei lá que mais!»²⁸⁵

A competição no mercado do trabalho revelou-se um dos principais motivos de ostracismo por representarem uma ameaça em duas vertentes: constituíam um número significativo de activos disponíveis, tinham adquirido em África «um vasto conjunto de saberes», já tinham construído percursos de ascensão social e eram mais qualificados.²⁸⁶ Por outro, cria-se que alguns (em acumulação com o subsídio) aceitassem trabalhos temporários de baixa remuneração, ajudando a generalizar a ideia de usurparem postos

²⁸⁰ Harzig, Hoerder, *What is Migration History*, 46-47.

²⁸¹ Couto e Castro, Lisboa, *O Retornado* n.º7, 21.11.1975, 3.

²⁸² Lola Toscani Eglesias, *O Retornado* n.º6, 14.11.1975, 4.

²⁸³ Sem nome, Lisboa, *O Retornado* n.º 7, 21.11.1975, 2.

²⁸⁴ Teresa Maria Dias, Lisboa, *O Retornado* n.º32, 18.05.1976, 21.

²⁸⁵ José Augusto Pinheiro, Aveiro, *O Retornado* n.º36, 15.06.1976.

²⁸⁶ Pires, *Os Retornados...*, 16-17, 114. Nos analfabetos: 7% retornados, 30% residentes. Com a 4.^a classe: 66% retornados, 92% residentes. Com curso superior: 4,7% retornados, 2,2% residentes.

de trabalho aos residentes: «Basta de nos insultarem esbofeteando-nos com a injúria gratuita de que fomos exploradores de negros, basta de nos amesquinharem, acusando-nos deirmos tirar o pão e o emprego aos portugueses».²⁸⁷

Embora em 1981 a taxa de desemprego entre os portugueses vindos de África fosse ainda superior à registada entre os metropolitanos.²⁸⁸ «Nós temos vontade de trabalho, não temos é quem nos dê trabalho, o que é diferente», queixava-se uma evocadora já na terceira idade que se dizia indignada por ao perguntar a um familiar (ex-funcionário numa secretaria de Estado) se deveria desistir de abrir uma farmácia para entrar numa cooperativa de retornados, este lhe disse que essa era «outra vigarice» que iria acabar.²⁸⁹ Constituindo os jovens até aos 24 anos mais de ¾ dos portugueses de África desempregados ou à procura do primeiro emprego, uma jovem de 15 anos concluía que se não havia trabalho para os residentes menos haveria para eles, muitos deles «praticamente de mendigos, mal mascarados de burgueses remediados», sem que os metropolitanos se compadecessem com a sua tragédia.²⁹⁰

O sentimento de injustiça pela incompreensão do seu drama e a hostilidade de que eram alvo é recorrente, como se denota nestes 3 trechos: «Estamos verdadeiramente a viver da caridade de pessoas que ainda existem por cá e que, sabendo do nosso drama, nos socorrem. Não fizemos mal a ninguém, não somos contra ninguém, nem mesmo contra os que nos espoliaram e os que nos traíram, porque somos assim tratados na nossa terra?»²⁹¹ «Nos eléctricos, nos autocarros, nas esplanadas, recebemos insultos e provocações que nos acabrunham. Que mal fizemos para sermos recebidos com apupos e vexames?»²⁹² «Somos insultados e apelidados de tanta coisa que de certeza as páginas deste jornal não devem chegar para descrever todos os nomes que nos dão».²⁹³

O preconceito indicia uma superioridade etnocêntrica (como foi caracterizada por Giddens) sobre o outro mesmo que seja da mesma etnia de quem o avalia.²⁹⁴ Foi sentida como um ‘racismo branco’ entre compatriotas, perguntando um evocador ao ‘irmão’ da metrópole se porventura se sentia inferiorizado e/ou ameaçado pelo espírito de luta e

²⁸⁷ Carta colectiva, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 3.

²⁸⁸ Pires, *Os Retornados...*, 128. Segundo os Censos de 1981 existiam 6 empregados retornados por cada um desempregado, sendo a proporção total de desempregados de 15 para um, havendo quase 17% de ‘retornados’ desempregados face aos 7% de residentes.

²⁸⁹ M.E.R., Parede, *O Retornado* n.º 42, 27.07.1976, 21.

²⁹⁰ Anabela Cartaxo Carvalho, Caparica, *O Retornado* n.º 11, 19.12.1975, 3.

²⁹¹ Sem nome, *O Retornado* n.º 8, 28.11.1975, 4.

²⁹² Manuel Marto, Lisboa, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 3.

²⁹³ Luís Rocha, Lisboa, *O Retornado* n.º 5, 07.11.1975, 4.

²⁹⁴ Sobral, «Racismo e Nacionalismo...», Silva, Sobral, *Etnicidade...*, 115.

pelas capacidades do ‘retornado’, crendo que as críticas e as «piadas de mau gosto» mostravam o quão racista era no seu próprio país e para com a própria raça.²⁹⁵ Assim como, em entrevista à RTP membros do MFA referiram que ‘os retornados’ eram «tratados como seres de segunda categoria» na metrópole, lançando um repto ao fim da sua ostracização: «Apelamos ao povo português para que não acentue, antes se elimine este racismo branco que nos quer dividir».²⁹⁶

O ‘racismo branco’ pressupunha a existência de um estigma (atributo ou marca social profundamente desacreditante) definido em 1975 por António José Saraiva: carregavam a «maldição» de serem ‘exploradores’ e ‘culpados de si mesmos’ e foram «objecto de um ódio racial» para que a nação (e os residentes) pudesse «ilibrar-se de crimes», de que fora «solidariamente responsável». Segundo o autor, «o racismo nasceu» precisamente dessa necessidade de redenção colectiva: os metropolitanos saíam imaculados da colonização ao imputar-lhes todas as responsabilidades. E, deste modo, a culpa da sua chegada a Portugal não era «dos «responsáveis da sangrenta e lamacenta descolonização», mas deles próprios. Era «um caso típico de bode expiatório».²⁹⁷

Uma deriva psíquica nacional que pode ser explicada pelo facto de estereótipos e ‘bodes expiatórios’ constituírem uma projecção psicológica de medos, hostilidades e frustrações de um grupo sobre outro.²⁹⁸ As representações que lhes eram imputadas dever-se-iam a uma certa inveja, a desinformação e ignorância sobre a sua vida em África, mas especialmente a uma campanha ideológica feita contra eles na metrópole. Uma percepção empírica mas, ainda assim, consentânea com a base científica da criação dos estereótipos formados por limitações externas (a invisibilidade mediática do grupo ou a ausência de interacção directa com ele) e internas (o desinteresse sobre o grupo, preconceitos na informação sobre ele, interesses e motivações pessoais). Em que os sujeitos mais ‘ignorantes’ são os mais propensos a estereotiparem, embora todos o façam.²⁹⁹

Uma situação que é referida por um evocador: «Somos perseguidos e maltratados na nossa própria Pátria, na maior parte das vezes por pessoas sem cultura absolutamente nenhuma, mas há também os mais cultos que tinham a obrigação de não ofenderem,

²⁹⁵ Rui Candeias, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 23.

²⁹⁶ CCPA, Entrevista à RTP, 09.09.1975, 4,10, Fundo 43, Cx834, AHM.

²⁹⁷ António José Saraiva, *Filhos de Saturno: Escritos sobre o tempo que passa*, (Lisboa: Bertrand, 1980),

²⁹⁸ Silva, «Etnicidade e Racismo...», Silva, Sobral, *Etnicidade...*, 58.

²⁹⁹ Rosa Cabecinhas, «Estereótipos sociais: Processos cognitivos e normas sociais», Silva, Sobral, *Etnicidade...*, 149-152. O teor da nota de rodapé anterior desta autora.

ofendem. São poucos os que se preocupam connosco, mas esses que podem fazer?» Considerando ainda que os decisores institucionais tudo fariam para os esquecer, por não terem sofrido com a descolonização nem viverem «em constantes humilhações e privações, como é o nosso caso».³⁰⁰

A experiência partilhada do êxodo, a similitude das dificuldades na metrópole e o estigma de ser ‘retornado’ (particularmente sentido por quem apresentava sinais exteriores de pobreza) foram factores agregadores de comunhão identitária revelados nas missivas: por cada evocador escrever para uma audiência que o entende. Através de um discurso insurgente mas contido ou de uma indignação mais exponenciada, as atitudes estigmatizantes são apontadas com um propósito de denúncia e de legitimação da sua vitimização. Como ocorre nos testemunhos seguintes, em que na dupla qualidade de membro «desta grande família a que ousaram designar de ‘retornados’» e de «refugiado da minha Angola», um jovem refere ser testemunha da «doença anti-retornado» existente entre a massa estudantil.³⁰¹ Afirmando um homem que a entoação de desprezo colocada na interjeição: ‘É um retornado’ lembrava «a frase que tanto se usava na Alemanha de Hitler: ‘É um judeu’».³⁰²

Nas palavras de uma mulher: «Amargos e dolorosos são os nossos dias, as nossas vidas de retornados, desalojados ou escorraçados. Essa amargura aumenta porquanto no convívio diário, as afrontas sucedem-se, responsabilizam-nos por uma desgraça de que somos vítimas».³⁰³ Ao propósito vitimizante e de denúncia somava-se o apelo a que terminasse essa diferenciação infundada – «Os retornados nunca quiseram sê-lo, mas já que o foram, é tempo de o deixarem de ser»³⁰⁴ –, e a crença de que, um dia, a sua narrativa seria escutada e aceite como verdade histórica: «A História julgará tudo isto e se encarregará de repor tudo nos seus lugares, até lá vamos sofrendo, comendo o pão que o Diabo amassou».³⁰⁵

O estigma ter-se-ia manifestado em vários preconceitos que se diferenciavam pela sua natureza flagrante ou subtil. O primeiro consistia na rejeição de qualquer intimidade relacional com o grupo (em distância) e na convicção de ser uma ameaça, o segundo assentava na imputação de não se ajustarem aos valores tradicionais da sociedade (como

³⁰⁰ Mário F. Dias, Rio Meão, *O Retornado* n.º 46, 24.08.1976, 20.

³⁰¹ Rui Pires, Porto, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 22.

³⁰² Carlos Costa-Roque, *O Retornado* n.º 30, 04.05.1976, 17.

³⁰³ Vera Medeiros, crónica, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 12.

³⁰⁴ Sem nome, *O Retornado* n.º 47, 31.08.1976, 7.

³⁰⁵ Filipe Costa, Estoril, *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975.

os valores de trabalho), na acentuação das diferenças culturais e na negação que possuísem traços psicológicos positivos.³⁰⁶ Como se denota nos seguintes testemunhos: «Chegado a este país ganhei o nome de ‘retornado’, nome considerado pelos portugueses como uma doença contagiosa a que infelizmente temos de sujeitar-nos».³⁰⁷

O director do semanário *O Retornado* dizia-se «chocado» por tanto camaradas de trabalho nacionais como estrangeiros se referirem aos ‘retornados’ como «uma corja de bandidos, de ladrões e de vigaristas».³⁰⁸ Afirmando um homem ser «injusto e indigno ver no ‘retornado’ um leproso, repudiado na sua terra como se fora culpado pela descolonização» e sendo tratado pelo próprio Estado «como português de segunda».³⁰⁹

Fugiste de mim? Não estou doente, economicamente sim e moralmente talvez, mas francamente não é contagioso ou receias que venha a roubar o teu lugar? Talvez o pão que comes ou o emprego em que trabalhas, a cama em que dormes, é isso?³¹⁰

Sendo figurativa a ideia de serem portadores de um vírus, chegou a julgar-se que constituíam uma ameaça à saúde pública. Ao referir-se à chegada iminente de uma avalanche humana que julgava infestada de doenças tropicais, o director do IARN escreveu: «Não é necessário conhecer em profundidade o estado sanitário das nossas ex-colónias nem investigar as características do meio sócio-profissional de onde provém a maioria dos retornados para concluirmos que se corre o risco de, a breve prazo, o País se ver a braços com focos endémicos de várias moléstias». Não se procedendo a uma acção profilática seria mais um motivo ao seu ostracismo, como referia: «Por alguns indícios já chegados ao IARN, parece ganhar forma a ideia de que os retornados não são cidadãos nacionais com os mesmos direitos dos que nunca saíram de Portugal».³¹¹

A sua chegada suscitou inúmeros receios em todos os sectores societais: temeu-se que fossem um foco disseminador de doenças, que enveredassem por caminhos ínvios de delinquência ou criminalidade, que o seu estilo de vida contaminasse a juventude com ideias libidinosas ou temerárias, que a sua eventual amotinação subvertesse o processo político. A estigmatização mais marcante foi, contudo, a de carácter, sobre a sua pretensa degenerescência moral: desonestidade, oportunismo, falta de escrúpulos.

³⁰⁶ Cabecinhas, «Estereótipos sociais...», *Etnicidade...*, 160. A distinção entre preconceito flagrante e subtil surgiu no artigo *Subtle and Blatant Prejudice in Western Europe* (1995) de Pettigrew e Meertens.

³⁰⁷ Carlos Alberto dos Anjos, Foz do Arelho, *O Retornado* n.º 35, 08.06.1976, 21.

³⁰⁸ Artur Ligne, director de *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975, 8.

³⁰⁹ Artur Álvares, *O Retornado* n.º 22, 06.03.1976, 10.

³¹⁰ Rui Candeias, *O Retornado* n.º 21, 27.02.1976, 22.

³¹¹ Carta do director do IARN, 16.07.1975, 25, GB 2376, AHPR.

A ideia estereotipada de não gostarem de trabalhar mas apreciarem a ‘boa vida’ pressupunha que iriam repetir no presente as práticas de enriquecimento a que teriam recorrido no passado através de esquemas fraudulentos ou do tráfico de estupefacientes. Como escreve uma mulher: «Vejo que grande parte das pessoas, mal informadas muitas delas, olha para um retornado como se olhasse para um ladrão, dado a campanha que fizeram contra nós».³¹² Lamentando um homem oriundo de Angola a forma como eram marginalizados pela sociedade a que pertenciam e o facto de os metropolitanos, com excepções evidentemente, não os verem como portugueses, mas como criminosos.³¹³ «Pois agora é assim. Tudo o que [...] ‘cheire’ a maldade, a pilharia, a abuso, etc., terá de ser ‘obra de retornado’».³¹⁴

O mesmo fenómeno ocorrera com os ex-colonos franceses da Argélia: também se sentiram «incompreendidos e depreciados» pelos seus concidadãos da metrópole.³¹⁵ E do mesmo modo foram apontados como «bodes expiatórios» de todos os males existentes em França, como referiu uma mulher: «’Éramos acusados de tudo. Se havia um roubo, tínhamos sido nós. Um engarrafamento era por nossa culpa. Se os alugueres ou os preços nas lojas subiam, era por nossa causa’». As afinidades comparativas revelam-se ainda no facto de muitos franceses crerem que os repatriados eram suficientemente ricos para se sustentarem e considerarem ter-lhes acontecido «o que mereciam», tendo tais tensões aumentado o fosso entre os que tinham sido forçados a ‘retornar’ a França e aqueles que tinham sido obrigados a recebê-los.³¹⁶

Em Portugal ocorreu uma situação idêntica: a inflação galopante e o défice das contas públicas – que ditou a intervenção do FMI a pedido do Governo português em 1978 – eram assacados (segundo os testemunhos) à presença dos ‘retornados’. Como menciona um homem vindo de Angola: «Custa ouvir o povo dizer que os aumentos verificados foram para dar os subsídios aos ‘retornados’ [...] que vieram causar a bancarrota e a miséria em Portugal, custa ver que os atiram para ‘a cabeça do boi’, custa ser-se ‘o bode expiatório dos erros cometidos no continente’».³¹⁷

Na crónica *Viajantes de uma Nave de Loucos* enumeravam-se alguns malefícios que lhes seriam imputados: «Atribuem-nos culpas pela situação financeira debilitante

³¹² Guilhermina, *O Retornado* n.º 75, 15.03.1977, 21.

³¹³ Filipe Costa, Estoril, *O Retornado* n.º 3, 24.10.1975.

³¹⁴ Lola T. Eglesias, crónica, *O Retornado* n.º 6, 14.11.1975, 4.

³¹⁵ William Cohen, «Pied-noir Memory, History and the Algerian War», Smith, *Europe’s...*, 130.

³¹⁶ Jean-Jacques Jordi, «The Creation of the Pieds-Noirs: arrival and settlement in Marseille, 1962», Smith, *Europe’s...*, 61-74, 69-73

³¹⁷ Armando Lima, Setúbal, *O Retornado* n.º 20, 20.02.1976, 2.

com que se debate o País, pela carestia de vida e pela falta de géneros alimentícios, de termos trazido a ‘liamba’ e outros tóxicos, agravado a prostituição e transportado para Portugal doenças endémicas tropicais». Não se surpreendendo a autora se também fossem incriminados pelas ‘greves selvagens’ que não tinham feito ou pelo mau ano agrícola corrente.³¹⁸

Para um outro cronista, tendo inicialmente sido vistos como um problema devido à crise económica e ao desemprego, naquele momento não havia «uma dose de liamba apreendida, uma facada vibrada» num bairro problemático de Lisboa em que não se ouvisse o murmúrio de serem os ‘retornados’. Não obstante, em matéria de liamba haver «já um florescente consumo nos últimos anos do antigo regime, introduzido pelos ‘metropolitanos’ que tinham prestado serviço militar nas colónias».³¹⁹

O aumento da delinquência, do consumo de estupefacientes e da pequena criminalidade – em particular, nas zonas metropolitanas e cidades de maior dimensão, em cujos subúrbios surgiram inúmeros bairros clandestinos – não eram fenómenos pelos quais os portugueses de África pudessem ser responsabilizados, embora alguns se possam ter envolvido nas referidas práticas – por necessidade de subsistência e não por opção.

O reconhecimento de que alguns portugueses vindos de África «honestos» teriam enveredado pela marginalidade (na decorrência do término dos apoios estatais) surge numa carta colectiva: supostamente raparigas e mulheres das antigas colónias africanas prostituíam-se naquele momento «como único meio de sobrevivência» em certas zonas de Lisboa – a missiva refere o Largo de São Domingos junto à Praça do Rossio, o Cais do Sodré e o bairro da Mouraria –, enquanto o consumo de droga, «essa tentação maldita da juventude mundial», e o seu tráfico crescente era justificado como «comércio de sobrevivência» e pela imensa procura que o seu vício suscitava. Concluindo a carta datada de Dezembro de 1977 que aqueles cuja subsistência advinha de tais práticas o faziam por necessidade e desespero. Não eram, por isso, criminosos, mas «vítimas de uma sociedade que não os quis apoiar».³²⁰

³¹⁸ Vera Medeiros, crónica, *O Retornado* n.º20, 20.02.1976, 12.

³¹⁹ Crónica, *O Retornado* n.º47, 31.08.1976, 7.

³²⁰ Carta ao Alto-Comissário dos Desalojados, Lisboa, 29.12.1977, Cx366, IARN, AHU.

CONCLUSÃO

Esta tese propôs-se examinar alguns pressupostos para o êxodo da descolonização da África portuguesa ter sido sentido e descrito por muitos portugueses de Angola e de Moçambique como uma experiência traumatizante e psicologicamente dolorosa. Procurando identificar que factores influíram na formulação de sentimentos negativos acerca da descolonização e quais as consequências desta desterritorialização nos seus projectos de vida. Concluindo que deixar África representou um trauma de ruptura sociocultural de perturbação identitária para quem sentiu a partida destas colónias como uma ‘amputação existencial’, esta tese pretende ser um contributo para o estudo da memória recente sobre a descolonização por parte deste colectivo, não obstante muitas outras perspectivas e conclusões poderem vir a ser formuladas.

Com esse propósito, o primeiro capítulo aborda as convicções formuladas a partir da realidade social e política decorrente do domínio português e dos mitos nacionalistas criados pelo regime, em que foi gerada a crença na permanência perene em África e a alegação de não serem colonos nem colonialistas, mas fazedores de pátrias portuguesas onde pretendiam continuar. Nestas convicções afiguraram-se relevantes, em primeiro lugar, a intenção de não-retorno à metrópole destes migrantes (sobretudo a partir da década de 1950) quando a instalação adquiriu um carácter de povoamento, deixando de ser uma empreitada aventureira tipicamente masculina para se tornar fixação prolongada ou de intenção definitiva. Em segundo lugar, a crença na ausência de racismo nas colónias. Não obstante as desigualdades raciais existentes – características dos sistemas coloniais e visíveis na separação entre a cidade do ‘cimento’ ou ‘asfalto’ onde os portugueses residiam e os muceques de terra batida, na cintura periférica onde viviam os africanos – e as práticas segregacionistas em Moçambique ou de racismo subtil em Angola, os portugueses tendiam a focar-se nos contextos significantes (trabalho, família e lazer), crendo não contribuírem nem serem, por elas, responsáveis.

A ausência de preconceito e/ou de discriminação racial – reclamada pelo legítimo direito de permanência e pela aquisição honesta do património – surge ainda justificada (especialmente pelos portugueses de Angola) por laços afectivos genuínos e relações de amizade com africanos e na alegação de existir uma coabitação interétnica salutar e uma laboração cooperante, cujo esforço simbiótico era mensurável pelo desenvolvimento das colónias. Empiricamente luso-tropicalista – a ideia dos portugueses de Angola e

Moçambique não serem racistas não decorria propriamente da interiorização da teoria de Gilberto Freyre – esta crença era orgulhosamente assumida e descrita como a ‘portugalidade ultramarina’ ou o ‘portuguesismo colonial’.

Tendo estas narrativas sido produzidas após a descolonização, a reclamação do carácter diferente do colonialismo português insere-se numa estratégia de ilibação dos ‘pecados coloniais’, mas também de refutação às acusações que lhes foram dirigidas na metrópole. Esta pretensão fundamenta-se em 4 reclamações discursivas: na negação de terem sido exploradores dos africanos; na necessidade de justificar como foi adquirido o seu património, na valorização do seu contributo para a construção de pátrias lusas (não-soberanas) e na reivindicação de historicamente o ultramar também ser Portugal dada a multiseccular presença portuguesa em África. Todas estas convicções contribuíram para a partida ter sido, em regra, sentida como involuntária e injusta.

Do mesmo modo que – para provar que a vida em África não era ‘um mar de rosas’ para todos (como se cria na metrópole) e de reclamar ao Estado português uma compensação ou, no mínimo, o reconhecimento do seu esforço obreiro –, o reverso do ‘sonho africano’ é sublinhado através da equiparação da sua condição (de subjugados pelo Governo de Lisboa) à dos autóctones, reclamando serem tão explorados quanto os negros. Deste prisma, os ‘grilhões’ dos brancos consistiam nas restrições económicas e financeiras, especialmente em relação às transferências pecuniárias para a metrópole e à impossibilidade de conversão do escudo africano noutras moedas. A equiparação com os africanos parece ser igualmente uma forma de realçar um percurso em comum, num claro distanciamento dos metropolitanos que, beneficiando do colonialismo, não tinham de suportar os seus malefícios.

Para se demarcar da visão estereotipada do colonialista (que os estigmatizou em Portugal), a generalidade deste colectivo identifica quem julga ter explorado os recursos das colónias sem nelas ter investido materialmente ou afectivamente, mencionando um núcleo de oficiais das FAP que, após o cumprimento de várias comissões de serviço na guerra, ostentaria sinais exteriores de riqueza. Não o eram, portanto, os pioneiros do passado nem os recentemente domiciliados que a desenvolveram como sua pátria. A sua capacidade edificadora surge, assim, enaltecida como argumento refutativo ao rótulo de colonialistas e como valorização da sua resiliência, iniciativa e empreendedorismo em territórios vastos e pouco urbanizados, cujo esforço sobrevalorizam por ter sido operado com meios precários, em ambientes naturais e climatéricos tremendamente adversos.

Deste modo, o orgulho no ultramar (expressão comumente usada pelos próprios) advinha da capacidade obreira dos portugueses perante uma geografia adversa, mas também da riqueza natural e do passado heróico que estendera a nação portuguesa a vários continentes, plasmado nos mitos ‘do El Dorado’ e ‘da herança sagrada’. O legado da epopeia marítima afigurava-se inquestionável: Angola e Moçambique eram Portugal e pertenciam aos brancos lá radicados ou nascidos, por direito histórico (argumento nacionalista) mas, de igual modo, pelo sentimento de pertença (argumento humanista): a colónia era o lugar onde estava o seu coração.

Cultivada pelas entidades formativas mais próximas, mais respeitadas e críveis: a escola, a família, o Estado e as principais instituições (as Forças Armadas e a Igreja), esta convicção foi interiorizada pelos portugueses nascidos nas colónias, em particular os menos jovens, menos instruídos ou menos informados, que permaneciam alheados da contestação internacional à política colonial portuguesa. Pese embora a crescente adesão internacional à causa africana nacionalista no início dos anos 70, a maioria não considerava a independência uma probabilidade iminente, tendo em consideração o discurso oficial do regime (inalterado no consulado de Marcelo Caetano) e ao apego afectivo à nação que criam ser una e indivisível.

Com o reconhecimento (em Julho de 1974) do direito dos povos africanos à autodeterminação, a consciencialização de um facto que julgavam impensável gerou um sentimento de engano pela ilusão criada. Mantendo intacto o sentimento de pertença derivado da soberania portuguesa e da identificação profunda com a vivência colonial, muitos opunham-se à transferência da soberania para os movimentos armados, por tal significar inevitavelmente o fim de uma realidade em que se sentiam confortáveis e seguros.

Sendo o domínio português somente mantido pela defesa militar das colónias, o prolongamento da guerra viria a suscitar um relacionamento tenso e conflitual com as Forças Armadas Portuguesas (FAP). Acreditando os radicados que a prossecução do conflito visava garantir a continuidade das exportações para a metrópole e as promoções dos graduados castrenses e não a sua protecção e que, caso existisse um verdadeiro empenho dos oficiais no combate aos ‘terroristas’, a vitória seria possível em ambos os territórios. Em contrapartida, a tropa indignava-se com o alheamento destes portugueses do esforço de guerra e com a hostilidade manifestada ao contingente militar português – numa tensão crescente que acentuaria a conflitualidade relacional entre estes 2 grupos durante o processo de descolonização.

Os factores enunciados no primeiro capítulo deste trabalho – a crença no luso-tropical colonialismo português, no seu papel de fazedores de pátrias, na unidade da nação devido à histórica ‘herança sagrada’, o distanciamento da guerra e a suspeição de empenho militar deficitário na erradicação da guerrilha que existindo levaria à vitória – contribuíram para que a descolonização tivesse sido entendida não como ‘o golpe de misericórdia’ numa realidade colonial extemporânea e agonizante, mas como um acto deliberado de abandono e traição pelo novo regime da metrópole.

No segundo capítulo identificam-se os sentimentos de pertença e de posse das populações radicadas, nos quais ancorava o ‘sonho africano’ que, ao ser interrompido pela descolonização causou uma sensação profunda de perda material (posse) e afectiva (pertença). Interligados, estes sentimentos ajudam a entender porque representou a partida uma privação profunda, ao implicar um desapossamento patrimonial e a ruptura com um trajecto de vida planeado (sentida pelos mais jovens como um ‘futuro negado’) ou com um projecto de vida estabelecido (descrita pelos mais idosos como a negação a uma velhice tranquila).

Considerando esta tese que deixar África representou uma ‘amputação existencial’ para parte destes portugueses, este sentimento terá resultado do fim de uma realidade geográfica e histórica à qual sentiam pertencer (e em cuja perenidade acreditavam) e da ligação de pertença e de posse a África. Laços que são reclamados em duas estratégias de legitimação: a evocação do ‘suor derramado’ em anos sucessivos de trabalho (pela recriação da paráfrase de Winston Churchill), em que a natureza foi uma dificuldade acrescida à luta pela subsistência e a exaltação do ‘apego umbilical’ à colónia, em que as peculiaridades geográficas se associam ao perfil psicológico que reivindicam: uma mentalidade mais aberta (de horizontes mais vastos), um maior espírito empreendedor e uma predisposição mais temerária.

Dada a intenção de reconhecimento ou de compensação pelo passado de trabalho, a legitimação pelo ‘suor derramado’ traduz-se na exacerbação dos padecimentos vividos e dos inúmeros obstáculos superados ao longo dos anos, a que se sucede a enumeração (por vezes exaustiva) dos bens construídos ou adquiridos. Agruras que são justificadas por adultos com o propósito de ‘amealhar para a velhice’ até chegar a hora de lá ‘deixar os ossos’. Deste modo, a perda surge plasmada em discursos de lamentação, de injustiça e de vitimização suscitados pelos prejuízos sofridos.

No entanto, a pertença a África não detinha um carácter unicamente económico ou materialista. Embora indissociável da segurança material, o elo afectivo é reclamado por

na colónia terem constituído família, criado amizades e nela ‘se sentirem em casa’. Reclamação evocada pelos nascidos em África, pelos radicados durante a maior parte da sua vida e por quem lá viveu somente alguns anos, não sendo, por isso, a identificação de pertença determinada pelo número de anos nas colónias.

A afeição a África (e a tudo o que simbolizava) também produziu discursos de mágoa e ressentimento, tendo sido um factor preponderante na inadaptação à metrópole e à sua sociedade, dada a não-identificação (em múltiplos aspectos) com os portugueses da metrópole. Mais evidente nos radicados em Angola, a pertença dualista reclamada pela fusão da cultura nacional com práticas africanas diferenciou-os dos metropolitanos durante o período colonial e depois dele. Acresce que, além de se diferenciarem pela sua africanidade, a assimilação por uma elite urbana de Moçambique de hábitos societais de colonizadores vizinhos (britânicos e africanos) foi associada em Portugal a um estilo de vida opulento e ocioso erroneamente atribuído à generalidade dos lá radicados.

Eram, de facto, diferentes. Não se deslocavam regularmente à metrópole, sendo o distanciamento físico e afectivo particularmente notório em descendentes de ‘velhos colonos’ sem uma ligação efectiva à terra dos antepassados. Muitos deles tinham mesmo formulado (através dos relatos de ascendentes directos) uma imagem fantasiada da metrópole que se revelou tremendamente decepcionante na chegada a Portugal.

Em descendentes e radicados de longa duração já idosos, a desterritorialização também suscitou, por vezes, a sensação de serem apátridas, numa mágoa idêntica à identificada nos povos sujeitos a diásporas, ainda que este êxodo não o tenha sido: pode ter sido sentido como expulsão ou saída compulsiva de um território de pertença, não resultou na sua dispersão por vários destinos. Admite-se, porém, que possa ter sido configurado como diáspora por quem considerava a colónia a sua pátria, a qual, ao deixar de existir, se tornou um lugar onde não se poderia regressar.

A separação afectiva da metrópole poderia coexistir com uma distância presencial devido à lonjura e ao preço das viagens, excepto no caso dos funcionários públicos que em cada quadriénio no gozo da licença graciosa poderiam deslocar-se a Portugal com a família, em passagens pagas pelo Estado. De um modo geral, a alusão dos evocadores de jamais terem saído da colónia depois da sua instalação é recorrente e aferível pelo número de anos que estiveram ausentes da metrópole. Por falta de vontade, de saudade ou de necessidade. As deslocações à metrópole eram, em regra, motivadas por um imperativo de saúde, morte de um familiar ou frequência escolar, coincidindo as viagens anuais (realizadas por uma minoria) com as férias escolares e a quadra natalícia.

Com o derrube do regime na metrópole, a probabilidade da descolonização vir a ser caótica e sangrenta (como as verificadas na Argélia e no Congo belga), gerou uma forte apreensão nestes portugueses. Ainda que as soluções admitidas para a questão colonial não sejam totalmente esclarecedoras, retrospectivamente poderão ser agrupadas em 4 níveis gradativos: a recusa de qualquer solução independentista, consentânea com a visão oficial; a aceitação do modelo intercomunitário federalista ou independentista (de *Commonwealth*), em que os portugueses mantivessem um estatuto diferenciado (plasmado na versão spinolista); a via independentista existindo vínculos cooperativos com os Estados africanos soberanos, com permissão de permanência dos portugueses como iguais (defendida pelo *Grupo dos Nove*) e, por fim, a posição minoritária de apoio declarado aos combatentes nacionalistas.

A suplantação do plano spinolista pela sensibilidade dominante no MFA e pelos partidos da metrópole de ideário socialista (favoráveis às aspirações independentistas africanas) deixaria um travo a ‘traição’ na boca de muitos portugueses de África. Por, como afirmou Melo Antunes anos mais tarde, a fórmula de descolonização seguida não ser resultado de qualquer ingenuidade da parte portuguesa ou ter sido a solução mais fácil, mas por decorrer de um pensamento estratégico, não tendo sido a descolonização possível, mas a que deveria ser feita.

A identificação do novo regime político português com a causa africana acelerou o processo descolonizador, principalmente em Moçambique, onde a transferência do território para o único movimento armado (a FRELIMO) foi considerada um prémio à luta armada contra Portugal e o beneplácito à instauração de um regime monopartidário. Aliás, nos dois territórios, a exclusão dos radicados do processo negocial, a ilegalização dos partidos surgidos em 1974 e a ‘entrega’ de poderes ao antigo inimigo ajudaram a que estas populações consolidassem a crença de terem sido abandonadas e traídas.

Deste modo, se o direito de pertença e de posse a África é reclamado em discursos de legitimação, os de vitimização implicam sempre um julgamento ou uma acusação. De facto, é na apreciação política da descolonização que a memória deste colectivo é mais acusatória e judicativa, em que a condenação de personalidades e ocorrências decorre da convicção da transferência da soberania ter consistido num acto voluntário e deliberado, que é discursivamente interpretado como acto de abandono das populações e de entrega dos territórios (ou de ‘venda’, no pressuposto de uma alegada contrapartida), ambos sentidos como traição.

Estivessem ou não em plena conformidade com a ideologia do Estado Novo, o desconcerto sentido por muitos dos radicados deveu-se à inversão repentina na ordem ‘nacional’ das coisas: o ‘terrorista’ que combatera a presença portuguesa em África passou subitamente a ser congratulado como amigo e velho camarada de luta contra a opressão fascista e colonialista. Deveriam, por isso, adaptar-se à realidade pós-colonial ou partir, por se encontrarem indevidamente numa terra que já não lhes pertencia e que agora lhes diziam nunca ter sido sua.

Analizados ainda no segundo capítulo os estados emocionais e as convicções dos radicados na transição para as independências, poderá afirmar-se que a desconfiança na nova ordem política se formou logo após o golpe de Abril de 1974, embora até à assinatura dos acordos com os movimentos africanos tenham acalentado esperanças em ficar nos territórios. Se nos meses subsequentes à Revolução foi observado um misto de expectativa, inquietude e incerteza nestas populações, na segunda fase da transição o seu estado psicológico passou de apreensão e desconfiança para emoções mais intensas: de medo, pânico, descrença, indignação e revolta.

Em Angola, a evolução de um estado de medo social para pânico colectivo deveu-se essencialmente à generalização da guerra civil e à incidência dos bombardeamentos com artilharia pesada em meios urbanos. Em Moçambique, dada a inexistência de risco ou ameaça de morte latente e constante, o medo social foi suscitado por acções pontuais de violência e de coacção, não obstante as represálias mais comuns terem consistido na deportação para campos de trabalho (chamados de reeducação) e em actos de públicos de expurgo à arrogância racial de alguns brancos (expressão frelimista).

Ao comparar as fases de transição em ambos os territórios verifica-se a existência de paralelismos de actuação, embora com cambiantes devido a factores pré-existentes e conjunturais em cada colónia. Em Moçambique, a primeira fase foi marcada pelo rancor dos negros à segregação racial colonial a que se juntaram os efeitos directos do golpe em Portugal: o aumento da ofensiva militar e propagandística da FRELIMO, a recusa da tropa em combater, a agudização da crise socioeconómica e a concentração nas cidades de maior dimensão de milhares de africanos famintos e de ex-reclusos. Situação que, conjugada com a incitação dos *media* à apropriação pelos mais desvalidos dos bens que lhes estavam interditados, gerou uma vaga crescente de saques.

A agitação social que marcou os breves consulados dos últimos governadores-gerais de Angola e de Moçambique (nomeados em Junho de 1974) adensou a incerteza e desconfiança numa transição pacífica, tendo o aumento da tensão racial se traduzido

em ansiedade e apreensão, angústia, medo e insegurança. Foi neste período que os confrontos, ainda confinados aos subúrbios de Luanda, passaram de um nível doméstico a sistémico, concomitante com massacres de militares angolanos – os mais expressivos ocorreram em Luanda: de recrutas da UNITA pelo MPLA e de soldados do MPLA pela FNLA – os quais, causando um imenso terror nos civis, se revelaram extremamente eficazes na sua fuga.

Em Moçambique, o êxodo ocorrido nos últimos 4 meses de 1974 deveu-se, em particular, a 4 ocorrências: a sublevação branca do 7 de Setembro contra o Acordo de Lusaca assinado nessa manhã; o assassinato de brancos em Lourenço Marques no dia 21 de Outubro, por *mabandidos*; a instituição dos crimes contra a descolonização e a detenção de ‘reaccionários’ ou ‘degenerados’ em purgas societais e urbanas. Abortada a revolta dos brancos na capital – por terem sido reduzidos a meros espectadores políticos da independência, segundo escreve Vítor Crespo –, o epifenómeno de barbárie racista (segundo o mesmo decisor) suscitou nos portugueses um pânico generalizado e o desejo muito agudo de partir. Porque, pela primeira vez, o número de brancos assassinados mortos foi superior ao número de negros mortos.

O clima de insegurança acentuou-se a partir de Novembro de 1974 com a recolha de armas na posse de particulares, a prossecução de depredações nas maiores cidades e a criminalização de actos ou intenções contra a descolonização que redundou na prisão de centenas de cidadãos (brancos e negros) sem culpa formada, julgamento ou recurso ao *habeas corpus*. A atemorização societal foi também agravada por rusgas permanentes – a quem fosse acusado de reaccionarismo, de comportamento ‘desviante’ (ociosidade e prostituição) ou de consumo inebriante (droga e álcool) –, nas quais foram detidos desempregados, mães solteiras, prostitutas, delinquentes, mas também intelectuais e dissidentes.

Em Angola, a população radicada recebeu a entrega da soberania a um governo que lhe fosse hostil (como entendia ter sucedido em Moçambique), embora não constituísse uma comunidade suficientemente coesa e organizada capaz de reclamar os seus direitos. As suas preocupações cingiam-se à protecção de agregados e bens e à sua permanência, ainda que suspeitasse que os seus interesses não seriam assegurados no Acordo final, por julgar que os decisores da metrópole lhes eram indiferentes senão mesmo adversos.

Tendo sido inscrito no Acordo do Alvor o direito à posse dos bens legitimamente adquiridos, a dupla nacionalidade não foi admitida, tal como sucedera em Lusaca, (uma desilusão para quem se sentia português e angolano), tendo os critérios de acesso às

cidadanias africanas sido definidos por decreto dos respectivos governos de transição em Maio de 1975. Nos meses seguintes à Cimeira do Alvor, a inquietação observável nos radicados já indiciava que o êxodo seria uma questão de tempo, apesar a maioria não querer partir e ou não possuir meios para recomeçar a vida noutra destino. Quem deixou Angola nos primeiros meses de 1975 terá baseado a decisão em projecções negativas sobre o futuro e na ponderação dos factores de risco, mas a maioria que, ficou no território até à generalização da guerra civil, não sentiu a partida como escolha mas como fuga, suscitando a sua posterior reclamação de ser refugiada em Portugal.

A perplexidade inicial acabaria por tornar em angústia e desespero, com a generalização das acções de atemorização perpetradas por elementos armados dos 3 movimentos angolanos e pela prossecução de violações a domicílios, furtos e assaltos à mão armada. Nesta segunda fase de transição, o estado psicológico das populações brancas foi descrito como de grave instabilidade, perturbação psicológica e pânico moral em Moçambique e de angústia, desespero e pânico colectivo em Angola, onde a acção de bandos armados se aliou à proliferação dos confrontos ao Norte e ao Leste (e na última fase ao Sul), à retirada da tropa dos centros urbanos e à incapacidade de impedir ataques a zonas residenciais, num momento em que o ‘ajuste de contas’ com o passado já estava em curso. Ao ditar uma perda afectiva e material, o êxodo causou uma desorientação existencial (de pessimismo acentuado sobre o futuro e de nostalgia pelo passado) que suscitou, nalguns casos, um sentimento de abandono criado pela convicção da protecção de pessoas e bens não ter sido devidamente garantida pelas entidades tutelares durante a transição.

Em Moçambique, o próprio Alto-Comissário atribuiu a agitação emocional à campanha de hostilização contra o branco e à sua exclusão do futuro do país, agravadas pela inexistência de navios para transporte dos bens e pela proibição de transferências de dinheiro para Portugal. Nacionalizados em Dezembro de 1974 os imóveis de quem não apoiava o regime, o Estado apropriou-se dos que estavam devolutos há mais de 90 dias, proibindo o embarque de alguns bens e taxando o de outros. A restrição à saída de bens ocorreu nos 2 territórios e consistiu na vistoria rigorosa aos contentores destinados a Portugal (muitas vezes por homens armados): o controlo à ‘praga’ dos caixotes, como lhe chamava a imprensa angolana, considerando tratar-se de um acto de sabotagem económica. Não obstante a obstinação em levar para Portugal o recheio da casa, ferramentas de trabalho e máquinas utilitárias, muitos caixotes ficaram em terra, outros chegaram a Lisboa vazios ou foram saqueados já depois de depositados à beira-Tejo.

Para entender os sentimentos negativos resultantes do êxodo será igualmente conveniente atender às experiências de quem se manteve nos territórios até datas mais próximas das independências. Em Moçambique, tendo a campanha de instigação contra o colonialista branco sido reavivada nos meses anteriores à independência, registaram-se acções prepotentes, abusos de autoridade e prisões indevidas cometidas pela Polícia Judiciária a que somaram actos de justiça revolucionária – perpetrados por órgãos de poder popular – considerados chocantes e humilhantes por quem foi a eles submetido.

Em Angola, a última fase da pré-independência foi marcada, por um lado, pela deslocação das populações do Norte e Centro em direcção aos terminais de embarque da ponte aérea e ao Sul do território; por outro, pela captura de alegados reaccionários. Ainda que pela sua ferocidade a guerra se sobreponha a outros tipos de violência, em Angola os desaparecimentos, raptos e prisões arbitrarias geraram nos civis um pânico idêntico ao que causou o conflito armado. É, por isso, nos relatos de quem sentiu pânico que se encontra mais vincado o sentimento de traição e a reclamação de ser-se vítima e refugiado em Portugal. Por conseguinte, embora não seja consensual a classificação dos êxodos da descolonização como migrações involuntárias, admite-se nesta tese que o êxodo final de Angola foi coercivo e que a partida de Moçambique não representou para os radicados portugueses um acto voluntário.

Não obstante ter sido em muitos casos considerada essencial à sua sobrevivência, a partida significou a perda de uma vida inteira e, em muitos casos, a instalação em Portugal não foi sentida como regresso à pátria. Embora seja frequentemente designado como retorno (por 60% deste colectivo ser constituído por naturais da metrópole), não foi sentido deste modo por quem tendo estado ausente durante décadas voltou em idade avançada. Também não o foi para quem nascera em África, sem nunca ter estado em Portugal; para quem era português por matrimónio ou naturalização ou, ainda, para quem descendia de naturais de outras possessões coloniais ou nelas tinha nascido, mas estava radicado nas colónias africanas.

Na medida em que consistiu num êxodo indesejado (sentido como involuntário), diversos evocadores reiteram, de forma insistente, que não foi um retorno, assumindo-se antes como desalojados, deslocados ou refugiados. Consideram-se ainda vítimas de um processo para o qual não contribuíram, responsabilizando os decisores nacionais nele envolvidos – vitimização e responsabilização, formulações discursivas características do trauma.

O trauma cultural pode ser desencadeado quando alguém se sente compelido a deixar um lugar de pertença, durante um processo em que ocorrem perdas (materiais) e danos (emocionais). A sua formação é conceptualmente explicada por uma mudança súbita numa realidade culturalmente e societariamente estável, que ao ser destruída é sentida como perda irreparável, tornando-se traumatizante ao marcar a memória do grupo atingido e alterando a sua identidade futura. O fim de um universo afectivo significativo causado por um evento irreversível, a que sucede uma desterritorialização indesejada, gera um desnorte no grupo que pode ditar posteriormente a extinção da identificação cultural ou a sua reorganização no novo espaço de fixação, verificando-se desta forma uma reconfiguração que tende a estabilizar-se após algum tempo.

Embora o trauma seja um processo apenas aferível discursivamente, não se reduz ao discurso. Variando no grau de intensidade, não afecta todos os membros de um grupo nem se manifesta da mesma forma em quem reclama que uma experiência foi traumatizante: o trauma deriva de ocorrências concretas e/ou das suas consequências.

Formado a partir de uma amálgama de pré-concepções, percepções e vivências, o trauma da partida de África foi espoletado, em parte, pelas particularidades do processo de descolonização enquanto processo disruptivo da normalidade quotidiana – com a passagem de um sentimento de protecção e de segurança a outro de perigo, desordem e ausência de lógica – colectivamente percepcionado (embora em diferentes graus) como ingerência, ofensa ou dano infligido na vida social. A disrupção da normalidade – enquanto valorização da ordem, da continuidade, da rotina, do que é normativo, previsível e dado por adquirido, englobando as condições que satisfazem a nossa ânsia de segurança existencial – é, aliás, um factor propiciador da condição traumática, como salientam os teorizadores citados na introdução.

Na medida em que o trauma será tanto maior quanto maior for a intensidade da disrupção na ordem instituída, atinge particularmente quem mais a apreciava e convictamente acreditava ser possível mantê-la. Por isso, quando as circunstâncias demonstram ser impossível repor a antiga ordem, o indivíduo tende a considerar a nova situação chocante, estando criadas as condições para a formulação do trauma. Do mesmo modo, o trauma é mais fortemente sentido quanto maior for a diferença entre a realidade pretérita e presente e quanto mais ameaçados ou destruídos forem os valores, crenças, normas e expectativas dos membros do grupo atingido.

Enquanto processo de construção psíquico e emocional, o trauma reporta-se a uma ou a várias experiências, mas não deriva necessariamente delas. Deste prisma, esta tese

considera que deixar África significou uma experiência de perda multifacetada. Se esta experiência gerou em muitos destes portugueses um desconforto psicológico profundo terá, certamente, influído na narrativa individual, a qual conterà indícios traumatizantes quanto mais acentuados tiverem sido os estados de medo, ansiedade ou de pressão sentidos pelos evocadores antes, durante e após a partida. Lembre-se, contudo, que embora o trauma seja aferível por um discurso de vitimização (marcado por sentimentos de abandono e de descrença) e de responsabilização de outrem (ligado a sentimentos de ressentimento e traição), o seu grau de intensidade difere em cada evocador.

Podendo ter sido gerado antes da partida, durante o embarque ou após a chegada a Portugal, o trauma é mais evidente nos testemunhos de quem viveu situações de tensão e stresse (ou sofreu represálias) ainda em África e de quem nos primeiros meses de fixação em Portugal experienciou uma situação de acentuada dependência financeira (estatal ou familiar), de alojamento temporário e desempregado. Na primeira situação, o trauma está directamente relacionado com o pânico sentido na fase de transferência de poderes (terceiro capítulo), reportando-se a segunda situação ao processo de ruptura social e às perdas materiais, de passagem de uma condição socio-económica remediada ou desafoçada nas colónias a um estado de necessidade, carência ou dependência na metrópole, que foi sentido como angustiante, confrangedor e injusto.

Exceptuando estes 2 casos, em que existem motivos claramente identificados na formação discursiva do trauma e/ou do ressentimento – a violência geradora de pânico, mais evidente em quem deixou Angola em estado de guerra e emergência humanitária, e a espoliação patrimonial, causadora da necessidade sentida em Portugal –, nos restantes as motivações de natureza cultural e identitária relacionam-se com o deslocamento (a perda do ‘chão’ africano) e o choque societal de uma inserção indesejada num país onde não queriam estar e onde não se sentiram bem recebidos.

Consistindo num estado transitório, o trauma tende a esbater-se, a dissipar-se ou a desaparecer com a passagem dos anos. No caso do êxodo de África poderá ter ocorrido uma atenuação ou desaparecimento propiciado pela inserção gradual (embora com diferentes ritmos) deste colectivo na sociedade de origem ou de recepção. Admita-se também a probabilidade de nunca ter sido superado por quem sofreu perdas isoladas ou cumulativas (humanas, estatutárias, patrimoniais e de referenciais identitários) que foram sentidas como irreparáveis, especialmente pelos mais idosos e pelos descendentes de terceira, quarta e quinta geração.

Face ao exposto, considera-se nesta tese que deixar África representou um trauma social, cultural e de perturbação identitária para este colectivo devido à confluência de 4 factores emocionais: em primeiro lugar, o sentimento derivado do fim de uma realidade territorial de identificação colectiva (a sociedade colonial africana); em segundo lugar, as percepções construídas sobre o processo de descolonização e a acção do Estado português (abrangendo decisores e instituições públicas); em terceiro lugar e quarto lugar, o impacto psicológico das experiências pré-embarque e pós-chegada a Portugal. Factores que geraram emoções negativas sobre uma experiência que é invariavelmente descrita como difícil, perturbadora e angustiante.

Por as experiências negativas já em Portugal e as percepções construídas sobre o processo de descolonização também terem influído na gestação do trauma – suscitado por uma ruptura sociocultural de perturbação identitária –, no quarto capítulo abordam-se as dificuldades de adaptação, numa perspectiva de desajustamento/ desenraizamento social. Dificuldades que são analisadas em duas categorias: as de natureza prática ou material e as de carácter psicológico relacionadas, por um lado, com a predisposição negativa em relação à metrópole e, por outro, com a adversidade societal enfrentada que, embora conjuntural e temporária, marcou profundamente este colectivo.

Nas dificuldades materiais incluem-se a estada em alojamentos colectivos ou em casa de parentes bem como a sujeição financeira a familiares ou a entidades públicas, a demora na atribuição e recepção dos subsídios pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e o desemprego por um longo período. Nas dificuldades psicológicas destacam-se o ostracismo de ser-se considerado ‘retornado’/‘colonialista’ e a relação tensa com os residentes.

Na primeira categoria, a sensação de desajustamento societal deveu-se à estada prolongada em espaços residenciais cedidos (um lugar que não era a sua casa), à fraca autonomia financeira e à ausência de trabalho, sentida como condição parasitária e de inutilidade contrastante com a sua condição em África. As situações que a propiciaram consistiram na estada prolongada em espaços residenciais cedidos (num lugar que não era a sua casa), na dependência económica de outrem e na ausência de trabalho que, conjugadas e cumulativamente foram sentidas como estado parasitário e de inutilidade, contrastante com a sua condição em África. Do mesmo modo que a dificuldade de adaptação a um país onde não se desejava estar (de natureza psicológica), levou a que fosse descrito como desagradável em comparação com África, onde ficara o ‘coração’.

Sublinhe-se, porém, que a maior mágoa não parece derivar tanto da diferença do

clima, da exígua dimensão do país ou da inexistência de certos consumíveis, mas mais do choque de mentalidades e de hábitos ocorrido após a chegada a Portugal – suscitado por preconceitos e ideias pré-concebidas mútuas, que se traduziu frequentemente numa desqualificação mutuamente imputada e censurada.

O facto de serem um quantitativo numeroso, em estado de subsídio-dependência e ideologicamente considerados os ‘derrotados’ da descolonização – a ideia existente na metrópole de terem sido privilegiados pelo regime deposto transformou-se, após o golpe de Abril, na acusação de terem sido ‘exploradores colonialistas’ – constituiu uma trilogia propensa à imputação de práticas desviantes na sociedade portuguesa.

As duas primeiras premissas (de natureza societal) contribuíram para que fossem considerados uma ameaça concorrencial, sendo-lhes imputada a ‘usurpação’ de casas, de apoios estatais, de empregos e de lugares no funcionalismo público que deveriam estar exclusivamente destinados aos residentes. A terceira premissa (de natureza política e ideológica) tornava-os um perigo aos desígnios revolucionários. Ambas as populações se sentiram prejudicadas: se os residentes julgavam ser um privilégio a concessão de subsídios e a instalação de ‘retornados’ em regime de pensão completa em alojamentos pagos pelo Estado, os recém-chegados reclamaram ser estigmatizados e, muitas vezes, consideraram insuficientes os esforços despendidos para minimizar a sua situação.

Considera-se que a perturbação psicológica, o estado de dependência e a crença de serem vítimas de um processo a que eram alheios reforçaram a convicção de lhes ser devida uma compensação por parte do Estado; de familiares da metrópole lhes deverem conceder alojamento, alimentação, ajuda financeira e apoio moral e dos metropolitanos terem a obrigação moral de serem compreensivos e solidários. Ao não ser correspondida nos moldes esperados, esta exigência compensatória gerou, nalguns casos, recalçamento e amargura, amiúde, explicitados em discursos de auto-comiseração. Mas também de inconformidade e revolta perante o que entendiam ser o dever de todas as redes de apoio satisfazerem as suas reclamações. O que, de facto, não sucedeu: não foram ressarcidos, nem todos auferiram os apoios pedidos, alguns familiares não se revelaram afáveis nem generosos e muitos residentes não os receberam como compatriotas necessitados.

Estimando-se que cerca de 500,000 portugueses das colónias chegaram a Portugal entre os anos de 1974 e 1977, dada a premência em encontrar um tecto e em aceder ao mercado de trabalho, a maioria fixou-se nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no distrito de Setúbal. Os restantes distribuíram-se pelos concelhos de naturalidade ou onde possuíam família, sobretudo nas cidades do litoral, instalando-se os demais no

interior Norte e Centro do país.

Uns aportaram antes da instalação dos balcões de assistência humanitários e do Estado no aeroporto de Lisboa, outros depois dos ‘termos de responsabilidade’ (de alojamento e refeições pagas pelo Estado) terem sido extintos. Uns albergaram-se em casa de familiares, outros aguardaram na aerogare a atribuição de um alojamento, fosse em unidades hoteleiras ou espaços colectivos, como quartéis, sanatórios e escolas desactivadas. O baixo grau de conforto e de privacidade das acomodações foi, aliás, um dos factores que afectou mais negativamente as percepções sobre a recepção e que mais ensombrou o estado emocional de quem ficou em estruturas adaptadas, divididas nesta tese em 3 categorias: espaços de acolhimento colectivo com funcionalidade residencial; recintos abertos, sem divisórias, cozinha ou aquecimento e habitações degradadas ou ainda em construção, sem água corrente ou abastecimento de gás e electricidade.

Na verdade, a insuficiência de alojamentos revelou-se problemática, por Lisboa ter pressuposto que a maioria seria acolhida por familiares, quando grande parte não os tinha em Portugal ou não os sabia localizar. Além disso, o acolhimento familiar nem sempre foi prolongado ou caloroso, dada a despesa que a sua subsistência acarretava. Em muitos outros casos a família acolheu-os durante o tempo necessário até ‘refazerem a vida’, embora sentissem ser um incómodo. Quem declarou não ter família em Portugal sujeitou-se ao alojamento atribuído.

A maioria foi encaminhada para unidades hoteleiras de categoria inferior, cuja lotação máxima foi atingida em Dezembro de 1976. A desocupação dos hotéis de 4 e 5 estrelas iniciou-se em Março desse ano, a pretexto de a estada constituir uma despesa avultada para o Estado, ser criticada pelos metropolitanos e afugentar os turistas. O ‘desotelamento’ dos restantes alojamentos decorreu até ao ano de 1977 e suscitou – como se verificara com a retirada dos ‘termos de responsabilidade’ a quem já recebia subsídio de desemprego – inúmeros protestos, sendo sentido pelos beneficiários como mais uma injustiça que, sobre eles, o Estado praticava.

O desconforto psicológico devido à dependência prolongada (do Estado ou de familiares) revelou-se particularmente angustiante para os chefes de família, na sua maioria homens, mas também milhares de mulheres aportadas com filhos e familiares directos, sem o parceiro/cônjuge. Para quem tinha dependentes a cargo, a interdição à transferência das poupanças depositadas em África (facto que muitos nunca aceitaram) conjugada com a falta de trabalho resultou num estado de carência que é lamentado em frases de desespero e de comiseração, mas também de amargura, rancor e revolta.

A convergência destes factores (a perda das economias, a inércia forçada e o constrangimento da dependência) parece ter sido o maior óbice à conciliação com o processo de descolonização. Verifica-se, aliás, que o queixume indignado por causa da espoliação financeira e da necessidade económica experienciada na fase de instalação em Portugal é referido, sobretudo, pelos menos qualificados, mais idosos e sem vínculo laboral ao Estado, amargurados por ninguém os contratar, sentindo-se párias da sociedade e vistos assim pela população residente.

Como o Estado português não previra a dimensão do êxodo nem criara estruturas logísticas para lhe fazer face com um mínimo de adequação, a incapacidade de resposta do IARN reflectiu-se num deficiente funcionamento, em dias de espera no atendimento presencial e de meses na atribuição e envio dos cheques, adensando as dificuldades de quem deles necessitava e o ressentimento de quem se sentia menosprezado. Por outro lado, a impossibilidade de comprovar a veracidade das declarações ou de apurar se os requentes possuíam rendimentos próprios aliada à tentativa de obter o máximo que se pudesse do Estado, à desorganização dos serviços e à inexistência de um sistema de controlo, deram azo a situações menos transparentes de fraude ou ilicitude involuntária.

Em matéria de apoios estatais, o subsídio de desemprego foi destacadamente a prestação social mais concedida, tendo abrangido o imenso quantitativo de domésticas que se encontravam em Portugal sós ou com família próxima a cargo. A sua atribuição não anulou, no entanto, a sensação de inutilidade em quem o requereu. De facto, a taxa de desemprego entre ‘retornados’ era muito superior à dos residentes, referindo alguns evocadores a oposição de sindicatos e de comissões de trabalhadores à sua contratação, alegando que os empregadores evitavam empregá-los por recearem protestos, greves ou paralisações.

Em termos identitários, não obstante serem nacionais e beneficiarem dos mesmos direitos de cidadania nem todos se sentiram tratados como portugueses de pleno direito, sentindo-se indesejados devido ao rótulo de ‘retornados’ que diziam ser proferido com a intenção de os diminuir ou inferiorizar, quando não era mesmo sentido como ofensivo. Resultante da criação do IARN, a categorização não foi bem aceite pela sua conotação estigmatizante. Em alternativa ao estereótipo negativo, muitos reclamaram a condição extrema de apátridas ou de deslocados, assumindo-se outros ‘entornados’ num país onde se sentiam estranhos e constrangidos. Não obstante o Estado português ter alterado em Setembro de 1976 a designação destes portugueses para ‘desalojados’, o primeiro termo prevaleceu na sociedade portuguesa até ao presente.

Oficialmente era ‘retornado’ com direito a pedir apoios públicos, quem cumprisse 4 requisitos cumulativos: ter nacionalidade portuguesa, carecer de um apoio financeiro público, ter residido numa colónia e ter chegado a Portugal após 1 de Setembro de 1974. No entanto, o termo passou a identificar todo este colectivo (tivessem ou não requerido ajuda pública), tornando-se um separador identitário dos metropolitanos. Sentido como anátema, gerou uma rejeição ‘epidérmica’ assumida em 3 atitudes: de distanciamento ou negação da nacionalidade portuguesa – em casos extremos na reclamação de ser-se um apátrida; na identificação dualista (de portugalidade e africanidade) e na exacerbação da identidade nacional, esta última usada para reivindicar um tratamento igualitário em Portugal e como critério legitimador das suas reclamações.

Acresce que, apesar de a nova Lei da Nacionalidade (revogatória da Lei de 1959) ter atribuído a cidadania aos nascidos em África que tivessem um bisavô português, nem sempre a percepção identitária se revia nas exigências legais: havia quem sendo natural da metrópole quisesse ser africano; quem sendo africano se sentisse português, sem legalmente o poder ser; e quem assumisse uma transnacionalidade juridicamente não reconhecida.

A alteração do referencial espaço-temporal (ditada pela partida de África e pelo fim das colónias) conjugou-se numa indefinição identitária, em que a transnacionalidade subjectiva luso-africana não tinha correspondência legal. Não sabiam bem quem eram, mas sabiam que não se sentiam ‘retornados’. A rejeição do termo degenerou, por vezes, na reclamação de uma identidade específica: eram portugueses, mas portugueses de África. E, nalguns casos, na demarcação da trajectória histórica de Portugal pós-1974, ligada a sentimentos de indignação moral e de traição, por o Estado português não ter cumprido o que dele era esperado.

Para quem sentiu o deslocamento de África como uma ‘amputação existencial’, a transferência da soberania nas colónias não foi percebida nem consciencializada como uma contingência histórica inevitável, mas como uma entrega incondicional que ditou a sua fixação num país onde se sentiram estranhos. Um desenraizamento que se traduz (na sua forma discursiva mais extremada) em desabafos discursivos marcados pelas palavras: solidão, desilusão, impotência, angústia e descrença. E que deu origem a auto-identificações alternativas ou complementares ao rótulo de ‘retornado’, muitas vezes, misturadas com estados emocionais que foram experienciados durante a transição e já em Portugal: uns afirmaram-se deslocados, outros desalojados e muitos dos que deixaram Angola em 1975 como refugiados de guerra.

A conjugação destes factores repercutiu-se em vitimização e na responsabilização de outrem, componentes discursivas do trauma que têm origem numa desconfiança nas instituições e num ressentimento. Este processo evolutivo parte, por norma, da perda de confiança em alguém ou em algo, sendo esta mágoa direccionada para o objecto ou o sujeito que se crê responsável (e que se responsabiliza), levando à formulação do ressentimento que, por sua vez, gera os sentimentos de traição ou de abandono.

O ressentido reclama ter perdido direitos ou privilégios e, por esse motivo, julga-se merecedor de algum tipo de compensação pela injúria ou perda que é incapaz ou não quer esquecer e que imputa a um actor externo: o responsável pelo seu sofrimento ou pela sua dor psicológica. Assumindo-se como vítima inocente, acredita convictamente na desresponsabilização moral pelo que lhe sucedeu e – embora não possa (nem espere) recuperar o que perdeu –, deseja que seja reconhecido o mal que lhe foi causado, o que faz com que a sua estratégia de legitimação se fundamente num rol de queixas destinado a demonstrar a justiça das suas reclamações.

Podendo resultar de um apego dramático aos bens terrenos, o ressentimento pode manifestar-se em inconformidade pela perda ou em melancolia. Em ambos os casos, os indivíduos evidenciam uma atitude amarga e pouco esperançosa sobre o presente e o futuro, por se encontrarem ‘presos’ ao passado ou obcecados pelas supostas causas da sua infelicidade. Ao ser colectivamente interiorizada, a perda pode gerar ressentimento social em grupos que perderam privilégios históricos, não sendo, por isso, exclusivo de colectivos marginalizados, oprimidos ou desfavorecidos. E pode transmutar-se em indignação ou frustração quando o grupo crê que lhe foram negadas oportunidades, o acesso a recursos valiosos (materiais ou simbólicos) ou sente que é discriminado.

A caracterização do ressentimento – complementar ao trauma, mas ao contrário deste conceito ainda usado com reserva pelas ciências sociais – é particularmente útil na análise dos testemunhos referentes à espoliação patrimonial, tendo sido exteriorizado em episódios de protesto verificados em Lisboa. Ressalve-se, porém, que a maioria não se revoltou, tendo antes reagido com indignação moral: uma passividade ressentida em que embora se sintam ofendidos os sujeitos não empreendem esforços objectivos para sancionar os alegados responsáveis pela sua situação. Esta é, aliás, uma vertente do ressentimento: a inércia ou incapacidade do ofendido em se vingar do dano infligido, por se sentir impotente, fraco ou inferior perante a entidade tutelar que o injuriou.

O ressentimento em relação à descolonização levou consequentemente a que fosse considerado uma ameaça ao curso revolucionário e rotulado de reaccionário. De facto, o

azedume contra a descolonização contribuiu para uma desconfiança na democratização não levando, contudo, a um papel perigosamente perverso nem à adesão espontânea a facções de extrema-Direita.

A desconfiança revelou-se, sobretudo, no cepticismo em relação às forças partidárias, em que a política (em sentido lato) foi associada à *praxis* partidária de Esquerda que era responsabilizada pela sua situação. Esta reacção foi evidenciada num apartidarismo inculcado pelo anterior regime e justificado através da alegação de a sua política ser o trabalho. Por conseguinte, o seu voto terá premiado os partidos de Centro-Direita, embora o PS possa eventualmente ter sido escolhido, por ser a força política mais bem posicionada para impedir uma eventual vitória do PCP.

O ressentimento parece também derivar do facto de a categorização de ‘retornado’ ter sido associada a atributos moralmente desqualificantes devido ao seu passado e à sua diferença cultural de matriz africana. Ou seja, a sua natureza identitária e cultural foi depreciada ou não foram valorizados os seus aspectos positivos. A sobrevalorização da sua africanidade em detrimento das afinidades culturais partilhadas repercutiu-se em 2 preconceitos acerca da sua vivência colonial: na ideia mitificada da ‘boa vida’ que todos tinham em África e de uma pretensa regressão cultural derivada da sua ‘africanidade’ (assimilação de hábitos associados à negritude).

A desqualificação de carácter consistiu na suposição de terem explorado os africanos, de serem desonestos e de não gostarem de trabalhar, enquanto estereótipo do colonialista oposto à benevolente identificação luso-tropicalista que reclamavam. O seu demérito devia-se ao ‘pecado colonial’ do passado, mas também aos auxílios estatais recebidos no presente discursivo. A ideia de terem sido privilegiados (através de uma discriminação positiva) pelos subsídios estatais gerou desagrado e censura, reacções idênticas às que ocorreram noutras antigas metrópoles europeias. A falta de empregos foi outro factor relevante na hostilidade de que afirmaram ser alvo. Por representarem uma dupla ameaça: eram milhares de activos disponíveis com experiência em construir percursos profissionais ascendentes. Além disso, ao aceitarem trabalhos temporários e mal pagos (por necessidade ou ausência de qualificações) foram acusados de ‘tirar o pão’ e o emprego aos portugueses.

Muitos sentiram-se injustiçados pela incompreensão para com o seu drama, uma espécie de ‘racismo branco’ injustificável entre compatriotas e que os tornou o ‘bode expiatório’ do colonialismo. As atitudes discriminatórias de que alegam ter sido alvo são apontadas com um propósito de denúncia e de legitimação da sua vitimização. De facto,

o estigma (que afirmam ter sentido) foi flagrante – nos obstáculos de acesso ao mercado laboral, ao crédito bancário ou ao arrendamento mobiliário, preterição que constituiu uma forma de afastamento – e subtil, plasmado na crença de não partilharem os mesmos valores, na acentuação das diferenças culturais e, por vezes, na desqualificação de carácter. Foram acusados de recorrer a meios pouco éticos em África, de agravar os problemas do País (a inflação e o desemprego) e de criar outros (como o tráfico de drogas e a prostituição).

Os choques ocorridos na fase de instalação acabariam, porém, por se esboroar com a passagem dos anos. De facto, quando chegaram não eram iguais aos residentes. Muitos ainda não o são. Por serem portugueses de África: uma marca identitária que, com tempo, passou a ser assumida como uma diferenciação positiva.

FONTES

ARQUIVOS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS

1. **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).** Fundo do IARN.
2. **Arquivo Histórico Militar (AHM).** Fundo 43. Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas em Angola 1974-75.
3. **Arquivo 25 de Abril. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD25A/UC).** Fundo Privado António Belo (FPAB) e Fundo Privado do Alto-Comissário de Moçambique, Vítor Crespo (FPVC).
4. **Arquivo de Defesa Nacional (ADN).** Fundo 3: Gabinete do CEMGFA 1974-76. Fundo do Serviço de Informações Públicas das Forças Armadas (SIPFA)
5. **Arquivo Pessoal do Alto-Comissário em Angola, General António Silva Cardoso (APSC).**
6. **Arquivo de História Social. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS/ICS-UL).** Fundo da Descolonização Portuguesa
7. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).** Espólio de Melo Antunes (EMA).
8. **Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE).** Telegramas de 1975.
9. **Arquivo da Fundação Mário Soares (FMS).** Actas do Conselho da Revolução (1975).
10. **Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR).** Fundos do Gabinete de Angola. Gabinete de Assuntos Sociais. Correspondência.
11. **Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (APCM).** Actas dos Conselhos de Ministros (1975-1977).
12. **The National Archives and Records Administration. Access to Archival Database (NARA-AAD).** Central Foreign Policy Files. Record Group 59. Electronic Telegrams: 07.01.1973 - 12.31.1976.

PERIÓDICOS (HEMEROTECA NACIONAL DE LISBOA)

O Retornado (Semanário: Outubro 1975 a Dezembro de 1978)

O País (Semanário: Janeiro a Junho 1976)

Diário de Luanda (Diário: Maio de 1974 a Novembro de 1975)

OUTRAS FONTES

Estatuto do Funcionalismo Ultramarino. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1973.

INE, *Anuário Estatístico de 1973: Territórios Ultramarinos*. Vol. II. Lisboa: INE, 1973.

Descolonização Portuguesa: aproximação a um estudo. Vol.2, Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1982.

BIBLIOGRAFIA

Alexander, Jeffrey. *Trauma: A social theory*. Cambridge: Polity Press, 2012.

Alexander, Jeffrey, e Eyerman, Ron. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley: California University Press, 2004.

Alexander, Jeffrey. *The Meanings of Social Life: A cultural sociology*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2003.

Alexander, Jeffrey, e Colomy, Paul. *Differentiation Theory and Social Change: Comparative and historical perspectives*. New York: Columbia University Press, 1990.

Alexandre, Valentim. «A África no imaginário político português: Séculos XIX-XX», *Penélope*, n.º15 (1995): 39-52.

Alexandre, Valentim. *O Império Africano: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Allen, J. G. *Coping with Trauma: A guide to self-understanding*, (Washington DC: American Psychiatric Press, 1995).

Antunes, Ernesto Melo. «A Descolonização portuguesa: mitos e realidades», Medina, João. *História de Portugal*. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1993.

APA. «Trauma». American Psychological Association. <http://www.apa.org/topics/trauma/index.aspx>.

Appadurai, Arjun. *Modern at Large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

APS. «Understanding and managing psychological trauma». Australian Psychological Society. https://www.psychology.org.au/publications/tip_sheets/trauma/

Bhabha, Homi. *Nation and Narration*. New York, London: Routledge, 1990.

Barbalet, Jack. *Emotion, Social Theory and Social Structure: A macro-sociological approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Bauman, Zygmunt. *Life in Fragments: Essays in postmodern morality*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995, 1998.

Belo, Maria. *Filhos da Mãe*. Lisboa: Edeline, 2007.

- Bernardo, Manuel Amaro. *Memórias da Revolução: Portugal 1974-1975*. Lisboa: Prefácio, 2004.
- Bethencourt, Francisco, e Chandhuri, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: O último império e recentração 1930-1980*. Vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- Biilig, Michael. *Banal Nationalism*. London: Sage, 1995, 2004.
- Birmingham, David. *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003.
- Blanchard, Pascal, e Veyrant-Masson, Isabelle. *Les Guerres de Mémoires: La France et son histoire*. Paris: La Découverte, 2010.
- Butler, Thomas. *Memory: History, culture and mind*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- Burke, Peter. *New Perspectives on Historical Writing*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press 1992, 2001.
- Burke, Peter. *History and Social Theory*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- Burke, Peter. «The New History: Its past and its future». In *New Perspectives on Historical Writing*, ed. Peter Burke. 1-24. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1992, 2001.
- Burke, Peter. *Formas de Hacer Historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1991, 1996.
- Cabecinhas, Rosa. «Estereótipos sociais: Processos cognitivos e normas sociais». Em *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo*. Manuel Carlos Silva, José Manuel Sobral, eds. 149-163. Porto, Afrontamento, 2012.
- Cabecinhas, Rosa, e Feijó, João. «Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths». *International Journal of Conflict and Violence*, n.º 4, 1, (2010): 24-44.
- Cameira, Miguel, Marques, José. «Identidade Nacional e Individualismo Cultural» Em *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, ed. Jorge Vala, 111-130. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Cardoso, Ribeiro. *O Fim do Império: Memória de um soldado português, o 7 de Setembro em Lourenço Marques*. Lisboa: Caminho, 2014.
- Carreira, Iko. *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: D. Quixote, 1996.
- Castelo, Cláudia. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole 1920-1974*. Porto: Afrontamento, 2007.
- Castelo, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo: Luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.
- Castelo, Cláudia, «A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique 1945-1974». Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, A Questão Social no Novo Milénio, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 16-18 de Setembro, 2004, 1-22.
- Castelo, Cláudia, Thomaz, Omar Ribeiro, Nascimento, Sebastião, e Silva, Teresa Cruz. *Os Outros da Colonização*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Catroga, Fernando. *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.
- Caruth, Cathy. *Unclaimed Experience: Trauma, narrative and history*. Baltimore, London: John Hopkins University Press, 1996.

- Caruth, Cathy. *Trauma: Explorations in memory*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.
- Cohen, William. «Pied-noirs memory, history and the Algerian war». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Smith, 129-145. Amsterdam, Amsterdam University Press, 2003.
- Cooper, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, knowledge, history*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 2005.
- Cooper, Frederick. «Postcolonial Peoples: A commentary». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Smith. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.
- Correia, Pedro Pizarat. *A Descolonização de Angola: A joia do império português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- Couto, Fernando Amado. *Moçambique 1974: O fim do império e o nascimento da nação*. Alfragide: Caminho, 2011.
- Cunha, Luís. «Entre Espaço e Representação: comunidade e memória social». Tese de doutoramento. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003.
- Erikson, Kai. «Notes on trauma and community». In *Trauma: Explorations in memory*, ed. Cathy Caruth, 183-199. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.
- Erikson, Kai. *Everything in its Path: Destruction of community in Buffalo Creek Flood*. New York: Schuster, 1976.
- Darwin, John. *Britain and Decolonization: The retreat from empire in the post-cold war world*. London: MacMillan, 1988.
- Darwin, John. «Decolonization: a history of a failure?» VI Decolonization Seminar, National History Center e Library of Congress USA, July 2011. <https://www.youtube.com/watch?v=Y7bRx5fEJbU>
- Darwin, John. «Last days of empire». In *The Ends of European Colonial Empires*, eds. Manuel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, 268-277. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- Dias, Jorge. *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola): Missão de estudos das minorias étnicas do ultramar português*. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- Elkins, Caroline, e Pedersen, Susan. *Settler Colonialism in the Twentieth Century*. New York, London: Routledge, 2005.
- El-Tayeb, Fatima. *European Others: Queering ethnicity in post-national Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
- Felman, Shoshana. *The Juridical Unconscious: Trials and traumas in the twentieth century*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2002.
- Ferro, Marc. *O Ressentimento na História*. Lisboa, Teorema, 2009.
- Giddens, Anthony. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford, Stanford University Press, 1991.
- Guibernau, Monserrat, e Rex, John. *The Ethnicity Reader: Nationalism, multiculturalism and migration*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- Greenwood, John. *Realism, Identity and Emotion: Reclaiming social psychology*. London: Sage, 1994.

- Guerra, João Paulo. *Descolonização Portuguesa: O regresso das caravelas*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009.
- Harsgor, Michael. «Aftereffects of an 'Exemplary Decolonization'», *Journal of Contemporary History*, n.º15, 1, (1980): 143-167.
- Harzig, Christiane, e Hoerder, Dirk. *What is Migration History?* Cambridge: Malden: Polity Press, 2009.
- Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.
- Huyssen, Andreas. *Twilight Memories: Marking time in a culture of amnesia*. New York, London: Routledge, 1995.
- Ignatieff, Michael. «Nationalism and the narcissism of minor differences». In *Theorizing Nationalism*, ed. Ronald Beiner, 91-102. Albany: State University of New York, 1999.
- Jordi, Jean-Jacques. «The Creation of the pieds-noirs: Arrival and settlement in Marseille 1962». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Simth, 61-74. Amsterdam, Amsterdam University Press, 2003.
- Judt, Tony. *Pós-Guerra: A história da Europa depois de 1945*, Lisboa: Edições 70, 2006.
- Kehl, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LaCapra, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.
- LaCapra, Dominick. «Trauma, Absence, Loss». *Critical Inquiry*, n.º 25, 4 (1999): 696-727.
- Laitier, Stéphanie, e Vilmain, Vicent. *L'Histoire des Minorités est-elle une Histoire Marginale?* Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2008.
- Léonard, Yves. «O Ultramar Português». Em *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5, ed. Francisco Bethencourt, 31-50. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- Lewgoy, Bernardo. «Holocausto, trauma e memória», *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, vol. 2, n.º 1 (2010): 50-56.
- Lowenthal, David. «Nostalgia tells it like it wasn't». In *The Imagined Past: History and nostalgia*, eds. Malcom Chase e Christopher Shaw, 18-32. Manchester, New York: Manchester University Press, 1989.
- Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.
- Lourenço, Eduardo, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.
- Lubkemann, Stephen. «Race, class and kin in the negotiation of 'internal strangerhood' among Portuguese retornados, 1975-2000». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Smith, 75-93. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.
- Lubkemann, Stephen. «Unsettling the metropole: Race and settler incorporation in post-colonial Portugal». In *Settler Colonialism in the Twentieth Century*, eds. Caroline Elkins e Susan Pedersen, 257-270. New York, London: Routledge, 2005.
- Lubkemann, Stephen. «The Moral Economy of Portuguese Postcolonial Return», *Diaspora*, n.º11, 2, 2002: 189-213.
- Lucassen, Jan, Lucassen, Leo, e Manning, Patrick. *Migration History in World History: Multidisciplinary approaches*. Leiden: Brill, 2010.

- Lucassen, Leo, Feldman, David, e Oltmer, Jochen, eds. *Paths of Integration: Migrants in Western Europe 1880-2004*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006.
- Lucassen, Jan, e Lucassen, Leo. *Migration, Migration History, History: Old paradigms, new perspectives*. New York, Bern: Peter Lang, 1999.
- Machaqueiro, Mário Artur. «Memórias em conflito ou o mal-estar da descolonização. Em *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*, eds. Fernando Rosas, Mário Artur Machaqueiro e Pedro Aires de Oliveira, 227-246. Lisboa: Nova Vega, 2015.
- MacQueen, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do império*. Lisboa: Inquérito, 1997.
- Malkki, Liisa. *Purity and Exile: Violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago, London: Chicago University Press, 1995.
- Mayne, Tracy, Bonanno, George. *Emotions: Current issues and future directions*. London, New York: Guilford Press, 2001.
- Marques, Alexandra. *Segredos da Descolonização de Angola*. Alfragide, D. Quixote, 2013.
- Maxwell, Kenneth. «As colónias portuguesas e a sua descolonização». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º15,16,17 (1985): 529-547.
- Memmi, Albert. *Portrait du Colonisé précédé par Portrait du Colonisateur*. Paris: Payot, 1973.
- Miège, Jean-Louis, e Dubois, Colette. *L'Europe Retrouvée : Les migrations de la décolonisation*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- Misztal, Barbara A. *Theories of Social Remembering*. Berkshire: Open University Press, 2003.
- Misztal, Barbara. *Informality, Social Theory and Contemporary Practice*. London, New York: Routledge, 2000.
- Mueller, Jan Werner. *Memory and Power in Post-War Europe: Studies in the presence of the past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Murteira, Mário. «Formação e Colapso de uma Economia Mundial» Em *História da Expansão Portuguesa*. Vol.5, ed. Francisco Bethencourt, 108-130. Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- Neal, Arthur. *National Trauma and Collective Memory: Major events in the American century*. New York: Sharpe, 1998.
- Oien, Cecilie. «Of Homecomings and Homesickness: the question of white Angolans in Post-Colonial Portugal». In *Africa in Europe: Studies in transnational practice in the long twentieth century*, eds. Eve Rosenhaft and Robbie Aitken, 183-200. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.
- Olick, Jeffrey. *The Politics of Regret: On collective memory and historical responsibility*. New York: Routledge, 2007.
- Ossewaarde, Marinus. «Cosmopolitanism and the society of strangers», *Current Sociology*, n.º 55, 2007: 367-388.
- Ovalle-Bahamón, Ricardo. «The wrinkles of decolonization and nationness: white Angolan's as retornados in Portugal». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Smith, 147-168. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.
- Pais, José Machado. *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias: Métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Peach, Ceri. «Postwar Migration to Europe: Reflux, influx, refuge». *Social Science Quarterly*. N.º 78, 2,

1997: 269-283.

- Pimenta, Fernando Tavares. *Portugal e o Século XX: Estado-império e descolonização 1890-1975*. Porto: Afrontamento, 2010.
- Pimenta, Fernando Tavares. *Angola, os Brancos e a Descolonização*. Porto: Afrontamento, 2008.
- Pinto, A. Costa. *O Fim do Império Português: A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Pinto, António Costa, e Jerónimo, Miguel Bandeira. «Ideologies of Exceptionality and the Legacies of Empire in Portugal». In *Memories of Post-imperial Nations: The aftermath of decolonization 1945-2013*, ed. Dietmar Rothermund, 97-119. Dehli: Cambridge University Press, 2015.
- Pinto, António Costa, e Lloyd-Jones, Stewart. *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol, Portland: Intellect, 2003.
- Pinto, António Costa. «A Guerra Colonial e o Fim do Império Português» Em *História da Expansão*. Vol. 5, ed. Francisco Bethencourt, 65-101. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- Pires, Rui Pena e outros. *Os Retornados: Um estudo sociológico*. Lisboa: IED, 14, 1984.
- Pires, Rui Pena. «O Regresso das Colónias» Em *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, ed. Francisco Bethencourt, 182-196. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- Pires, Rui Pena. *Migrações e Integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Lisboa: Celta Editora, 2003.
- Pena Pires, Rui, Pinho, Filipa, «Políticas de imigração em Portugal», Viegas, José Manuel Leite, Carreiras, Helena e Malamud, Andrés, orgs. *Instituições e Política: Portugal no Contexto Europeu*, vol. I, CIES-ISCTE, 137-160. Lisboa: Celta Editora, 2009.
- Ramos, Rui «O Império que Nunca Existiu: A cultura da descolonização em Portugal 1960-1980», *Revista de História das Ideias*, n.º 28, (2010): 429-478.
- Reis, Bruno Cardoso. «Myths of decolonization: Britain, France and Portugal compared». In *The Ends of European Colonial Empires*, eds. Manuel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, 126-147. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- Reis, Bruno Cardoso. «Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, 2 planos em confronto e uma política exemplar de descolonização 1974-1975» Em *O Adeus ao Império*, eds. F. Rosas, M. Machaqueiro e Pedro A. Oliveira, 78-101. Lisboa: Nova Vega, 2015.
- Reis, João. *Malandros: A evacuação aérea dos portugueses de Angola*, Queluz: Literal, 1976.
- Ribeiro, António Gonçalves. *A Vertigem da Descolonização: Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2002.
- Ribeiro, Calafate Margarida. *Uma História de Regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- Ricoeur, Paul. «Memory, history, oblivion», International conference: *Haunting Memories? History in Europe after authoritarianism*. Budapest, March 8, 2003.
- Rocha, J. Marques., *Angola: Os mensageiros da guerra*. Braga: Grafibraga, 2002.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- Allen, Tim, e Morsink, Hubert. *When Refugees Go Home: African experiences*. Oxford, Geneva: UNRISD, 2006.

- Rosas, Fernando, Machaqueiro, Mário Artur, e Oliveira, Pedro Aires de. *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.
- Rosales, Marta Vilar. «As Coisas da Casa: objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- Rothstein, Bo. *Social Traps and The Problem of Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Rothermund, Dietmar. *Memories of Post-imperial Nations: The aftermath of decolonization 1945-2013*. Dehli: Cambridge University Press, 2015.
- Sa'adah, Anna. *German's Second Chance: Trust, justice and democratization*. Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998.
- Safran, William. «Diasporas in Modern Societies: myths of homeland and return». *Diaspora*, 1, (1), 1991: 83-99.
- Santos, António Almeida. *Quase Memórias*. Vol.2. Lisboa: Casa das Letras, 2006.
- Santos, António Almeida. *Quinze Meses no Governo ao serviço da Descolonização*. Lisboa: Asa, 1975.
- Saraiva, António José. *Filhos de Saturno: Escritos sobre o tempo que passa*. Lisboa: Bertrand, 1980.
- Schneidman, Witney. *Confronto em África: Washington e a queda do império colonial português*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- Silva, A. E. Duarte. «O litígio entre Portugal e a ONU 1960-1974». *Análise Social*, vol. XXX, n.º 130, 1995: 5-55.
- Silva, Manuel Carlos, e Sobral, José Manuel. *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: Migrações étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento, 2012.
- Sindic, Denis, Barreto, Manuela, e Costa Lopes, Rui. *Power and Identity*. New York: Psychological Press, 2015.
- Shipway, Martin. *Decolonization and its Impact: A comparative approach to the end of colonial empires*. Oxford: Blackwell, 2008.
- Smith, Andrea ed. *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.
- Smith, Andrea. «Coerced or free? Considering post-colonial returns». In *Removing Peoples: Forced removal in the modern world*, eds. Richard Bessel and Claudia Kaake, 395-416. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Springhall, John. *Decolonization since 1945: The collapse of European's overseas empires*. Hampshire: Palgrave, 2001.
- Skey, Michael, «'A sense of where you belong in the world': National belonging, ontological security and the status of the ethnic majority in England», *Nations & Nationalism*, Vol. 16 (4), 2010, 715-733.
- Sobral, José Manuel. «Racismo e nacionalismo: Contributos para a genealogia das suas relações». Em *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo*, eds. Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral, 75-124. Porto, Afrontamento, 2012.
- Sobral, José Manuel, e Vala, Jorge. *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

- Sobral, José Manuel. «Os sem-história: memória social, história e cidadania». *Le Monde Diplomatique* (2007). <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article401>
- Stamm, B. H. «Considering a theory of cultural trauma and loss». *Journal of Loss and Trauma*, 9, (2003): 89-111.
- Stoler, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault's history of sexuality and the colonial order of things*. Durham: Duke University Press, 1995.
- Souto, Amélia Neves. «Moçambique, descolonização e transição para a Independência: Herança e memória». Em *O Adeus ao Império*, eds. F. Rosas, M. Machaqueiro e Pedro A. Oliveira, 141-156. Lisboa: Nova Vega, 2015.
- Sztompka, Piotr. «The trauma of social change». In *Cultural Trauma and Collective Identity*, eds. Jeffrey Alexander and Ron Eyerman, 155-195. Berkeley: California University Press, 2004.
- Sztompka, Piotr. «Cultural trauma: The other face of social change». *European Journal of Social Theory*. N.º 3, 4, (2000): 449-466.
- Sztompka, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Oxford: Cambridge, Blackwell, 1993, 1996.
- Sztompka, Piotr. *Trust: A sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Taylor, Charles. «Nationalism and Modernity». Beiner, Ronald. *Theorizing Nationalism*. Albany: State University of New York, 1999, 219-245.
- Telo, António José. *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade*, Lisboa: Presença, 2008.
- Thomas, Martin. *European Decolonization*. Cornwall: Ashgate, 2007.
- Thompson, Kenneth. *Moral Panics*. London: Routledge, 1998.
- Thomaz, Omar Ribeiro, Nascimento, Sebastião. «Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática». Em *Os Outros da Colonização*, eds. Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Silva, 315-340. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Tuan, Yi-Fu. *Topophilia: A study of environmental perception, attitudes and values*, New York: Columbia University Press, 1974, 1990.
- Tuan, Yi-Fu. *Space and place: The perspective of experience*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1977.
- Veyne, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- Young, Crawford. «Imperial endings and small states: Disorderly decolonization for the Netherlands, Belgium and Portugal». In *The Ends of European Colonial Empires*, eds. A. C. Pinto e M. B. Jerónimo, 101-125. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- Young, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- Wagner, Helmut. *Fenomenologia e Relações Sociais: Textos escolhidos*. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- Willem, Wim. «No sheltering sky: Migrant identities of Dutch nationals from Indonesia». In *Europe's Invisible Migrants*, ed. Andrea Smith, 33-59. Amsterdam, Amsterdam University Press, 2003.
- Vala, Jorge. *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

Vala, Jorge, Lopes, Diniz, e Brito, Rodrigo. «A Construção social das minorias». Em *Novos Racismos: Perspectivas comparativas*, eds. Jorge Vala e outros, 145-167. Oeiras: Celta, 1999.

Veracini, Lorenzo. «Telling the end of the settler colonial story». In *Settler Colonialism: Politics, identity and culture*, eds. Fiona Bateman e Lionel Pilkington, 204-218. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

Zeldin, Theodore. *France 1848-1945: Politics and anger*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

Zerubavel, Eviatar. *The Elephant in the Room: Silence and denial in everyday life*. Oxford: Oxford University Press, 2006.